Academia Militar

ISCTE IUL
Instituto Universitário de Lisboa

Escola de Sociologia e Políticas Públicas

Entre o carro de bois e o avião

Uma pequena comunidade no centro de uma rivalidade global

Armando Mendes

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de
Doutor em História, Defesa e Relações Internacionais

Orientador:
Professor Doutor António José Telo, Professor Catedrático,
Academia Militar

Setembro de 2016

Academia Militar

ISCTE IUL
Instituto Universitário de Lisboa

Escola de Sociologia e Políticas Públicas

Entre o carro de bois e o avião

Uma pequena comunidade no centro de uma rivalidade global

Armando Mendes

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de
Doutor em História, Defesa e Relações Internacionais

Júri
Professora Doutora Maria João Mendes Vaz - Presidente
Professor Doutor António José Barreiros Telo – Orientador
Professor Doutor Luís Manuel Vieira de Andrade
Professor Doutor Carlos Eduardo de Medeiros Lino Gaspar
Professor Doutor João Jorge Botelho Vieira Borges
Professor Doutor Henrique Nuno Pires Severiano Teixeira
Professor Doutor Luís Nuno Valdez Faria Rodrigues

Setembro de 2016

Agradecimentos

A nossa perceção do espaço geoestratégico dos Açores e das dinâmicas a que essa zona surge associada ao longo da História, particularmente na época contemporânea, está ligada de forma decisiva à leitura do livro de António José Telo *Os Açores e o Controlo do Atlântico* (1993). Num segundo momento, fomos despertos para a capacidade portuguesa para potenciar e conseguir vantagens dos trunfos nacionais nos diversos sistemas internacionais através do estudo *Treze Teses sobre a Disfunção Nacional – Portugal no Sistema Internacional* (1997), também de Telo. Quer isto dizer que antes de agradecermos a Telo a honra de por ele termos sido orientados no presente trabalho – e não há adjetivos para qualificar a competência com que nos guiou -, devemos referenciar o papel que desempenhou, involuntariamente, como é óbvio, no nosso despertar para as temáticas em causa. Não podemos deixar de assinalar a perceção (e compreensão) que Telo demonstrou das nossas idiossincrasias pessoais e profissionais. Sem esta compreensão, o presente trabalho não se teria realizado. Por tudo isto, este agradecimento é muito sentido.

Também devemos agradecer aos oficiais norte-americanos com quem nos fomos relacionando através da Base das Lajes e que além de nos abrirem horizontes para a compreensão das estratégias dos EUA com reflexos no espaço geoestratégico dos Açores (visões no geral diferentes das visões comuns em Portugal), nos indicaram e em muitos casos facultaram, bibliografia e estudos sem os quais teria sido ou impossível ou, na melhor das hipóteses, muito difícil concretizar o trabalho a que nos propusemos, pelo menos na forma em que o trabalho se apresenta. Devemos, de igual modo, um agradecimento especial ao Governo Regional dos Açores, que criou condições que em muito facilitaram sobretudo a fase de investigação. O apoio da FLAD-Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento foi também da maior importância, porque nos garantiu tempo para o trabalho académico. Não podemos, também, deixar de agradecer aos arquivos Histórico Diplomático, Histórico Militar e à Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo um grau de colaboração que excedeu em muito as obrigações institucionais. O jornal Diário Insular e a RTP-Açores, onde trabalhamos, criaram todas as condições necessárias à investigação e à redação do presente texto. Também merecem o nosso agradecimento.

O presente trabalho é devedor de muito diálogo com muitas pessoas. Não temos, porém, dúvidas que o Dr. Miguel Monjardino, o Doutor João Maria Mendes e o Professor Doutor Félix Rodrigues merecem um agradecimento especial pela disponibilidade (e pela amizade) que sempre demonstraram quando sentimos necessidade de testar raciocínios, interpretar documentos ou de, simplesmente, falar sobre o assunto. Tratou-se da continuação de um diálogo que já leva décadas e que se baseia na partilha de interesses, sobre os quais temos

entendimentos e desentendimentos, uns e outros proporcionando um grau de enriquecimento intelectual muito significativo, pelo menos para nós, mas temos a certeza que também para eles.

Ninguém estranhará, porém, que o principal agradecimento se dirija à nossa família (Juvenalda e Luís), sobretudo pela compreensão face ao autêntico abandono a que a sujeitámos durante o tempo em que investigámos e escrevemos o presente trabalho. É também justo um agradecimento especial ao nosso filho Luís Mendes, pela ajuda na leitura e sobretudo na interpretação de (muitos) documentos escritos em inglês. Tratou-se de uma ajuda inestimável.

Resumo

O principal objetivo do presente trabalho é tentar compreender em que medida a presença militar norte-americana nos Açores, no âmbito de estratégias globais que envolvem as ilhas, acabou por condicionar o enquadramento dos Açores no todo nacional, ou seja, o que está sobretudo em causa neste trabalho é a relação política entre os Açores e Lisboa induzida pela existência de bases dos EUA nas ilhas. Procuramos, como primeira preocupação, isolar aqueles que serão os impactos políticos de maior significado.

A relação política faz parte dos chamados impactos das bases, que desenvolvemos, para além do aspeto político, nas variáveis económica, social, cultural e ambiental – variáveis que se assumem como questões secundárias. Tentamos também compreender as razões da instalação, da permanência e do encerramento (ou do *downsizing*) das bases militares norte-americanas nos Açores. De tudo isto resultam outras questões secundárias para as quais também procuramos respostas. Destacam-se a procura de sentido para as funções (que procuramos identificar) das bases e as contrapartidas para o país hospedeiro, geralmente ligadas a complexos processos de negociação.

A nossa busca de respostas é enquadrada, por um lado, na grande estratégia norte-americana (ou aliada, nos casos das I e II guerras mundiais) e nos modelos de aquisição e instalação de bases e, por outro, na capacidade histórica de Portugal para prover às suas necessidades nos sistemas internacionais, por exemplo (por ser este o exemplo que nos interessa), através da negociação de ativos geoestratégicos e do estabelecimento de contratos/acordos que obedecem a determinadas lógicas, que veremos. Partindo das permanências detetadas no longo curso, analisamos três casos: a Base Naval de Ponta Delgada na I Guerra Mundial, e as bases de Santa Maria e Lajes, a primeira no período II Guerra Mundial/pré-Guerra Fria e a segunda (base ainda ativa) abrangendo os períodos II Guerra Mundial, Guerra Fria e pós-Guerra Fria. Estes três casos cobrem a totalidade do fenómeno, por não existirem outros casos de bases militares norte-americanos nos Açores.

É da análise dos três casos referidos que resultam as conclusões do nosso trabalho, que apontam, entre outras, para duas realidades que parecem originais em relação ao que ocorre por norma no que diz respeito aos impactos das bases. Desde logo, as bases induzem movimentos que apontam para ideias de ligação política ao inquilino, ou seja, o que está em causa é o separatismo; outra situação, que parece ligar-se com a anterior, tem a ver com a capacidade das bases, através dos seus impactos na sociedade envolvente, de gerarem uma espécie de paixão por parte das elites e do povo açoriano em relação aos EUA.

Palavras-chave: Açores; EUA; Portugal; Ponta Delgada; Santa Maria; Lajes

Abstract

The main objective of the present work is to try to comprehend to what extent the US military presence in the Azores, within the framework of global strategies that involve the islands, ended up conditioning the Azores in the national whole, in other words, what is mainly in cause in this work is the political relationship between the Azores and Lisbon induced by the existence of US bases in the islands. We seek, as a first concern, to isolate those that will be the most significant political impacts.

The political relationship is part of the so-called base impacts, which we develop, besides the political aspect, in the economic, social, cultural and environmental variables – variables that are assumed as secondary issues. We also try to comprehend the reasons for the installation, permanence and shutdown (or downsizing) of US military bases in the Azores. From all of this, other secondary issues are raised, for which we also seek answers. We highlight the search for meaning for the functions (which we seek to identify) of the bases and the counterparts for the host country, usually linked to complex negotiation processes.

Our search for answers is framed, on the one hand, in the great American strategy (or ally, in the cases of World Wars I and II) and in the models of acquisition and installation of bases and, on the other hand, in the historical capacity of Portugal to provide for their needs in the international systems, for example (as this is the example that interests us), through the negotiation of geostrategic assets and the establishment of contracts/agreements that follow certain logics that we establish. Based on the permanencies detected in the long course, we analyzed three cases: the Ponta Delgada Naval Base in World War I, and the Santa Maria and Lajes bases, the first in World War II/pre-Cold War period and the second (still active) covering the periods from World War II, Cold War to post-Cold War. These three cases cover the whole phenomenon because there are no other cases of US military bases in the Azores.

It is from the analysis of the three cases mentioned that the conclusions of our work result, which point, among others, to two realities that seem original in relation to what occurs as a rule regarding the bases' impacts. First, the bases induce movements that point to ideas of political connection to the tenant, that is, what is at issue is separatism; another situation, which seems to be related to the previous one, has to do with the ability of the bases, through their impacts of the surrounding society, to generate some sort of passion by elites and the Azorean people towards the USA.

Keywords: Azores; USA; Portugal; Ponta Delgada; Santa Maria; Lajes

Abreviaturas

ABC - American Broadcasting Company

ABM - Anti-Ballistic Missile

AFN - American Forces Network

AFRTS - Armed Forces Radio and Television Service

ALCM - Air-launched Cruise Missile

ALUSNA - United States Naval Attaché

ASAT - Anti-satellite Weapon

ASW - Anti-submarine Warfare

AWACS - Airborne Warning and Control System

BCR - Plan of Action to be Taken in the Event of a Battle Cruiser Raid in the Atlantic

BF - Base Force

BMD - Ballistic Missile Defense System

BRAC - Base Realignment and Closure

BUR - Bottom-Up Review

BX - Base Exchange

CBS - Columbia Broadcasting System

CCC - Combat Cargo Command

CEE – Comunidade Económica Europeia

CIA - Central Intelligence Agency

CINCLANT - U.S. Atlantic Command

CNO - Chief of Naval Operations

CNS - U.S. Commission on National Security/21st Century

COMECON - Council for Mutual Economic Assistance

COMINCH - Commander in Chief

CPAS - Comissão Permanente dos Assuntos Sociais

CPAS - Comissão Permanente para os Assuntos Sociais

CRAF - Civil Reserve Airlift Fleet

DDT - Dichloro-diphenyl-trichloroethane

DOD - Department of Defense

EDA - Excess Defense Articles

EUA – Estados Unidos da América.

FEUSAÇORES – Forças dos EUA Estacionados nos Açores

FLAD - Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento

GAO - U.S. Government Accountability Office

GEMMS - Global Expedicionary Movement and Maneuver System

HF - High frequency

HF/DF - High Frequency/Direction Finding

ICBM - Intercontinental Ballistic Missile

IMET - International Military Education and Training

INF - Intermediate-Range Nuclear Forces

JCS - Joint Chiefs of Staff

JDA - Joint Deployment Agency

JMNA - Joint Military Net Assessment

JSTARS - Surveillance Target Attack Radar System

LF - Low Frequency

LNEC - Laboratório Nacional de Engenharia Civil

LOC - Line of Communications

LRTNF - Long-Range Theater Nuclear Force

MAC - Military Airlift Command

MATS - Military Air Transport Service

MBFR - Mutual and Balanced Force Reductions

MDN - Ministério da Defesa Nacional

MFA - Movimento das Forças Armadas

MIRV - Multiple Independently Targetable Re-Entry Vehicle

MLU - Midle-Life Upgrade

MMDS - Multichannel Multipoint Distribution Service

MRC - Major Regional Conflict

MRS - Mobility Requeriments Study

MX - Missile-X

NATO - North Atlantic Treaty Organization

NBC – National Broadcasting Company

ND - Navy Department

NDP - National Defense Panel

NMS - National Military Strategy

NSC - National Security Council

NSS - National Security Strategy

NSSM - National Security Study Memorandum

OGMA - Oficinas Gerais de Material Aeronáutico/ Indústria Aeronáutica de Portugal S.A.

ONU - Organização das Nações Unidas

OTS - Orverseas Transportation Service

PACOM - US Pacific Command

PAIGC - Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde

PIB - Produto Interno Bruto

POL – Petroleum, Oil, Lubricants

QDR - Quadrennial Defense Review

RTP - Rádio e Televisão Portuguesa

SAC - Strategic Air Command

SAC - US Strategic Air Command

SALT - Strategic Arms Limitation Talks

SBCT - Stryker Brigade Combat Teams

SD - State Department

SLBM - Submarine-launched Ballistic Missile

SOSUS - Sound Surveillance Under Sea

SRS - Strategic Reinforcement System

SSBN - Ship, Submersible, Ballistic, Nuclear

STRAT - Strategic Arms Reduction Treaty

TNI - Transnational Institute

TRANSCOM - Transport Command

UHF - Ultra High Frequency

USAID - United States Agency for International Development

VLR - Very Long Range

WD – War Department

ÍNDICE

Agradecimentos i

Resumo iii

Summary v

Abreviaturas vii

INTRODUÇÃO

1. Da centralidade dos Açores 1

1.1. Uma velha história 1

1.2. Cruzamento de povos e de interesses 3

1.3. Consciência política 5

1.3.1. "Racionalização política da dependência do exterior" 7

1.4. Conquista de espaço em áreas tradicionais do Estado 9

1.5. Do problema central 11

2. Da metodologia 12

2.1. A questão dos impactos 12

2.2. Da situação geral 16

3. Das fontes 17

4. Do estado da questão 20

PRIMEIRA PARTE. As bases

CAPÍTULO I. Bases militares. Dinâmicas e impactos

Secção I - Bases militares dos EUA no estrangeiro

1. Múltiplos fatores 27

1.1. Nascimento de bases 27

1.1.1. Como se estabelece uma base 29

1.2. Razões para o encerramento de bases 31

1.3. Bases que permanecem 33

2. Um fenómeno muito antigo 35

2.1. Explicações para alterações nos sistemas de bases 35
2.2. O choque da realidade 36

Secção II - Impactos das bases militares

1. Bases quase-cidades 37
1.1. Conforto e exemplo 37
2. Zonas de conflito 38
3. Impactos de largo espetro 39
4. Conquistar corações e mentes 41
5. Reação aos impactos 42

Secção III – Considerações finais

SEGUNDA PARTE. As negociações e as contrapartidas

CAPÍTULO II. Portugal e a captação de recursos nos sistemas internacionais

Secção I - Um caso disfuncional e peculiar

1. O poder duma pequena potência 47
2. Algumas teorias e a realidade 48
3. Teoria portuguesa para o caso português 49
3.1. O contrário do que possa parecer 50
3.2. Acertar o passo com o mundo… ou não 52
3.3. A disfunção nacional em ação 53
3.3.1. O papel decisivo do não dito 56
3.4. A habitual intervenção dos militares 59
3.4.1. Transições de quatro em quatro décadas 62
3.5. Atualidade e crítica da Teoria da Disfunção Nacional 64
3.5.1. Noção dos limites 65
3.6. Uma teoria para explicar a negociação 67

Secção II - Contratos incompletos. Soberania e contrapartidas na mesa das negociações

1. Bases negociadas 68
1.1. A dureza dos processos negociais 68
1.2. A natureza dos contratos 71

2. Rendas que não são rendas 72
3. Relação entre os limites 73
4. Uma realidade que convém ao hospedeiro esconder 74
5. Ganhos e travões 75
6. Da economia para as relações internacionais 76
6.1. Busca comum dos ganhos possíveis 77

Secção III - Considerações finais

TERCEIRA PARTE. I Guerra Mundial

CAPÍTULO III. Entrada dos EUA na I Guerra Mundial e função (menor) atribuída aos Açores

Secção I - A América na Guerra

1. Guerra total alemã arrasta EUA para o conflito 81
2. Alemanha espera vergar a Inglaterra antes da chegada dos norte-americanos 82
3. Comboios contra submarinos 84

Secção II - O lugar dos Açores na guerra submarinos-comboios

1. Os Açores na estratégia para proteger os comboios 85

Secção III - Considerações finais

CAPÍTULO IV. Os Açores na guerra americana

Secção I - A instalação das forças norte-americanas

1. Ofertas "amigáveis" de apoio nas ilhas 89
2. Instalação da Base Naval de Ponta Delgada 91
2.1. Expansão da base 95

Secção II - Forças estrangeiras num arquipélago indefeso

1. EUA garantem papel que deveria ser português 97
1.1. Força consolidada e tática utilizada 99

1.2. O dispositivo comentado por olhos portugueses 99
2. Missões da base naval 100
3. Defesa portuguesa insuficiente 102
3.1. Portugal não pensa em submarinos nos Açores 103
3.1.1. Um submarino ataca Ponta Delgada 105
4. Proteção (sobretudo) à base norte-americana 107
4.1. Cooperação total com os EUA 108
5. Um exemplo (talvez) extremo: insegurança no Faial 109
5.1. Clima propício a mal entendidos fatais 110
5.2. Defesa mínima dos cabos submarinos 111
6. Meios navais portugueses no final da guerra 111

Secção III - Desmobilização

1. Regresso ao isolacionismo 112
2. Tentativas falhadas para manter Ponta Delgada 113
3. Um outro debate (talvez) possível. Ou um debate alternativo 115

Secção IV - Considerações finais

CAPÍTULO V. Custos e proveitos da primeira base militar dos EUA nos Açores

Secção I - Impactos

1. Fricção entre militares 121
2. Sentimento popular pró-americano 122
3. O fantasma da permanência depois da guerra 125
4. Conflitos (quase) permanentes 126
5. A questão da (talvez) independência dos Açores 126
5.1. Um percurso entre autonomia, independência e separatismo 127
5.2. Um novo impulso ao separatismo 128
5.3. A viagem de José Bruno Carreiro 128

Secção II - Contrapartidas

1. O Ministro “lembrou-se”… 130
2. Alguns aviões, poucos canhões e outras peças 131
3. Bens adquiridos e bens perdidos 132
4. Portugal, a América e os Açores na Conferência de Paz 133

4.1. Os caminhos que vão dar à guerra 134
4.1.1. A gota de água: apreensão de navios da Alemanha 135
4.1.2. Uma guerra desejada 135
4.1.2.1. Os objetivos de Portugal 136
4.2. Do sonho à realidade 137
4.3. Portugal não jogou o trunfo dos Açores 138

Secção III - Considerações finais

QUARTA PARTE. A II Guerra Mundial

CAPÍTULO VI. II Guerra Mundial (re)abre aos EUA as portas dos Açores

Secção I - Os caminhos que confluem para os Açores

1. Divisão de responsabilidades 143
2. Assalto (adiado) aos Açores 144
3. Mudança de estratégia 149
4. Projeção de poder 151
5. Limpeza das rotas marítimas do Atlântico 151
5.1. Um "buraco" no Atlântico 152
5.2. Vitória americana nos Açores sem bases 154
6. Iniciativa exclusiva norte-americana 154
6.1. Pelo sim pelo não… ocupação militar 155
6.2. EUA e Inglaterra querem ocupar os Açores 157
6.2.1. Norte-americanos sentem-se traídos 159

Secção II - Os norte-americanos nos Açores

1. Posição de força 159
2. Planos para ocupação extensa dos Açores 160
2.1. Um susto diplomático 161
2.1.1. Instalação passo a passo 161
2.1.2. A estratégia de Kennan no terreno 162
2.1.2.1. Salazar abre as portas dos Açores 162
2.1.2.2. A opção por Santa Maria 163
2.1.3. Lentidão não agrada aos militares 164

2.1.3.1. Salazar sem margem para recuar 164
2.1.3.2. Timor na mesa das negociações 165
2.1.3.3. Compromisso com a *Pan American* 166
2.1.4. O aperto final em Salazar 167
2.1.4.1. *Now or Never* 167
2.1.4.2. Salazar ainda resiste 168
2.1.4.3. Roosevelt entra em cena 168
2.1.5. Timor regressa ao centro das negociações 170
2.1.6. Finalmente, a perspetiva de um acordo escrito 171
2.1.6.1. Sem cobertura inglesa para resistir a acordo com os EUA 171
2.1.6.2. Proposta portuguesa arrojada 172
2.1.6.2.1. EUA respondem com ameaças 172
2.1.6.3. O acordo 173
2.1.6.4. Acordos atrás de acordos 174

Secção III - Considerações finais

CAPÍTULO VII. Papéis "americanos" dos Açores na II Guerra Mundial

Secção I - Apoio à mobilidade

1. Bases para projetar poder 179
2. Apoio à projeção e à mobilidade 181

Secção II - Considerações finais

CAPÍTULO VIII. Impactos e benefícios da instalação dos EUA nos Açores no contexto da II Guerra Mundial

Secção I - Impactos: o início da americanização

1. Impactos imediatos numa sociedade rural 183
2. Dos medos à prosperidade norte-americana 184
3. O impacto inicial da cultura norte-americana 186

Secção II - Contrapartidas

1. Da ambição inicial ao realismo 187

2. Vitória significativa 187

Secção III - Considerações finais

QUINTA PARTE. Nos Açores para ficar

CAPÍTULO IX. A expansão dos EUA e os Açores

Secção I - Para além da II Guerra Mundial

1. Planear para a incerteza 191
2. Poder aéreo e bases 192
2.1. Fronteira estratégica de bases 192
3. A primeira sombra da União Soviética 195
4. Um quadro negocial difícil

Secção II - Um lugar especial para a aviação

1. Açores: zona especial no pós-guerra 197
1.1. Velhos conhecidos do transporte aéreo 199
1.2. O poder aéreo estratégico e os conflitos do futuro 199
1.3. Dependência das escalas técnicas 200
1.3.1. Luta pelo controlo das escalas nos Açores 200
1.4. Valorização dos Açores pelo poder aéreo 203

Secção III - Considerações finais

CAPÍTULO X. Perceção/construção de um inimigo concreto e capacidade de resposta

Secção I - O inimigo começa a emergir

1. Sinais preocupantes 207
2. Maus tempos para o sistema de bases 208
3. Uma nova realidade estratégica 209
3.1. A doutrina Truman 209
3.2. Plano Marshall 209

3.3. O artigo de Mr. X 210
4. O inimigo está (quase) construído 210
4.1. Iniciativas para condicionar a expansão soviética 210
4.2. Uma nova predisposição 211
5. Planos focados na União Soviética 211
5.1. Antecipar a resposta aos movimentos do inimigo 211
5.2. Bases desatualizadas 212
5.2.1. Um sistema demasiado dispendioso 212

Secção II - O inimigo assume uma realidade concreta

1. Momentos decisivos 214
1.1. Acontecimentos em catadupa 216
2. Um enorme passo em frente 216
2.1. Investimento de grandes proporções 216
2.2. Passar ao ataque 217
2.3. O “Point Four Program” para o Terceiro Mundo 218
3. Planos para bases estão ultrapassados 219
3.1. Bases a troco de proteção 219
4. Capacidade de resposta dos EUA 220
4.1. Guerra da Coreia 220
4.2. Receio de uma expansão soviética na Europa 221
5. Crescimento militar dos EUA 221
5.1. Confirmadas teses do NSC-68 221
5.2. Nova expansão do sistema de bases 222
5.3. Mais militares e menos bases 222
6. Um enorme esforço logístico 223
6.1. Novos aviões 224
6.2. De cada um por si a… cada um por si 225

Secção III - A guerra nuclear que não chegou a ser

1. Retaliação massiva com armas nucleares 225
2. O longo raio de ação 226
2.1. Longo raio de ação sem reabastecimento 227
3. O perigo localizado no espaço 228
4. O tempo da resposta flexível 228
4.1. Diálogo com os países comunistas 230

4.2. Uma opção controversa 230
5. Primazia aos direitos humanos 231
6. "O império do mal" 232
6.1. Corrida aos projetos nucleares 233
7. Fim da Guerra Fria sem descontrolo nuclear 233
8. Nem vitória nem derrota 235

Secção IV - Considerações finais

CAPÍTULO XI. Papéis dos Açores na Guerra Fria norte-americana

Secção I - Uma panóplia de serviços

1. Ao serviço da Guerra Fria 237
2. Não é possível dispensar os Açores 240
3. Ataque e contenção 244

Secção II - Operações emblemáticas com apoio nas Lajes

1. Ponte para Berlim 245
2. Abastecimento a Israel 247

Secção III - Do pico de utilização a transformações pouco claras

1. Utilização exponencial das Lajes. 250
2. Menos apoio à aviação e mais equipamentos 250

Secção IV - Considerações finais

CAPÍTULO XII. Impactos e benefícios de uma presença norte-americana de tempo longo

Secção I - Impactos

1. Cultura popular urbana numa sociedade rural 253
2. Cobertura global (falhada) de ilha Terceira pela TV das Lajes 254
3. Um processo de americanização 257
4. Promoção do independentismo 259
4.1. Uma estranha revolta que não aconteceu 261

4.2. Os interesses norte-americanos 261

Secção II - Contrapartidas

1. Integração na NATO 263
2. O tempo dos apoios por dizer 264
3. O trunfo dos Açores na questão colonial 266
4. África substituída por ajuda ao desenvolvimento 269
4.1. *Yom Kippur*: um trunfo negocial inesperado 270
5. Os efeitos da Revolução 275
5.1. Programas especiais 276
6. O peso dos "melhores esforços" 278
6.1. "Melhores esforços" e piores ajudas 279

Secção III – Considerações finais

SEXTA PARTE. O tempo da confusão estratégica

CAPÍTULO XIII - Os tempos confusos pós Guerra-Fria

Secção I - Adaptação a um novo mundo

1. Ambiente profundamente alterado 283
1.1. Indefinição com reflexos no pensamento estratégico 283
2. Reconstrução da estratégia 284
2.1. *Base Force*: planear para a imprevisibilidade 284
2.1.1. Uma força… fraca 287
2.1.2. O que fica para o futuro 288
2.2. Novo presidente, nova estratégia 289
2.2.1. Bottom-up Review 289
2.2.1.1. Alto risco 292
2.3. Novidades pouco novas 293
2.3.1. *Quadrennial Defense Review* 97 293
2.3.2. Ainda o espectro do passado 294
2.3.3. Projeção de força e bases 295

Secção II - Pré-guerra global contra o terrorismo

1. Tanques contra terroristas 289

2. *Quadrennial Defense Review* 2001 288

2.1. Constatação de que é preciso fazer alguma coisa 288

Secção III - Considerações finais

CAPÍTULO. XIV. Os Açores nos cenários pós Guerra-Fria

Secção I - Uma localização que não pode ser dispensada

1. Lajes entre as bases essenciais 303

1.1. A justa medida 304

1.2. Bases que não podem ser dispensadas 305

1.2.1. Confirmação da dependência de bases de rota 305

2. Valorização das bases de rota 306

2.1. Projeção rápida e bases 306

2.1.1. De base em base 307

2.1.2. Modelo de projeção favorece as Lajes 308

3. Utilização intensa 309

Secção II - Sinais contraditórios

1. Funções perdidas 311

2. Investimentos constantes 311

Secção III - Considerações finais

CAPÍTULO XV. Uma espécie de balanço final entre impactos e benefícios

Secção I - Impactos

1. A televisão como meio de *soft power* 315

1.1. Tentativa falhada através do CDS 315

1.2. Iniciativa sem sucesso do Governo Regional 317

1.2.1. Breve história de um cabo… sem cabo 318

1.2.1.1. O falhanço regional 319
2. A surpresa tardia do impacto económico 320
2.1. Aparente inconsciência coletiva 321
2.2. A primeira tomada de consciência 321
2.2.1. Reflexos de um caso antigo 322
3. Ambiente degradado 323
3.1. Denúncia norte-americana 339
3.2. Um "quinta" (*Farm*) de problemas 324
4. Lançamentos de DDT 325
4.1. População aspergida 325
4.2. Desconhecimento científico local 326
4.2.1. EUA conheciam efeitos do DDT 326
4.3. Um produto perigoso 327
4.4. Desconhecimento persistente 327
4.5. Valeu a pena? 328

Secção II - Contrapartidas

1. Primazia para os apoios militares 329
1.1. Arma negocial norte-americana 329
1.2. Tentativa portuguesa de reequipar as forças armadas 330
1.3. O caso *F16* 332
1.4. Treino de militares 333
2. Benefícios imateriais 334
3. Açores sem contrapartidas 335
4. Duas visões das Lajes e do mundo 336
4.1. Para além das Lajes 336
4.2. A visão do outro lado 337

Secção III - Considerações finais

Conclusões 342
Fontes e Bibliografia 355

Índice de quadros

Quadro 1. Planos para bases no JCS 570/2 (novembro de 1943) 197

Quadro 2. Planos para bases no JCS 570/40 (outubro de 1945) 197

Quadro 3. Planos para bases no SWN CC 38/35 (junho de 1946) 198

Quadro 4. Planos para bases no JCS 570/83 (Setembro de 1947) 213

Quadro 5. Planos para bases na JCS Views on overall examination of U.S. requirements for military bases and base rights (agosto de 1948) 213

Quadro 6. Planos para bases na JCS views on military rights in foreign territories (maio de 1949) 214

Quadro 7. Número de bases dos EUA por regiões, 1947-1988 222

Quadro 8. Valores *per capita* das transferências dos EUA para quatro países 349

Índice de mapas

Mapa 1. Rotas dos comboios marítimos EUA/Europa na I Guerra Mundial 101

INTRODUÇÃO

1. Da centralidade dos Açores

1.1. Uma velha história

A História dos Açores, aquela que começa com a chegada dos primeiros portugueses no século XV[1], está marcada, sendo mesmo determinada em muitos períodos, pela situação geográfica do arquipélago entre os continentes europeu, americano e africano. Aliás, a própria oportunidade da "descoberta" portuguesa das ilhas pode ser associada a interesses portugueses relacionados com o apoio às rotas de torna-viagem da costa africana (e ao abastecimento com cereais do continente português e do norte africano)[2]. O regime de ventos obrigava os navios de regresso da costa africana a uma volta oceânica, apanhando por altura dos Açores ventos favoráveis que os impulsionavam de regresso ao continente português[3]. Assim, apoios em terra nos Açores poderão ter sido considerados na chamada "descoberta" das ilhas.

No século XVI as ilhas já assumem um papel da maior importância na circulação marítima no Atlântico, nomeadamente como lugar de escala obrigatória das frotas do Oriente, da Costa da Mina e do Golfo da Guiné. Também as frotas espanholas da América escalam os Açores. Atrás das riquezas que estas frotas transportam chegam os corsários das mais variadas origens, mas sobretudo ingleses, franceses, holandeses e argelinos, e também piratas. O desenvolvimento dos Açores neste período é evidente e a causa principal está ligada ao apoio às frotas. O desembarque do ouro espanhol, para maior segurança das operações nos portos, criou riqueza

[1] Alguns autores admitem que os Açores possam ser conhecidos antes da chegada dos portugueses, tese que se sustenta em cartografia de trezentos (cartas-portulanos). No entanto, outros autores contestam esta possibilidade alegando, entre outros argumentos, que os documentos são difíceis de datar e imprecisos. Cf. Carita, R. (2008). O descobrimento dos Açores. *In História dos Açores: do descobrimento ao século XX*, vol. I, pp. 49-62. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura; Bonnichon, P. (1998). L´íntérêt des Européens pour le Mers (Atlantique Proche, Méditerranée, Atlantique Lointain), Légendes et Réalites ao XV Siécle. In *O Mundo do Infante D. Henrique* (Actas do Congresso realizado em Angra do Heroísmo de 5 a 9 de junho de 1995), pp. 47-82. Angra do Heroísmo: Instituto Histórico da Ilha Terceira. Estudos recentes começam a tentar penetrar num possível, mas ainda não suficientemente provado, passado pré-português, associado também à posição geográfica das nove ilhas do arquipélago açoriano, para onde poderão ter confluído mesmo civilizações pré-históricas. Cf. Rodrigues, F. (2015). Uma viagem através dos petróglifos de barcos da ilha Terceira, Açores, Portugal. *Boletim do Instituto Histórico da ilha Terceira*, vol. LXXIII, pp. 173-188; Martins, N. (2015). A Historiografia e os Achados da Ilha Terceira. *Boletim do Instituto Histórico da ilha Terceira*, vol. LXXIII, pp. 189-204.

[2] Cf. Monjardino, A. (1988). Os Açores nas Relações Externas de Portugal. *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. XLV, separata; Cruz, M.A.L. (1984). O Trigo Açoriano em Marrocos (século XVI). *In Os Açores e o Atlântico (séculos XIV-XVII)*, pp. 625-650. Angra do Heroísmo: Instituto Histórico da ilha Terceira.

[3] Cf. Albuquerque, L. (1983). *Ciência e Experiência nos Descobrimentos Portugueses*. Lisboa: Ministério da Educação; Monjardino, A. (1988). *Op. cit*.

entre mercadores locais e estrangeiros[4] e obrigou à construção de um sistema de fortificações que ainda hoje se evidencia na paisagem[5].

Na segunda metade do século XVII as armadas das Índias deixam de escalar os Açores, sendo substituídas pelo circuito brasileiro (que, aliás, já passava pelos Açores antes do fim da escala das Índias), escala que se prolonga até ao século XVIII. O principal produto transportado é o açúcar, que segue dos Açores para o norte da Europa. O açúcar induz um novo ciclo de riqueza nas ilhas (não compensando, porém, na totalidade a prosperidade perdida), sobretudo depois da extinção da Companhia Geral do Comércio do Brasil (1649-1657), que operava em regime de monopólio[6]. Em 1736 Lisboa desvia o comércio do açúcar dos Açores, o que tem consequências negativas na criação local de riqueza. O ciclo do ouro do Brasil, que se seguiu, não constituiu fator significativo de riqueza para os Açores. As relações com o Brasil motivaram um primeiro surto importante de emigração das ilhas, precisamente rumo à América do Sul. Já no século XIX, as frotas baleeiras norte-americanas frequentam os mares dos Açores, induzindo um novo surto de emigração, no caso para os EUA[7], destino que se prolonga até ao presente, com surtos significativas em casos de catástrofes naturais ou na ocorrência de ciclos graves de pobreza[8].

Embora o advento do carvão como combustível para embarcações tenha gerado pontos de abastecimento nos Açores, a verdade é que linhas comerciais importantes, como é o caso do transporte de algodão dos EUA para Inglaterra, passam ao largo, resultando daí uma degradação significa das ilhas como escala internacional do tráfego marítimo[9]. Ademais, é no final do século XIX que Portugal assume com Inglaterra, no âmbito de uma operação desesperada de crédito, a concessão de direitos de exclusividade nos Açores que impedem quaisquer negociações diretas com outras potências para uso das ilhas, situação que se prolonga até à II Guerra Mundial. Avelino Meneses anota que

> …a transformação dos Açores em reserva da Inglaterra, compulsivamente arredada do progresso material e do apetrechamento técnico, para que nunca virasse em arma de arremesso contra o poder de Londres, e ainda o avanço da navegação a vapor, que dispensa algumas escalas

[4] Cf. Gil, M. O (1979). *O arquipélago dos Açores no século XVII: aspectos sócio-económicos (1575-1675)*. Castelo Branco: Gráfica de São José; Ferreira, A.M.F. (1984). Os Açores e o Corso Francês na Primeira Metade do Séc. XVI: a Importância Estratégica do Arquipélago (1521-1537). *In Os Açores e o Atlântico (séculos XIV-XVII)*, pp. 280-297. Angra do Heroísmo: Instituto Histórico da ilha Terceira.
[5] Cf. Vieira, A. (1987). Da poliorcética à fortificação nos Açores: introdução ao estudo do sistema defensivo nos Açores nos séculos XVI-XIX. *in Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. XLV, tomo II; Martins, J. M. S. (2007). O Património Fortificado da Ilha Terceira: o Passado e o Presente. *Atlântida*, vol. LII, pp. 9-56.
[6] Cf. Gil, M. O (1979). *Op. cit.*
[7] Cf. Serpa, C.V. (1978). *A Gente dos Açores*. Lisboa: Prelo; Mendonça, L.&Ávila, F. (2002). Emigração açoriana (sécs. XVIII a XX). Lisboa: Autores.
[8] Cf. Serpa, C.V. (1978). *Op. cit*.; Mendonça, L.&Ávila, F. (2002). *Op. cit*.
[9] Cf. Dias, F.S. (1999). *Uma estratégia de Sucesso numa Economia Periférica. A Casa Bensaúde e os Açores (1800-1870)*. Ponta Delgada: Ribeiro e Caravana.

> intercontinentais, provoca a síndrome da inutilidade dos portos. O resultado de tudo isto consiste na ruína dos possidentes e na miséria dos povos…[10]

A importância geoestratégia dos Açores assume novas vertentes a partir de finais do século XIX e no século XX, desde logo com a amarração de cabos submarinos de telecomunicações, o que trouxe de novo um fluxo de desenvolvimento, particularmente na ilha do Faial[11]. Entre guerras e mesmo depois da II Guerra Mundial, a aeronáutica comercial, durante algum tempo com hidroaviões, ligou continentes com escala nos Açores, serviço que continuou a ser prestado de forma significativa até aos anos oitenta do século XX, particularmente com as chamadas escalas técnicas em Santa Maria. Os altos e baixos destes serviços e mesmo a extinção em alguns casos, tiveram sempre fortes impactos na economia açoriana[12].

Ainda no século XX, os Açores conhecem uma nova realidade (centralidade), de base exclusivamente militar e ligada em particular aos EUA, que tem expressão na Base Naval de Ponta Delgada na I Guerra Mundial; nas bases de Santa Maria e Lajes (esta última começa por ser apenas inglesa, mas depressa se abre aos EUA, potência com a qual permanece em funções, atravessando a Guerra Fria, o período pós-Guerra Fria e projetando-se, não se percebendo ainda bem como, nas realidades estratégicas em curso) na II Guerra Mundial, e na Base das Flores (francesa) (1966-1993), uma pequena estação ligada ao rastreio de mísseis. A instalação, a permanência, a desmobilização ou a simples redução da dimensão destas bases tem provocado fortes impactos económicos, sociais, entre outros, nos Açores[13].

1.2. Cruzamento de povos e de interesses

Os primeiros povoadores que são lançados nos Açores após a descoberta eram portugueses, mas a eles depressa se associaram outros povos, a começar pelos flamengos ainda no século da descoberta e mesmo ingleses. A produção de pastel, planta tintureira que interessava à indústria

[10] Meneses, A. F. (2012). O Governo dos Açores: das autonomias à autonomia do presente. *In* Meneses, A. F. (Coord.), *Das Autonomias à Autonomia e à Independência. O Atlântico Político entre os Séculos XV e XXI,* pp-16-31. Ponta Delgada: Letras Lavadas, p. 24.

[11] Cf. Rogers, F.M. (1983). *A Horta dos Cabos Submarinos*. Horta: Delegação do Turismo.

[12] Cf. Telo, A. J. (1993). *Os Açores e o Controlo do Atlântico (1898/1948)*. Lisboa: Edições ASA; Mendes, J. M. S. (2007). *A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e as Relações Externas de Portugal*. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura; Oliveira, J. E. F. (Coord.) (s/d). *Aeroporto de Santa Maria. 1946-1996*. Lisboa: ANA-Aeroportos e Navegação Aérea.

[13] Cf. Telo, A. J. (1993). *Op. cit*.; Grave, J.A.G. (2000). *Os Açores na Segundo Guerra Mundial: Visão Interna*. Dissertação de mestrado. Universidade dos Açores; Meneses, A. (2001). *As Lajes da Ilha Terceira: Aspectos da sua história*. Angra do Heroísmo: BLUE Edições; Mendes, A. (2006). *Os Açores e a Projecção de Força nos Cenários pós-Guerra Fria*. Angra do Heroísmo: Universidade dos Açores; Santos, J.M.&Rubio, A. (2008). *Jazz na Terceira. 80 Anos de História*. Angra do Heroísmo: BLUE Edições.

do norte europeu, está ligada à presença local desses povos[14]. A partir do século XVI evoluem as relações com os espanhóis a partir da escala das frotas da América. Durante a resistência à pressão espanhola para tomar os Açores (objetivo que levou três anos a concretizar após Filipe II de Espanha assumir a coroa portuguesa em 1580), as ilhas acolheram tropas inglesas e francesas envolvidas na resistência. E no período da ocupação espanhola os açorianos passaram a conviver com guarnições daquele país[15]. Após a Restauração, Lisboa concede privilégios especiais aos mercadores ingleses que operam nos Açores, compensando as ajudas britânicas na recuperação da independência, mas prejudicando seriamente os interesses dos comerciantes açorianos[16].

A proliferação de mercadores estrangeiros nos Açores – ligados ao comércio legal e ao contrabando - é constante quase desde o povoamento, com destaque para ingleses, holandeses e franceses. Já no século XVIII chegam os norte-americanos, também envolvidos no comércio marítimo. Em finais do século XIX e no século XX, funcionários dos cabos submarinos formam colónias inglesas, americanas e alemãs; a Base Naval de Ponta Delgada (I Guerra Mundial) recebe norte-americanos, tal como a Base de Santa Maria (II Guerra Mundial) e a Base das Lajes (da II Guerra Mundial até ao presente), sendo que esta de início recebe ingleses, como vimos. A Base das Flores aloja uma colónia francesa. Em determinados períodos históricos, como já vimos, corsários e piratas sulcavam os mares das ilhas e entraram em confronto armado com as populações locais (situação que perdurou até ao século XVIII), sendo que noutros casos eram tratados como comerciantes – embora por vezes violentos -, sobretudo nas ilhas desguarnecidas[17].

Os contatos referidos e as dinâmicas por eles induzidas nas ilhas, a favor ou a desfavor das comunidades locais, resultam sempre de interesses externos às ilhas, quer de potências

[14] Cf. Mota, V. (1984). Algumas Notícias Sobre uma Erva Tintureira – o Pastel no Povoamento dos Açores. *In Os Açores e o Atlântico (séculos XIV-XVII)*, pp. 280-297. Angra do Heroísmo: Instituto Histórico da ilha Terceira; Bragaglia, P. (1994). *Lucas e os Canecas: Mercadores e Navegadores de Génova na Terceira (sécs. XV e XVI)*. Angra do Heroísmo: Direção Regional dos Assuntos Culturais; Leite, J.G.R. (2012). *7 Ensaios Sobre o Povoamento dos Açores*. Angra do Heroísmo: Edições BLUE.

[15] Cf. Meneses, A.F. (1984). Insegurança e Revolta na Relação Entre Açorianos e Soldados Estrangeiros (1580-1590). *Revista de História das Ideias*, vol. 5, pp. 193-222.

[16] Cf. Monjardino, A (1982). A Região Autónoma dos Açores nas suas Implicações Internacionais. *Boletim do Instituto Histórico da ilha Terceira*, Vol. XL, pp. 205-654.

[17] Cf. Rezendes, J.A.F. (abril de 2010). A fortificação da Idade Moderna nos Açores: o caso específico das Ilhas de São Miguel, Terceira e São Jorge. Conferência proferida no *VI Seminário Regional de Cidades Fortificadas e Primeiro Encontro Técnico de Gestores de Fortificações*, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil; Melo. J. (2016). *Açores, o Segredo das Ilhas*. Lisboa: D. Quixote. (Nesta última obra, que constitui um roteiro de viagem (João de Melo é mais conhecido como romancista), o autor refere a opção de populações desguarnecidas pela negociação com piratas e corsários, situação particularmente bem conhecida na pequena ilha do Corvo). Monjardino, A. (1982). *Op. cit*.

estrangeiras, quer de Lisboa (ou de Madrid no período da ocupação espanhola). Umas vezes esses interesses podem ser associados a momentos de prosperidade e outras a momentos de depressão, dos quais resultam crises económicas e sociais profundas. Por vezes, as ilhas são limitadas na sua liberdade de ligação ao mundo por via de compromissos assumidos por Lisboa (aconteceu também com Madrid sobretudo em relação a interesses ingleses e franceses), o que provoca revolta local pelo que pode ser designado por custo de oportunidades perdidas. Os privilégios concedidos localmente a interesses externos são, ao longo da história, momentos em que o centro político é acusado invariavelmente de ações injustas e discriminatórias[18].

1.3. Consciência política

O tráfego internacional e a associação a outras funções, entre as quais as militares – que mais nos importam -, trouxeram riqueza ao arquipélago açoriano, mas também trouxeram ciclos de depressão, por exemplo com forte impacto na emigração. O impacto das estratégias nacionais que envolvem compromissos com reflexos nos Açores foi sendo percebido nas ilhas, enquanto os favores concedidos no comércio a estrangeiros exasperavam as elites locais, sendo que são elas quem detém capacidade de protesto audível. Por outro lado, os açorianos aperceberam-se desde cedo que a associação do arquipélago a interesses externos acabava por implicar custos muito significativos, por exemplo na construção de fortificações, cuja justificação estava ligada precisamente à proteção de interesses que pouco tinham a ver com necessidades resultantes da vida interna nas ilhas[19]. Mais recentemente surgiu a consciência dos impactos ambientais, culturais, sociais, entre outros, que veremos ao longo do nosso trabalho.

No início século XVIII começa a ser teorizada uma fórmula política que pretendia potenciar a favor das ilhas o envolvimento do arquipélago nos fluxos internacionais de comércio. O autor desta ideia (ou o autor que sintetiza as ideias que fervilham à altura) é o jesuíta António Cordeiro[20], que pugna por uma fórmula de governo que atenda à dispersão das ilhas e domicilie localmente rendimentos do comércio marítimo. Porém, a proposta não vingou, em parte porque a crise que a poderia sustentar acabou por ser ultrapassada por via do comércio com o Brasil[21].

[18] Cf. Meneses, A. F. (2012). *Op. cit*.
[19] Cf. Monjardino, A (1982). *Op. cit*.
[20] Cordeiro, A. (1981). *História Insulana das Ilhas a Portugal Sujeytas no Oceano Occidental*. Ilha Terceira: Secretaria Regional de Educação e Cultura.
[21] Cf. Monjardino, A (1982). *Op. cit*.

No século XIX ganham forma os argumentos independentistas ou separatistas, primeiro a partir de um livro publicado em Inglaterra em 1813[22], que defendia a ligação política dos Açores a Inglaterra com o estatuto de colónia, depois, no anos setenta, como reação ao iberismo e à derrocada do império espanhol às mãos dos norte-americanos – e sempre alegando o desprezo a que as ilhas seriam votadas por Lisboa -, neste caso apontando para um protetorado dos EUA[23]. Os argumentos de 1813 e que justificariam a separação de Portugal (com ou sem ligação a outra potência), acabam por ser utilizados nos Açores durante um século e meio, com surtos particularmente agudos sempre que as ilhas são afetadas por depressão económica ou mesmo em momentos de confusão política em Lisboa. As ideias de ligação política aos EUA, que surgem muitas vezes associadas a comunidades açorianas radicadas em diversos estados norte-americanos, estendendo-se depois às ilhas (particularmente S. Miguel), revelam-se virulentas, em termos verbais, durante a I Guerra Mundial, aparentemente sob influência da instalação de uma base naval dos EUA em Ponta Delgada. Um novo surto independentista ou separatista vem a ocorrer no contexto da Revolução portuguesa de 1974, podendo – o que é muito incerto - estar ligado a eventuais ações de desestabilização norte-americanas em Portugal antes dos acontecimentos de 25 de novembro de 1975, como veremos. O caminho deste movimento, que não vingou, poderia levar a um protetorado norte-americano, conforme admitem alguns autores, como também veremos.

O centro político, enquanto pode, vai respondendo às dinâmicas políticas endógenas nos Açores com estratégias conhecidas localmente como pretendendo unir para dominar e que sempre foram combatidas pelas elites açorianas. Assim acontece, por exemplo, com o Governo-Geral espanhol no tempo da ocupação (a tentativa de governo centralizado só acontece no início da ocupação, vindo as estruturas de poder tradicionais a reocupar aos poucos o seu espaço) e com a Capitania Geral, implantada desde meados do século XVIII (1766-1830). A figura do Ministro da República (hoje Representante da República), criada com o advento da Autonomia de 1976 (quando Lisboa já não consegue impor soluções centralistas de governo das ilhas), é vista como sucessora dessas tentativas de unir para dominar, "…embora desligada de quase toda a Administração Pública das regiões autónomas"[24]. Por seu lado, os poderes militar e religioso desde sempre se organizaram nas ilhas em modelos de poder centralizado. Álvaro Monjardino entende que, no geral, estas formas de governo centralizado das ilhas estão relacionadas, não com objetivos de melhor governar em favor dos açorianos, mas sim com a importância

[22] Ashe, T. (1813). *History of the Azores or Western Islands*. London: Sherwood, Neely and Jones. As teses defendidas neste livro não podem ser desligadas dos interesses ingleses na América do Sul, tendo presentes o fim dos impérios ibéricos na zona e a perda das colónias inglesas a norte.
[23] Cf. Monjardino, A (1982). *Op. cit*.; João, M.I. (1991). *Os Açores no Século XIX. Economia, Sociedade e Movimentos Autonomistas*. Lisboa: Cosmos.
[24] Monjardino, A (1988). *Op. cit*., p. 202.

estratégica das ilhas: "…na sua base estava a consideração daquele vetor, daquela implicação, em suma, estava um fator extrínseco, para além das necessidades internas do arquipélago"[25].

1.3.1. "Racionalização política da dependência do exterior"

A relação conturbada entre os Açores e Lisboa induzida pelas funções desempenhadas pelas ilhas em diversos contextos internacionais – esse papel é histórico, como se viu - vem a conhecer desenvolvimentos muito significativos com a Revolução de 1974, embora os primeiros indícios de uma nova vontade açoriana para ser parte dos benefícios para Portugal – ou de quaisquer benefícios em abstrato, uma vez que os benefícios concretos para Portugal não são à altura públicos e parecem não ser do conhecimento das elites regionais - se registem já nos últimos dias do Estado Novo, quando os deputados açorianos na então Assembleia Nacional abordam o assunto e entregam ao Presidente do Conselho um documento com aspetos de interesse económico e político que deveriam beneficiar os açorianos[26]. Estão em causa sobretudo as contrapartidas associadas à Base das Lajes.

Logo após a Revolução, um surto independentista ou separatista, como já se referiu, servia de pano de fundo à eventual necessidade de uma negociação própria da posição geoestratégica das ilhas como suporte a uma possível separação de Portugal então envolvido em confusões revolucionárias. Os açorianos pouco sabiam sobre o real valor do espaço geoestratégico dos Açores, traduzido em contrapartidas existentes ou potenciais, mas falava-se em "…verbas fenomenais"[27] como contrapartida pelo uso das Lajes. Uma outra linha de pensamento regional, que vingou, defendia que o novo regime constitucional português deveria garantir a participação dos Açores nos benefícios que resultassem das negociações internacionais com incidência direta nas ilhas. No turbilhão de ideias surgiu outra reivindicação, que pretendia envolver o arquipélago nas negociações. Estas duas ideias acabaram, no que diz respeito às chamadas localmente, hoje, competências internacionais (ou externas) da Região, por marcar os interesses açorianos nas negociações que redundaram na Constituição de 1976. O que estava em causa era o que Álvaro Monjardino designa de "…racionalização política da dependência do exterior…", que tem por base a ideia de que a utilização do espaço geoestratégico dos Açores tem que reverter em benefícios para "…os povos da Região…"[28] (no fundo, parece que era retomada a ideia de António Cordeiro, que se viu). O ponto de partida – chamemos-lhe a primeira conquista – consistiu no reconhecimento, nos debates constituintes, que Açores e Madeira teriam direito

[25] Monjardino, A (1988). *Op. cit*., p. 202.
[26] Monjardino, A (1982). *Op. cit*.
[27] *Idem, ibidem.*, p 217.
[28] *Idem, ibidem.*, p. 222.

de participação em certas relações internacionais de Portugal, acabando o texto constitucional por fixar o direito de participação nas negociações de tratados e acordos internacionais que lhes digam respeito (entenda-se: com incidência no seu território), bem como nos benefícios que daí decorram[29]. O texto foi aprovado por unanimidade, mantendo-se inalterado até ao presente (a última revisão constitucional é de 2005). Faltava, porém, operacionalizar tanto a participação, como o acesso aos benefícios, o que poderia ser feito – ou tentado… - na "constituição" regional: o Estatuto.

O primeiro Estatuto Político-Administrativo dos Açores esqueceu as negociações, fixando-se nos benefícios, procurando incluir os que têm a ver com águas territoriais e a chamada zona económica exclusiva. Nas revisões seguintes foram sendo incluídas questões de Direito Internacional em que a Região tem interesse específico, como seja, para o que mais nos interessa, a utilização do território por entidades estrangeiras, em especial bases militares. A participação nas negociações é definida como tendo concretização através da representação na delegação nacional encarregue das negociações, bem como nas comissões de execução e fiscalização, enquanto os benefícios devem ser investidos em projetos de desenvolvimento. O próprio Estatuto estabelece que a audição e a participação devem ser enquadradas através de protocolos a estabelecer entre a Região e o Estado[30], mas estes protocolos acabaram por nunca ser negociados, muito menos assinados, como é óbvio.

O problema da participação acabou por ser resolvido no programa do primeiro governo constitucional, que estipula: "…os respetivos órgãos regionais serão chamados a fazer-se representar nas delegações que negociarão os acordos internacionais, de modo que aí possam defender os interesses das populações que representam…". Porém, a divisão de contrapartidas nunca foi regulamentada, o que acabou por dar origem a crises periódicas nas relações Açores-Lisboa. De pouco serviu, neste particular, o que sobre o assunto ficou escrito no programa do primeiro governo constitucional: "Procurar-se-á fazer com que das contrapartidas económicas ou financeiras eventualmente obtidas em tais acordos seja preferencialmente beneficiário o

[29] Constituição da República Portuguesa, aprovada a 2 de abril de 1976. Acedido em setembro de 2016, disponível em http://www.parlamento.pt/parlamento/documents/crp1976.pdf. "Artigo 229.º (Poderes das regiões autónomas) 1. As regiões autónomas são pessoas colectivas de direito público e têm as seguintes atribuições, a definir nos respectivos estatutos: (…); l) Participar nas negociações de tratados e acordos internacionais que directamente lhes digam respeito, bem como nos benefícios deles decorrentes".

[30] Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores. Lei n.º 39/80, de 5 de agosto, revista pelos seguintes diplomas: Lei n.º 9/87, de 26 de março – 1ª revisão Lei n.º 61/98 de 27 de agosto – 2ª revisão Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro – 3ª revisão. Acedido em setembro de 2016, disponível em http://www.alra.pt/index.php/estatuto-politico-administrativo.

desenvolvimento de cada um dos arquipélagos"[31]. Nos Açores há um entendimento generalizado que aponta para o incumprimento desta declaração de princípios[32]. Em qualquer caso, ficavam de fora as contrapartidas imateriais, essas de contabilização muito difícil ou mesmo impossível. Também ficavam de fora as contrapartidas militares, que ninguém percebia como poderiam ser transformadas em algo de quantificável para o que interessava aos Açores, designadamente, investimento.

É possível admitir, conforme é alegado em algumas correntes de pensamento nos Açores, que a Região tenha negociado com Lisboa, em segredo, uma solução para o problema das contrapartidas no âmbito da Lei das Finanças das Região Autónomas (a primeira é de 1997 e a mais recente de 2013). Nessa lei, depois de explicitados os compromissos assumidos pelo Estado quanto a transferências para as regiões e a receitas próprias destas, é referido, aparentemente a despropósito, que o acordado "Não prejudica as prerrogativas constitucionais e estatutárias das regiões autónomas, designadamente as referentes aos direitos de participação nas negociações de tratados ou acordos internacionais"[33]. Porém, o direito de participar nos benefícios, que é constitucional e estatutário, não é referido, parecendo ficar excluído, sendo a partir desta omissão que é admitida a possibilidade de a Região e o Estado considerarem resolvida nesta lei a divisão de benefícios. Esta tese nunca foi admitida/validada por responsáveis políticos nem nos Açores nem em Lisboa. Porém, os Açores deixaram de falar em contrapartidas financeiras, o que também pode ser enquadrado no Acordo das Lajes de 1995, que deixou de contemplar contrapartidas para os Açores, substituídas por cooperação entre a Região e os EUA, considerada, no entanto, insatisfatória nos Açores[34].

1.4. Conquista de espaço em áreas tradicionais do Estado

Fica atrás claro que os arquipélagos portugueses – interessa-nos o caso dos Açores – acabaram, com o advento da autonomia regional em 1976 – embora tal deva ser entendido como o culminar de um processo que começa praticamente com o povoamento português das ilhas açorianas -, mas ainda antes, no processo constituinte, por adquirir um protagonismo que pode

[31] Programa do I Governo Constitucional, s/d. Acedido em setembro de 216, disponível em http://www.portugal.gov.pt/media/464012/GC01.pdf., p. 10. O programa foi apresentado à Assembleia da República a 2 de agosto de 1976.
[32] Mendes, A. (2006). *Op. cit*.
[33] Lei das Finanças das Regiões Autónomas. Diário da República, n.º 168, 2 de setembro de 2013 – 1ª série. "Título VIII Disposições finais e transitórias. Artigo 70.º Cláusulas de salvaguarda. O disposto na presente lei: (…) c) Não prejudica as prerrogativas constitucionais e estatutárias das regiões autónomas, designadamente as referentes aos direitos de participação nas negociações de tratados ou acordos internacionais", p. 5439.
[34] Mendes, A. (2006). *Op. cit*.

ser considerado significativo numa área habitualmente fechada e exclusiva do poder político nacional, que tem a ver com as relações externas. Tais prerrogativas regionais, particularmente no que diz respeito a questões militares, não tinham paralelo à altura e terão resultado, por um lado, dos efeitos da pressão açoriana facilitada pela confusão instalada no ambiente político pós-Revolução e, por outro, de receios evidentes na classe política nacional que apontavam para uma possível perda dos Açores – depois de perdidas as colónias de África – sem essa espécie de contrapartida que se esperava tivesse como consequência a recusa local dos ideais independentistas ou separatistas, que, aliás, fervilhavam sobretudo nas comunidades açorianas emigradas nos EUA e mesmo dentro do Senado, expressas através de senadores como Jesse Helms e Strom Thurmond[35]. Autores como Álvaro Monjardino acreditam, porém, que os receios de Lisboa resultavam de ignorância face ao real peso do independentismo nas ilhas, que seria diminuto[36].

Conforme refere Avelino Meneses,

> …o posicionamento no meio do Atlântico transforma as ilhas em expedientes de abertura ao mundo e em incentivo de correspondência transoceânica, conferindo ao arquipélago a dimensão de centralidade. Assim, no progresso das civilizações a relevância dos Açores supera a sua reduzida expressão nos domínios da dimensão territorial, do efetivo demográfico e da produção de riqueza e reclama ainda por representação política efetiva e condigna, isto é, autónoma[37].

Parece ficar assim claro que os papéis desempenhados pelos Açores ao longo da História e que se integram em dinâmicas que são sempre exteriores às ilhas, acabam por determinar a relação estabelecida com o centro político nacional, ou seja, com Lisboa. A própria ideia de autonomia, embora insipiente nas suas formas iniciais, está ligada aos altos e baixos, em particular no que diz respeito à economia dos Açores, dos proveitos para as ilhas resultantes da utilização do seu espaço geoestratégico, quer para fins civis, quer para fins militares. A perceção de que as ilhas podem – como muitas vezes acontece – sofrer consequências de arranjos em que Lisboa se envolve nos sistemas internacionais e que condicionam a capacidade local de criar riqueza, mais acirra os ânimos autonomistas ou mesmo independentistas ou apenas separatistas, neste caso com racionalizações que apontam para uma mudança de tutela sempre ligada à potência que domina o Atlântico. Em qualquer caso, no mínimo os Açores querem partilhar com Lisboa os benefícios que o país possa usufruir do uso ou da negação de uso das ilhas.

A perceção não só do determinismo das estratégias globais no condicionamento da vida nas ilhas em múltiplas facetas, mas também dos papéis que Lisboa desempenha nesses processos –

[35] Cf. Brasil, A. (2007). Açores: a pátria que não foi. *Atlântida*, vol. LIII, pp. 119-135.
[36] Monjardino, A. (1988). *Op. cit*.
[37] Meneses, A. F. (2012). Op. cit., p. 17.

quer compulsivamente, quer por iniciativa própria -, leva ainda a que os Açores procurem protagonismo na relação estabelecida entre o centro político nacional e as potências com interesses nas ilhas. O caso da relação com os EUA, que em especial nos interessa neste trabalho, parece exemplar. Desde logo, os Açores ganham o direito de terem representantes nas negociações que preparam e estabelecem negociações com incidência nas ilhas e também nas comissões de execução e fiscalização do acordado. Mas vão mais longe. Por exemplo, têm espaço de manobra em negociações diretas, embora informais, com potências estrangeiras[38] e para alterar o nível institucional da representação nas negociações, como acontece desde que os EUA resolveram iniciar um processo de redução nas Lajes (processo iniciado em 2012), tendo a representação evoluído de um alto funcionário para o Próprio Presidente do Governo Regional[39]. Por fim, a Região evoluiu para outra dimensão, atribuindo responsabilidades, aliás quantificadas, ao Estado português e aos próprios EUA num programa que procura soluções para compensar a depressão económica associada à redução nas Lajes e para descontaminar solos e aquíferos poluídos a partir dessa infraestrutura[40]. Este parece ser um passo muito significativo nas relações políticas Açores-Lisboa motivado pelos impactos da presença militar estrangeira nas ilhas.

1.5. Do problema central

A historiografia açoriana, como vimos sucintamente, não pode passar ao lado do peso do exterior (que se projeta, aliás, sobre as ilhas, incluindo-as em processos que as afetam profundamente), que é decisivo, na estruturação da vida nas ilhas aos mais variados níveis, o que inclui a formação de ideias políticas. Ou seja, a dimensão externa determina ao longo da história a perceção que os açorianos têm de si e do seu lugar no mundo, o que inclui a relação com o centro político nacional, que é desde cedo questionada, originando uma relação dialética que envolve centralismo, desconcentração, autonomia, independentismo, separatismo com apetites de ligação política às potências que dominam o Atlântico – e evolui para reivindicações, com consequências práticas, relacionadas com áreas tradicionalmente reservadas ao Estado… Ao longo das partes e dos capítulos do nosso trabalho, que procurámos dividir numa lógica de coerência ideológica e cronológica, será possível tentar perceber, sendo essa uma preocupação essencial, em que medida as estratégicas globais que afetam os Açores acabam por condicionar o enquadramento da Região no espaço nacional português. Não podemos esquecer que nos

[38] Vasco Cordeiro voltou a Washington para negociar redução militar nos Açores, 17 de junho de 2013. *Público*.
[39] Vasco Cordeiro lidera comitiva dos Açores na reunião bilateral Portugal/EUA de hoje, 11 de fevereiro de 2015. *Diário dos Açores*;
[40] Cf. Governo dos Açores (fevereiro de 2015). Plano de Revitalização Económica da Ilha Terceira.

fixamos na presença militar norte-americana nos Açores (primeira e segunda guerras mundiais, Guerra Fria e pós-Guerra Fria). Os processos de criação de bases adotados pelos EUA (no âmbito de estratégias globais que podem ser compreendidas a partir da documentação hoje disponível), bem como a estratégia portuguesa para captar recursos nos sistemas internacionais e a natureza dos contratos celebrados entre inquilino e hospedeiro, determinam impactos locais que estabelecemos partindo do quadro geral identificado para as bases norte-americanas à escala global. Do cruzamento destas realidades com o que se passou de facto nos Açores em relação às bases estudadas chegamos a conclusões, interessando-nos como questão essencial o determinismo que estas realidades terão assumido na relação política Açores-Lisboa. Assim, a questão a que antes de mais procuramos dar resposta é a seguinte:

- Em que medida a presença militar norte-americana nos Açores, no âmbito de estratégias globais que envolvem as ilhas, acabou por condicionar o enquadramento dos Açores no todo nacional?

Parece-nos que esta questão reveste-se de alguma originalidade. Desde logo porque os trabalhos que se fixam na realidade açoriana e que se relacionam com o tema que tratamos, não vão além dessa dimensão local. Depois, porque aqueles trabalhos que procuram documentação nacional e estrangeira relevante para perscrutar o nível estratégico, quer político, quer militar, fixam-se nas estratégias globais ou portuguesas, ou então cruzam os dois níveis. Nestes casos não é feita a ligação entre as grandes estratégias e os seus impactos específicos locais, sobretudo aqueles que têm a ver com as dinâmicas que daí resultam no relacionamento entre os centros políticos local (Açores) e nacional (Lisboa).

Estando a questão que colocamos centrada no que pretendemos seja essencial e inovador neste trabalho, a verdade é que do cruzamento de dimensões do fenómeno que estudamos ressaltarão necessariamente outras questões que enunciaremos e às quais tentaremos também dar respostas.

2. Da Metodologia

2.1. A questão dos impactos

A resposta à questão central que enunciamos deve ser enquadrada no âmbito vasto dos impactos positivos e negativos das bases, designadamente das bases norte-americana, particularmente no sistema da Guerra Fria (o tempo mais longo de que nos ocupamos), mas também em outros sistemas, como sejam os que estão associados à I Guerra Mundial e ao tempo pós-Guerra Fria. Os estudos sobre os impactos abrangem zonas do globo as mais variadas e apontam para um vasto espetro. O cruzamos dos dados disponíveis, que realizamos com alguma exaustão, aponta

para impactos que podem ser sintetizados em económicos, ambientais, sociais, políticos e culturais. Os dados disponíveis indicam também que a profundidade e a extensão dos impactos dependem, em boa parte, do modelo de instalação das bases, da longevidade (sendo que ao encerramento ou à diminuição da presença também estão associados impactos específicos), da dimensão das infraestruturas e dos modelos de negociação adotados entre as partes (hospedeiro e inquilino), que estão relacionados com as visões (importância, alternativas, etc.) e aspirações de cada parte sobre os bens em causa. O cruzamento de dados que realizamos permite perceber que no geral os EUA instalam bases de acordo com as suas necessidades e por processos (muitos deles em simultâneo) que podem ser sintetizados em conquista; derrota e ocupação; passagem de mão; remoção de habitantes, e pagamentos. A valorização das infraestruturas está dependente do seu valor de mercado, ou seja, importância nas redes globais e regionais de bases e existência ou não de alternativas, sendo que na maior parte dos casos o bem é pago, ou seja, os EUA estabelecem acordos com os países hospedeiros com longevidade variável e com contrapartidas associadas sobretudo a bens militares, ajuda económica e mesmo financeira e apoios imateriais. Esta realidade geral serve de base para colocar hipóteses e estuda-las no caso específico de que nos ocupamos.

Este quadro vasto permite-nos selecionar a bibliografia pertinente e a documentação que pode ajudar a perceber os impactos internos nos Açores associados às bases que estudamos, designadamente a Base Naval de Ponta Delgada (I Guerra Mundial), a Base de Santa Maria (II Guerra Mundial) e a Base das Lajes (II Guerra Mundial, Guerra Fria e pós-Guerra Fria). De entre as muitas variáveis que poderíamos analisar, privilegiamos aquelas que resultam como principais do quadro geral à escala global, o que fazemos com o recurso, em particular, a documentação norte-americana que descreve reuniões em processos significativos de negociação e que aborda perceções e intenções norte-americanas em relação aos Açores, sendo uma vezes clara e ficando-se em outras vezes por declarações enigmáticas ou pouco claras, e portuguesa que dá conta (particularmente na I Guerra Mundial) do evoluir da situação político-militar e diplomática no arquipélago e do ambiente local resultante da presença estrangeira e das capacidades relativas (hospedeiro e inquilino) para garantir o bem-estar e a defesa das populações. Bibliografia que julgamos pertinente ajuda-nos a completar, sempre que isso é possível, um *puzzle* que por vezes se afigura difícil de montar, como são exemplos os surtos de independentismo ou separatismo que podem ser associados à Base Naval de Ponta Delgada e à Base das Lajes, neste último caso no enquadramento da Revolução de 1974. O peso das comunidades açorianas emigradas nos EUA não pode ser descurado em particular nestes casos. O recurso a estudos de análise de situações específicas completa a metodologia adotada para tentar apurar os reais impactos das bases norte-americanas em causa.

A consciência local dos impactos das bases norte-americanas não pode ser dissociada da História dos Açores e pode explicar-se em grande parte por aí, uma vez que a racionalização política da dependência externa está ligada em particular às consequências das estratégias globais ou regionais no Atlântico – e das ações ou inações nacionais nessas estratégias - que desde sempre afetam as ilhas, umas vezes positivamente, mas muitas vezes negativamente, gerando ciclos de miséria e emigração e processos políticos de aperto do centralismo, que tendem a instituir-se como resposta a contestação local. Tal consciência política está associada aos benefícios económicos, financeiros e outros, resultantes da utilização das ilhas e que não ficam nas ilhas, nem as preparam, com investimentos, para resistir aos ciclos de menor importância geoestratégica (ou de suposta menor importância, situação que ocorre em especial quando as ilhas são envolvidas em estratégias de negação), como aconteceu, por exemplo, com as dinâmicas do comércio do Brasil ou com a transição da navegação à vela para a navegação a vapor. Esta constatação histórica, que tem um peso decisivo na construção de ideias políticas nas ilhas que afetam profundamente a relação com o centro político nacional, explica a importância que neste trabalho concedemos às chamadas contrapartidas pela utilização das bases, uma vez que são elas – isto quando estudamos os efeitos locais das dinâmicas globais que afetam as ilhas -, ocorrendo, embora, através dos mais variados processos e meios, que se assumem, historicamente, como o detonador de ideias políticas que evoluem para processos conflituais com o centro político português.

Não é, porém, fácil perceber os impactos das bases militares apenas através de documentação portuguesa e dentro desta de documentação açoriana – no primeiro caso diminuta, exceto para a I Guerra Mundial e no segundo praticamente inexistente -, o que nos obriga ao recurso a documentos e estudos norte-americanos designadamente para perceber, por exemplo, os impactos económicos das bases (sendo especial o caso da Base das Lajes, pelo tempo longo da sua existência e pela dimensão que assumiu) e os impactos ambientais, também centrados na Base das Lajes. No primeiro caso são os próprios norte-americanos que desenvolvem metodologias para perceber o impacto da sua presença na economia local, construindo fórmulas que não têm contraponto português, e no segundo caso os estudos que detetam e analisam os problemas que vão surgindo são também de iniciativa exclusiva norte-americana e até muito recentemente, quando apareceu o primeiro e até agora único estudo português, que analisaremos, tal como os documentos norte-americanos. Os próprios surtos de independentismo/separatismo que podem ser associados às bases que estudamos são em boa parte analisados a partir de documentação norte-americana, o que também se explica por ausência de documentação portuguesa pertinente face às perspetivas de abordagem que privilegiamos.

Não é possível estudar os impactos das bases sem estudar as suas funções, o que fazemos também em boa parte com base em documentação e estudos norte-americanos que dão conta dos papéis desempenhados pelas bases. Por exemplo, só é possível perceber a contaminação local com hidrocarbonetos face a funções associadas ao reabastecimento, tal como só é possível perceber o impacto económico tendo presente que para desempenhar determinadas funções são necessárias determinadas infraestruturas e determinados quadros de pessoal que induzem riqueza de acordo com as tais fórmulas norte-americanas que referimos atrás. De igual modo, a atenção à contração de funções e ao consequente *downsizing* ao nível da presença humana é um método que nos parece eficaz para tomar consciência da dimensão dos impactos na economia resultantes do decréscimo da pujança de uma economia de base militar. Por outro lado, a natureza de uma base, segundo uma escala definida pelos próprios EUA, permite perceber o peso dos recursos culturais utilizados – música, televisão, rádio, etc. – e determinar um eventual processo de aculturação na população indígena, que depois é testado, por exemplo, na evolução concreta da cultura musical entre as populações locais. Todos estes testes são desenvolvidos no nosso trabalho utilizando uma metodologia qualitativa, com recurso a bibliografia e documentação que nos parecem pertinentes.

Procurando num quadro vasto dos impactos das bases estudar o problema que se levanta na questão central – e que está relacionado com a relação política Açores-Lisboa induzida pelos impactos locais de estratégias globais -, resultam, como vimos, uma série de problemáticas colaterais que nos parecem merecedoras de uma atenção especial, por isso nos questionamos sobre elas, não recusando ensaiar respostas, particularmente em relação àquelas que trabalhamos com mais profundidade. Assim, aparecem-nos como questões secundárias óbvias:

- Quais os principais impactos locais das bases dos EUA nos Açores aos níveis económico, ambiental, social e cultural?

- Quais os principais impactos que estão associados à redução da presença ou ao encerramento de uma base norte-americana nos Açores?

- Qual o papel da natureza dos contratos entre hospedeiro e inquilino na gestão quotidiana de uma base norte-americana nos Açores?

- Qual o papel da natureza dos contratos na obtenção de contrapartidas por parte do país hospedeiro (Portugal)?

- Que impactos podem resultar da defesa deficiente por parte do país hospedeiro, em caso de guerra, de uma zona geográfica (os Açores) onde está instalada uma base militar norte-americana?

- Como se estabelece a relação entre os Açores e Lisboa à volta das bases?

- Que papel desempenham as comunidades açorianas emigradas nos EUA na relação Açores-Lisboa motivada pela existência de bases norte-americanas nas ilhas?

2.2. Da situação geral

Não é possível perceber os impactos de uma base e muito menos a sua existência, sem que o cenário global ou pelo menos regional, em que essa base surge seja analisado e sem que o quadro global relativo às bases (dos modelos de instalação às funções, passando por objetivos políticos e diplomáticos prosseguidos a partir das bases, etc.) seja percebido. A base deve resultar naturalmente das estratégias globais ou regionais. Se esse enquadramento não for estabelecido, a base aparecerá sempre como uma espécie de elemento estranho, sem ou com pouco sentido. Esta necessidade de conhecimento pode revelar-se particularmente aguda quando se pretende perceber momentos negociais. Se o quadro geral não for estabelecido com rigor, o valor do bem será sempre uma incógnita. Por outro lado, o desconhecimento do quadro global de instalação das bases, das suas funções e das estratégicas políticas e diplomáticas que são possíveis e de facto acontecem a partir das bases, inibe, por falta de contexto, a compreensão cabal e significativa dos processos locais, que podem até passar despercebidos.

Procuramos no nosso trabalho estabelecer esse quadro global, desde logo através do estudo de documentos fundamentais de estratégia dos EUA ou conjuntos nos casos das primeira e segunda guerras mundiais, sendo a compreensão dos fenómenos em causa complementada com estudos específicos e bibliografia selecionada. Desde logo, estes instrumentos permitem seguir os percursos que justificam as bases nos Açores, mas permitem também perceber processos negociais em que se envolvem futuros inquilinos e hospedeiros, determinando os papéis respetivos de cada parte no estabelecimento de estratégias, no caso para o Atlântico, bem como as respetivas motivações – e bem assim a perceção que cada parte constrói das motivações da outra. Por fim, as funções das bases, que procuramos estabelecer, também só fazem sentido e, mais ainda, só são compreendidas, se resultarem da aplicação concreta das estratégias definidas. Por exemplo, o papel dos Açores na estratégia nuclear norte-americana só pode ser entendido se for possível traçar, nem que seja em grandes pinceladas, como tentamos fazer, o quadro global da estratégia nuclear norte-americano. Procuramos no nosso trabalho construir esses *puzzles* com as peças mínimas que nos parecem indispensáveis.

Mas as bases, dependendo do seu modelo de instalação, podem estar associadas a modelos de negociação que terão que ser compreendidos numa prática, do inquilino e do hospedeiro, de

tempo longo, sob pena de a própria documentação existente ser de compreensão difícil. No nosso caso, estabelecemos os principais modelos de instalação de bases por parte dos EUA e cruzamos o resultado dessa análise casuística com a capacidade histórica portuguesa para conseguir recursos nos sistemas internacionais, no caso através da negociação de ativos geoestratégicos nos Açores. Os modelos de contrato são também importantes, porque ou fecham as negociações por tempos muito longos ou, pelo contrário, são de tempo curto e pela sua própria natureza induzem ciclos negociais frequentes. Estabelecemos a natureza dos contratos que vão vigorando nos casos das bases estudadas e retiramos daí consequências no que diz respeito à capacidade negocial portuguesa – que deve, aliás, ser entendida no cruzamento da disponibilidade norte-americana para instalar bases por negociação com a capacidade portuguesa para negociar ativos geoestratégicos e a natureza dos contratos estabelecidos.

Os quadros atrás referidos são traçados tendo como referências centrais – são os fenómenos que procuramos compreender - a Base Naval de Ponta Delgada (I Guerra Mundial) a base de Santa Maria (II Guerra Mundial) e a Base das Lajes (II Guerra Mundial, Guerra Fria e pós-Guerra Fria). Em relação a estas bases – a cada uma delas – e tendo presentes os contextos em que se apresentam, assumem-se de novo questões secundárias que teremos que restringir a algumas essenciais, sob pena de nos alongarmos para várias teses de doutoramento. No entanto, há questões incontornáveis a que tentaremos responder:

- Qual a visão dos responsáveis de Lisboa sobre as motivações americanas em relação aos Açores?

- Qual o papel ativo de Lisboa na elaboração de estratégias para o Atlântico?

- Qual a motivação essencial dos EUA para o estabelecimento de bases nos Açores?

- Que modelos são utilizados na instalação das três bases em estudo?

- O que justifica o encerramento de bases norte-americanas nos Açores?

- O que justifica a permanência da Base das Lajes num tempo longo?

- Qual a capacidade demonstrada por Portugal para conseguir contrapartidas pelo uso norte-americano de ativos geoestratégicos nos Açores?

- Quais as contrapartidas para os Açores que resultam das três bases estudadas?

3. Das fontes

Tanto a questão principal como as questões derivadas às quais procuramos dar respostas estão intimamente ligadas com as fontes com que trabalhamos. Desde logo porque a consulta exploratória de fontes levanta questões que ficariam em aberto sem a procura sistemática de novas fontes que aos poucos vão fazendo luz sobre os factos percecionados e os seus contextos, levantando, em simultâneo, novas questões – tudo isto no âmbito de um processo que poderia revelar-se interminável, o que significa que num determinado momento a pesquisa tem que ser dada como concluída. Idealmente, espera-se que o cruzamento de fontes leve pelo menos a uma aproximação à verdade, no caso a verdade científica, sendo certo que esta verdade está interminavelmente em construção.

Estamos focados na grande estratégia norte-americana - e aliada nos casos das primeira e segunda guerras mundiais e quando esta se cruza com a estratégia dos EUA e em especial no que diz respeito ao Atlântico e que pode afetar os Açores – num tempo longo que começa ainda na I Guerra Mundial e se prolonga até aos tempos pós-Guerra Fria, sendo que, nesses contextos, procuramos perceber os papéis que Portugal vai desempenhado quando está em causa a utilização de ativos geoestratégicos que lhe pertencem (no caso nos Açores). Estamos também focados nas funções das bases instaladas pelos EUA nos Açores e nos seus impactos e também nas negociações que justificam acordos e contrapartidas. A panóplia de fontes de que nos socorremos é tão vasta ao ponto de aqui apenas referirmos as que nos parecem mais relevantes.

De entre a documentação norte-americana, merece destaque o acervo designado por *Foreign Relations of the United States* (FRUS) (a partir de 1943), acedido através de diversas localizações e que, através do relato de conversações, de correspondência e de relatórios diversos permite perceber não só as intenções dos EUA em relação aos Açores, como o decorrer de negociações com vista à obtenção de ativos geoestratégicos, como ainda o protagonismo que os EUA vão permitindo a Portugal. Este acervo permite traçar um quadro das estratégias utilizadas tanto pelos EUA como por Portugal nos processos negociais. Um outro arquivo importante está depositado no *Franklin D. Roosevelt Library&Museum* e documenta, especificamente, as negociações que culminaram com o acesso dos EUA a Santa Maria, deixando perceber (o que também acontece com o acervo FRUS), por exemplo, que as intenções norte-americanas em relação àquela base (e aos Açores) estão muito para além do contexto restrito da II Guerra Mundial. Documentos libertados pela *Central Intelligence Agency* (CIA) são relevantes, por exemplo, para tentar perceber o independentismo/separatismo nos Açores após a Revolução portuguesa de 1974. A grande estratégia é por nós percebida através de documentos que nuns casos traçam os quadros gerais e noutros descem a pormenores operacionais. São relevantes, entre outros, os documentos do *Department os Defense* (DOD), da *White House* e do *National Security Council* (NSC) – sendo estes últimos particularmente relevantes para perceber os papéis dos Açores, por exemplo, em determinados períodos da

Guerra Fria -, bem como documentos arquivados no *The World War I Document Archive*. É ainda relevante toda a documentação resultante das cimeiras da II Guerra Mundial, que define a grande concetualização estratégica e ações concretas no terreno. Os papéis que vão sendo atribuídos aos Açores estão bem definidos nesses documentos. Servimo-nos ainda de relatórios do *GAO – US Government Accountability Office* (órgão de fiscalização do Congresso), que permitem perceber as várias perspetivas em presença sobre os mais variados aspetos relacionados com os fenómenos que estudamos. Por fim, merece particular relevância o arquivo da USAID - *United States Agency for International Development*, particularmente no que diz respeito ao levantamento dos apoios dos EUA a praticamente todos os países do mundo.

A principal documentação portuguesa que utilizamos está depositada no Arquivo Histórico Militar e no Arquivo Histórico Diplomático (estes dois arquivos organizaram, a nosso pedido, a documentação em pastas específicas) e diz respeito à Base Naval de Ponta Delgada (I Guerra Mundial). É a partir destes arquivos que é possível, por exemplo, perscrutar como os Açores estão preparados para a guerra que há de vir e como evolui a defesa dos Açores, sendo também esta documentação relevante para compreender como se articulam, aos níveis estratégico e tático, mas também ao nível político, as presenças militares portuguesa e norte-americana nos Açores. O evoluir das negociações entre Portugal e os EUA a partir do momento em que os dois países iniciam o diálogo direto sobre os Açores também está depositado nestes arquivos, particularmente no Arquivo Histórico Diplomático. É nestes arquivos que se percebe o evoluir do *soft power* norte-americano à volta da sua base em Ponta Delgada, sendo claro o incómodo que essa situação provoca nos comandantes militares portugueses em funções nas ilhas, particularmente preocupados com o que consideram ser um posição popular pró-EUA. O independentismo/separatismo associado à Base Naval de Ponta Delgada também pode ser, em parte, percebido através desta documentação.

O Arquivo da Assembleia da República é outro recurso que utilizamos e que, através dos diários das sessões, permite perceber o ambiente político à volta das bases militares norte-americanas nos Açores, sendo também neste arquivo que, no enquadramento da I Guerra Mundial, as limitações militares portuguesas nas ilhas e os esforços infrutíferos para resolver esses problemas junto tanto dos EUA como da Inglaterra são assumidos duma forma muito clara. O Arquivo da Assembleia Legislativa Regional (ativo a partir de 1976, quando o parlamento regional entra em funções) fornece elementos da maior importância para entender as reações políticas açorianas aos acordos que são celebrados entre Portugal e os EUA com incidência nas ilhas, e para analisar as incidências locais do funcionamento das bases (no caso apenas a Base das Lajes). É ainda relevante a descrição do ambiente social na ilha Terceira na sequência da instalação inglesa/norte-americana na Base das Lajes depositada na Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo, tal como se revela importante o arquivo pessoal do

autor deste trabalho, particularmente no que diz respeito a tentativas de expansão do sinal da televisão norte-americana da Base das Lajes que podem ser associadas à utilização desse instrumento como recurso de *soft power*.

São ainda fontes relevantes artigos e estudos técnicos relacionados com os mais variados aspetos dos impactos das bases e da sua utilização. Estes instrumentos permitem não só ajudar a consolidar um quadro geral onde as bases açorianas se possam enquadrar, como permitem perceber os impactos concretos e as funções dessas infraestruturas, fixados em alguns casos com muito pormenor. Completa o quadro de construção de conhecimento neste trabalho a consulta de bibliografia que permite criar quadros de referência e resolver, sempre que isso é possível, dificuldades não ultrapassáveis por outras fontes no que diz respeito à montagem do *puzzle* conhecido por verdade científica. Nesta perspetiva, os artigos, os estudos e os próprios livros de que nos socorremos também podem ser considerados no âmbito das fontes do nosso trabalho.

4. Do estado da questão

O condicionamento – ou mesmo o determinismo - da vida nas ilhas açorianas a partir de fatores externos acaba por estar presente ou de forma expressa, ou, em muitos casos, como pano de fundo - nem sempre percebido pelos próprios autores – nos trabalhos que abordam a história do arquipélago desde o povoamento português até aos nossos dias, como vimos. Os impactos económicos nas ilhas – particularmente estes, embora os impactos sociais surgam em paralelo - das estratégias globais ou regionais que envolvem o Atlântico são questionados de forma evidente[41]. De igual modo, a dispersão açoriana pelo mundo é estudada por diversos autores e surge associada sobretudo a momentos de depressão económica resultantes, precisamente, das oscilações da importância geoestratégica do arquipélago, embora nem sempre as causas sejam percebidas - ou enunciadas – nestes termos[42]. Esta dispersão dá origem a comunidades que mais tarde se vêm a revelar importantes em processos políticos associados à presença militar norte-americana nas ilhas e que apontam para o independentismo ou separatismo com ligação política sobretudo aos EUA, como vimos. Também a presença estrangeira nos Açores tem sido estudada por diversos autores, estando associada a interesses que sublinham o impacto de fatores externos, sendo relevantes, entre outros, os trabalhos relativos à presença dos norte-americanos Dabney nas ilhas enquanto cônsules (dimensão política) e comerciantes (dimensão

[41] Cf. Gil, M.O.R. (1984). Os Açores e a Rede de Negócios no Atlântico Seiscentista. *In Os Açores e o Atlântico (séculos XIV-XVII)*, pp. 555-575. Angra do Heroísmo: Instituto Histórico da ilha Terceira; Gil, M.O.R. (1991). *Op. cit.*

[42] Serpa, C.V. (1978). *Op. cit.*; Mendonça, L.&Ávila, F. (2002). *Op. cit.*

económica)[43]. Estes trabalhos sublinham, numa perspetiva histórica, a utilização dos Açores e as consequências desse uso, no âmbito de estratégicas para o Atlântico que não são determinadas localmente, nem são controladas por vontades locais, nem sequer portuguesas na maior parte dos casos. Convivem com estes trabalhos outros que, apercebendo-se da dimensão interna de fatores externos com reflexos nas ilhas, procuram a construção de soluções políticas que, por um lado, protejam os Açores da chamada "confusão" nacional e, por outro, revertam a favor das ilhas a riqueza gerada nos ciclos de utilização do arquipélago enquanto ativo geoestratégico (civil ou militar), como já vimos. A concetualização política que resulta da consciência destas situações acaba por animar debates e apontar caminhos que levam a soluções autonomistas, independentistas e separatistas, neste caso apontando para a ligação política às potências que dominam o Atlântico, como também já se referiu.

A análise da integração e dos papéis dos Açores nos sistemas internacionais, porém, ou não é feita ou, então, não passa, com algumas exceções[44], de abordagens pouco mais do que descritivas, com o recurso a documentos oficiais portugueses, sendo mais tarde aduzida documentação estrangeira publicada, em particular documentação britânica. A fuga a esta tipologia de fontes ocorre de forma significativa já no início dos anos noventa do século XX com dois trabalhos de António José Telo[45] que procuram entender o ambiente estratégico global recorrendo às fontes originais (EUA, Inglaterra e Portugal) e não meramente à versão oficial. São trabalhos centradas no nível estratégico, tanto político como militar e tanto nas estratégias globais como nas portuguesas. Em particular *Os Açores e o Controlo do Atlântico*, uma obra focada no tempo longo (1898-1946), acaba por se transformar num trabalho de referência, tanto em relação ao conteúdo como no que diz respeito à exploração de fontes e à metodologia utilizada, vindo a constituir-se como modelo para muitos dos trabalhos subsequentes que abordam idêntica temática. Mais tarde – e apenas como exemplos de entre a sua vasta obra -, Telo aborda de novo a questão dos Açores, quer valorizando o papel do espaço geoestratégico

[43] Cf. Costa, R.M.M. (1991-1992). Algumas notas sobre o 1.º cônsul geral dos EUA nos Açores e um contributo para uma bibliografia sobre os Dabney. *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, Vol. X, pp. 89-140.

[44] Cf. Meneses, A. (1987). *Os Açores e o Domínio Filipino (1580-1590)* (2 vols.). Angra do Heroísmo: Instituto Histórico da Ilha Terceira. O autor utiliza nesta obra documentação de arquivos espanhóis que abre horizontes para a importância desses arquivos para compreender a história dos Açores num contexto global particularmente no tempo filipino. Nos últimos anos, essa documentação, particularmente a que está depositada no *Archivo General de Simancas*, tem vindo a ser recolhida por iniciativa do Instituto Açoriano de Cultura, mas ainda não deu origem a qualquer obra de fôlego.

[45] Telo, A. J. (1991). *Portugal na II Guerra (1941-1945)* (2 vols.). Lisboa: Vega e Autor. O autor dedica neste trabalho um capítulo aos Açores que se desenvolve com o recurso a análise cruzada de documentação norte-americana, inglesa e portuguesa. Trata-se de uma metodologia amplamente utilizada numa obra posterior, de 1993 (Telo, A. J. (1993). *Op. cit.*), que analisa a integração dos Açores em vários sistemas mundiais.

do arquipélago no âmbito da disfunção nacional (que desenvolveremos neste trabalho)[46], quer no que diz respeito à integração de Portugal na NATO como membro-fundador[47].

A abordagem inaugurada por Telo é seguida por outros autores que procuram estudar a inserção dos Açores nos sistemas internacionais. Nessa linha de abordagem parecem-nos ser exemplos relevantes duas obras de Luís Nuno Rodrigues, que escalpelizam aspetos de tempo curto[48]. Em *Salazar-Kennedy: a crise de uma aliança*, o autor analisa a questão africana nos anos 1961-1963, que tem nos interesses norte-americanos nos Açores a chave para amansar os ímpetos descolonizadores dos EUA, enquanto em *No Coração dos Açores. Os Estados Unidos e os Açores (1939-1948)* Rodrigues problematiza ao pormenor o processo de instalação dos EUA nos Açores no enquadramento da II Guerra Mundial, bem como a permanência para além desse tempo. Outro autor – é outro exemplo - que se enquadra na linha de abordagem que vimos privilegiando é Freire Antunes, parecendo-nos particularmente relevantes duas das suas obras[49]. Em *Salazar-Kennedy: a crise de uma aliança*, Antunes aborda o problema colonial na relação Portugal-EUA e o papel dos Açores enquanto travão à postura norte-americana. Note-se, como refere o autor, que se o travão funcionou em relação a África, não funcionou, antes, em relação a Goa. A outra obra de Antunes que destacamos é *Portugal na Guerra do Petróleo: os Açores e as Vitórias de Israel, 1973*, na qual o autor analisa o papel dos Açores na operação *Nickel Grass*, que permitiu aos EUA, com o recurso à Base das Lajes, abastecer militarmente Israel na chamada guerra do *Yom Kippur*, que opôs os israelitas a países árabes apoiados pela então URSS. Um estudo nosso de 2006[50] procura, também, filiar-se nesta linha de abordagem. Em *Os Açores e a Projecção de Força nos Cenários pós-Guerra Fria* procuramos perceber a integração dos Açores nas estratégias que os norte-americanas sucessivamente vão concebendo para dar resposta aos desafios que se sucedem à chamada rivalidade bipolar, evoluindo a análise para a obtenção de contrapartidas pela parte portuguesa e para a divisão dessas contrapartidas entre os Açores e Lisboa, processo que deixa uma insatisfação clara nas ilhas.

A relevância dos Açores é, porém, incontornável em todos os autores que pretendem abordar as relações entre Portugal e os EUA. Assim acontece, por exemplo, com Bernardino Gomes e Tiago Moreira de Sá[51] quando, em *Carlucci vs. Kissingir: os EUA e a Revolução Portuguesa*, procuram perceber o papel dos norte-americanos no processo revolucionário português e

[46] Telo, A. J. (1997). Treze Teses sobre a Disfunção Nacional – Portugal no Sistema Internacional. *Análise Social. Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa*, n.º 142, 4.ª Série, Vol. XXXII, pp. 649-683.
[47] Telo, A. J. (1996). *Portugal e a NATO. O Reencontro da Tradição Atlântica*. Lisboa: Edições Cosmos.
[48] Rodrigues, L. N. (2002). *Salazar-Kennedy: a crise de uma aliança*. Lisboa: Editorial Notícias; Rodrigues, L. N. (2005). *No Coração dos Açores. Os Estados Unidos e os Açores (1939-1948)*. Lisboa: Prefácio.
[49] Antunes, J. F. (1991). *Salazar e Kennedy: o Leão e a Raposa*. Lisboa: Difusão Cultural; Antunes, J. F. (2000). *Portugal na Guerra do Petróleo: os Açores e as Vitórias de Israel, 1973*. Lisboa: Edeline.
[50] Mendes, A. (2006). *Op. cit*.
[51] Gomes, B&Sá, T.M. (2008). *Carlucci vs. Kissinger: os EUA e a Revolução Portuguesa*. Lisboa: D. Quixote.

deparam-se com os interesses geoestratégicos dos EUA nos Açores e com o próprio independentismo. A questão dos Açores já havia preocupado Sá numa obra anterior[52], *Os Americanos na Revolução Portuguesa (1974-1976)*, na qual analisa como os EUA terão utilizado o independentismo açoriano para pressionar Portugal na chamada viragem democrática depois da Revolução de 1974, para além de sublinhar o papel das ilhas nas estratégicas norte-americana e da NATO. Quando procura perceber o tempo longo das relações Portugal-EUA, em *História das Relações Portugal-EUA (1976-2015)*[53], o mesmo Sá dá de caras com os Açores desde a utilização do seu espaço geoestratégico na guerra da independência e nos conflitos posteriores entre os EUA e a Inglaterra, percorrendo os diversos interesses dos EUA nas ilhas até à atualidade, tempo este em que considera as ilhas "…menos importantes…"[54] para os EUA. Merecem ainda destaque, entre outras obras que poderiam ser citadas, o livro de Medeiros Ferreira *Os Açores na Política Internacional*[55], no qual o autor procura estabelecer a importância dos Açores em diversos contextos, lançando ainda perspetivas para o futuro no âmbito da ciência e da tecnologia, e a obra de José Filipe Pinto *Lisboa, os Açores e a América*[56], na qual o autor procura perspetivar a Base das Lajes como chave para a compreensão das relações entre Portugal e os EUA.

No âmbito da Universidade dos Açores há uma obra construída à volta dos interesses externos no espaço geoestratégico dos Açores que tem em Luís Andrade, para a dimensão que interessa ao nosso trabalho, talvez o seu principal representante. Destacamos do autor três trabalhos[57]. Em *Neutralidade Colaborante*, Andrade analisa o caso da neutralidade portuguesa na II Guerra Mundial, integrando nesse âmbito a chamada concessão de facilidades aos aliados nas ilhas, que considera original, uma vez que Portugal defende que a neutralidade portuguesa não é posta em causa quando as suas ilhas são utilizadas por um dos lados em conflito. Particularmente interessante é o livro *Os Açores e os Desafios da Política Internacional*, sobretudo porque Andrade inclui um capítulo sobre a sua experiência de quatro anos como represente dos Açores na Comissão Bilateral do Acordo das Lajes (acordo de 1995), concluindo que um dos principais entraves à prossecução dos interesses nacionais estava então relacionado com a falta de preparação da delegação portuguesa[58]. Por fim, em *Os Açores, a Política Externa Portuguesa e*

[52] Sá, T. M. (2004). *Os Americanos na Revolução Portuguesa (1974-1976)*. Lisboa: Editorial Notícias.
[53] Sá, T.M. (2016). *História das Relações Portugal-EUA (1976-2015).* Lisboa: Dom Quixote.
[54] *Idem, ibidem*, p. 569.
[55] Ferreira, J.M. (2011). *Os Açores na Política Internacional*. Lisboa: Tinta da China.
[56] Pinto, J.F. (2012). *Lisboa, os Açores e a América*. Lisboa: Coimbra.
[57] Andrade, L. (1992). *Neutralidade Colaborante*. Ponta Delgada: Coingra; Andrade, L. (2002). *Os Açores e os Desafios da Política Internacional*. Ponta Delgada: Assembleia Legislativa Regional dos Açores; Andrade, L. (2013). *Os Açores, a Política Externa Portuguesa e o Atlântico*. Ponta Delgada: Letras Lavadas.
[58] Andrade, L. (2002). *Op. cit*. "…foi claro, pelo menos durante os quatro anos em que o autor deste trabalho foi o reptresentante da Região Autónoma dos Açores na Comissão Bilateral Permanente, o

o Atlântico, o autor procura perceber as relações dos Açores com espaços externos como a Inglaterra, os EUA e a Europa à luz das dinâmicas que se centram no Atlântico, tentanto integrar esses relacionamentos no âmbito da política externa de Lisboa.

A produção relacionada com a Universidade dos Açores – para o tempo que nos importa – está, porém, muito relacionada com os impactos locais das bases. De entre os trabalhos que nos parecem mais relevantes neste âmbito, destacamos *Os Açores na Segundo Guerra Mundial: Visão Interna*[59], de Grave, trabalho dedicado em boa parte aos primeiros impactos na sociedade local da instalação de ingleses e norte-americanos na II Guerra Mundial. Este trabalho recorre, entre outras fontes, à entrevista a indivíduos que conviveram com o tempo estudado. Para os impactos da I Guerra Mundial nos Açores a diversos níveis – relações de poder, abastecimentos, alimentação das populações… – é relevante o trabalho *A Grande Guerra nos Açores: memória histórica e Património Militar*[60], no qual Rezendes escalpeliza os aspetos referidos, integrando também na sua análise o caso do depósito de alemãs em Angra o Heroísmo (local onde foram concentrados os cidadãos da Alemanha residentes nos Açores à altura da guerra). Outro trabalho a ter em conta é *A diplomacia Norte-Americana e as movimentações independentistas nos Açores em 1975: uma neutralidade atenta*[61], no qual a autora procura estabelecer uma ligação entre os EUA e o independentismo açoriano, estando a análise centrado no ano de 1975. É ainda de referir o trabalho *As ilhas nas relações internacionais: Santa Maria no século XX*[62], que estuda a intensidade efémera do desenvolvimento económico associado à instalação da Base de Santa Maria, na II Guerra Mundial. Este trabalho filia-se nos estudos sobre os impactos do *downsizing* ou encerramento de bases que surgem sobretudo associados às transições de sistemas internacionais. Por fim, parece-nos da maior importância um estudo de João Maria Mendes[63], *A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e as Relações Externas de Portugal*, que pela primeira vez procura sistematizar e compreender, a partir do trabalho parlamentar, a projeção externa da autonomia açoriana, tentando identificar os papéis respetivos dos diversos agentes que participam no processo.

É também relevante para enquadrar o nosso trabalho referir algumas obras de autores não portugueses que abordam a questão dos Açores pelo menos em alguns dos períodos por nós

---

facto de que delegação norte-americana estava sempre assessorada por vários especialistas, quer civis, quer militares. No caso português, por outro lado (…), essa assessoria era bastente mais diminuta". P. 110.

[59] Grave, J.A.G. (2000). *Op. cit*.

[60] Rezendes, S.A.F. (2008). *A Grande Guerra nos Açores: memória histórica e Património Militar*. Dissertação de mestrado. Universidade dos Açores.

[61] Tavares, B. (2013). *A diplomacia Norte-Americana e as movimentações independentistas nos Açores em 1975: uma neutralidade atenta.* Dissertação de mestrado. Universidade dos Açores.

[62] Monteiro, A.S. (2016). *As ilhas nas relações internacionais: Santa Maria no século XX.* Dissertação de mestrado. Universidade dos Açores.

[63] Mendes, J. M. S. (2007). *Op. cit.*

estudados. São relevantes, no âmbito da abordagem que privilegiamos, os trabalhos elaborados em instituições militares norte-americanos. Destacamos dois desses trabalhos[64]. Em *The Azores in Diplomacy and Strategy, 1940-1945,* Weiss procura argumentar que as razões para a instalação dos EUA nos Açores durante a II Guerra Mundial explicam em boa parte a permanência dos norte-americanos nas ilhas para além desse período, destacando que o preço talvez mais pesado que os EUA pagaram pela permanência nos Açores foi o respeito pela soberania portuguesa nas colónias. Por seu lado, Deusen, em *US-Portuguese Relations and Foreign Base Rights in Portugal*, conclui que a relação entre os EUA e Portugal, centrada nos Açores, é baseada, por um lado, nos interesses geoestratégicos dos EUA e, por outro lado, nas necessidades militares de Portugal. Para não nos alongarmos, destacamos mais duas obras, uma de Herz[65] e outra de Cooley e Spruyt[66]. Em *Operation Alacrity.The Azores and the War in the Atlantic*, Herz analisa uma operação secreta em que participou, como engenheiro militar, em 1943 para tomar os Açores, sendo que o assalto não chegou a concretizar-se. Trata-se de um estudo de caso baseado em documentação mantida confidencial durante muitos anos. É provável que neste trabalho o autor sobrevalorize a importância dos Açores na Batalha do Atlântico. Por fim, *Contracting States. Sovereign Transfers in International Relations* é um trabalho de Cooley e Spruyt que, no caso dos Açores, valoriza os contratos incompletos (que veremos em pormenor) enquanto instrumentos que beneficiam a posição negocial portuguesa em relação aos ativos geoestratégicos utilizados pelos EUA nos Açores a partir da II Guerra Mundial e até anos muitos recentes (a Base das Lajes, em concreto).

Parece-nos, por fim, relevante referir que a teoria das bases externas não é assunto que passe despercebido em Portugal, país onde o tema tem sido trabalhado em especial por Rodrigues. Como exemplo, refira-se um trabalho seu de 2005[67], no qual procura perceber a grande reestruturação do sistema de bases iniciada pelos EUA em 2004, na presidência Bush (filho), analisando o pensamento estratégico dos EUA nesse âmbito, particularmente aquele que surge associado ao documento "Global Posture Review" (2004), onde estão explícitos os pressupostos da postura global então em construção. Rodrigues surge ainda associado a uma obra, *Military Bases: Historical Perspectives, Contemporary Challenges*[68], que consideramos da maior

[64] Weiss. K.G. (1980). *The Azores in Diplomacy and Strategy, 1940-1945*. Alexandria: Institute of Naval Studies; Deusen, K. J. (1990). *US-Portuguese Relations and Foreign Base Rights in Portugal*. Monterey: Naval Postgraduate School.
[65] Herz, N. (2004). *Operation Alacrity.The Azores and the War in the Atlantic*. Annapolis: Naval Institute Press.
[66] Cooley, A.&Spruyt, H. (2009). *Contracting States. Sovereign Transfers in International Relations*. Princeton: Princeton University Press.
[67] Rodrigues, L.N. (março de 2005). As bases militares norte-americanas: uma nova postura global. *Política Internacional*, pp. 69-83.
[68] Rodrigues, L.&Glebov, S. (Eds.). *Military Bases: Historical Perspectives, Contemporary Challenges*. Amesterdão: IOS Press.

importância e que vai além do estudo das bases apenas no âmbito do seu valor estratégico, fixando-se em muitos outros aspetos, incluindo os chamados impactos das bases, tanto sociais como políticos. Uma parte da riqueza deste trabalho reside na diversificação das abordagens em termos de teorias e metodologias. Esta obra, que se debruça sobre bases estrangeiras em diversos países, inclui um estudo de Telo sobre as bases estrangeiras em Portugal na época contemporânea (pp. 146-161) que estabelece as diversas estratégias que justificam as bases e respetivos modelos de instalação e permanência e fixa os principais benefícios que Portugal procura conseguir – e consegue – com base nessas infraestruturas.

O que poderá acrescentar o nosso trabalho a este "estado da arte" que procurámos brevemente estabelecer? O que nos parece é que, em particular no que diz respeito às bases norte-americanas nos Açores – tema de que nos ocupamos -, os níveis global e local não são, até agora, equacionados em paralelo. Por outro lado, também não nos parece suficientemente equacionada a forma como o cruzamento desses dois níveis condiciona o relacionamento Açores-Lisboa. É este o nível de abordagem que procuramos privilegiar ao longo das partes e dos capítulos que seguem.

PRIMEIRA PARTE. As bases

CAPÍTULO I. Bases militares. Dinâmicas e impactos

No presente capítulo tentamos perceber as dinâmicas relacionadas com a criação, a manutenção e a extinção ou redução de bases militares norte-americanas fora do seu território nacional. A Guerra Fria é o caso central de estudo, embora sejam aduzidos exemplos em outros sistemas internacionais. Tenta-se também compreender a panóplia dos impactos que estão associados às bases em causa.

Secção I - Bases militares dos EUA no estrangeiro

1. Múltiplos fatores

É possível ligar a dinâmica da criação, manutenção e encerramento ou *downsizing* (redução da presença) de bases militares no estrangeiro a fatores internacionais, mas também domésticos (do hospedeiro e do inquilino) e ainda a outros fatores que apenas ocorrem, não sendo nem internacionais nem domésticos. Essa é a perspetiva, por exemplo, de Takafumi[69], que analisa o fenómeno tomando como campo de estudo principal as bases norte-americanas da Guerra Fria. Um exemplo possível dos últimos fatores referidos são as alterações tecnológicas. Há, porém, bases que não encerram, mesmo quando parece esgotada a sua razão de ser. Takafumi anota fatores justificativos para esta última situação como sejam prevenção em relação a incertezas e potenciais desafios; preservação de esferas de influência, e baixo custo da presença.

1.1. Nascimento de bases

O entendimento dos interesses estratégicos dos EUA é essencial para compreender a instalação de uma base, no caso que nos ocupa[70]. O incentivo de um grande poder como os EUA para obter uma base militar é a sua própria necessidade, sendo que a presença de bases tanto ocorre

[69] Takafumi, O. (março de 2012). Understanding U.S. Overseas Military Presence after World War II. *Journal of International and Advanced Japanese Studies*, Vol. 4, pp. 17-29.

[70] A presença de bases norte-americanas nos Açores desde a I Guerra Mundial e até ao presente, é um entre muitos exemplos que podem ser referidos. Cf. Telo, A. J. (1993). *Op. cit.*; Andrade, L. (2013). *Op. cit*.

em territórios amigos como inimigos[71]. A necessidade pode ocorrer por múltiplas razões, uma vez que são muito variadas as funções das bases, podendo incluir, entre outras, controlo de ameaças, guerras, colheita de informação, exercícios ou apoio ao trânsito[72]. Os EUA podem optar por forçar a aquisição de uma base quando não há interesse do país hospedeiro no estabelecimento dessa infraestrutura, mas o estabelecimento de uma base pode também corresponder ao interesse comum do inquilino e do hospedeiro, sendo que nessa circunstância os meios para obter o bem não implicam posições de força[73].

O principal fator doméstico, do lado do hospedeiro, referido por Takafumi[74] para justificar a instalação de uma base militar no estrangeiro está associado à posição pró-EUA do país hospedeiro. O caso mais fácil de observar tem a ver com uma mudança de governo, passando de um governo anti-EUA para um governo pró-EUA, situação que ocorre, por exemplo, com países do antigo Pacto de Varsóvia a partir de 1991. Com a queda da União Soviética e a dissolução da sua estrutura militar, o Pacto de Varsóvia, países que estavam associados a esse sistema acabaram por hospedar bases militares norte-americanas, mesmo por convite dos futuros países hospedeiros[75].

As alterações tecnológicas são referidas por Takafumi[76], mas Telo também lhes atribui grande significado para o caso português/açoriano[77], como importantes para perceber a instalação de bases militares (ou de outra natureza) no estrangeiro. São exemplos, entre outros possíveis, a necessidade de pontos de abastecimento de carvão para os navios quando esse combustível passou a ser utilizado[78]; os aeroportos para apoio à navegação aérea quando a tecnologia permitiu encarar o transporte aéreo para longas distâncias[79], e as redes de bases para projeção de força, sendo que ainda durante a II Guerra Mundial, mas já a pensar no pós-conflito, os EUA conceberam redes de bases com funções partilhadas entre a aviação civil e militar, postura

[71] Guantanamo (Cuba) parece ser um bom exemplo de uma base em território inimigo. Cf. Rothman, L. (22 de janeiro de 2015). Why the United States Controls Guantanamo. *Times Web site*. Acedido em maio de 2015, disponível em http://time.com/3672066/guantanamo-bay-history/.
[72] Cf. Harkavy, R. E. (1989). *Bases Abroad. The Global Foreign Military Presence*. Oxford: Oxford University Press; Duke, S. (2012). *United States Military Forces and Installations in Europe*. Oxford: Oxford University Press.
[73] Cf. Harkavy, R. E. (2007). *Strategic Basing and the Great Power, 1200-2000.* London: Routledge; Krepinevich, A.&Work, R. O. (2007). *A New Global Defense Posture for the Second Transoceanic Era*. Washington, DC: Center for Strategic and Budgetary Assessments; Cooley, A.&Spruyt, H. (2009). *Op. cit*.
[74] Takafumi, O. (março de 2012). *Op. cit.*
[75] Um pedido expresso de um país da antiga URSS para a instalação de uma base militar dos EUA no seu território é referido, por exemplo, em: Kinzer, S. (31 de janeiro de 1999). Azerbaijan Asks the U.S. To Establish Military Base. *The New York Times Web site*. Acedido em janeiro de 2015, disponível em http://www.nytimes.com/1999/01/31/world/azerbaijan-asks-the-us-to-establish-military-base.html.
[76] Takafumi, O. (março de 2012). *Op. cit.*
[77] Telo, A. J. (1993). *Op. cit.*
[78] O caso dos Açores é um exemplo possível. Cf. Telo, A. J. (1993). *Op. cit.*
[79] Para o caso dos Açores, cf. *Idem, ibidem.*

alterada em documentos estratégicos tornados públicos nos anos finais da década de quarenta do século XX, que indicam preferência por linhas separadas[80]. Os desenvolvimentos da tecnologia de recolha de informações também estão presentes na criação de bases, sendo que tais infraestruturas podem servir para uma panóplia de serviços que vão desde, por exemplo, escutas de comunicações inimigas à deteção de testes nucleares[81].

1.1.1. Como se estabelece uma base

Takafumi[82] propõe cinco processos para explicar o estabelecimento de bases, sendo eles conquista (*Outright conquest*); derrota e ocupação (*Defeat and occupy*); passagem de mão (de uma potência para outra) (*Hand down*); remoção dos habitantes de uma determinada zona (*Forceful removal of the original inhabitants*), e pagamento (*Payment*), sendo que estas possibilidades não se excluem mutuamente, ou seja, algumas podem ocorrer em simultâneo.

A conquista (*Outright conquest*) ocorre quando uma potência poderosa ocupa o território de um país mais fraco, o que pode ocorrer num cenário em que não é declarada formalmente guerra, e estabelece aí as bases de que necessita. Segundo Takafumi[83], um pequeno poder pode colocar-se na mira de uma potência de maior dimensão apenas pela sua fraqueza relativa, mas sobretudo pelo seu valor estratégico ou pelas duas razões em simultâneo. Este modelo de aquisição de bases é associado por Takafumi a processos de expansão ("…US imperialistic expansions…")[84] no âmbito de relações de poder e menos a ameaças, que no entanto também podem estar presentes na decisão de conquista. Para Takafumi, o caso de Cuba, no final do século XIX, é um bom exemplo deste processo de aquisição de bases pelos EUA[85].

---

[80] Cf. Converse III, E. V. (2005). *Circling the Earth. United States Plans for a Postwar Overseas Military Base System, 1942-1948*. Alabama: Air University Press.

[81] A recolha de informações (escutas), no caso dos Açores, é referida por: Telo, A. J. (1993). *Op. cit*. Para a existência de estações de controlo de testes nucleares nos Açores, por exemplo, cf. Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo (Doravante: CCAH) (5 de abril de 2010). Açores terão três Estações do Sistema Internacional de Monitorização do Tratado de Proibição de Ensaios Nucleares. *CCAH Web site.* Acedido em novembro de 2015, disponível em http://www.ccah.eu/economia/noticias/ver.php?id=5583.

[82] Takafumi, O. (março de 2012). *Op. cit.*

[83] *Idem, ibidem.*

[84] *Idem, ibidem*, p. 21

[85] A guerra entre Espanha e EUA de 1898 terminou com a assinatura de um tratado (Tratado de Paris, de 10 de Dezembro de 1898) mediado pela França. Os objetivos declarados dos EUA nesta guerra eram garantir a independência de Cuba face ao colonizador, a Espanha, e promover um governo estável e capaz de manter a ordem, que estava ameaçada pela luta entre as tropas espanholas e os rebeldes cubanos. No entanto, com o fim da guerra os EUA garantiram o acesso a bases em Cuba, como é exemplo o caso de Guantanamo, base que ainda permanece, e foram, aliás, bastante mais longe no processo de instalação de bases por *Outright conquest*, ficando previsto no Tratado de Paris, por exemplo: "…the treaty also forced Spain to cede Guam and Puerto Rico to the United States. Spain also agreed to sell the Philippines to the United States for the sum of $20 million". Office of the Historian

O caso das bases estabelecidas após derrota militar e ocupação de território (*Defeat and occupy*) difere do caso anterior, conforme o entendimento de Takafumi[86], porque a guerra que culmina com a vitória de um determinado poder ocorre num cenário caracterizado por uma relação de inimizade entre os beligerantes (no caso anterior ocorre apenas uma conquista de território que pode acontecer sem guerra declarada). São bons exemplos os casos da Alemanha e do Japão ocupados na sequência da II Guerra Mundial e onde os EUA instalaram bases que vieram depois a ser da maior importância no decorrer da Guerra Fria e mesmo consideradas desejáveis pelos países hospedeiros ao se identificarem como alvos potenciais no âmbito da rivalidade bipolar[87].

O processo de passagem de mão (*Hand down*) identificado por Takafumi[88] ocorre quando uma determinada potência já não é capaz de manter o seu sistema de bases no estrangeiro. Nessa circunstância, as bases são entregues aos países hospedeiros ou passadas a outro poder que entretanto emerge e que utiliza o sistema no seu interesse. O caso da transição de potência global que ocorre entre a Inglaterra e os EUA durante e depois da II Guerra Mundial parece ser exemplar. O acesso norte-americano a praticamente todo o sistema montado pela Inglaterra permite construir uma infraestrutura de bases em poucos anos, com particular expressão inicial no Atlântico[89]. A passagem de testemunho também ocorre nos Açores, quando a Inglaterra desiste a favor dos EUA de direitos de primazia, que lhe tinham sido concedidos por Portugal, e também de bases, sendo que tal fenómeno começa a manifestar-se ainda na II Guerra Mundial, depois de uma espécie de ensaio na I Guerra Mundial[90].

Em algumas circunstâncias, o estabelecimento de bases está associado à retirada dos habitantes de uma determinada zona (*Remove original inhabitants*). Takafumi[91] anota que esta modalidade é possível, por exemplo, em ilhas pequenas, com poucos habitantes e na presença de alternativas para os recolocar. Os casos mais citados são Diego Garcia[92], donde os habitantes foram retirados durante a Guerra Fria e realojados em outras ilhas; Okinawa (Japão), onde também ocorreu o desalojamento de habitantes para construir bases[93], e Vieques (Porto Rico), onde a

---

(s/da). The Spanish-American War, 1898. *Office of the Historian Web site*. Acedido em janeiro de 2015, disponível em https://history.state.gov/milestones/1866-1898/spanish-american-war.

[86] Takafumi, O. (março de 2012). *Op. cit*.

[87] Cf. Krepinevich, A. &Work, R. O. (2007). *Op. cit*.

[88] Takafumi, O. (março de 2012). *Op. cit.*

[89] Cf. Krepinevich, A. &Work, R. O. (2007). *Op. cit.*

[90] Cf. Telo, A. J. (1993). *Op. cit.*

[91] Takafumi, O. (março de 2012). *Op. cit.*

[92] Cf. Ross, S. (28 de outubro de 2009). Diego Garcia Military Base: Islanders Forcibly Deported. *Global Research Web site.* Acedido em março de 2015, disponível em http://www.globalresearch.ca/diego-garcia-military-base-islanders-forcibly-deported/15840.

[93] Cf. Inoue, M. S. (2007). *Okinawa and the US Military – Identity Making in the Age of Globalization*. New York: Columbia UniversityPress.

Navy se instalou em parte da ilha removendo os habitantes[94]. Tal processo também ocorreu na ilha Terceira (Açores) na ampliação da Base das Lajes (anos quarenta do século XX), que implicou a ocupação de terrenos e zonas habitadas, sendo os habitantes realojados em "aldeias" construídas de raiz[95].

As bases também podem ser estabelecidas através de pagamentos (*Payment-economic and military*), o que ocorre no âmbito de acordos estabelecidos entre as partes. Nesta circunstância, as partes contratantes não partilham, necessariamente, a mesma perceção de riscos ou o mesmo nível de interesse estratégico. O que determina, no caso, a concessão de bases são as contrapartidas económicas e militares concedidas ao país hospedeiro. Tanto a Guerra Fria como os tempos pós-Guerra Fria estão repletos de exemplos de pagamentos diversos e sob várias formas, algumas disfarçadas sob designações as mais engenhosas, sendo "ajuda ao desenvolvimento" a mais comum[96].

1.2. Razões para o encerramento de bases

Para Takafumi[97], há vários fatores que podem ser considerados essenciais para explicar o desaparecimento de uma base militar em território estrangeiro. Entre os principais destacam-se: mudanças nos interesses estratégicos; declínio de poder do país inquilino; desaparecimento de interesse estratégico comum; política isolacionista por parte do inquilino; regime anti-país inquilino; nacionalismo, e alterações tecnológicas.

O fim da Guerra Fria é um bom exemplo de como mudanças no sistema internacional podem determinar alterações no significado estratégico de uma base que impliquem o encerramento da infraestrutura. O encerramento ou a mera diminuição da presença norte-americana ocorreram em centenas de bases no estrangeiro depois da queda do Muro de Berlim, mas também no

---

[94] Cf. Baruffi, R. (Primavera de 2002). Environmental Conflict and Cultural Solidarity: The Case of Vieques. Seminar on Environmental Conflict Resolution. Watson Institute for International Studies, Brown University, Providence, RI, USA. *University of Vermont Web site*. Acedido em março de 2015, disponível em http://www.uvm.edu/~shali/vieques.pdf. Além de removerem os habitantes de uma parte da ilha, os EUA utilizaram a ilha de Vieques para exercícios militares, o que motivou repetidas acusações de violação dos direitos humanos. Em 2003 a presença militar cessou após anos de protestos populares e institucionais. Cf. Schill, N. (7 de julho de 2011). Puerto Ricans force United States Navy out of Vieques Island, 1999-2003. *Global Nonviolence Action Databese Web site*. Acedido em abril de 2014, disponível em https://nvdatabase.swarthmore.edu/content/puerto-ricans-force-united-states-navy-out-vieques-island-1999-2003.

[95] Cf. Meneses, A. (2001). *Op. cit*.

[96] Cf. Takafumi, O. (março de 2012). *Op. cit*. Tanto a dimensão como a extensão (por países e grandes regiões do planeta) das transferências norte-americanas para países hospedeiros de bases e outros podem ver consultadas em: United States Agency for International Development (Doravante: USAID) (2016). Foreign Aid Explorer Data Query: Obligations. *USAID Web site*. Acedido em maio de 2016, disponível em https://explorer.usaid.gov/query. O sítio está em atualização permanente.

[97] Takafumi, O. (março de 2012). *Op. cit.*

próprio território norte-americano[98]. O processo de adaptação da estrutura de bases à escala global continua, aliás, a decorrer, apesar de o fim da Guerra Fria ter sido declarado no início dos anos noventa do século XX[99].

Ao estabelecimento de bases corresponde um determinado poder por parte da potência que tem interesse nessas infraestruturas. Porém, o poder dessa potência pode diminuir ao ponto de não conseguir suportar os custos das redes de bases que entretanto criou. Takafumi[100] cita o caso do Império Britânico, que não conseguiu manter a sua presença global após a II Guerra Mundial, vindo a presença em muitas bases a ser substituída, no caso pelos EUA, conforme aconteceu, por exemplo, nos Açores[101].

A política interna do país inquilino é também importante para perceber a presença no estrangeiro. No caso dos EUA, o debate entre expansionistas e isolacionistas é recorrente. Quando a balança pende para o lado dos isolacionistas, a possibilidade de redução da presença militar no estrangeiro é elevada[102]. O abandono da Base Naval de Ponta Delgada, Açores, após a I Guerra Mundial, é um exemplo de como uma viragem isolacionista pode determinar o encerramento de bases no exterior[103]. Os custos das atividades militares dos EUA no exterior também podem favorecer as posições isolacionistas, sobretudo quando os EUA experimentam dificuldades orçamentais[104].

As alterações de regime num país hospedeiro de bases são muitas vezes fatais para a continuação dessas infraestruturas, uma vez que o novo regime tende a distanciar-se do regime anterior e dos seus amigos internacionais. No caso da revolução iraniana (1979), referido por Takafumi[105], um regime pró-EUA foi substituído por um regime profundamente antiamericano, o que resultou num ambiente de interesses estratégicos dramaticamente alterado. Os EUA viram-se, assim, compelidos a retirar do Irão[106]. No caso da revolução portuguesa de 1974

---

[98] Cf. Magalhães, J. C. *et al.* (1993). *Portugal. Paradoxo Atlântico. Diagnóstico das Relações Luso-Americanas*. Lisboa: Fim de Século.

[99] Cf. Straehley, S. (20 de junho de 2015). U.S. Will Close 15 Military Bases in Europe, but Keep Troop Levels the Same. *AllGov Web site*. Acedido em março de 2016, disponível em http://www.allgov.com/news/top-stories/us-will-close-15-military-bases-in-europe-but-keep-troop-levels-the-same-150111?news=855338; Republican Caucus (17 de abril de 2015). Briefing Report: The Proposed Downsizing of the U.S. Armed Forces - How Might It Affect California? *Republican Caucus Web site*. Acedido em março de 2016, disponível em http://www.cssrc.us/content/briefing-report-proposed-downsizing-us-armed-forces-how-might-it-affect-california.

[100] Takafumi, O. (março de 2012). *Op. cit.*

[101] Cf. Telo, A. J. (1993). *Op. cit.*

[102] Cf. Leal, C. M. (2013). *A Política Externa Norte-Americana. Principais Marcos, Principais Doutrinas*. Lisboa: Tribuna.

[103] Cf. Telo, A. J. (1993). *Op. cit.*

[104] Cf. Takafumi, O. (março de 2012). *Op. cit.*

[105] *Idem, ibidem*.

[106] Cf. Harkavy, R. E. (1989). *Op. cit.*

ocorreu o contrário, ou seja, o novo regime considerou do seu interesse manter, por exemplo, os norte-americanos na Base das Lajes[107].

Em qualquer circunstância, conforme refere Takafumi[108], a presença de uma base militar estrangeira num determinado território é sempre crítica, sendo mesmo que tal situação pode servir de ignição a posições nacionalistas. Um exemplo conhecido é o caso de rapto e violação de uma estudante de Okinawa (Japão) por soldados norte-americanos, em 1995, que resultou em manifestações nacionalistas e na exigência do abandono norte-americano da base de Futenma[109]. O caso dos Açores no fim a I Guerra Mundial, por exemplo, também remete para fenómenos que podem ser considerados de nacionalismo, mas tem contornos diferentes. A presença de uma base naval norte-americana em Ponta Delgada acabou por servir de pretexto para movimentos independentistas ou separatistas e aparentes desejos de ligação política aos Estados Unidos, sendo, porém, que nenhum desses desejos se concretizou[110].

As alterações tecnológicas, que como vimos podem estar na origem do estabelecimento de bases, também podem justificar o seu fim. Por exemplo, a evolução do raio de ação dos aviões tornou dispensáveis bases que antes eram indispensáveis tanto para o transporte civil como para o transporte estratégico militar ou mesmo para apoio a bombardeiros ou até a caças em trânsito[111]. Os submarinos nucleares também trouxeram um grau de autonomia destas plataformas em relação aos submarinos não nucleares que torna a dependência de bases, no caso navais, muito menos crítica[112]. Takafumi[113] anota que estas alterações tanto podem justificar o encerramento de bases como apenas a redução da presença militar.

1.3. Bases que permanecem

As bases, em princípio, deveriam perder a sua razão de ser quando desaparecem os fatores que parecem justificar a sua criação. No entanto, há bases que não desaparecem mesmo nesses cenários. Takafumi[114] encontra explicações para a permanência dessas infraestruturas que têm a

[107] Cf. Simas, N. (2008). *Portugal Classificado – documentos secretos norte-americanos, 1974-1975*. Lisboa: Aletheia.
[108] Takafumi, O. (março de 2012). *Op. cit.*
[109] Cf. Inoue, M. S. (2007). *Op. cit.*
[110] Cf. Monjardino, A. (2008). A Polémica Sobre o Destino dos Açores no Período 1918-19. *In* Rodrigues, L. N. (Coord./Edit.), *Franklin Roosevelt e os Açores nas Duas Guerras Mundiais*, pp.81-106. Lisboa: FLAD.
[111] Cf. Krepinevich, A. &Work, R. O. (2007). *Op. cit.*
[112] Cf. Friedman, J. (18 de outubro de 2011). Nuclear vs. Diesel Submarines*. Center for Strategic and International Studies Web site.* Acedido em novembro de 2013, disponível em http://csis.org/blog/nuclear-vs-diesel-submarines.
[113] Takafumi, O. (março de 2012). *Op. cit.*
[114] *Idem, ibidem.*

ver com prevenção contra a incerteza e ameaças potenciais; manutenção de esferas de influência e situações de vizinhança, e baixo custo da presença nessas bases.

Há circunstâncias em que alterações no ambiente estratégico parecem tirar sentido a determinadas bases, mas, apesar disso, elas permanecem. Essa permanência pode estar ligada a incerteza criada pela alteração na situação internacional. Um bom exemplo pode ser a permanência de bases da Guerra Fria no sistema internacional seguinte, situação ligada nos primeiros tempos pós-Guerra Fria, por exemplo, ao receio de ressurgimento da Rússia enquanto possível grande potência[115]. Aliás, alianças forjadas na Guerra Fria também permanecem, ainda hoje, como é o caso da NATO, organização associada ao acesso norte-americano a um vasto sistema de bases[116].

Bases localizadas próximas de um grande poder ou na sua esfera de influência parecem inalteráveis, podendo ser um bom exemplo o caso particular de Guantanamo, em Cuba, já referido. A densa rede de bases, de várias dimensões e para as mais variadas funções – incluindo, por exemplo, controlo de cultura, transformação e comercialização de drogas consideradas ilícitas - que os EUA mantêm na América Latina e nas Caraíbas é outro possível bom exemplo de controlo da vizinhança e de delimitação de esfera de influência[117]. Takafumi[118] atribui esta situação a um forte desequilíbrio de poder entre o inquilino e o hospedeiro, a favor daquele, e refere que as mudanças globais na balança de poder parecem não afetar estas infraestruturas.

O suporte financeiro do país hospedeiro à presença norte-americana numa base pode ser um fator importante para a sua permanência. O Japão é um caso exemplar, chegando a pagar 75 por cento do custo da presença norte-americana[119]. No caso em que o valor estratégico de uma base é reduzido, os EUA podem decidir-se pela permanência se a participação do país hospedeiro nos custos for significativa[120]. No entanto, se o valor estratégico for elevado os EUA, ao contrário, estarão disponíveis para pagamentos generosos, podendo, no entanto, sair de uma base

[115] Cf. Aspin, L. (outubro de 1993). *Report on the Bottom-up Review*. Washington: US Department of Defense.
[116] Cf. Krepinevich, A.&Work, R. O. (2007). *Op. cit*.; Takafumi, O. (março de 2012).*Op. cit.*
[117] Cf. Lindsay-Poland, J. (5 de outubro de 2005). U.S. Military Bases in Latin America and the Caribbean. *Foreign Policy in Focus Web site*. Acedido em novembro de 2015, disponível em http://fpif.org/us_military_bases_in_latin_america_and_the_caribbean/.
[118] Takafumi, O. (março de 2012). *Op. cit.*
[119] Cf. Takafumi, O. (março de 2012). *Op. cit.*. O autor não está convencido que o caso dos pagamentos do Japão pela presença norte-americano esteja ligado a eventual baixo valor estratégico das bases. Refere que a China não pode deixar de ser vigiada e que o Japão garante o único porto na zona para a frota dos EUA.
[120] Cf. *Idem, ibidem.*

importante sob pressão de um determinado regime e/ou da opinião pública, como ocorreu nas Filipinas em 1991[121].

2. Um fenómeno muito antigo

A presença de bases militares em solo estrangeiro é um fenómeno muito antigo. Harkavy[122] recua até à Guerra do Peloponeso, referindo também os sucessivos impérios marítimos, regionais e globais, como são, por exemplo, os casos de Veneza, Portugal, Espanha, Holanda e Inglaterra. A partir da II Guerra Mundial, com o eclodir da Guerra Fria, as duas grandes potências, EUA e União Soviética, estruturam os seus sistemas de bases à escala global, com adaptações que se podem justificar com alterações nas dinâmicas da estratégica e com o surgimento de novas tecnologias com aplicação militar (aliás, a própria evolução tecnológica tem implicações profundas na evolução das estratégias)[123]. Com o fim da Guerra Fria, os sistemas de bases da União Soviética sofrem uma forte desarticulação, mas os EUA mantêm os seus sistemas, adaptando-os embora em função das suas perceções dos sucessivos ambientes estratégicos e também tendo em conta as novas tecnologias que vão sendo incorporadas e os novos modelos de relacionamento com os aliados que vão sendo construídos. Este é um processo inacabado[124].

2.1. Explicações para alterações nos sistemas de bases

Há várias teorias que se propõem explicar alterações nas estruturas de bases, como são exemplos as teorias dos ciclos longos[125], do esgotamento imperial[126] e das chamadas políticas de bases do país hospedeiro[127]. Para as teorias dos ciclos longos, uma falha de organização e

[121] Cf. Sanger, D. E. (28 de dezembro de 1991). Philippines Orders U.S. to Leave Strategic Navy Base at Subic Bay. *The New York Times Web site*. Acedido em maio de 2015, disponível emhttp://www.nytimes.com/1991/12/28/world/philippines-orders-us-to-leave-strategic-navy-base-at-subic-bay.html. Os EUA estão, entretanto, de regresso às Filipinas, tendo por objetivo contrabalançar a influência chinesa na zona. Cf. Hernandez, V. C.& Whaleyjan, F. (12 de janeiro de 2016). Philippine Supreme Court Approves Return of U.S. Troops. *The New York Times Web site*. Acedido em maio de 2016, disponível em http://www.nytimes.com/2016/01/13/world/asia/philippines-us-military.html?_r=0.

[122] Harkavy, R. E. (1989). *Op.cit*.; Harkavy, R. E. (2007). *Op. cit*.

[123] Cf. Krepinevich, A.&Work, R. O. (2007).*Op. cit.*

[124] Cf. Pettyjohn, S. L. (2012). *US Global Defende Posture, 1783-2011*. Santa Monica: RAND.

[125] Cf. Modelski, G. (1978). The Long Cycle of Global Politics and de Nation-State. *Comparative Studies in Society and History*, Vol. 20, nº 2, pp. 214-235.

[126] Cf. Kennedy, P. M. (1987). *The Rise and Fall of the Great Powers: Economic Change and Military Conflict from 1500 to 2000*. New York: Random House.

[127] Cf. Cooley, A. (2008). *Bases Politics: Democratic Change and the US Military Overseas*. Ithaca: Cornell University Press.

hierarquia resulta em guerras globais, das quais nasce um novo poder dominante. O processo repete-se no espaço de uma geração, instalando-se primeiro uma situação multipolar, que evolui para um sistema unipolar. Esta teoria parece não captar fenómenos como a vontade dos países hospedeiros (que, como vimos, também conta na manutenção de bases), além de parecer não ter em conta as alterações nos ambientes estratégicos dentro de um mesmo sistema internacional e as evoluções tecnológicos e suas implicações na estrutura de bases. A teoria do esgotamento imperial, por seu lado, pode ser utilizada para explicar a reorganização de bases por parte dos EUA, desde que tal ideia seja associada a declínio de poder, o que implicaria a necessidade de reorganização para manter o poder possível. Porém, esta teoria oferece uma explicação que tem em conta pouco mais do que o número de bases, o que parece insuficiente para explicar as alterações que ocorrem no sistema na Guerra Fria e depois dela e que, como já vimos, derivam de muitos fatores que estão para além de um eventual esgotamento imperial. Por fim, a teoria das políticas de bases dos países hospedeiros remete, como fator essencial, para as políticas internas destes países tanto o estabelecimento de bases, como a sua manutenção ou encerramento. O ambiente permanente é a negociação. Esta teoria, quando submetida à casuística, como já vimos, parece não oferecer explicação suficiente para captar o espetro das razões que levam a alterações nos sistemas de bases nos tempos que nos ocupam neste trabalho.

2.2. O choque da realidade

As alterações que se verificam nos sistemas de bases dos EUA durante e após a Guerra Fria parecem ir para além das explicações tradicionais, uma vez que respondem, por exemplo, a modificações nos ambientes estratégicos e a evoluções tecnológicas, entre outros fatores que não estão ligados a declínio imperial, transições de ciclos ou mesmo, sobretudo de forma decisiva, a estratégias externas ou internas dos países hospedeiros[128]. Sendo assim, parece adequado, também para o caso dos Açores, procurar explicações que liguem teorias tradicionais e outras que partem da análise casuística, como faz Takafumi[129], sob pena de o fenómeno não ser compreendido ou sequer captado, dado não responder às regularidades de longo curso ou a causas únicas que as teorias tradicionais referidas tendem a identificar. Quanto à presença dos EUA nos Açores durante a I Guerra Mundial, um fenómeno de muito curta duração, o que parece estar em causa é a vontade de um potência em ascensão versus um poder em declínio (ou pelo menos em dificuldades numa guerra de enorme dimensão) e uma pequena potência sem capacidade de decisão sobre o uso do seu próprio território, como veremos.

[128] Cf. Krepinevich, A. &Work, R. O. (2007). *Op. cit.*
[129] Takafumi, O. (março de 2012). *Op. cit*.

Secção II - Impactos das bases militares

1. Bases quase-cidades

Perto de um milhão de americanos, militares e famílias, vivia em bases militares no estrangeiro já no final dos anos cinquenta do século passado. O movimento de colocação de mulheres e crianças nas bases tinha começado em 1946, com a instalação de bases no Japão e na Alemanha. Milhares de homens, mulheres e crianças concentravam-se em bases e nos arredores, colocando problemas especiais de planeamento, mas também às comunidades locais próximas. A solução encontrada para criar uma sensação de estar em casa e para minimizar problemas com as comunidades locais, passou pelo modelo das chamadas "*Litte Americas*" (cópias melhoradas dos subúrbios do interior continental norte-americano), incluindo habitações dentro e nos arredores das bases, centros comerciais, escolas, hospitais, capelas, teatros, clubes, ginásios, campos para vários desportos, piscinas, etc. O objetivo é garantir qualidade de vida o mais possível idêntica àquela que é suposto ter nos EUA, mesmo que com isso se perca a oportunidade de interagir com as comunidades locais[130].

1.1. Conforto e exemplo

Apesar de tenderem a isolar os americanos das comunidades circundantes, as "*Little Americas*", de acordo com Baker[131], proporcionavam um ambiente seguro ao pessoal militar e às suas famílias, sendo que para onde fossem deslocados encontravam as mesmas opções de recreio, os mesmos produtos nas lojas, as mesmas informações na televisão, na rádio e nos jornais. Como refere Baker, "The '*Little Americas*' made the life easier for personnel and their families"[132].

Sendo embora real o relativo isolamento das "*Little Americas*", o contacto dos norte-americanos com as populações locais nunca se perdeu por completo. Os norte-americanos são mesmo incentivados, a começar nos anos cinquenta do século XX, a interagir com a população envolvente das bases enquanto embaixadores de boa vontade ("*goodwill ambassadors*")[133]. A ideia era "reinforcing the alliance against communism and demonstrating positive american values in their private behavior"[134]. Estes objetivos foram entretanto assumidos, ainda nos anos

[130] Cf. Baker, A. P. (2004). *American Soldiers Overseas: The Global Military Presence*. Wetsport: Praeger.
[131] *Idem, ibidem.*
[132] Baker, A. P. (2004). *Op. cit.,* p. 58.
[133] Cf. Alvah, D. (2007). *Unofficial Ambassadors: American Military Families Overseas and the Cold War, 1946-1965*. New York: New York University Press.
[134] Baker, A. P. (2004). *Op. cit.,* p.58.

cinquenta, por iniciativas oficiais de relações públicas, por determinação superior norte-americana. Concertos, clubes, iniciativas ligadas à dança social e ações de caridade, festas específicas para crianças no natal e outras datas relevantes, concertos públicos por bandas militares integram-se nessas iniciativas que ocorrem onde há bases militares norte-americanas, mas com especial destaque na Alemanha, onde os EUA assumiram a responsabilidade de reeducar o povo depois do desastre nazi. Em países onde as referências culturais norte-americanas têm pouco de comum com a cultura local, as iniciativas de relações públicas identificam pontos de convergência que possam garantir alguma ligação, como é o caso da realização de *rodeos* na Líbia, que aproveitam a paixão norte-americana por esse tipo de divertimento e a paixão local pelos cavalos[135]. Independentemente de contribuírem ou não para alimentar a luta comum contra o comunismo, Baker[136] anota que estas iniciativas foram aproveitadas pelas populações locais para socialização, experimentar comida norte-americana e ouvir música interpretada por executantes de qualidade.

Para alguns observadores, a colocação de famílias americanas no estrangeiro servia um objetivo que hoje pode ser associado a *soft power*[137] e que tinha a ver com a oferta de modelos às populações locais relacionados com ideias e práticas sociais. Tais famílias seriam mesmo entendidas por decisores políticos americanos como "embaixadores" que deveriam divulgar, através da vida privada, valores como a democracia e a solidariedade[138].

2. Zonas de conflito

A convivência entre os norte-americanos e as comunidades locais, apesar de todas as iniciativas de boa vizinhança relacionadas com a procura de uma base comum para a rejeição do comunismo, nunca foram totalmente pacíficas, variando o grau de conflitualidade de país para país. Em algumas bases, sobretudo na Europa, conselhos formados por altos quadros militares norte-americanos e líderes das comunidades locais reúnem regularmente para discutir problemas e preocupações. Em outros locais, como na Coreia, tais conselhos não existiram no início, mas depois vieram a revelar-se necessários. Na ausência dos conselhos, cada "*Little America*" foi encontrando a melhor solução para lidar com a comunidade local. Segundo Baker[139], a melhor solução foi sempre manter um contacto estreito com as comunidades envolventes das bases.

---

[135] Cf. *Idem, ibidem.*
[136] *Idem, ibidem.*
[137] Sobre *soft power* ou "poder suave", na tradução mais comum para português, cf. Nye Jr, J. S. (2004). *Soft Power. The Means to Success in World Politics*. New York: Public Affairs.
[138] Cf. Baker, A. P. (2004). *Op. cit.;* Alvah, Donna (2007).*Op. cit.*
[139] Baker, A. P. (2004). *Op. cit.*

A ocupação de zonas residenciais e de terras é uma das principais fontes de conflito com as comunidades locais. A poluição provocada pelas aeronaves, tal como o risco de acidentes, também causam fricção[140]. A conflitualidade do pessoal militar norte-americano no convívio com as populações locais é outro problema anotado. Por exemplo e como já referimos, um caso de rapto e violação de uma jovem, em Okinawa, Japão, por militares norte-americanos, em 1995, provocou um dos maiores levantamentos populares e de líderes de opinião de que há memória contra a presença norte-americana[141]. O antiamericanismo e o antimilitarismo são problemas com que os norte-americanos também se debatem à volta das suas bases. São comuns em vários países manifestações púbicas que exigem o encerramento de bases. Outro problema tem a ver com a contestação específica face a bases que albergam material nuclear, como acontece, por exemplo, na Alemanha, no Japão e na Inglaterra[142].

3. Impactos de largo espetro

Esse sistema global de bases foi gerando impactos nas zonas geográficas de implantação de cada base que são descritos, sobretudo, aos níveis económico, ambiental, social, político e cultural. Porém, pelo menos alguns destes impactos já podem ser detetados, por exemplo, na presença norte-americana nos Açores durante a I Guerra Mundial, que sendo, embora, de tempo muito curto, está associada a impactos económicos, culturais, sociais, políticos (mesmo político-militares), que veremos.

O impacto económico das bases militares é visto sobretudo de forma crítica[143], o que aliás é corroborado pelos relatórios sobre a desativação de bases no próprio território continental norte-americano, que detetam dependências significativas nas zonas de implantação das bases e que se revelam difíceis de resolver quando ocorre retração ou encerramento de uma base[144]. Em Okinawa (Japão), por exemplo, uma retração das forças norte-americanas obrigou o governo japonês a colocar, de emergência, biliões de dólares em empregos públicos para compensar a

[140] Cf. *Idem, ibidem.*
[141] Cf. Inoue, M. S. (2007). *Op. cit.*
[142] Cf. Baker, A. P. (2004). *Op. cit.*
[143] Cf. Vaknin, S. (16 de maio de 2002). Analysis: The economics of foreign bases. *United Press International Web site*. Acedido em fevereiro de 2013, disponível em http://www.upi.com/Business_News/2002/05/16/Analysis-The-economics-of-foreign-bases/47161021563966/; Watson, B. (15 de outubro de 2012). Military Base Closures and the Towns They Leave Behind, 17 de agosto de 2010. *Huff Post Web site*. Acedido em novembro de 2014, disponível em http://www.dailyfinance.com/2010/08/17/military-base-closures-and-the-towns-they-leave-behind/.
[144] Cf. Cowan, T. (7 de fevereiro de 2012). *Military Base Closures: Socioeconomic Impacts*. Washington: Congressional Research Service.

contração norte-americana[145], o que revela uma dependência económica significativa em relação a uma base. A redução em curso na Base das Lajes terá um impacto estimado, variando de acordo com os estudos realizados, de entre 6,1 a 12 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) da ilha Terceira, onde a base se localiza. As autoridades regionais esperam um impacto indireto na economia local de 50 milhões de euros por ano[146].

Ao nível político, as bases militares estrangeiras são vistas como associando os países hospedeiros aos interesses dos países hóspedes[147] e como gerando protecionismos dos quais resultam, por exemplo, tendências para desinvestir na defesa, o que motiva necessidades exorbitantes de investimento em caso de desativação de uma base. Nas Filipinas, por exemplo, após a desativação de bases norte-americanas, o governo local investiu 6,5 biliões de dólares, só em 1997, para recuperar a sua capacidade naval[148].

Distúrbios sociais, incluindo crimes, em redor das bases militares, envolvendo pessoal estrangeiro deslocado, são apontados como frequentes em algumas zonas. Um estudo de Pajon[149] sobre Okinawa dá conta de casos de violação, com forte impacto social, por parte de militares norte-americanos. Na Coreia do Sul, por exemplo, estão arrolados mais de 100 000 crimes, durante cinco décadas, envolvendo pessoal norte-americano ligado às bases militares, sem que se registe qualquer condenação ao abrigo das leis locais. À volta das bases militares por todo o mundo tem florescido a chamada indústria do sexo, que envolve centenas de milhares de trabalhadoras do sexo expostas a doenças e abusos por parte dos militares[150].

---

[145] Cf. Vaknin, S. (16 de maio de 2002). *Op. cit.*

[146] Cf. Fortuna, M. *et al.*(2006). Impacts of Closure of a Military Base on a Small Island Open Economy. Working Paper n.º 10/2006. Universidade dos Açores/Universidade da Madeira; Governo dos Açores (fevereiro de 2015). *Op. cit*.

[147] Cf. Ludlam, S. (2 de maio de 2012).The Impact of Military Bases. *Scott Ludlam Web site*. Acedido em outubro de 2015, disponível em http://scott-ludlam.greensmps.org.au/content/news-stories/fact-sheet-impact-military-bases.

[148] Cf. Vaknin, S. (16 de maio de 2002). *Op. cit.*

[149] Pajon, C. (junho de 2010). Understanding the Issue of U.S. Military Bases in Okinawa. *Asie.Visions 29.*

[150] Cf. Meneses, M. S. (1987). A Defesa dos Açores no Período da II Guerra Mundial (1939-1945). *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, Vol. XLV, Tomo II, pp 1399-1516. "Na ilha Terceira, a chegada dos americanos e dos ingleses veio agravar a questão das liberdades amorosas (…). Abriram novos, mas sempre pobres bordéis e algumas reformadas voltaram ao serviço cobertas de pó de arroz. Mas nada chegava para a impetuosidade da juventude. Os atropelos eram constantes e as paixões inflamavam-se ao rubro. As autoridades tinham que intervir. Solução: reservar segundas e quintas-feiras para as liberdades amorosas dos americanos, terças e sextas para os ingleses e quartas e sábados para os portugueses; o domingo, em princípio, era dia de penitência para todos" (pp. 1515-1516); Baker, A. P. (2004). *Op. cit.*; Cora, F. (novembro de 2008). Bases of Empire: The Global Spread of US Military and Intelligence Bases. *Converge Web site*. Acedido em junho de 2015, disponível em http://www.converge.org.nz/abc/pr37-1721.html.

Um estudo com incidência no Hawai[151] analisa o impacto da presença militar na saúde das populações autóctones, concluindo tratar-se de uma situação grave por contaminação química do meio ambiente. Com impactos ambientais, mas também sociais e culturais muito vincados, registam-se, por exemplo, os casos de Vieques, Porto Rico, em que a população foi retirada das suas casas devido a testes e treinos norte-americanos com bombas, sendo que uma parte importante da ilha de Vieques está contaminada e não pode ser habitada, e de Diego Garcia, donde a população foi retirada para dar lugar a uma base militar norte-americana[152]. Na Base das Lajes e nas suas redondezas, estão registados casos de contaminação de solos e de aquíferos com hidrocarbonetos[153], tendo também ocorrido lançamento de DDT sobre o meio ambiente e a população[154].

4. Conquistar corações e mentes

As bases militares dos EUA estão associadas, particularmente no período logo a seguir à II Guerra Mundial, mas também nas décadas subsequentes e até à atualidade, à influência cultural norte-americana, que depois se dispersa pelos mais variados níveis das sociedades locais[155]. O fenómeno é evidente, por exemplo, na Europa, onde rapidamente se dispersa pela televisão, casas de cinema, clubes musicais, *fast food*, estilos de vida, literatura, música popular, educação...[156]. Esta influência a partir das bases está associada a um fenómeno mais vasto, que pretende conter ideologicamente a União Soviética e construir laços transatlânticos. Segundo Stephan, após a II Guerra Mundial os EUA empenharam "…all available tools of public and cultural diplomacy to influence the hearts and minds of Europeans"[157] e só afrouxaram a pressão cultural e ideológica quando os objetivos pareciam alcançados: "When the European workers´movement and the socialist parties moved more overtly to the political center at the end

[151] Cf. Niheu, K. *et al.*(2006). The Impact of the Military Presence in Hawai 'i on the Health of Na Kanaka Maoli. *Pacific Public Health 3*, Vol. 13, no 2., pp. 172-179.

[152] Cf. Zeijden, W. (2009). Foreign Military Bases and the Global Campaign to close them. *Transnational Institute Web site*. Acedido em dezembro de 2015, disponível em http://www.tni.org/primer/ foreign-military-bases-and-global-campaign-close-them; Vine, D. (2011). *Island of Shame.The Secret History of the U.S. Military Base on Diego Garcia*. Princeton: Princeton University Press.

[153] Cf. Fritz, C.& Joerg, S. (2005). *Hydrogeological Study Report, Lajes Field, Azores, Portugal*. Kaiserslautern: CH2M HILL.

[154] Cf. Mendes, A. (5 de julho de 2005). Veneno sobre a Praia. *Diário Insular/Domingo*.

[155] Cf. Baker, A. P. (2004). *Op. cit.*

[156] Cf. Stephan, A. (Ed.) (2008). *The Americanization of Europe*. New York: Berghahn Books.

[157] Stephan, A. (2008). Cold War Alliances and the Emergence of Transatlantic Competition: An Introdution. *In* Stephan, A. (Ed.), *The Americanization of Europe,* pp. 1-22. New York: Berghahn Books, p. 1.

of 1950s, Washington declared victory in the battle of mind in Europe and turned its attention to other parts of the world"[158].

A cultura popular norte-americana, bem como a informação editada nos EUA por grandes cadeias de rádio e televisão, são levadas a todas as partes do mundo onde há bases norte-americanos de forma continuada e sobretudo através do sistema AFRTS (*Armed Forces Radio and Television Service*), que garante emissões de rádio desde 1942 e de televisão desde o início dos anos cinquenta, sendo que a primeira emissão de televisão numa base fora do território continental norte-americano ocorre na Base das Lajes a 17 de outubro de 1954[159]. A rede AFRTS teve o seu pico de distribuição geográfica ao longo da Guerra Fria, estendeu-se por mais de 130 países e territórios norte-americanos, contando com produção própria, centralizada, mas também local nas próprias bases (principalmente música, embora com incursões esporádicas em eventos ocorridos nas próprias bases e nas comunidades locais envolventes), mas sobretudo com conteúdos de informação e desporto das grandes cadeias de comunicação norte-americanas, como *ABC*, *NBC*, *CBS*, entre outras e com produção disponibilizada por produtores particulares ou sindicatos de produção a preços fora de mercado (mais baixos)[160].

5. Reação aos impactos

Os impactos negativos das bases militares estrangeiras, particularmente norte-americanas (caso que nos interessa), no mundo deram origem a um movimento para encerrar bases que se

[158] *Idem, ibidem*., p. 3. A ligação entre os EUA e a Europa é em grande parte determinada, entre a II Guerra Mundial e o fim da Guerra Fria, pela ameaça soviética. Nesse enquadramento, os EUA mantêm na Europa um envolvimento muito importante aos níveis militar, económico e estruturam uma densa rede de bases e de facilidades culturais que se estendem por todo o continente. Iniciativas como o Plano Marshall e a criação da NATO são vistas por Stephan como instrumentos para conter a União Soviética e estreitar os laços transatlânticos sob controlo americano, enquanto, para o mesmo autor, o envolvimento norte-americano na criação e desenvolvimento da Comunidade Europeia tem por objetivos controlar o perigo alemão e mobilizar a Europa, aos níveis económico e político, contra o adversário localizado a Este. Aos níveis ideológico e cultural, organizações como o *Congress for Cultural Freedom*, suportado pela CIA, organizam a "battle of minds" contra o comunismo, que substitui a batalha que tinha sido desenvolvida contra o nazismo e o fascismo em países como Alemanha, Áustria, Itália e Espanha. Na política, desenvolve-se a ideia de uma comunidade transatlântica, enquanto intelectuais e artistas dos dois lados do Atlântico se envolvem na promoção duma chamada cultura comum do Oeste. A proliferação de modelos de cultura de massas ocorre a partir dos EUA e invade toda a Europa com produtos comerciais pouco preocupados com a forma e a qualidade e que operam uma democratização no acesso, face aos seus custos baixos, que os tornam acessíveis a vastas camadas populares. Filmes de Hollywood, novelas de autores como Hemingway, pintura abstrata, músicas como jazz e rock, conferências, jornais e revistas apresentam à Europa o mítico modo de vida americano. Com o crescimento económico da Europa, inovações como as cassetes de áudio, os CD´s, os gravadores de vídeo e computadores abrem ainda mais a Europa à cultural popular americana. Cf. *Idem, ibidem*.

[159] Cf. 65th Air Base Wing History Office (s/d). A short History of Lajes Field. *History Office, Lajes Field.*

[160] Cf. MyAFN (s/d). American Forces Radio and Television Service. *My AFN Web site*. Acedido em novembro de 2014, disponível em http://afrts.dodmedia.osd.mil/.

manifesta nas redes sociais e em hostilidade popular e mesmo institucional. Na internet, o TNI (*Transnational Institute)*[161], por exemplo, desenvolve uma campanha para o encerramento de bases estrangeiras baseada na exposição pública de casos negativos. Em Itália, por exemplo, a ampliação de uma base norte-americana provocou em 2009 protestos nas ruas de Vicenza motivados, aparentemente, por antiamericanismo[162], enquanto no Japão, outro exemplo, fenómenos como criminalidade, barulho incessante dos caças, jogos de guerra considerados perigosos e poluição alimentaram uma revolta local em 2014 contra as bases militares, com apoio de entidades institucionais, no caso autarcas. Os protestos no Japão contra bases militares dos EUA são recorrentes. O que despoletou o protesto referido de 2014, que deflagrou em Okinawa, foi a divulgação de um documento oficial que revelou terem sido registados, entre 2005 e 2013, mil casos de crimes sexuais envolvendo militares norte-americanos. Uma análise das ocorrências, dentro das bases, revelou aparente inconsistência na punição dos culpados. Dos 244 casos detalhados, dois terços terminaram sem detenção. Dezenas de militares foram punidos apenas com uma carta de repreensão[163]. A hostilidade popular já fechou uma base militar norte-americana em Espanha[164]. Porém, um dos casos mais dramáticos relacionados com protestos contra bases militares terá ocorrido em Vieques (Porto Rico), onde os EUA mantiveram entre 1938 e 2003 bases associadas a deslocalização de populações, contaminação do território e problemas graves de saúde pública. Forçados por protestos populares e institucionais, os EUA tentaram assegurar a permanência com a oferta, pelo Presidente Bill Clinton, de 90 milhões de dólares em incentivos económicos. Face à continuação dos protestos, o presidente seguinte, Bush, ordenou o encerramento da base em maio de 2003. Os terrenos foram entregues ao Departamento do Interior e transformados num parque de vida selvagem. Porém, mantém-se o debate sobre o modelo de descontaminação adotado e os custos que lhe estão associados[165].

---

[161] TNI (2015). *TNI Web site*. Acedido em maio de 2015, disponível em https://www.tni.org/en/search?search=Military+bases+close. Nesta localização estão disponíveis artigos sobre uma campanha à escala mundial que visa o encerramento de bases militares.

[162] Cf. Protesto contra ampliação de base americana em Vicenza, 5 de julho de 2009. *Jornal de Notícias Web site*. Acedido em julho de 2015, disponível em http://www.jn.pt/mundo/interior/protesto-contra-ampliacao-de-base-americana-em-vicenza-1295189.html#ixzz474dBkxxc .

[163] Cf. Sarmento, C. (2 de março de 2014). Abusos sexuais põem Okinawa contra permanência de tropas dos EUA. *O Globo Web site*. Acedido em março de 2015, disponível em http://oglobo.globo.com/mundo/abusos-sexuais-poem-okinawa-contra-permanencia-de-tropas-dos-eua-11768380.

[164] Cf U.S. Government Accountability Office (Doravante: GAO) (abril de 1997). Military Airlift. Savings Achievable by Eliminating Support Operations at Torrejon Air Base, Spain. GAO/NSIAD-97-96. *GAO Web site*. Acedido em maio de 2015, disponível em http://www.gao.gov/assets/230/223953.pdf.

[165] Schill, N. (7 de julho de 2011).*Op. cit.*

Secção III – Considerações finais

As redes de bases, bem como as bases que as integram, parecem ser corpos vivos cujas dinâmicas – pelo menos nos casos que nos ocupam – dificilmente podem ser compreendidas no âmbito das teorias que tradicionalmente são utilizadas para explicar o nascimento, alterações e o desaparecimento de tais estruturas. Os ciclos longos, o esgotamento imperial ou as políticas de bases dos países hospedeiros, por exemplo, parecem incapazes de captar dinâmicas que, dentro de um mesmo sistema internacional, respondem a modificações nos ambientes estratégicos e a alterações tecnológicas, entre outras, tal como dão sinais de não captar o que nos tempos recentes ocorre nas transições de sistemas (Guerra Fria/pós-Guerra Fria parece um caso exemplar), que não corresponde a modificações catastróficas nos sistemas de bases ou à mera vontade dos países hospedeiros. Sendo as bases militares no exterior um fenómeno antigo, o mais certo é as teorias em causa colherem informações de longo curso que entretanto deixaram, no todo ou em parte, de ter correspondência com a realidade.

Não perdendo de vista teorias tradicionais significativas, as dinâmicas das bases que nos ocupam talvez sejam melhor compreendidas tendo presentes a casuística à escala global e as regularidades que daí vão resultando no que diz respeito à criação, à manutenção e ao encerramento de tais infraestruturas. Fizemos esse exercício com Takafumi[166], procurando captar, através de casos significativos, o que parece determinar as dinâmicas que nos propomos tentar perceber.

Desde logo, parece evidente que as bases norte-americanas da Guerra Fria, mas em outros sistemas anteriores e posteriores, devem ser compreendidas à luz dos interesses estratégicos próprios dos EUA, não sendo decisivo se o espaço de uma base desejada se situa em território amigo ou inimigo. O que difere é o processo de aquisição do bem. Controlo de ameaças, guerra, colheita de informação, exercícios, apoio ao trânsito, são boas razões, entre outras, para os EUA tomarem a decisão de adquirir uma base fora do seu território. Para além do consentimento ou mesmo da iniciativa, que por vezes ocorre, do país hospedeiro, a conquista de território sem guerra declarada; a própria guerra; a passagem de mão de um bem a partir de uma potência em declínio; a própria remoção dos habitantes de uma determinada zona e o pagamento, são processos que os EUA utilizam para instalar bases, mas não de forma exclusiva, ou seja, uma mesma base pode ser instalada envolvendo vários desses processos. Por exemplo, a remoção de habitantes pode ser um recurso utilizado para instalar uma base consentida pelo país hospedeiro.

Quando uma base encerra, a análise casuística indica que podem estar em causa fatores como alterações nos interesses estratégicos, declínio de poder do país inquilino, esgotamento do

[166] Takafumi, O. (março de 2012). *Op. cit*.

interesse estratégico comum, isolacionismo do país inquilino, um regime hostil ao país inquilino, fenómenos de nacionalismo ou alterações tecnológicas. Uma alteração de paradigma no sistema internacional, como o que ocorreu no fim da Guerra Fria, pode determinar o encerramento de bases ou a diminuição da presença, fenómeno, aliás, em curso, uma vez que o reajustamento da rede de bases dos EUA para fazer face às novas realidades continua em discussão. Para o caso dos Açores, é relevante o facto de as alterações tecnológicas, tal como determinam o nascimento de bases, também poderem determinar o seu encerramento ou a diminuição da presença. O caso mais evidente está relacionado com a autonomia dos aviões, mas a alteração na propulsão dos submarinos, com a passagem para o combustível nuclear, também é exemplar no que diz respeito à necessidade de bases, no caso marítimas.

Quando tudo parece indicar que desapareceram ou se atenuaram os principais fatores que determinaram o nascimento de bases ou de um sistema de bases, podemos, porém, ser confrontados com a permanência dessas estruturas. A incerteza, que está associada a transições de sistemas internacionais – fenómeno particularmente visível na transição do sistema da Guerra Fria para o pós-Guerra Fria - é um dos principais fatores que podem explicar esses fenómenos. A incerteza está associada a ameaças difusas e à necessidade de um vasto espectro de respostas possíveis. A manutenção de esferas de influência, tal como as políticas de vizinhança, são outros fatores que podem determinar a manutenção de bases aparentemente anacrónicas face às teorias mais comuns, sendo ainda evidente que o baixo custo de manutenção de uma infraestrutura ou mesmo a comparticipação do país hospedeiro, também podem determinar a longevidade de uma base para além do que poderia parecer ser o seu tempo útil de vida.

As bases estão associadas a impactos de vária ordem, fenómeno que pode ser bem identificado nas bases norte-americanas da Guerra Fria, tendo presentes a dimensão muito significativa de algumas dessas infraestruturas e o tempo relativamente longo da sua existência. Tendo presentes objetivos relacionados com a promoção da qualidade de vida, as principais bases da Guerra Fria são autênticas cidades, com todas as infraestruturas associadas a cidades dos subúrbios no território continental norte-americano. Deste modelo resulta um relativo isolamento face às comunidades locais, que é, no entanto, contrabalançado com iniciativas de relação com as populações envolventes, que são particularmente evidentes na promoção dos valores norte-americanos apresentados como positivos e contrapostos a valores do comunismo (na Guerra Fria), estes assumidos como negativos. A música (cultura musical) assume-se sempre como um dos meios privilegiados de relação com as comunidades locais, mas dança social, ações de caridade, mesmo apoio económico, emissões de *mass mídia* fazem parte do "pacote" instituído para criar um ecossistema favorável aos interesses norte-americanos.

As bases, porém, nunca deixam de criar espaço para o conflito com as comunidade locais, o que obriga à procura de soluções de diálogo para precaver e no limite resolver as situações conflituais identificadas. Entre as fontes de conflitualidade destacam-se a ocupação de terras e zonas residenciais; as emissões poluentes; o risco de acidentes; atritos entre militares e civis locais nas relações fora das bases. A literatura identifica impactos nas zonas de implantação de bases que cobrem um espetro muito vasto, arrolando-se impactos económicos, ambientais, sociais, políticos e culturais. Para além de tenderem a concentrar a atividade económica das zonas envolventes, deixando um ambiente de "terra queimada" em caso de desativação ou redução, as bases tendem a comprometer o país hospedeiro face às políticas do hóspede, geram protecionismos difíceis de resolver em caso de alteração do ambiente estratégico; são fonte habitual de distúrbios sociais e crimes; induzem poluição ambiental por vezes muito significativa e difícil ou impossível de resolver, com fortes impactos na saúde pública, e são causa de aculturação, por serem poderosas fontes emissoras da cultura popular norte-americana.

Tendo presentes os seus efeitos negativos, as bases são, não raras vezes, alvos de movimentos que promovem o seu encerramento, invocando, precisamente, esses impactos negativos. O antimilitarismo e o antiamericanismo são também fenómenos induzidos pela face negra das bases ou apenas pela sua existência.

SEGUNDA PARTE. As negociações e as contrapartidas

CAPÍTULO II. Portugal e a captação de recursos nos sistemas internacionais

Procura-se neste capítulo encontrar um modelo que explique a captação, por Portugal, de recursos nos sistemas internacionais que possa servir de suporte à compreensão do caso da presença militar norte-americana nos Açores no que diz respeito a contrapartidas. Estabelecido o modelo/teoria, uma segunda secção tenta identificar um processo negocial e um modelo de contrato nos quais se enquadre a relação dialética em que se envolvem Portugal e os EUA nas negociações e renegociações associadas à instalação de bases nas ilhas açorianas e à sua manutenção e encerramento ou *downsizing*.

Secção I – Um caso disfuncional e peculiar

1. O poder duma pequena potência

É aceite por vários autores que Portugal é uma pequena potência[167], sendo que nas bases dos Açores e em particular no que diz respeito à presença norte-americana, sempre lidou com potências de poder relativo muito superior. Conforme Moreira, Portugal é sujeito de "…poder funcional…"[168], sendo esse o poder mais notável de uma pequena potência. No caso dos Açores, pela sua posição geográfica, esse poder funcional manifesta-se na "…sua função no sistema de segurança do Atlântico e dos EUA…", amplamente demonstrada "…desde a II Guerra Mundial

[167] Cf. Almeida, P. F. A. V. (1990). *Do Poder do Pequeno Estado. Enquadramento Geopolítico da Hierarquia das Potências*. Lisboa: Instituto de Relações Internacionais; Almeida, P. F. A. V. (1994). *Ensaios de Geopolítica*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas; Moreira, A. (2002). *Teoria das Relações Internacionais*. Coimbra: Almedina. Para Almeida (Almeida, P. F.A. V. (1990). *Op. cit.*), sendo Portugal uma pequena potência face a parâmetros como território, população e recursos, teria que ser, porém, qualificado como potência média tendo em atenção, por exemplo, os laços culturais que mantém por todo o mundo; a língua que é falada por centenas de milhões de pessoas; uma tradição histórica nobilitante; uma cultura que está a par das mais antigas da Europa, e uma ética e uma filosofia humanista que sempre propôs um mundo sem preconceitos.

[168] Moreira, A. (2002). *Op. cit.* "Chamamos deste modo (poder funcional) à detenção de uma situação geográfica, de minerais raros, de fontes de energia como o petróleo, elementos que são indispensáveis ao funcionamento dos sistemas internacionais e que, portanto, também dão ao seu detentor a capacidade de disfuncionar tais sistemas" (p. 493).

até á crise do Golfo"[169]. No entanto, este poder funcional parece incapaz de por si só explicar a capacidade de um pequeno poder conseguir recursos, pelo menos significativos, nos sistemas internacionais em negociação com potências muito mais poderosas.

O mais natural é as pequenas potências, para a prossecução dos seus objetivos, necessitarem de associar-se a uma potência diretora[170]. Para Almeida[171], uma grande potência representa uma nova face do poder feudal, sendo por isso mesmo pré-moderna. Trata-se de uma instituição "…não igualitária: alimenta as desigualdades, esquece os direitos dos mais fracos, ignora o infortúnio dos mais pobres"[172], embora o autor admita que na rivalidade bipolar "A capacidade de movimento do pequeno Estado aumentou porque aumentou também o número de arranjos necessários para manter o imaginário da paz"[173]. No entanto, o espaço de manobra está limitado à lógica dos arranjos das potências dominantes. Já num sistema unipolar, como o que sucedeu à Guerra Fria, as alianças deixariam de ter razão de ser, o que, para Almeida, significaria ainda menos espaço de manobra para os estados de menor ordem negociarem, muito menos com veemência, acessos a bens e funções nos seus territórios.

2. Algumas teorias e a realidade

Se procurarmos explicações nas teorias baseadas no poder e que são comuns como suporte aos estudos em relações internacionais, como é o caso do realismo[174], teremos tendência para concluir que o sistema de bases norte-americano resulta sobretudo da assimetria de poder entre os EUA e os países hospedeiros[175]. Mas se procurarmos explicações à base das teorias construtivistas[176], baseadas em normativos sociais e na identidade comum como elo de ligação entre estados e na formação de comunidades de segurança (teorias que no entanto não negam a importância do poder relativo), seremos então levados a concluir que as bases em causa

[169] Moreira, A. (2002). *Op. cit.*, p. 492.
[170] Cf. Moreira, A. (1983). *O papel das pequenas potências*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
[171] Almeida, P. F.A. V. (1990). *Op. cit.*
[172] *Idem, ibidem.*, p. 336.
[173] *Idem, ibidem.*, p. 336.
[174] Cf., para uma abordagem ao realismo: Andrade, L. (2002). O Realismo Político e as Relações Internacionais. *Estratégia*, XIII, pp. 199-210; Moreira, A. (2002). *Op. cit.*; Waltz, K. N. (2002). *Teoria das Relações Internacionais*. Lisboa: Gradiva; Dougherty, J. E.&Pfaltzgraff Jr., R. (2003). *Relações Internacionais. As Teorias em Confronto*. Lisboa: Gradiva.
[175] A política externa norte-americana foi influenciada, após a II Guerra Mundial, principalmente por três realistas: Kennan, Kissinger e Brzezinski. Cf. Leal, C. M. (2013). *Op. cit*. "Atualmente, assiste-se a um regresso em força do realismo nas relações internacionais" (p. 92).
[176] Cf., para uma abordagem ao construtivismo: Adler, E. (1991). Cognitive Evolution: A Dynamic Approach for the Study of International Relations and their Progress. *In* Adler, E.&Crawford, B. (Eds.), *Progress in Postwar International Relations*, pp.43-88. New York: Columbia University Press; Guzzini, S. (junho de 2000). A Reconstruction of Constructivism in International Relations**.** *European Journal of International Relations*, Vol. 6, noº 2, pp. 147-182.

resultariam de elos sociais e da pertença a uma mesma comunidade de segurança (no caso, a NATO)[177]. Num e noutro caso não encontraríamos bases sólidas para explicar a capacidade negocial que parece ser evidenciada por Portugal em relação à presença norte-americana nos Açores[178], exceto na I Guerra Mundial, em que tal capacidade parece não se ter evidenciado.

3. Teoria portuguesa para o caso português

Para explicar a capacidade portuguesa, aparentemente anormal, como veremos em próximos capítulos, de negociar ativos estratégicos próprios com potências relativamente muito mais poderosas e de conseguir nessas negociações recursos materiais e imateriais significativos e mesmo decisivos para a prossecução de objetivos próprios, como parece ser o caso em relação à presença norte-americana nos Açores, é útil encontrar uma teoria que aborde a inserção e o papel de Portugal nos sistemas internacionais formulada de raiz, específica para o caso português, que vá além de meros textos descritivos e parciais e que seja capaz de fazer luz sobre essa aparente anormalidade num tempo que possa ser considerado suficientemente longo. Essa cobertura teórica, parece-nos, pode ser dada pela Teoria da Disfunção Nacional, de Telo[179]. Aliás, nenhuma outra teoria, que conheçamos, parece capaz de desempenhar tal função[180]. Convém ao nosso trabalho fixar essa teoria com algum pormenor.

---

[177] A NATO foi criada em 1949, tendo Portugal entre os membros fundadores. A importância do espaço geoestratégico dos Açores é a principal razão da integração de Portugal na NATO entre os fundadores. Cf. Andrade, L. (1992). *Op. cit*.

[178] A presença norte-americana nos Açores, exceto no caso da I Guerra Mundial, parece aproximar-se, na relação negocial entre o país inquilino e o país hospedeiro, da teoria dos contratos incompletos de Colley e Spruyt (Cooley, A.&Spruyt, H. (2009). *Contracting States. Sovereign Transfers in International Relations*. Princeton: Princeton University Press.), que abordaremos neste capítulo, embora o caso açoriano careça de ser integrado na especificidade portuguesa para ser percebido num quadro mais vasto e especificamente nacional, situação que veremos, também neste capítulo, com Telo (Telo, A. J. (1997). *Op. cit.*, pp. 649-683).

[179] Seguimos a versão de 1997 (Telo, A. J. (1997). *Op. cit*.). No entanto, Telo retoma a sua teoria em 2000 num trabalho conjunto com Gómez sobre Portugal e Espanha nos sistemas internacionais contemporâneos (Telo, A. J.&Gómez, H. T. (2000*). Portugal e Espanha nos Sistemas Internacionais*. Lisboa: Edições Cosmos).

[180] É possível, em nosso entender, que Jorge Borges de Macedo (Macedo, J. B. (1987). *História Diplomática Portuguesa – Constantes e Linhas de Força*. Lisboa: Instituto de Defesa Nacional), por exemplo, tenha estado perto de compreender a especificidade portuguesa ao afirmar que "A história da política externa de um país consiste, afinal, em determinar como esse país concebeu e realizou, nas relações com os outros estados, esses objetivos próprios e inadiáveis. Para tanto, a sua posição estratégica e recursos, assim como o teor da própria sociedade – a sua robustez interna – desempenham um papel fundamental" (p. 9). Porém, ao que nos parece, o autor não se aproxima da análise específica sobre as particularidades portuguesas, embora perceba o peso crónico da dimensão externa, como prova a seguinte citação, na qual avisa para os perigos de Portugal se render totalmente à Europa: "…face ao irremediável carácter irregular do interesse da Europa pelo seu extremo ocidente e face à necessidade de correção dessa irregularidade pelo recurso constante ao oceano, Portugal, para a sua sobrevivência, não pode aderir a nenhuma solução externa exclusiva… Face às circunstâncias europeias ou atlânticas, importa não esquecer que Portugal está para além de uma e de outra e tem

3.1. O contrário do que possa parecer

As visões comuns sobre a inserção de Portugal nos sistemas internacionais, estando embora inscritas sobretudo em textos descritivos e parciais, acabam por ter teorias subjacentes, que apontam para um "…conceito de dependência…"[181], que ocupa um lugar central. Esse conceito perde-se no tempo, mas é bem claro na época contemporânea e serve para explicar quase tudo, desde a perda do império até aos problemas de desenvolvimento do país. É mesmo utilizada para explicar questões que podem ser consideradas do espírito, como "…a forma como se abastardou a alma nacional"[182].

A Inglaterra é uma referência na época contemporânea. Segundo Telo[183], serve de explicação para todos os males nacionais, que lhe são atribuídos. Almeida Garrett é apontando por Telo como militante dessa causa. De acordo com a sua pena, a "pérfida Albion" envolveria Portugal em nevoeiros densos, nos quais o país se perderia[184]. Esta explicação é "…uma justificação fácil e enganadora do atraso nacional e, sobretudo, da decadência e perda de poder relativo ao longo do período contemporâneo, ambos fenómenos reais"[185]. Do lado contrário, ("aparente contrário", na expressão de Telo[186]), formou-se a tese em defesa da secular aliança e dos alegados benefícios para Portugal da relação com a Inglaterra. Mas entre os defensores desta tese a noção central, com valor operativo, continua, segundo Telo, a ser a de dependência, embora, neste caso, tal dependência seja associada a contrapartidas e com um resumo final positivo para Portugal[187].

---

portanto que reunir, na sua composição nacional, a permanente capacidade de escolher, em cada momento, em qual se deve apoiar, na certeza de que a sua experiência é a de que nenhuma das opções é suficiente, quando exclusiva" (p. 32).

[181] Telo, A. J. (1997). *Op. cit*., p. 649.

[182] *Idem, ibidem*., p. 649.

[183] *Idem, ibidem.*

[184] A anglofobia reúne muitos intelectuais em Portugal. Em nosso entender, é visível, por exemplo, em Garrett (Garrett, A. (2005). *Portugal na Balança da Europa*. Lisboa: Livros Horizonte); Herculano (Herculano, A. (1933). *Cenas de um ano da minha vida e apontamentos de viagem*. Lisboa: Livraria Bertrand), e no geral em toda a Geração de 70 (1870), podendo-se tomar Eça como exemplo (Queirós, E. (1877). Crónicas de Londres. *Domínio Público Web site*. Acedido em maio de 2015, disponível em http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/eq000002.pdf).

[185] Telo, A. J. (1997). *Op. cit*., p. 649.

[186] *Idem, ibidem*., p. 649.

[187] O predomínio das teses que militam nos malefícios da dependência é identificado por Telo (Telo, A. J. (1997). *Op. cit*.), por exemplo, após a revolução de 1820 e após o *ultimatum* de 1890. As teses anglófilas são, para o autor, evidentes - são outros exemplos - no começo do século XX e no período final da II Guerra Mundial. Do exterior parece haver interesse em alimentar a polémica interna, como são exemplos os casos da Alemanha e da Inglaterra nos anos anteriores à II Guerra Mundial. Os dois países financiaram autores que lhes eram favoráveis. A disputa não morre com o início e durante a Guerra Fria, sendo que agora a Inglaterra é substituída pelos EUA "…como fonte de todos os males ou a origem de todas as vantagens e benesses" (p. 650). A propaganda política tenta influenciar, por vezes, a evolução

A cobiça dos grandes poderes em relação a Portugal é um ponto em que muitos autores estão de acordo, segundo Telo[188], e que tem como consequência "…a perda de poder do país na época contemporânea"[189]. Esta é a teoria do Estado-vítima, espoliado no altar das grandes manobras internacionais. Para o autor, esta visão coincide algumas vezes com a realidade, mas noutras vezes não passa de "…imaginação delirante…"[190] cultivada por autores e políticos[191]. Esta reação-tipo é exacerbada ao ponto de os atos positivos dos portugueses serem vividos "…como forma de afirmação perante o exterior…"[192].

Terá a tese da dependência razão de ser? Para Telo[193], não. Em seu entender, os factos provam que, pelo menos na época contemporânea, a realidade de Portugal está no polo oposto:

> É a realidade de um país que, sistematicamente, nos mais diversos sistemas internacionais, nas mais variadas conjunturas, orientado pelos dirigentes das mais caleidoscópicas cores políticas e múltiplas capacidades, consegue normalmente desempenhar um papel e realizar funções que estão acima da sua força aparente. Consegue, dito por outras palavras, canalizar apoios imateriais e recursos materiais para a prossecução de políticas, estratégias e modos de vida próprios, que não poderiam ser levados a cabo sem eles[194].

Telo[195] lembra que Portugal consegue manter-se soberano e independente nas guerras napoleónicas, sendo que a derrota francesa começa na Península Ibérica, em particular no nosso país, às mãos de um exército que inicialmente é anglo-luso; vive na época contemporânea com uma balança comercial em défice, mas consegue sempre compensá-la e viver acima do que

---

interna alimentando a polémica. Tal aconteceu após o *ultimatum*, por exemplo, mas também em 1961, quanto o Estado português lançou uma campanha antiamericana na sequência da eclosão da guerra em Angola. Telo não encontra grandes penas na defesa desta tese, apesar da vasta bibliografia, situação que atribui à dificuldade de "…dar a volta ao tema e apresentar com alguma lógica, elegância e coerência o que era essencialmente uma posição ideológica baseada numa má análise estratégica" (p. 650).

[188] Telo, A. J. (1997). *Op. cit*.

[189] *Idem, ibidem*., p. 650.

[190] *Idem, ibidem.*, p. 650.

[191] São exemplos os investimentos de Alves Redol em Angola, em 1924, com notas falsas, vistos em Portugal como "…uma manobra internacional alimentada por Roma ou Berlim para nos roubar Angola" (Telo, A. J. (1997). *Op. cit*., 651) ou a política crítica de Kennedy, em 1961, em relação ao colonialismo português, que é encarada como uma manobra norte-americana para "…levar a pérola do império (Angola) para a esfera ianque" (p. 651). A mesma reação já tinha ocorrido no século XIX, quando a pressão para acabar com o tráfego negreiro foi atribuída "…à cobiça britânica…" (p. 651).

[192] Telo, A. J. (1997). *Op. cit*., p. 651. A descrição mediática das campanhas de Mouzinho de Albuquerque em Moçambique nos finais do século XIX e das condecorações europeias que lhe foram atribuídas são exemplo aduzidos pelo autor. "…o país tinha provado que era digno dos seus maiores e do vasto império que ainda mantinha e a Europa vergava-se à realidade irrecusável com mal disfarçada pena" (p. 651). O autor entende que estas manifestações podem ser atribuídas a "…uma catarse bem necessária depois das humilhações do *ultimatum* e, sobretudo, das derrotas militares em África frente à polícia da companhia de Cecil Rhodes, que nem sequer era um exército regular" (p. 651).

[193] Telo, A. J. (1997). *Op. cit*.

[194] *Idem, ibidem*., p. 651.

[195] *Idem, ibidem.*

produz entre portas; consegue manter um império africano de dimensão muito significativa (sendo, aliás, o primeiro a chegar – 1415 – e o último a partir – 1975), quando a Espanha perde o seu e países como Itália ou a Alemanha não conseguem mais do que impérios menores ou mais pobres do que o nosso; sustenta durante treze anos (1961-1974) uma guerra em África, com frentes separadas por milhares de quilómetros e mantém os conflitos em níveis suportáveis e sem pôr em causa o desenvolvimento interno, o que "…é mais do que a França fez na Indochina e na Argélia e os EUA fizeram no Vietname"[196]; está na primeira fila da evolução do sistema internacional através da relação privilegiada que mantém com a potência que domina o Atlântico; recebe convites para membro-fundador das organizações internacionais mais marcantes na época contemporânea, em especial quando estas organizações são iniciativa do poder marítimo ou das suas alianças; os regimes, por mais diversos que sejam, costumam considerar fundamental o apoio externo para se manterem e não poucas vezes conseguem superar crises importantes com base nesse apoio. Como exemplos, refere a guerra civil da Patuleia e o final da II Guerra Mundial.

Baseado nos exemplos referidos, Telo[197] conclui não ser sustentável uma imagem de dependência e de enfraquecimento determinado pelos sistemas internacionais. Pelo contrário, alega, a imagem que transparece é a de um poder que "…vai buscar ao sistema internacional recursos e meios que multiplicam a sua força e lhe permitem abalançar-se a missões e estratégias aparentemente muito acima do seu peso relativo, tanto internas como externas – a fronteira é difícil de traçar"[198].

3.2. Acertar o passo com o mundo… ou não

É claro que quando Portugal define objetivos realistas e enquadrados na evolução internacional e nos valores aceites, os resultados são geralmente muito superiores ao que os observadores poderiam esperar; mas mesmo quando os objetivos são irrealistas e estão à margem da evolução do sistema internacional, as estratégias traçadas são mantidas por períodos que podem ser considerados anormalmente longos, seguindo-se uma crise traumática e um ajustamento ao sistema. "O que aqui nos interessa é sublinhar que, em qualquer caso, sejam as análises locais acertadas e adaptadas ou não, há sempre uma capacidade anormal de as implementar, de tentar leva-las à prática, independentemente do resultado final"[199].

[196] Telo, A. J. (1997). *Op. cit*., p. 652.
[197] *Idem, ibidem.*
[198] *Idem, ibidem*., p. 652.
[199] *Idem, ibidem.*, p. 653.

Esta capacidade que Telo[200] identifica não está, em seu entender, ligada a momentos específicos, ideologias ou personalidades de especial valor ou peso. "Tem de haver, pelo contrário, fatores de longo prazo exteriores à vontade dos homens que os condicionam e levam a seguir certos caminhos, mesmo quando não há consciência disso, o que é normalmente o caso"[201]. Sendo assim, Telo entende que Portugal é um caso especial no sistema internacional e que na época contemporânea deve ser entendido como único. Mais:

> …é um caso em que o particular posicionamento internacional condiciona fortemente a evolução interna e implica um padrão muito peculiar de mudança e de funcionamento da sociedade, diferente da maior parte dos outros, embora com semelhanças com a Europa do sul, à qual pertence[202].

Sendo assim, Telo[203] propõe como um dos conceitos centrais para compreender a realidade nacional a noção de disfunção, indo buscar à medicina a definição, que aponta para um órgão ou aparelho com perturbação de funcionamento. "É esse justamente o caso de Portugal em termos do sistema internacional: o de um órgão com funcionamento perturbado, anómalo e difícil de compreender"[204]. O autor reconhece que não são evidentes os mecanismos, formas e articulação da disfunção e por isso convém clarifica-los, sendo ainda que não é óbvia a ligação entre esses elementos e as particularidades da vida social nacional. Telo refere mesmo ser comum entre os autores nacionais a ideia de que "…a evolução interna só pode explicar-se por fatores endógenos, onde o internacional pouco ou nada contaria"[205]. Para entender os mecanismos da disfunção, elabora treze teses explicativas, às quais no essencial faremos referência.

3.3. A disfunção nacional em ação

Uma realidade velha de pelo menos cinco séculos, a disfunção nacional, como a entende Telo[206], tem tradução na época contemporânea "…pelo capacidade de o país conseguir apoios, amplificar o efeito de ações próprias e canalizar recursos externos que lhe permitem exercer uma função no sistema internacional acima do que é a sua força aparente"[207]. Os fatores da disfunção são múltiplos, atuam em conjugação, mas a sua articulação modela-se de acordo com as particularidades de cada sistema internacional ou de uma das suas fases.

---

[200] Telo, A. J. (1997). *Op. cit*.
[201] *Idem, ibidem*., p. 653.
[202] *Idem, ibidem*., p. 653.
[203] *Idem, ibidem*.
[204] *Idem, ibidem*., p. 653.
[205] *Idem, ibidem*., p. 653.
[206] *Idem, ibidem*.
[207] *Idem, ibidem*., pp. 653 e 654.

Telo[208], avisando não ser exaustivo, enumera sete fatores associados à disfunção nacional, sendo eles (1) o facto de Portugal continental se localizar no extremo ocidental da Europa, de difícil acesso por terra e aberto ao Atlântico, possuindo o melhor porto oceânico da Península Ibérica, além de ser o único Estado que garante a dualidade peninsular, sendo o vizinho mais poderoso; (2) a importância estratégica do Atlântico português, mas em particular o caso dos Açores; (3) os laços mais ou menos fortes mantidos com Portugal por parte de comunidades espalhadas por centenas de países, em todos os continentes; (4) o papel de placa giratória, que permite a Portugal ser um elo de ligação entre culturas, pessoas e regiões; (5) as relações especiais, embora com intensidade variável, mantidas com os territórios de língua portuguesa na América, África e Ásia; (6) uma cultura de síntese, que foi buscar elementos a todos os continentes e uma língua que é a terceira mais falada na bacia do Atlântico, e, finalmente, (7) as relações mantidas secularmente com o poder quer domina o Atlântico.

Para Telo[209], a disfunção é histórica, ou seja, trata-se de um processo "…sistemática e pacientemente construído ao longo dos séculos por um destino coletivo"[210]. Sendo a geografia a base do papel de Portugal nos sistemas internacionais, a história é evidente na constituição de um retângulo aberto ao mar, num eixo litoral norte-sul. A geografia resultou da Reconquista e de opções estratégicas num percurso de séculos. A procura da profundidade, que era negada ao país do lado continental, no Atlântico e na passagem para o Mediterrâneo, não era inevitável ou natural. Tal realidade histórica foi sendo construída a partir da conquista de Ceuta, em 1415, estando na base de um sistema urdido em alianças e entendimentos informais que, de acordo com Telo, "…garantem a dualidade peninsular e a soberania nacional"[211]. Telo resume que "A geografia do país, as suas ligações pluricontinentais, a sua cultura e dispersão dependem (…) de um processo histórico e das ligações, apoios e cumplicidades que o apoiaram"[212].

A disfunção, tal como a concebe Telo[213], tem uma dimensão económica, que também é histórica, criada por entre crises e encruzilhadas por obra de "…uma vontade coletiva"[214]. Sucessivos atos individuais, que o autor desliga, em enorme frequência, das intenções do poder oficial, estão na base da dimensão económica da disfunção. Telo valoriza os laços mantidos na época contemporânea com as regiões de língua portuguesa; as remessas dos emigrantes; a capacidade de atrair fundos internacionais que estão dependentes das sucessivas conjunturas históricas; a capacidade de funcionar como placa giratória, nas passagens entre continentes e

[208] Telo, A. J. (1997). *Op. cit*.
[209] *Idem, ibidem*.
[210] *Idem, ibidem*., p. 654.
[211] *Idem, ibidem*., p. 655.
[212] *Idem, ibidem*., p. 655.
[213] *Idem, ibidem*.
[214] *Idem, ibidem*., p. 655.

regiões. "Todos estes aspetos são históricos e resultam de um processo construído pacientemente ao longo de séculos, a maior parte das vezes sem que tal corresponda a qualquer estratégia oficial"[215].

Ao analisar a dimensão cultural da disfunção, Telo[216] liga-a ao facto de a língua portuguesa estar presente nos cinco continentes e a uma dimensão da cultura portuguesa que se caracteriza por ser uma cultura de fusão, resultante histórico de contatos com dezenas de realidades culturais. A base desta dimensão cultural da disfunção "…são as comunidades portuguesas em múltiplos países, com uma dimensão significativa em pontos importantes da bacia do Atlântico, como a Ibero-américa e África"[217].

Ao concluir a análise da dimensão histórica da disfunção, Telo[218] anota que ela exerce-se de forma variável, não tendo sempre os mesmos efeitos ou mecanismos idênticos. Uma vez que ela provém do sistema internacional, é natural que os seus mecanismos dependam das regras dominantes em cada sistema e da forma como elas atuam em Portugal. Sendo assim, anota o autor, só é possível entender a disfunção numa determinada fase se previamente formos capazes de entender o sistema vasto em que ela se insere. As regras não são exportadas de forma mecânica de um sistema para outro, embora Telo identifique permanências na época contemporânea.

Ao definir os agentes da disfunção, Telo[219] introduz um aviso prévio, afirmando que a influência do sistema internacional em qualquer país não pode ser aferida através da atividade diplomática e nas pressões que por essa via possam ser exercidas. O autor estabelece que "…a atividade diplomática limita-se a traduzir em palavras algumas das vias e processos das relações internacionais, nem sempre as mais importantes e normalmente de forma atrasada, incompleta e indireta"[220]. Telo valoriza a transferência de tecnologias, as influências culturais, os fluxos da economia internacional, os reflexos das estratégias e políticas de diversas instituições, as migrações de seres humanos, plantas e animais em larga escala, os condicionantes da ecologia global e a internacionalização da vida quotidiana na época contemporânea. Trata-se de "…uma

[215] Telo, A. J. (1997). *Op. cit*., p. 655.
[216] *Idem, ibidem*.
[217] *Idem, ibidem*., p. 655. Talvez seja útil acrescentar que na Costa Leste dos EUA, também parte da bacia do Atlântico, os portugueses de primeira geração correspondiam em 1990, por exemplo, a 8,2 por cento da população em Rhode Island e a 4,3 por cento em Massachusetts. Cf. Barrow, C. W. (Ed.), (2002). *Portuguese-Americans and Contemporary Civic Culture in Massachusetts.* UMass Dartmouth: Tagus Press e FLAD.
[218] Telo, A. J. (1997). *Op. cit*.
[219] *Idem, ibidem*.
[220] *Idem, ibidem*., p. 656.

realidade onde os estados e os governos são simplesmente um dos agentes, a par de muitos outros, e onde o seu protagonismo tende a decrescer ao longo da época contemporânea"[221].

Por se exercer nos mais variados níveis da vida nacional, Telo[222] define a disfunção como multifacetada e distingue quatro vertentes: uma de estratégia e de defesa; uma política e diplomática; uma económica; uma cultural. "Estas vertentes atuam de forma conjugada e influenciam-se mutuamente, sendo muito difícil em cada caso concreto dizer onde começa uma e acaba a outra"[223]. O predomínio varia de acordo com as conjunturas e situações históricas, sendo que "A articulação entre os diversos níveis e a predominância de um ou de outro depende das características do sistema internacional e da sua fase, com os condicionalismos concretos que cria em Portugal"[224].

Telo[225] explica que "…a riqueza da disfunção é que ela não só gera uma forma original de Portugal se relacionar com o mundo, como produz igualmente regras únicas que marcam a evolução da sociedade portuguesa e balizam as suas grandes etapas…"[226]. Significa isto que a disfunção "…é uma realidade operativa tanto em termos de política externa como das políticas económicas, sociais e outras"[227].

3.3.1. O papel decisivo do não dito

De acordo com Telo[228], "O papel da disfunção raramente é entendido de maneira global e os seus mecanismos raramente são conscientes e correspondem a estratégias elaboradas e assumidas, sendo, possivelmente, por causa disso que são tão eficazes"[229]. Entre os políticos, nem todos entendem a disfunção, mesmo aqueles que atuam no cenário internacional. Os que a compreendem estão impedidos de o expressar publicamente, sob pena de uma forte reação popular e da oposição política, isto porque "Nenhum político responsável pode dizer

[221] Telo, A. J. (1997). *Op. cit*., p. 656. Ao longo dos tempos, emigrantes, empresários e escravos são os agentes da disfunção económica; mais de 200 milhões de pessoas que comunicam na língua portuguesa são agentes da disfunção cultural. Telo anota que "como regra (…), os governos só se movimentam quando os processos já se encontram muito avançados por mecanismos e vias que nada têm a ver com eles" (p. 656).
[222] *Idem, ibidem.*
[223] *Idem, ibidem*., p. 656.
[224] *Idem, ibidem*., p. 657.
[225] *Idem, ibidem*.
[226] *Idem, ibidem*., p. 657.
[227] *Idem, ibidem*., p. 657. Segundo Telo, "…quando se analisam fenómenos deste tipo, é preferível considerar uma área comum de interação, onde o 'interno' e o 'externo' estão tão intimamente relacionados que não faz sentido, nem ajuda à compreensão da realidade, falar neles como realidades independentes" (p. 657).
[228] *Idem, ibidem*.
[229] *Idem, ibidem*., p. 657.

publicamente que a razão última das suas ações é garantir a continuidade de um apoio externo ou a canalização para o país de fluxos do exterior essenciais para manter os equilíbrios delicados do sistema"[230]. Está assim criado "…um abismo entre a realidade de uma estratégia de fundo e o discurso oficial elaborado para consumo da opinião pública e para a propaganda, entre a aparência e a realidade"[231].

Ao nível interno, a disfunção tem uma ação essencial "…no estabelecimento de regras de funcionamento da sociedade portuguesa, da originalidade dos seus processos de evolução e transição entre modelos económicos e estruturas políticas"[232]. Canalizar recursos do exterior e apoios para levar a cabo estratégias internas é uma das funções essenciais que Telo atribui à disfunção. Umas vezes tais recursos ficam expressos em tratados ou acordos, mas no geral os mecanismos utilizados são de carácter informal ou pelo menos não são consagrados legalmente. Para Telo,

> Significa isto que, normalmente, os regimes caem e mudam sob efeito de pressões que lhe vêm do exterior e se consolidam e procuram ultrapassar as crises através da obtenção de apoios e recursos externos a diversos níveis, aos quais correspondem contrapartidas mais ou menos claras[233].

Em qualquer caso, o segredo fundamental do funcionamento eficaz da disfunção como suporte às políticas internas é ligado por Telo[234] à capacidade de dissimular o que está a ocorrer[235].

---

[230] Telo, A. J. (1997). *Op. cit*., p. 657.

[231] *Idem, ibidem*., p. 658. De entre os exemplos aduzidos por Telo, escolhemos um: "…quando se passou a dar garantias formais a Inglaterra sobre os Açores a partir de 1898, estas tiveram de ser mantidas secretas, a ponto de mesmo a maior parte dos historiadores posteriores não falar nelas nem as relacionar com o Tratado de Windsor, assinado menos de um ano depois e que garantiu a continuidade do império" (p. 658).

[232] *Idem, ibidem*., 659.

[233] *Idem, ibidem*., p. 659. São vários os exemplos aduzidos por Telo, desde o contributo inglês para repelir as invasões francesas até às ajudas externas que permitem a vitória liberal na guerra civil 1828-1834; desde o beneplácito aliado que permite a manutenção do regime no segundo pós-guerra, até à mais recente forma como a recuperação económica do país dependeu de ajudas, créditos e remessas externas depois de 1976, entre outros. De acordo com Telo, "Em todos estes casos (…), estratégias e políticas essenciais para o país, conscientes ou não, só puderam ser concretizadas através de uma injeção em larga escala de apoios imateriais e recursos concretos do sistema internacional, em termos políticos, técnicos, financeiros, militares e humanos. Obviamente, se isto acontece é por algum motivo, seja a existência de interesse externo nessas políticas, a capacidade de oferecer contrapartidas significativas ou a possibilidade de mobilizar uma rede de apoios informais que se edificou ao longo dos séculos" (p. 660).

[234] *Idem, ibidem*.

[235] São exemplos a política de Salazar em 1928, que visava o retorno ao país dos capitais emigrados nas últimas quatro décadas, o que garantiu solidez financeira e suporte político ao Estado Novo, sendo que essa política não é entendida no sistema interno, e, fundamentalmente, a capacidade nacional de manter uma balança comercial sistematicamente negativa desde a retirada da corte para o Brasil, em 1807, acossada pelos exércitos de Napoleão, e até à atualidade (exceto em três anos na II Guerra Mundial). O significado desta situação é, para Telo (Telo, A. J. (1997), *Op. cit.*), óbvio: "…nos últimos dois séculos Portugal viveu sistematicamente acima do valor dos produtos que produziu. Para tal precisou de

Internamente, é necessário distribuir o capital imaterial e financeiro que provém do exterior. "Quem consegue aceder a ele de forma privilegiada afirma-se e vinga perante os restantes e é isso que cria a anormal importância interna do externo, bem como o facto de ser muito difícil e pouco útil separar essas duas realidades rigidamente"[236]. Telo anota que esta relação se torna ainda mais importante dado o peso que as relações económicas com o exterior têm na sociedade portuguesa e que é superior ao normal nas sociedades desenvolvidas.

A distribuição interna dos recursos captados no exterior é um instrumento fundamental para a criação e manutenção de elites. Telo[237] considera que, sendo que a distribuição ocorre no âmbito de regras criadas pelo poder político ou mesmo por este de forma direta, então "…o controle do nível político é fundamental para a formação das elites económicas e sociais"[238]. Sendo assim, a criação de novas elites é peculiar em Portugal. Ao contrário de emergirem no sistema político a partir de alterações sustentadas das realidades social e económica, normalmente

> …um grupo minoritário toma conta do poder político e, a partir dele, define novas regras de distribuição dos recursos canalizados para o país ou produzidos internamente, o que lhe permite crescer e assegurar a força futura em termos económicos e sociais[239].

Geralmente, o poder político é apropriado, de forma rápida, com a atuação dos militares. Numa segunda fase, ocorre, de forma mais lenta, a formação das elites sociais e económicas a partir do poder político. Normalmente, ocorre uma fusão com as antigas elites, "…pelo menos com a parte que se adapta a tempo, muda de hábitos, presta vassalagem oral e de circunstância aos novos valores políticos e às figuras de governação e se adapta às circunstâncias emergentes"[240].

O que importa para garantir o sucesso na sociedade portuguesa "…é o relacionamento com o poder político e não a eficácia direta numa determinada função…"[241], o que significa que "…os mecanismos que promovem a eficácia numa determinada função estão, em regra, pervertidos

---

canalizar de maneira contínua recursos financeiros (ouro e divisas) do exterior que lhe permitiram equilibrar uma prática permanente de comprar substancialmente mais do que aquilo que vende" (p. 661).

[236] Telo, A. J. (1997). *Op. cit*., p. 661.

[237] *Idem, ibidem*.

[238] *Idem, ibidem*., p. 662.

[239] *Idem, ibidem*., p. 662.

[240] Telo, A. J. (1997). *Op. cit*., p. 662. O autor analisa os casos da nova elite liberal (pós-guerra 1828-1834); da elite de serviços públicos e das benesses para criar as máquinas eleitorais no pós-5 de Outubro; da criação dos grandes grupos económicos através das boas relações com o poder depois de 1926, e os processos de nacionalizações, seguidos de privatizações que criaram a elite pós-25 de Abril de 1974, referindo também as políticas de emprego e sociais que criaram uma classe média capaz de suportar o sistema. De acordo com Telo, nos casos referidos "…pode ser detetado um peso anormal do poder político para moldar em poucos anos as realidades económicas e sociais. É no nível político que as mudanças de fundo ocorrem em primeiro lugar de forma brusca e é a partir dele que se organizam posteriormente as alterações da ordem social e económica que consolidam ou criam as novas elites" (p. 663).

[241] *Idem, ibidem*., p. 664.

ou, pelo menos, não funcionam com a intensidade e peso que seria de esperar"[242]. Estamos perante uma situação em que se regista um peso anormal do político que "…tende a perverter o bom funcionamento dos critérios que asseguram a eficácia das instituições…"[243]. Entre outras, esta realidade tem como consequência que "…o ritmo da inovação no país é normalmente mais lento do que noutras sociedades com regras diferentes"[244]. Daqui resulta a necessidade de importar a inovação "…seja em termos técnicos, organizativos, culturais ou políticos (todos eles estão, aliás, ligados)"[245]. Telo considera ser esta uma das principais vias para a mudança na sociedade portuguesa induzidas pelo sistema internacional e conclui que

> As grandes mudanças em Portugal não se fazem de forma gradual e lenta, de baixo para cima, mas sim de forma brusca, de cima para baixo, através do nível político e dos militares, em larga medida, porque a perversão nacional das regras do jogo social favorece a perversão das instituições e não a sua mudança gradual e contínua[246].

Telo[247] constata que quando se regista maior abertura, são mais rápidos a inovação interna e o ritmo da mudança gradual e progressiva. Mas nos períodos de formação de um regime ou quando ele se fecha em relação ao exterior e se regista um peso significativo do Estado, então ocorre o contrário. A inovação passa a ser mais lenta e conflitual, sobretudo porque os valores corporativos e coletivos tornam-se mais pesados.

3.4. A habitual intervenção dos militares

A época contemporânea portuguesa, segundo Telo[248], pode ser dividida em cinco grandes mudanças do modelo económico e das estruturas políticas e sociais – revolução de 1820; regeneração de 1850; a crise de 1890; constituição do Estado Novo a partir do golpe 1926, e 25 de Abril de 1974 -, mas o autor anota que os processos nem sempre são paralelos[249]. "Em

[242] Telo, A. J. (1997). *Op. cit.*, p. 664. Telo encontra no Portugal contemporâneo o que qualifica como "…uma tendência para a corporização…" (p. 664), ou seja, "…critérios essencialmente passivos e conservadores, de aceitação do existente e promoção dos amigos e companheiros ideológicos…" (p. 665) determinam o funcionamento das instituições. Colocando a questão de forma muito prática, Telo anota que "As pessoas não tendem a ser promovidas por serem eficazes, mas por não levantarem problemas" (p. 665).
[243] *Idem, ibidem*., p. 665.
[244] *Idem, ibidem*., p. 665.
[245] *Idem, ibidem*., pp. 665 e 666.
[246] *Idem, ibibem.*, p. 666. Frisando tratar-se de uma opinião pessoal, Telo anota ainda que "…se Portugal inova menos e mais devagar do que algumas outras formações sociais, não é porque os portugueses sejam menos inteligentes ou ativos, mas simplesmente porque as regras que tendem (…) a prevalecer vão no sentido de promover os menos ativos e inteligentes" (p. 666).
[247] *Idem, ibidem*.
[248] *Idem, ibidem*.
[249] Na revolução de 1820 ocorre uma transição para uma monarquia constitucional instável, mas a mudança económica e social só e notória a partir de 1834; a regeneração de 1850 possibilita uma

qualquer destes casos, com a aparente exceção de 1890, o papel dos militares é fundamental na promoção da mudança", sendo que "…a mudança surge a partir de um golpe militar promovido pela esmagadora maioria das forças armadas, que praticamente não encontra resistência"[250].

Haverá razões estruturais para que as coisas sejam assim ou estaremos perante meras situações de conjuntura? A esta pergunta, Telo[251] opta pelas razões estruturais. O que se passa é que em Portugal as mudanças de regime, por regra, implicam alterações do modelo económico, do relacionamento com o exterior e das estruturas políticas, tomando o político a dianteira. Acumulam-se desajustamentos entre a situação interna e o sistema internacional. Tais desajustamentos provocam impactos particularmente evidentes nos setores sociais, que entretanto cresceram, mas que, só por si, não são capazes de operar a mudança. Sem que o regime se consiga autoreformar, os setores sociais apelam aos militares, que atuam, geralmente, após um abalo internacional. É esse o momento em que os militares se convencem da necessidade do golpe e da facilidade da vitória.

Após a vitória, é comum os militares apelarem aos civis para darem sentido político à ditadura que se segue. É nesse momento que começa a construção de um novo regime, sendo que o ajustamento dos fluxos financeiros com o exterior e os apoios externos ao país são geralmente prioridades. Assim, para Telo,

> Os militares são (…) o motor da mudança, porque a sociedade portuguesa se revela incapaz de mudar de forma gradual e, a partir de certa altura, o existente não pode continuar, devido essencialmente aos desajustes com o sistema internacional e aos estímulos negativos que chegam do exterior pelas dificuldades de atuação da disfunção[252].

---

transição para um aparelho político estável e um modelo económico liberal de anormal abertura ao Atlântico; a crise de 1890 provoca a imediata mudança do modelo económico, mas fica marcada por tentativas falhadas de adaptação das estruturas políticas, o que desemboca no cinco de outubro de 1910; o Estado Novo resulta do golpe de 1926, e o 25 de Abril de 1974, seguido de um período curto de instabilidade, abre Portugal à democracia, situação em que nos encontramos. Cf. Telo, A. J. (1997). *Op. cit*.

[250] Telo, A. J. (1997). *Op. cit*., p. 668.

[251] *Idem, ibidem*.

[252] Telo, A. J. (1997). *Op. cit*., p. 669. Quando os processos são bem sucedidos, Telo anota seis fases para a atuação dos militares: ditadura militar; apoio aos políticos emergentes no âmbito de uma estratégia que assegura uma nova estabilidade na fase de transição; progressiva politização, quando o regime novo dá sinais de crise, que por sua vez origina descontentamento social; minigolpes falhados, que funcionam como ensaios do grande golpe e funcionam como sinal de que é necessário manter a unidade num patamar superior às divisões políticas, e golpe com sucesso e sem resistência. Quando ocorrem processos falhados, a sociedade civil repete os apelos aos militares, passando a ser obscuros os caminhos a seguir. "Surgem então os períodos de instabilidade prolongada, que podem desembocar em sangrentas guerras civis ou em golpes minoritários com muitas baixas…" (p. 670).

As forças armadas são, no geral, o primeiro setor da sociedade portuguesa a receber a inovação tecnológica e organizativa que provém do exterior. Telo[253] lembra que "…as grandes vagas de inovação tecnológica implicam sempre a alteração das formas organizativas, dos modos de formar os homens, de os motivar e das suas mentalidades"[254]. Esta situação habilita os militares a prestarem atenção ao descontentamento social, induz a politização e a atuação de acordo com as tendências percecionadas a partir do exterior.

As patentes mais baixas são as que estão mais expostas no imediato à inovação, uma vez que adotam com mais facilidade as novas tecnologias e o seu espírito. A vaga tecnológica é propícia a criar fatores de instabilidade junto de quem mais de perto com ela lida. No caso, "…nas patentes mais baixas, que são promovidas passados uns anos"[255]. As vagas de inovação tecnológica chegam a Portugal devido a abalos que ocorrem no exterior. O financiador é geralmente o aliado de Portugal (Inglaterra, depois EUA) e a inovação dirige-se às forças armadas. Os especialistas formados nas forças armadas disseminam-se depois por outros níveis da sociedade, quando são desmobilizados e quando as tecnologias de guerra dão origem a aplicações civis.

A tecnologia vai sendo importada para fazer face aos sucessivos compromissos militares que Portugal vai assumindo no sistema internacional, que são irrecusáveis e ao mesmo tempo essenciais ao funcionamento da disfunção. Para Telo[256], esta é uma peculiaridade de Portugal, uma vez que a inovação tecnológica "…não parte da sociedade civil, não chega do interior, não é gradual, ou seja, é muito anormal. Chega de forma brusca, como resposta a um abalo externo que obriga a mudar drasticamente as forças armadas em pouco tempo"[257]. Refere Telo que esta originalidade ajuda a explicar o papel dos militares na sociedade portuguesa, que também é uma

[253] Telo, A. J. (1997). *Op. cit*.
[254] *Idem, ibidem*., p. 670.
[255] Telo, A. J. (1997). *Op. cit*., p. 671. Ao explicar o que entende por grande vaga de inovação tecnológica e por que chega ela, em Portugal, primeiro aos militares, Telo socorre-se de vários exemplos. Damos aqui nota do caso do 25 de Abril de 1974, "…que é precedido pela vaga de inovação da NATO e pela reorganização motivada pelas guerras de África" (p. 671). As tecnologias que a NATO introduz em Portugal estão relacionadas com a eletrónica, computadores e novos tipos de propulsão, o que desde logo implica "…uma profunda revisão da política militar, da organização, dos métodos de formação, das formas de motivar e das táticas e estratégias" (p. 671). Quanto às guerras de África, elas implicam uma mudança profunda nas forças armadas em termos técnicos e organizativos. Telo nota que "…quem se empenha no golpe em primeiro lugar são os oficiais que impulsionaram e conheceram diretamente a mudança anterior e, como motivo imediato, se sentem prejudicados nas suas carreiras" (p. 672) e refere que nos anos que antecederam o golpe assistiu-se "…a uma mudança drástica de composição, mentalidade e recrutamento social do corpo de oficiais, mais uma vez pela necessidade de crescer muito em pouco tempo" (p. 672).
[256] *Idem, ibidem*.
[257] *Idem, ibidem*., p. 673.

originalidade, designadamente o papel liderante que eles assumem na mudança do poder político[258].

3.4.1. Transições de quatro em quatro décadas

O ritmo das transições em Portugal, conforme Telo[259] as define, é de cerca de quarenta anos. O autor questiona-se se o ritmo encontrado será fruto do acaso ou terá a ver com algum fenómeno proveniente do sistema internacional. Ao nível político, as mudanças não são coincidentes com as transições entre sistemas internacionais e mundiais, "…mas há um paralelismo"[260]. Como regra geral, Telo estabelece que

> …quando o país se vê militarmente envolvido num conflito de grande envergadura à sua escala, que resulta de abalos no sistema internacional, tal tende a provocar a curto prazo a chegada de uma vaga de inovação tecnológica, a renovação das forças armadas e o desajuste nos fluxos económicos, financeiros e humanos com o exterior, o que obriga a mudanças e adaptações. São os efeitos conjugados destas mudanças que levam a prazo à queda de um dado regime em Portugal e ao nascimento de outro. Pelo contrário, quando o abalo no sistema internacional não se traduz num envolvimento militar direto do país (…) os efeitos importados são de menor envergadura e o regime pode sobreviver com uma mera adaptação…[261]

Os ciclos mundiais de depressão e expansão também influenciam a economia portuguesa, que acaba por acompanhar esses ciclos, mas tal não acontece de forma direta e mecânica[262]. Em qualquer caso, "…há padrões que se repetem ao longo do tempo, não como 'leis obrigatórias' e deterministas, mas como ligações profundas, tendências e cenários de maior probabilidade"[263].

---

[258] Normalmente, as forças armadas são iguais aos restantes setores da sociedade portuguesa, designadamente no que diz respeito às dimensões conservadora, corporativa e defensiva. Porém, de acordo com Telo (Telo, A. J. (1997). *Op. cit.*), "…os abalos do sistema internacional que normalmente precedem as grandes mudanças no país obrigam-nas, por vezes, a alterar tudo em pouco tempo, a importar uma vaga de inovação em larga escala" (p. 674).

[259] Telo, A. J. (1997). *Op. cit*.

[260] *Idem, ibidem*., p. 675. De entre os exemplos referidos, destacamos o caso do 25 de Abril de 1974, que "…coincide com a passagem para a última fase do sistema internacional da Guerra Fria, que se dá em 1973-74, sendo Portugal justamente o primeiro caso de uma transição democrática moderna…" (p. 675).

[261] *Idem, ibidem*., p. 675.

[262] Para Telo (Telo, A. J. (1997). *Op. cit*.), "…há sintomas de uma ligação entre as grandes mudanças portuguesas e o final das grandes vagas de inovação tecnológica internacional, tal como definidas na teoria dos ciclos K. Quanto aos ciclos curtos, Telo opta pelos ciclos J (ciclos de mais ou menos nove anos, sendo que nove destes ciclos cabem em apenas um ciclo K) e encontra uma ligação mais direta, sendo mesmo que em todos os casos definidos as mudanças em Portugal correspondem aos anos finais de um ciclo J. Para Telo, "as mudanças portuguesas são precedidas pela fase final (e a crise) dos ciclos económicos de curto prazo" (p. 677). O autor adverte, porém, que "…cada fase é um caso independente e o seu estudo exige que se comece pela compreensão das regras então vigentes no jogo internacional" (p. 677).

[263] *Idem, ibidem*., p. 677.

Telo[264] deixa claro que no caso português não pode ser estabelecida uma "…ligação direta e mecânica a um nível isolado do ritmo das grandes mudanças do sistema internacional, seja o político, o estratégico ou o económico"[265]. A ligação, tal como o autor a vê, é indireta e ocorre no âmbito da articulação de todos os elementos, sendo que qualifica essa articulação de complexa. É, pois, essencial que em cada caso concreto seja examinada "…a forma como os diversos e múltiplos fatores se interligam na sua influência em Portugal…"[266]. É a partir dessa análise que podem ser tiradas conclusões.

A pequena dimensão de Portugal também é valorizada por Telo[267], para quem a pequenez do país torna impossível que as mudanças globais atuem de forma direta. O interesse português, aliás, não reside tanto nas próprias mudanças globais, mas sobretudo nas "…forças em ação nas zonas e regiões onde a sua influência se exerce de forma direta e nos fluxos e apoios que mais lhe interessam"[268]. O autor exemplifica (entre outros exemplos) referindo que uma alteração nas rivalidades no Atlântico levará sempre a importantes ajustamentos.

Para Telo, estamos perante "…uma teoria da ligação específica e original…"[269], para a compreensão da qual importa examinar "…os fatores do sistema internacional (político, estratégico, jurídico, económico e cultural) que afetam mais diretamente o país e não tanto as grandes transições deste"[270]. Assim,

> Em termos estratégicos e de defesa, interessa examinar sobretudo as mudanças no exercício do controle do Atlântico e as suas consequências nas estratégias dos grandes poderes para a Península e nas relações Europa-América e Europa-África. Em termos políticos e jurídicos, interessa examinar sobretudo as mudanças nas regras aceites para o convívio internacional e o seu reflexo nas formas de domínio específico do país e nas relações com as zonas de língua portuguesa que mais interessam para a disfunção. Em termos económicos, interessa examinar sobretudo os abalos nas zonas que têm maior ligação com a economia portuguesa, não tanto em termos de comércio, mas principalmente em termos de origem dos fluxos financeiros de equilíbrio da balança de pagamentos, como, por exemplo, o Brasil, a Inglaterra ou a CEE, em diferentes períodos históricos. Em termos culturais, interessa sobretudo examinar as alterações substantivas nas dezenas de comunidades espalhadas pelo mundo e a solidez dos laços que mantêm entre si e da afirmação dos seus valores próprios, a começar na língua[271].

[264] Telo, A. J. (1997). *Op. cit*.
[265] *Idem, ibidem*., p. 677.
[266] *Idem, ibidem*., p. 678.
[267] *Idem, ibidem*.
[268] *Idem, ibidem*., p. 678.
[269] *Idem, ibidem*., p. 678.
[270] *Idem, ibidem*., p. 678.
[271] *Idem, ibidem*., pp. 678 e 679.

Telo[272] adverte que é sempre necessário prestar atenção à forma como os vários setores se articulam, uma vez que não é sempre coincidente e está dependente do sistema internacional.

3.5. Atualidade e crítica da Teoria da Disfunção Nacional

Na teoria das relações internacionais está em aberto um debate que põe em causa o papel exclusivo do Estado, emergindo outros atores de âmbito político, religioso, económico, cultural, social, etc., também eles com legitimidade ou pelo menos reclamando legitimidade face aos papéis que vêm desempenhando. Um debate paralelo questiona a capacidade dos estados para, ao nível interno, exercerem a soberania total abstraindo-se da dimensão e influência externa[273]. A Teoria da Disfunção Nacional[274] parece-nos ser até precoce na capacidade de percecionar estes dois aspetos, ao evidenciar, por um lado, os múltiplos atores que, em Portugal e espalhados pelo mundo, contribuem para a disfunção nacional e que agem, em grande medida, fora do controlo do Estado e, por outro lado, ao identificar a enorme influência do externo na construção do interno em Portugal.

Deve ainda ser tido em conta que a Teoria da Disfunção Nacional[275] opera um corte paradigmático nos modelos de análise da relação do país com o espaço externo, não só ao recusar as teorias da dependência, mas ao negar os seus pressupostos e as suas propostas de compreensão da relação de Portugal com o mundo, construindo um aparelho concetual que, pelo menos em relação a Portugal, nos parece novo (ainda hoje), baseado na capacidade anormal de o país, uma pequena potência, prover às suas necessidades e conseguir os seus objetivos, quer materiais quer imateriais, nos mais diversos sistemas internacionais e em negociação com potências com um poder relativo muito superior.

Espera-se de uma teoria que seja capaz de explicar e de prever, pelo menos até se perceber que tem que evoluir no âmbito do seu paradigma ou que esse paradigma se esgotou[276]. Na sua Teoria, que fixamos com alguma exaustão, parece que Telo[277] é capaz de explicar o Portugal contemporâneo de forma muito convincente com base nos pressupostos teóricos que construiu. Se é verdade que a Teoria da Disfunção Nacional[278], que tenhamos conhecimento, tem sido pouco utilizada como base para estudos empíricos, também é certo que, por experiência própria, através de um modesto estudo que realizámos sobre os Açores na projeção de força nos cenários

[272] Telo, A. J. (1997). *Op. cit*.
[273] Cf. Amaral, C. P. (1998). *Do Estado soberano ao Estado das autonomias: Regionalismo, subsidiariedade e autonomia para uma nova ideia de Estado***.** Lisboa: Edições Afrontamento.
[274] Cf. Telo, A. J. (1997). *Op. cit*.
[275] Cf. *Idem, ibidem*.
[276] Cf. Khun,T. S. (1962). *A Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo: Editora Perspetiva.
[277] Telo, A. J. (1997). *Op. cit*.
[278] Cf. *Idem, ibidem*.

pós Guerra Fria[279], nos parece que as virtualidades explicativas são evidentes e resistem à evolução/transição dos sistemas internacionais.

3.5.1. Noção dos limites

Que tenhamos conhecimento, além de ser pouco utilizada, o que significa que os seus limites não estão suficientemente testados para serem postos em causa, a Teoria da Disfunção Nacional[280] também não tem sido sujeita a crítica, sendo até, aparentemente, mal compreendida em alguns dos casos em que é invocada. Não é incomum ser referida no contexto de acontecimentos supostamente negativos em que o país parece estar envolvido[281] e não como modelo para tentar perceber a realidade, sempre mais complexa do que aparenta ser e que necessita de modelos explicativos para ser percecionada. Pode também ocorrer que a Teoria seja invocada para dela ser retirada informação parcelar, que não sendo contextualizada, pode remeter, precisamente, para a noção de dependência que Telo[282] se dedica inequivocamente a refutar.

À falta de crítica, socorremo-nos do próprio Telo[283] para evidenciar aqueles que poderão ser os limites da Teoria. Para o autor, a sua teoria da ligação de Portugal ao sistema internacional é "…flexível e não mecânica…"[284] e depende da disfunção nacional. Numa medida significativa, Portugal opera mudanças com o objetivo de garantir as condições da disfunção, o mesmo é dizer, os ajustes visam continuar a beneficiar dos apoios e recursos externos. Para perceber a articulação das várias vertentes e para identificar o ponto essencial e os efeitos, é preciso examinar caso a caso. "É isso que cria a originalidade e a complexidade da história

[279] Mendes, A. (2006). *Op. cit*.
[280] Cf. Telo, A. J. (1997). *Op. cit*.
[281] Cf. Santos, V. M. (julho de 2005). Portugal, a CPLP e a Lusofonia. Reflexões sobre a Dimensão Cultural da Política Externa. *Negócios Estrangeiros*, n.º8. Texto da Oração de Sapiência da Sessão Solene de Abertura do Ano Lectivo de 2004/2005 do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa, proferida no Auditório Adriano Moreira, do ISCSP – UTL, em 12 de Janeiro de 2005. "Sofreremos, talvez, da "disfunção nacional", que o Professor António José Telo identificou e que tem condicionado, através dos séculos, as formas e as capacidades de articulação de Portugal com o sistema internacional, determinando uma influência exógena significativa, por vezes decisiva, do sistema internacional, sobre as mudanças internas do País. Se é certo que a prospectiva nos habituou a um elevado grau de incerteza quanto à indagação do futuro, afigura-se, no entanto, como extremamente improvável que consigamos obter, do exterior, os meios e os recursos que permitam a Portugal continuar a manter essa "disfunção nacional" e, ao mesmo tempo, desempenhar um papel activo e consequente, ou mesmo subsistir enquanto estado, no contexto sistémico e geopolítico em que nos inserimos" (p. 86).
[282] Telo, A. J. (1997). *Op. cit*.
[283] *Idem, ibidem*.
[284] *Idem, ibidem*., p. 682.

contemporânea portuguesa e é isso que torna atraente o seu estudo, especialmente quando se ultrapassa a mera esfera descritiva"[285].

Depois de considerar que a sua Teoria "…está longe de estar completa e só permite um entendimento parcial e com grandes lapsos da realidade sobre que se debruça"[286], o autor diz-se convencido que, mesmo assim, ela é "…mais rica e operacional do que o conceito de dependência ou outros que são normalmente usados"[287]. Refere ainda que sendo a disfunção uma realidade dos últimos cinco séculos, "…a sua continuação não é certa e inevitável…"[288], ou seja, "…Portugal pode não conseguir de futuro canalizar meios, apoios e recursos do sistema internacional para a implementação de estratégias e políticas próprias"[289], isto porque "A evolução do novo sistema internacional em formação cria regras de jogo que dificultam a ação de alguns meios tradicionais e tira sentido a outros"[290]. Ameaças à Teoria seriam, por exemplo, a moeda única, que alteraria os problemas da balança de pagamentos; a integração das forças armadas numa realidade mais geral ou a transição da obediência comum europeia, e a abertura das fronteiras, que poderia resultar numa alteração nas formas tradicionais de importar tecnologia, organizações e ideias. A perda de uma parte substancial da soberania por parte do Estado seria uma ameaça séria à disfunção.

No entanto, Telo[291] admite que as adaptações são possíveis, uma vez que "…a tendência e a possibilidade estão lá e resultam da atividade de gerações anteriores"[292], sendo ainda certo que o aproveitamento desse potencial não depende tanto dos governos, mas sim "…de uma multidão de agentes aos mais variados níveis condicionados pelos estímulos e vias do sistema internacional"[293], sendo aí que residem as condições de sobrevivência e eficácia da disfunção.

Note-se que Portugal aderiu em 1986 à então Comunidade Económica Europeia (CEE), hoje União Europeia (EU), para a qual foram transferidas parcelas da sua soberania (a emissão de moeda é apenas um exemplo), mas em troca recebeu transferências financeiras muito significativas que utilizou para prosseguir os seus objetivos internos (embora condicionados pela macropolítica europeia). Entre 1989 e 2013, o volume total de fundos estruturais e de coesão disponibilizado a Portugal superou os 96 mil milhões de euros, em valores constantes de 2011, considerando o financiamento estrutural previsto nos três Quadros Comunitários de

[285] Telo, A. J. (1997). *Op. cit*., p. 682.
[286] *Idem, ibidem*., p. 682.
[287] *Idem, ibidem*., pp. 682 e 683.
[288] *Idem, ibidem*., p. 683.
[289] *Idem, ibidem*., p. 683.
[290] *Idem, ibidem*., p. 683.
[291] *Idem, ibidem*.
[292] *Idem, ibidem*., p. 683.
[293] *Idem, ibidem*., p. 683.

Apoio (1989-2006) e no Quadro de Referência Estratégico Nacional (2007-2013)[294]. Porém, quando o país enfrenta dificuldades difíceis de resolver pelas transferências da União Europeia, nasce em Portugal um debate no âmbito do qual é discutida a possibilidade de saída do Euro (moeda única) e de regresso ao escudo, o que significa voltar a cunhar moeda própria[295]. Podemos estar, assim, na antecâmara de um novo enquadramento internacional do país, admitindo-se que a captação de recursos no atual enquadramento possa já ser insuficiente[296]. Ou seja, a disfunção nacional, consciente ou inconscientemente, parece estar viva no modo de agir da sociedade portuguesa e particularmente das elites.

3.6. Uma teoria para explicar a negociação

Capacidade para transcender o tempo e o espaço e para explicar a mudança são predicados de uma boa teoria[297]. Vimos que a Teoria da Disfunção Nacional[298] cumpre essas qualidades, o que significa, para o que mais nos importa, que é operativa para servir de suporte e pano de fundo a qualquer trabalho que vise analisar o relacionamento de Portugal com os sistemas internacionais e os impactos que essa relação pode ter no espaço interno. É com base nessa capacidade explicativa que pretendemos integrar na disfunção nacional o caso da presença norte-americana nos Açores ao longo de mais do que um sistema internacional. No decorrer desse tempo, adiantamos, não será fácil encontrar na relação estabelecida, pelo menos no que diz respeito à

---

[294] Cf. Mateus, A. (Coord.) (2013). 25 *Anos de Portugal Europeu*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

[295] Cf. Louçã, F.&Amaral, J. F. (2014). *A Solução Novo Escudo. O que fazer no dia seguinte à saída de Portugal do Euro*. Lisboa: Lua de Papel.

[296] Cf. Costa, F. S., *et al.* (18 de março de 2016). Portugal no mundo: um debate inadiável. *Público Web site*. Acedido em maio de 2016, disponível em https://www.publico.pt/portugal/noticia/uniao-europeia-um-debate-inadiavel-1726445?page=-1. Depois de referirem constrangimentos que em seu entender se colocam a Portugal no atual modelo de integração na Europa, os autores propõem para debate diversas alternativas, sendo uma delas o afastamento do país "…da postura integracionista sem limites que tem seguido nas últimas três décadas…", incluindo uma possível saída negociada do euro. Na perspetiva de a Inglaterra se afastar do processo integrador, os articulistas chamam a atenção para o estabelecimento de uma nova rede de alianças preferenciais no quadro continental "…em que o nosso país poderia tomar a opção de se (re)inserir". O modelo assim proposto "…teria como natural pressuposto uma escolha pelo reforço de um realinhamento transatlântico mais intenso, tentando fazer ganhar a Portugal uma nova centralidade, utilizando de forma criativa os Açores, a plataforma continental e a economia do mar como activos autónomos nessa nova equação, de que Cabo Verde poderia também vir a fazer parte"; Costa, L., *et al.* (11 de abril de 2016). Portugal's bailout and the crisis of the European Union from a capability perspective. *Cambridge Journal of Economics*, pp 1-18. Acedido em junho de 2016, disponível em http://cje.oxfordjournals.org/content/early/2016/04/11/cje.bew007.full.pdf?keytype=ref&ijkey=qrqsNImu17XsTsv. (O link é de acesso exclusivo ao artigo e não à edição da revista, daí a falta de elementos como o número da publicação, etc.). "…the country, together with other key actors, would certainly need to prepare a contingency plan which, ultimately, may pass by its exit of the Euro or even of the EU" (p. 17).

[297] Cf. Khun,T. S. (1962).*Op. cit.*

[298] Cf. Telo, A. J. (1997). *Op. cit*.

captação de meios materiais e imateriais para a prossecução dos objetivos nacionais, sinais do estabelecimento de uma relação de dependência – excetuando casos pontuais, como a Base Naval de Ponta Delgada na I Guerra Mundial - da pequena potência (Portugal) para com a grande potência (EUA). Falta, porém, face aos objetivos do nosso trabalho, encontrar uma teoria que permita perceber o processo negocial concreto através do qual o hospedeiro (Portugal) procura salvaguardar os seus interesses no caso a partir da negociação de ativos geoestratégicos concretos.

Secção II – Contratos incompletos. Soberania e contrapartidas na mesa das negociações

1. Bases negociadas

A instalação de uma base, bem como a sua continuação no tempo, são fenómenos dialéticos que frequentemente – apesar das restantes possibilidades para instalação e permanência de bases já referidas - implicam negociações muito complexas entre o país inquilino e o país hospedeiro, conforme referem Cooley e Spruyt[299] para o caso da Guerra Fria, incluindo o caso específico da Base das Lajes. Esses momentos dialéticos parecem evidentes no tempo histórico relativamente longo de existência da Base das Lajes e no tempo muito curto da Base de Santa Maria, sendo menos evidentes, como veremos, no caso, também de tempo muito curto, da Base Naval de Ponta Delgada, associada à I Guerra Mundial[300].

1.1. A dureza dos processos negociais

Desde muito cedo na Guerra Fria, os EUA foram adquirindo os seus sistemas de bases através de negociações com a Inglaterra e a França. A partir dos anos sessenta do século XX, os EUA (o mesmo aconteceu em relação à União Soviética) foram aprofundando a sua estrutura global de bases no âmbito de alianças com uma vasta clientela de aliados ideológicos, o que, no entanto, não deixou de implicar acordos de proteção e segurança e programas de assistência, nalguns casos económica, mas sobretudo assumindo a forma de transferência de armamentos[301]. Aliás, o modelo adotado pelos EUA para montar o seu sistema de bases após a II Guerra Mundial e no

[299] Cooley, A.&Spruyt, H. (2009).*Op. cit*.

[300] Cf. Telo, A. J. (1993). *Op. cit*.

[301] Cf. Harkavy, R. E. (1989). *Op. cit*.; Harkavy, R. E. (2007). *Op. cit*.; Krepinevich, A.&Work, R. O. (2007). *Op. cit.*; Pettyjohn, S. L. (2012).*Op. cit*.

decorrer da Guerra Fria é uma anomalia – ou uma novidade ou uma mudança de paradigma… - na História, uma vez que até aí os grandes poderes normalmente adquiriam bases pela força, sem acordos nem contrapartidas, inaugurando os EUA uma estratégia baseada em alianças, acordos de segurança e transferências económicas e de armamento[302].

A partir do fim da II Guerra Mundial, os EUA construíram uma rede de bases à escala global[303], sendo muito delas garantidas através de contratos de arrendamento[304]. As negociações e renegociações com os países hospedeiros são muitas vezes difíceis, não se excluindo destas dificuldades os países que integram a NATO, como é o caso de Portugal[305]. Periodicamente, os países hospedeiros, mesmo tratando-se de aliados próximos dos EUA, exigem compensações económicas e militares cada vez mais elevadas em troca da manutenção de bases militares norte-americanas nos seus territórios. Para Colley e Spruyt[306], são os contratos incompletos, entretanto celebrados, que contêm nos seus termos potencial para a eclosão dos processos negociais e das reivindicações que lhes são inerentes. Os autores entendem que a sua teoria sobre contratos incompletos e formas mistas de soberania oferece ferramentas concetuais com virtualidades suficientes para compreender estes fenómenos[307].

---

[302] Cf. Monteleone, C. (2009). Impact and Perspectives of American Bases in Italy. *In* Rodrigues, L.&Glebov, S. (Eds.). *Op. cit.,* pp. 127-145.

[303] Cf. Harkavy, R. E. (1989). *Op. cit.*; Baker, A. P. (2004). *Op. cit.*

[304] Cf. Krepinevich, A.&Work, R. O. (2007).*Op. cit.*; Cooley, A.&Spruyt, H. (2009).*Op. cit.*; Pettyjohn, S. L. (2012).*Op. cit.*

[305] Cf. Deusen, K. J. (1990). *Op. cit.*; Cooley, A.&Spruyt, H. (2009).*Op. cit.*

[306] Cooley, A.&Spruyt, H. (2009). *Op. cit.*

[307] Para melhor compreender os contratos incompletos, Colley e Spruyt (Cooley, A.&Spruyt, H. (2009). *Op. cit.*) propõem, relativamente a um bem, a existência de dois tipos de direitos relacionados com a propriedade, sendo um os "*control rights*"/direitos de controlo e outro os "*use rights*"/direitos de uso, sendo que os primeiros representam o poder de tomar decisões sobre como utilizar um determinado bem, como venda, aluguer, transferência ou destruição e os segundos têm a ver com receber benefícios ou suportar custos relacionados com o uso de um bem. "*In a incomplete contract, the control rights of an asset are particulary important as they govern the residual rights of control of the asset: that is de right to use the asset in any manner beyond what is specified in the initial contract*" (pp. 27 e 28). Quer isto dizer que a detenção dos direitos de controlo é importante para ganhar poder negocial em tudo o que esteja para além do que foi negociado na matriz inicial do contrato. Os autores exemplificam a importância dos direitos de controlo com as bases militares no estrangeiro. Os estados interessados em bases nessas circunstâncias preferem um ambiente de hierarquia de soberania, para que possam utilizar os bens em causa de acordo com os seus interesses. No entanto, em muitos casos são assinados contratos com países hospedeiros que são detentores da soberania sobre o espaço das bases, sendo que esses contratos especificam a finalidade das bases, o nível da cedência de soberania e os pagamentos, se for caso disso, que são devidos pelo uso do bem. "Because host countries retain the rights of residual control, they can delimited the activities or 'use rights' to the base to what is specified in the actual basing rights contract and, if needed be, drive a harder bargain during a renegotiation of an initial accord" (p. 30). Ao contrário, contratos completos são aqueles que descrevem e especificam uma matriz completa de responsabilidades e obrigações das partes contratantes, tal como antecipam quaisquer contingências futuras. Os contratos incompletos resultam das imperfeições e dos custos de transação gerados pelo ambiente dos contratos e protegem os atores de especificarem condições fechadas. Estes contratos incompletos ocorrem por razões processuais e estratégicas. Ao nível processual os contratos são, geralmente, incompletos quando as partes são incapazes de antecipar a

Utilizando os direitos de controlo, os países hospedeiros conseguem rendas substanciais e restringem tanto os direitos de soberania que possam ter sido cedidos num primeiro momento, como limitam progressivamente o espectro das atividades militares permitidas nas bases. De acordo com Colley e Spruyt[308], enquanto o bem em causa tem um lugar específico (importante) na rede global de bases, os acordos iniciais, geralmente mais favoráveis para os EUA, são renegociados e tendem para o equilíbrio entre as partes. Os EUA vão cedendo nas negociações até um limite que é definido pelo preço das alternativas[309].

Nos períodos de renegociação de acordos, muitos países exigem contrapartidas em escalada aos níveis financeiro, de assistência militar e de concessões políticas. Colley e Spruyt[310] referem que países, como Portugal, que mantêm laços muito estreitos com os EUA, encontram mesmo assim espaço nas renegociações para acenar com a expulsão dos norte-americanos do seu território como estratégia negocial. Por outro lado, embora muitos dos contratos iniciais, assinados nos anos cinquenta do século XX, tenham favorecido os EUA, mesmo no que diz respeito à divisão de aspetos da soberania, o poder relativo dos EUA não foi suficiente para manter esses contratos, tendo os EUA perdido prerrogativas ao longo dos processos negociais. Essa situação resulta, segundo os autores, do poder dos direitos de controlo mantidos pelos países hospedeiros em relação às bases. Acresce o facto de os países hospedeiros aprenderem uns com os outros: "…much like firms assessing market signals from competitors, host states learned to use US

matriz das contingências que possam ocorrer no futuro e quando é impossível negociar acordos em condições ótimas, ou seja, quando o ambiente contratual está marcado por assimetrias de informação. De acordo com Colley e Spruyt, pode ainda acontecer que as partes não tenham interesse em estabelecer um acordo que seja escrutinável no futuro por terceiras partes, particularmente pelos sistemas judiciais. *"… states, even if they prefer a complet contract, may not be able to anticipate all de possible transactions costs, exogenous events, and future bargaining positions that might arise throughout the course of an extended exchange*" (p. 9). Em qualquer caso, os contratos incompletos especificam os termos iniciais, tal como nos contratos completos, mas várias contingências futuras são negligenciadas. Quanto às razões estratégicas, elas podem estar presentes, sobretudo, em negociações sobre assuntos em relação aos quais as partes – ou uma das partes – têm a noção que podem obter vantagens em negociações futuras.

[308] Cooley, A.&Spruyt, H. (2009).*Op. cit.*

[309] Colley e Spruyt (Cooley, A.&Spruyt, H. (2009). *Op. cit.*) entendem que as dinâmicas negociais não são explicáveis nem pelas teorias realistas nem pelas teorias construtivistas que geralmente são tidas em conta nos estudos de segurança. Defendem que a teoria dos contratos incompletos é mais capaz de contribuir para explicar tais dinâmicas. No âmbito das teorias que se baseiam no poder, como o realismo, o sistema de bases dos EUA é visto como o resultado de fatores sistémicos ou de pressões, destacando-se a rivalidade bipolar para o caso da Guerra Fria. Além de resultarem do próprio sistema, muitas bases resultariam, nesta ótica, da assimetria de poder entre os EUA e os países hospedeiros. Por outro lado, as teorias construtivistas, por se basearem em normativos sociais e na identidade como elo de ligação entre os estados e na formação de comunidades de segurança, sem no entanto negarem a importância do poder, tenderiam a ver os contratos sobre bases como resultando de elos sociais e de pertença a uma mesma comunidade de segurança. Porém, para Colley e Spruyt*"…a number of issues central to the basing relationship cannot be explained by either of these approaches*" (p. 103).

[310] Cooley, A.&Spruyt, H. (2009). *Op. cit.*

basing agreements with other states as baselines for securing more favorable terms in their own negotiations"[311].

Os momentos de renegociação, no caso das bases norte-americanas, segundo Colley e Spruyt[312], geralmente não coincidem com alterações geopolíticas significativas, desenvolvimentos nos sistemas internacionais ou mesmo a evolução nas normas do relacionamento internacional. Assim, persistiram acordos para além da Guerra Fria e outros não se mantiveram. Reconhecendo embora que a sua teoria dos contratos incompletos pode não ser capaz de explicar todas as variações que na realidade são observáveis, os autores acreditam que ela é capaz de lançar alguma luz sobre o que consideram ser "…a set of puzzling tends within US basing agreements"[313].

1.2. A natureza dos contratos

Para os países hospedeiros de bases norte-americanos, seria politicamente insustentável estabelecer acordos de matriz colonial com os EUA, sendo sobretudo por essa razão que, de acordo com Colley e Spruyt[314], os EUA estão envolvidos em múltiplos acordos bilaterais baseados na partilha de soberania. Estando os direitos de uso previstos num acordo geralmente incompleto e sendo que esse acordo está sujeito a renegociação periódica, os países hospedeiros utilizam geralmente os seus direitos de controlo para conseguir mais contrapartidas e restringir os direitos de uso, sendo que o preço aumenta no caso de bases de importância maior na rede global de bases ou nas sub-redes regionais.

Os contratos celebrados pelos EUA com outros países para a utilização de bases militares variam entre tratados bilaterais, acordos entre governos, protocolos entre instituições militares e troca diplomática de notas, sendo que nalguns casos a capa para estes entendimentos é um Acordo de Cooperação e Segurança. De acordo com Colley e Spruyt[315], o tempo de vida destes acordos é variável, podendo ir de validade indefinida (Japão) a 99 anos (Filipinas), enquanto outros têm um prazo de duração de poucos anos. Embora os EUA, segundo os autores, prefiram acordos de longo prazo, para reduzir a incerteza, geralmente os países hospedeiros preferem acordos de tempo curto, visionando alterações e ganhos em renegociações. Os chamados acordos dos Açores sempre foram de tempo curto[316].

[311] Cooley, A.&Spruyt, H. (2009). *Op. cit.,* p. 104.
[312] *Idem, ibidem.*
[313] *Idem, ibidem.*, p. 105.
[314] *Idem, ibidem.*
[315] *Idem, ibidem.*
[316] Cf. Mendes, J. M. S. (2007). *Op. cit*.

2. Rendas que não são rendas

Os EUA, defendem Colley e Spruyt[317], têm consciência que identificação mútua e interesses comuns de segurança são insuficientes, em muitos casos, para ter acesso a bases militares, pelo menos em tempos de paz. Sendo assim, é possível identificar um pacote de compensações-tipo, que consiste em armamento, treino militar, empréstimos, créditos de importação-exportação e subsídios a fundo perdido. Segundo Colley e Spruyt, os norte-americanos recusam aceitar, no discurso público, que estes pagamentos sejam rendas, até como forma de contágio, ou seja, o conhecimento do pagamento de rendas a um país hospedeiro pode provocar um efeito de espiral nas reivindicações por parte de outros países. O nível das contrapartidas está dependente da importância que os EUA percecionam face ao bem ou à função em causa.

Os países hospedeiros têm tendência para utilizar dois tipos de ameaça aquando das renegociações com os EUA. De acordo com Colley e Spruyt[318], não é incomum a ameaça de expulsão dos norte-americanos, tal como é habitual o país hospedeiro alegar uma situação interna politicamente difícil. Os objetivos são, geralmente, conseguir mais contrapartidas e readquirir direitos de soberania que tenham sido perdidos em acordos anteriores. Os autores identificam os anos setenta e oitenta do século XX como tempos particularmente difíceis para os EUA nas renegociações, uma vez que nessas décadas as exigências dos países hospedeiros aumentaram significativamente. Para Colley e Spruyt, os países hospedeiros tendem a preferir acordos de cinco anos[319], período relativamente curto que permite aumentos periódicos das contrapartidas.

É habitual os contratos, mesmo quando incompletos, serem mais favoráveis aos EUA na primeira versão. A estratégia para as renegociações é muitas vezes precedida de acusações de "colonialismo" e "desigualdade"[320], seguindo-se tentativas de reconquistar direitos de soberania perdidos e de imposição de novas restrições ao uso das instalações. São também habituais imposições de restrições às chamadas operações "out of area"[321] (operações fora do âmbito da NATO). Os autores concluem mesmo que "Use rights tended to became increasingly restrictive with each renegotiation agreement"[322].

[317] Cooley, A.&Spruyt, H. (2009).*Op. cit.*
[318] *Idem, ibidem.*
[319] É, por exemplo, o caso do "Acordo das Lajes" de 1995, o que mais recentemente foi assinado. Cf. Mendes, J. M. S. (2007). *Op. cit.*
[320] Cooley, A.&Spruyt, H. (2009). *Op. cit.*, p. 110.
[321] Cf. Deusen, K. J. (1990). *Op. cit.*
[322] Cooley, A.&Spruyt, H. (2009).*Op. cit.*, p. 110.

3. Relação entre os limites

Colley e Spruyt[323] constroem a sua teoria depois de constatarem que a distinção tradicional nas relações internacionais entre ambientes anárquicos e hierarquizados parece insuficiente para responder de forma satisfatória a uma realidade que se revela cada vez mais complexa. Partindo dessa assunção, formulam uma teoria no âmbito da qual os ambientes anárquicos e hierarquizados são entendidos como situações limite, sendo que nas relações internacionais são criadas estruturas no âmbito das quais ocorre partilha de aspetos da soberania, por formas mais ou menos consentidas, mas sem que tais entendimentos cheguem a situações limite."…these mixed sovereignty arrangements are a critical part of the fabric of international governance and often help facilitate international systemic change"[324]. Na construção da sua teoria, os autores analisam as relações coloniais e pós-coloniais, formas de integração regional e acordos para instalação no estrangeiro de bases militares norte-americanos (incluindo a Base das Lajes), sendo este último aspeto que particularmente interessa ao nosso trabalho.

Se aceitarmos que o ambiente internacional é marcado pela incerteza e pela mudança[325], então teremos que admitir que os estados possam tender a celebrar entre si acordos de duração limitada. Para Colley e Spruyt[326], os contratos incompletos têm duas vantagens essenciais. Primeiro, estabelecem princípios e objetivos gerais, sendo assim mais fáceis de aceitar num ambiente em que o futuro é incerto. Os pormenores mais intrincados são remetidos para negociações no futuro. Segundo, as renegociações constituem momentos institucionais importantes para verificar o estado da relação entre os atores e para rever aspetos mal resolvidos nos contratos iniciais. Finalmente, os contratos incompletos deixam as portas abertas para resolver, em renegociação, assimetrias que possam ser detetadas nos textos iniciais. Em resumo,"…such agreements make the distribution and allocation of sovereign rights a matter of ongoing negotiation between de contracting parties…"[327]

Colley e Spruyt[328] reconhecem que nas teorias que prevalecem nas relações internacionais as formas mistas de soberania não são particularmente consideradas, o mesmo acontecendo em relação às dinâmicas provocadas pelos contratos incompletos. No entanto, os proponentes desta teoria argumentam que ao fixarem-se em autonomia e hierarquia nas relações internacionais, as correntes em causa negligenciam diversas formas mistas de soberania; divisão de direitos de propriedade, e entendimentos híbridos de governação, que existem como realidades históricas nos sistemas internacionais. Insistem que a distinção estrita entre anarquia e hierarquia não é

[323] Cooley, A.&Spruyt, H. (2009). *Op. cit.*
[324] *Idem, ibidem.,* p. xi.
[325] Cf. Andrade, L. (2013). *Op. cit*.
[326] Cooley, A.&Spruyt, H. (2009).*Op. cit.*
[327] *Idem, ibidem.,* p. 6.
[328] *Idem, ibidem.*

capaz de captar muitas das formas, algumas subtis, de partilha de soberania que são críticas para perceber diversos modelos de organização e governo à escala internacional.

Na sua dimensão prática, entender a plasticidade da soberania, como é descrita pelos autores, pode ser importante para compreender como os estados são capazes de desenvolver soluções institucionais não conflituais para se relacionarem. Tais arranjos podem ocorrer de forma bilateral ou no contexto de terceiras partes. Para Colley e Spruyt[329], "Forms of hybrid sovereignty may provide additional institutional solutions for competing states to avert the high costs of conflict"[330]. Os autores estão convencidos que nos processos de transferência de soberania, como acontece, por exemplo, nos contratos relativos a bases militares norte-americanas no exterior, ocorre sempre a apropriação de aspetos da soberania por parte de um ator em relação ao outro, sendo o modelo inerente aos contratos envolvidos a parte essencial que justifica uma concetualização teórica e não tanto os sentidos em que a soberania flui.

4. Uma realidade que convém ao hospedeiro esconder

Para Colley e Spruyt[331], os contratos incompletos têm vantagens domésticas para os estados envolvidos (hospedeiros). Sendo as questões de soberania sensíveis internamente, nos contratos completos é mais fácil a opinião pública aperceber-se dos ganhos e perdas de soberania, o que pode motivar movimentos nacionalistas e resultar em custos importantes para as elites. No caso dos contratos incompletos, o que está em causa é o tempo curto, sendo ainda que podem ser incluídas nos contratos cláusulas de renegociação. As elites podem assegurar internamente que as partilhas de soberania negociadas são por pouco tempo e no interesse das partes contratantes, podendo ainda acrescentar que são possíveis ganhos em negociações futuras[332]. Por fim, ativos ou funções considerados indispensáveis no início de um contrato podem mudar de valor ao longo do tempo, o que permite alterar as cedências consentidas inicialmente.

Com base nos assentamentos teóricos a que chegam, Colley e Spruyt[333] concluem que os contratos incompletos permitem a criação de estruturas institucionais que são politicamente preferíveis à cedência pura e simples de soberania sobre um bem ou uma função. O mais

[329] Cooley, A.&Spruyt, H. (2009). *Op. cit.*
[330] *Idem, ibidem.,* p. 7.
[331] *Idem, ibidem.*
[332] É curioso notar como esta formulação de Colley e Spruyt (Cooley, A.&Spruyt, H. (2009). *Op. cit.*) se aproxima da formulação de Telo (Telo, A. J. (1997). *Op. cit*.) quando anota que "Nenhum político responsável pode dizer publicamente que a razão última das suas acções é garantir a continuidade de um apoio externo ou da canalização para o país de fluxos do exterior essenciais para manter os equilíbrios delicados do sistema. Se o fizesse, estaria a ferir um ponto muito sensível da alma e do orgulho nacional e a dar uma ideia de fraqueza e dependência, que não corresponde à realidade, mas seria assim interpretada" (p. 657).
[333] *Idem, ibidem.*

comum é divisão dos direitos de soberania entre direitos de controlo e direitos de uso, o que permite estabelecer contratos mistos de governo que tendem a ser estáveis, como acontece em muitos casos com as bases norte-americanas no estrangeiro, mantendo o país hospedeiro os direitos de controlo. As decisões em caso de conflito podem ser transferidas para uma terceira parte ou uma instituição internacional. A arbitragem internacional também é colocada como possibilidade pelos autores. Colley e Spruyt[334] especificam que bens como uma base militar, entre outros, têm um valor simbólico elevado para o país hospedeiro. Neste caso, a transferência total da soberania para um país estrangeiro poderia resultar em custos políticos difíceis de resolver ou mesmo inaceitáveis, daí ser preferível para as partes assinar um contrato incompleto, mantendo o hospedeiro os direitos de controlo.

5. Ganhos e travões

Para Colley e Spruyt[335], os contratos incompletos tendem a gerar rendas a favor da parte que detém os direitos de controlo sobre um bem, que tentará negociar até perceber os limites da parte à qual foram concedidos os direitos de uso. Os autores entendem que, no caso das bases militares, quem detém os direitos de uso está mesmo numa posição desajustada face ao poder relativo das partes. "…this dynamic has (…) characterized base negotiations between the United States and many of its considerably weaker military base hosts"[336]. Embora os autores reconheçam que os atores mais poderosos em termos globais possam desenvolver estratégias de pressão, mesmo face a um país hospedeiro que reteve os direitos de controlo, entendem, porém, que as estratégias de pressão são limitadas "…because of the commitment problem"[337]. Os estados mais poderosos ou conseguem contratos completos com estados mais fracos, assumindo controlo, ou, então, estabelecem contratos incompletos e veem-se obrigados a ceder a sua autoridade dum modo credível. "The larger states, consequently, might acquiesce to such institutions to signal credible commitment"[338].

Nos momentos de renegociação de um contrato incompleto, as partes terão ganho conhecimento sobre as consequências do contrato inicial, tal como terão adquirido melhor conhecimento do que é crítico para a continuação do acordo. Segundo Colley e Spruyt[339], nos casos de contratos incompletos bilaterais em que a soberania está dividida em direitos de controlo e direitos de uso, é natural que quem detenha os direitos de controlo tente provocar uma renegociação, porque

[334] Cooley, A.&Spruyt, H. (2009). *Op. cit.*
[335] *Idem, ibidem.*
[336] *Idem, ibidem.,* p. 35.
[337] *Idem, ibidem.,* p. 36.
[338] *Idem, ibidem.,* p. 36.
[339] *Idem, ibidem.*

tenderá a estar em vantagem. O contrato tenderá a menter-se "…as long as the user (…) can offer particular rents or other goods desired by the owner…"[340]. A situação tenderá, porém, a alterar-se se as partes encontrarem alternativas. O país estrangeiro estará menos recetivo a pagar as rendas solicitadas pelo país hospedeiro se vislumbrar uma alternativa mais barata, enquanto o país hospedeiro, no caso de surgir um novo interesse, tornar-se-á mais reivindicativo nessa circunstância. Neste caso, o bem ou a função tornar-se-ão mais competitivos. Por outro lado, os autores chamam a atenção para o facto de, na ausência de alternativas que satisfaçam os interesses de qualquer das partes, os contratos incompletos durarem enquanto produzirem ganhos mútuos reconhecidos pelas partes, sendo que o nível dos ganhos está ligado ao reconhecimento da importância do bem ou da função.

6. Da economia para as relações internacionais

Colley e Spruyt[341] desenvolvem a sua teoria no âmbito das relações internacionais sobretudo a partir da teoria da integração vertical desenvolvida por Williamson[342] para a economia, que contrapõe a integração hierárquica das firmas, em casos de transações frequentes e de ativos específicos, aos arranjos ditados pelos mercados. A dicotomia entre hierarquia e mercado, reconhecem Colley e Spruyt, pode ser considerada demasiado rígida - tanto no que diz respeito à economia como no que concerne à aplicação à ciência política -, ao ponto de necessitar de desenvolvimentos. Mas os autores julgam ter encontrado a solução em Hart[343], que teoriza sobre contratos incompletos e direitos de propriedade. "Theories like the Hart approach explain the sources of bargaining power that various configurations of property rights afford to contracting parties and how these configurations affect incentives for the expansion or contraction of organizational forms"[344].

Deve assumir-se, referem Cooley e Spruyt[345], que os atores em economia tendem a ser racionais, o que significa que tendem a agir de acordo com a incerteza dos mercados, a imperfeição das informações disponíveis, os custos de transação e as limitações do processo cognitivo. No âmbito de um contrato incompleto com perspetivas de tempo longo, é desde logo assumido que as imperfeições do mercado, que abrem para a previsão de grandes incertezas,

[340] Cooley, A.&Spruyt, H. (2009).*Op. cit.,* p. 38.
[341] *Idem, ibidem.*
[342] Williamson, O. (1979). Transaction-Cost Economics: The Governance of Contractual Relations. *Journal of Law and Economics*, Vol. 22, no. 2, pp. 233-261. Este trabalho fornece o que nos parece ser uma boa síntese da teoria de Williamson tal como é invocada por Coolley e Spruyt.
[343] Grossman, S. J.& Hart, O. D. (1986). The costs and benefits of ownership: A theory of vertical and lateral integration. *Journal of Political Economy,* 94(4), pp. 691-719. O artigo fornece os dados essenciais para perceber o pensamento de Hart tal como é invocado por Cooley e Spruyt.
[344] Cooley, A.&Spruyt, H. (2009).*Op. cit.*, p. 25.
[345] *Idem, ibidem.*

levarão a que as partes contratantes se vejam obrigadas a renegociar muitos aspetos do acordado inicialmente. Ademais, assume-se que as assimetrias de informação irão caracterizar o ambiente futuro, podendo comprometer o contratado inicialmente. Em resumo, quando as partes não são capazes de prever os ambientes futuros de um relacionamento, pode ser vantajoso escrever um contrato incompleto que possa ser renegociado quando for oportuno, sendo que as dinâmicas das renegociações serão determinadas pela parte que retém os direitos de controlo sobre o bem em causa.

6.1. Busca comum dos ganhos possíveis

Colley e Spruyt[346] argumentam que o modelo a que chegam tem importantes aplicações nas relações internacionais. No entanto, advertem que é imprescindível perceber as diferenças essenciais entre a análise económica e a análise política. Os atores valorizam o que entendem ser comum e argumentam que os dois mundos comungam características que justificam a aplicação dos princípios dos contratos incompletos e dos direitos de propriedade. Desde logo, firmas e atores políticos são organizações e as suas atividades e funções desenvolvem-se no âmbito de fronteiras horizontais e verticais, sendo que as fronteiras horizontais delimitam as atividades e a diferenciação de funções, enquanto as fronteiras verticais têm a ver com o ambiente de autoridade em cada função e o limite do exercício de autoridade em cada momento. "As with firms, we regard the actual vertical and horizontal boundaries of international political actors as fluctuating and amenable to both expansion and contraction"[347]. Depois, os autores assumem que a racionalidade determina a ação das duas entidades. "Like their economic contraparts, political actors must make decisions and pursue goals within the constraints of environmental uncertainty, imperfect flows of information, cognitive limitations and transaction costs"[348]. Estes elementos estão presentes na anarquia inerente ao sistema internacional e nenhuma entidade pode garantir o seu controlo. Tal como as firmas, os estados neste ambiente tenderão mais a conseguir ganhos relativos do que absolutos. Por fim, os autores argumentam que tal como as firmas, as organizações políticas terão que realizar opções entre os vários entendimentos disponíveis – "…various models of integration and governance…"[349] -, escolhendo as melhores opções políticas num leque muito pequeno de possibilidades.

Secção III - Considerações finais

[346] Cooley, A.&Spruyt, H. (2009). *Op. cit.*
[347] Idem, ibidem., p. 31.
[348] *Idem, ibidem.*, p. 31.
[349] *Idem, ibidem.*, p. 32.

Parece evidente que Portugal conseguiu, no geral – embora se registem casos fora da norma, como veremos em capítulos seguintes -, gerir a presença militar norte-americana nos Açores, no tempo que nos ocupa, garantindo recursos materiais e compensações imateriais de algum significado e que estão associados a contrapartidas pelas bases instaladas nas ilhas, conforme se verá em próximos capítulos. Portugal é uma pequena potência, à qual está associado, no caso que nos importa, um poder funcional ligado à segurança do Atlântico e dos próprios EUA. Apesar deste poder, não seria suposto uma pequena potência negociar contrapartidas significativas com potências relativamente muito mais poderosas, mesmo em cenários em que teoricamente a capacidade do pequeno Estado aumenta, como é o caso da rivalidade bipolar. O mais natural seria aplicarem-se os princípios da assimetria de poder e da pertença a uma mesma comunidade de segurança, colocando-se Portugal debaixo da asa protetora de uma potência diretora – situação que bastaria como contrapartida.

A verdade é que Portugal consegue, no geral e em troca da presença norte-americana nos Açores, contrapartidas materiais e imateriais que podem, em muitos casos, ser consideradas decisivas para a prossecução de objetivos seus. Esta aparente anormalidade integra-se, afinal, numa norma detetada para a época contemporânea portuguesa[350] e que nega as visões de dependência que muitas vezes servem para analisar a inserção de Portugal nos sistemas internacionais, operando assim um corte de paradigma face a tais teorias. Parece evidente que Portugal, em vários sistemas internacionais, é capaz, por regra, de realizar funções que aparentemente não estariam ao seu alcance e de canalizar recursos que permitem concretizar objetivos que doutra forma não seriam concretizados. Tal capacidade ocorre de forma muito significativa quando Portugal está alinhado com os valores dominantes no sistema internacional, mas não deixa de ocorrer, mantendo-se por períodos longos, quando tal alinhamento não acontece. Neste última circunstância a casuística aponta para crises e ajustamentos ao sistema.

Parece haver fatores de tempo longo que favorecem a capacidade anormal portuguesa de se relacionar com os sistemas internacionais retirando daí vantagens. A essa capacidade, ligada a um posicionamento internacional capaz de condicionar a evolução interna, Telo[351] chama de disfunção nacional, sendo essa disfunção secular e ligada a múltiplos fatores que atuam em conjugação, articulam-se consoante as particularidades de cada sistema internacional e muitas vezes existem e atuam fora do controlo do poder instituído. Para o que mais nos importa no presente trabalho, valorizamos fatores da disfunção como sejam a importância estratégica do Atlântico português, com destaque para o caso dos Açores e as relações mantidas por Portugal,

[350] Cf. Telo, A. J. (1997). *Op. cit*.
[351] *Idem, ibidem*.

secularmente, com o poder que domina o Atlântico, não sendo também irrelevantes as relações que as comunidades emigradas mantêm com o país (fenómeno muito evidente nos Açores em relação às comunidades emigradas nos EUA), os laços de língua na bacia do Atlântico e a cultura de síntese que nos caracteriza.

Em boa verdade, a disfunção não é fácil de perceber, porque os seus mecanismos quase nunca são conscientes e raramente atuam no âmbito de estratégias definidas. E quando os políticos a percebem, atuam no não dito, uma vez que não seria fácil explicar que determinadas ações apenas visam garantir o apoio externo que é essencial aos equilíbrios do sistema interno, em particular no que diz respeito à manutenção das elites. Aliás, as novas elites conseguem vingar sobretudo quando se apropriam do poder político e a partir dele acedem aos recursos externos e controlam a sua distribuição interna. Sendo assim, ao não dito alia-se a dissimulação. Talvez por aqui se explique como é difícil, quando não em boa parte impossível, perceber as contrapartidas conseguidas por Portugal em troca da presença militar norte-americana nos Açores e em particular o destino dessas contrapartidas.

A própria inovação – técnica, organizativa, cultural ou política – provém no geral do exterior, sendo também o exterior que condiciona, em muitos casos, as alterações internas de regime, que geralmente ocorrem na sequência de desajustamentos entre a situação interna e o sistema internacional, ou seja, quando a disfunção tende a deixar de funcionar. A alteração é geralmente executada pelos militares, sendo que o novo regime tende a dar prioridade aos ajustamentos dos fluxos financeiros com o exterior e aos apoios externos. O papel anormal dos militares pode ser explicado pelo facto de serem eles a receber o primeiro impacto das novidades tecnológicas e organizativas, ficando assim despertos para a necessidade de o país se ajustar às dinâmicas que o reconduzem ao alinhamento com as normas do sistema internacional. Note-se que no geral as novidades invadem o mundo militar por necessidades relacionadas com os compromissos de Portugal no sistema internacional, elas próprias essenciais ao funcionamento da disfunção. A entrada de Portugal na NATO como membro fundador, que ocorre por via da importância do espaço geoestratégico dos Açores, é um dos grandes momentos ligados às novidades tecnológicas e organizacionais que promovem os militares a um estatuto de elite nesse particular e motor de mudança.

Compreender os fatores do sistema internacional com influência em Portugal é essencial para perceber a disfunção. Em particular, no âmbito do nosso trabalho, é importante perceber as dinâmicas que ocorrem no Atlântico em termos de estratégia e de defesa e o que daí resulta para a utilização dos Açores, não descurando que essa utilização pode ter a ver com o envolvimento da Península Ibérica e com as relações Europa-América e Europa-África. As regras aceites no sistema internacional aos níveis político e jurídico também devem ser tidas em atenção, tal

como deve ser percebido como se articulam as comunidades emigradas entre si e em particular com as dinâmicas que envolvem os Açores, em especial se essas dinâmicas são determinadas pelo país onde essas comunidades se incluem, como é o caso dos EUA. A origem dos fluxos financeiros decisivos para Portugal equilibrar a balança de pagamentos também deve ser tida em conta, obrigando a perceber o que ocorre nas zonas emissoras desses fluxos. Designadamente, pode ocorrer que cesse a capacidade de um determinado poder para dar uma resposta financeira ou outra às necessidades de Portugal, mesmo que, no caso que estudamos, um determinado ativo geoestratégico possa representar um valor elevado para o poder que o utiliza ou pretende utilizar.

No geral, a presença militar norte-americana nos Açores ao longo do tempo que o nosso estudo abrange pode ser integrada na disfunção nacional, se tivermos em conta os ganhos materiais e imateriais que é possível nuns casos arrolar, noutros percecionar. A obtenção de contrapartidas, nas bases sujeitas a processos negociais, pode ser associada a momentos de negociação e renegociação que acabaram por estabelecer contratos de tempo curto e de natureza incompleta[352] que se transformam, eles próprios, em instrumentos indutores de novas negociações, num ciclo que por ora não terminou. Se num primeiro momento esses contratos podem ser mais favoráveis aos EUA, mesmo na cedência de soberania, ao longo do tempo vão evoluindo para menor cedência de soberania e para mais contrapartidas materiais e imateriais. O preço do bem é estabelecido pelo seu valor intrínseco e nos sistemas de bases, por meio de comparação com bens equivalentes e pelo "mercado", ou seja, pela existência de alternativas e pelo seu valor. O que permite uma margem significativa de negociação é a divisão da soberania entre controlo e uso, sendo que quem detém o controlo (hospedeiro) geralmente consegue uma boa posição negocial desde que o uso seja valorizado. Ao nível do hospedeiro, os contratos incompletos permitem uma margem de manobra significativa, porque ofuscam sobretudo as perdas de soberania, tornando-as relativas e potencialmente de curto prazo. Tal dissimulação não seria possível nos contratos completos. Os ganhos negociais nos contratos incompletos dependem de o detentor dos direitos de controlo perceber os limites da parte que detém os direitos de uso. Em parte significativa do tempo que estudamos (note-se que a negociação para acesso a bases é uma prática associada à Guerra Fria e não aos sistemas anteriores), os contratos incompletos parecem ser o modelo utilizado na cedência de direitos de bases nos Açores aos EUA, embora a espada da ocupação pura e simples também esteja presente nas opções assumidas pelos norte-americanos, como veremos.

[352] Cf. Cooley, A.&Spruyt, H. (2009).*Op. cit.*

TERCEIRA PARTE. I Guerra Mundial

CAPÍTULO III. Entrada dos EUA na I Guerra Mundial e função (menor) atribuída aos Açores

Tentamos neste capítulo perceber as razões imediatas da entrada dos EUA na I Guerra Mundial, tal como a evolução dos papéis que vão sendo atribuídos aos Açores na batalha contra os submarinos até à fixação final de um papel, que em larga medida está desligado da proteção aos comboios marítimos.

Secção I – A América na Guerra

1. Guerra total alemã arrasta EUA para o conflito

A beligerância norte-americana estava por um fio quando a Alemanha decidiu, em janeiro de 1917, com efeitos a um de fevereiro, iniciar uma campanha submarina sem restrições contra todos os navios, incluindo inimigos e neutrais e mesmo embarcações de passageiros[353]. Os EUA tinham resistido sem resposta material a casos como o afundamento do paquete *Lusitania* por submarinos da Alemanha, que implicou a morte de 128 cidadãos norte-americanos[354] e mesmo ao esforço alemão para promover uma guerra de diversão no México[355], mas tinham avisado a Alemanha que não tolerariam uma campanha submarina sem restrições, envolvendo a navegação civil[356]. A decisão de participar no conflito, anunciada a seis de abril de 1917 (envolvendo então apenas o império alemão, sendo que a guerra com o império austro-húngaro só é declarada a 11 de Dezembro de 1917)[357], ocorre quando a Alemanha lança mais de uma centena de submarinos a atuar sem limites em zonas muito vastas, que se estendem aos mares dos Açores:

[353] Cf. Telo, A. J. (1993). *Op. cit*.; Breemer, J. S. (2010). *Defeating the U-boat.Inventing Antisubmarine Warfare*. Newport: Naval War College Press; Keegan, J. (2014). *A Primeira Guerra Mundial*. Porto: Porto Editora.
[354] Cf. Martelo, D. (2013). Estados Unidos. Da Neutralidade à Intervenção. *In* Afonso, A.&Gomes, C. M. (Coords.) (2013), *Portugal e a Grande Guerra. 1914.198*, pp. 294 e 295. Vila do Conde: Aveleda e Autores.
[355] Cf. Keegan, J. (2014). *Op. cit.*
[356] Cf. Telo, A. J. (1993).*Op cit.*
[357] Cf. Martelo, D. (2013). *Op. cit.*

> All shipping, enemy and neutral, includingpassenger ships, would be liable to attack without warning.The principal war zones included the waters encompassing the British Isles, including the Channel; the western half of the North Sea; and the waters extending four hundred nautical miles from the west coast of France. Also declared a war zone was the entire Mediterranean Sea, with the exceptions of Spanish coastal waters and a lane, twenty nautical miles wide, set aside for Greek steamers. In March, the Barents Sea was added to the list. Further expansions, encompassing broad swaths of water around the Azores and Canary Islands and, eventually, most of the North Atlantic, were declared in November 1917 and January 1918[358].

2. Alemanha espera vergar a Inglaterra antes da chegada dos norte-americanos

A Alemanha, quando lança os seus submarinos a atuar sem limites, está convencida que não consegue a vitória na frente ocidental, mas não desconhece, pelo contrário, a superioridade da arma submarina, que ficara demonstrada nos últimos meses de 1916[359]. A campanha submarina sem restrições visa obrigar a Inglaterra a pedir a paz em cinco ou seis meses. As contas germânicas são muito precisas:

> A team of civilian economic, financial, and maritime experts commissioned by the naval staff had calculated that if the U-boats could sink 600,000 tons of shipping each month, and if 40 percent of neutral shipping could be frightened into staying in port, five months would suffice to reduce the amount of shipping for Britain's supply needs by 39 percent. This, the group predicted, woul be na unacceptable loss[360].

Os alemães não duvidam que a estratégia montada irá precipitar a entrada dos EUA na guerra, mas nas suas contas o peso norte-americano levará cerca de 18 meses a ser mobilizado e a fazer-se sentir na Europa[361]. Segundo Telo[362], a marinha alemã está convencida que a entrada dos EUA na guerra acontecerá em qualquer circunstância, o que significa que a campanha submarina sem restrições não é considerada, nessa perspetiva, a causa necessária da beligerância norte-americana, podendo apenas apressa-la.

Breemer comenta que "The fatal flaw in the calculations concerned certain underlying premises and assumptions - for example, the belief that the British 'political system' was incapable of imposing onerous food rationing"[363]. Outra falha nas previsões da Alemanha tem a ver com

[358] Breemer, J. S. (2010). *Op. cit.,* pp. 40 e 41.
[359] Cf. Telo, A. J. (1993). *Op. cit.*
[360] Breemer, J. S. (2010). *Op. cit., p. 41.*
[361] Cf. *Idem, ibidem.*
[362] Telo, A. J. (1993). *Op. cit.*
[363] Breemer, J. S. (2010). *Op. cit., p. 42.*

eficácia dos submarinos contra a projeção de força dos EUA para a Europa. No final de janeiro de 1917 o secretário de Estado da Marinha alemã garantia aos parlamentares germânicos que os navios de transporte das forças norte-americanas seriam afundados antes de chegarem à Europa[364]. Na verdade, nem um único navio de transporte de tropas foi afundado[365]. Mais uma falha: a previsão de 18 meses para mobilizar a máquina norte-americana estava largamente errada. Na realidade, o comandante de uma força expedicionária dos EUA chegou à Europa em julho de 1917 (a quatro de julho, Dia da Independência dos EUA) e em março de 1918 já estavam em França 318 mil dos 1,3 milhões de homens que seriam mobilizados até agosto[366].

Os alemães tinham uma boa referência para as suas previsões. Se os submarinos conseguiam eliminar 200 000 a 400 000 toneladas de embarcações por mês com restrições, sem limites poderiam eliminar 600 000 toneladas. De acordo com Breemer,

> The basis of the navy's chief of staff's confidence was the belief that increased U-boat losses due to improved enemy countermeasures would be more than offset by new additions to the order of battle. Implicit in this estimate was the assumption that enemy defensive improvements would be slow and evolutionary - more ships, more mines, etc. No thought seems to have been given to the possibility of a British "breakthrough" solution that might somehow defeat the 600.000-tons-per-month goal[367].

Nos primeiros meses da campanha, a guerra submarina total correu bem para o lado alemão. Em fevereiro os aliados perderam 500 000 toneladas, em março 540 000 e em abril, o pior mês da guerra neste particular, 840 000. O objetivo das 600 000 toneladas estava atingido. Outro objetivo, manter os navios neutrais nos portos, cortando o comércio com a Inglaterra, por essa via, em pelo menos 40 por cento, também estava bem encaminhado. Os Alemães conseguiam ainda danificar um navio por cada cinco afundados, o que significava 770 000 toneladas adicionais fora de serviço na primeira metade de 1917. Metade dos navios danificados entrava em reparação por longo tempo e muitas dessas embarcações poderiam ser consideradas perdidas. A restante metade necessitava de quatro meses de reparações e mais um mês para voltar ao serviço. Breemer comenta que "…if the Germans were correct in their calculation that it would take five to six months to bring Britain to its knees, damaging a ship had about the

[364] Cf. Keegan, J. (2014). *Op. cit.*
[365] A 22 de junho de 1917, o primeiro comboio de tropas dos EUA para a França é atacado por submarinos quando cruzava a linha da Irlanda do Norte para os Açores. Não se registaram danos e o comboio seguiu intacto para França. Pela mesma altura, os navios mercantes que passavam nas proximidades dos Açores fora dos comboios e sem proteção, eram severamente atacados pelos submarinos. Cf. Livermore, S. W. (setembro de 1948). The Azores in American Strategy-Diplomacy, 1017-1918.*The Journal of Modern History*, Vol. XX, Number 3.
[366] Cf. Keegan, J. (2014). *Op. cit.*
[367] Breemer, J. S. (2010). *Op. cit., p. 42.*

same effect as sinking it"[368]. Com este cenário, restava à Inglaterra cortar até no essencial e impor um racionamento apertado. "The supply of basic food-stuffs at this time was estimated to be enough to last six weeks at best"[369].

3. Comboios contra submarinos

A sorte da guerra submarinos-navios muda, a favor dos aliados, quando, após acaloradas discussões no âmbito do Almirantado inglês, vinga a estratégica norte-americana de organizar comboios marítimos protegidos por navios de guerra com capacidade antisubmarina[370]. Por detrás da decisão está o início das operações de transporte de tropas e abastecimentos dos EUA para a Europa. Inglaterra e EUA demoraram longos meses a acertar a estratégia. "Six months passed before the two allies could agree on a joint plan of operations", escreve Jones[371]. Segundo Breemer[372], antes de os comboios serem uma prática comum para a proteção do comércio do Atlântico e Gibraltar, ocorrem experiências em espaços limitados, que são bem sucedidas. Excetuando o transporte de tropas norte-americanas para a Europa, a responsabilidade de escolta dos comboios durante a guerra foi sobretudo inglesa[373]. Aliás, o próprio compromisso dos EUA no transporte de tropas e reabastecimentos para a Europa foi deficiente ao longo de todo o conflito. Em Janeiro de 1918 é criado o OTS (*Orverseas Transportation Service)*, que opera com 18 navios alemães de grandes dimensões capturados nos portos norte-americanos. Porém, estes navios, mesmo juntando-lhes os pequenos navios operados pelo *Army*, eram insuficientes. A solução encontrada foi o transporte de cerca de 50 por cento dos soldados norte-americanos que se deslocaram para a Europa em navios ingleses, franceses e italianos. O transporte de reabastecimentos revelou-se ainda mais crítico do que o transporte de tropas, o que levou os EUA a lançaram um vasto programa de construção de navios de transporte. Apesar de a frota ter atingido as 400 unidades no fim da guerra, nunca foi suficiente para as necessidades. O esforço de construção de navios, que prosseguiu depois da guerra, foi, no entanto, interrompido em 1921, com o advento de cortes significativos no orçamento da defesa[374].

O sistema de comboios é considerado por vários historiadores militares como a chave para enfrentar com sucesso o ataque de submarinos, não tanto pela capacidade militar das escoltas,

---

[368] Breemer, J. S. (2010). *Op. cit*., p. 57.
[369] *Idem, ibidem., p. 42.*
[370] Cf. *Idem, ibidem.;* Telo, A. J. (1993).*Op. cit.*
[371] Cf. Jones, J. W. (1995). *U.S. Battleship Operations in World War I. 1917-1918*. Dissertação de doutoramento. University of North Texas, p. 172.
[372] Breemer, J. S. (2010). *Op. cit.*
[373] Cf. *Idem, ibidem.*
[374] Cf. Work, R. O.&Repinevich, A. (2007). *Op. cit.*

que não tinham, aliás, meios eficazes de deteção submarina, mas sobretudo pela redução dos alvos para os submarinos[375]. Um comboio era um ponto perdido num enorme oceano, enquanto a navegação independente multiplicava os alvos para os submarinos[376]. No entanto, só na primavera de 1918 é que os efeitos positivos dos comboios começam a ser evidentes, uma vez que até aí as perdas aliadas nunca desceram abaixo das 400 000 toneladas por mês. Em abril de 1918 as perdas já tinham descido abaixo das 300 000 toneladas, o que significa que os submarinos continuavam a ser um perigo, mas já eram incapazes de pôr em causa os abastecimentos necessários à guerra[377]. As estatísticas apresentadas por Breemer, tendo Marder como referência, são esclarecedoras:

> Out of nearly eighty-four thousand ships convoyed between February 1917 and October 1918, 257 were sunk, for a loss rate of 0.30 percent. During the same period, 1,500 independents were lost, for a loss rate of 5.93 percent. Put in another way, 85.5 percent of the losses suffered came from independents. On the "offensive" side of the ledger, convoy escorts were responsible for sinking twenty-four out of the forty U-boats sunk by surface vessels during the last fifteen months of the war. Hunting patrols accounted for one, with the balance of fifteen being the work of ships patrolling protected lanes. Putting these two sets of figures together—ships lost versus U-boats sunk—Arthur J. Marder has calculated an exchange rate of 19:1 for convoyed ships and 140:1 for independents. Escorts were the responsible "killers" in the first case, hunting forces and standing patrols in the second. Marder is fully justified in claiming that these figures fully dispel any question about the comparative effectiveness of convoying[378].

Secção II – O lugar dos Açores na guerra submarinos-comboios

1. Os Açores na estratégia para proteger os comboios

Os submarinos eram um enorme perigo para os comboios, mas também não poderia ser descurada a possibilidade de cruzadores da Alemanha furarem o bloqueio a que estavam sujeitos no Mar do Norte, entrando no Atlântico e atuando em entendimento com os submarinos, o que aguçava a necessidade de os comboios serem protegidos com navios de

[375] Cf. Fontenoy, P. E. (2005). Convoy System. *The Encyclopedia of World War I: A Political, Social and Military History*, Vol. 1, pp. 312–314.
[376] Cf. Breemer, J. S. (2010). *Op. cit.*
[377] Cf. *Idem, ibidem.*
[378] *Idem, ibidem.,* p. 62. A obra de Marder de que Breemer se socorre é a seguinte: Marder, A. J. (1965). *From the Dreadnought to Scapa Flow: The Royal Navy in the Fisher Era, 1904-1919* (5 volumes). London: Oxford University Press.

guerra[379]. Os primeiros planos para organização e proteção de comboios são da autoria da divisão de planeamento da *US Navy*, que trabalhava em conjunto com a divisão de planeamento do Almirantado inglês. Um dos princípios fundamentais dos planos tinha a ver com a necessidade de colocar com rapidez tropas norte-americanas na Europa, dado o impacto positivo previsível dessas tropas na sorte da guerra na frente ocidental. Em julho de 1917 a Marinha dos EUA avança com um plano próprio, que divide o Atlântico em três zonas: "The Western Atlantic from longitude 45° west to the United States coast, the Mid-Atlantic from longitude 20°west to longitude 45° west, and the Eastern Atlantic from the European destination to longitude 20° west"[380]. Este plano coloca os Açores no centro do sistema de comboios enquanto zona de acolhimento de navios em caso de ataque, particularmente por cruzadores:

> In the event an enemy battle cruiser were to escape into the Atlantic, all eastbound convoys in the western zone would return to U.S. or Canadian ports, those in the middle zone would divert to the Azores, and convoys in the eastern zone would proceed to their destination or the nearest port. In the case of the westbound convoys, those between longitude 15° west and Europe would either return to port or divert to the Azores, those between longitude 15° west and longitude 45° west would divert to the Azores or proceed to the neareast U.S. or Canadian port, while convoys in the western zone would proceed to their destination. Division Six would steam at top speed to the Azores to protect the shipping there, while Division Eight would be ready to proceed where needed Meanwhile, the Japanese battle cruisers would begin their hunt. The plan would not go into operation until the department gained information that a raider had escaped[381].

O plano não agradou nem a altos responsáveis da Marinha norte-americana nem ao Almirantado inglês. O Almirante Sims, da *US Navy*, objetou mesmo que seria desaconselhável uma grande concentração de navios nos Açores em caso de alarme. "He pointed out the danger to them of submarine attack and the inevitable refueling difficulties"[382]. A *US Navy* avança com um novo plano, que toma o nome de *Plan BCR*[383] (*Plan of Action to beTaken in the Event of a Battle Cruiser Raid in the Atlantic*), no qual os norte-americanos acolhem várias cedências ao Almirantado inglês, procurando assim obter um acordo. O objetivo central do plano é evitar atrasos nos comboios, sendo, devido a esse objetivo, eliminada qualquer zona de divergência em caso de ataque. Os Açores ficam, assim, fora dos planos dos comboios marítimos. Uma das

[379] Cf. Jones, J. W. (1995). *Op cit.*
[380] *Idem, ibidem.*, pp. 177 e 178.
[381] *Idem, ibidem.*, p. 178.
[382] *Idem, ibidem.*, p. 179.
[383] Plan of Action to be Taken in the Event of a Battle Cruiser Raid in the Atlantic (Doravante: Plan BCR) (1918). *The World War I Document Archive Web site*. Acedido em maio de 2014, disponível em www.gwpda.org/naval/planbcr.htm.

cedências dos EUA a Inglaterra tem a ver com a proteção total aos comboios. Os norte-americanos pretendiam garantir proteção apenas aos comboios de transporte de tropas, mas a Inglaterra pretendia, também, proteção aos comboios de mercadorias, uma vez que necessitava dos produtos transportados nesses navios. Na versão final do *Plan BCR*, ficou estabelecida a proteção aos dois tipos de comboios[384].

O *Plan BCR* retoma dos iniciais planos conjuntos a divisão da proteção aos comboios entre EUA e Inglaterra. Porém, foi abandonado o anterior sistema de posição dos comboios, sendo introduzido um novo sistema:

> Plan BCR (…) divided spheres of action by time instead of convoy position, because it would often beimpossible to know whether or not a convoy had crossed a particular longitude at a particular time. According to thefinal plan, before each convoy sailed, an estimated time ofcrossing longitude 40° west, called "time A," was assigned to that convoy. In the event of a raider warning, all convoys with a "time A" that was later than the time givenin the warning would come under the control of the Navy Department; those with an earlier "time A" would come under the control of the Admiralty. Plan BCR differed from previous plans in that it included no special provisions for westbound convoys. The above instructions applied to eastbound convoys only. Westbound shipping would proceed independently after dispersal from the outward convoys, which only provided antisubmarine escorts in the U-boat danger zone[385].

Foram necessários seis meses de negociações para EUA e Inglaterra chegarem a acordo sobre um plano conjunto para proteção dos comboios face a possíveis ataques de cruzadores da Alemanha. A guerra, porém, acabou antes de o *Plan BCR* ser implementado em todo o seu articulado[386]. De facto, nenhum cruzador alemão saiu do bloqueio a norte para atacar os comboios, tendo o *Plan BCR* funcionado com prevenção, uma vez que entre os aliados a possibilidade de cruzadores inimigos saírem do Mar do Norte, lançando-se contra os comboios, era encarada como uma hipótese muito séria. Jones anota que "Only after the Navy Department was willing to accommodate British views and priorities was a joint effort possible" e adianta que "This example is yet another illustration of the difficulty of naval cooperation between the two allies during World War I"[387].

Secção III - Considerações finais

[384]Cf. Plan BCR (1918). *Op. cit*.; Jones, J. W. (1995).*Op. cit.*

[385] Jones, J. W. (1995). *Op. cit.,* pp. 189 e 190.

[386] Cf. *Idem, ibidem.*

[387] *Idem, ibidem. p. 190.*

A entrada dos EUA na I Guerra Mundial tem como causa imediata a decisão alemã de lançar os seus submarinos nos mares sem restrições na escolha de alvos. Embora a Alemanha tivesse a noção de que com essa atitude estava a precipitar a entrada do peso norte-americano no conflito, estava convencida que, atacando navios de forma indiscriminada, conseguiria vergar a Inglaterra antes de as forças norte-americanos atingirem uma dimensão significativa na Europa, até porque a Marinha alemã esperava atacar com sucesso o transporte de tropas a partir dos EUA. As previsões da Alemanha saíram goradas, provavelmente devido à opção aliada pelo sistema de comboios, que anulava a multiplicidade de alvos para os submarinos e facilitava a escolta. No âmbito do planeamento ligado à organização dos comboios, os Açores entram e saem dos planos aliados. Num primeiro momento, os Açores são uma zona importante de divergência de navios em caso de ataque na hipótese de um cruzador alemão sair do bloqueio a norte e conjugar a sua ação com submarinos, mas num segundo momento os Açores desaparecem do planeamento, sendo privilegiada a rapidez na projeção de poder e de (re)abastecimentos, o que significa que a opção é, no essencial, por os comboios seguirem viagem mesmo em caso de ataque. Quer isto dizer que os Açores não são chamados a qualquer papel no apoio direto aos comboios na I Guerra Mundial.

CAPÍTULO IV. Os Açores na guerra americana

Tratamos neste capítuo da instalação da Base Naval de Ponta Delgada na I Guerra Mundial e das justificações documentadas para a criação dessa base e também dos papéis que os norte-americanos acabaram por assumir nas ilhas, em parte resultantes da fraqueza do dispositivo instalado por Portugal nos Açores. Ainda neste capítulo, levantamos a possibilidade de a verdadeira razão que justifica a instalação dos EUA em Ponta Delgada poder estar relacionada com planos expansionistas com base na *US Navy* apoiados pelo próprio Presidente Wilson.

Secção I – A instalação das forças norte-americanas

1. Ofertas "amigáveis" de apoio nas ilhas

A 15 de Abril de 1917[388], o ministro português em Washington dá conta, por telegrama, da possibilidade de a esquadra norte-americana que irá policiar o Atlântico, na sequência da entrada dos EUA na guerra (6 de Abril de 1917), precisar de um ponto de apoio nas ilhas portuguesas. O ministro informa ter transmitido ao governo dos EUA, o que ocorreu a 13 de Abril de 1917[389], que qualquer pedido nesse sentido seria comunicado ao governo português, "…que o examinaria amigavelmente…". O telegrama é enviado poucos dias depois de os EUA terem decidido entrar na guerra e na sequência de uma pergunta colocada pelo ministro de Portugal ao *State Departament* (SD) perscrutando se os navios dos EUA necessitariam utilizar portos portugueses e se para isso seria necessário algum arranjo especial. O Departamento de Estado, após consultar a *Navy*, replica a 19 de Abril, escrevendo que à altura era impossível responder à questão de forma definitiva, acrescentando que se chegasse o momento em que os navios dos EUA necessitassem de portos portugueses, a indicação do Ministro de Portugal seria tida em conta[390]. Significa isto que o ministro português em Washington antecipou-se à resposta norte-americana na sua comunicação para Lisboa. Por esta altura as principais preocupações dos EUA estavam relacionadas com a montagem de um sistema de defesa da costa norte-americana

[388] Telegrama do Ministro de Portugal em Washington para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, 15 de abril de 1917. Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo Histórico Diplomático, Pasta Base Naval nos Açores (Doravante: MNE-AHD-PBNA).
[389] Cf. Livermore, S. W. (Setembro de 1948). *Op. cit.*
[390] Cf. *Idem, ibidem.*

e com a preparação de bases na Europa para receber as forças militares que seriam deslocadas através do Atlântico[391].

Nas reuniões de estado-maior que em abril e maio de 1917 preparam a operação de transporte de tropas dos EUA para a Europa, a Inglaterra anota que se os EUA sentirem necessidade de estabelecer um ponto de apoio nos Açores, as ilhas ficarão sob a sua responsabilidade, dado a marinha inglesa não ter meios disponíveis. Segundo Telo[392], tendo presentes os esforços desenvolvidos pela Inglaterra desde 1898 para evitar que outra potência se instalasse nos Açores, esta posição "é irónica" e só explicável pelo facto de a Inglaterra sentir que está a perder a guerra face às perdas causadas pelos submarinos, sendo indispensável ter disponíveis escoltas dos comboios nas zonas vitais de acesso aos seus portos. Sendo assim, "…a 'entrega' dos Açores aos americanos surge como um sacrifício menor e reparável, numa altura em que a Inglaterra luta para evitar o impensável: ser derrotada no mar"[393].

Telo anota que "A beligerância norte-americana vem alterar o papel dos Açores no controlo do Atlântico"[394]. Pela primeira vez, a Inglaterra deixa que os Açores desempenhem um papel ativo, ficando sob a responsabilidade norte-americana. Os Açores, até então na periferia da guerra, transformam-se num ponto intermédio importante quando a Alemanha adquire a possibilidade de operar com regularidade na costa norte-americana. Com fraca proteção, as ilhas são um local ideal para reabastecimento em alto-mar, que pode até ser feito por outros submarinos. Os EUA estão mesmo convencidos que a Alemanha pensa criar bases secretas de submarinos em lugares remotos do Atlântico, para reabastecimento a partir de terra ou de outros submarinos, podendo

[391] Cf. Keegan, J. (2014). *Op. cit.*
[392] Telo, A. J. (1993). *Op cit.*
[393] *Idem, ibidem.*, p. 110. Em 1898, a Inglaterra, no âmbito de conversações para a obtenção de crédito externo, requer a Lisboa direito de preferência sobre os Açores, o que significa que a Inglaterra poderá sempre opor-se a qualquer concessão na zona, além de ficar com o direito de tomar posse das ilhas caso Portugal por alguma razão as perca. Portugal começa por recusar o pedido inglês. Porém, a Inglaterra não pode permitir que a França (ou a Alemanha, que está a expandir a frota) se instale nos Açores ameaçando, por exemplo, a entrada e a saída da *Royal Navy* no Mediterrâneo. Ou seja, a Inglaterra precisa negar o acesso aos Açores. E Portugal oferece os rendimentos das alfândegas dos Açores a França ainda no âmbito da procura de crédito externo. As pressões inglesas, no âmbito das quais é posta em causa a própria Aliança secular, acabam por determinar a retirada de garantias sobre os Açores nas negociações com os franceses (o que está em causa é um empréstimo franco-alemão), isto numa altura em que Portugal parece já estar convencido, por influência do Rei D. Carlos, que terá que ceder a Inglaterra, pedindo em troca garantias contra qualquer pretensão norte-americana nos Açores. As negociações com França são rompidas quando as garantias sobre os Açores são retiradas das contrapartidas. Portugal acaba por aceitar as condições inglesas, o que leva a Inglaterra a influenciar a obtenção de crédito independente em França, ficando o problema imediato das finanças portuguesas resolvido fora de um acordo anglo-alemão que iria conduzir à divisão do império colonial português entre Inglaterra e Alemanha. As garantias vão sendo ampliadas ao longo dos anos, conforme os novos interesses ingleses, e reassumidas por sucessivos governos portugueses. Portugal acaba por beneficiar desta aproximação a Inglaterra, por exemplo, com a assinatura do Tratado de Windsor, de 1899, que reafirma as obrigações da Aliança, com particular enfoque na defesa pela Inglaterra do Império português contra ameaças externas. Cf. *Idem, ibidem.*
[394] *Idem, ibidem.*, p. 110.

os Açores serem um desses pontos de encontro[395]. Com apoio nestas bases secretas os submarinos poderiam atacar a costa dos EUA com mais facilidade[396].

Quando, a quatro de julho de 1917, o cruzador-submarino *U-155* ataca Ponta Delgada - episódio que abordaremos com algum pormenor - os EUA ficam convencidos que está provada a sua teoria (a possibilidade de os cruzadores-submarinos operarem na costa norte-americana contando com apoio intermédio na zona dos Açores), o que, segundo Telo[397], é um erro. Os grandes submarinos, operacionais desde meados de 1917, "…têm alvos em grande quantidade em águas mais próximas"[398], tendo por missão atacar a navegação na costa de África e nos acessos ao Mediterrâneo. No entanto, o pensamento norte-americano tem consequências práticas, designadamente para os Açores. Os EUA decidem defender o porto de Ponta Delgada, onde acabam de instalar um posto de abastecimento de carvão, com um navio-base e cinco *destroyers* movidos a carvão, chegando a força a 26 de julho de 1917 sem que Portugal seja informado. Na prática, está criada a primeira base naval norte-americana nos Açores[399].

2. Instalação da Base Naval de Ponta Delgada

A instalação dos EUA nos Açores começa a ser preparada dois meses antes da chegada dos navios de guerra, com a indagação norte-americano, junto do cônsul dos EUA em Ponta Delgada, a 29 de maio de 1917, no sentido de apurar se as ilhas podem receber um depósito de carvão para ser usado para reabastecimento dos navios que cruzam o Atlântico, sendo que muitos navegam fora da proteção dos comboios[400]. O Departamento de Estado, na comunicação enviada ao cônsul dos EUA nos Açores, indica ter preferência pela ilha do Faial. A 4 de junho de 1917, o cônsul responde alegando que a ilha do Faial não possui um porto adequado, propondo Ponta Delgada, onde, em seu entender, as facilidades eram mais adequadas e o porto era de maior dimensão e melhor protegido do mar aberto[401]. Os detalhes da operação são tratados diretamente entre norte-americanos e ingleses, sem que o Governo português seja

[395] Cf. Telo, A. J. (1993). *Op. cit.*
[396] Um submarino alemão, o *U-53*, atreve-se até às costas norte-americanas em setembro/outubro de 1916, constituindo um alerta que já então chama a atenção para o papel que os Açores podem desempenhar no reabastecimento de submarinos. Cf. *Idem, ibidem*.
[397] *Idem, ibidem.*
[398] *Idem, ibidem.*, p. 113.
[399] Cf. *Idem, ibidem.*
[400] Várias companhias dos Açores juntaram-se durante a guerra para fornecer carvão aos ingleses, sendo que os navios aliados não pagavam o produto, limitando-se a assinar um recibo, sendo as contas posteriormente ajustadas com o Almirantado inglês. Tendo a instalação do depósito americano sido tratada diretamente ao nível militar, não foi tido em conta o interesse inglês na manutenção do exclusivo do abastecimento de carvão nos Açores. A diplomacia inglesa contestou o acordo militar, propondo que o depósito deveria ser inglês, mas a marinha norte-americana não aceitou essa solução, alegando ser essa uma responsabilidade sua. Cf. Telo, A. J. (1993). *Op. cit.*
[401] Cf. Livermore, S. W. (Setembro de 1948). *Op. cit.*

informado. Aliás, o cônsul dos EUA em Ponta Delgada é apanhado de surpresa quando o primeiro carregamento chega a São Miguel, tal como o Departamento de Estado, que nada sabe da operação, que é tratada, de início, como um assunto comercial, sendo mesmo pedidas ao cônsul cotações de mercado para operações de armazenamento, reabastecimento, etc. O cônsul norte-americano acaba por obter informações sobre o acordo para armazenar o carvão através do seu homólogo inglês nos Açores. O Departamento de Estado envia uma nota ao *Navy Department* (ND) para apurar das intenções em relação a Ponta Delgada, mas não pede resposta, que não foi dada[402]. O primeiro carregamento de carvão chega a Ponta Delgada a 18 de Junho de 1917 a bordo do cargueiro *Orion*[403].

Os canais diplomáticos só começam a funcionar quando, a 16 de Agosto de 1917, o Departamento de Estado solicita ao ministro dos EUA em Lisboa que procure clarificar com o governo português a situação em Ponta Delgada. Os esforços do ministro tiveram sucesso, obtendo de Portugal garantias sobre o livre abastecimento dos navios de guerra. A 30 de agosto de 1917, o ministro comunicava a Washington que todas as dificuldades em Ponta Delgada estavam ultrapassadas[404]. Antes de funcionarem com Lisboa, os canais diplomáticos já tinham funcionado entre Washington e Londres. A Inglaterra, através do seu embaixador nos EUA, remetera uma nota, a 9 de julho de 1917, ao Departamento de Estado procurando demover os norte-americanos de instalarem depósitos de carvão nos Açores, oferecendo os seus serviços em caso de necessidade. A Inglaterra procurava assim, pelos canais diplomáticos, desfazer o acordo estabelecido entre militares e garantir a continuação do monopólio do carvão nas ilhas portuguesas. A resposta norte-americana foi negativa. Note-se que os norte-americanos há anos que procuravam o acordo de Portugal para estabelecerem depósitos de carvão nos Açores, tendo sempre esbarrado com a preferência inglesa em vigor desde 1898[405]. Os próprios jornais ingleses há anos que davam conta da eventual concessão de um lugar aos EUA nos Açores para o armazenamento de carvão. Por exemplo, essa hipótese colocada pela imprensa inglesa é referida em 1911, na Assembleia Nacional Constituinte, pelo deputado Pádua Correia[406].

A 19 de setembro de 1917[407], o ministro norte-americano em Lisboa dá conta ao Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal do desejo dos EUA de alugarem um armazém em Ponta Delgada para apoio aos navios aí estacionados, questionando se Portugal tem alguma objeção a

[402] Cf. Livermore, S. W. (Setembro de 1948). *Op. cit.*
[403] Cf. Telo, A. J. (1993). *Op. cit.*
[404] Cf. Livermore, S. W. (setembro de 1948). *Op. cit.*
[405] Cf. *Idem, ibidem.*
[406] Correia, P. (8 de agosto de 1911). Assembleia Nacional Constituinte, I Legislatura, Sessão Legislativa 01, nº 040. *Assembleia da República Web site*. Acedido em janeiro de 2015, disponível em http://debates.parlamento.pt/catalogo/r1.
[407] Comunicação do Ministro dos EUA em Lisboa ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, 19 de setembro de 1917. MNE-AHD-PBNA.

esse aluguer. Segundo Telo[408], os norte-americanos deparam-se à altura com resistências das autoridades locais, que alegam confusão de estatutos e de funções entre portugueses e norte-americanos. Não há meios para pequenas reparações e o abastecimento local é muito difícil. É neste contexto que os norte-americanos em Ponta Delgada propõem a Washington a manutenção de um navio armado no porto e que seja pedido a Lisboa o uso exclusivo de um armazém. Portugal responde a 8 de outubro de 1917[409], referindo que nada tem a opor, tendo presentes as "…circunstâncias do momento…" e a "…posição dos Estados Unidos da América na guerra".

A Capitania do Porto de Ponta Delgada comunica a 27 de setembro de 1917 à Majoria General da Armada[410] que o navio de guerra norte-americano *Nero*, que está a descarregar carvão, pretende desembarcar 300 tambores de gasolina para abastecimento a navios de guerra dos EUA. O pedido para a descarga foi formulado pelo cônsul dos EUA em Ponta Delgada, que questiona se a Capitania pode permitir o armazenamento do combustível debaixo de três arcadas nas extremas do quebra-mar. A 30 de setembro de 1917 o Comando Militar dos Açores, em telegrama enviado ao Comandante Militar de Ponta Delgada[411], determina que os tambores sejam guardados em terra por forças portuguesas de infantaria.

A 14 de outubro de 1917[412], a Legação de Portugal em Washington refere ter sido informada pelo Departamento de Estado que o Governo Português concordou em permitir o estabelecimento de uma base naval nos Açores. O Departamento de Estado é citado como tendo solicitado a expedição de ordens para as autoridades nos Açores no sentido de cooperarem com os representantes americanos, evitando assim demoras e perguntas constantes a Lisboa. A Legação dá conta que o "Ministério da Marinha" dos EUA "…considera muito importante este recurso para lutar contra submarinos…" e "…fica extremamente grato pela nossa pronta cooperação…" Finalmente, a Legação refere que o Departamento de Estado entende "…ser da máxima conveniência isenção de direitos para material exclusivamente destinado operações navais".

[408] Telo, A. J. (1993). *Op. cit.*
[409] Comunicação do Governo Português ao Ministro dos EUA em Lisboa, 8 de outubro de 1917. MNE-AHD-PBNA.
[410] Telegrama da Capitania do Porto de Ponta Delgada à Majoria General da Armada, 27 de setembro de 1917. Arquivo Histórico Militar, Pasta Base Naval de Ponta Delgada (Doravante: AHM-PBNPDL), doc. 4.
[411] Telegrama do Comando Militar dos Açores ao Comandante Militar de Ponta Delgada, 30 de setembro de 1917. AHM-PBNPDL, doc. 3.
[412] Comunicação da Legação de Portugal em Washington para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, 14 de agosto de 1917. MNE-AHD-PBNA.

Quatro dias depois, a 18 de outubro de 1917[413], a Legação de Portugal em Washington volta ao assunto da criação da base naval norte-americana nos Açores, dando conta de pressões dos EUA para apressar a autorização portuguesa. Designadamente, os EUA suspenderam a autorização de "…saída navios de vela portugueses". A Legação opina que será perigoso fazer a concessão sem que fique clara a saída dos EUA dos Açores "…em dia determinado…" após o fim da guerra. Opina ainda que "…para melhor segurança…" é preferível associar na concessão Inglaterra e França, "…ainda que não queiram essas potências utilizar-se dela".

Segundo Telo[414], as marinhas aliadas tinham reunido em Londres, sem a presença de Portugal, que na altura era beligerante, pouco antes do agradecimento norte-americano pela base que não tinha sido autorizada por Portugal. Nessa reunião, é reconfirmada a entrega dos Açores aos EUA, ficando a Inglaterra com a responsabilidade de montar um centro de informações nas ilhas. Telo levanta a hipótese de a comunicação do Departamento de Estado à Legação de Portugal ter sido um lapso, ignorando ou fingindo desconhecer os EUA que Portugal nada sabia do que se passou na reunião de Londres.

A 30 de Outubro de 1917[415], a Legação dos EUA em Lisboa, invocando a cooperação na guerra entre as marinhas portuguesa e dos EUA, solicita, em nome do Departamento da Marinha, a cooperação portuguesa para a instalação de uma base naval em Ponta Delgada, com o objetivo de apoiar os navios envolvidos na causa aliada. É solicitado que o Governo de Lisboa instrua as autoridades locais para que cooperem com os EUA, sendo ainda solicitado que não sejam aplicadas barreiras alfandegárias à importação/exportação de bens destinados a fins navais. Adianta o documento que os norte-americanos pretendem as facilidades e os privilégios solicitados apenas durante a guerra, destacando que a presença em Ponta Delgada é útil à campanha contra os submarinos. Portugal concorda a 8 de Novembro de 1917 com a instalação da base, sendo que, segundo Telo[416], na nota em que dá conhecimento do facto a Inglaterra o ministro Teixeira Gomes escreve uma nota pessoal: "O Governo português aceitou a proposta dos EUA por conhecer a impossibilidade da Inglaterra de fornecer atualmente armamento e por confiar nas afirmações do Governo inglês de que nada temos a temer dos EUA"[417].

De acordo com Telo,

[413] Comunicação da Legação de Portugal em Washington para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, 18 de outubro de 1917.MNE-AHD-PBNA.
[414] Telo, A. J. (1993). *Op. cit*.
[415] Comunicação da Legação dos EUA em Portugal ao Ministro Português dos Negócios Estrangeiros, 30 de outubro de 1917. MNE-AHD-PBNA.
[416] Cf. Telo, A. J. (1993). *Op. cit*.
[417] *Idem, ibidem*., p. 130.

> A verdade é que o país, nos finais de 1917, está mais dependente de Inglaterra do que nunca e o Governo de Afonso Costa, sentindo-se fraco, sabe que só o apoio inglês pode impedir a sua queda. Por tal motivo e tendo em atenção as anteriores garantias, o gabinete aceita praticamente tudo a que a Inglaterra dê o seu aval. Tal facto leva a que seja Londres que na realidade dá autorização para a base americana ou, antes, mais significativamente, que seja a *Royal Navy* a dar a autorização efetiva na reunião das marinhas aliadas[418].

2.1. Expansão da base

A 7 de Janeiro de 1918[419], já com Portugal sujeito à ditadura de Sidónio Paes, após o golpe militar de dezembro de 1917, o Ministro dos EUA em Lisboa, invocando que os Açores "Flank the steam shiplanes to and from the continental of North and South America and Europe" e que por essa razão é urgente garantir que os submarinos inimigos não tenham espaço nos mares das ilhas, envia a Sidónio Paes uma proposta para colocação nos Açores de forças de dimensão muito significativa, estendendo também o conceito de base a praticamente todo o arquipélago. Esta proposta coincide com o regresso dos submarinos da Alemanha às ilhas portuguesas, exceto aos Açores, o que contribui para que os EUA reassumam a sua visão segundo a qual a missão essencial da sua base em Ponta Delgada é evitar que os Açores acolham bases de submarinos inimigos[420]. Os norte-americanos justificam também a sua proposta com a necessidade de, no caso de um novo ataque por submarinos-cruzadores, ser garantida a defesa suficiente para que os habitantes não fiquem com uma má impressão da defesa das ilhas.

Os norte-americanos pretendem desembarcar em várias ilhas, conforme as necessidades, uma força de 3000 fuzileiros e 17 peças de artilharia; pretendem também colocar um navio em Ponta Delgada e outro na Horta (Faial) em caso de necessidade; consentimento para o desembarque de quatro a oito peças de artilharia em Ponta Delgada e Horta, conforme for julgado necessário, e para estabelecer um posto de aviação em Ponta Delgada; consentimento para construir os armazéns julgados necessários ao funcionamento de uma base naval, e envio de um navio e peças de artilharia para proteger o porto do Funchal (Madeira). Sidónio Paes responde a 29 de janeiro de 1918[421], informando que o Governo está a estudar o assunto e colocando questões: "Quais são, no entender do Governo americano, os tipos de peças a empregar e o número de

[418] Telo, A. J. (1993). *Op. cit.*, p. 130.
[419] Comunicação do Ministro dos EUA em Lisboa a Sidónio Paes, 7 de agosto de 1917. MNE-AHD-PBNA. Na verdade, a data do documento parece estar errada, uma vez que a resposta de Sidónio Paes (Comunicação de Sidónio Paes ao Ministro dos EUA em Lisboa, 29 de janeiro de 1918. MNE-AHD-PBNA.) refere-se ao conteúdo do referido documento datando-o de "7 de Janeiro corrente", ou seja, 1918.
[420] Cf. Telo, A. J. (1993). *Op. cit.*
[421] Comunicação de Sidónio Paes ao Ministro dos EUA em Lisboa, 29 de janeiro de 1918. MNE-AHD-PBNA.

soldados que as devem guarnecer? Em que pontos das ilhas deve ser montada essa artilharia?". O documento de Sidónio Paes deixa claro que a guarnição e o apoio às peças devem ser assegurados por forças portuguesas, aceitando, porém, que sejam os norte-americanos a garantir "…os abastecimentos e fornecimentos do material". Os norte-americanos parecem recuar e a 22 de fevereiro de 1918[422] o Ministro dos EUA em Lisboa comunica a Sidónio Paes que o Departamento da Marinha já forneceu duas peças de sete polegadas para serem montadas onde melhor servirem à defesa do porto (de Ponta Delgada), entendendo serem agora necessárias apenas forças navais para garantirem a segurança da base, libertando Portugal dessa responsabilidade. É repetida a garantia de que as forças abandonarão os Açores no fim da guerra.

Os EUA ainda chegaram a pedir ajuda diplomática a Inglaterra para demover Lisboa e garantir a força pretendida para os Açores. Porém, o governo de Lisboa manteve-se firme na oposição à dimensão da força pretendida[423]. Segundo Telo[424], é pouco provável que a Inglaterra se tenha empenhado nesta missão solicitada pelos EUA, uma vez que não agradaria aos ingleses a presença nos Açores de uma força norte-americana tão significativa.

Com data de 14 de junho de 1918[425], os governos dos EUA e de Portugal assinam um acordo que concede aos EUA o direito de montarem um centro de aviação marítima em Ponta Delgada "…para a defesa dos mares da ilha contra a campanha submarina inimiga". O governo português concede os terrenos e permite aos EUA a importação de todo o material necessário sem custos alfandegários. Os EUA manterão a concessão até seis meses depois da guerra. Em contrapartida, os EUA cedem a Portugal todo o material necessário à montagem de um centro aeronáutico na Horta, "…para cooperar com o centro de Ponta Delgada…". "Os preços a pagar pelo governo português são os preços da fábrica ou o custo líquido do material ao Governo dos Estados Unidos". Na prática, a autorização portuguesa para as operações aéreas dos EUA a partir de Ponta Delgada tinha sido dada em novembro de 1917[426]. Com a chegada de um esquadrão de 18 hidroaviões, 12 oficiais e 135 marinheiros a Ponta Delgada, em janeiro de 1918, está criada a Base Naval nº 13 dos EUA, que é desmantelada em Março de 1919[427]. O equipamento, tal como o Comandante da Base Naval, Almirante Dunn, estão em Ponta Delgada

[422] Comunicação do Ministro dos EUA em Lisboa a Sidónio Paes, 2 de fevereiro de 1918. MNE-AHD-PBNA.
[423] Cf. Livermore, S. W. (Setembro de 1948). *Op. cit.*
[424] Telo, A. J. (1993). *Op. cit.*
[425] Acordo entre os governos dos Estados Unidos e Português para o Estabelecimento de Centro de Aviação Marítima em Ponta Delgada e Horta, 14 de Junho de 1918. MNE-AHD-PBNA.
[426] Comunicação do Comando Militar dos Açores ao Ministério da Guerra, 4 de janeiro de 1918. AHM-PBNPDL , doc. 24.
[427] Cf. McClellan, E. N. (1968). *The United States Marine Corps in the World War*.Washington: U. S. Marine Corps.

desde 19 de Janeiro de 1918. Foram transportados de Filadélfia pelo navio de transporte *Hancock*[428].

A 30 de agosto de 1918[429], o Alto-Comissário para os Açores[430] escreve ao Ministério dos Negócios Estrangeiros aparentemente criando um cenário que possa justificar a expansão da Base Naval dos EUA em Ponta Delgada. Depois de dar conta de informações não confirmadas, segundo o próprio, sobre comunicações com terra por parte de submarinos da Alemanha e de considerar ter encontrado o arquipélago "…desguarnecido militarmente…", o Alto-Comissário diz ter obtido "…da parte dos americanos a substituição da sua base platónica (…) por uma importante base naval de combate…", acrescentando que a criação da base naval portuguesa na Horta, com apoio norte-americano, foi também proposta sua, aprovada pelo Governo e para a qual "…o Governo norte-americano tem sido de incomparável gentileza, auxiliando-nos com a venda importante de material de que carecíamos".

Secção II - Forças estrangeiras num arquipélago indefeso

1. EUA garantem papel que deveria ser português

[428] Cf. Livermore, S. W. (Setembro de 1948). *Op. cit.*

[429] Comunicação do Alto-Comissário para os Açores ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, 30 de agosto de 1918. MNE-AHD-PBNA.

[430] O Alto-Comissário da República para os Açores, General Simas Santos, de origem açoriana, é nomeado a 25 de abril de 1918, tendo a figura sido criada pelo Decreto nº 3986, de 27 de março de 1918 (Cf. Secretaria Regional da Cultura dos Açores (2016). Alto Comissário da República para os Açores. *Secretaria Regional da Cultura dos Açores Web site*. Acedido em janeiro de 2016, disponível em http://www.arquivos.azores.gov.pt/details?id=1216665). Assume todas as funções políticas, administrativas e militares, salientando-se a defesa marítima (cf. Ferreira, J. M. (2008). José Bruno Carreiro, o Almirante Dunn e o Presidente Wilson: o Triângulo que Nunca Existiu?. *In* Rodrigues, L. N. (Coord./Ed.) (2008), *Franklin Roosevelt e os Açores nas Duas Guerras Mundiais,* pp. 61-80. Lisboa: FLAD). São conferidos ao Alto-Comissário os poderes de nomear e demitir as autoridades administrativas e militares de todo o território das ilhas, dando sempre conta aos respetivos Ministros das resoluções que tomar (Decreto nº 3986, de 27 de março de 1918, Artigo 2º). Os norte-americanos são informados a 4 de Abril de 1918 da futura nomeação do general Simas Santos. A nomeação terá sido *trabalhada* pela diplomacia inglesa, que temia a nomeação de um progermânico, até porque Sidónio Paes estava sob suspeita, por se ter colocado contra a apreensão de navios da Alemanha em portos nacionais, que foi a causa imediata da entrada de Portugal na guerra, decisão que não agradava a Paes. O General Simas Santos é considerado leal à causa aliada, tendo a sua nomeação acabado com as fricções existentes em Ponta Delgada entre responsáveis portugueses e norte-americanos. Cf. Livermore, S. W. (setembro de 1948). *Op. cit.*

Após o ataque do *U-155* a Ponta Delgada, os EUA decidem defender o porto com um navio-base e cinco *destroyers* movidos a carvão, chegando a força a 26 de julho de 1917 sem que Portugal seja informado. O cruzador-submarino alemão permaneceu nos mares dos Açores durante alguns dias, fazendo um número significativo de vítimas[431]. A força colocada pelos EUA em Ponta Delgada acabou por gerar conflitos entre os norte-americanos e as autoridades portuguesas, que pretendiam tratar os navios de guerra como navios mercantes, aplicando-lhes as taxas respetivas[432], situação que acabou por ser resolvida pelos EUA em Lisboa, como vimos.

Passado o susto inicial, a dimensão da força norte-americana nos Açores, particularmente no que diz respeito à presença de *destroyers*, começa a ser posta em causa, designadamente por falta de alvos ou por impossibilidade de chegar em tempo útil a uma localização identificada. A defesa do porto de Ponta Delgada, que Portugal é incapaz de garantir, continua a ser um problema. Em agosto de 1917 os *destroyers* partem para Brest (França), onde eram necessários para escolta de comboios[433]. Uma nova força ruma aos Açores, composta por um monitor, três *destroyers* de pequena dimensão e uma divisão de submarinos, sendo quatro da classe *K* e um da classe *E*. Os submarinos constituem um problema desde o início da operação. Desde logo não conseguem chegar aos Açores pelos seus próprios meios, devido a razões técnicas, entre elas pouca autonomia. Quando colocados nos Açores, continuaram a dar sérios problemas operacionais. "Fortunately, after arriving in the Azores – where they were eventually tended by the monitor, USS Tonopah (BM-8) – they spent an uneventful year, largely because mechanical problems kept them out of service for much of that period"[434]. Tais eram os problemas técnicos dos submarinos que o responsável pelas forças navais dos EUA na Europa, Almirante Sims, toma a iniciativa de solicitar a Portugal que o Arsenal da Marinha, em Lisboa, dê apoio técnico aos submergíveis norte-americanos em serviço nos Açores. O pedido é transmitido a Sidónio Paes a 6 de maio de 1918[435], pelo Ministro dos EUA em Lisboa. A resposta de Sidónio Paes, de 18 de Maio de 1918[436], é negativa no que diz respeito ao Arsenal da Marinha, que não tem docas disponíveis. No entanto e após contatos estabelecidos com uma empresa privada que possui três docas em Lisboa, Portugal disponibiliza os serviços, oferecendo os engenheiros

[431] Cf. Livermore, S. W. (Setembro de 1948). *Op. cit.*; Telo, A. J. (1993).*Op. cit.*
[432] Cf. Livermore, S. W. (Setembro de 1948). *Op. cit.*
[433] Cf. Telo, A. J. (1993). *Op. cit.*
[434] U.S. Submarines in World War I (Primavera de 2004). *Underseawarfare Web site*. Acedido em novembro de 2015, disponível em http://www.public.navy.mil/subfor/underseawarfaremagazine/Issues/Archives/issue_22/ww1.htm.
[435] Comunicação do Ministro dos EUA em Lisboa a Sidónio Paes, 6 de maio de 1918. MNE-AHD-PBNA.
[436] Comunicação de Sidónio Paes ao Ministro dos EUA em Lisboa, 18 de maio de 1918. MNE-AHD-PBNA.

navais que a entidade privada não possui. Os EUA aceitam o expediente a 20 de Maio de 1918[437].

1.1. Força consolidada e tática utilizada

Segundo Telo[438], a força consolidada dos EUA nos Açores em 1918 é composta por duas baterias em terra para proteger o porto e respetiva guarnição; uma companhia aeronáutica de fuzileiros com cerca de 150 homens; a quarta divisão de submarinos; um ou dois navios-base; um pequeno número de patrulhas costeiras; um ou dois *destroyers* de forma permanente; uma frota de unidades de apoio que inclui um navio-base, draga-minas, cargueiros, rebocadores e navios-oficina.

Sob o ponto de vista tático, os norte-americanos mantêm no porto dois submarinos prontos a entrar em ação, para que possam atacar unidades inimigas detetadas pelo serviço de informações. Não havendo informações sobre inimigos nas proximidades, um submarino deve manter-se ao largo de Ponta Delgada, pronto a mergulhar e atacar. Horta e Funchal (Madeira) também são protegidas por submarinos, mas apenas quando tal é possível. Os submarinos norte-americanos nunca atacaram um submarino alemão durante a sua presença nos Açores, permanecendo avariados uma boa parte do tempo em que decorreu a missão. No entanto, após o estabelecimento da base não se registaram mais ataques de submarinos nos Açores, nem na Madeira. Quanto aos hidroaviões, que iniciam os voos em março de 1918, avariam com frequência e despenham-se no oceano. Não tiveram contatos confirmados com submarinos. As duas peças de artilharia que os norte-americanos trazem para os Açores são montadas em março de 1918 de modo a proteger os acessos ao porto de Ponta Delgada, mas nunca chegam a disparar, por falta de alvos. Já perto do final da guerra, são destacados dois *destroyers* para os Açores, em *part-time*, para apoiar casos excecionais, uma vez que os Açores permanecem sempre fora das rotas dos comboios[439].

1.2. O dispositivo comentado por olhos portugueses

Através de uma comunicação do Ministério da Marinha ao Ministério dos Negócios Estrangeiros de 1 de Abril de 1918[440] ficamos a conhecer o dispositivo norte-americano à altura

[437] Comunicação do Ministro dos EUA em Lisboa ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, 20 de maio de 1918. MNE-AHD-PBNA.
[438] Telo, A. J. (1993). *Op. cit.*
[439] Cf. *Idem, ibidem.*
[440] Comunicação do Ministro da Marinha ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, 1 de abril de 1918. MNE-AHD-PBNA.

em Ponta Delgada, sendo o rol comentado em termos que nos parecem curiosos, chegando a ser jocosos. O dispositivo consta de um navio monitor de tipo antiquado, armado com quatro peças de grosso calibre e amarrado junto a uma ponta do molhe que está em construção, com boa posição de tiro sobre essa infraestrutura, constando que os EUA esperam outro navio do mesmo tipo; um número variável de seis a oito submarinos de costa, cujas guarnições estão alojadas em casas particulares; um navio-oficina, que serve de navio-chefe e emite sinais radiotelegráficos de avisos submarinos; navios-patrulha e "acidentalmente" alguns *destroyers*; uma esquadrilha de hidroaviões em fase de organização; um acampamento para forças terrestres, "que se julga de pequeno número" e outro para pessoal, junto a uma zona onde foram construídos hangares; duas peças de 178 mm montadas em viaturas; uma bateria em terra, que deverá ser montada entre duas peças portuguesas já montadas. O Almirante americano está instalado numa casa alugada que domina o porto e que ostenta, à frente, "…um pau espetado no terreno onde arvora a bandeira americana". Finalmente, uma "casa apalaçada" foi arrendada para serviços administrativos, recreio e outras funções.

Um documento enviado ao Major General da Armada pelo Comandante do cruzador Vasco da Gama, com data de 27 de Abril de 1918[441], especifica, por observação direta, o modo de atuar dos norte-americanos na vigilância a partir de Ponta Delgada. Todas as tardes, é enviado um submarino para a entrada do porto, onde permanece com a torre emergida, recolhendo às oito da manhã do dia seguinte. Registam-se operações aéreas, mas os aviões demoram pouco tempo em cada operação, o que, para o Comandante Neuparth, "…demonstra que não vão longe e que o serviço é para instrução". Quanto aos navios colocadas em permanência no porto, um monitor, uma canhoeira e três patrulhas, "…ou estão atracados ao cais ou fundeados e amarrados de popa e proa e não estão de modo algum prontos a sair repentinamente se houver qualquer alarme".

2. Missões da base naval

A força instalada pelos EUA em Ponta Delgada tem como missão essencial a cobertura da área geral dos Açores, tendo por objetivo impedir que a região seja utilizada como base de submarinos inimigos. A missão secundária tem a ver com o salvamento de náufragos de navios atacados e a ajuda a embarcações que se encontrem em dificuldades. Segundo Telo, fica assim provado que "…o objetivo central americano é assegurar que os Açores mantêm o seu papel negativo, ou seja: não se transformam num ponto de apoio ao inimigo"[442]. A base naval de Ponta Delgada apoia as pequenas escoltas costeiras em transferência dos EUA para a Europa e que não seguem com os comboios, mas os Açores ficam longe da zona onde é travada a grande

[441] Comunicação do Comandante do Vasco da Gama ao Major General da Armada, 27 de abril de 1918. MNE-AHD-PBNA.

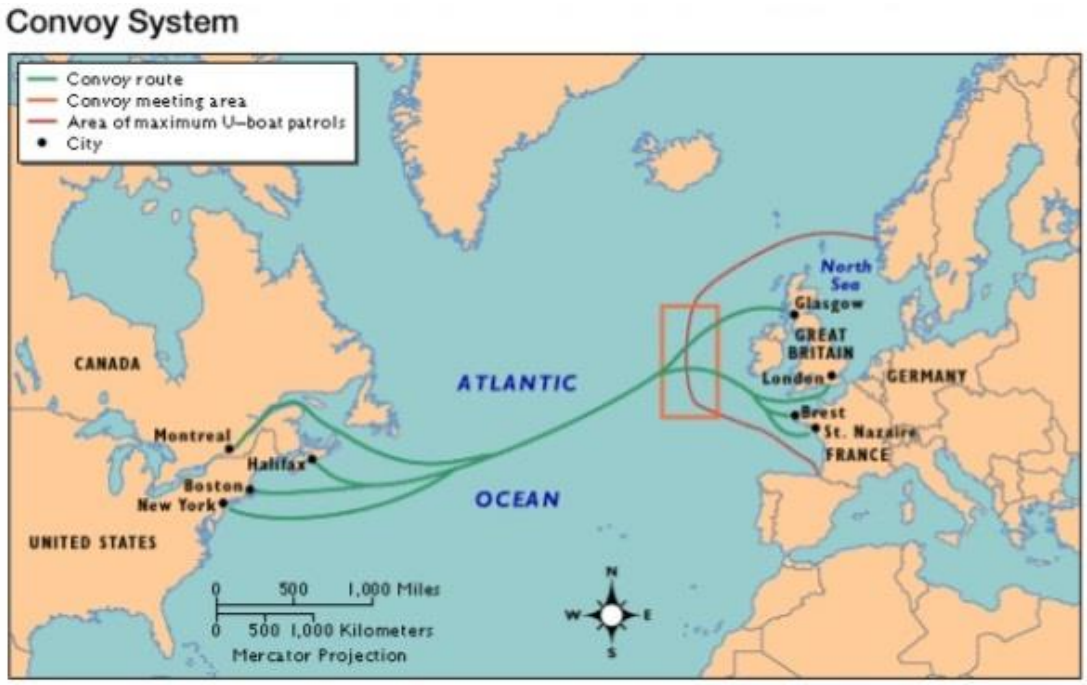
[442] Telo, A. J. (1993). *Op. cit.*, p. 116

batalha contra os submarinos. As rotas dos comboios que ligam os EUA e a Inglaterra, segundo Breemer[443], passam muito a norte dos Açores e as escoltas são ativadas nas proximidades de Inglaterra, o que significa que os Açores não apoiam diretamente estas rotas, que, de acordo com Telo[444], só descem para sul em caso de tempestade. Sendo assim, nunca foi necessário que a base naval de Ponta Delgada passasse de uma estrutura "…pequena e periférica…"[445] por comparação com as restantes estruturas da rede de bases navais dos EUA na Europa.

Os navios mais lentos (incluindo veleiros) viajam fora dos comboios em rotas que os aproximam dos Açores, onde são apoiados, o mesmo acontecendo em relação aos draga-minas e escoltas costeiras construídos nos EUA e que se deslocam para a Europa; também são apoiados nos Açores os navios que avariam e se vêm obrigados a abandonar os comboios e, no geral, a navegação EUA/Mediterrâneo, que não segue em comboios[446]. Outra função dos Açores tem a ver com a integração de várias ilhas na rede de escutas rádio que permite localizar os submarinos quando ativam os sistemas de comunicação. Além de permitirem localizar e atacar submarinos, segundo Breemer[447] as escutas, em geral, desempenharam um papel fundamental na salvaguarda da integridade dos comboios, por permitirem evitar os submarinos inimigos e optar, em tempo útil, por rotas alternativas. De acordo com Telo[448], foram instaladas componentes do sistema de escutas nas ilhas Faial, Flores e São Miguel. Estas funções são desempenhadas sobretudo pela Inglaterra e pela França, tendo pouco envolvimento norte-americano.

Mapa *1. Rotas dos comboios marítimos EUA/Europa na I Guerra Mundial*

[443] Cf. Breemer, J. S. (2010). *Op. cit.*
[444] Telo, A. J. (1993). *Op. cit.*
[445] *Idem, ibidem.*, p. 119
[446] Cf. Telo, A. J. (1993). *Op. cit.*
[447] Breemer, J. S. (2010). *Op. cit.*
[448] Telo, A. J. (1993). *Op. cit.*



Fonte: 20th Century Batlles (s/d). The U-Boat Campaign World War I. *20th Century Batlles Web site.* Acedido em maio de 2014, disponível em https://s-media-cache-ak0.pinimg.com/originals/30/f1/1e/30f11e34ef354ab77ee2ca071527a627.jpg.

3. Defesa portuguesa insuficiente

O envolvimento norte-americano na defesa dos Açores parece resultar da incapacidade portuguesa para cumprir essa função, problema detetado pelas autoridades militares locais em documentos de finais de 1914. Os responsáveis militares portugueses nos Açores tomam, aliás, cedo consciência de que a guerra poderá chegar, apanhando as ilhas sem defesa. Em novembro de 1914, o Comando Militar dos Açores dá conta ao Ministro da Guerra da situação de penúria que se vive nas ilhas em termos de defesa militar[449]. O Comandante está convencido ("parecendo certo", é a expressão utilizada) que se aproxima o momento de Portugal entrar de forma direta na I Guerra Mundial, sendo que as ilhas atlânticas, "…pela sua posição isolada (…), não deixarão de chamar a atenção dos beligerantes…", tanto para reabastecimento aliado, como para reabastecimento por parte da Alemanha, de quem se espera "…hostilização…" no espaço dos Açores. Só as três ilhas mais populosas têm guarnições militares e mesmo assim diminutas (200 homens no Faial, 112 na Terceira e 240 em Ponta Delgada), sendo que a defesa dos Açores, dada a dispersão das ilhas, só pode ser encarada com navios de guerra, que de

[449] Carta do Comandante Militar dos Açores ao Ministro da Guerra, 26 de novembro de 1914. AHM-PBNPDL, doc. 1.

momento não existem no arquipélago em quantidade e qualidade suficientes[450]. O Comandante solicita o aumento das guarnições existentes em terra, mas avisa que algumas ilhas importantes, como Terceira e Faial, são de difícil defesa. Informa ainda ser provável que a Alemanha tenha pleno conhecimento da ilha de São Miguel, uma vez que em 1908 uma "…esquadra de cruzadores…" esteve naquela ilha e o pessoal de bordo passeou em terra e tirou fotografias. O Comandante chama ainda a atenção para a necessidade de montar artilharia e sistemas de defesa de costa e de serem montadas sistemas telefónicos que liguem a estrutura militar do arquipélago.

Como consequência dos esforços do Comandante Militar dos Açores, são tomadas algumas medidas de reforço do dispositivo militar português nos Açores, ao nível da infantaria[451], mas o incremento tem poucos efeitos práticos. Telo observa que

> …o que as ilhas precisam não é de um reforço de infantaria, mas, sim, de redes anti submarino para os portos, equipamentos de dragagem de minas, organização de um serviço de vigilância da costa, instalações de baterias para proteger os principais portos e melhoria das comunicações por rádio[452].

3.1. Portugal não pensa em submarinos nos Açores

Portugal não concebia até tarde na guerra que os Açores viessem a ser atacados por submarinos, não se tendo preparado para tal possibilidade. Esta situação pode ser explicada pelo facto de as campanhas submarinas de 1915 e 1916 não terem abrangido as águas do arquipélago[453], embora um primeiro avistamento de um submarino alemão, sem consequências, tenha ocorrido em dezembro de 1916 ao largo da cidade da Horta (Faial)[454]. Com o bloqueio estratégico, que

---

[450] Nos Açores opera à altura apenas a canhoeira "Açor". Cf. Costa, A. R. (janeiro/fevereiro de 1996). A Marinha na Primeira Grande Guerra. *Revista da Armada*, edições 283/janeiro e 284/fevereiro.

[451] Comunicação da Secretaria da Guerra ao Comandante Militar dos Açores, 27 de novembro de 1914. AHM-PBNPDL, doc. 2.; Comunicação da Secretaria da Guerra à Direção Geral, 27 de novembro de 1914. AHM-PBNPDL , doc. 3.

[452] Telo, A. J. (1993). *Op. cit.*, p. 94.

[453] Cf. *Idem, ibidem.;* Breemer, J. S. (2010).*Op. cit.*

[454] A presença de submarinos alemães no Atlântico tem umas das suas primeiras referências na Imprensa dos Açores a meados de 1915, sendo associada a operações de reabastecimento envolvendo embarcações portuguesas. O jornal *Açoriano Oriental* (Sem comentários! O apresamento do iate Laura, 10 de Julho de 1915. *Açoriano Oriental*) dá conta da abordagem ao navio português *Laura* pelo cruzador britânico *Pelouros*, sob suspeita de apoio logístico a submergíveis da Alemanha. As suspeitas acabaram por não se confirmar, sendo o *Laura* libertado. Em dezembro de 1916 ocorreu um dos primeiros avistamentos a partir de terra de um submarino alemão. A cidade da Horta (Faial) foi rondada por um submergível, mas desse avistamento não houve consequências. Pensa-se localmente que a visita terá estado relacionada com a amarração dos cabos submarinos, mas ao certo nada se conhece das intenções desse submarino. Cf. Momentos de História (2013). Açores na Grande Guerra. *Momentos de História Web site*. Acedido em maio de 2015, disponível em http://www.momentosdehistoria.com/MH_02_09_Marinha.htm.

mantém a norte a esquadra alemã, os aliados nem sequer estão preocupados com um golpe de mão da Alemanha contra os Açores[455], podendo ser esta mais uma razão para descurar a defesa das ilhas, que aliás tinha sido assumida pela Inglaterra desde o início do conflito[456]. Mesmo quando Portugal e Alemanha entram em estado de guerra, as instruções do Ministro da Guerra para os comandantes militares das então designadas por "Ilhas Adjacentes", embora chamando a atenção para a defesa dos portos, nada dizem sobre submarinos[457], isto apesar de o Comandante Militar dos Açores ter chamado a atenção em novembro de 1915[458] para a possibilidade de a cidade da Horta ser atacada por submarinos da Alemanha, dado ali estarem amarrados cabos submarinos de comunicações ingleses e americanos e tendo também em atenção que o porto da Horta era um centro de abastecimento de carvão aos aliados. Apesar destes alvos apetecíveis, o porto da Horta estava sem defesa, o que levou o Comandante a pedir pessoal e equipamento.

Uma comunicação do Comandante Militar dos Açores ao Ministro da Guerra de 28 Junho de 1917[459] permite concluir que a defesa dos Açores é, no geral, uma equação impossível de resolver face aos meios existentes. O Comandante dá conta da chegada de muitos navios norte-americanos, sobretudo ao Porto de Ponta Delgada, para descarregar carvão. Anota ter sido informado pelo cônsul dos EUA em Ponta Delgada que tal carvão se destinava ao abastecimento dos seus navios e avisa para o avistamento de um submarino alemão a 100 milhas a Leste de São Miguel. O Comandante teme que Ponta Delgada seja atacada, como acontecera ao Funchal[460], informando que as três peças *Armstrong* instaladas em Ponta Delgada e as peças de salva instaladas na Horta, têm "…valor e eficácia (…) nulos".

A defesa dos Açores é, aliás, uma preocupação discutida ao nível político no Senado da República. Num debate ocorrido a 20 de Dezembro de 1916, o senador Álvares Cabral[461] afirma que "…os portos dos Açores estão perfeitamente indefesos e sujeitos, por consequência, a sofrerem um ataque de qualquer submarino alemão que por lá apareça". No mesmo debate, o

[455] Cf. Telo, A. J. (1993). *Op. cit.*
[456] Cf. *Idem, ibidem.*
[457] Comunicação do Ministro da Guerra aos Comandantes Militares das Ilhas Adjacentes, 9 de março de 1916. AHM-PBNPDL , doc. 10.
[458] Relatório do Comandante Militar dos Açores para o Ministro da Guerra, 29 de novembro de 1915. AHM-PBNPDL , doc. 95.
[459] Comunicação do Comandante Militar dos Açores ao Ministro da Guerra, 28 de junho de 1917. AHM-PBNPDL , doc. 87.
[460] O primeiro de dois ataques ao Funchal ocorre a 3 de dezembro de 1916.
[461] Cabral, A. (20 de dezembro de 1916). Senado da República, II Legislatura, Sessão legislativa 02, nº 008. *Assembleia da República Web site*. Acedido em janeiro de 2015, disponível em http://debates.parlamento.pt/catalogo/r1.

senador Melo Simas[462] chama a atenção para a inexistência de defesa credível do porto da Horta, alertando para a existência na localidade de amarrações de cabos submarinos de comunicações. O senador adverte que a defesa não deve ser feita "…com artilharia só para fazer ruído e dar tiros inúteis". As respostas de dois ministros são confissões de incapacidade militar para proteger os Açores. Norton de Matos[463], Ministro da Guerra, confessa que Portugal não pode ter "…naquelas ilhas os meios de defesa que a guerra atual requer" e confessa que "…as nossas peças não são efetivamente próprias para destruir submarinos". Por sua vez, Azevedo Coutinho[464], Ministro da Marinha, confessa que a marinha "…é muito reduzida e está, neste momento, especialmente preocupada com a defesa do continente". Adianta que "Ela não chega para tudo".

3.1.1. Um submarino ataca Ponta Delgada

A quatro de julho de 1917 os receios do Comandante Militar dos Açores confirmam-se. A cidade de Ponta Delgada é bombardeada por um submarino alemão (*U-155*)[465]. Na comunicação da ocorrência ao Ministério da Guerra, pelo Major General da Armada, é referido que o navio norte-americano *Orion*, que estava no porto a descarregar carvão, fez fogo por cima do molhe, obrigando o submarino a afastar-se. O *Orion* estava em reparações, com a popa em terra, o que deixa a sua peça de 100 mm em boa posição de tiro para o mar por cima do quebra-mar, posição que se irá revelar de enorme importância para a defesa do porto[466]. A defesa de terra é considerada ineficaz no relatório, que anota não ter sido cumprida, por razões burocráticas não especificadas, uma ordem do Ministério da Guerra para montar duas peças que cobririam o ângulo morto das três peças da Marinha que deveriam proteger o porto de Ponta Delgada. Um relatório pormenorizado da ocorrência, datado de 2 de Agosto de 1917[467] e enviado pelo Comando Militar de Ponta Delgada ao Comando Militar dos Açores, coloca a hipótese de o bombardeamento estar ligada à presença no local de "…uma base de abastecimento de

[462] Simas, M. (20 de dezembro de 1916). Senado da República, II Legislatura, Sessão legislativa 02, nº 008. *Assembleia da República Web site*. Acedido em janeiro de 2015, disponível em http://debates.parlamento.pt/catalogo/r1.

[463] Matos, N. (Ministro da Guerra) (20 de dezembro de 1916). Senado da República, II Legislatura, Sessão legislativa 02, nº 008. *Assembleia da República Web site*. Acedido em janeiro de 2015, disponível em http://debates.parlamento.pt/catalogo/r1.

[464] Coutinho, A. (Ministro da Marinha) (20 de dezembro de 1916). Senado da República, II Legislatura, Sessão legislativa 02, nº 008. *Assembleia da República Web site*. Acedido em janeiro de 2015, disponível em http://debates.parlamento.pt/catalogo/r1.

[465] Comunicação do Major General da Armada ao Ministério da Guerra, 14 de Agosto de 1917. AHM-PBNPDL , doc. 93.

[466] Cf. Momentos de História (2013). *Op. cit*.

[467] Comunicação do Comando Militar de Ponta Delgada ao Comando Militar dos Açores, 2 de agosto de 1917. AHM-PBNPDL, doc. 141.

combustível para a marinha de guerra americana…" e refere que a Bateria da Mãe de Deus respondeu com um único tiro ao bombardeamento alemão, precisamente por o submarino entrar em ação no ângulo morto das peças. O relatório especifica que o submarino emergiu a cerca de quatro quilómetros da costa, por volta das quatro horas e 45 minutos, rompendo fogo, e adianta que a aproximação à costa e o facto de emergir no ângulo morto da bateria, denotam conhecimento dos fundos marinhos no local e do posicionamento das armas. Os cálculos do Comando Militar de Ponta Delgada apontam para 16 tiros disparados pelo submergível e 13 pelo *Orion*. O ataque alemão ocorreu por dois momentos. Após o primeiro embate, o submarino submergiu e emergiu de novo a cerca de oito quilómetros da costa, abrindo então fogo sobre o *Orion*, que se defendeu. Após o duelo, o submarino afastou-se, não sem antes deter uma embarcação de cabotagem, cujo "mestre" foi interrogado pelos alemães. O submarino bombardeou alvos nas freguesias de Fajã de Baixo e Fajã de Cima, próximas de Ponta Delgada, registando-se destruição de bens civis e um morto e quatro feridos entre a população.

O Comandante Militar de Ponta Delgada atribui a uma rede de espiões da Alemanha existente em Ponta Delgada a precisão das informações que permitiram ao submarino aproximar-se da costa e operar no ângulo morto da bateria, tal como atribui a tal rede outras informações que terão determinado a ação alemã. Primeiro, o submarino, julgando que o *Orion* estivesse fora de porto na companhia de seis caça-submarinos que ali se tinham abastecido poucos dias antes, terá tentado destruir a estação radiotelegráfica do Ramalho, intenção deduzida pela direção dos tiros; segundo, o submarino teria intenção de destruir a bateria da Mãe de Deus, cuja localização conhecia, intenção de novo deduzida a partir da direção dos tiros; terceiro, destruída a bateria, o submarino pretenderia colocar-se em frente à entrada do porto artificial, torpedeando embarcações fundeados e inutilizando o porto, posicionando-se depois para destruir os depósitos de carvão. O documento[468] reconhece que só a presença do *Orion* no porto impediu o submarino de concretizar os seus intentos e dá conta de temor face a possíveis novos ataques. Por seu lado, os norte-americanos convenceram-se que a ação visava a destruição do depósito de carvão acabado de instalar[469].

No debate que se gerou na Câmara dos Deputados sobre o ataque do *U-155* a Ponta Delgada – debate ocorrido no próprio dia do ataque - ficou, porém, claro que a facilidade com que o submergível manobrou, disparou e saiu ileso da operação, antes de ter a ver com eventuais espiões da Alemanha, teve a ver com escassez de material militar português nos Açores e má qualidade do material existente. Numa resposta em aparente desespero de causa, Arantes Pedroso, Ministro da Marinha, no momento em debate com o deputado Hermano Medeiros,

[468] Comunicação do Comando Militar de Ponta Delgada ao Comando Militar dos Açores, 2 de agosto de 1917. AHM-PBNPDL, doc. 141.
[469] Cf. Telo, A. J. (1993). *Op. cit.*

desabafa que "…a responsabilidade da falta de material de defesa não é de nenhum dos governos, mas de todos os portugueses, que não têm sabido encetar aquela propaganda indispensável para se ocorrer às necessidades da guerra"[470]. Mais tarde, a 17 de agosto de 1917, o deputado Brito Camacho chama a atenção do Governo "…para o facto de a defesa dos Açores estar confiada a navios americanos", quando, "Dada a nossa impossibilidade (…) devia ser a Inglaterra que devia fazer esse serviço"[471]. A afirmação não foi contestada no plenário.

4. Proteção (sobretudo) à base norte-americana

Com a chegada dos norte-americanos a Ponta Delgada e ainda antes da oficialização da base, colocam-se novas exigências de proteção militar das ilhas, particularmente no que diz respeito ao porto de Ponta Delgada, parecendo que Portugal não consegue pelos seus meios próprios responder a essas exigências. Num sumário sobre a defesa dos Açores sem data[472], o Ministério da Guerra dá conta, invocando informação do Comando Militar de Ponta Delgada de 16 de agosto de 1917, que os norte-americanos estavam descontentes com a defesa de São Miguel, em especial do porto de Ponta Delgada e dos seus navios, propondo a colocação de canhões em terra e o estabelecimento de uma barragem de mar "…mais eficaz do que a que ali existe"[473]. O então ex-Ministro Norton de Matos é referido como tendo ordenado a instalação imediata de peças portuguesas existentes na ilha[474], incentivando também o Comando a informar sobre outro material necessário. Ordena ainda que seja aceite todo o material de guerra disponibilizado ("emprestado") pelos aliados, mas na condição de esse material ser guarnecido por forças portuguesas. Norton de Matos, num documento cuja data o Sumário não consegue identificar, determinou que fossem encomendadas a Inglaterra metralhadoras e munições e que o Campo Entrincheirado e a Marinha fossem questionados sobre se teriam algumas peças disponíveis.

[470] Pedroso, A. (Ministro da Marinha) (4 de julho de 1917). Câmara dos Deputados, II Legislatura, Sessão Legislativa 02, nº 095. *Assembleia da República Web site*. Acedido em janeiro de 2015, disponível em http://debates.parlamento.pt/catalogo/r1.

[471] Camacho, B. (17 de agosto de 1917). Câmara dos Deputados, II Legislatura, Sessão Legislativa 02, nº 122. *Assembleia da República Web site*. Acedido em janeiro de 2015, disponível em http://debates.parlamento.pt/catalogo/r1.

[472] Ministério da Guerra. Sumário Sobre a Defesa dos Açores, sem data. AHM-PBNPDL , doc. 103. Uma vez que Norton de Matos é citado como ex-ministro, pressupõe-se que o documento tenha sido elaborado pelo novo governo resultante do golpe de dezembro de 1917 que derrubou o governo democrático e deu origem a um governo de ditadura.

[473] Depois do ataque do U-155 a Ponta Delgada, a Marinha portuguesa coloca uma rede artesanal no porto, cuja eficácia real parece ser nula. A rede nunca foi testada. Cf. Telo, A. J. (1993). *Op. cit.*

[474] Segundo o documento em causa (Ministério da Guerra. Sumário Sobre a Defesa dos Açores, sem data. AHM-PBNPDL, doc. 103.), que coloca a hipótese de forma condicional ou seja, com algum grau de incerteza, existiriam cinco peças Armstrong da marinha em Ponta Delgada, estando três montadas no Forte e tendo as restantes duas sido montadas, depois da ordem de Norton de Matos, no espaldão da carreira de tiro. O Ministério da Guerra é informado a 2 de outubro de 1917 da montagem das duas peças (Comunicação do Comando Militar de Ponta Delgada ao Ministério da Guerra, 2 de outubro de 1917. AHM-PBNPDL, doc. 123.).

Quanto ao possível desembarque de forças estrangeiras, essa hipótese é negada pelo ex-Ministro Norton de Matos. O Comando Militar de Ponta Delgada, na comunicação citada de 16 de Agosto de 1917[475], tinha-se pronunciado contra os pedidos dos EUA, invocando o receio de futuras complicações que "…possam afetar soberania nacional".

Antes de anuir às pretensões norte-americanas, Portugal comunicou a Inglaterra, a 24 de Agostos de 1917, através do Ministério dos Negócios Estrangeiros, a intenção dos EUA de tratarem da defesa do porto de Ponta Delgada com meios próprios, comentando tratar-se de um assunto melindroso que interessava à política interna e à política externa e em particular a Inglaterra. O que Portugal pretendia era que a Inglaterra fornecesse os meios necessários à defesa de Ponta Delgada. Porém, no caso de os EUA assumirem missões de defesa do Atlântico de acordo com a Inglaterra, Portugal deseja ser informado do alcance da missão para responder às pretensões norte-americanas em relação aos Açores. A resposta inglesa, com data de 5 de Outubro de 1917, deixa claro que não é possível no momento à Inglaterra tratar da defesa dos Açores. O conselho inglês é que Portugal aceite a oferta norte-americana. Os ingleses descansam Portugal dizendo não ter conhecimento de ideias reservados dos EUA para exercer influência nos Açores, mas recomendam que Portugal tome todas as medidas a fim de evitar que a influência possa aumentar[476].

4.1. Cooperação total com os EUA

Com data de 25 de novembro de 1917[477], o futuro ex-Ministro Norton de Matos mandava comunicar ao Comando Militar de Ponta Delgada resoluções tomadas pelo Governo: concessão ao Departamento Naval dos EUA de todas as facilidades para o desembarque nos Açores de todas as provisões de que necessitassem os navios americanos em operação na vizinhança; autorização ao Governo dos EUA para enviar aos Açores uma companhia de aviação composta por 90 marinheiros destinada ao serviço de patrulha; autorização para o Governo dos EUA enviar aos Açores o Almirante Dunn, três oficiais e 50 marinheiros para dirigir as operações dos navios americanos que operavam na vizinhança e guardar o armazém já ali instalado pelo mesmo Governo; e comunicação a todos os comandantes militares das ilhas para que favorecessem, independentemente de licença especial para cada caso, todas as operações (supõe-se que norte-americanas) a fim de evitar embaraços e atrasos.

[475] Comunicação do Comando Militar de Ponta Delgada ao Ministério da Guerra, 16 de agosto de 1917. MNE-AHD-PBNA.
[476] Cf. Ferreira, J. M. (2008). *Op. cit.*
[477] Ministério da Guerra. Sumário Sobre a Defesa dos Açores, sem data. AHM-PBNPDL, doc. 103.

É tomada a decisão de transferir, provisoriamente, o Comando Militar dos Açores de Angra do Heroísmo para Ponta Delgada "…a fim de ser condignamente representado o Comando Português perante o Comando das forças navais norte-americanas"[478]. A 26 de novembro de 1917[479], o Comando aguarda por transporte em Angra do Heroísmo para se deslocar para Ponta Delgada e no mesmo dia[480] a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo protesta junto do Ministério da Guerra contra a transferência, alegando que a medida afeta as "gloriosas tradições" da cidade e agrava as condições económicas, já degradadas com a concentração de alemãs[481]. O Município dá conta do "…descontentamento geral da população…" e pede que a transferência não ocorra. Em resposta[482], o Ministério da Guerra explica que a mudança do Comando obedeceu a "…conveniências militares urgentes e cooperação com os nossos aliados norte-americanos na defesa dos mares dos Açores". É feita a promessa que logo que possível o Comando voltará a Angra do Heroísmo.

5. Um exemplo (talvez) extremo: insegurança no Faial

O caso do Faial é exemplar sobre o estado de desguarnição das ilhas e respetivas consequências. A 23 de janeiro de 1918[483], o Governador Civil da Horta escreve ao Ministro do Interior pedindo os seus bons ofícios junto do Ministro da Guerra para que o porto da Horta seja dotado de meios de defesa própria e para os navios que ali se acolhem. Os bombardeamentos por submarinos alemães do Funchal e de Ponta Delgada tinham deixado a população do distrito da Horta alarmada. A defesa do porto estava entregue à "divina providência", uma vez que as peças de artilharia existentes eram antigas, com quase meio século de vida, ineficazes e até perigosas. A própria comunicação entre os postos militares ocorre com sinaleiros, não existindo telefones. Em dias de nevoeiro não é possível comunicar. A sensação de insegurança agravava-se com o avistamento de submarinos da Alemanha nas proximidades da ilha do Faial.

---

[478] Informação do Comando Militar dos Açores, sem informação de destinatário e sem data. AHM-PBNPDL , doc. 153.

[479] Comunicação do Comando Militar dos Açores ao Ministro da Guerra, 26 de novembro de 1917. AHM-PBNPDL , doc. 134.

[480] Telegrama da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo ao Ministro da Guerra, 26 de novembro de 1917. AHM-PBNPDL, doc. 156.

[481] Sobre a concentração de cidadãos da Alemanha em Angra do Heroísmo, ver, por exemplo: Corsépius, Y. (2010). O Depósito de Concentrados Alemães no Castelo de S. João Batista, Angra do Heroísmo (1916-1918 – I Grande Guerra). *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, LXVII e LXVIII, pp. 225 a 251.

[482] Comunicação do Ministério da Guerra ao Presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, sem data. AHM-PBNPDL, doc. 155.

[483] Comunicação do Governo Civil da Horta ao Ministro do Interior,23 de janeiro de 1918. AHM-PBNPDL, doc. 160.

O Governador Civil[484], posto perante burocracias que impedem a simples montagem de telefones, chama a atenção para a rapidez com que os norte-americanos resolvem "as suas coisas" e considera que, por comparação, a situação é "vexatória" para a parte portuguesa. O Governador dá conta da passagem pela Horta de um navio de transporte de tropas americano escoltado por três *destroyers*, tendo na altura sido visitado pelo Comandante da Base Naval dos Açores (comandante norte-americano, entenda-se), que o informou levar para Ponta Delgada artilharia pesada. Face a pedidos de informação sobre os meios de defesa do porto da Horta, o Governador ficou convencido que os EUA estariam a pensar estabelecer uma base naval na Horta. Assim, aproveita para solicitar que "…o nosso governo se antecipe a dotar esta ilha com os necessários meios de defesa, prevenindo assim desagradáveis consequências futuras".

5.1. Clima propício a mal entendidos fatais

A 21 de Maio de 1918[485], em telegrama enviado ao Ministro das Colónias, o Governador Civil da Horta dá conta de mal entendidos em troca de telegramas com o Alto-Comissário Simas Machado a propósito de uma informação de um comandante de um submarino dos EUA estacionado na Horta sobre a chegada no navio Funchal de supostas peças americanas para defesa da cidade. Em reunião mantida com todas as entidades militares presentes na Horta, que parece ter sido sugerida pelo Alto-Comissário e que pretendia combinar um plano de defesa e o processo de entendimento, quando necessário, com os aliados, o Governador dá conta que "…o comandante militar apresentava ordens de entendimento com comandante submarino americano". As instruções pedidas ao Alto-Comissário são, na verdade, pedidos de explicações, dado ao Governador constar oficiosamente "…que o Almirante americano tomava supremacia defesa Ponta Delgada". Informado pelo Secretário de Estado das Colónias do telegrama do Governador Civil da Horta, o Alto-Comissário responde àquele a 23 de maio de 1918[486], referindo que as peças que seguem no Funchal "…são portuguesas e não americanas". Refere o Alto-Comissário que o comandante do submarino americano foi informado da chegada das peças e do cruzador Vasco da Gama e que terá informado o Governador Civil "…por mera condescendência". O Alto-Comissário confirma que a reunião do Governador Civil com as autoridades militares foi ordem sua. Acusa o então já ex-Governador de mentir ao dizer que as peças eram norte-americanas e ao colocar a hipótese de o Almirante norte-americano ter tomada

[484] Comunicação do Governo Civil da Horta ao Ministro do Interior,23 de janeiro de 1918. AHM-PBNPDL, doc. 160.

[485] Telegrama do Governador Civil da Horta ao Ministro das Colónias, 21 de maio de 1918. AHM-PBNPDL, doc. 163.

[486] Carta do Alto-Comissário ao Secretário de Estado das Colónias, 23 de maio de 1918. AHM-PBNPDL , doc. 162.

supremacia na defesa de Ponta Delgada ou do arquipélago. Garante que "Mesmo almirante tem-se comportado até hoje e em tudo como cavalheiro e (como é) próprio de um aliado, nenhuma interferência tendo nos assuntos da defesa, salvo na parte que lhe diz respeito". O Governador, agora ex-Governador, é acusado de desrespeitar o Governo e o Alto-Comissário e de imprudência, sendo esta última a razão principal da sua exoneração. Este episódio é significativo para perceber não só a confusão instalada e a escassez de meios militares portugueses nos Açores, mas também o poder do Alto-Comissário, que resulta, aliás, do Decreto que o nomeou, como já se viu.

5.2. Defesa mínima dos cabos submarinos

A 23 de Maio de 1918[487] é ordenado pela primeira vez no decurso da I Guerra Mundial, no caso pelo Alto-Comissário, a colocação de "…pequenas forças militares…" na defesa e proteção das amarrações de cabos submarinos na Fajã de Santo Cristo, ilha do Faial, e na Praia, ilha Graciosa. É também ordenado o estudo da defesa da telegrafia sem fios dos ingleses no Faial, tendo por objetivo evitar que fossem os ingleses a efetuar a defesa do local, desembarcando, para isso, forças militares suas.

6. Meios navais portugueses no final da guerra

Em 1918, o cruzador Vasco da Gama está fundeado no Porto da Horta e existem pelo menos duas canhoeiras nas ilhas. Outros navios de guerra passam pelos Açores, sobretudo quando envolvidos em escolta de barcos mercantes. A defesa dos portos é reforçada, destacando-se a colocação de duas peças no porto da Horta. Nas últimas semanas da guerra os norte-americanos fornecem cargas de profundidade e canhões de 75 mm que conferem às canhoeiras capacidade antisubmarina, que antes não tinham[488].

Portugal não se tinha preparado para as exigências da guerra nos Açores e em geral no seu espaço Atlântico, sendo evidentes essas lacunas em especial nos meios navais e também na defesa dos portos. Quando o submarino *U-83* ataca o Funchal, a 3 de dezembro de 1916, Lisboa desperta para o problema e tenta resolver a situação junto de Londres. Lembra que a Inglaterra se tinha responsabilizado pela defesa das ilhas (e das colónias) e solicita que essa função seja cumprida ou que, em alternativa, sejam fornecidos seis *destroyers*, o que a Inglaterra recusa,

[487] Telegrama do Alto-Comissário ao Secretário de Estado da Guerra. 23 de maio de 1918. AHM-PBNPDL, doc. 164.
[488] Cf. Telo, A. J. (1993). *Op. cit.*

prometendo apenas que os seus submarinos se manterão atentos[489]. Portugal tenta também obter *destroyers* junto dos EUA, mas recebe idêntica resposta negativa, conseguindo apenas promessas vagas em relação a um futuro não especificado[490].

Secção III - Desmobilização

1. Regresso ao isolacionismo

Após a I Guerra Mundial os EUA regressam a uma postura isolacionista. A opinião pública norte-americana é favorável a esta postura, que fica vincada com a decisão do Congresso de vetar a participação do país na Sociedade das Nações (SDN)[491]. Os EUA não abandonam os planos, que vinham de antes da guerra, para formar a maior esquadra do mundo (embora a decisão orçamental se vá arrastando). No entanto, os interesses essenciais norte-americanos estão focados no Pacífico, limitando-se os interesses no Atlântico à vizinhança, designadamente Caraíbas e Panamá[492]. Os interesses nas Caraíbas são, por exemplo, sublinhados com intervenções militares no Haiti, Nicarágua, Salvador, Honduras, etc[493]. O interesse no Pacífico resulta, em boa parte, do vazio de poder deixado pela Inglaterra nessa zona. Para o Atlântico, fora das Caraíbas, é destinada uma força de pequena dimensão. Os Açores não estão incluídos nos documentos estratégicos norte-americanos no imediato pós-guerra[494].

A vontade norte-americana de retirar da Europa no pós-guerra parece inquestionável e é coerente com a política dos EUA em relação ao Velho Continente desde a independência no século XVIII. Aliás, as intervenções dos EUA até então e também na I Guerra Mundial, são marcadas por projeção de força a partir do território continental e regresso a casa após as hostilidades, sendo diminutos os casos de estabelecimentos de novas bases no exterior[495]. Oito meses após o armistício, em junho de 1919, os EUA já tinham desmobilizado 2,6 milhões de soldados e 128 mil oficiais. Em 1927 o exército regular já estava reduzido a 118 750 efetivos[496]. Depois da guerra, a própria Marinha, que desde cedo visionou a possibilidade de os EUA

[489] Cf. Telo, A. J. (1993). *Op. cit.*
[490] Cf. Livermore, S. W. (Setembro 1948).*Op cit.*
[491] Cf. Leal, C. M. (2013*). Op. cit.* A Sociedade das Nações tinha merecido um forte empenho do próprio Presidente Wilson, que visionava o envolvimento norte-americano com o resto do mundo como um passo importante para precaver futuras guerras. Cf. Baker, A. P. (2004). *Op. cit.*
[492] Cf. Pettyjohn, S. L. (2012). *Op. cit.*
[493] Cf. Leal, C. M. (2013*). Op. cit.*
[494] Cf. Pettyjohn, S. L. (2012). *Op. cit.*
[495] Cf. *Idem, ibidem.*
[496] Cf. Baker, A. P. (2004).*Op. cit.*

desenvolverem a sua presença global, via-se obrigada a reconhecer que, face à escassez dos orçamentos disponíveis, novas bases seriam indesejáveis, por não poderem ser defendidas de forma conveniente. A opção à altura era por acreditar que os navios comerciais dos EUA teriam acesso, em tempo de paz, a navios de reabastecimento localizados um pouco por todo o mundo, sendo que esses reabastecedores poderiam ser utilizados em tempo de guerra, sendo complementados por bases de costa a estabelecer por unidades da marinha que à altura estavam a ser desenvolvidas[497].

2. Tentativas falhadas para manter Ponta Delgada

Os EUA utilizaram a Base Naval de Ponta Delgada até ao regresso a casa dos seus últimos navios de pequena dimensão que estavam na Europa e que precisavam de apoio no meio do Atlântico por alguma razão. Os hidroaviões regressaram aos EUA a 20 de janeiro de 1919. A 14 de abril o Almirante Dunn transferiu o comando para um oficial de patente inferior e rumou a Londres. A 9 de agosto o grosso dos efetivos e equipamentos militares norte-americanos regressou a casa, permanecendo em Ponta Delgada apenas alguns navios, que abandonaram a base a 15 de setembro de 1919, dia em que a base é oficialmente encerrada.

No entanto, o abandono da base não é pacífico. Os Açores são mesmo um dos pontos sensíveis em desentendimentos que ocorrem no seio da Marinha depois da guerra a propósito de alegada má administração dos assuntos da arma e que envolvem o Almirante Sims e o Secretário Daniel. Sims defende que a colocação de meios nos Açores, que eram necessários em outros cenários, não se demarcou da propaganda alemã, que acusava os EUA de procurarem instalar-se onde fosse possível. Os críticos defendiam que ao acorrer a locais remotos onde atuavam submarinos da Alemanha, as forças dos EUA desviavam-se daquele que deveria ser o objetivo central: concentrar forças para atacar o inimigo onde ele era mais poderoso. Sims revela-se particularmente crítico da proposta norte-americana de colocar 3000 *marines* nos Açores[498], que aliás foi recusada por Sidónio Paes. Livermore[499] anota, porém, que Sims não se opôs ao estabelecimento de uma base naval nos Açores, sendo mesmo que desempenhou um papel importante nos desenvolvimentos da infraestrutura, além de estar consciente da importância de manter boas relações com Portugal, política sublinhada pela entrega de hidroaviões e outro equipamento que poderia ser útil em outras localizações. Por seu lado, o Secretário Daniels manteve sempre que os Açores foram de grande utilidade para as forças norte-americanas que

[497] Cf. Pettyjohn, S. L. (2012). *Op. cit.*
[498] Cf. Livermore, S. W. (Setembro de 1948). *Op cit.*
[499] *Idem, ibidem.*

operaram em águas europeias. Em qualquer caso, nestes debates não se pugnava pela permanência nos Açores, sendo, isso sim, discutida a utilização das ilhas no tempo da guerra.

O Almirante Dunn tenta contrariar a visão dominante na doutrina norte-americana e procura ir além do debate sobre a importância que a base terá ou não tido durante a guerra, focando-se no futuro, no qual visiona a presença de forças norte-americanas nos Açores. Na sua viagem a Londres de novembro de 1918, na companhia do autonomista açoriano José Bruno Carreiro, Dunn terá tentado convencer o Almirante Sims, entre outros militares norte-americanos de alta patente, da importância para os EUA da manutenção de uma base nos Açores. Dunn chega mesmo a referir a Sims que os ingleses pretenderiam comprar uma parte dos Açores para montar uma base de aviação naval, adiantando que, em seu entender, os EUA deveriam pressionar Portugal para conseguir uma concessão semelhante. O máximo que Dunn consegue, porém, é uma recomendação do Almirante Benson para que a base de Ponta Delgada se mantenha até que seja concretizado um voo transatlântico que a marinha está a preparar. Mesmo assim, a invocação do possível interesse inglês nos Açores terá surtido algum efeito, uma vez que a Marinha entrega o caso ao Departamento de Estado indicando que os EUA deveriam procurar ter nos Açores privilégios idênticos aos que fossem concedidos aos ingleses. O assunto, porém, não experimenta avanços, uma vez que o alegado interesse inglês parece também não existir[500].

O adiamento do encerramento da base, bem como a atenção ao eventual interesse inglês nos Açores ao nível do apoio aéreo, podem ser ligados ao início dos esforços para concretizar ligações transatlânticas por via aérea, sendo que os EUA estavam envolvidos nessa corrida. Uma base inglesa nos Açores poderia ocupar espaço que os norte-americanos visionariam como importante no futuro próximo para apoio à aviação.

A 16 de março de 1919, as aeronaves *NC-1*, *NC-3* e *NC-4* da Marinha dos EUA partiram da Terra Nova com destino a Ponta Delgada, cobrindo uma distância de 1200 milhas náuticas. Só o *NC-4* chegou ao destino por via aérea, escalando a Horta antes de chegar a Ponta Delgada. O *NC-3* foi obrigado a amarrar por escassez de combustível. Apesar de um dos motores ter avariado na amaragem, o hidroavião conseguiu navegar durante 200 milhas e chegar a Ponta Delgada pelos seus próprios meios, embora por via marítima. Este avião ficou fora de serviço, sem recuperação possível. O *NC-1* foi forçado a uma amaragem descontrolada, tendo afundado, sendo a tripulação recuperada por meios navais. O *NC-4* seguiu viagem dos Açores para Lisboa, onde chegou sem incidentes a 27 de maio de 1919, amarando no estuário do Tejo. Estava assim concretizada a primeira travessia aérea do Atlântico norte, ficando também provado que a travessia desta zona do Atlântico por meios aéreos era possível desde que estivessem garantidos

[500] Cf. Telo, A. J. (1993). *Op. cit.*

apoios nos Açores. Vinte anos depois, em 1939, a *Pan American* inicia o primeiro serviço comercial transatlântico, amarando na Horta o *Yankee Clipper*, em viagem para Lisboa[501].

3. Um outro debate (talvez) possível. Ou um debate alternativo

O expansionismo norte-americano, no tempo histórico qu aqui nos interessa, pode ser avaliado através da análise da postura da *US Navy*. Nos anos finais do século XIX, a marinha norte-americana lança-se num modelo de presença nos oceanos que alguns autores descrevem como "oceanic posture"[502] e que pretende responder à perceção de que algumas nações começam a representar uma ameaça, em crescendo, aos EUA. Em 1880 o Congresso autoriza o crescimento da Marinha através da construção de novos navios de guerra de tecnologia avançada, embora os investimentos previstos se arrastem no tempo. São visionados como agressores potenciais o Japão, a Alemanha e a própria Inglaterra. O principal receio declarado consiste na possibilidade de uma potência europeia se instalar nas Caraíbas ou na América Central, posicionando-se às portas dos EUA. Este tempo é marcado por novas doutrinas em relação ao poder marítimo. Mahan defende que a prosperidade e a grandeza dos EUA dependem de uma marinha mercante pujante, da aquisição de territórios no exterior, do acesso privilegiado a mercados no estrangeiro e da construção de uma armada poderosa capaz de controlar os oceanos, sendo este um ponto essencial. As ideias de Mahan são atrativas para a *US Navy* e contam entre os apoiantes com o próprio Presidente Theodore Roosevelt. Em qualquer caso, era evidente que os EUA estavam envolvidos numa estratégia de crescimento apoiada por uma política externa ambiciosa, resultando daqui uma competição direta com outros grandes poderes[503]. Aliás, o crescimento dos EUA está dependente do acesso a mercados externos e à aquisição de matérias-primas, o que pode ser posto em causa pela corrida europeia a África que ocorre nas décadas finais do século XIX. As elites norte-americanas percecionam que com o controlo europeu de vastas áreas do continente africano os EUA poderão ser obrigados a conquistar por quaisquer meios necessários o acesso aos mercados globais e às matérias-primas de que necessitam. O controlo global através da marinha exige bases no exterior e estações reabastecimento[504].

No início do século XX a *US Navy* já está mais vocacionada para projetar poder do que para proteger as costas americanas, como acontecia antes da "oceanic posture". Em 1906 os EUA instalam a sua principal frota, a Frota do Atlântico, em portos na sua costa Leste, tendo como

[501] Cf. Guill, J. H. (1993). *Azores Islands. A History*. Vol. V. Tulare: Golden Shield Publications.
[502] Cf. Pettyjohn, S. L. (2012). *Op. cit.*
[503] Cf. *Idem, ibidem.*
[504] Cf. The United States Becomes a World Power (2016). *Digital History Web site*. Acedido em outubro de 2016, disponível em http://www.digitalhistory.uh.edu/disp_textbook.cfm?smtID=2&psid=3158.

visão essencial a possibilidade de um confronto com a marinha de guerra da Alemanha. Com a I Guerra Mundial e ainda enquanto potência neutral, os EUA são confrontados com o bloqueio naval imposto pela Inglaterra à Alemanha, situação que prejudica seriamente o comércio internacional norte-americano e que coloca os EUA e a Inglaterra à beira de um conflito pelo menos diplomático. O bloqueio é um instrumento de excelência que define um poder naval dominante. Para o Presidente Wilson, a situação é intolerável, mas de solução difícil, uma vez que os EUA, à altura, são apenas a terceira potência no mar, a seguir à Inglaterra e à Alemanha. É neste enquadramento que o Presidente, em conjugação com a *US Navy*, avança com um plano de crescimento da marinha de guerra cujo objetivo, declarado pelo próprio Wilson, é atingir um poder incomparável face a qualquer outra potência marítima. No entanto, a entrada dos EUA na guerra em 1917 suspende o programa, que é substituído pela construção de pequenas embarcações de guerra. Além do mais, Wilson envolve-se num paradoxo. Como poderia o Presidente, por um lado, justificar a entrada na guerra com a necessidade de acabar com o militarismo na Europa e, por essa via, com guerras de grande dimensão e, por outro, pedir ao Congresso fundos para concluir a construção de uma frota de guerra de enormes dimensões? Em qualquer caso, Wilson envolveu-se na Conferência de Paz de Paris de 1919 em compromissos que, simplificando, trocavam os planos navais de 1916 e outros de 1918 por apoio à Liga das Nações, cuja participação por parte dos EUA acabou por ser rejeitada pelo Congresso, aliás. Em 1920 os republicanos ganham as eleições presidenciais e invertem o internacionalismo anterior. Por outro lado, o Congresso mostra-se pouco disposto a financiar o programa naval. Em 1921, o Tratado Naval de Washington, que adota limitações ao crescimento das frotas das principais potências, liquida em definitivo o programa naval de 1916[505].

O que fica dito talvez permita colocar em relação à presença norte-americana nos Açores na I Guerra Mundial uma hipótese diferente daquela que aponta para receios norte-americanos, aliás infundados, relativos à possível criação de bases secretas de abastecimento a submarinos, como vimos. Desde logo, a instalação da base surge, temporalmente, na sequência do plano naval de 1916, sendo que esse plano aponta para uma presença global, não só pela sua grandeza, mas sobretudo se o associarmos à postura norte-americana que aponta para a necessidade de acesso aos mercados globais, tanto para colocação de produtos como para aquisição de matérias-primas, e para a possibilidade de os interesses dos EUA nesse âmbito terem que ser defendidos

[505] Cf. Friedman, N. (agosto de 2016). How Promise Turned to Disappointment. *Naval History Magazine*, vol. 30, nº 4. Acedido em outubro de 2016, disponível em http://www.usni.org/magazines/navalhistory/2016-08/how-promise-turned-disappointment; Conference on the Limitation of Armament, 12 de novembro de 1921-6 de fevereiro de 1922. Foreign Relations of the United States: 1922, v.ol. 1, pp. 247-266. *Ibiblio Web site.* Acedido em outubro de 2016, disponível http://www.ibiblio.org/pha/pre-war/1922/nav_lim.html.

em confronto com grandes potências concorrentes. É significativo lembrar, como vimos, que Inglaterra e Alemanha são sinalizadas como potências concorrentes com as quais o conflito pode não ser possível de evitar, o que aponta para o Atlântico Norte como cenário de conflito ou, pelo menos, como local de apoio à marinha de guerra, admitindo-se também que possa ter sido equacionada a negação de acesso a essa zona a potências competidoras. Também já vimos que deter bases e postos de reabastecimento no exterior são necessidades associadas a uma postura global da frota de guerra. Nessa ótica, uma base naval nos Açores poderia ser equacionada no âmbito de uma política expansionista. O "papão" das bases de submarinos pode ter servido apenas para convencer a Inglaterra, até porque os ingleses detêm direitos de preferência nos Açores, como referimos, além de não estarem à altura disponíveis para encararem a cedência de interesses nas ilhas ou, muito menos, equacionarem a passagem do controlo dos oceanos para os EUA.

É verdade que os EUA garantem, como vimos, a Portugal que abandonam os Açores depois da guerra, mas essa postura pode ser uma estratégia para facilitar a instalação e para não assustar a Inglaterra, que aliás, como também veremos, nunca encorajou Portugal a falicitar uma presença norte-americana nos Açores que pudesse indiciar permanência depois do conflito. A possível permanência poderia, porém, ser facilitada através de uma qualquer forma de separação dos Açores de Portugal. Como veremos, o Almirante Dunn, talvez interpretando o expansionismo da *US Navy* e do próprio Presidente Wilson, parece ter promovido – no mínimo, ter-se-á deixado aproximar… - posições independentistas nos Açores que surgem aparentemente encorajadas pela existência da base e pela presença da força norte-americana. Tanto a independência, em ilhas profundamente pró-americanas, como a associação política aos EUA através do separatismo, que chega a ser alvo de posições públicas, particularmente a partir de açorianos emigrados nos EUA, não só facilitariam a permanência de uma base norte-americana nas ilhas, como permitiriam que essa presença fosse encarada como natural, podendo até ser desejada, como aconteceu no fim da guerra, situação que veremos. Quer isto dizer que pelo menos em alguns setores dos EUA, até mesmo setores ligados ao Presidente, a instalação nos Açores pode ter sido pensada no âmbito de uma postura global em construção com base na *US Navy*. Aliás, é possível admitir que as ações pró-independência ou separatismo atribuídas a Dunn tenham por objetivo sinalizar junto de Portugal um eventual interesse norte-americano de longo prazo nas ilhas, mas sobretudo pressionar níveis de decisão nos EUA, criando nos Açores um clima apelativo à permanência.

A desmobilização da base é, porém, inevitável face ao isolacionismo que se apodera dos EUA depois da guerra, como vimos, que pugna por um recuo dos EUA no envolvimento em questões europeias, coartando capacidade para um envolvimento naval global. Ao negar apoios aos planos para uma frota de guerra dominadora, acima de qualquer outra potência, o Congresso dá

sinais para o interior e para o exterior. Desde logo, remete a *US Navy* para um papel abaixo das suas pretensões, ao ponto de reconhecer que uma postura global dominadora é impossível por limitações de equipamento e orçamentais, e deixa à Inglaterra o papel principal, não questionado, por exemplo, nem simbolicamente nem por poder efetivo, os direitos ingleses na zona dos Açores. Os acertos de armamento que ocorrem na Conferência de Washington deixam a questão dos Açores adormecida até perto da II Guerra Muindial.

Secção IV - Considerações finais

A base naval que os EUA instalaram em Ponta Delgada está envolta em mal-entendidos e presunções aparentemente erradas sobre a estratégia alemã. Fica claro no processo de acesso e instalação que, à altura, a decisão sobre a utilização nas ilhas por potências estrangeiras é determinada pela vontade inglesa – no âmbito, aliás, de acordos de finais do século XIX em que Portugal comprometeu a soberania portuguesa sobre os Açores – e não por Portugal. Com os submarinos da Alemanha a operarem, em casos esporádicos, na costa americana, necessitando para tal viagem de apoio intermédio e com casos como o ataque a Ponta Delgada por um submarino-cruzador alemão, os EUA terão ficado sem dúvidas sobre a utilização dos Açores como posto intermédio de reabastecimento para ataques nas américas - presunção, aliás, errada, uma vez que os submarinos da Alemanha privilegiam a costa de África e os acessos ao Mediterrâneo e não a águas tão distantes -, resultando daí a decisão de instalar uma força nos Açores. Com a guerra mal encaminhada, resta a Inglaterra fazer a vontade aos EUA, autorizando, num arranjo entre militares, o uso ativo dos Açores por parte dos norte-americanos, acabando Portugal por ser posto perante um facto consumado. Não parece ser alheia a esta situação a fraqueza da presença militar portuguesa nas ilhas, que aparenta ser incapaz de controlar o possível reabastecimento de submarinos alemãs no mar próximo das ilhas ou mesmo em portos. A autorização portuguesa para a instalação da base e para a concessão de privilégios, em particular alfandegários, surge *à posteriori* e sob pressão norte-americana. Na retórica portuguesa, a autorização surge na sequência de garantias inglesas sobre as intenções norte-americanas e justifica-se também por a Inglaterra estar impossibilitada de fornecer a Portugal armamento para defesa dos Açores. Em boa verdade, a fraqueza do Governo português à altura é de tal ordem que só lhe resta concordar com a Inglaterra, na esperança de ser a própria Inglaterra a segurar o regime[506].

[506] Cf. Telo, A. J. (1993). *Op. cit.*

Parece claro que no regime seguinte, a ditadura de Sidónio Paes, Portugal procura garantir melhor a soberania portuguesa nas ilhas, designadamente desenvolvendo estratégias para impedir uma expansão da base norte-americana envolvendo praticamente todo o arquipélago, possibilidade que, aliás, não agradaria a Inglaterra, que visionaria retomar a sua posição nos Açores após a guerra, então sem a presença norte-americana. Mesmo assim, a expansão da base - embora moderada face a planos maximalistas que Portugal recusou -, apoiada, aliás, por um Alto-Comissário português omnipotente e pró-aliado, acaba por acontecer, o que surge como uma inevitabilidade face à incapacidade portuguesa para montar um sistema de defesa credível. Porém, o sistema montado pelos norte-americanos nunca foi testado, porque não foi chamado a ações de combate significativas. A missão principal desta força era impedir a utilização dos Açores como base de submarinos, tendo por segunda missão regaste de náufragos e apoio a embarcações em dificuldades ou que cruzam o Atlântico fora da rota dos comboios, que passam a norte. Quer isto dizer que a negação de acesso é a missão essencial.

Apesar de Portugal ter descurado a defesa das ilhas, a verdade é que os avisos de responsáveis militares nos Açores recuam a 1914, mas sem consequências significativas. Quando Ponta Delgada é atacada por um submarino, a quatro de julho de 1917, os Açores estão virtualmente indefesos contra a arma submarina. A solução encontrada, aparentemente para encenar uma assunção de soberania, é cooperar com os norte-americanos, até porque, como tinha já acontecido com a Inglaterra, os EUA recusam fornecer a Portugal meios de defesa das ilhas, particularmente embarcações de guerra. No essencial, a situação mantem-se assim até ao final da guerra, cumprindo os norte-americanos a promessa de regressar a casa após o conflito, não sem antes o responsável pela base ter tentado a sua permanência, acenando mesmo com intenções inglesas de instalação nos Açores de meios vocacionados para o apoio à futura operação de transporte aéreo transatlântica. O máximo que o comandante conseguiu foi prorrogar o tempo de existência da base até meios aéreos norte-americanos completarem a travessia do Atlântico, momento que marcou o fim da base. Aliás, a presença norte-americana nos Açores acabou por ser alvo de fortes discussões no seio da US *Navy*, por eventual desvio de meios que teriam na guerra sido necessários em zonas onde era mais urgente e eficaz atacar o inimigo. Porém, o ambiente expansionista em que se envolvem a *US Navy* e o próprio Presidente Wilson, sublinado com um ambicioso programa naval (1916), permite colocar a possibilidade de a verdadeira razão da instalação em Ponta Delgada estar relacionada com uma presença global que à altura se desenhava e que ficou adiada por bloqueios no Congresso, por um evidente regresso ao isolacionismo depois da guerra e pela limitação armamentista de 1921 (Tratado de Washinton).

CAPÍTULO V. Custos e proveitos da primeira base militar dos EUA nos Açores

O presente capítulo trata dos impactos da Base Naval de Ponta Delgada quer na sociedade local, quer na construção de ideias que condicionam a relação política Açores-Lisboa, referindo ainda a relação, aos níveis político e funcional, entre as forças portuguesas e norte-americanas. São ainda abordadas questões relativas às contrapartidas pela utilização da base e à relação estabelecida (dimunita) entre Portugal e os EUA particularmente na Conferência de Paz e na obtenção de créditos (relação inexistente) externos no enquadramento da guerra.

Secção I – Impactos

1. Fricção entre militares

A 1 de abril de 1918[507], o Ministério da Marinha dá conta ao Ministério dos Negócios Estrangeiros de "…factos de certa importância…" que estão relacionados com o comportamento dos militares norte-americanos no porto de Ponta Delgada e que parecem ter a ver com usurpação de funções. Designadamente, os militares dos EUA abordam navios nacionais e estrangeiros que entram no porto, interrogando a tripulação sobre "…nome do navio e do capitão, procedência, destino, dias de viagem, número de tripulantes, armamento e munições dos navios, navios encontrados durante a viagem, etc." Os próprios navios de defesa marítima portugueses são, por vezes, abordados, o que provoca situações "…embaraçosas…" quando as tripulações portuguesas recusam responder aos interrogatórios.

O sentimento que são os norte-americanos a mandar na defesa de Ponta Delgada é partilhado pelo Comandante do cruzador Vasco da Gama e responsável pela Defesa Marítima dos Açores, que, numa comunicação ao Ministério da Marinha de 23 de Março de 1918[508], considera-se em situação "…muito difícil…", uma vez que, por falta de meios militares portugueses, só tem duas alternativas: "…ou terei que me subordinar ao Almirante americano ou ficarei completamente inativo pelo que respeita a vigilância e defesa por mar". Numa segunda comunicação, de 27 de

[507] Comunicação do Ministro da Marinha ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, 1 de abril de 1918. MNE-AHD-PBNA.
[508] Comunicação do Comandante do Vasco da Gama ao Ministro da Marinha, 23 de março de 1918. MNE-AHD-PBNA.

abril de 1918[509], o Comandante do Vasco da Gama dá conta que a abordagem dos norte-americanos aos navios que entram ou estão estacionados em Ponta Delgada, chegou ao próprio cruzador português. Um guarda-marinha do navio de transporte norte-americano *Hancook*, que acabara de chegar a Ponta Delgada, dirigiu-se ao Vasco da Gama e tentou obter informações sobre o navio junto do próprio Comandante. "Fiz-lhe notar muito delicadamente que parecia que os nossos papéis estavam invertidos", escreve o Comandante, antes de informar que recusou fornecer qualquer dado.

O Comandante Neuparth, no mesmo documento[510], relata outro aparente mal-entendido, que ocorre quando o comandante da canhoeira norte-americana *Mariette* se desloca ao Vasco da Gama pedindo que o cruzador proceda a uma operação de escolta. "Respondi-lhe que este navio era para ser comboiado e não para comboiar…", refere o Comandante do Vasco da Gama. Dada a próxima chegada de dezenas de navios de guerra dos EUA, Neuparth coloca a hipótese de o objetivo ser afastar o Vasco da Gama de Ponta Delgada, parecendo-lhe fazer esta hipótese sentido uma vez que o Almirante Dunn terá dito, logo à chegada do Vasco da Gama, que seria conveniente que o navio fosse estacionar para a ilha do Faial. A verdade é que, pouco tempo depois deste episódio, o Alto-Comissário para os Açores ordena que o Vasco da Gama se desloque para a Horta (ilha do Faial), ordem a que Neuparth obedeceu sob protesto[511]. Aliás, as relações entre o Alto-Comissário e Neuparth nunca terão sido boas, começando mesmo logo que o Comandante do Vasco da Gama recebeu, no navio, o Alto-Comissário, encontro de que deu conta ao Major General da Marinha em comunicação de 27 de Abril de 1918[512]. Tendo o Alto-Comissário, nessa visita, convidado Neuparth a exercer o cargo de Comandante da Defesa Marítima dos Açores, este informa ter anuído, embora "…vendo (…) muito diminuídas com a sua presença as responsabilidades do cargo".

2. Sentimento popular pró-americano

A 26 de julho de 1917[513], o Comando Militar de Ponta Delgada, explicando telegrama anterior, dá conta ao Comando Militar dos Açores da situação em São Miguel na sequência do ataque alemão à cidade e da defesa garantida pelo navio norte-americano *Orion*. A população ficou em

[509] Comunicação do Comandante do Vasco da Gama ao Major General da Armada, 27 de abril de 1918. MNE-AHD-PBNA.
[510] Comunicação do Comandante do Vasco da Gama ao Major General da Armada, 27 de abril de1918. MNE-AHD-PBNA.
[511] Cf. Telo, A. J. (1993). *Op. cit.*
[512] Comunicação do Comandante do Vasco da Gama ao Major General da Armada, 27 de abril de 1918. MNE-AHD-PBNA.
[513] Comunicação do Comando Militar de Ponta Delgada ao Comando Militar dos Açores, 3 de Agosto de 1917. AHM-PBNPDL , doc. 139.

estado de "…excitação e alarme…", estado que a Imprensa "..exacerba…". O Comando dá conta de uma manifestação que esteve para ser feita perante o consulado dos EUA e que foi proibida pela autoridade administrativa, sem que, no entanto, tal proibição tenha serenado os ânimos. O comércio deveria fechar no dia 13 de Julho, incorporando na manifestação populares das freguesias de Arrifes e Fajãs. O Comando decidiu colocar a guarnição de prevenção, pretendendo assim evitar que militares se incorporassem na manifestação "…comprometendo-se e conspurcando a farda…". A manifestação não se realizou, mas os ânimos continuaram exaltados, falando-se em Ponta Delgada na possibilidade de confrontos violentos entre "germanófilos" e "americanófilos", que acabaram por não ocorrer.

Num documento enviado pelo Comando Militar de Ponta Delgada ao Comando Militar dos Açores, com data de 2 de Agosto de 1917[514], é pormenorizada a reação em Ponta Delgada ao ataque do submarino alemão *U-155*. O documento considera "…antipatriótico e ridículo…" o ambiente de agradecimento que se gerou, face à ação do *Orion*, por parte da população local, falando mesmo em "…subserviência…", embora "…inconsciente…" As culpas são atribuídas à imprensa local pela orientação que imprimiu às reportagens sobre o acontecimento, lamentando o Comando que a censura não tenha atuado. A ação da Imprensa terá induzido "…o medo e a autosugestão…", ao ponto de populares *verem* submarinos inexistentes quase todas a noites, chegando mesmo a *ouvir* tiroteios que nunca ocorreram.

Os agradecimentos de Ponta Delgada são correspondidos pelos EUA. A 27 de Maio de 1918[515], o Ministro dos EUA em Lisboa comunica ao Ministério dos Negócios Estrangeiros o agradecimento do Governo norte-americano pela oferta ao Comandante do *Orion*, pelo povo de Ponta Delgada, de uma salva de prata em reconhecimento pela ação do navio contra o submarino alemão que atacou a cidade. O Ministro pede, em nome do Governo dos EUA, que os agradecimentos sejam transmitidos aos "…citizens of Ponta Delgada".

O Comandante do Cruzador Vasco da Gama, numa comunicação ao Ministério da Marinha datada de 23 de Março de 1918[516], dá conta do "…estado moral…" em que encontra a população da ilha de São Miguel. Para o Comandante Neuparth, o povo tem visto nos americanos "…um manancial de riqueza, considerando-os como os salvadores da terra…" e receando que possam partir, isto porque "…os americanos espalham ouro…", chegando a pagar pelos produtos que compram mais do que lhes é pedido. Além disso, o episódio do *Orion* "…deu ocasião a que o povo, vendo-se abandonado pela metrópole, festejasse entusiasticamente

[514] Comunicação do Comando Militar de Ponta Delgada ao Comando Militar dos Açores, 2 de Agosto de 1917. AHM-PBNPDL , doc. 141.
[515] Comunicação do Ministro dos EUA em Lisboa ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, 27 de maio de 1918. MNE-AHD-PBNA.
[516] Comunicação do Comandante do Vasco da Gama ao Ministro da Marinha, 23 de março de 1918. MNE-AHD-PBNA.

os americanos e os considerasse seus salvadores". Neuparth vê os micaelenses americanizados pela emigração para os EUA e com tendências para o separatismo. Para o Comandante, Lisboa "…tem que fazer alguma coisa em defesa das ilhas, para não entregar estas a estrangeiros como atualmente acontece". Propõe que Portugal aposte na defesa de Ponta Delgada, colocando no mar poder militar idêntico ao que os EUA têm na sua base e montando em terra as peças de 20 cm do Vasco da Gama, com calibre superior às peças norte-americanas instaladas ou em instalação e de tiro rápido. Assim poderia Portugal ter em Ponta Delgada forças capazes de alternar com os norte-americanos em missões de vigilância, "…trabalhando de concerto". Neuparth está convencido que a sua proposta teria "…um enorme efeito moral…", uma vez que a população "…já não poderia dizer que estava apenas defendida por estrangeiros, assistindo os nacionais completamente indiferentes a esta invasão de atribuições".

A 10 de Abril de 1918[517], Sidónio Paes, que tinha recebido o relatório do Comandante do Vasco da Gama a partir do Ministério da Marinha, responde dando conta do seu acordo em relação às preocupações de Neuparth no que diz respeito à "…vantagem de contribuirmos para melhorar as condições de defesa de Ponta Delgada". De facto, concorda apenas com a colocação em terra das peças do cruzador, o que não chega a acontecer, porque entretanto o cruzador é mandado estacionar no porto da Horta. Quanto a navios de guerra, alega falta de conhecimento para responder afirmativamente. No entanto, a grande preocupação de Paes, que se mostra preocupado com o enquadramento internacional da situação, tem a ver com a necessidade de dar às medidas de defesa a adotar "…todo o caráter de colaboração leal e confiada com a missão americana, de modo que não possam parecer inspiradas por desconfiança ou propósitos de exclusão contra aqueles nossos aliados". Sidónio Paes valoriza as boas relações que o Alto-Comissário para os Açores consiga estabelecer com os norte-americanos e, em última instância, entrega as decisões sobre defesa "…à comissão encarregada de estudar a Defesa dos Açores".

A 14 de Junho de 1918[518], o Comandante do Vasco da Gama volta a pronunciar-se sobre o que parece ser uma operação de *soft power* dos EUA em São Miguel. Um navio norte-americano descarregou em Ponta Delgada "…uma enorme quantidade de farinha…", que foi distribuída pelo preço do mercado americano e sem encargos de transporte". O navio descarregou também cimento em "…grande quantidade…", comentando Neuparth não perceber "…que qualidade de construção querem fazer para absorver tanto cimento". No regresso aos EUA, o mesmo navio levaria mercadoria de São Miguel (chá, ananás. etc.) e, no retorno, traria mercadoria dos EUA para São Miguel, tudo isto sem que exportadores e importadores tivessem que pagar o custo do transporte. Para o Comandante do Vasco da Gama, juntando estas situações a festas de caridade

[517] Comunicação de Sidónio Paes ao Ministro da Marinha, 10 de abril de 1918. MNE-AHD-PBNA.
[518] Comunicação do Comandante do Vasco da Gama ao Major General da Armada, 14 de junho de 1918. MNE-AHD-PBNA.

sistematicamente promovidas pelos norte-americanos, fica demonstrado que eles "…tratam atualmente mais da terra que do mar…", tendo por objetivo "…captarem simpatias da população". Neuparth insiste na proposta de reforço da presença militar portuguesa, que havia formulado na comunicação anterior, "…para mostrar aos açorianos que o governo da metrópole os não abandona e cuida da sua defesa e assim contrabalançar a política de atracão americana que com boa tática sabe fazer vibrar as cordas sensíveis do povo, com facilidades comerciais e a sua filantropia…"

3. O fantasma da permanência depois da guerra

A 3 de novembro de 1919[519], o responsável da Defesa Marítima dos Açores escreve ao Ministério da Marinha dando conta de efeitos positivos na população de declarações do Presidente do Conselho e Ministro dos Negócios Estrangeiros acerca do estabelecimento nos Açores de uma base naval exclusivamente portuguesa (Faial). Tais declarações, lê-se no documento, "…produziram aqui a melhor impressão". Porém, a Defesa Marítima teme as consequências de os norte-americanos estarem a anunciar que "…a sua base naval…" em Ponta Delgada ficará concluída em janeiro de 1920, pelo que pede autorização para "…desmentir por qualquer meio de propaganda essa notícia…" Tais medos, que, aliás, também chegaram à Câmara dos Deputados, em Lisboa, não tinham, porém, razão de ser. O Ministro dos Negócios Estrangeiros, ao procurar pôr um ponto final na questão, levantada na Câmara dos Deputados com insistência, pronuncia-se nos seguintes termos: "Em Ponta Delgada vai ser efetivamente estabelecida uma base naval – tenho a viva satisfação de o comunicar à Câmara –, mas ela será, como não poderia deixar de ser, exclusivamente portuguesa"[520]. A temida base norte-americana em Ponta Delgada, que marcaria a presença militar estrangeira nos Açores no pós-guerra, nunca foi, de facto, constituída. Aliás e tendo em atenção experiências em outros país, em particular na área das Caraíbas[521], poderia colocar-se uma questão que do ponto de vista português ainda seria mais grave e que teria a ver com eventuais interesses territoriais norte-americanos nos Açores. Mas esse perigo foi descartado no início de 1918 pelo próprio Almirante Dunn. Em telegrama enviado ao Ministro do Interior a 28 de janeiro de 1918[522], o Governador Civil do Distrito de Ponta Delgada comunica ter recebido o Almirante Dunn, que lhe terá garantido não terem os

[519] Comunicação do Comando da Defesa Marítima dos Açores ao Ministério da Marinha, 3 de novembro de 1919. MNE-AHD-PBNA.
[520] Barreto, M. (Ministro dos Negócios Estrangeiros) (28 de outubro de 1919). Câmara dos Deputados, IV Legislatura, Sessão Legislativa 01, nº 070. *Assembleia da República Web site*. Acedido em janeiro de 2015, disponível em http://debates.parlamento.pt/catalogo/r1.
[521] Cf. Krepinevich, A.&Work, R. O. (2007).*Op. cit.*
[522] Carta do Governador Civil do Distrito de Ponta Delgada ao Ministro do Interior, 28 de janeiro de 1918. AHM-PBNPDL , doc. 25.

EUA qualquer intenção de adquirir direitos territoriais nos Açores. Os norte-americanos cumpriram, também neste particular, a sua palavra.

4. Conflitos (quase) permanentes

Segundo Telo[523], a convivência entre norte-americanos e portugueses à volta da Base Naval de Ponta Delgada é sempre marcada pelo facto de a instalação da infraestrutura não ter sido precedida de um acordo formal, muito menos de um debate sobre o relacionamento futuro entre os dois países. Desde logo e por falta de meios próprios, Portugal acaba por entregar aos EUA o cumprimento parcial de funções como a defesa dos portos e a escolta das ligações entre o continente e as ilhas. Estas funções assumidas pelos EUA são particularmente mal vistas pela Marinha portuguesa, que aliás está incomodada por possíveis pretensões futuras dos EUA sobre os Açores, hipótese que é alimentada pela Alemanha[524]. A ambiguidade criada em Ponta Delgada interessa, aliás, a Inglaterra, que dá mostras de preferir que "…as futuras relações com os EUA não sejam discutidas"[525].

5. A questão da (talvez) independência dos Açores

A 8 de janeiro de 1919, a Legação de Portugal em Washington comunica ao Ministério dos Negócios Estrangeiros as novidades da imprensa de Boston sobre os Açores[526]. O *Jornal Português* de New Bedford conta que "…um Almirante…" (trata-se de Dunn, segundo confirmação posterior do Alto-Comissário para os Açores) se deslocou a Paris com "…um açoriano importante…" para instar pela independência dos Açores junto da Conferência de Paz[527]. O documento refere ser "…indispensável…" remover o mais rapidamente possível a base naval norte-americana nos Açores. A Legação de Portugal em Paris, a 14 de janeiro de 1919[528], informa o Ministério dos Negócios Estrangeiros que irá, "…sendo possível…", sondar sobre o assunto, ao qual não atribui, "…ao menos por agora…", grande gravidade. A 17 de

[523] Telo, A. J. (1993). *Op. cit.*
[524] A imprensa alemã afirma que o desejo dos EUA é separarem os Açores de Portugal, aproveitando o estado de guerra, sendo este alegado desejo apoiado por parte da população, que vê nos EUA "…a origem de uma grande prosperidade económica". Comunicação da Legação de Portugal na Suíça ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, 11 de abril de 1919. MNE-AHD-PBNA.
[525] Telo, A. J. (1993). *Op. cit.*, p. 150.
[526] Telegrama da Legação de Portugal em Washington ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, 8 de janeiro de 1919. MNE-AHD-PBNA.
[527] Na realidade, a visita a Paris do Almirante Dunn destinou-se a reuniões com o Almirante Sims, responsável naval norte-americano na Europa. Cf. Telo, A. J. (1993). *Op. cit.*
[528] Telegrama da Legação de Portugal em Paris ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, 14 de janeiro de 1919. MNE-AHD-PBNA.

janeiro de 1919[529], a legação de Portugal em Paris dá conta de um encontro com um almirante francês bom conhecedor dos Açores. Embora não adiantando pormenores, o almirante é citado como tendo aconselhado Portugal a dar atenção aos Açores, achando mesmo conveniente indagar através do Alto-Comissário se existe descontentamento entre a população açoriana[530]. Mais aconselhou que sejam utilizados "…todos os meios…" para satisfazer os desejos e os pedidos açorianos. O telegrama fecha com uma recomendação: "Indispensável neste momento fazer a maior política de atração nos Açores". A resposta do Alto-Comissário para os Açores, dirigida ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, está datada de 26 de janeiro de 1919[531] e confirma a deslocação a Paris do Almirante Dunn na companhia de um açoriano. O Alto-Comissário não conhece o objetivo da visita, mas informa que o açoriano é o seu próprio assessor, "…doutor (José) Bruno (Carreiro) de Ponta Delgada".

5.1. Um percurso entre autonomia, independência e separatismo

Para compreender as reações provocadas pela viagem de José Bruno Carreiro a Paris na companhia do Almirante Dunn é preciso entender que a autonomia e nalguns momentos a independência, muitas vezes confundida com administração tutelada por outra potência que não Portugal, são fenómenos endémicos nos Açores que remontam ao próprio povoamento das ilhas e estão relacionados com sensação de abandono por parte de sucessivos governos centrais e projeção local de desorganização política, administrativa e económica continental (o problema das chamadas crises)[532]. Ao longo do século XIX e projetando-se para o início do século XX muito por expetativas criadas à volta da Base Naval montada pelos EUA em Ponta Delgada, assiste-se ao que é habitualmente designado por separatismo, que pugna não por uma organização estatal própria, mas por uma mudança de tutela. Tais ideias, reacionadas com uma ligação política aos EUA, podem ser identificadas já na segunda metade do século XIX, como vimos. Aliás, o papel dos norte-americanos nas independências sul-americanas e das Caraíbas, algumas tuteladas, a emigração açoriana para a América e episódios como a alimentação do povo do Faial em tempos de crise pelos cônsules norte-americanos Dabney, contrapondo-se ao

[529] Telegrama da Legação de Portugal em Paris ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, 26 de janeiro de 1919. MNE-AHD-PBNA.
[530] O entendimento francês, tal como foi expresso pelo diplomata Daescher, sobre o pensamento norte-americano para os Açores não admitia uma base permanente, mas sim o aproveitamento da situação criada com a Base Naval para conseguir no futuro concessões ou privilégios relacionados com depósitos de carvão e telegrafia sem fios. Cf. Ferreira, J. M. (1992). *Portugal na Conferência de Paz. Paris, 1919*. Lisboa: Quetzal Editores.
[531] Telegrama do Alto-Comissário para os Açores ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, 8 de janeiro de 1919.MNE-AHD-PBNA.
[532] Cf. Meneses, A. F. (Coord.) (2012). *Op. cit*.

centralismo distante de Lisboa, foram contribuindo para a construção de um clima pró-americano e separatista nas ilhas[533].

5.2. Um novo impulso ao separatismo

Com a presença dos EUA em São Miguel durante a I Guerra Mundial, o separatismo sobe de tom entre as elites locais e mesmo entre os populares, também por conta da incapacidade portuguesa para proteger militarmente as ilhas, função que os EUA iam cumprindo. Porém, como ocorreu em outros períodos da História dos Açores, as alusões mais explícitas ao separatismo vinham da comunicação social de raiz açoriana nas comunidades emigradas nos EUA[534]. Em São Miguel o discurso separatista na comunicação social ganha contornos mais explícitos sobretudo a partir da transcrição, embora censurada, de artigos publicados em jornais das comunidades emigradas, aliás contrapostos por artigos, outras publicações e conferências de origem local que apelam à autonomia[535]. O tom inverte-se a partir do regresso do Almirante Dunn a casa e sobretudo a partir do encerramento da Base Naval. O novo discurso, com início em Angra do Heroísmo (ilha Terceira), identifica o separatismo sobretudo nas comunidades açorianas emigradas nos EUA[536], enquanto em São Miguel as razões de descontentamento dos açorianos são canalizadas já não para a independência ou para o separatismo tutelado pelos EUA, mas sim para a autonomia[537]. Iniciava-se aqui um novo debate sobre o destino dos Açores, agora marcado pela autonomia, embora com diversos matizes, que vão desde integral a meramente administrativa. A derrota do independentismo ou separatismo inspirado na Base Naval de Ponta Delgada pode ser identificada numa carta datada de 12 de outubro de 1919, assinada por personalidades açorianas e dirigida ao Governo dos Estados Unidos, na qual é solicitado apoio a um movimento de autonomia dos Açores, com ou sem ligação aos EUA. Telo[538], que divulga a carta, omite os nomes das personalidades signatárias. O documento foi arquivado pelo Departamento de Estado sem mais desenvolvimentos.

5.3. A viagem de José Bruno Carreiro

[533] Cf. Monjardino, A. (2008). *Op. cit.*
[534] Telegrama da Legação de Portugal em Washington ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, 18 de janeiro de 1919. MNE-AHD-PBNA. O telegrama informa que "Jornal Português de New Bedford costuma campanha favor de independência Açores". Cf., também: Monjardino, A. (2008). *Op. cit.*
[535] Cf. Por Portugal e pelos Açores, 1 de fevereiro de 1919. *Açoriano Oriental*; Ribeiro, L. S. (1919). *Os Açores de Portugal*. Angra do Heroísmo: Livraria Editora Andrade.
[536] Cf. A Independência dos Açores, 16 de abril de 1919. *A União*. O jornal A União, entretanto extinto, era propriedade da Diocese de Angra.
[537] Cf. A Autonomia dos Açores, 24 de abril de 1919. *Diário dos Açores*.
[538] Telo, A. J. (1993). *Op. cit.*

José Bruno Carreiro é um autonomista reconhecido nos Açores e considerado seguro nessa linha pelos seus pares. Autonomistas do presente consideram-no incapaz de pugnar por uma solução para os Açores fora de um sistema de autonomia integrado no Estado português, sendo descartada a mera sugestão de ter tentado integrar as ilhas na soberania norte-americana[539]. No entanto, há informações que podem apontar noutro sentido. O diretor da Casa dos Açores no Rio de Janeiro em 1959 relata um encontro que manteve, nesse ano, com o Embaixador e ex-Ministro das Relações Exteriores e da Fazenda no Brasil no qual Osvaldo Aranha lhe terá confidenciado ter obtido do Presidente Roosevelt, nos EUA, a informação de que, enquanto subsecretário da Marinha, passou por Ponta Delgada aquando da guerra 1914/18 (a visita ocorreu em Julho de 1918), tendo recebido, a pedido do Almirante Dunn, "…uma figura proeminente na política local…", que lhe terá dito "…que os açorianos – sentindo-se completamente abandonados pelo poder central, que somente os sobrecarregava de impostos sem atender às necessidades das populações – pretendiam separar-se de Portugal e integrar-se como um Novo Estado na Federação Americana". Roosevelt recusou a oferta, alegando ser Portugal "…bom amigo da América"[540].

Não se sabe ao certo se a personalidade recebida por Roosevelt em Ponta Delgada seria ou não José Bruno Carreiro. Porém, as relações do autonomista e assessor do Alto-Comissário – ele próprio considerado um amigo dos norte-americanos -, com o Almirante Dunn sugerem que fosse ele o açoriano do encontro, até porque o Comandante da Base Naval insistiu com Roosevelt para que a audiência se realizasse. Prova das boas relações entre as duas personalidades é o convite de Dunn para que José Bruno Carreiro o acompanhe na sua viagem a Londres e Paris. O que se passou durante essa viagem? Desde logo, Dunn foi tentar junto do Almirante Sims a permanência da Base Naval[541], o que, a ter sido possível, tenderia a manter ativo o fogo do separatismo. Terá José Bruno Carreiro mantido encontros com personalidades norte-americanos, por exemplo à margem da Conferência de Paz de Paris? Não são conhecidos documentos que o comprovem. Porém, a imprensa das comunidades açorianos nos EUA, num despacho datado de Ponta Delgada, dá conta que Dunn e Carreiro iriam à Conferência de Paz de

[539] Cf. Bento, C. M. (1995). José Bruno Carreiro. Autonomista e Escritor. *Carlos Melo Bento Web site*. Acedido em dezembro de 2015, disponível em http://carlosmelobento.blogspot.pt/2008/02/jos-bruno-carreiro.html. "A guerra cimentou uma grande amizade entre o nosso biografado e o almirante Dunn comandante da Base americana que, terminado o conflito, o levou em *destroyer* para Londres e daí para Paris, chegando a deslocar-se às trincheiras da Flandres, dando-lhe a honra de participar em reuniões com os estados-maiores aliados. Data dessa época o boato, infelizmente aproveitado, de que José Bruno nos queria vender aos americanos... atoarda que ele suportou com benévola indiferença".

[540] Pamplona, M. B. S. C. R. (1986). Apontamentos da Entrevista com o Dr. Osvaldo Aranha, Antigo Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Antigo Embaixador do Brasil nos EU da América. *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, Vol. XLIV, pp. 505-507. A publicação do texto é da responsabilidade de Álvaro Monjardino, que o recebeu de Mariano Pamplona quando exercia responsabilidades governativas em Lisboa, em finais dos anos setenta do século XX.

[541] Cf. Telo, A. J. (1993). *Op. cit.*

Paris instar pela independência dos Açores, tendo por objetivo colocar as ilhas sob protetorado dos EUA. A relação dessa viagem com a independência ou o separatismo açoriano continua por conhecer. Porém, o facto de a Conferência de Paz de Paris só ter começado a 18 de Janeiro de 1919, quando Dunn e Carreiro regressam aos Açores a 10 de Janeiro desse ano, retira credibilidade à hipótese de terem decorrido quaisquer conversas, pelo menos no tempo da Conferência.

O que atrás fica referido parece deixar claro que o impacto da presença norte-americana nos Açores na I Guerra Mundial aprofundou o pró-americanismo latente na população local (particularmente por via da emigração para os EUA), chegando a continuação da base para além da guerra a ser manifestamente desejada; libertou ideias independentistas latentes e particularmente terá induzido um novo ânimo a ideias separatistas e de ligação política ao Estado norte-americano que vinham desde a segunda metade do século XIX e que são realaboradas sobretudo a partir das comunidades açorianas emigradas nos EUA, tendo seguidores locais partricularmente em São Miguel. Este ambiente é particularmente sentido pela cúpula militar nos Açores (sobretudo junto da Marinha, da qual provêm conselhos para ações de atração (*soft power*) portuguesa que cativem os habitantes) e leva mesmo a que responsáveis diplomáticos de potências estrangeiras (no caso a França) aconselhem medidas que contabalancem a influência norte-americana nas ilhas. O facto de os Açores não terem ainda autonomia política terá limitado as consequências deste ambiente na relação política Açores-Lisboa. A desmobilização da base parece ter (re)adormecido as ideias independentistas/separatistas, concentrando-se as elites locais na velha aspiração autonomista, embora em modelos ainda, à altura, não consensualizados.

Secção II – Contrapartidas

1. O Ministro "lembrou-se"…

O Ministério da Marinha "…lembrou-se…" (é esta a expressão utilizada), em documento enviado ao Ministro dos Negócios Estrangeiros a 14 de Janeiro de 1918 e assinado pela próprio Ministro da Marinha[542], que a presença norte-americana nos Açores deveria ser alvo de um acordo com dois objetivos centrais – por um lado, regular a ação militar dos EUA e de Portugal nos Açores e, por outro, exigir compensações "…de interesse geral e militar…" face à presença norte-americana nas ilhas. Até ao momento não tinham sido definidos "…plano algum de

[542] Comunicação do Ministro da Marinha ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, 14 de janeiro de 1918. MNE-AHD-PBNA.

cooperação militar, nem recompensas de qualquer natureza…" A Marinha lembrou-se que poderiam ser conseguidos dos norte-americanos meios para montar a defesa marítima, terrestre e aérea dos Açores.

O referido documento[543] tem em anexo um "Projeto de Acordo" que, no essencial e em troca das facilidades existentes e de outras a conceder, pretende que os EUA forneçam a Portugal "…os aparelhos motores, vedetas e gasolinas e óleos, maquinismos, ferramentas e matérias-primas necessárias à instalação e manutenção em ativo serviço dos centros de aviação marítima da Horta e da Praia da Vitória (Terceira), e baterias, barragens, defesas submarinas e instalação radiotelegráficas". Pretende ainda o projeto de acordo que os EUA admitam "…nas suas escolas de aviação e oficinas e fábricas de material aeronáutico…" portugueses destinados a especializarem-se nos vários ramos da aviação. Por fim, os EUA deveriam fornecer a Portugal "…embarcações e gasolina e petróleo…" para as comunicações entre as ilhas dos Açores. O material a fornecer seria pago ao preço de custo.

2. Alguns aviões, poucos canhões e outras peças

A proposta anteriormente referida parece ter sido repescada no acordo estabelecido entre os governo dos EUA e de Portugal a 14 de junho de 1918[544], mas de forma muito parcelar, ficando prevista apenas a montagem de um centro de aviação marítima na cidade da Horta (Faial), sendo o material pago pelo governo português a preço de custo[545]. Esta contrapartida é reivindicada pelo Alto-Comissário para os Açores em documento enviado a 30 de agosto de 1918[546] ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, no qual afirma ter obtido "…da parte dos americanos a substituição da sua base platónica (…) por uma importante base naval de combate". Acrescenta que a criação da base naval portuguesa na Horta, com apoio norte-americano, foi também proposta sua, aprovada pelo Governo e para a qual "…o Governo norte-americano tem sido de incomparável gentileza, auxiliando-nos com a venda importante de material de que carecíamos".

[543] Comunicação do Ministro da Marinha ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, 14 de janeiro de 1918. MNE-AHD-PBNA.
[544] Acordo entre os Governos dos Estados Unidos e Português para o Estabelecimento de Centro de Aviação Marítima em Ponta Delgada e Horta, 14 de Junho de 1918. MNE-AHD-PBNA.
[545] A aviação naval é uma novidade em Portugal. Segundo Telo (Cf. Telo, A. J. (1993). *Op. cit.*), a base da Doca do Bom Sucesso, Lisboa, a primeira existente em Portugal, é inaugurada em dezembro de 1917 com dois hidroaviões montados em Vila Nova da Rainha. Significa isto que a base montada na Horta com equipamento norte-americano é praticamente uma novidade no país. O primeiro-tenente Adolfo Trindade, acompanhado de dois sargentos e 17 praças, é destacado em 1918 para montar o centro de avião naval da Horta. Conforme resulta dos termos do acordo, Adolfo Trindade está por completo dependente do material e da formação fornecidos pelos EUA.
[546] Comunicação do Alto-Comissário para os Açores ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, 30 de agosto de 1918. MNE-AHD-PBNA.

A 16 de janeiro de 1919[547], o Ministro dos EUA em Lisboa comunica ao Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal a decisão norte-americana, na sequência do próximo encerramento da Base Naval de Ponta Delgada, de oferecer as peças de artilharia naval montadas em terra na ilha de São Miguel, incluindo munições. Portugal aceitou a oferta, sendo a ordem para receber o material datada de 25 de outubro de 1920[548]. O processo de doação prolongou-se no tempo por necessitar de aprovação pelo Congresso dos EUA. Na parte final da guerra, os EUA forneceram a Portugal canhões para equipar navios e cargas de profundidade que conferiram alguma credibilidade ao serviço de escolta por meios navais portugueses de navios mercantes nas rotas entre o continente e as ilhas[549]. Portugal tenta também obter *destroyers* junto dos EUA, mas recebe resposta negativa, conseguindo apenas promessas vagas em relação a um futuro não especificado[550]. O Ministro da Marinha, em resposta a um deputado açoriano que se queixa de má defesa das ilhas, confirma na Câmara dos Deputados a tentativa, que falhou, de "comprar" seis *destroyers* aos EUA, fazendo-o em termos que parecem deixar transparecer impotência: "Talvez se a América nos quiser vender os seis *destroyers*, cuja compra lhe propusemos, possamos mandar para as ilhas um deles"[551].

3. Bens adquiridos e bens perdidos

Aquando do desmantelamento da base naval dos EUA em Ponta Delgada, os norte-americanos decidiram-se por vender em São Miguel material diverso, maquinaria pesada e até bens alimentícios que não pretendiam transportar de regresso a casa. O assunto foi levado à Câmara dos Deputados pelo parlamentar Augusto Arruda[552], tendo um objetivo duplo: por um lado, isentar de taxas alfandegárias a compra pelos corpos administrativos de Ponta Delgada e, por outro, agilizar o processo de aquisição para que o material não se perdesse ou regressasse aos

[547] Comunicação do Ministro dos EUA em Lisboa ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, 16 de janeiro de 1918. MNE-AHD-PBNA.
[548] Comunicação do Ministério da Guerra ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, 25 de outubro de 1920.MNE-AHD-PBNA.
[549] Cf. Telo, A. J. (1993). *Op. cit.* Refira-se, a propósito, que, segundo declarações de deputados açorianos na Câmara dos Deputados, a navegação mercante para os Açores durante a guerra ocorreu "…duma maneira caótica, anárquica e completamente insuficiente", chegando-se ao ponto de os povos insulares ficarem "…quási completamente privados de comunicações com o continente". Medeiros, H. (13 de agosto de 1917). Câmara dos Deputados, II Legislatrura, Sessão legislativa 02, nº 118. *Assembleia da República Web site*. Acedido em janeiro de 2015, disponível em http://debates.parlamento.pt/catalogo/r1.
[550] Cf. Livermore, S. W. (Setembro de 1948).*Op.cit.*
[551] Pedroso, A. (Ministro da Marinha (4 de julho de 1917). Câmara dos Deputados, II Legislatura, Sessão Legislativa 02, nº 095. *Assembleia da República Web site*. Acedido em janeiro de 2015, disponível em http://debates.parlamento.pt/catalogo/r1.
[552] Arruda, A. (18 de agosto de 1919). Câmara dos Deputados, IV Legislatura, Sessão Legislativa 01, nº 044. *Assembleia da República Web site.* Acedido em janeiro de 2015, disponível em http://debates.parlamento.pt/catalogo/r1.

EUA por falta de interesse local em tempo útil. Os preços de transferência dos bens são considerados "…módicos…" e os bens úteis, desde logo para socorrer as vítimas de um vendaval que há poucos dias assolara São Miguel. A iniciativa obteve o apoio do Ministro das Finanças, Rego Chaves, sendo de imediato aprovada. O mesmo aconteceu pouco depois no Senado da República.

A pressa do deputado Augusto Arruda parece estar relacionada com uma tentativa anterior de comprar equipamento disponibilizado pelos norte-americanos quando retiraram de Ponta Delgada os seus equipamentos ligados à força de hidroaviões. À altura foram disponibilizados, "…a preços vantajosos…", dois hidroaviões, três lanchas a gasolina e diverso material de oficina, contando-se entre este "…o que há de melhor em relação a tornos elétricos e mecânicos". O oficial aviador Adolfo Trindade foi encarregue de avaliar o material, tendo concluído que 48 contos seriam um preço justo. O Alto-Comissário mandou oferecer 12 contos. Porém, o processo burocrático demorou tanto que quando as autoridades portuguesas estavam preparadas para avançar com a sua proposta, os norte-americanos já tinham levantando ferros há cerca de quatro a cinco horas, levando o material consigo[553]. O negócio, como se percebe, não se concretizou.

4. Portugal, a América e os Açores na Conferência de Paz

Com o Armistício assinado a 11 de novembro de 1918, logo começaram os preparativos para a Conferência de Paz, que ocorreu em Paris em 1919. A primeira reunião teve lugar a 18 de janeiro. Enquanto beligerante, Portugal teve acesso às reuniões. Participaram na conferência 32 países, sendo excluídos os derrotados: Alemanha, Áustria e Turquia. A Rússia, envolvida numa guerra civil, também não participou nas reuniões. Embora as grandes potências reconhecidas fossem cinco, as grandes decisões foram tomadas pelos EUA, pela Inglaterra e pela França, sendo secundarizados o Japão e a Itália[554]. Para perceber a postura de Portugal na Conferência - designadamente no que diz respeito à relação quase inexistente com os EUA e ao desaproveitamento da presença norte-americana nos Açores durante a guerra como instrumento tanto de aproximação à potência do futuro, como facilitador na prossecução de objetivos[555] - parece-nos ser útil uma breve abordagem às motivações que determinam a entrada de Portugal na Guerra.

[553] Arruda, A. (18 de agosto de 1919). Câmara dos Deputados, IV Legislatura, Sessão Legislativa 01, nº 044. *Assembleia da República Web site*. Acedido em janeiro de 2015, disponível em http://debates.parlamento.pt/catalogo/r1.
[554] Cf. Gaspar, C. (2007). Portugal, os Pequenos Estados e a União Europeia. *Nação e Defesa*, nº 118, pp. 107-145.
[555] Cf. Ferreira, J. M. (1992). *Op. cit.*

4.1. Os caminhos que vão dar à guerra

O início da I Guerra Mundial apanha Portugal num período conturbado da sua vida interna e da sua relação com o exterior. A República era ainda muito jovem (implantara-se em 1910), carecia de reconhecimento internacional de facto e de financiamento exterior e nas suas hostes reinava a discórdia. Este quadro acabou por afetar o pensamento sobre a postura a adotar por Portugal face à guerra[556]. Do debate relativo aos interesses nacionais e à guerra, Fraga isola as posturas que lhe parecem essências:

> Na ordem externa pesavam três fatores: a manutenção da soberania sobre as colónias, a independência nacional em face de uma possível ação hegemónica de Espanha e o desejo de pelo menos politicamente pôr fim à subalternidade perante a Grã-Bretanha. Na ordem interna impunham-se dois motivos: ou conseguir a restauração da Monarquia, ou pôr cobro à desordem que imperava nas hostes republicanas e às ambições monárquicas. Por fim, extremavam-se dois campos - os simpatizantes da vitória dos aliados e os adeptos da vitória da Alemanha[557].

A aliança anglo-lusa colocou desde o início da guerra a possibilidade de Portugal optar por uma posição beligerante. Nas primeiras comunicações havidas com o governo inglês após a declaração de guerra, as autoridades de Lisboa, referindo embora ser desejo do país manter um estatuto neutro, deixam claro que em nenhum caso a Inglaterra deixaria de contar com Portugal. Nessas comunicações, Portugal não deixou de expressar o interesse na defesa das colónias de África contra qualquer golpe de mão[558]. A questão foi colocada por Lisboa aos Negócios Estrangeiros britânicos no sentido de pedir o conselho inglês sobre a atitude a adotar, "…uma vez que os valores da aliança pareciam sobrepor-se aos interesses nacionais ou, pelo menos, estes estavam dependentes daquela"[559]. De acordo com Fraga, Londres aconselhou que Portugal se declarasse não neutral e não beligerante, o que ocorreu num texto ambíguo apresentado ao Congresso da República a sete de agosto de 1914[560]. Assim se manteve Portugal até Março de 1916[561].

---

[556] Cf. Ramos, R. (1994). As Guerras da República (1911-1917). *In* Mattoso, J. (Direc.), *História de Portugal,* Volume VI, todo o volume. Lisboa: Editorial Estampa; Teixeira, N. S. (1996). *O poder e a Guerra, 1914-1918. Objetivos Nacionais e Estratégias Políticas na Entrada de Portugal na Grande Guerra*. Lisboa, Editorial Estampa; Fraga, L. A. (2013). Portugal. Nem Neutralidade, nem Beligerância. *In* Afonso, A.&Gomes, C. M., *Portugal e a Grande Guerra. 1914.1918*, pp. 103-104. Vila do Conde: Autores e Verso da História.

[557] Fraga, L. A. (2013). *Op. cit.*, p. 103.

[558] Cf. Costa, A. R. (1996). *Op. cit.*; Ferreira, J. M. (2008).*Op. cit.*

[559] Fraga, L. A. (2013).*Op. cit.*, p. 103.

[560] "Logo após a proclamação da República, todas as nações se apressaram a declarar-nos a sua amizade, e uma delas, a Inglaterra, a sua Aliança. Por nossa parte temos feito, incessantemente, tudo para corresponder à sua amizade que de veras prezamos, sem nenhum esquecimento, porém, dos deveres da Aliança que livremente contraímos e a que em circunstância alguma faltaríamos. Tal é a

4.1.1. A gota de água: apreensão de navios da Alemanha

A vontade inglesa de se apoderar de barcos da Alemanha arrastou vários países neutrais para a guerra, incluindo Portugal. Segundo Ramos[562], sabendo das dificuldades financeiras de Portugal, a Inglaterra pressionou Lisboa a requisitar os barcos da Alemanha abrigados nos portos nacionais, prometendo, em troca, emprestar o dinheiro que Portugal necessitava. Lisboa prontificou-se a aceder ao desejo inglês, mas apenas através de um pedido formal invocando a aliança anglo-portuguesa, o que ocorreu. Portugal pretendia três milhões de libras para comprar armas e trigo, isto numa altura em que o país já estava "…sem carvão, sem trigo, às escuras, sem comunicações com as colónias e com a República derrubada pela anarquia da fome"[563]. Ramos refere que entre 1916 e 1917 "…a guerra foi sempre (…) uma sucessão de 'operações financeiras' com os ingleses"[564]. No final das contas, a guerra acabaria por ser paga "…com emissões fiduciárias dentro do país e com dívida garantida pela Inglaterra no estrangeiro"[565]. A apreensão de navios da Alemanha ocorre a partir de 23 de fevereiro de 1916, tendo sido postas sob bandeira portuguesa 72 embarcações[566]. A Alemanha entendeu estas ações como uma provocação que constituiu a gota de água para a declaração de guerra a Portugal, que ocorreu a nove de Março de 1916[567].

4.1.2. Uma guerra desejada

O Governo de Lisboa, face à declaração alemã, é autorizado pelo Congresso, por unanimidade, a tomar as medidas necessárias face às novas circunstâncias. A beligerância não desagradava a

política internacional de concórdia e de dignidade que este governo timbra em continuar, certo de que assim solidariza, indiscutivelmente os votos do venerando Chefe de Estado com o consentimento coletivo do Congresso e do Povo Português". Citado em: Fraga, L. A. (2013).*Op. cit.,* p. 104.

[561] Cf. Ferreira, J. M. (2008).*Op. cit.*

[562] Ramos, R. (1994) *Op. cit.*

[563] *Idem, ibidem.,*.p. 516.

[564] *Idem, ibidem.,* p. 516.

[565] *Idem, ibidem.,* p. 516

[566] No que diz respeito aos portos dos Açores, três embarcações foram abordadas em Ponta Delgada e duas na Horta, entre elas a galera *Max*, transformada no navio-escola *Sagres* . Cf. Costa, A. R. (1996).*Op. cit.*

[567] Ao justificar a declaração de guerra, a Alemanha, além de referir a apreensão de navios, invoca também, por exemplo, a base naval inglesa instalada na Madeira; passagem de tropas inglesas através de Moçambique; proibição de fornecer carvão aos navios alemães; quebras de neutralidade em águas territoriais; fornecimento de material de guerra aos aliados; violação dos arquivos do consulado alemão em Moçamedes, e discursos agressivos contra a Alemanha no parlamento português. A conclusão alemã é óbvia, face às premissas: "O Governo português deu a conhecer que se considera como vassalo da Inglaterra, que subordina todas as outras considerações aos interesses e desejos ingleses". Cf. Declaração de Guerra da Alemanha a Portugal, 9 de março de 1916. *Exército Web site*. Acedido em fevereiro de 2016, disponível em http://www.exercito.pt/sites/BiblEx/Noticias/Documents/Dec_guerra_Alemanha_Portugal.pdf.

uma parte da sociedade portuguesa (particularmente os radicais do Partido Democrático), quer por razões externas, que por razões internas. Teixeira[568] destaca três razões principais: manutenção do império colonial português, ameaça espanhola e consolidação e legitimação nacional do regime.

4.1.2.1. Os objetivos de Portugal

O desejo de manutenção do império colonial português é uma das razões habitualmente apresentadas para justificar a vontade do governo português de assumir a beligerância. Segundo Teixeira[569], trata-se de uma razão válida, face aos apetites que as colónias portuguesas vinham despertando junto de potências europeias, particularmente Inglaterra e Alemanha, que já tinham negociado entre si, não há muito tempo (1898 e 1912-13), a partilha desses territórios. Quando se opôs à entrada de Portugal na guerra, a Inglaterra estaria a ponderar não só que Portugal não reivindicasse territórios após a guerra, como pretenderia sentir-se livre para colocar, de novo, a partilha em cima da mesa em caso de necessidade, ou seja, as colónias portuguesas poderiam servir de mecanismo de compensação nas negociações de paz.

Teixeira[570] anota que a questão colonial, porém, não explica, só por si, a entrada na guerra "…e não explica, sobretudo, o tipo de intervenção militar, a hierarquização e a escolha dos teatros de operações"[571], isto porque o *satu quo* em África – apoio a Inglaterra e escaramuças com os alemães – poderia ter-se mantido sem que a Alemanha declarasse guerra a Portugal. Assim, de acordo com Teixeira, além de procurar prestígio internacional e um lugar no concerto das nações – objetivos que considera vagos -, Portugal pretenderia enfraquecer a aproximação a Madrid por parte de Londres que se vinha adensando na primeira década do século XX e que enfraquecia a aliança anglo-luso e por essa via as garantias de segurança da integridade e talvez da soberania. Ao entrar na guerra ao lado dos aliados e pela mão inglesa, permanecendo a Espanha neutral, Portugal esperava (re)fortalecer a aliança com a Inglaterra em detrimento de Espanha, afastando o perigo espanhol, ao mesmo tempo que pensava conseguir um lugar no concerto das nações e o reconhecimento internacional que faltava à República, de facto (não de direito). Segundo Fraga, a preocupação portuguesa neste particular pode ser reforçada pelo facto de correntes em Inglaterra defenderem, após a mudança de regime em Portugal, a entrega de

[568] Teixeira, N. S. (1996). *Op. cit.*
[569] *Idem, ibidem.*
[570] *Idem, ibidem.*
[571] *Idem, ibidem.*, p. 374.

Portugal à Espanha, "…desde que esta desse as mesmas facilidades estratégicas sobre os territórios atlânticos que Lisboa tinha oferecido até então"[572].

Porém, para explicar o teatro de operações em que Portugal atuou militarmente a tese do perigo espanhol também não é suficiente, de acordo com Teixeira[573]. É preciso encontrar uma explicação para a escolha do teatro europeu, isto porque Portugal poderia ter-se limitado a prestar serviços aos aliados, sendo essa, para Teixeira, "…a intenção do gabinete britânico quando se decidiu a invocar a aliança para a requisição dos navios alemães em portos portugueses"[574]. Teixeira vê na escolha do teatro europeu intenções internas relacionadas com a consolidação e a legitimação nacional do regime. "Perante as clivagens internas, dentro e fora do regime, só uma ameaça externa e uma intervenção militar na guerra, em larga escala, poderiam justificar o sacrifício de todas as fraturas e fações internas, em função do interesse e da unidade nacional"[575], construindo-se assim um Governo nacional em torno do partido maioritário (confundindo-se, deste modo, o interesse nacional com o interesse partidário) e conseguindo-se "…a estabilidade política e governativa de que a República tanto carecia"[576]. Quanto à legitimidade nacional da República, ela seria conseguida, no reino do imaginário, através da "…memória heroica…"[577] da participação dos soldados portugueses, sob a bandeira republicana, nos grandes cenários da guerra na Europa.

4.2. Do sonho à realidade

Portugal apresenta-se na Conferência de Paz fragilizado, sobretudo pelo facto de a participação na guerra ter corrido mal, tanto em África, particularmente em Moçambique, como no cenário europeu. Um dos objetivos centrais tem a ver com a manutenção da integridade colonial, mas esse objetivo tinha ficado praticamente garantido durante a guerra. Outros objetivos têm a ver com a representatividade ibérica na futura Sociedade das Nações; a constituição de uma frota de marinha mercante; o equipamento militar das forças armadas; o não pagamento das despesas de guerra; o aceso a fundos financeiros derivados das reparações e indemnizações a pagar pela Alemanha; a propriedade dos cabos submarinos da Alemanha que amarravam nos Açores e a restituição de Olivença[578]. Portugal acabou por sair da Conferência de Paz com garantias sobre Quionga (norte de Moçambique), que tinha, aliás, sido reocupada por tropas portuguesas durante a guerra, e com uma pequena percentagem das reparações de guerra, 0,75% do total

[572] Fraga, L. A. (2013).*Op. cit*, p. 105.
[573] Teixeira, N. S. (1996). *Op. cit.*
[574] *Idem, ibidem.*, p. 377.
[575] *Idem, ibidem.*, p. 380.
[576] *Idem, ibidem.*, p. 380.
[577] *Idem, ibidem.*, p. 381.
[578] Cf. Ferreira, J. M. (1992). *Op. cit.*

(49,5 milhões de libras), montante que, aliás, foi pago pela Alemanha apenas numa pequena percentagem. Quer isto dizer que Portugal acabou por se responsabilizar pelas dívidas contraídas para o esforço de guerra. Portugal conseguiu ainda seis contratorpedeiros austríacos, mas só recebeu quatro. Os navios da Alemanha apresados acabaram por constituir uma boa parcela da marinha mercante portuguesa. "O facto de Portugal continental ter escapado ileso ao conflito e a fraca prestação do exército, sobretudo nas campanhas africanas, foram os grandes responsáveis por esta derrota diplomática".[579]

O principal desaire de Portugal, porém, talvez tenha ocorrido na composição da Sociedade das Nações. Ao se encaminhar para a guerra, ao lado dos aliados, Portugal pretendia, em boa medida, diferenciar-se de Espanha, ganhando vantagem na política europeia e mundial. Com a Espanha neutra, as inserções dos dois países nas alianças europeias estavam diferenciadas. Depois da guerra, Portugal esperava obter vantagem dessa diferenciação, apostando nos órgãos da Sociedade das Nações. A candidatura de Lisboa ao Conselho Executivo prova essa pretensão. Porém, o lugar acabou por ser entregue a Espanha, o que significa que o objetivo falhou e da pior maneira. Segundo Ferreira, "…a entrada da Espanha *neutra* no Conselho Executivo colocava uma situação delicada aos promotores políticos da entrada de Portugal na guerra, que a haviam justificado como condição da afirmação internacional do Estado português" [580].

4.3. Portugal não jogou o trunfo dos Açores

Conhecendo-se a preponderância que os EUA tiveram na Conferencia de Paz, designadamente através do Presidente Wilson, a falha de Portugal nos seus objetivos, em especial no que diz respeito à Sociedade das Nações, talvez possa ser atribuída, pelo menos em parte, a escassez de compreensão em relação ao papel dos norte-americanos na Conferência, mas também a incapacidade para perceber que os Açores, onde os norte-americanos se tinham instalado durante a guerra, poderiam, já então, constituir-se como arma diplomática junto dos Estados Unidos, até porque o futuro do Atlântico, em construção, aponta já à altura para os EUA e para os Açores[581].

Portugal só tardiamente deu conhecimento ao Presidente Wilson da intenção portuguesa de integrar o Conselho Executivo da Sociedade das Nações. Esta situação deve ser vista no âmbito de uma quase total ausência de contatos diplomáticos entre Portugal e os EUA na Conferência

[579] Menezes, F. R. (2008). O Tratado de Versalhes. *Janus Web site*. Acedido em abril de 2015, disponível em http://janusonline.pt/2008/2008_2_7.html.
[580] Ferreira, J. M. (1992). *Op. cit.,* p. 85.
[581] Cf. *Idem, ibidem.*; Telo, A. J. (1993). *Op. cit.*

de Paz, o que, para Ferreira[582], constitui um facto estranho, precisamente por causa da ligação criada durante a guerra com a presença norte-americana nos Açores. "Este conhecimento direto travado durante a guerra por Portugal e os Estados Unidos (…) não teve qualquer tradução posterior na organização da paz"[583]. Significa isto que Portugal nem apostou nos EUA para conseguir os seus objetivos na Conferência de Paz, nem tentou, ao que tudo indica, uma negociação bilateral, à margem da Conferência, com vista à obtenção de possíveis contrapartidas relativas à utilização dos Açores pelos norte-americanos durante a guerra. Aliás, Portugal sai da guerra com pesadas dívidas, mas não aos EUA, país com o qual nunca terá tentado financiar-se, ao contrário do que fizeram nações aliadas e outras nascidas do conflito. No total, os EUA emprestaram perto de 11 biliões de dólares (dólares históricos)[584] neste contexto. O receio das pretensões norte-americanas, designadamente em relação aos Açores, e a opção pela aliância com Inglaterra (que também não visionava os EUA nos Açores depois da guerra), talvez possam ser apontados como causas principais da decisão portuguesa de não procurar financiamento junto de Washington.

Secção III – Considerações finais

No essencial e apesar do seu tempo muito curto de existência, a base naval norte-americana de Ponta Delgada (I Guerra Mundial) acabou por gerar impactos que no geral estão estudados para as bases militares norte-americanas no mundo, particularmente na Guerra Fria. A novidade talvez seja um clima conflitual entre militares portugueses e norte-americanos que pode ser associado à inexistência de qualquer documento que regule as relações entre as partes, delimitando competências. O sentimento popular pró-americano parece ser evidente, resultando de os norte-americanos garantirem uma sensação de segurança que Portugal não consegue assegurar e de favorecerem a zona envolvente da base com iniciativas económicas muito significativas, elas próprias assumindo-se como impacto económico. A base está também associada a iniciativas sociais e culturais que mais tarde virão a ser identificadas como recursos do *soft power* (tal como o apoio económico) e que promovem os valores norte-americanos numa

[582] Ferreira, J. M. (1992). *Op. cit.*
[583] *Idem, ibidem.,* p. 84.
[584] Cf. Bailey, T. A. (1950). *A Diplomatic History of the American People*. New York: Appleton-Century-Crofts, Inc. A páginas 701 é possível encontrar um quadro-resumo dos empréstimos norte-americaos aos aliados e a países formados na sequência da guerra.

sociedade rural e já de si influenciada pela emigração precisamente para os EUA. Porém, o maior impacto da base parece ter a ver com o recrudescimento de sentimentos independentistas ou separatistas associados a uma qualquer forma de ligação política aos próprios EUA. Embora os dados disponíveis sejam muito difusos, parece claro, pelo menos, que a presença norte-americana em Ponta Delgada induziu ideias separatistas principalmente a partir de comunidades açorianas emigradas nos EUA – uma questão antiga, que se reacende periodicamente -, podendo-se também admitir que líderes locais tenham colaborado nessa tentativa, em relação à qual o próprio comandante da base terá mantido uma postura ambígua, quando não, mesmo, colaborante. A desmobilização da base acabou por desvanecer tais ideias, substituídas por narrativas de autonomia no âmbito na nação portuguesa. Mais uma vez na História dos Açores, os impactos locais de estratégias globais condicionam visões nas ilhas (e nas comunidades emigradas) sobre a relação política com Lisboa, sendo, designadamente, posta em causa a pertença à nação portuguesa *versus* outras pertenças, nascendo (ou renascendo) possíveis projetos políticos de ligação aos EUA.

O modelo seguido na instalação da base naval de Ponta Delgada acabou por ter consequências na obtenção de contrapartidas. Designadamente, o assunto nem sequer foi equacionado por Portugal até que a Marinha se lembrou que além de a base estar a funcionar sem qualquer documento regulador, também não tinham sido exigidas compensações aos norte-americanos. As primeiras tentativas, da autoria da própria Marinha e que visavam no essencial garantir a defesa dos Açores e o transporte marítimo entre as ilhas, não tiveram acolhimento por parte do Governo de Portugal. O projeto de acordo elaborado pela Marinha parece ser retomado mais tarde, estando na base do acordo de junho de 1918 entre Portugal e os EUA, minimalista em relação ao referido projeto e que, de substancial, garante um centro de aviação marítima na ilha do Faial apoiado pelos norte-americanos. Os EUA tomam também a iniciativa de oferecer a Portugal, no final da guerra, peças de artilharia montadas em Ponta Delgada e antes disso, mas mesmo na parte final do conflito, facultam a Portugal canhões e cargas de profundidade pra equipar navios. Porém, negam o que parece mais importante: um pedido de Portugal para o fornecimento de *destroyers*.

O caso mais estranho no aproveitamento potencial da presença norte-americana nos Açores para conseguir apoios materiais e imateriais e respaldo a pretensões portuguesas ocorre, porém, na Conferência de Paz de Paris que se segue à guerra. Portugal parece não ter percebido que os EUA desempenhariam um papel decisivo em tal conferência e muito menos terá antecipado a importância dos Açores para a potência emergente. Assim, a parte portuguesa não utilizou a aproximação com os EUA desenvolvida durante a presença nos Açores para apoiar pretensões como, entre outras, a candidatura ao Conselho Executivo da Sociedade das Nações, que falhou – conseguindo a Espanha neutral tal posição – e muito menos terá tentado contrapartidas

específicas em relação à presença norte-americana nas ilhas, o que poderia ter sido negociado, por exemplo, em encontros bilaterais à margem da Conferência. Como veremos, este falhanço português não constitui a norma na extensão temporal que estudamos. A fraca ligação de Portugal aos EUA é também notória no facto de os norte-americanos não terem sido considerados nos vastos créditos solicitados por Portugal no enquadramento da guerra. Receios sobre possíveis interesses permanentes dos EUA nos Açores e a opção estratégica pela valorização da aliança com a Inglaterra podem estar na origem desta situação.

QUARTA PARTE. A II Guerra Mundial

CAPÍTULO VI. II Guerra Mundial (re)abre aos EUA as portas dos Açores

O presente capítulo segue os passos que trazem os EUA até aos Açores no contexto da II Guerra Mundial, procurando analisar a relação dialética que nessa caminhada estabelecem os EUA e a Inglaterra. A decisão norte-americana, após uma alegada traição de Inglaterra (que nogoceia com Lisboa um modelo de instalação que exclui os norte-americanos, ao contrário do que ficara combinado), de instalação nas ilhas por conta própria é outro dos itens analisados, no caso procurando compreender a relação estabelecida nesse contexto entre os EUA e Portugal.

Seccão I - Os caminho que confluem para os Açores

1. Divisão de responsabilidades

Entre janeiro e março de 1941, muitos meses antes de os EUA entrarem oficialmente na II Guerra Mundial (o que só ocorre depois do ataque japonês *a Pearl Harbor*, em dezembro desse ano), decorre em Washington uma conferência entre militares de alto nível dos EUA e de Inglaterra que tem como objetivos centrais:

> 1. To determine the best methods by which the armed forces of the United States and British Commonwealth, with its present Allies, could defeat Germany and the Powers allied with her, should the United States be compelled to resort to war;
>
> 2. To coordinate, on broad lines, plans for the employment of the forces of the Associated Powers;
>
> 3. To reach agreements concerning the methods and nature of Military Cooperation between the two nations, including the allocation of the principal areas of responsibility, the major lines of the Military Strategy to be pursued by both nations, the strength of the forces which each may be able to commit, and the determination of satisfactory command arrangements, both as to

> supreme Military control, and as to unity of field command in cases of strategic or tactical joint operations[585].

Os EUA assumem compromissos nas seguintes áreas geográficas: "The Atlantic Ocean Area, together with islands and contiguous continental land areas north of Latitude 25° South, and west of Longitude 30° West, except the area between Latitudes 20° North and 43° North which lies east of Longitude 40° West"[586]. As suas forças navais e terrestres, entre outras missões, devem estar preparadas para "…to occupy the Azores and the Cape Verde Islands"[587], "(…) until such time as this responsibility is assumed by the United States"[588].

No essencial, o acordo estabelecido entre os altos responsáveis militares norte-americanos e ingleses respeita, no que diz respeito aos EUA, as especificações do plano *Rainbow 5*[589]:

> In the western Atlantic the Army (in conjunction with the Navy) would be required to protect the territory of the Associated Powers, support Latin American republics against invasion or political domination by Axis Powers, provide defensive garrisons for Newfoundland, Bermuda, Jamaica, Trinidad, St. Lucia, Antigua, and British Guiana, and defend coastal frontiers and defense command areas. The Army would also be responsible for relieving British forces in Curacao and Aruba, for preparing to relieve Marine forces in the Azores and Cape Verde Islands, if the Navy had established such garrisons, and for building up forces in the United States for eventual offensive action against Germany. The Navy in that area would be responsible for protecting the sea communications of the Associated Powers, for destroying Axis sea communications by capturing or destroying vessels trading directly or indirectly with the enemy, for protecting and routing shipping in the coast zones, and for preparing to occupy the Azores and Cape Verde Islands if such an operation became necessary[590].

2. O assalto (adiado) aos Açores

A 16 de maio de 1941 os EUA entendem que a melhor solução para lidar com a crise em curso no Atlântico, onde a Inglaterra perdia a batalha contra os submarinos da Alemanha, seria colocar forças terrestres e aéreas nos Açores e no nordeste do Brasil, sendo que neste último

---

[585] United States-British Staff Conversations Report, 27 de março de 1941. *Ibiblio Web site*. Acedido em janeiro de 2015, disponível em http://www.ibiblio.org/pha/pha/pt_14/x15-049.html, p. 1489.
[586] *ibidem*., p. 1502.
[587] *ibidem*., p. 1507.
[588] *ibidem*., p. 1524.
[589] Cf. GlobalSecurity (2012b). War Plan Rainbow. *Global Security Web site*. Acedido em fevereiro de 2015, disponível em http://www.globalsecurity.org/military/ops/war-plan-rainbow.htm.
[590] Matloif, M.&Snell, E. M. (1999). *Stategic Planning for Coalition Warfare, 1941-1942*. Washington: Center of Military History, pp. 44-45.

caso as preocupações estão centradas na defesa da América Latina. Os norte-americanos decidiram consultar o governo português sobre a defesa dos Açores, mas o Departamento de Estado entendeu desenvolver os contatos através da Inglaterra, velho aliado de Portugal, para determinar a reação portuguesa. O objetivo era perceber o que Portugal pretenderia fazer em caso de invasão alemã das ilhas e qual seria a reação a uma ocupação temporária por parte de forças norte-americanas. Mesmo antes de receber a resposta inglesa, o Presidente Roosevelt ordenou, a 22 de maio, a preparação de forças para ocupar os Açores, que deveriam estar prontas a partir no prazo de um mês, tendo os planos ficado concluídos a 27 de maio (Operação GRAY), sendo aprovados a 29 pelo *Joint Bord* e a quatro de junho pelo Presidente[591].

O Presidente ordenou à Marinha e ao Exército "…to prepare a joint Army and Navy expeditionary force, to be ready within one month's time to sail from United States ports for the purpose of occupying the Azores"[592], parecendo retomar a ideia típica da teoria de defesa do hemisfério, segundo a qual "…it was in the interest of the United States to prevent non-American belligerent forces from gaining control of the islands and also to hold them for use as air and naval bases for the defense of the Western Hemisphere"[593]. O planeamento militar norte-americano considerou que 21 de junho seria uma data possível para a partida da expedição, sendo antes disso preparado o plano detalhado para "…capture and occupation…"[594].

Porém, poucos dias antes de os militares receberem a diretiva presidencial em relação aos Açores, a atenção norte-americana vira-se para o Brasil, cuja província de Natal é considerada, desde os planos *Rainbow* de 1939[595], área vital para a defesa do hemisfério. Os aeroportos construídos pelos EUA no Brasil, em especial, mas também nas Caraíbas, são considerados desprotegidos, abrindo perspetivas a uma invasão alemã a partir de África. O planeamento militar norte-americano visiona a evolução da guerra nos seguintes termos:

> Germany is now engaged in a struggle for control of the Mediterranean, the Suez Canal, the oil fields of Iraq and Iran, and North Africa. Prospects for German success are good. By her air force, Germany now holds the initiative in the Western and Central Mediterranean. There are repeated reports of German infiltration toward Dakar. The Vichy Government has finally submitted to German domination. French West Africa is open to use by Germany for bases for extension of Nazi power to South America. Assumption: That immediate and vigorous preparations are being made to extend Axis political, economic, and military power to South America. (…)The first and most logical Axis step to project Axis power into South America

591 Cf. Conn, S.&Fairchild, B. (1989). *The Framework of Hemisphere Defense*. Washington: Center of Military History.
592 Matloif, M.& Snell, E. M. (1999). *Op. cit.*, p. 50.
593 *Idem, ibidem.*, p. 50.
594 *Idem, ibidem.*, p. 50.
595 Cf. GlobalSecurity (2012b). Op. cit.

> would be to establish a base on the West Coast of Africa. The obvious advantages of a base in the Dakar area, coupled with the fact that Dakar is in French hands and Axis domination of France is increasing, make it apparent, without further exposition, that Dakar would be the prospective Axis base site[596].

No balanço entre as melhores opções para fazer face à situação esperada e a realidade dos recursos, há que tomar decisões não perdendo de vista que os EUA não podem permitir ações nazis na América do Sul. Os EUA têm capacidade para desenvolver bases navais e aéreas no Brasil, mas não podem esquecer que assumiram compromissos com a Inglaterra para envio de tropas para as ilhas britânicas e para a Islândia depois de um de setembro de 1941. Para executar todas estas iniciativas ou, no mínimo, mais do que uma em simultâneo, os EUA só terão meios disponíveis em 1942. O Brasil é a primeira opção para a defesa do hemisfério, sendo que uma intervenção nos Açores poria em risco as iniciativas assumidas com a Inglaterra[597].

Um estudo de 27 de maio de 1941- *War Plans* - recomenda, face à escassez de meios, "To postpone Army aid to the British in order to insure the immediate security of the Western Hemisphere against possible Nazi attack or political control [through subversion] in Brazil"[598], o que implica o envio imediato de forças para o Natal (Brasil), ficando os compromissos com a Inglaterra remetidos para esforços no sentido de serem cumpridos depois de um de setembro de 1941.

A seis de junho foram tomadas decisões pelo Presidente dos EUA, sendo a mais significativa o envio de tropas, logo que possível, para a Islândia para substituição das forças inglesas[599]. Esta decisão "…excluded the possibility of sending an expeditionary force to the Azores…"[600] No entanto, o Presidente mandou preparar forças para executar um plano alternativo, que implicava a guarnição dos Açores sem oposição, ou seja, com o acordo de Portugal. Roosevelt estava à altura convencido, embora Portugal tivesse reforçado os Açores com forças militares[601], que tanto as autoridades civis portuguesas como os militares colocados nas ilhas receberiam de

---

[596] Conn, S.&Fairchild, B. (1989).*Op. cit.*, pp-119-120.
[597] Cf. *Idem, ibidem.*
[598] *Idem, ibidem.,*pp. 119-120.
[599]"…Iceland did have great strategic value for the defense of the British Isles and the North Atlantic seaway. After the British and Canadians extended their escort system across the Atlantic in the late spring of 1941, Iceland served as a much needed intermediate naval and air base. In the President's speech of 27 May he had taken the position that successful hemisphere defense depended upon the salvation of Great Britain and its oceanic life line across the North Atlantic. From this broad point of view both friendly control and effective military use of Iceland were vital to the national security of the United States". Conn, S.&Fairchild, B. (1989).*Op. cit.,* p. 122.
[600] Conn, S.&Fairchild, B. (1989).*Op. cit.,* p. 121."On 4 June the Army planners were told to prepare a plan for the immediate relief of the British forces in Iceland. It was at once clear to them that there was not enough shipping to carry out the Azores and the Iceland operations simultaneously. Three days later the Army suspended its planning and preparations for an Azores expedition".*Idem, ibidem.,* p. 124.
[601] Cf. Meneses, M. S. (1987). *Op. cit.*; Telo, A. J. (1993).*Op. cit.*

forma pacífica a proteção norte-americana caso a Alemanha invadisse o país. O Departamento de Estado tinha, entretanto, convidado o Brasil a contribuir com forças para eventuais expedições aos Açores e a Cabo Verde[602].

A 30 de maio de 1941 Churchill informou o Presidente dos EUA que a Inglaterra estava preparada para ocupar Cabo Verde, Canárias e Açores, caso a Alemanha entrasse em Espanha, acrescentando que a colaboração norte-americana seria bem-vinda na ocupação dos Açores. Porém, Portugal informa a Inglaterra nesse dia que poderia aceitar a ajuda inglesa, mas sem envolvimento norte-americano. Uma intervenção do Presidente dos EUA de 27 de maio, que colocava a possibilidade de ocupação preventiva dos Açores e de Cabo Verde como antecipação a uma eventual ocupação alemã[603], tinha, segundo o embaixador de Portugal em Londres, deixado a opinião pública portuguesa alarmada, levando Salazar a pronunciar-se contra qualquer presença norte-americana nos Açores. Como consequência, a Inglaterra sugere a dois de junho que os EUA esqueçam os Açores pelos tempos mais próximos[604].

As razões do desinteresse dos EUA na tomada dos Açores, nesta fase, continuam por explicar, não sendo plausível que possam ser atribuídas à posição de Portugal, que aliás não conseguiria resistir a uma invasão das ilhas, nem aos conselhos de Inglaterra, uma vez que os EUA estavam nesta fase a assumir posições próprias em relação ao Atlântico[605], tendo presente a sua determinação na defesa do hemisfério. O mais provável é a decisão refletir "…President's new conviction that the Nazis were preparing to launch an all-out attack against the Soviet Union"[606]. Esta provável convicção de Roosevelt pode estar relacionada com o cruzamento de informações dos serviços secretos ingleses e de fontes norte-americanas[607]. O conhecimento antecipado norte-americano da invasão da Rússia pela Alemanha e o consequente desinteresse, no imediato, pela colocação de forças nos Açores é uma possibilidade colocada, também, por Telo[608]. A decisão alemã de invadir a Rússia altera os dados da equação que envolvia até então os Açores:

> The real impact of the German invasion of the Soviet Union on the security of the Western Hemisphere derived not from the immediate but from the longer range development of the situation. Instead of a breathing space of one to three months duration, the United States and the rest of the New World were to be free henceforth from any great danger of German surface or air aggression in the western Atlantic[609].

[602] Cf. Conn, S.&Fairchild, B. (1989).*Op. cit.*
[603] Cf. Telo, A. J. (1993). *Op. cit.*
[604] Cf. Conn, S.&Fairchild, B. (1989).*Op. cit.*
[605] Cf. Telo, A. J. (1993). *Op. cit.*
[606] Conn, S.&Fairchild, B. (1989).*Op. cit.*, p. 124.
[607] Cf. *Idem, ibidem.*
[608] Telo, A. J. (1993). *Op. cit.*
[609] Conn, S.&Fairchild, B. (1989).*Op. cit,* p. 129.

A meados de julho de 1941, numa altura em que os aliados ainda estão convencidos que a operação alemã contra a Rússia, que viria a ter início a 22 de julho, acabaria com uma vitória nazi em mais ou menos seis semanas[610], o Presidente Roosevelt envia uma carta a Salazar que tinha como objetivos dissipar mal-entendidos resultantes do discurso de 27 de Maio e levar Portugal a pedir a proteção norte-americana dos Açores e outras possessões em caso de ameaça nazi[611]. Os EUA pretendiam chamar o Brasil[612] às operações e prometiam retirar as suas tropas logo após o fim da guerra[613]. Embora fontes norte-americanas garantam que "The President's letter had a good effect in Lisbon, and Dr. Salazar's response acceded some what left-handedly to Mr. Roosevelt's proposals"[614], há outras leituras da resposta de Salazar, como é o caso de Telo[615], que refere ter sido comunicado a Roosevelt que os Açores estão protegidos, sendo apenas avançado um pedido de armamento e mesmo assim apenas no caso de a Inglaterra não estar disponível para ajudar. Os norte-americanos, além de reterem a informação de que o Governo português retiraria para os Açores em caso de ameaça alemã, parecem valorizar a disposição para aceitar a ajuda norte-americana "…if British forces were too busy elsewhere…"[616]. Nessa circunstância, "… American assistance in the Azores and Cape Verdes might be accepted…"[617].

O tema dos Açores está presente na Conferência do Atlântico (dias 09 e 10 de agosto de 1941). Tanto Roosevelt como Churchill concordam que a carta de Salazar abre as portas a uma ocupação pacífica dos Açores pelos EUA. Churchill compromete-se a convencer Salazar a convidar os norte-americanos a se instalarem nos Açores, mas adverte que caso a Alemanha avance sobre a Espanha a ocupação dos Açores tornar-se-á obrigatória, possibilidade que é aceite por Roosevelt. Uma vez que os EUA não têm recursos disponíveis para avançar em simultâneo para os Açores e Cabo verde, Churchill compromete-se com a ocupação de Cabo Verde, sendo as ilhas, após a operação, entregues aos EUA. A operação de ocupação dos Açores fica marcada para setembro. Porém, os planos arrastam-se no tempo, até que em novembro

[610] Cf. Office of the Historian (s/de). The Atlantic Conference & Charter, 1941. *Office of the Historian Web site*. Acedido em maio de 2015, disponível em https://history.state.gov/milestones/1937-1945/atlantic-conf.
[611] Cf. Conn, S.&Fairchild, B. (1989).*Op. cit.*
[612] Ao mesmo tempo que escreve a Salazar, Roosevelt escreve ao Presidente do Brasil pedindo a participação de forças brasileiras na defesa dos arquipélagos atlânticos. É referido que tais arquipélagos devem permanecer portugueses, mas é realçado o perigo de tais territórios serem ocupados pelo Eixo, o que representaria um perigo para o Brasil. Segundo Telo, "…trata-se de colocar a ocupação dos Açores no âmbito da 'defesa do hemisfério', com a participação de pelo menos dois países americanos, de modo a colocar à partida a Inglaterra numa posição secundária e subordinada e combater inevitáveis acusações de 'imperialismo americano'". Telo, A. J. (1993). *Op. cit.*, pp. 344 e 345.
[613] Cf. Conn, S.&Fairchild, B. (1989).*Op. cit.*
[614] *Idem, ibidem.,* p. 139.
[615] Telo, A. J. (1993). *Op. cit.*
[616] Conn, S.&Fairchild, B. (1989).*Op. cit.,* p. 139.
[617] *Idem, ibidem.,* p. 139.

"…the Azores operation was looked upon less as a defensive move than as a preliminary step to an occupation of northwestern Africa", uma vez que "The Azores in American hands would provide a base for checking Axis submarine activity against the Atlantic trade routes and would guard the supply lines to Morocco and the Mediterranean"[618].

A invasão ou simples ocupação para proteção dos Açores é de novo adiada por tempo indeterminado, o que parece estar diretamente relacionado primeiro com a resistência russa à invasão alemã, que viria a surpreender as previsões aliadas, retirando pressão face a uma possível invasão da Península Ibérica e a um avanço para Sul, ameaçando o continente americano[619], e depois com o ataque japonês a *Pearl Harbor*, no início de Dezembro de 1941, que vira os EUA para o Pacífico, ocupando aí uma boa parte dos seus recursos. Segundo Telo, o ataque a Pearl Harbour "…vem modificar todas as perspetivas sobre o Atlântico e as ilhas portuguesas"[620].

3. Mudança de estratégia

Na Conferência Arcadia[621], já com os EUA na Guerra e envolvidos particularmente no Pacífico, responsáveis militares norte-americanos colocaram aos seus homólogos ingleses a questão dos Açores, procurando saber que importância era por eles atribuída às ilhas portuguesas. A resposta foi dada pelo almirante inglês Pound, que deixou claro serem as ilhas de enorme importância, particularmente no caso de o acesso a Gibraltar não ser possível. O almirante norte-americano Stark inquiriu depois sobre a importância atribuída pelos ingleses a Cabo Verde, tendo recebido como resposta, do almirante Pound, que o interesse se limitava a negação de aceso ao inimigo. Ao contrário, para os EUA o interesse em Cabo Verde era estratégico, conforme refere o almirante King, "…because of their location between Dakar and Brazil"[622]. Definidos os interesse mútuos, a parte norte-americana avançou com a seguinte sugestão: "…the British should take the responsibility for the Azores, and the United States for the Cape Verde Islands"[623]. As duas delegações concordaram em estudar o assunto. No final de dezembro de

[618] Conn, S.&Fairchild, B. (1989).*Op. cit.,* p. 141.
[619] "Of course, since late summer Soviet military stamina had provided the most realistic guarantee against a major German drive toward the southwest during 1941". Conn, S.&Fairchild, B. (1989).*Op. cit.,* p. 143.
[620] Telo, A. J. (1993). Op. cit., p. 349.
[621] American-British Joint Chiefs of Staff Conferences (Arcadia Conference), 24 de Dezembro de 1941-14 de Janeiro de 1942. *Ibiblio Web site*. Acedido em janeiro de 2015, disponível em https://www.ibiblio.org/hyperwar/Dip/Conf/Arcadia/ARCADIA.PDF.
[622] *Ibidem*. The Chiefs os Staff Conference, 24 de dezembro de 1941. *Ibiblio Web site*. Acedido em janeiro de 2015, disponível em https://www.ibiblio.org/hyperwar/Dip/Conf/Arcadia/ARCADIA.PDF, p. 4.
[623] *ibidem.*, p. 4.

1941 as indicações aprovadas para o planeamento já indicavam claramente a ocupação dos Açores pelos ingleses, ficando Cabo Verde sob responsabilidade norte-americana. As delegações conjuntas concordaram ainda que as rotas aéreas e navais EUA-Inglaterra, via Açores (entre outras), deveriam ser sujeitas a medidas de segurança, sendo por isso necessário "Holding and capturing essential sea bases"[624], estando os Açores entre essas bases essenciais, o mesmo acontecendo em relação ao transporte aéreo.

O comité conjunto de planeamento, ao projetar os movimentos para o Atlântico na primeira metade de 1942, deixa claro o seguinte entendimento:

> If the opportunity to carry out North Africa operations does not occur, and the Germans move into Spain with Spanish acquiescence, the capture of the Canaries, even against opposition, and the occupation of the Azores and Cape Verdes will become essential[625].

O comité admite, no entanto, que no caso de a Alemanha entrar na Península Ibérica é possível que Portugal concorde com a ocupação inglesa dos Açores e provavelmente da Madeira e adianta que as ilhas portuguesas deverão ser defendidas com meios aéreos e antiaéreos, sendo também necessário proteger os portos. Tal responsabilidade de defesa, refere o comité, é inglesa. Em caso de sucesso da ocupação dos Açores, os ingleses ficarão com espaço de manobra através destas ilhas, devendo os EUA avançar para a tomada de Cabo Verde para negação de acesso e futuro uso. "The occupation of the Cape Verdes will be of considerable importance if we do not succeed in gaining entry into French North Africa and are compelled to undertake operations in French West Africa at a later date"[626]. Este entendimento é aceite nos documentos finais da conferência, que deixam também claro que "A German invasion of Spain rill lead to the immediate denial of Gibraltar as a Naval Base and in all probability the involvement of Portugal as well as Spain in the war"[627]. Nessa circunstância, seria necessário garantir bases nas Canárias e nos Açores.

Além de a Alemanha não ter avançado para Espanha e Portugal, o ataque ao norte de África, decidido na conferência Arcadia, aconselhava o desenvolvimento de todos os esforços para manter a Península Ibérica neutral, objetivo que ficaria em risco com a ocupação das ilhas Atlânticas. O ataque, que teve início em novembro de 1942, decorreu com sucesso e a Espanha

---

[624] American-British Joint Chiefs of Staff Conferences (Arcadia Conference), 24 de Dezembro de 1941-14 de Janeiro de 1942. Annex 1: Memorandum by the British Chiefs of Staff. Revised by US Chiefs of Staff, 8 de janeiro de 1942. *Ibiblio Web site.* Acedido em janeiro de 2015, disponível em https://www.ibiblio.org/hyperwar/Dip/Conf/Arcadia/ARCADIA.PDF, p.3.

[625] *Ibidem*. Joint Plannig Committee Report. Movements and Projetcs in the Atlantic Theater for Firs Half of 1942, 28 de dezembro de 1941. *Ibiblio Web site.* Acedido em janeiro de 2015, disponível em https://www.ibiblio.org/hyperwar/Dip/Conf/Arcadia/ARCADIA.PDF, p. 3.

[626] *ibidem.*, pp. 3 e 4.

[627] *Ibidem*. Directive to the Supreme Commander in the Abda Area. Approved by the President and the Prime Minister, 10 de janeiro de 1942. *Ibiblio Web site*. Acedido em janeiro de 2015, disponível em https://www.ibiblio.org/hyperwar/Dip/Conf/Arcadia/ARCADIA.PDF, p. 3.

não interveio, ao contrário do que os aliados chegaram a temer. Sendo assim, a ocupação dos Açores deixou de fazer sentido nesse enquadramento, entre outras razões porque o norte africano garantia boas posições para substituir Gibraltar em caso de necessidade, ou seja, no caso de um agora improvável ataque a esta posição inglesa[628].

4. Projeção de poder

Com a consolidação das posições aliadas no Norte de África, os EUA colocam forças significativas na zona, sendo naturais as necessidade de reabastecimento. É nesse cenário que os Açores surgem já não como um lugar importante para a defesa do hemisfério, mas como uma zona importante para a projeção do poder norte-americano, tanto para o Norte de África, como para a Europa, quer a Sul, quer a Norte[629]. As razões, no caso do Norte de África, são óbvias:

> By using Lajes Field in the Azores it was possible to reduce flying time between the United States and North Africa from 70 hours to 40 hours. This considerable reduction in flying hours enabled aircraft to make almost twice as many crossings per month between the United States and North Africa and demonstrated clearly the geographic value of the Azores during World War II and throughout Lajes history[630].

5. Limpeza das rotas marítimas do Atlântico

Marcada pela determinação da Alemanha na utilização de submarinos, a chamada Batalha do Atlântico, que de desenrolou entre 1939 e 1945, entra numa fase perigosa para os aliados em 1942, com o poderio submarino alemão a assumir níveis consideráveis, atingindo as 300 unidades e ultrapassando as 400 no ano seguinte. O objetivo da Alemanha é vergar a Inglaterra, chegando à meta de destruir 800 000 toneladas por mês, quando os ingleses não conseguem produzir mais do que um milhão de toneladas de navios por ano. Porém, com a entrada dos EUA na guerra os dados da equação alteram-se. Só por si os EUA conseguem produzir mais de cinco milhões de toneladas por ano. Nos últimos meses de 1942 os EUA já eram mesmo capazes de produzir navios mercantes em quantidade suficiente para substituir as perdas, embora a Alemanha produzisse submarinos suficientes para substituir as perdas e aumentar a frota[631].

---

[628] Cf. Telo, A. J. (1993). *Op. cit.*

[629] Cf. *Idem, ibidem.*

[630] Consulate of the USA, Ponta Delgada (s/d). History of Air Base 4. *Consulate of the USA, Ponta Delgada Web site*. Acedido em julho de 2015, disponível em http://azores.usconsulate.gov/lajes-field_page2.html.

[631] Cf. Telo, A. J. (1993). *Op. cit.*; Warnock, A. T. (1999). Air Power versus U-boats. Confronting Hitler's Submarine Menace in the European Theater.(Air Force History and Museum Program). *Air Force*

Em 1941 a Alemanha consegue afundar 875 navios aliados[632]. Mas ao longo deste ano e mesmo sem os EUA entraram oficialmente na guerra, a Inglaterra recebe 50 *destroyers* norte-americanos em troca da cedência de bases, além de os norte-americanos garantirem escolta até à Islândia. O Canadá incrementa as suas ações de escolta e a Inglaterra aumenta a cobertura aérea. Por outro lado, é decifrado o sistema de comunicações dos submarinos da Alemanha, o que permite acompanhar os seus movimentos. A introdução de radares capazes de detetarem um periscópio no raio de uma milha é outro passo importante que favorece os aliados[633].

5.1. Um "buraco" no Atlântico

Os aliados apercebem-se, entretanto, da importância de uma zona no Atlântico que não é coberta pela aviação e onde os submarinos da Alemanha atuam com relativa impunidade. Trata-se do chamado "Atlantic Gap"[634], que engloba a zona dos Açores e onde os submarinos, além de lançarem ataques contra navios, operando mesmo à superfície por falta de cobertura aérea, abastecem com facilidade, partindo daí para a costa americana e para o Atlântico a sul. A introdução de submarinos-cisterna, alguns deles a operarem nas proximidades dos Açores, veio aumentar a zona de operações, que se estende até às Caraíbas[635]. Porém, o sistema de comboios entretanto montado e particularmente o incremento da cobertura aérea na zona americana, obrigam os submarinos a mudar de estratégia e de local, regressando ao Atlântico norte a partir de maio de 1942. Entretanto, a Alemanha tinha mudado as cifras de comunicação dos submarinos, anulando a vantagem que os aliados tinham adquirido com a leitura das comunicações com a anterior cifra, além de adquirir a capacidade de ler parte das comunicações aliadas. Com o regresso ao Atlântico norte, os submarinos de ataque são reabastecidos por submarinos-cisterna localizados nas proximidades dos Açores, ganhando flexibilidade para operar em zonas vastas que se entendem até ao Sul da África e da América[636]. Em 1942 a

---

Historical Support Division Web site. Acedido em maio de 2015, disponível em http://www.afhso.af.mil/shared/media/document/AFD-100525-066.pdf.

[632] Em 1940 são afundadas 454 9000 toneladas de navios mercantes; em 1941, 469 6000, e em 1941 a tonelagem sobe para 824 5000. Cf. Quétel, C. (2010). *História da II Guerra Mundial*. Lisboa: Edições Texto&Grafia, Ldª.

[633] Cf. History (2015). Battle of the Atlantic. *History Web site*. Acedido em maio de 2015, disponível em http://www.history.co.uk/study-topics/history-of-ww2/battle-of-the-atlantic; Warnock, A. T. (1999). *Op. cit.*

[634] History (2015). *Op. cit*. "The air gap, also known as the "Black Pit," consisted of a giant hole in the air cover over the main trade routes between Britain and North America that stretched 300 miles across from east to west and 600 miles north to south from Greenland to the Azores Islands". Goette, R. (outubro de 2005). Britain and the Delay in Closing the Mid-Atlantic "Air Gap" During the Battle of the Atlantic. *The Northern Mariner/Le marin du nord*, XV, No 4, pp. 19-41, pp. 19 e 20; cf. Warnock, A. T. (1999). *Op. cit*.

[635] Cf. Telo, A. J. (1993). *Op. cit.*

[636] Cf. *Idem, ibidem.*

Alemanha consegue produzir 20 novos submarinos por mês. As perdas aliadas são de tal maneira significativas neste ano que os recursos de combustíveis e alimentação da Inglaterra atingem níveis críticos[637].

Antes do ataque aliado ao Norte de África, o trânsito de navios no Atlântico aumenta de forma significativa nos circuitos EUA-Inglaterra e EUA-Norte de África, o que leva a Alemanha a colocar mais submarinos na zona dos Açores. Após o ataque aliado ao norte de África, que ocorre em novembro de 1942, são incrementados os comboios de abastecimento EUA-Norte de África, aumentando de novo a importância das águas açorianas, que continuam sem cobertura aérea aliada. Os comboios são atacados na zona sem cobertura aérea, o que significa que os combates ocorrem nas proximidades dos Açores[638]. O ano de 1943 começa bem para a Alemanha, com perdas aliadas, em março, superiores a 600 mil toneladas, mas será também o ano da derrota da arma submarina nazi, para o que contribuiu a decisão aliada, tomada na Cimeira de Casablanca, de declarar a derrota dos submarinos como prioritária[639]. Um objetivo central da Alemanha é interromper o fluxo EUA-Norte de África, daí a colocação de mais submarinos na zona dos Açores. Porém, novas cargas de profundidade, novos radares e sobretudo uma quantidade significativa de porta-aviões de escolta norte-americanos acabaram por anular as vantagens dos submarinos. Em maio ocorre um autêntico massacre de submarinos, com perdas equivalentes a um quarto da frota, baixando significativamente as perdas de navios aliados[640]. A Alemanha abandona o Atlântico norte, concentrando os meios submergíveis sobrantes a sul dos Açores, tentando aproveitar a falta de cobertura aérea. Porém, os porta-aviões dos EUA, ajudados por nova descodificação das comunicações alemãs, perseguem e destroem boa parte da frota alemã até setembro de 1943, mês em que a Alemanha retira os seus meios submergíveis dos Açores e do Atlântico central[641]. A Alemanha consegue regressar em 1945 com uma produção significativa de submarinos[642], mas a Batalha do Atlântico já estava perdida[643], tal como a Guerra[644].

[637]Cf. History (2015). *Op. cit*.
[638] Cf. Telo, A. J. (1993). *Op. cit.*
[639] Cf. Wilt, A. F. (1991). The Significance of the Casablanca Decisions, janeiro de 1943. *The Journal of Military History*, *55*(4), pp. 517–529.
[640]Cf. History (2015). *Op. cit*.
[641] Cf. Telo, A. J. (1993). *Op. cit.* "…on May 26, Dönitz withdrew virtually all German submarines from the North Atlantic, essentially conceding victory to the Allies in the Battle of the Atlantic. Almost 1,700 Allied ships crossed the ocean in June and July 1943 without any losses". Warnock, A. T. (1999). *Op. cit*., p. 10.
[642] Os novos submarinos da Alemanha são do tipo XXI, equipados com um detetor de radares que lhes permite escapar aos ataques aéreos. A velocidade em cruzeiro excede a da maioria dos navios de escolta. Estes submarinos, porém, só ficam operacionais no fim da guerra. Cf. Quétel, C. (2010). *Op. cit.*
[643] Cf. History (2015). *Op. Cit*.

5.2. Vitória americana nos Açores sem bases

A Batalha do Atlântico demonstra a importância que as águas açorianas assumiram na luta aliada contra os submarinos alemães. No entanto, a batalha está resolvida antes do acesso às Lajes, que ocorre em outubro de 1943, apesar de na Conferência de Trident (maio de 1943) ter ficado decidido que a ocupação dos Açores para fins de luta antisubmarina era crucial[645]. Segundo Telo[646], os estados-maiores inglês e norte-americano não teriam, à altura da Conferência de Trident, os números que comprovavam a derrota dos submarinos da Alemanha no Atlântico. O encerramento do "Atlantic Gap", como se viu, foi obra dos porta-aviões norte-americanos, o que prova que os EUA visionam para além da defesa estática do hemisfério e são capazes de proteger as rotas úteis à projeção do seu poder, mas não pode ser esquecido que a vitória na Batalha do Atlântico fica-se, em boa parte, a dever à guerra de informações, vencida pela Inglaterra com a descodificação, por duas vezes, das cifras de comunicação dos submarinos da Alemanha.

6. Iniciativa exclusiva norte-americana

Em maio de 1943 - depois de em janeiro o Presidente Roosevelt ter escrito ao Presidente Brasileiro Vargas pedindo que militares brasileiros substituíssem os portugueses nos Açores[647] - os EUA estão claramente determinados em obter, por sua própria iniciativa e fora do enquadramento aliado, pelo menos um aeroporto nos Açores, pensando nas ligações do continente norte-americano com o Norte de África (encurtando, também, por essa via o percurso com o Mediterrâneo e o Oriente Próximo e distante) passando pelos Açores e sem dar explicações a Lisboa. Para que tal objetivo seja atingido, é necessário, antes de mais, garantir a utilização de uma pista nas ilhas. Por detrás do interesse está a utilização militar, embora com uma máscara civil: "In this connection the War Department through *Pan American Airways* is attempting to secure improvement of facilities on Terceira Island and explore possibilities of construction of new facilities on Santa Maria Island"[648]. Os norte-americanos assumem que a

[644]"Historians estimate that more than 100 convoy battles took place during the war. They cost the Merchant Navy more than 30,000 men, and around 3,000 ships. The equally terrible cost for the Germans was 783 U-boats, and 28,000 sailors". History (2015). *Op. cit*.

[645]Cf. Office of the Combined Chiefs of Staff (Edit.) (1943). Trident Conference, maio de 1943. Papers and Minutes of Meetings. *Ibiblio Web site*. Acedido em janeiro de 2015, disponível em https://www.ibiblio.org/hyperwar/Dip/Conf/Trident/TRIDENT.PDF.

[646] Telo, A. J. (1993). *Op. cit.*

[647] Cf. *Idem, ibidem.;* Pereira, B. F. (2012). *A Diplomacia de Salazar (1932-1949)*. Lisboa: D. Quixote.

[648] The Secretary of State to the Minister in Portugal (Fish), 21 de maio de 1943. Foreign Relations of the United States (FRUS) diplomatic papers, 1943. Europe (1943) (Doravante: FRUS, 1943). *University of*

Terceira será o lugar mais provável caso consigam ter acesso aos Açores, dado existir aí uma base militar portuguesa, o que significa que Portugal pensará assim melhor controlar o uso. Os norte-americanos preferem utilizar os Açores sem contrapartidas. No entanto, nas instruções dadas pelo Departamento de Estado ao Embaixador em Lisboa fica claro que poderão ser concedidas contrapartidas. Uma questão colocada ao Embaixador deixa essa hipótese em aberto: "If this is not possible, then for what concessions, in your opinion, would the Portuguese be willing to allow such an operation?"[649]

Os norte-americanos têm consciência que a utilização dos Açores numa rota direta entre os EUA e o Norte de África tem conotações relacionadas com o pós-guerra, pelo que o Departamento de Estado está disponível para declarar que tal não sucederá. No entanto, "It might be preferable, in view of Pan American's long-term arrangement with the Portuguese, and in order to preserve the commercial character of the operation, to withhold any mention of a temporary service"[650]. Há ainda que ter em atenção a reação inglesa. O Departamento de Estado entende que seria preferível avisar os ingleses das diligências em curso, em vez de esperar que eles sejam informados indiretamente ou que se apercebam apenas no início da operação. "The Department believes that it should advise British here so that our military may make a corresponding statement to the British military authorities at same time"[651]. A Inglaterra acaba por não ser informada destas diligências[652].

6.1. Pelo sim pelo não… ocupação militar

Em simultâneo com as negociações para adquirir bases nos Açores através da *Pan Am*, os EUA preparam, no âmbito do JCS, uma operação de ocupação dos Açores, que tanto pode ser pela força como pacífica e que terá de ser exclusiva. O documento que estamos a seguir refere que a utilização de forças britânicas irá deteriorar as relações antigas entre Inglaterra e Portugal e que o uso de forças brasileiras pode ter como inconveniente importante a passagem de informação do Brasil para Portugal. Os objetivos norte-americanos estão ligados à luta antisubmarinos, favorecendo a cobertura aérea a comboios dos EUA para Inglaterra e Norte de África e de Trinidad para a Inglaterra, mas estão também ligados à utilização das ilhas pela aviação em rotas dos EUA para Inglaterra, Norte de África, Índia e Oriente distante. Por exemplo, a ligação

---

Wisconsin Digital Collections Center Web site. Acedido em dezembro de 2015, disponível em http://digicoll.library.wisc.edu/cgi-bin/FRUS/FRUS-idx?type=turn&entity=FRUS.FRUS1943v02.p0541&id=FRUS.FRUS1943v02&isize=text, p. 529.

[649]The Secretary of State to the Minister in Portugal (Fish), 21 de maio de 1943. FRUS, 1943, p. 529.

[650] *Ibidem.,* p. 529.

[651] *Ibidem.,* p. 529.

[652] Cf. Telo, A. J. (1993). *Op. cit.*

entre a costa Leste dos EUA e Casablanca seria encurtada em 46 por cento (passando de 7213 milhas náuticas para 3881 milhas náuticas)[653].

A operação militar é preparada com meios em larga escala[654], devendo Terceira e Faial serem tomadas em simultâneo, seguindo-se São Miguel. As forças portuguesas nos Açores, embora significativas em quantidade[655], são consideradas pouco eficazes, sendo mesmo previsto que, no máximo, ofereçam resistência simbólica, e mesmo assim por serem compostas por efetivos do continente e não dos Açores[656]. O aparato militar preparado pelos norte-americanos tem mesmo a intenção de quebrar a vontade de resistência, estando previsto que a força se mostre às ilhas antes do ataque. Em caso de ocupação pacífica, solução preferida pelos norte-americanos, as tropas a utilizar seriam reduzidas para os efetivos necessários ao funcionamento das bases e das instalações de radar, defesa das instalações e trabalhos de engenharia. Seria possível iniciar as operações de luta antisubmarinos a partir das Lajes 15 dias após a ocupação.

É com esta disposição que os norte-americanos partem para a Conferência de Trident, sendo certo que também os ingleses estão predispostos a ocupar os Açores e pelas mesmas razões enunciadas pelos norte-americanos, designadamente, necessidades relacionadas com a Batalha do Atlântico e, em segundo lugar, importância dos Açores para o reabastecimento aéreo[657]. Parece evidente que para os norte-americanos, face aos esforços já desenvolvidos e atrás referidos, as duas razões não têm precedência hierárquica, sendo mesmo que a utilização das ilhas pelos aviões de longo curso se apresenta como um objetivo já pensado em termos de futuro. Em qualquer caso, conforme refere Telo[658], com os dados postos em cima da mesa o mais provável é a ocupação dos Açores acontecer a curto prazo, quer seja pelos norte-americanos, quer seja pelos ingleses.

---

[653] Joint Chiefs of Staff (JCS) (16 de maio de 1943). Seizure or Paceaful Occupation of the Azores. Report by Joint War Plans Committee. *Franklin D. Roosevelt Library&Museum Web site*. Acedido em dezembro de 2015, disponível em http://docs.fdrlibrary.marist.edu/psf/box4/t56a01.html.

[654] "It is estimated that the following would be required for an occupation by force: Ground: 1 Division, Reinforced (Amphibiously trained); Air: 1 Carrier Group, 36 F and 36 DB; Naval: 2 BB, 1 CV, 2 CA or CL, 23 DD, 15 APA, 5 AKA". JCS (16 de maio de 1943). *Op cit*.

[655] "Portuguese armed forces in the AZORES are the best of the nation, but are lightly armed and equipped with obsolete aircraft. It is felt that their resistance to a well-balanced aggressive force would be ineffective. They consist of: Ground: 25,700 troop; Air: 41 obsolete aircraft; Naval: 2 DD's". JCS (16 de maio de 1943). *Op. cit*.

[656] "There are reputed to be more AZOREANS in the UNITED STATES than there are in the AZORES as a result of which the people of the islands have strong economic and blood ties with their people who have emigrated to this country. However, the military forces in the AZORES come from PORTUGAL, so that bonds of understanding which exist between the people of the UNITED STATES and the AZORES do not extend to the armed forces of the islands". JCS (16 de maio de 1943). *Op. cit*.

[657] Cf. Telo, A. J. (1993). *Op. cit.*

[658] *Idem, ibidem.*

6.2. EUA e Inglaterra querem ocupar os Açores

As atas da Cimeira Trident não deixam qualquer dúvida sobre a iminência da ocupação dos Açores. O tema é abordado deste o início, ficando acordado entre ingleses e norte-americanos que a ocupação das ilhas deve ocorrer com a maior brevidade, embora ao nível militar não haja entendimento sobre a quem competirá a operação. Mas o acordo sobre a urgência da ocupação é unânime:

> The Combined Chiefs of Staff are agreed as to the tremendous benefits which the United Nations would gain from the earliest possible use of the Azores Islands. They recommend that the Portuguese Government should be approached at once on this subject, but that no guarantee should be given and that every endeavor should be made to persuade the Portuguese that no threat exists. They consider that Germany is unlikely to invade the Iberian Peninsula if the Azores Islands are so used, and that the risk is acceptable. In submitting this recommendation the Combined Chiefs of Staff propose that while the diplomatic approach is being made forces should be prepared for the prompt seizure and use of the Azores if diplomacy fails[659].

Tanto os EUA como a Inglaterra lutam em Trident pelo exclusivo na ocupação dos Açores. O argumento central dos ingleses tem a ver com o facto de os Açores estarem na esfera de responsabilidade da Inglaterra. Os norte-americanos desenvolvem um argumento com algum grau de elaboração que deixa transparecer uma forte vontade de ocupar as ilhas com meios próprios. Invocando a aliança entre a Inglaterra e Portugal, o Almirante King (*US Navy*) argumenta que, por razões diplomáticas e psicológicas, seria melhor a operação ser conduzida por tropas norte-americanas, mesmo reconhecendo que os Açores estavam na esfera de responsabilidade inglesa. Porém, o argumento norte-americano não vinga, acabando os chefes militares norte-americanos por concordar que a ocupação das ilhas seja uma operação inglesa[660].

O Presidente Roosevelt ainda acena com um telegrama preparado para enviar ao Presidente do Brasil com vista a uma operação conjunta EUA-Brasil[661], mas o expediente não colhe apoio inglês. Fica, por fim, acordado entre Roosevelt e Churchill que a ocupação dos Açores será inglesa, a quem compete a elaboração do plano da operação. Sendo praticamente excluída a possibilidade de Portugal concordar com a ocupação pacífica das ilhas, fica decidido que Lisboa

---

[659] Office of the Combined Chiefs of Staff (Edit.)(1943). *Op. cit.*, p. 63.

[660] *Idem, ibidem.*

[661] Comunicação do Departamento de Estado ao Embaixador dos EUA no Rio de Janeiro dando conta de uma comunicação do Presidente Roosevelt para o Presidente Vargas, 19 de maio de 1943. Franklin D. Roosevelt Library&Museum. Folder 1. MR 300 Spain, Portugal, Azores (2) Sec. 1-0ccupatlon of the Azores, 18 de maio de 1943-17 de novembro de 1944. *Franklin D. Roosevelt Library&Museum Web site*. Acedido em dezembro de 2015, disponível em http://www.fdrlibrary.marist.edu/_resources/images/mr/mr0151.pdf (Doravante: FDRL&M. Folder 1). A comunicação não chegou a ser enviada. (Sempre que o assunto do documento tenha que ser por nós construído a partir de referências, como é este caso, a língua utilizada será o português).

será informada poucas horas antes do início do assalto, sendo passada a informação de que há a hipótese de as ilhas receberem forças brasileiras. O plano deve ser executado até ao final de agosto. Em qualquer caso, a execução do plano fica dependente de consultas que Churchill pretende desenvolver com o Gabinete inglês, situação que é aproveitada por Roosevelt para voltar a lembrar o interesse norte-americano na ocupação dos Açores, insistindo que, nas conversas com o Gabinete, Churchill tenha em mente a alternativa de uma aproximação a Lisboa através dos EUA e do Brasil. O Presidente está convencido que a utilização de forças de ocupação brasileiras será um fator positivo para convencer Portugal a ceder as ilhas. Os EUA conseguem nesta negociação que, após a ocupação, os Açores estejam ao dispor das Nações Unidas e não apenas de Inglaterra[662], o que significa que o seu plano de acesso às ilhas mantém-se intacto, apesar de a iniciativa ter sido cedida a Inglaterra.

Porém, ao expor ao Gabinete o plano de ocupação dos Açores aprovado na Conferência Trident, Churchill vê-se confrontado com uma forte reação contrária, particularmente dos Negócios Estrangeiros. Tinha sido quebrada a tradição de ouvir a diplomacia, que defende deverem as bases nos Açores ser pedidas com antecedência a Lisboa, invocando a aliança secular. A opção militar só seria ativada caso a aproximação diplomática falhasse. Lisboa está agora predisposta a um entendimento com Londres por três fatores referidos por Telo[663]. Por um lado, a derrota alemã é já previsível; por outro, a Espanha dá sinais de se aproximar de uma nova guerra civil que pode chamar a Alemanha ao conflito e arrastar Portugal, que está desarmado; finalmente, o clima interno começa a ameaçar rutura, pelo que são necessárias estratégias para aproximar as forças armadas ao regime, sendo que o apoio inglês é essencial nesse processo[664].

A Inglaterra está disposta a discutir apoios a Portugal em troca de bases nos Açores, como sejam proteção à navegação e contra ataques aéreos. Está também disponível para dar garantias num tempo alargado sobre os Açores e o império colonial português. O pedido de bases é feito a 18 de junho e Portugal aceita poucos dias depois, referindo apenas que as condições têm de ser negociadas. O acordo de Trident fica assim em causa. Churchill esforça-se por dar explicação ao Presidente Roosevelt. A exclusão dos EUA é apresentada como uma exigência portuguesa, quando o assunto nem foi discutido com Lisboa. As negociações formais entre Portugal e Inglaterra começam em Lisboa a cinco de Julho, tendo altos e baixos até à assinatura do acordo a 17 de agosto, prevendo a ocupação das bases a partir de oito de outubro[665].

[662] Office of the Combined Chiefs of Staff (Edit.)(1943). *Op. cit*.
[663] Telo, A. J. (1993). *Op. cit.*
[664] A predisposição de Salazar é notada num telegrama enviado por Churchill a Roosevelt a 11 de Junho de 1943. Cf. FDRL&M. Folder 1, p. 196.
[665] Cf. Telo, A. J. (1993). *Op cit.*

6.2.1. Norte-americanos sentem-se traídos

O acordo estabelecido entre Inglaterra e Portugal para a utilização dos Açores não respeita o que tinha sido acordado na Conferência Trident e que já vimos, designadamente no que diz respeito ao acesso dos norte-americanos a bases nas ilhas. A reação norte-americana é forte e manifesta-se na Conferência Quadrant. Os ingleses procuram explicar na Conferência que Salazar em nenhuma circunstância admitiria forças estrangeiras nos Açores além das de Inglaterra, mas vão adiantando que no futuro pode ser possível que a situação seja invertida, sendo permitido o acesso a outras forças das Nações Unidas[666]. Para os norte-americanos o acordo estabelecido entre a Inglaterra e Portugal é inaceitável e representa um falhanço da diplomacia, o que significa que o passo seguinte, segundo o que ficara acordado em Trident, seria a invasão das ilhas. Os EUA insistem que "…it is of vital importance that Azores facilities be made available for U.S. military, air ferry and transport operations"[667]. A vontade norte-americana é mesmo expressa por Roosevelt, que sugere que uma semana ou dez dias depois de a Inglaterra ocupar os Açores meios norte-americanos aéreos e navais deveriam ser enviados para as ilhas. No caso de protesto português, o Presidente sugere a Inglaterra que diga a Lisboa "…that they were frightfully sorry that their cousins from overseas had descended upon them but that, having done so, there was little that they could do about it"[668]. A partir daqui, parece evidente que os EUA perdem a paciência com Inglaterra na questão dos Açores e passam à ação direta, ou seja, o acesso a bases nas ilhas passa a ser tratado diretamente com Lisboa.

Secção II - Os norte-americanos nos Açores

1. Posição de força

Roosevelt dá conta, a 6 de outubro de 1943, a Churchill de uma comunicação do JCS sobre os Açores, com a qual diz concordar, que parece constituir uma posição de força sobre o acesso às ilhas[669]. O que está em causa, sobretudo, é a utilização da rota do Atlântico central com escala nos Açores, que representa ganhos significativos para os EUA em combustível, horas de motor,

[666] Joint History Office (2003). *Quadrant Conference*. Washington: Joint History Office. Papers and Minutes of Meetings. Combined Chiefs of Staff. Land Airport Facilities in the Azores. Memorandum by the Representatives of the British Chiefs of Staff, 9 de agosto de 1943, p. 12 e 13.

[667] *Idem*, *Ibidem*. Papers and Minutes of Meetings. Combined Chiefs of Staff. Land Airport Facilities in the Azores.Memorandum From the U.S. Chiefs of Staff, 11 de agosto de 1943, p. 15 e 16.

[668] *Idem, ibidem*. Papers and Minutes of Meetings.1st Meeting of the President and Prime Minister with the Combined Chiefs os Staff, 18 de agosto de 1943, p. 400.

[669] Telegrama de Roosevelt a Churchill, 6 de outubro de 1943. FDRL&M. Folder 1, pp. 138 e 139.

libertação de aviões e de pessoal para outras funções. Aliás, a rota do sul é considerada pelo JCS demasiado dispendiosa, sendo, por isso, necessário em breve reduzir o fluxo por essa via, que está a aumentar para níveis incomportáveis. O JCS está convencido que a Inglaterra não irá tratar, pelo menos em tempo útil, dos interesses norte-americanos nos Açores, por isso sugere ao Presidente que Churchill seja contatado no sentido de o acesso às Lajes ser resolvido de imediato, sendo remetidas para data posterior negociações com Portugal envolvendo Inglaterra e EUA.

A 14 de Outubro, Roosevelt informa Churchill da intenção norte-americana de iniciar contatos diretos com Portugal utilizando como argumento que o compromisso norte-americano de não negociar por via direta com Lisboa tinha caído a 17 de agosto com a assinatura do acordo entre Inglaterra e Portugal[670]. O Presidente repisa os enormes ganhos resultantes da utilização da rota central com escala nos Açores e dá conta de informações segundo as quais Lisboa estaria predisposta para as negociações diretas com os EUA. Roosevelt convida a Inglaterra a juntar-se, através do seu embaixador em Lisboa, ao esforço norte-americano para convencer Portugal.

2. Planos para ocupação extensa dos Açores

A 16 de Outubro, os EUA passam à ação direta. O encarregado de negócios da Embaixada dos EUA em Lisboa, George Kennan, recebe instruções[671], por ordem de Roosevelt, para executar a 18 ou o mais rapidamente possível, no sentido de marcar uma entrevista com Salazar com vista a solicitar vastas facilidades nos Açores, que abrangem as ilhas São Miguel (base marítima e aérea), Faial (base para hidroaviões), Terceira (utilização da base das Lajes e acomodações para pessoal) e Flores (uma base aérea e acomodações para pessoal), sendo que esta ilha pode ser substituída por Santa Maria, caso nas Flores não existam terrenos apropriados à construção da base aérea. São ainda solicitados acessos a comunicações por cabo para utilização local e global; locais para instalar postos de observação e radares; acesso sem restrições aos portos, que seriam guardados por navios de guerra norte-americanos, e instalação do pessoal norte-americano necessário e onde for necessário. Os norte-americanos predispõem-se a construir as instalações necessárias onde elas não existam. Este vasto pedido pode ser enquadrado no incremento do esforço de guerra na Europa, uma vez que os aliados tinham decidido abrir uma segunda frente e só dar por concluído o conflito com a derrota total da Alemanha e do Japão[672].

[670] Telegrama de Roosevelt a Churchill, 14 de outubro de 1943. FDRL&M. Folder 1, p. 132.
[671] Telegrama do Departamento de Estado à Embaixada dos EUA em Lisboa, 16 de Outubro de 1943. FDRL&M. Folder 1, pp. 126-128.
[672] Cf. Rodrigues, L. N. (outubro de 2003). *O Acordo Luso-Americano dos Açores de 1944*.

2.1. Um susto diplomático

Kennan ter-se-á assustado com a dimensão do pedido. Tanto assim é que a 18 de outubro envia um telegrama ao Departamento de Estado[673] chamando a atenção para a possibilidade de tal pedido colocar em perigo o acesso norte-americano aos Açores, além de ter implicações nas relações de Portugal com os EUA e também com a Inglaterra. O encarregado de negócios disponibiliza-se para explicar o seu ponto de vista ao Presidente, se tal for considerado conveniente. O presidente não vê razões para o encarregado de negócios se deslocar aos EUA, como tinha solicitado e refere que um pequeno atraso na abertura de negociações não terá efeitos negativos[674]. A 20 de outubro Kennan explica melhor o seu ponto de vista num telegrama enviado ao Secretário de Estado[675]. De acordo com o encarregado de negócios, Salazar teme uma aliança com os EUA quase tanto como com a Rússia; o pedido norte-americano ultrapassa o próprio pedido inicial inglês e muito mais do que foi concedido e dará argumentos a Salazar para concluir que os EUA querem todo o arquipélago; a propaganda alemã dá como certo que os EUA querem instalar-se para sempre nos Açores, situação que é credível para uma parte da população portuguesa. Ademais, as relações entre Portugal e a Alemanha estão presas por fios que podem quebrar com cedências tão vastas aos EUA, aliás solicitadas sem indicação de contrapartidas. Por fim, Kennan convida os EUA a uma decisão de fundo: ou derrubar Salazar ou negociar com ele.

2.1.1. Instalação passo a passo

A estratégia negocial de Kennan é comunicada ao Secretário de Estado ainda a 20 de outubro[676] e passa por uma instalação passo a passo com a presença progressiva de meios nas facilidades inglesas até que se crie uma espécie de habituação à presença norte-americana nas ilhas. Num determinado momento devem ser solicitadas, invocando razões administrativas, instalações separadas das inglesas, mas adjacentes a estas. As armas secretas para garantir a presença

---

(Comunicação apresentada à Conferência Internacional Portugal e o Atlântico: 60 anos do Acordo dos Açores). *Instituto Português de Relações Internacionais Web site*. Acedido em janeiro de 2016, disponível em http://www.ipri.pt/investigadores/artigo.php?idi=8&ida=138#_ftnref5.

[673] Telegrama de George Kennan para o Secretário de Estado, 18 de outubro de 1943. FDRL&M. Folder 1., 125 e 126.

[674] Telegrama do Departamento de Estado à Embaixada dos EUA em Lisboa, 19 de outubro de 1943. FDRL&M. Folder 1, p. 123.

[675] Telegrama de George Kennan para o Secretário de Estado, 20 de outubro de 1943. FDRL&M. Folder 1, p. 116-118.

[676] Telegrama da Embaixada dos EUA em Lisboa para o Secretário de Estado, 20 de outubro de 1943. FDRL&M. Folder 1, pp. 116-118.

seriam, num momento adequado, dar garantias sobre o império português e assegurar o abandono das instalações nos Açores no fim da guerra.

A resposta a Kennan, dada ao mais alto nível, é algo desconcertante. O próprio Presidente manda dizer ao encarregado de negócios que ele faça os progressos possíveis face aos pontos de vista de Lisboa, tendo em conta que os EUA necessitam de facilidades aéreas nos Açores o mais cedo possível[677]. Um telegrama do Departamento de Estado a Kennan[678] reitera que o diplomata está praticamente por sua conta no modo de atuar em Lisboa, embora sejam esperados resultados com brevidade. Pela primeira vez, os EUA assumem que podem ser dadas algumas garantias a Salazar, designadamente sobre a manutenção do império sob soberania portuguesa, além de apoios económicos, mantendo os programas em curso e acrescentando outros, caso tal se manifeste necessário.

2.1.2. A estratégia de Kennan no terreno

Um encontro entre Kennan e Salazar é agendado para 23 de novembro, fazendo parte da agenda a utilização norte-americana de facilidades no Faial e na Terceira já concedidas aos ingleses e a participação da engenharia norte-americana em obras necessárias nessas instalações, mas particularmente na Terceira (Lajes). Kennan pretende ainda sondar Salazar, informalmente, sobre outras facilidades que os norte-americanos pretendem nos Açores. O embaixador de Inglaterra em Lisboa tinha, entretanto, recebido instruções para apoiar as pretensões norte-americanas[679]. Na reunião, Kennan entregou a Salazar uma carta de Roosevelt salientando que a utilização dos Açores seria importante para poupar vidas e encurtar a guerra. A carta deixava claro que os EUA não tinham pretensões sobre territórios portugueses e assumia o compromisso de saída dos Açores após o fim da guerra, invocando, aliás, o exemplo do que acontecera após da I Guerra Mundial com a Base Naval de Ponta Delgada[680].

2.1.2.1. Salazar abre as portas dos Açores

Salazar cede de imediato no que diz respeito à utilização pelos EUA das instalações concedidas a Inglaterra, alegando sempre ter entendido que essa extensão era automática. Quanto à

[677] Informação de Roosevelt a Kennan transmitida através do Secretário de Estado, 21 de outubro de 1943. FDRL&M. Folder 1, p. 106.

[678] Telegrama do Departamento de Estado a Kennan, 21 de outubro de 1943. FDRL&M. Folder 1, p. 108.

[679] Informação do Secretário de Estado ao Presidente, 23 de novembro de 1943. FDRL&M. Folder 1, p. 96.

[680] Cf. Rodrigues, L. N. (outubro de 2003). *Op. cit.*

pretensão norte-americana de construir outra base, justificada com a escassez de espaço nas Lajes, Kennan acena com a passagem das instalações para a posse portuguesa após a guerra, o que não convence de imediato Salazar, que alega ter tal pretensão implicações na própria orientação da política externa portuguesa, podendo mesmo levar à entrada de Portugal na guerra ao lado dos EUA. Ao contrário, as concessões a Inglaterra integravam-se numa aliança pré-existente, não implicando o fim da neutralidade. Salazar parece predisposto a novas facilidades que satisfaçam os interesses norte-americanos, mas no quadro da relação com Inglaterra[681]. O apoio inglês às soluções para os Açores apresentadas por Kennan fica, entretanto, claro a 24 de novembro. O Ministro da Inglaterra em Lisboa, em conversa com o Ministro dos Negócios Estrangeiros, declara o apoio da Inglaterra à construção pelos norte-americanos de um novo aeroporto nos Açores, repetindo o argumento norte-americano de insuficiência das Lajes[682].

2.1.2.2. A opção por Santa Maria

Uma mensagem, entre comandos militares norte-americanos, de um de dezembro[683], data da segunda reunião de Kennan com Salazar, esclarece que a ideia inicial de construir um aeroporto nas Flores teria que ser abandonada por razões técnicas, colocando-se também problemas técnicos importantes se a opção fosse ampliar o aeródromo de Santana, em São Miguel. Sendo assim, os norte-americanos estão agora virados para Santa Maria, esperando os militares que a autorização para as obras na ilha seja concedida. Antes de reunir com Salazar pela segunda vez, Kennan reúne com o Ministro Português dos Negócios Estrangeiros com quem ensaiou uma nova proposta, que passava pela construção de um grande aeroporto nos Açores para depois da guerra, sendo a futura utilização discutida em altura oportuna. Rodrigues anota que a solução separa a construção da utilização, sendo que a construção poderia ser autorizada de imediato, ficando a utilização dependente das necessidades que entretanto fossem verificadas[684].

Kennan sentiu, face à reação do ministro português, que poderia avançar com a proposta na reunião com Salazar agendada para um de dezembro, na qual acabaria por avançar já com a opção de Santa Maria. O encarregado de negócios avançou com duas hipóteses, sendo uma delas um pedido inglês para construção de um novo aeroporto, que poderia ser utilizado em regime misto; a outra hipótese seria uma encomenda portuguesa a uma empresa privada norte-americana para construção de um aeroporto, sendo a utilização discutida após a construção, que

[681] Cf. Rodrigues, L. N. (outubro de 2003). *Op. cit.*; Mensagem do COMINCH Headquarters para COMINCH, 26 de novembro de 1943. FDRL&M. Folder 1, p. 95.
[682] Cf. Rodrigues, L. N. (outubro de 2003). *Op. cit.*
[683] Mensagem naval de ALUSNA LISBON (&HUFF) para CAPT MOON CNO, 1 de dezembro de 1943. FDRL&M. Folder 1, pp. 89-91.
[684] Cf. Rodrigues, L. N. (outubro de 2003).*Op. cit.*

não demoraria mais do que quatro meses[685]. Os norte-americanos estavam, entretanto, conscientes, através de informações inglesas, da importância que Salazar atribuía ao retorno de Timor à soberania portuguesa, podendo mesmo Lisboa implicar forças suas na operação para expulsar os japoneses. Uma resposta definitiva às pretensões portuguesas é considerada útil às negociações sobre os Açores[686]. Kennan joga esse trunfo nas negociações com Salazar. Alegando que Portugal pode ver-se em breve envolvido na guerra ao lado dos EUA para a libertação de Timor, acrescenta que a passagem pelo Atlântico é importante para a guerra mantida contra o Japão. Acrescenta saber dos contatos portugueses com Inglaterra sobre a questão de Timor e promete que manterá o assunto na agenda em Washington[687].

2.1.3. Lentidão não agrada aos militares

Apesar dos avanços nas negociações com Lisboa conseguidos por Kennan, para os militares norte-americanos, ao que tudo indica, o processo estava a decorrer com demasiada lentidão. O novo embaixador dos EUA em Lisboa, Norweb, recebe a 29 de dezembro de 1943 um telegrama do Departamento de Estado[688] dando conta da pressa do JCS na obtenção o mais cedo possível de autorização para a construção pelos Estados Unidos de um aeroporto em Santa Maria ou outra ilha, podendo ficar entendido que a construção seria para Portugal, desde que ficasse garantido o uso norte-americano. No entanto, a visão do JCS é de longo curso: "The Chiefs of Staff consider in this connection that the desirability should be borne in mind of acquiring most-favored-nation commercial rights and continuing post war rights for United States military supply to outlying military posts by air"[689]. As orientações transmitidas pelo Departamento de Estado a Norweb indicam que este deve manter conversações com Salazar o mais cedo possível.

2.1.3.1. Salazar sem margem para recuar

[685] Cf. Rodrigues, L. N. (outubro de 2003).*Op. cit.*

[686] Mensagem naval de ALUSNA LISBON (&HUFF) para CAPT MOON CNO, 1 de dezembro de 1943. FDRL&M. Folder 1, pp. 89-91.

[687] Cf. Rodrigues, L. N. (outubro de 2003).*Op. cit.*

[688]The Secretary of State to the Minister in Portugal (Norweb), 29 de dezembro de 1943. FRUS, 1943, p. 579.

[689] The Secretary of State to the Minister in Portugal (Norweb), 29 de dezembro de 1943. FRUS, 1943, p. 579.

Norweb reuniu com Salazar a 31 de Dezembro. Salazar aceitou, nessa reunião[690], uma proposta de Norweb que já abria, sem grande margem para recuo, as portas de Santa Maria. A ideia era os EUA recomendarem a Portugal uma companhia norte-americana capaz de construir o aeroporto, partindo o convite de Portugal. Salazar não se deixou, porém, enganar pela proposta, comentando que por aquela altura qualquer empresa norte-americana estaria sob controlo militar, pelo que seriam, por certo, enviados militares para Santa Maria. Norweb recomendou, no seu telegrama ao Departamento de Estado, que o pessoal militar a colocar em Santa Maria ao abrigo de uma companhia civil fosse desfardado. Todas as despesas seriam asseguradas pelos EUA[691]. Nesta reunião ficou também garantida a instalação nas Lajes de esquadrões norte-americanos de luta antisubmarinos (VLR), embora sob controlo inglês, tendo ainda sido autorizado o reabastecimento de aviões e o envio para a Terceira de pessoal técnico e de construção[692]. Uma semana depois do primeiro encontro, Norweb volta a reunir com Salazar e propõe que seja a *Pan American* a ocupar-se de Santa Maria[693]. Esta proposta é justificada, por exemplo, pela Marinha dos EUA, que considera a *Pan American* a empresa ideal para colocar em Santa Maria, face, entre outros predicados, ao conhecimento que já detém dos Açores[694].

2.1.3.2. Timor na mesa das negociações

Como se viu, a urgência dos militares norte-americanos em relação a Santa Maria é máxima. Porém, Salazar parece utilizar nas negociações uma estratégia que propositadamente vai atrasando o processo recorrendo a todos os expedientes possíveis. A obtenção de garantias sobre o regresso de Timor à soberania portuguesa parece ser uma das questões centrais que estão por detrás da posição portuguesa. A Inglaterra havia informado os EUA sobre as pretensões portuguesas em relação a Timor em Dezembro de 1943 e a 28 de Janeiro de 1944 pode ter entregue aos norte-americanos a chave de Santa Maria, ao lembrar ao Departamento de Estado as pretensões de Salazar, acrescentando que o momento parecia ser bom para tratar do assunto com Salazar e apelando aos EUA para que concordem com as pretensões portuguesas[695]. A 21

[690] The Minister in Portugal (Norweb) to the Secretary of State, 31 de dezembro de 1943. FRUS, 1943, p. 579.
[691] Cf. Rodrigues, L. N. (outubro de 2003). Op. cit.
[692] Mensagem naval de ALUSNA LISBON para CAPT MOON CNO, 3 de Janeiro de 1944. FDRL&M. Folder 1, pp. 80-83.
[693] Cf. Rodrigues, L. N. (outubro de 2003).*Op. cit.*
[694] Mensagem naval de ALUSNA LISBON para CAPT MOON CNO, 3 de Janeiro de 1944. FDRL&M. Folder 1, pp. 80-83.
[695] The British Embassy to the Department of State (AIDE-MEMOIRE), 28 de Janeiro de 1944. FRUS diplomatic papers, 1944 . Europe (1944). Acedido em dezembro de 2015, disponível em http://digicoll.library.wisc.edu/cgi-bin/FRUS/FRUS-

de fevereiro, o Departamento de Estado autoriza o Embaixador dos EUA em Lisboa a comunicar a Salazar que a participação portuguesa numa eventual expedição a Timor está a ser considerada pelo JCS, ficando os EUA na expetativa de Portugal comunicar que tipo de participação tem em mente[696].

Na entrevista que mantém com Salazar a 26 de Fevereiro, Norweb joga o trunfo de Timor, vincando que a construção de um segundo aeroporto nos Açores para uso dos EUA é o grande contributo que Portugal pode dar para a libertação de Timor e no geral para o progresso da guerra no Pacífico. Esta aproximação arrancou a Salazar uma declaração que parece ter agradado a Norweb: "I will try to do something positive for American Government". O Embaixador anota também que desta vez Salazar não ligou a questão de Santa Maria à aliança anglo-portuguesa[697]. Por seu lado, o JCS manifesta-se disposto a aceitar forças portuguesas numa eventual operação para libertar Timor ou mesmo no cenário europeu, mas adianta que "…Portugal can make its most importante immediate contribution in the war against Japan and toward liberating Timor by granting forth with the Azores facilities requested but not yet granted, and they urge expediting favorable action"[698].

2.1.3.3. Compromisso com a *Pan American*

Norweb manteve novo encontro com Salazar a 23 de maio, no qual conseguiu o compromisso de que o convite à *Pan American* para iniciar o projeto de Santa Maria seria imediato, começando as obras logo após a conclusão dos planos. Salazar deixou claro que as obras deveriam ser pagas por Portugal, deixando em aberto a questão do uso pelos aliados. Norweb recomenda uma ação imediata por parte dos técnicos norte-americanos que se deverão juntar a técnicos portugueses para dar início aos trabalhos de expropriação de terrenos, recolocação de expropriados, etc[699]. Após a primeira comunicação, logo após a reunião, Norweb enviou um segundo telegrama para Washington, no qual pormenoriza o teor da reunião com Salazar, concluindo: "He left me with the clear impression that once the field is completed, a satisfactory agreement could be made as to its use"[700]. Norweb, questionado por Salazar sobre a questão de

---

idx?type=turn&entity=FRUS.FRUS1944v04.p0021&id=FRUS.FRUS1944v04&isize=text (Doravante: FRUS, 1944), pp. 10-11.

[696] The Acting Secretary of State to the Minister in Portugal (Norweb), 21 de Fevereiro de 1944. FRUS, 1944, p. 12.

[697] The Minister in Portugal (Norweb) to the Secretary of State [Extract], 26 de Fevereiro de 1944. FRUS, 1944, p. 14.

[698] The Secretary of State to the Minister in Portugal (Norweb), 21 de Maio de 1944. FRUS, 1944, pp. 26-27.

[699] The Afinister in Portugal (Norweb) to the Secretary of State, 23 de Maio de 1944. FRUS, 1944, p. 27.

[700] The Minister in Portugal (Norweb) to the Secretary of State, 24 de Maio de 1944. FRUS, 1944, pp. 28-29.

Timor, reiterou na reunião que a construção de um aeroporto em Santa Maria seria uma grande ajuda de Portugal na luta contra o Japão[701].

2.1.4. O aperto final em Salazar

A 30 de Junho, o Departamento de Estado, já visivelmente impaciente, dá instruções a Norweb para que se encontre de novo com Salazar, devendo garantir a futura utilização de Santa Maria. E mais: o aeroporto deveria ficar sob controlo norte-americano[702]. A 3 de Julho o Departamento de Estado informa Norweb esperar que o acordo com Portugal fique estabelecido nessa semana. São também dadas instruções sobre um entendimento entre ingleses e norte-americanos no sentido de serem iniciadas conversações com Portugal com vista à participação portuguesa na libertação de Timor[703].

A 6 de julho de 1944 Norweb é recebido por Salazar, mas na reunião são tratadas apenas questões técnicas relativas a Santa Maria[704]. Logo no dia seguinte, 7 de julho, Salazar recebe, em conjunto, os embaixadores dos EUA e de Inglaterra para tratar de questões relativas a Timor. O relato de Norweb para o Departamento de Estado[705] refere que o facto de o embaixador inglês ter explicado a Salazar que "…that operations in the Pacific theater were at present almost entirely in the hands of the United States" é favorável às pretensões norte-americanas em relação a Santa Maria. No resto, a reunião tratou de futuros encontros técnicos entre militares para preparar uma eventual operação em Timor com participação portuguesa.

2.1.4.1. *Now or never*

Com o assunto de Santa Maria a passar de reunião para reunião, o Departamento de Estado dá mostras de estar cada vez mais irritado e parece disposto a avançar para um *aperto* definitivo em Salazar. A 8 de julho[706], Norweb recebe um telegrama do Departamento de Estado cujos termos são muito claros: "We have reached the crucial moment beyond which we can delay no further without incurring incalculable loss". O Departamento instrói Norweb para se encontrar de novo

[701] Cf. Rodrigues, L. N. (outubro de 2003).*Op. cit.*
[702] The Secretary of State to the Ambassador in Portugal (Norweb), 30 de junho de 1944. FRUS, 1944, pp. 39-40.
[703] The Secretary of State to the Ambassador in Portugal (Norweb), 3 de Julho de 1944. FRUS, 1944, p.41.
[704] The Ambassador in Portugal (Nwoweb) to the Secretary of State, 6 de julho de 1944. FRUS, 1944, pp. 41-42.
[705] The Ambassador in Portugal (Norweb) to the Secretary of State, 7 de julho de 1944. FRUS, 1944, pp. 44-45.
[706] The Ambassador in Portugal (Norweb) to the Secretary of State, 8 de julho de 1944. FRUS, 1944, pp. 45-46.

com Salazar o mais rapidamente possível, devendo avisa-lo nesse encontro que ou a decisão sobre Santa Maria é imediata ou então "…the opportunity will have passed". Os EUA, além da construção, insistem no uso e no controlo de Santa Maria. Qualquer tentativa de novo adiamento será considerada pelos EUA como uma resposta negativa. A 14 de julho o Departamento de Estado endurece ainda mais a sua posição[707]. O Embaixador é instruído para colocar duas questões concretas a Salazar; " (1) Are we authorized to proceed with construction on Santa Maria? (2) Will United States use and control be accorded after completion of construction?" Os EUA estão dispostos a esperar pela resposta não mais do que três dias. A partir daí o projeto de Santa Maria deve ser abandonado, até porque a posição do Departamento de Guerra (WD) é "Now or never". O que fica em causa com novos adiamentos portugueses é a própria relação entre os dois países.

2.1.4.2. Salazar ainda resiste

A conversa de 19 de julho de Norweb com Salazar parece não ter corrido bem[708]. Salazar deixou claro que continuaria a negociar a questão de Santa Maria apenas com a *Pan American* por forma a poder justificar-se perante a Alemanha e o Japão, alegando que o assunto era meramente comercial. Comprometeu-se, no entanto, a avançar com uma pista de emergência, mesmo antes de receber a previsão de custos para a obra principal. Quanto à questão do uso e controlo, remeteu uma decisão para conversações futuras, alegado não poder ceder em tais pretensões numa altura em que Portugal estava a negociar com o Japão o retorno pacífico de Timor à soberania portuguesa. Norweb sai da reunião convencido que Salazar está à espera da derrota da Alemanha para ceder na questão de Santa Maria. No seu telegrama para o Departamento der Estado, o Embaixador pressiona para que a previsão de custos referida por Salazar como impedimento ao início da construção do aeroporto seja resolvida de imediato pela *Pan American*. Segundo Rodrigues[709], Norweb jogou, nesta reunião, mais uma vez, o trunfo de Timor, mostrando, a título confidencial, uma resolução do JCS deixando claro que o melhor contributo de Portugal no caso seria a autorização do uso de Santa Maria.

2.1.4.3. Roosevelt entra em cena

[707] The Secretary of State to the Ambassador in Portugal (Norweb), 14 de julho de 1944., FRUS, 1944, pp. 48-49.
[708] The Ambassador in Portugal (Norweb) to the Secretary of State, 19 de Julho de 1944. FRUS, 1944, p. 52.
[709] Rodrigues, L. N. (outubro de 2003).*Op. cit.*

Com as negociações insistentemente emperradas, os EUA jogam um trunfo do mais alto nível. A 22 de Julho, o funcionário diplomático Paul Culbertson, acompanhado do Embaixador Norweb, entrega a Salazar uma carta do Presidente Roosevelt[710] dando conta que o projeto da *Pan American* para Santa Maria está concluído e enfatizando que o equipamento necessário às obras deve seguir para Santa Maria para aproveitar o bom tempo, iniciando-se os trabalhos de imediato. Salazar é solicitado a aprovar tanto o envio de equipamento como o início das obras. Na reunião, Salazar concorda com o envio imediato do material para Santa Maria e compromete-se com a estratégia norte-americana montada à volta da *Pan American* para manter uma máscara civil, expressando mesmo satisfação por Portugal poder requerer o serviço à empresa privada, sabendo embora que o trabalho será realizado pelo Governo dos EUA. No entanto e com o claro intuito de serem mantidas as máscaras publicamente, Salazar solicita que o pessoal militar que irá trabalhar em Santa Maria seja desfardado[711].

A 25 de Novembro, Norweb e o funcionário diplomático Culbertson mantêm conversações com Salazar[712] nas quais este se compromete com a autorização de movimentos de pessoal, equipamentos e material em Santa Maria. No entanto, Salazar continua a não se comprometer com a autorização de uso e controlo alegando que o assunto de Santa Maria deveria ser tratado passo a passo, sendo o primeiro passo a autorização de construção. Salazar volta a ligar o caso de Santa Maria com Timor, referindo que "…the decision with regard to the Pacific was large and importante for a country as small and poor as Portugal". A 26 de novembro Salazar escreve à *Pan American*. Notando que os projetos definitivos devem ser enviados ao Governo para aprovação, abre, no entanto, as portas ao início das obras:

> … given urgency of construction and necessity to utilize the best season for transport and unloading of construction machinery and materials and for work on the field itself, the Government authorizes Pan-Air to take necessary measures as from now which it may consider convenient for the purpose and even to commence on Santa Maria Island the works, inauguration of which is not dependent on the definitive projects[713].

A 27 de julho Salazar responde à carta de Roosevelt[714], confirmando que as obras em Santa Maria podem começar de imediato. Enigmaticamente, Salazar escreve estar a desenvolver

[710] President Roosevelt to the Portuguese Prime Minister (Salazar), 18 de Julho de 1944. FRUS, 1944, pp. 51-52.
[711] The Ambassador in Portugal (Norweb) to the Secretary of State, 19 de Julho de 1944. FRUS, 1944, p. 52.
[712] The Ambassador in Portugal (Norweb) to the Secretary of State, 25 de julho de 1944. FRUS, 1944, p. 60.
[713] The Ambassador in Portugal (Norweb) to the Secretary of State (dando conta da carta escrita por Salazar à *Pan American*), 26 de julho de 1944. FRUS, 1944, p. 63.
[714] The Portuguese Prime Minister (Salazar) to President Roosevelt [Translation], 27 de julho de 1944. FRUS, 1944, p. 64.

esforços para que todas as facilidades desejadas pelos norte-americanos sejam contempladas, mas continua a não dar qualquer garantia explícita sobre o principal interesse norte-americanos: uso e controlo.

2.1.5. Timor regressa ao centro das negociações

Em setembro, na primeira metade do mês, estão em Lisboa delegações dos EUA e da Inglaterra para discutir a participação de Portugal numa eventual expedição a Timor. Porém, as delegações chegam a Lisboa instruídas para não discutir outras possessões portuguesas além de Timor e muito menos facilidades aliadas nos Açores ou em qualquer outro território português[715]. Quer isto dizer que a ligação entre Santa Maria e Timor não será feita nas conversações. As obras em Santa Maria avançam até setembro, mas neste mês colocam-se questões essenciais que os norte-americanos querem ver resolvidas de imediato, sendo uma delas a necessidade de expropriar terras para avançar do projeto minimalista da *Pan American* para o plano verdadeiro, ou seja, o plano de grandes dimensões que interessa aos EUA.

Em mais uma reunião com Salazar[716], Norweb depara-se com a habitual estratégia de adiamento. Salazar pretende que lhe sejam submetidos, com uma memória descritiva detalhada, os projetos para a base de grande dimensão pretendida pelos norte-americanos, sendo de novo o desejado, pelos norte-americanos, uso e controlo remetido para o futuro. No entanto, no relato de Norweb percebe-se que Portugal abre mais uma porta: "He would study this, seeking a new approach, and then we would endeavor to reduce to writing the formula covering the conditions of use, et cetera". Por esta altura e segundo o relato de Norweb, Salazar parece já rendido à ideia de que Santa Maria seria o contributo de Portugal para a libertação de Timor: "He then alluded to the importance we attach to Santa Maria which represented, we had said, the greatest contribution he could make to the war in the Far East. I reconfirmed this, emphasizing its importance…" Talvez se possa entender que por esta altura Salazar já não equaciona uma participação militar portuguesa num eventual ataque a Timor, tal como já estará convencido que o Japão não devolverá Timor a Portugal por via da diplomacia. Também por esta altura, o adido militar dos EUA em Lisboa está convencido que Salazar, ao admitir a redução a escrito de um

[715] The Ambassador in Portugal (Norweb) to the Secretary of State, 11 de setembro de 1944. FRUS, 1944, p. 65.
[716] The Ambassador in Portugal (Norweb) to the Secretary of State, 14 de setembro de 1944. FRUS, 1944, pp. 65-67.

acordo sobre Santa Maria, já terá começado a diminuir a resistência às pretensões norte-americanas[717].

2.1.6. Finalmente, a perspetiva de um acordo escrito

Salazar avisa que num futuro acordo deve ser introduzida uma cláusula que garanta o regresso da infraestrutura à posse de Portugal após a guerra, além de introduzir uma questão da maior importância relativa ao uso futuro, pós-guerra, de Santa Maria e Lajes:

> He said that he expected Lagens to be the principal field in peace time since it lay in a populated area whereas Santa Maria, even [though] the weather conditions there were better, was barren. Santa Maria field would be a necessary adjust [adjuwct?] of Lagens as he sees it after the war, for emergency use mainly[718].

Salazar alega que Portugal pode não estar interessado num aeroporto tão grande em Santa Maria como o que os EUA querem construir, sendo por isso necessário ajustar, depois da guerra, a infraestrutura às necessidades reais. Norweb parece surpreendido com esta atitude de Salazar e lembra que "…that the same competent American labor and first-class material was putting in a first-class airport at Santa Maria as had been the case at Lagens". A declaração de Salazar pode ser entendida como aviso para os norte-americanos levarem a sério, uma vez que pouco depois da guerra os EUA permaneceram nos Açores, mas nas Lajes e não em Santa Maria.

2.1.6.1. Sem cobertura inglesa para resistir a acordo com os EUA

Numa conversa entre o secretário-geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Teixeira de Sampaio e o Embaixador inglês em Lisboa, Campbell, em finais de setembro, Lisboa parece ter percebido que não tinha mais espaço de manobra para continuar com uma espécie de jogo do gato e do rato com os EUA. Sampaio questiona Campbell se é do interesse de Inglaterra que Portugal negue a passagem das obras em Santa Maria para o projeto de grandes dimensões pretendido pelos norte-americanos. A resposta é clara. O Embaixador responde que o avanço do projeto de Santa Maria também era do interesse dos ingleses. Sampaio faz apenas depender a anuência portuguesa às pretensões dos EUA da aprovação nas reuniões dos estados-maiores que estão em curso da consideração de Santa Maria como o contributo indireto de Portugal para a

[717] Telegrama do Adido Militar dos EUA em Portugal para o Departamento de Guerra, 15 de Setembro de 1944. FDRL&M. Folder 1, p. 14.

[718] The Ambassador in Portugal (Norweb) to the Secretary of State, 14 de setembro de 1944. FRUS, 1944, pp. 65-67.

libertação de Timor. Campbell limitou-se a não objetar[719]. Sem cobertura inglesa para continuar a protelar a instalação norte-americana em Santa Maria, restava a Salazar tomar a iniciativa na preparação de um acordo com os EUA.

2.1.6.2. Proposta portuguesa arrojada

A dois de outubro, Salazar escreve ao Embaixador dos EUA em Lisboa submetendo um projeto de acordo com um documento anexo com garantias políticas e económicas que Portugal pretendia assegurar[720]. O projeto prevê que os trabalhos serão suportados por Portugal e realizados pela *Pan American*, sendo o aeroporto colocado à disposição dos norte-americanos, mas também dos ingleses – uma novidade que não tinha sido negociada com os EUA – durante a guerra e nos três meses seguintes. Quanto à nota anexa à proposta, ela pretendia completar as negociações entre estados-maiores no que diz respeito à reocupação de Timor e com garantias em relação à soberania portuguesa sobre a colónia. Portugal pretende também garantias dos EUA para participar na conferência que tratará da paz no Pacífico. Por outro lado, o projeto de nota pretende que os EUA assumam garantias sobre o abastecimento do país com géneros e mercadorias e sobre a aquisição de material militar por parte de Lisboa. Por fim, são pretendidas garantias sobre a aquisição por Portugal de aviões comerciais[721].

2.1.6.2.1. EUA respondem com ameaças

A proposta portuguesa de acordo é considerada inaceitável pelo Departamento de Estado[722], não havendo sequer tempo para a discutir, tal é a urgência face ao início das operações em Santa Maria. A proposta seguiu para o Presidente Roosevelt, tendo Norweb sido instruído para não discutir o documento até uma decisão presidencial. A 6 de outubro o Departamento de Estado dá instruções a Norweb para que transmita a Salazar posições norte-americanas concertadas com o Presidente e que podem ser consideradas muito duras. Depois de acusar Portugal de não estar a ajudar na guerra no Pacífico e de, pelo contrário, com as suas demoras em relação ao projeto de Santa Maria, estar a ajudar o Japão, os EUA passam à ameaça:

> …the United States Government would be obliged to discontinue the staff conversations at once, and to decline to engage in any negotiations with Portugal concerning economic or other matters,

[719]Cf. Rodrigues, L. N. (outubro de 2003). *Op. cit.*
[720] The Ambassador in Portugal (Norweb) to the Secretary of State (dando conta de uma carta enviada por Salazar ao Embaixador), 2 de outubro de 1944. FRUS, 1944, p. 73.
[721] Cf. Rodrigues, L. N. (outubro de 2003). *Op. cit.*
[722]The Secretary of State to the Ambassador in Portugal (Norweb), 5 de Outubro de 1944. FRUS, 1944, p. 76.

and to adopt measures for the immediate curtailment of the economic aid currently being furnished Portugal under existing programs[723].

O documento lembra que o maior contributo que Portugal pode dar na guerra no Pacífico, incluindo na libertação de Timor, é disponibilizar Santa Maria de imediato. Acrescenta ser essa a posição dos estados-maiores conjuntos (EUA e Inglaterra), confirmando assim as declarações do Embaixador de Inglaterra que, como vimos, tinha deixado claro, em resposta a uma questão portuguesa, que a conclusão rápida de Santa Maria era também do interesse de Inglaterra.

2.1.6.3. O acordo

As bases para um acordo que pudesse ser aceite pelos EUA ficaram acordadas em reuniões entre Norweb a Salazar que decorreram a 10 e 11 de Outubro[724]. Norweb refere que ficaram estabelecidas três alterações essenciais à primeira proposta portuguesa: "…(a) Pan-American Airways is not specifically mentioned; (b) Portugal, in Salazar's words a "poor country", the reputation of whose Prime Minister has been built not on generosity, pays its share; (e) the bugbear of British insinuation into control has been eliminated". O novo projeto de acordo assenta na consideração de que o uso de Santa Maria constitui a participação indireta de Portugal na expulsão dos japoneses de Timor[725] e deixa cair as pretensões portuguesas sobre contrapartidas de outra ordem. A participação indireta de Portugal na reconquista de Timor é aceite, formalmente, pela Inglaterra e pelos EUA em correspondência, separada, de 28 de novembro com Salazar[726]. O acordo acaba por ser assinado também a 28 de novembro e concede aos EUA o uso sem restrições da base aérea de Santa Maria, que fica sob o controlo norte-americano. A utilização cessa seis meses após o fim das hostilidades no Extremo Oriente, podendo ser prorrogado por mais três meses para permitir o regresso das tropas aos EUA[727]. A partir daqui e até ao presente, a presença militar norte-americana nos Açores será uma constante.

[723] The Secretary of State to the Ambassador in Portugal (Norweb), 6 de Outubro de 1944. FRUS, 1944, pp. 77-78.

[724] The Ambassador in Portugal (Norweb) to the Secretary of State, 12 de outubro. FRUS, 1944, pp. 82-83.

[725] Cf. Rodrigues, L. N.(outubro de 2003). *Op. cit.*

[726] Carta do Embaixador inglês em Lisboa a Salazar, 28 de Novembro de 1944. Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) (1946). *Documentos Relativos aos Acordos entre Portugal, Inglaterra e Estados Unidos da América para a Concessão de Facilidades nos Açores Durante a Guerra de 1939-1945*. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, pp. 37-38; Carta do Embaixador dos EUA em Lisboa a Salazar, 28 de Novembro de 1944. MNE (1946). *Op. cit.*, pp. 43-44.

[727] Acordo entre o Governo Português e o Governo dos Estados Unidos estabelecendo a Forma de Participação Indireta de Portugal em Operações no Pacífico. MNE (1946). *Op. cit.*, pp. 47-49.

2.1.6.4. Acordos atrás de acordos

Reabertas as portas dos Açores, os acordos Portugal-EUA sucedem-se, projetando-se até ao presente. Em maio de 1946, Portugal, EUA e Inglaterra assinam um acordo por troca de notas que prevê o retorno das bases de Santa Maria e Lajes, que tinham sido utilizadas na guerra, à soberania portuguesa a dois de junho desse ano, o que ocorre. O mesmo acordo, entre outras cláusulas, prevê, porém, a extensão do uso das Lajes por 18 meses com facilidades alfandegárias especiais. Ficava assim garantido o retorno a casa do pessoal e dos equipamentos utilizados pelos aliados na Europa e no Pacífico. Porém, na prática a presença estrangeira é prolongada tanto nas Lajes como em Santa Maria por tempo indeterminado, ou seja, até que Portugal instale nas Lajes uma unidade militar sua. Tanto EUA como Inglaterra comprometem-se a manter, sob superintendência portuguesa, os serviços necessários às duas bases até que Portugal consiga montar os seus próprios serviços. Por fim, as duas potências comprometem-se a retirar em 120 dias todo o pessoal e todos os equipamentos que Portugal não considera indispensável e não deseje adquirir[728].

Em 1948, concluindo negociações iniciadas entre os dois países logo após a assinatura do acordo de 1946, Portugal e os EUA assinam um acordo que prevê a extensão dos direitos de utilização das Lajes por três anos[729]. A Base das Lajes acaba por se transformar, em pouco tempo, numa estrutura vital para a mobilidade militar dos EUA no Atlântico[730]. O reconhecimento da importância estratégica dos Açores é sublinhado em 1949 com o convite a Portugal para membro fundador da NATO[731]. Trata-se de um convite que pode ser considerado inesperado em termos puramente políticos, uma vez que Portugal é o único Estado autoritário a integrar a estrutura como membro fundador. Em 1951, no primeiro dia de janeiro, a presença norte-americana nas Lajes passa a estar codificada num Acordo de Auxílio Mútuo para a Defesa[732], que remete para a Carta da NATO. Em setembro é assinado um acordo técnico que regulamenta a utilização da infraestrutura[733] e estabelece que a soberania sobre a base é

[728] Troca de notas entre o Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal e os embaixadores em Lisboa dos EUA e da Inglaterra, 30 de maio de 1946. Ministério dos Negócios Estrangeiros (1986). *Dez anos de política externa: (1936-1948): a Nação portuguesa e a segunda guerra mundial.* Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, pp. 412-417.

[729] Notas trocadas em 2 de Fevereiro de 1948, que constituem o Acordo concluído entre os Governos Português e Norte-Americano relativo à continuação das facilidades de trânsito concedidas aos aviões norte-americanos nos Açores pelo Acordo de 30 de Maio de 1946. Acordo técnico, secreto, anexo ao Acordo de 2 de Fevereiro de 1948. MNE-AHD, caixa 1, armário 63, maço 24.

[730] Cf. Deusen, Karl J. (1990). *Op. cit.*

[731] Cf. Andrade, L. (2013). *Op. cit.*

[732] Acordo de Auxílio Mútuo para a Defesa entre Portugal e os Estados Unidos da América, assinado em Lisboa a 5 de Janeiro de 1951. Decreto-Lei nº 38530/51, de 24 de novembro. *Diário do Governo* nº 246/51 – 1ª Série. Ministério dos Negócios Estrangeiros.

[733] Acordo de Defesa entre Portugal e os Estados Unidos da América, assinado em Lisboa a 6 de Setembro de 1951. Avisos do Ministério dos Negócios Estrangeiros. *Diário do Governo* nº 136/52 –1ª Série. Ministério dos Negócios Estrangeiros.

portuguesa, sendo que Portugal salvaguarda que a transferência de equipamentos para as Lajes não pode ocorrer a não ser por mútuo acordo. Em caso de guerra, o acordo autoriza o uso das Lajes pelos EUA e pela Inglaterra, além de prever um prazo para Portugal poder mandar evacuar a base. O acordo de 1951 tem um período de validade de cinco anos, sendo prorrogado por mais um ano em 1956 e no final desse ano é prorrogado por mais cinco anos. Embora os EUA tenham colocado reservas inicias em relação ao curto período de vigência do acordo, acabaram por aceitar, comprometendo-se mesmo a ajudar a manter a infraestrutura em caso de abandono[734].

Em 1962, quando Portugal está envolvido em polémicas com os EUA, liderados por Kennedy, por conta das políticas norte-americanas para África[735], o acordo é renovado por mais um ano, expirando em 1963 sem negociações com vista a nova renovação. Os norte-americanos mantêm-se nas Lajes sem acordo e à mercê de uma possível ordem portuguesa de evacuação no prazo de seis meses. Com o abrandamento das posições norte-americanas em relação às colónias portuguesas em África[736], os dois países regressam às negociações em 1970, já com Marcelo Caetano como Primeiro-Ministro de Portugal e Nixon como Presidente dos EUA. Portugal procura agora contrapartidas económicas para uso exclusivo no território continental[737], conseguindo resposta positiva por parte dos EUA. Em 1971 a presença norte-americana nas Lajes é garantida enquanto os EUA preparam um programa de apoio a Portugal incluindo empréstimos e verbas a fundo perdido[738].

Com o advento da democracia em Portugal na sequência da Revolução de abril de 1974, a presença norte-americana nas Lajes não é posta em causa. Porém, as novas autoridades portuguesas encetam processos negociais que visam, sobretudo, contrapartidas mais significativas, procurando também recuperar aspetos da soberania que os acordos tinham transferido para os EUA[739]. Surge entretanto, a partir de 1976, um novo ator, a Região Autónoma os Açores, que reivindica uma parte das contrapartidas baseando-se na própria Constituição Portuguesa[740]. Os EUA abrem os cordões à bolsa – não deixando de considerar a incerteza política em Lisboa e o perigo de uma deriva esquerdista - e em 1979 é assinado um

[734] Cf. Cooley, A.&Spruyt, H. (2009).*Op. cit.*
[735] Cf. Rodrigues, L. N. (2002). *Salazar-Kennedy: a Crise de uma Aliança*. Lisboa: Editorial Notícias.
[736]Cf. *Idem, ibidem.*
[737] Cf. Cooley, A.&Spruyt, H. (2009).*Op. cit.*
[738] CF. *Idem, ibidem.*
[739] Cf. *Idem, ibidem.*
[740]A Região Autónoma dos Açores define pela primeira vez os objetivos a alcançar pelo Governo Regional quanto à participação futura nas negociações do Acordo Luso-Americano Sobre a Base das Lajes. Cf. Resolução nº 3/76 da Assembleia Regional dos Açores. *Diário da República* nº 303/76, 6º suplemento – 1ª Série.

novo acordo[741]. Entretanto, Portugal havia proibido a utilização das Lajes para abastecer Israel com material militar em caso de novo conflito como o que ocorrera em 1973 e tinha deixado claro que todas as operações não enquadradas na NATO deveriam ser aprovadas por Lisboa[742].

Em 1983 é assinado um novo acordo por troca de notas[743] que em conjunto com um acordo técnico de 1984[744] formalizam a permanência dos EUA nas Lajes, a utilização de postos de comunicação em São Miguel e a utilização dos aeroportos de Santa Maria e São Miguel. Fica reconhecida a plena soberania de Portugal sobre as zonas do território onde são concedidas facilidades aos EUA, reservando-se Portugal o direito exclusivo de defesa das ilhas. O Comando das Lajes é entregue a um oficial português. As facilidades concedidas aos EUA são para uso no âmbito da NATO. Os norte-americanos ficam obrigados a informar Portugal sobre a localização de explosivos e munições convencionais e sobre a constituição do arsenal. São regulados os direitos de uso e de propriedade face a construções nas zonas cedidas, tal como são impostas regras sobre a quantidade das forças e a sua rotação. Os EUA, porém, comprometem-se apenas a desenvolver os melhores esforços para apoiar Portugal, sendo a decisão final remetida para o Congresso[745].

Portugal alega, entretanto, que os apoios norte-americanos no âmbito do Acordo das Lajes são insuficientes, até porque vinham a decrescer de ano para ano. Em 1986, o então Primeiro-Ministro de Portugal, Cavaco Silva, desloca-se aos EUA e discute com o Presidente Reagan o alegado não cumprimento do acordado por parte dos norte-americanos no acordo de 1983. Cavaco Silva volta aos EUA em 1988 e o tema sobe a primeiro ponto da agenda das conversações com Reagan. Portugal pretendia rever o acordo, criando um novo quadro de relacionamento com novas fórmulas de cooperação aos níveis militar, económico e tecnológico. Portugal e EUA iniciam consultas em abril de 1988, que ficaram concluídas em Janeiro de 1989 com um entendimento provisório. Porém, Cavaco Silva cedo se mostrou de novo insatisfeito. Em 1990 visita de novo os EUA, já liderados por George Bush, levando na agenda já não um entendimento no âmbito do acordo inicial de 1951, que nas suas várias versões expirava em 1991, mas sim a negociação de um novo acordo[746], que acabou por ser negociado a partir de

[741] Resolução nº 198/79 do Conselho da Revolução. *Diário da República* nº 158/79 – 1ª Série.
[742] Cf. Cooley, A.&Spruyt, H. (2009).*Op. cit.*
[743] Acordo por troca de notas assinado em Lisboa a 13 de Dezembro de 1983. Aviso do Ministério dos Negócios Estrangeiros. *Diário da República* nº 103/84 - 1ª Série.
[744] Acordo Técnico para Execução do Acordo de Defesa entre Portugal e os Estados Unidos da América de 6 de Outubro de 1951. Resolução da Assembleia da República nº 25/85, de 22 de Outubro. *Diário da República* nº 243/85 – 1ª Série.
[745] Acordo Técnico para Execução do Acordo de Defesa entre Portugal e os Estados Unidos da América de 6 de Outubro de 1951. Resolução da Assembleia da República nº 25/85, de 22 de Outubro. *Diário da República*, nº 243/85 – 1ª Série; Cooley, A.&Spruyt, H. (2009).*Op. cit.*
[746] Silva, A. C. (2004). *Antobiografia Política II*. Lisboa: Temas e Debates.

1991 e assinado em 1995, ou seja, tanto as negociações como a assinatura decorreram já nos tempos pós-Guerra Fria.

Secção III - Considerações finais

A aquisição de bases nos Açores está na mira dos EUA desde os planos para o caso de os norte-americanos entrarem na guerra elaborados em conjunto com a Inglaterra nos primeiros meses de 1941. A colocação de forças nos Açores é encarada como antídoto face ao cenário de derrota da Inglaterra na batalha contra os submarinos no Atlântico. Embora tenham decorrido contatos com Portugal através da Inglaterra, os EUA trataram de preparar forças para ocupar os Açores, assalto que não ocorreu aparentemente devido à indisponibilidade de meios quando a proteção à América Latina se assume como prioridade, seguida de compromissos de apoio a Inglaterra, particularmente na Islândia. A colocação de forças norte-americanas e brasileiras nos Açores, com o acordo português, caso a Alemanha invada a Península Ibérica, é também equacionada. A Inglaterra intromete-se, entretanto, nos planos norte-americanos relativos aos Açores, assumindo a ocupação, violenta ou não, caso a Alemanha invadisse a Espanha, com a participação dos EUA. Portugal, porém, não aceita a participação dos EUA. Entretanto, os EUA desinteressam-se pela ocupação dos Açores, possivelmente por conhecimento prévio do ataque alemão à Rússia, que retira pressão sobre o Atlântico e a segurança do hemisfério ocidental. Roosevelt continua, no entanto, a tentar junto de Lisboa a ocupação a título de proteção, mas com insucesso. A resistência russa à invasão alemã terá evitado a concretização de novos planos engendrados entre a Inglaterra e os EUA para ocupação dos Açores, sendo que, por seu lado, os EUA veem-se envolvidos na guerra a partir do ataque japonês ao Havai, centrando as suas preocupações no Pacífico. No Atlântico, os EUA estão agora mais preocupados com Cabo Verde, entregando os Açores a Inglaterra. Com o ataque aliado bem sucedido ao Norte de África, a ocupação dos Açores deixou de fazer sentido no prazo imediato.

A visão sobre os Açores muda com as necessidades de projeção de poder e logísticas que se seguem à invasão do norte de África e à expansão do envolvimento norte-americano na guerra. O que está agora em causa já não é a proteção ao hemisfério ocidental, mas a expansão de poder. Também não está em causa a luta contra os submarinos, que teria feito sentido antes da limpeza do "*Atlantic Gap*", que ocorreu sobretudo com o recurso a porta-aviões norte-americanos e não com bases em ilhas açorianas. É neste enquadramento que os EUA avançam, agora mais decididos, para a tentativa de obter bases nos Açores. Os EUA parecem dispostos a

quase tudo, desde máscaras civis, até à concessão de contrapartidas. Em paralelo, preparam uma operação para ocupar as ilhas em caso de necessidade. Os EUA deparam-se, porém, com igual interesse inglês na ocupação das ilhas, até porque a responsabilidade pelos Açores tinha sido entregue a Inglaterra, como se viu. Fica acertado que a ocupação será inglesa, com acesso imediato dos EUA às ilhas. Porém, a diplomacia inglesa não aceita o acordo, avançando para negociações com Portugal, que resultam num acordo que prevê a ocupação de bases a partir de 8 de outubro de 1943, mas os interesses norte-americanos ficam excluídos. Sentindo-se traídos pela Inglaterra, os EUA passam à ação direta com Portugal.

As primeiras indicações dos EUA para a diplomacia sobre interesses nos Açores apontam para uma ocupação extensa, que assusta a própria diplomacia norte-americana, que amacia o pedido com a proposta de a instalação ocorrer passo a passo, começando por instalações junto dos interesses ingleses nas ilhas. As negociações com Salazar são difíceis, com avanços e recuos que deixam sobretudo os militares norte-americanos à beira de um ataque de nervos, acabando por ser concluídas com apoio inglês e ameaças diretas dos EUA sobre o corte de apoios que eram concedidos a Portugal. Lisboa consegue como contrapartida o regresso de Timor, ocupado pelo Japão, à soberania portuguesa, permitindo a instalação de uma base em Santa Maria, mas admitindo, em simultâneo, a presença norte-americana na Base das Lajes, que estava cedida aos ingleses. Em 1946 a Base de Santa Maria, instalada em 1944, é entregue a Portugal, permanecendo os norte-americanos na Base das Lajes até hoje.

CAPÍTULO VII. Papéis "americanos" dos Açores na II Guerra Mundial

O presente capítulo procura perceber os principais papéis que os Açores desempenham na II Guerra Mundial no que diz respeito aos interesses norte-americanos, abordando também as obras realizadas pelos norte-americanos, que parecem indiciar a preparação da permenência para além da guerra.

Secção I - Apoio à mobilidade

1. Bases para projetar poder

Como já vimos, os EUA derrotaram a ameaça submarina nazi nos mares dos Açores recorrendo, sobretudo, a porta-aviões, o que significa que a instalação efetiva de bases nas ilhas não está ligada à luta antisubmarina (a instalação de esquadrões antisubmarinos norte-americanos nas Lajes pode ser ligada à manutenção do espaço conquistado e não à sua conquista), mas a outras necessidades presentes, à época, e futuras que se relacionam com a projeção e consolidação de poder. Desde logo, os norte-americanos, após o seu envolvimento na guerra, percebem que precisam de projetar forças com rapidez para o Norte de África e para a Europa. No primeiro dia de dezembro de 1943, com os ingleses já instalados nas Lajes, Inglaterra e EUA assinam um acordo relativo à utilização das Lajes pelos EUA. No entanto, a autorização para a operação norte-americana é limitada em relação à quantidade dos voos permitidos. Em troca, os norte-americanos dão assistência aos ingleses em obras necessárias na infraestrutura. Um bombardeiro *B17* é o primeiro avião norte-americano a operar nas Lajes, a 9 de dezembro de 1943. A 31 de dezembro desse ano Salazar concorda com a presença norte-americana nas Lajes sob supervisão inglesa[747].

A 9 de Janeiro de 1944 chega à Terceira uma unidade de engenharia norte-americana, que se envolve, entre outras tarefas, nas operações de melhoramento do Porto da Praia da Vitória, na construção de um *pipeline* entre o porto e o aeroporto e de dois parques de estacionamento para aviões junto às pistas. Outro esquadrão de engenharia, este com grande capacidade humana e de material, chega à Terceira pouco tempo depois, envolvendo-se em grandes obras consideradas

[747] 65th Air Base Wing History Office (s/d). *Op. cit.*; Herz, N. (2004). *Op. cit*.

essenciais à base, incluindo três pistas asfaltadas, sendo uma de 10000 pés, a maior do mundo à altura; estradas de acesso à infraestrutura; "*tank farm*" (depósito de combustíveis); estruturas de armazenamento de água; central elétrica. Os norte-americanos operavam agora numa infraestrutura que permitia, por exemplo, reduzir de 70 para 40 horas o tempo de voo entre os EUA e o Norte de África, o que demonstra claramente a importância geográfica dos Açores[748].

2. Apoio à projeção e à desmobilização

Entre Novembro de 1943 e Junho de 1945 transitaram pelas Lajes 1200 bombardeiros *B17* e *B24*. Aviões de transporte, transitando pelas Lajes, transportaram pessoal e equipamentos para destinos como Norte de África, Inglaterra e Europa continental. No sentido inverso, aviões com destino aos EUA transportaram, por exemplo, pessoal militar ferido, num total de cerca de 30 000 evacuações. A Base das Lajes estava assim sobrelota, sendo esta uma das razões – ou pelo menos uma das alegações norte-americanas - que levaram à construção do aeroporto de Santa Maria, infraestrutura que veio a substituir as Lajes, como grande base nos Açores ao serviço dos norte-americanos, a partir de maio de 1945, embora os norte-americanos permanecessem também nas Lajes. Com o fim da guerra na Europa seguiu-se uma desmobilização rápida. Santa Maria assegurou uma boa parte da operação de regresso aos EUA de pessoal e material que estavam na Europa (*Green Project*), envolvendo mais de 50 000 militares. De maio a setembro de 1945, mais de 7000 aviões *C54* passaram por Santa Maria. Pela Base das Lajes passaram aviões táticos em trânsito da Europa para o Pacífico (*White Projetc*), onde a guerra prosseguia. Num único dia, por exemplo, foram apoiados nas Lajes mais de 600 aviões[749].

Como vimos, os EUA permanecem nos Açores, mas não em Santa Maria, que Portugal transformou numa infraestrutura civil. Cumprindo o aviso que Salazar havia feito durante as negociações que levaram os norte-americanos a Santa Maria, no fim da guerra na Europa e no Pacífico e após um período de concessões relativamente curto, Portugal destinou a Base das Lajes a funções militares e Santa Maria a funções civis, que acabaram por ser relevantes no apoio ao transporte transatlântico de passageiros até ao advento dos aviões com capacidade para dispensaram as escalas técnicas sem redução significativa da capacidade útil de transporte[750]. A Base das Lajes haveria de transformar-se na base açoriana para uso norte-americano na Guerra Fria e até ao presente.

[748] 65th Air Base Wing History Office (s/d). *Op. cit.*; Herz, N. (2004).*Op. cit.*
[749]*Idem, ibidem*; *Idem, ibidem.*
[750] Cf. Oliveira, J. E. F. (Coord.) (s/d). *Op. cit.*

Secção II - Considerações finais

Os EUA utilizam as bases de Santa Maria e Lajes sobretudo para projeção de poder e operações de logística, tendo pouco significado as operações, no âmbito da II Guerra Mundial, relacionadas, por exemplo, com luta antisubmarinos. As operações de regresso a casa após a guerra na Europa e de transferência de meios da Europa para o Pacífico, onde o conflito continuava, são significativas. Além de construírem a Base de Santa Maria, os norte-americanos assumem grande parte do crescimento e da consolidação de infraestruturas nas Lajes, onde os ingleses se instalam primeiro. O crescimento e melhoramentos no porto da Praia da Vitória são responsabilidades também assumidas pelos norte-americanos. Todo o trabalho desenvolvido pelos norte-americanos, sobretudo na ilha Terceira, parece indiciar a preparação do terreno para a permanência depois de guerra, que ocorre.

CAPÍTULO VIII. Impactos e benefícios da instalação dos EUA nos Açores no contexto da II Guerra Mundial

Procuramos neste capítulo perceber os impactos iniciais da instalação dos norte-americanos nos Açores (em parceria com os ingleses na Terceira), particularmente aqueles que afetam a vida das populações locais e os que constituem uma rutura com os padrões de vida rurais então vigentes. Abordamos ainda as contrapartidas associadas à presença dos EUA nas ilhas no período da II Guerra Mundial.

Secção I - Impactos: o início da americanização

1. Impactos imediatos numa sociedade rural

A instalação da Base das Lajes na planície do Ramo Grande transformou em betão a principal zona de produção de cereais, sobretudo trigo, da ilha Terceira, vindo a provocar, em pouco tempo, escassez desses produtos para a alimentação das populações locais. Também se registou falta de água para abastecimento público, por esse recurso ter sido mobilizado em grandes quantidades para a base. O mesmo aconteceu em relação à carne, de vaca, porco e frango, e aos ovos, produtos canalizados para os militares[751].

A utilização de mão-de-obra local, em grandes quantidades, nas obras da base, além de provocar migração de outras ilhas para a Terceira[752], afastou os trabalhadores da produção agrícola, sendo causa de escassez de alimentos. Os salários aumentaram devido à falta de mão-de-obra e o consumo, induzido pela base, fez disparar a inflação[753]. Em Santa Maria, ilha cuja população aumentou de 8.067 indivíduos em 1940 para 11.839 em 1950[754], década que abrange o período de construção e funcionamento da base, também se registou abandono das terras por via dos

[751] Cf. Grave, J. A. G. (2001). Uma Base Estrangeira nas Lajes. O Alvor. *Arquipélago-História*, 2ª Séie, V, pp. 403-420.
[752] Em 1940 a Terceira tinha 53233 habitantes e o Concelho da Praia da Vitória, onde se situa a Base das Lajes, 17242. Em 1950 a população da Terceira tinha subido para 60372 habitantes, crescendo o Concelho da Praia da Vitória para 21164. Em 1960 a Terceira sobe para 71610 habitantes e o Concelho da Praia da Vitória para 28236. Na década seguinte (1960), a população da ilha (65852) e do concelho (25621) começa a declinar. Cf. Censos 2011 (2011). *Serviço Regional de Estatística dos Açores Web site*. Acedido em dezembro de 2015, disponível em http://estatistica.azores.gov.pt/upl/%7Bb6051d72-fdd2-4442-9a84-21f34f6f190f%7D.pdf (Doravante: Censos 2011).
[753] Cf. Grave, J. A. G. (2001).*Op. cit.*
[754] Cf. Censos 2011.

salários elevados pagos pelos norte-americanos, porém não se registaram problemas comparáveis com os que ocorreram na ilha Terceira, uma vez que "…os EUA abastecem generosamente a ilha de tudo o necessário, num luxo de meios que muito surpreende a população"[755]. Além disso, logo após a desmobilização militar o aeroporto de Santa Maria experimenta um incremento da aviação civil transatlântica – as chamadas escalas técnicas - que levou prosperidade à ilha até ao início dos anos oitenta. O máximo de passageiros em escala no aeroporto é atingido em 1977, com números próximos dos 300 000. A partir daí, com o aumento da fiabilidade e da autonomia dos aviões, as escalas técnicas entram em declínio[756], arrastando a ilha para um período de crise que permanece[757], mas cuja caracterização está fora do âmbito deste trabalho.

Com a instalação militar estrangeira na Base das Lajes, mais de 200 proprietários rurais foram desapossados das suas terras na ilha Terceira e proletarizados. Também foram demolidas habitações, sendo os populares afetados realojados num novo aldeamento, construído de raiz nas redondezas da Base e que tomou o nome de Aldeia Nova. Nasceram bairros de lata, fenómeno até então desconhecido na Terceira, para alojar trabalhadores de outras ilhas[758]. Em Santa Maria, um dos impactos visuais mais significativos associados à base aérea está relacionado com a construção pelos norte-americanos, entre 1944 e 1946, de um bairro habitacional e de serviços em estilo de urbanismo moderno internacional típico de meados do século XX. O bairro, implementado próximo do casco antigo de Vila do Porto, constitui uma autêntica rutura com o urbanismo tradicional da ilha[759].

2. Dos medos à prosperidade norte-americana

Temia-se que após a instalação da Base na ilha Terceira, ainda então com a presença dos ingleses, ocorresse uma dispensa de trabalhadores e um aumento importante do desemprego, que poderia ser causa de graves problemas sociais[760]. Em finais 1945, ainda sem a presença norte-americana estar consolidada, as autoridades temem consequências ainda mais graves. Numa comunicação do Governador do Distrito Autónoma de Angra do Heroísmo ao Presidente do Conselho de Ministros, fica claro

[755] Telo, A. J. (1993). *Op. cit.*, p. 455.
[756] Cf. Warner, G. (2008). *Sob as Asas do Açor. A História da Aviação nos Açores*. Lisboa: ANA-Aeroportos de Portugal.
[757] Santa Maria tinha uma população residente de 9762 indivíduos em 1970 e em 2011 já só tinha 5552 indivíduos residentes. Cf. Censos 2011.
[758] Cf. Avelino, M. (2001).*Op. cit.*
[759] Cf. Fernandes, J. M. (2005). *Vila do Porto, Santa Maria. Inventário do Património Imóvel dos Açores*. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura.
[760] Cf. Grave, J. A. G. (2001).*Op. cit.*

que a presença estrangeira enriqueceu alguns, poucos, comerciantes e desafogou as finanças do povo, situação, esta última, que já estaria em degradação; o fim do trabalho intensivo na base e a desmobilização de trabalhadores provocavam já o aparecimento de desempregados. Em paralelo, a prostituição de menores, desorganização de famílias e fenómenos de roubo perpetrado por crianças assombravam a ilha e eram atribuídos à presença estrangeira[761]. Porém, a chegada dos norte-americanos contrariou as expetativas pessimistas, pelo menos no que diz respeito ao desemprego e à degradação da economia, registando-se mesmo aumento da mão-de-obra afeta à Base e diversificação profissional[762].

Vitorino Nemésio sintetiza, num genial poema incluído no seu livro Festa Redonda[763], este ambiente que se vive nos primeiros tempos da instalação da Base das Lajes:

> A moda da gasolina
>
> secou o trigo do chão;
>
> fez das Lajes terreiro.
>
> Oh que dor de coração!

Apesar das disfunções introduzidas na ilha pela presença estrangeira, tanto os ingleses como depois os norte-americanos são alvo de admiração por parte da população local. "Os ingleses e os americanos trazem coisas novas e comportamentos diferentes. Têm capacidades que inibem os portugueses e os tornam objeto de admiração"[764]. A abundância estrangeira gera fenómenos de recolha de desperdícios, chegando-se ao ponto de a Alfândega portuguesa taxar a recolha de latas de conservas vazias, que eram reutilizadas pelos habitantes da ilha[765]. No geral, "…aumentam substancialmente os níveis de bem-estar"[766] e a Terceira "…centra-se na Base", funde-se com ela, "…começando a viver, sobreviver e progredir com o pulsar dela"[767]. O emprego de locais na Base das Lajes e o investimento norte-americano em aquisições no comércio local são fatores que contribuem para a atratividade da presença estrangeira e que se prolongam até ao horizonte do nosso trabalho.

---

[761] Comunicação do Governador Civil do Distrito Autónoma de Angra do Heroísmo ao Presidente do Conselho de Ministros, 4 de dezembro de 1945. Biblioteca Pública e Arquivo de Angra do Heroísmo (BPAAH). Pasta de Confidências, ofício nº 1259, secção 1ª, p. 80, Pasta A, CP/FM.
[762] Cf. Meneses, A. (2001).*Op. cit.*
[763] Nemésio, V. (1950). *Festa Redonda*. Lisboa: Livraria Bertrand.
[764] Grave, J. A. G. (2001).*Op. cit., p.* 447.
[765] Cf. *Idem, ibidem.*
[766] Meneses, A. (2001).*Op. cit., p.* 65.
[767] Grave, J. A. G. (2001).*Op. cit., p.* 418-419.

3. O impacto inicial da cultura norte-americana

Além de desde muito cedo terem começado os convívios formais – sendo que o convívio informal era quotidiano e permanece, embora com menor intensidade – entre os hóspedes estrangeiros e a comunidade local[768], o peso da cultura popular anglo-saxónica também se fez sentir desde os primórdios da base junto da ruralizada comunidade local. Nomes – autênticas estrelas - como Frank Sinatra, Glenn Miller, Stan Kenton, Bob Hope, Ann Sheridan, Nelson Eddy, Ginger Rogers, Marlene Dietrich, John Weissmuller (o mais célebre intérprete da personagem *Tarzan* no cinema) e o boxeur norte-americano Joe Louis, entre muitos outros, passam pela Base das Lajes nos anos quarenta do século XX. No âmbito de um programa de animação cultural para as tropas, os terceirenses contatam pela primeira vez com o *swing* e o *jazz* através de bandas militares e civis muitas delas de grande qualidade, que atuavam dentro e fora da Base, que se transformou no "…grande centro de difusão jazzística da ilha"[769].

Entre os equipamentos de cultura e lazer que vão sendo construídos na Base das Lajes contam-se biblioteca, teatros (um deles ao ar livre), bares e escolas. Construído pelos ingleses e inaugurado em outubro de 1944, o *Azoria*, com 1200 lugares sentados, é a principal sala de espetáculos da Base das Lajes e da ilha Terceira, por onde, já no tempo norte-americano, passam as novidades cinematográficas de *Hollywood*, por vezes antes da própria estreia oficial, no âmbito de um acordo entre as produtoras e a Força Aérea dos EUA. Lá atuam as grandes bandas que circulam pelas bases norte-americanas e que também atuam no exterior da Base, estando registadas atuações nas cidades de Angra do Heroísmo e Praia da Vitória e mesmo digressões por várias freguesias da ilha com o recurso a um palco ambulante. Dentro da base multiplicavam-se os clubes dedicados sobretudo ao fenómeno do *jazz*[770]. A cultura anglo-saxónica/norte-americana começa aqui um processo de aculturação que visivelmente vem a americanizar a ilha Terceira, que convive com atividades culturais e com a presença de tropas e familiares norte-americanos até aos nossos dias.

Secção II - Contrapartidas

[768] Cf. Grave, J. A. G. (2001).*Op. cit.*
[769] Santos, J. M.&Rubio, A. (2008). *Jazz na Terceira. 80 Anos de História*. Angra do Heroísmo: Edições BLUE, p. 31.
[770] Cf. *Idem, ibidem.*

1. Da ambição inicial ao realismo

A primeira tentativa portuguesa de negociar contrapartidas com os EUA, no período de que nos ocupamos neste capítulo, ocorre no âmbito do projeto de construção do aeroporto de Santa Maria, quando Portugal desenha um esboço de acordo, após perceber que o "velho aliado", a Inglaterra, não se opunha – até encorajava - à pretensão norte-americana de instalar uma base na ilha. O documento, redigido por Salazar, procurava comprometer os EUA numa situação económica regular em Portugal como pressuposto à eficiência da política de cooperação entre os dois países, sendo pretendido que os EUA fossem mais benevolentes do que até aí em relação a pedidos portugueses para a cedência de géneros ou mercadorias necessários ao abastecimento do país. Portugal pretendia também material de guerra a preços favoráveis para reequipar as forças armadas de terra, mar e ar, tal como desejava adquirir aviões comerciais também a preços favoráveis. Esta primeira tentativa foi considerada inaceitável pelos EUA[771].

O acordo finalmente assinado entre Portugal e os EUA com vista à utilização norte-americana de Santa Maria acabou por assentar no entendimento de que o uso de Santa Maria constitui a participação indireta de Portugal na expulsão dos japoneses de Timor[772] e deixa cair as pretensões portuguesas sobre contrapartidas de outra ordem. A participação indireta de Portugal na reconquista de Timor já havia sido aceite, formalmente, pela Inglaterra e pelos EUA em correspondência, separada, de 28 de novembro com Salazar[773], ficando entendido que a colónia seria devolvida a Portugal. No final da guerra a soberania portuguesa foi reposta em Timor, tal como prometido.

2. Vitória significativa

O retorno de Timor à soberania portuguesa não é, porém, um assunto pacífico nos arranjos regionais. Desde logo, a primeira invasão de Timor é consumada por forças da Austrália e da Holanda e ocorre a 17 de dezembro de 1941, sendo apresentada como uma intervenção preventiva face a uma possível ação japonesa, que ocorre dois meses depois, passando as forças da Austrália para a situação de guerrilha, a partir das montanhas, com o apoio da população local. Tanto o Japão como a Austrália têm interesses estratégicos no território, desde logo no que diz respeito ao transporte aéreo. O Japão é derrotado na Guerra, mas a Austrália está do lado dos vencedores. No pós-Guerra, políticos australianos entendem que a Austrália tem

[771] Cf. Rodrigues, L. N. (outubro de 2003).*Op. cit.*
[772] Cf. *Idem, ibidem*.
[773] Carta do Embaixador inglês em Lisboa a Salazar, 28 de Novembro de 1944. MNE (1946). *Op. cit.*, pp. 37-38; Carta do Embaixador dos EUA em Lisboa a Salazar, 28 de Novembro de 1944. MNE (1946).*Op. cit*., pp. 43-44.

direitos na região, enfatizando que o tempo da guerra demonstrou que Timor é importante para a defesa do território australiano. No entanto, o governo australiano acabou por se acomodar aos novos realinhamentos liderados pelos EUA. Por aqui se percebe que sem a carta dos Açores Portugal muito provavelmente teria perdido Timor, possivelmente não para o Japão, que saiu derrotado do conflito, mas para a Austrália, que estava do lado dos aliados e tinha interesses em relação à colónia portuguesa[774]. Os tempos posteriores (Guerra Fria e pós-Guerra Fria) revelar-se-ão muito mais interessantes em termos de contrapartidas.

Secção III - Considerações finais

À instalação norte-americana nos Açores estão associados impactos muito significativos, particularmente visíveis na ilha Terceira (Base das Lajes). As necessidades iniciais da base, ainda com a presença inglesa, implicaram escassez local de recursos, como água, carne, entre outros bens e de mão-de-obra para os trabalhos da terra. Os salários subiram, tal como a inflação. São conhecidas migrações de outras ilhas para as obras na base, o que dá origem ao fenómeno dos bairros de lata. Em Santa Maria ocorrem fenómenos como o abandono da terra, por obra dos empregos na base, mas a generosidade norte-americana no tempo curto da sua presença na ilha anula este fenómeno, conhecendo Santa Maria, de muito pequena dimensão em comparação com a Terceira, um tempo de prosperidade com as escalas técnicas civis que se seguem e que se prolongam até ao início dos anos oitenta do século XX. O principal impacto da base em Santa Maria talvez possa ser associado à construção de uma zona habitacional e de serviços que rompe com a arquitetura tradicional da ilha. Na Terceira, ao crescimento da base está associado um fenómeno de deslocalização de habitantes, que foram realojados numa chamada "Aldeia Nova". Temores relativos a um choque de desemprego após a instalação da Base das Lajes não se confirmaram, face às necessidades laborais dos norte-americanos entretanto instalados. A prostituição, incluindo de menores, é um dos flagelos sociais que estão presentes desde os primórdios da base.

A ilha Terceira começa a ser exposta por via da base à cultura popular anglo-saxónica, fenómeno particularmente visível na cultura musical, com atuações em clubes dentro da base, mas também fora da base. O cinema, a rádio e a televisão são outros instrumentos de aculturação que vão surgindo ao longo do tempo, em particular já no período seguinte, como

[774] Cf. Gunn, G. C. (1988). *Wartime Portuguese Timor: The Azores Connection.* (WorkingPaper nº 50). Victoria: Monash University.

veremos. Equipamentos de cultura e lazer construídos na base são polos de atração para a população local.

Por conta de Santa Maria, Portugal garantiu o regresso de Timor à soberania portuguesa, mas falhou num pacote de apoios económicos e militares rejeitado pelos EUA. Esta contrapartida pode parecer pouco, mas não é. De facto, Portugal deparou-se com a concorrência da Austrália, que estava em Timor desde os primórdios da guerra, enfrentando mesmo a ocupação japonesa, e pretendia direitos sobre o território, por o considerar geoestrategicamente importante face aos seus interesses regionais. A acomodação australiana ao retorno de Timor à soberania portuguesa não foi um assunto politicamente pacífico internamente. Porém, os australianos acabaram por se acomodar aos arranjos locais liderados pelos EUA.

QUINTA PARTE. Nos Açores para ficar

CAPÍTULO IX. A expansão dos EUA e os Açores

Procuramos neste capítulo acompanhar os passos da estratégica norte-americana que indiciam um caminho que há de levar à obtenção de direitos de bases nos Açores, iniciando a análise nas preocupações associadas à defesa do hemisfério e evoluindo para as necessidades relacionadas com a projeção de poder.

Secção I – Para além da II Guerra Mundial

1. Planear para a incerteza

Quando o planeamento estratégico norte-americano inicia, ainda durante a II Guerra Mundial, a primeira revisão formal da postura global de defesa, depara-se com um ambiente marcado por incerteza estratégica e imprevisibilidade tecnológica. Era necessário prever o mundo pós-Guerra e conceber a postura militar norte-americana para esse mundo. De acordo com Converse III,

> American military leaders almost unanimously believed (and their civilian superiors shared their perceptions) that war would come again, that it would be a total war, similar to the conflict then raging, and that it would be provoked by a modern, industrial, totalitarian-type state. Since it was assumed the attack would be sudden and carried out with the most advanced long-range weapons, the oceans would no longer offer the protection and the time for preparation as they had in the past. For these reasons, the United States must maintain a military establishment much larger than that of the prewar period, capable of rapid mobilization, and able to deter aggression or, better yet, to stamp out danger at its first appearance[775].

Ainda em 1941, antes do ataque japonês a *Pearl Harbour* (o ataque ocorreu a 7 de dezembro de 1941, sendo que no dia seguinte o Congresso norte-americano declarou o estado de guerra com o Japão; Itália e Alemanha declararam guerra aos EUA a 11 de dezembro de 1941) e tomando o exemplo da desmobilização pós-I Guerra Mundial, a que sucedeu a Grande Depressão, os EUA preocuparam-se com a desmobilização pós-II Guerra Mundial e com a necessidade de corrigir a impreparação militar entre guerras. As linhas de pensamento dominantes, de acordo com Converse III[776], apontavam para a necessidade de garantir a prosperidade e a paz depois da

[775] Converse III, E. V. (2005).*Op. cit.*, p. 2.
[776] *Idem, ibidem.*

guerra e para a possibilidade de os EUA e os seus aliados se verem confrontados de novo com um regime totalitário hostil e com grande capacidade militar. Como consequência, são equacionadas duas possíveis necessidades a que os EUA teriam que dar resposta, sendo uma a assunção da liderança global e a outra a construção de poder militar em tempo de paz de dimensão maior em relação ao passado (entre as duas guerras mundiais) e capaz de responder a um desafio militar significativo após uma rápida mobilização. Tal postura, de acordo com Converse III, implicaria conseguir direitos de bases no estrangeiro após a Guerra.

Em finais de 1942 ou seja, em plena guerra, os EUA decidem estudar um sistema de bases para uso, depois da Guerra, no âmbito de uma força de polícia internacional. Os norte-americanos estão convencidos que a segurança à escala global será garantida por quatro potências: EUA (zona americana), Inglaterra e Rússia (Europa, África e Médio Oriente) e China (o Este distante, com os outros três poderes)[777].

2. Poder aéreo e bases

Os EUA visionam o poder aéreo de longo alcance como um instrumento decisivo para manter a paz, ao mesmo tempo que visionam o transporte aéreo comercial como instrumento decisivo para ligar a economia global e promover a prosperidade. Assim, os norte-americanos entendem fazer sentido o desenvolvimento de aeroportos para apoio, em simultâneo, a necessidades comerciais e militares, ou seja, essas infraestruturas seriam a base de um sistema internacional de economia e segurança[778]. Caberia ao JCS (*Joint Chiefs of Staff*) determinar as melhores localizações para as bases aéreas. Do debate entretanto desenvolvido resultou a decisão de estruturar um sistema de bases focado, em termos regionais, no Pacífico e no Atlântico, no pressuposto, como se viu, de que as responsabilidades de segurança global seriam repartidas. Em nenhuma circunstância era antecipado que os EUA viriam a ocupar, no pós-Guerra, posições nas potências do Eixo por tempo indeterminado, ao contrário do que veio a acontecer[779].

2.1. Fronteira estratégica de bases

O fim da coligação aliada envolvida na II Guerra Mundial começou a ser equacionado nos planos norte-americanos para a segurança nacional pós-conflito por volta dos anos 1943-1944.

[777] Cf. Leffler, M. P. (abril de 1984). The American Conception of National Security and the Beginnings of the Cold War, 1945-48. *The American Historical Review*, Vol. 89, no. 2, pp. 346-381.
[778] Cf. Work, R. O.&Repinevich, A. (2007). *Op. cit*.
[779] Cf. Leffler, M. P. (abril de 1984). *Op. cit*.; Converse III, E. V. (2005). *Op. cit.*

É previsto um sistema extenso de bases fora do território continental norte-americano, mesmo considerando que no pós-guerra as relações entre os aliados na guerra não seriam de conflito. Estava em causa a construção de um conceito de fronteira estratégica. Dentro dessa fronteira os EUA deveriam estar preparados para usar a força contra qualquer desafio e para anular qualquer ato de agressão, ou seja, dentro dessa fronteira estratégica o poder militar norte-americano deveria ser inquestionável[780].

Ainda no decurso da II Guerra Mundial, o JCS é responsável por duas grandes visões para o sistema de bases pós-guerra (JCS 570/2, de Novembro de 1943, e JCS 570/40, de Outubro de 1945 – esta visão fica concluída já depois de a guerra terminar). Nos dois casos está em causa a criação de um sistema de bases aéreas no exterior do território continental norte-americano. O JCS 570/2 identificava 66 bases que seriam necessárias, enquanto o JCS 570/40 aumentava a quantidade para 84. Em nenhum caso estavam previstas bases no continente europeu ou o estacionamento de forças significativas fora dos EUA. No entanto, os sistemas de bases propostos permitiam projetar poder para dentro do continente europeu, tal como para dentro do continente asiático, ao mesmo tempo que impediam a utilização por outros poderes dos espaços ocupados. O que estava em causa não era estabelecer guarnições, mas sim garantir direitos de uso que seriam ativados em qualquer contingência[781].

O sistema assim proposto não visava um inimigo em particular, por isso adaptava-se a várias circunstâncias que pudessem ocorrer, embora a sua eficácia dependesse de um controlo absoluto dos EUA no Atlântico e também no Pacífico[782]. Problemas entretanto identificados, entre eles limites orçamentais e dificuldades de negociação com países estrangeiros, levaram os EUA a desistir de várias bases projetadas, sendo o projeto para o Pacífico o mais sacrificado[783].

As necessidades inerentes à chamada defesa em profundidade são uma das razões principais que justificam o sistema de bases. Os EUA, na visão do JCS, expressa no final de 1943, só podem esperar ataques a partir da Europa ou da Ásia, o que justifica a criação, com objetivos referidos como defensivos, de um sistema de bases que forma um anel de segurança à volta do hemisfério ocidental[784].

Para o Pacífico, oceano onde a marinha norte-americana não poderia ser desafiada no prazo imediato, a ideia é conseguir bases que habilitassem os EUA, com visão de longo prazo, a

[780] Cf. Leffler, M. P. (abril de 1984). *Op. cit*.
[781] Cf. Converse III, E. V. (2005). *Op. cit.*
[782] Cf. Leffler, M. P. (abril de 1984). *Op. cit*.
[783] Cf. Converse III, E. V. (2005). *Op. cit.;* Pettyjohn, S. L. (2012).*Op. cit.*; Lostumbo, M. J.,*et al.* (2013). *Overseas Basing of U.S. Military Forces*. Santa Monica: RAND.
[784] Cf. Leffler, M. P. (abril de 1984). *Op. cit*.; Schnabel, J. F. (1996). *History of the Joint Chiefs of Staff.The Joint Chiefs of Staff and National Policy, 1945-1947.* Washington: Office of Joint History.

garantirem acesso, em tempo de guerra, a recursos do sudeste da Ásia e a estabelecerem uma linha de comunicação entre a sua costa oeste e a Ásia, garantindo capacidade para, em tempo de guerra, negar essa linha a um potencial inimigo[785]. Em fevereiro de 1947, referindo embora que a área Europa-Mediterrâneo é prioritária para os EUA, o JCS define o interesse essencial norte-americano no Pacífico:

> If war broke out in the Pacific, US strategic objectives would be: (1) to destroy any vital elements of enemy power within the effective operating range of US bases in the Pacific; (2) to deny US island bases to the enemy; (3) to prevent destructive attacks on US vital areas and installations; (4) to protect essential US lines of communication on sea, air and land and deny enemy use of his; and (5) to protect sources of essential raw materials in the Pacific[786].

Para o Atlântico, o planeamento norte-americano define como mínimos para garantir a defesa em profundidade acesso a zonas no oeste da África, com bases primárias nos Açores ou nas Canárias. O controlo sobre as rotas polares também não é descurado. O JCS 570/40, de outubro de 1945, prevê, no item de bases essenciais, a presença na Islândia. A ideia é controlar o espaço aéreo do Ártico, com um objetivo duplo: evitar a instalação de forças inimigas e apoiar forças de combate norte-americanas[787].

O sistema assim montado (Pacífico, Atlântico e Ártico) deveria permitir o controlo total do oceano à volta da América, mantendo possíveis países hostis longe do território norte-americano. Este entendimento é influenciado pela experiência do ataque a *Pearl Harbor* e pela capacidade de novas tecnologias entretanto operacionais, com destaque para bombardeiros de longo curso e o desenvolvimento da bomba atómica e de mísseis guiados. O planeamento estratégico norte-americano percebeu cedo que a bomba atómica poderia transformar-se numa arma de dois sentidos e entendeu que um sistema de bases no exterior habilitaria a interceção aérea face a um eventual ataque nuclear contra os EUA[788].

O sistema de bases foi pensado com o objetivo de projetar o poder norte-americano contra qualquer inimigo, recusando assim uma estratégia de defesa estática, uma lição aprendida com a II Guerra Mundial. Os EUA devem estar preparados para uma ofensiva rápida contra adversários, tendo presente que novas armas exigem bases cada vez mais próximas de potenciais inimigos. Essas novas armas, operacionais ou em evolução, mais justificam as bases

[785] Cf. Leffler, M. P. (abril de 1984). *Op. cit*.
[786] Schnabel, J. F. (1996). *Op. cit.*, p. 87.
[787] Cf. Leffler, M. P. (abril de 1984). *Op. cit*.; Pettyjohn, S. L. (2012).Op. cit.
[788] Cf. Leffler, M. P. (abril de 1984). *Op. cit*.; Schnabel, J. F. (1996).*Op. cit.*

consideradas essenciais, rede ainda mais essencial pelo facto de o primeiro bombardeiro intercontinental, o *B36*[789], estar a experimentar atrasos no seu desenvolvimento[790].

3. A primeira sombra da União Soviética

O JCS 570/40 é determinado por realidades que começam a ser evidentes e que não estão previstas no JCS 570/2, obrigando a reajustamentos. São elas a assunção, embora ainda com contornos muito incertos, da União Soviética como um competidor direto e uma ameaça potencial aos EUA, e o desenvolvimento de bombardeiros de longo alcance, de mísseis balísticos e da bomba atómica, armas que desafiam a solidez das barreiras oceânicas que protegeram até então os EUA de um ataque direto. Uma das primeiras preocupações na construção do JCS 570/40 tem a ver com a identificação de bases adicionais que seriam necessárias caso os EUA entrassem em guerra com um ou mais grandes poderes. Embora a União Soviética não seja mencionada, Converse III[791] e Krepinevich e Work[792] anotam que o único poder que à altura poderia desafiar os EUA seria a União Soviética.

Às necessidades de defesa é associada a possibilidade de os EUA terem que assumir ataques preventivos, o que significa o reforço do perímetro de defesa e a aquisição de bases avançadas. O JCS 570/40 evolui assim de um sistema, previsto no JCS 570/2, que estava muito ligado à preservação do crescimento económico e à patrulha em áreas de segurança sob a responsabilidade dos EUA, para um sistema integrado de bases desenhado para a defesa, mas também para a guerra global, garantindo segurança em profundidade, proteção das linhas de comunicação e suporte logístico a operações[793].

São definidas quatro categorias de bases no âmbito do JCS 570/40:

> 1. Primary Base Areas: strategically located, comprising the foundation of a base system essential to the security of the United States, its possessions, the Western Hemisphere, and the Philippines and for the projection of military operations.
>
> 2. Secondary Base Areas: essential for the protection of and/or for access to primary bases, and for the projection of military operations;

[789] O *B36*, o primeiro bombardeiro com capacidade nuclear, começou a ser desenvolvido em 1941. O primeiro voo ocorreu em 1946, mas os primeiros modelos operacionais só foram entregues em 1948. Problemas entretanto surgidos levaram, porém, a que os aparelhos só ficassem totalmente operacionais em 1951. Em 1958-59 o aparelho foi substituído pelo *B52*. Cf. Federation of American Scientists (Doravante: FAS) (1999). *B36* Peacemaker. *FAS Web site*. Acedido em dezembro de 2015, disponível em http://fas.org/nuke/guide/usa/bomber/b-36.htm.
[790] Cf. Leffler, M. P. (abril de 1984). *Op. cit*.
[791] Converse III, E. V. (2005). *Op. cit.*
[792] Work, R. O.&Krepinevich, A. (2007).*Op. cit.*
[793] Cf. Converse III, E. V. (2005). *Op. cit.*

3. Subsidiary Base Areas: required for increasing the flexibility of the system of primary and secondary bases.

4. Minor Base Areas: sites at which transit privileges and varying military rights are required, if not already obtained, in order to ensure availability as required further to increase flexibility of the base system[794].

De entre os princípios essenciais assumidos para a construção do JCS 570/40, destacam-se a impossibilidade de manter forças de ocupação nos continentes europeu e asiático por tempo indeterminado; o abandono da visão expressa no JCS 570/2 sobre a coexistência de linhas de aeroportos para uso militar e civil, e a possibilidade de parte das bases não serem diretamente suportadas pelos EUA, assunção que antecipa possíveis problemas orçamentais. De acordo com Converse III[795], este último princípio aponta para a possibilidade de países aliados construírem bases às quais os EUA terão acesso em caso de necessidade. A postura adotada aponta para o Atlântico como a zona mais importante no pós-Guerra para os EUA, sendo, embora, que são previstos dois conjuntos essenciais de bases, um no Atlântico e outro no Pacífico, ligados por uma outra rede de bases que assume essa função específica de ligação[796].

4. Um quadro negocial difícil

O Departamento de Estado (SD) é encarregado de negociar direitos de acesso a bases e experimenta grandes dificuldades nessa missão, apesar do foco essencial ser num pequeno grupo de bases consideradas essenciais. A "cenoura" económica é um dos principais instrumentos utilizados nas negociações. Reconstrução económica, perdão de dívidas e treino grátis de forças militares, são alguns dos recursos utilizados. Mesmo assim, as negociações eram lentas e em muitos casos inconclusivas. Em paralelo, tornava-se duvidoso que o Congresso e os contribuintes norte-americanos estivessem disponíveis para suportar os custos inerentes a um tão grande sistema de bases. Face a estas circunstâncias, o planeamento militar norte-americano mudou de discurso, passando a admitir a negociação de direitos para construção de bases no futuro e a partilha de bases em solo estrangeiro, deixando assim cair a exigência de direitos exclusivos que vinha sendo defendida[797].

Secção II - Um lugar especial para a aviação

[794] Schnabel, J. F. (1996). *Op. cit.*, p. 144.
[795] Converse III, E. V. (2005). *Op. cit.*
[796] Cf. *Idem, ibidem.*
[797] Cf. Leffler, M. P. (abril de 1984). *Op. cit*.; Work, R. O.&Krepinevich, A. (2007).*Op. cit.*

1. Açores: zona especial no pós-guerra

Os Açores são identificados no JCS 570/2 (novembro de 1943) como a única base em que os EUA têm interesse na Europa. Este plano não define bases prioritárias, colocando todas as bases identificadas em plano de igualdade. Esta é uma das razões que levam a que o Presidente dos EUA mande rever o plano. No plano seguinte, JCS 570/40 (outubro de 1945), que surge com mais bases, embora muitas delas sejam apenas desejadas para trânsito, os Açores são de novo a única base identificada na Europa e é prioritária. Na revisão de 1946 (SWNCC 38/35, de junho de 1946), determinada sobretudo por dificuldades entretanto identificadas nas negociações para acesso às bases, daí a redução substancial no número, os Açores surgem de novo como zona essencial e única base na Europa[798].

Quadro 1. Planos para bases no JCS 570/2 (novembro de 1943)

Region	**Bases**

JCS 570/2 (November 1943)

Western Hemisphere	Bermuda; Trinidad; Panama; Batista Field and Guantanamo, Cuba; Jamaica; Whitehorse, Edmonton, Churchill, Sandy Point, Southampton Island, Baffin Island, Goose Bay, and Stephenville, Canada;Mazatlan and Acapulco, Mexico; Puerto Barrios, Guatemala; SondreStromfjord, Narasak, and Ikateq Greenland; Iceland; Guayaquil and Galapagos Islands, Ecuador; Georgetown, British Guiana; Cayenne, French Guiana; Belem and Natal, Brazil
Europe	Azores, Portugal
Africa	Casablanca, Morocco; Canary Islands; Dakar; Liberia; Ascension Island
Middle East	
Asia-Pacific	Philippines (two sites); Christmas Island; Marquesas Islands; TongarevaAitutaki, Cook Islands; Society Islands; Marshall Islands; Canton Island; Marcus Island; Bonin Islands; Marianas; Caroline Islands; Palau; New Caledonia; Fiji; New Britain; Tonga; Gilbert; Solomon; New Ireland; New Hebrides; New Guinea (two sites); Halmahera; Borneo; Sulawesi; Bangkok; Hainan; Formosa; China; Japan; Kurile Islands; Korea; Ryuku Islands

Quadro 2. Planos para bases no JCS 570/40 (outubro de 1945)

Region	**Bases**

[798] Cf. Converse III, E. V. (2005). *Op. cit.;* Pettyjohn, S. L. (2012).*Op. cit.*

JCS 570/40 (SWN CC 38/25) (October 1945)

Western Hemisphere	**Galapagos Islands; Iceland; Panama Republic; Bluie W1, Bluie W.9, Bluie E.2, Greenland;** Edmonton, Ft. Nelson, Whitehorse,Frobisher Bay, Fort Chino, and Goose Bay, Canada; Salinas,Ecuador; Batista Field, St. Julian-Lafe, and Guantanamo, Cuba;Curacao; Surinam; Talas, Peru; Belem, Natal, and Recife, Brazil;Kingston, Jamaica; Antigua; St. Lucia; Trinidad; Georgetown,British Guiana; Bahamas; *Las Bajadas, Vera Cruz, TehuantepecAirport, Merida, Acapulco*, and *Mazatlan, Mexico; Las MercedesAirport, Managua, Nicaragua; San Jose Airport, Guatemala;Rochambeau Field, Cayenne, French Guiana.*
Europe	**Azores, Portugal**
Africa	**Ascension Island; Cape Verde Islands**; Canary Islands;Casablanca-PortLyautey, Morocco; Dakar; Monrovia, Liberia; *Algeria; Wheelus Field, Libya*
Middle East	*Payne Field, Egypt; Dhahran, Saudi Arabia*.
Asia-Pacific	**Manus Island; Canton Island**; Tarawa; Funafuti; Morotai; Biak; Guadalcanal-Tulagi; Espiritu Santo; Noumea; VitiLevu; Christmas; Bora Bora; Clipperton Island; Upolu, British Samoa;New Zealand; Formosa; Yap-Ulithi; Palau; Bonin Volcano; Ryukus; Philippines; Manjuro, Kwajalein, Eniwetok, Marshall islands; Truk;MarcusIsland; Marianas; *Karachi, Agra, and Kharagpur, India;Mingaladon Airport/Rangoon, Burma; Bangkok, Thailand; TanSonNhut Airport, Saigon, Indochina; Comptroller, AnahoBays,NukuHiva Island, Marquesas; Cook Islands.*

Quadro 3. Planos para bases no SWN CC 38/35 (junho de 1946)

Region	**Bases**

SWN CC 38/35 (June 1946)

Western Hemisphere	**Iceland; Greenland; Galapagos Islands; Panama**; Suriname;Curacao-Aruba; Salinas, Ecuador; Talara, Peru; Batista Field, St.Julian-La Fe, Cuba; Goose Bay, Canada
Europe	**Azores, Portugal**
Africa	**Casablanca-Port Lyautey, Morocco (or Canary Islands);** AscensionIsland; Dakar (or Cape Verde Islands); Monrovia, Liberia
Middle East	
Asia-Pacific	Admiralty Islands; Manus Island; Christmas Island; Funafuti;

	Guadalcanal-Tulagi; Espirtu Santo; Vitu Levu; Tarawa; Upolu; NewCaledonia; Biak-Woendi; Morotai

Fonte: Pettyjohn, S. L. (2012). *Op. cit.,* pp. 54-55. Bases consideradas prioritárias estão assinaladas a vermelho. Bases assinaladas a itálico e sublinhado são aquelas em que os EUA pretendiam apenas direitos de trânsito.

1.1. Velhos conhecidos do transporte aéreo

Ao mesmo tempo que ordena estudos sobre a postura militar norte-americana no pós-guerra no que diz respeito a bases no exterior (anos quarenta do século XX), o Presidente Roosevelt está também focado no transporte aéreo civil, que considera decisivo para a prosperidade dos EUA. Uma das preocupações norte-americanas nesse âmbito está relacionada com a competição inglesa, cuja capacidade para negociar direitos em pontos estratégicos é vista como muito significativa. Segundo Converse III, "…liberalization, not restriction, of air commerce was the US objective. American carriers were especially eager to take advantage of routes already developed by the British across Europe, the Middle East, and South Asia"[799]. Neste contexto, o reconhecimento da importância dos Açores é evidente, estando presente nos estudos e nos debates preparatórios para a definição dos sistemas de bases necessários para o pós-guerra. "Specific places mentioned in the military-commercial context were the Azores, Galapagos Islands, and Clipperton Island"[800].

1.2. O poder aéreo estratégico e os conflitos do futuro

O transporte aéreo comercial, embora fortemente subsidiado pelos estados, assume-se como um segmento importante da atividade económica no período entre as duas guerras mundiais. A atividade é fortemente estratégica, o que também explica o apoio dos estados, dimensão

[799] Converse III, E. V. (2005). *Op. cit.*, p. 130.

[800] *Idem, ibidem.,* p. 10. Apenas como curiosidade, recorde-se que o primeiro contato dos Açores com a aviação ocorre a 22 de Janeiro de 1918, mas os aviões militares norte-americanos chegaram de barco, vindos de Filadélfia. Destinavam-se a combater os submarinos da Alemanha na I Guerra Mundial. Em Maio de 1919 ocorre a primeira tentativa de trazer em voo aviões para os Açores, mas a experiência não é totalmente coroada de êxito. O objetivo era realizar um voo com três hidroaviões entre a Terra Nova e o porto de Ponta Delgada, mas dos três equipamentos que realizaram a tentativa apenas um conseguiu chegar ao destino pelos seus próprios meios, seguindo depois para Lisboa, onde chegou com sucesso. Ficava assim completa, a 27 de Maio de 1919, a primeira travessia aérea do Atlântico norte. Cf. Guill, J. H. (1993). *Op. cit.*

presente, entre outros exemplos possíveis, na coesão de impérios com parcelas muito distantes e no apoio à administração desses espaços. É nesse período percecionado pelas grandes potências que perder a competição na aviação civil significaria, potencialmente, perder um negócio que se perspetivava de enormes dimensões, além de representar um atraso na evolução tecnológica. A dimensão militar do transporte aéreo começa a ser evidente. Segundo Telo,

> No período entre as duas guerras divulga-se e ganha raízes em vários países a ideia de que os conflitos futuros serão decididos pelo poder aéreo estratégico e que nenhum país aguenta muito tempo se vir as suas cidades sistematicamente bombardeadas[801].

São vários os grandes aviões de transporte deste tempo que ou têm capacidade de adaptação ou têm mesmo versões civis e militares. São exemplos, aduzidos por Telo[802], o *Condor* e o *B29*.

1.3. Dependência das escalas técnicas

Os aviões dos anos trinta, por via do desenvolvimento tecnológico, já conseguem transportar carga útil em distâncias significativas, ao ponto de começar a ser encarada a conquista da ligação entre a Europa e a América, o que significa um grande desafio técnico, mas também uma grande oportunidade de negócio. Mas os voos comerciais neste espaço necessitam de escalas técnicas, estando disponíveis três rotas. A rota do norte, que pode usar a Gonelândia e a Islândia, é intransitável durante uma boa parte do ano; a rota do sul, no percurso Golfo da Guiné-Brasil, é a mais cara, tratando-se de um percurso longo e com várias escalas; resta a rota do centro, com ligações que podem ser Terra Nova-Açores ou Bermuda-Açores, sendo que o uso dos Açores, que permite reduzir a etapa mais longa para 2700 quilómetros, é indispensável nesta rota. "As grandes potências sabem que o controlo aéreo do Atlântico vai depender das poucas escalas possíveis e que os Açores são a mais importante de todas"[803].

1.3.1. Luta pelo controlo das escalas nos Açores

Tendo presente a importância dos Açores como escala para as ligações transatlânticas, as grandes potências tratam de assegurar o controlo da zona mesmo antes de estar garantida a capacidade técnica para realizar os voos regulares que, no entanto, já se perspetivavam. França e Alemanha são os primeiros poderes que tentam garantias em relação à escala dos Açores,

[801] Telo, A. J. (1993). *Op. cit.*, p. 214.
[802] *Idem, ibidem.*
[803] *Idem, ibidem.*,p. 215

beneficiando do facto de a Inglaterra estar mais preocupada com o desenvolvimento de rotas imperiais que garantam ligações à Índia e à Austrália[804].

Portugal está pressionado pela rivalidade entre a França e a Alemanha e em 1928 o Ministério da Guerra nomeia uma comissão para encontrar o melhor lugar para construir um campo de avião nos Açores. Por nomeação do Comando Militar dos Açores, o tenente-coronel Eduardo Gomes da Silva é encarregue de indicar o melhor local para essa finalidade, tendo optado pela planície das Lajes, na ilha Terceira[805]. O trabalho de Gomes da Silva acaba por não ter consequências, pelo menos no prazo imediato. Segundo Telo[806], o interesse português à altura, no que diz respeito à aviação, está mais focado em encontrar soluções para concretizar ligações com as colónias africanas.

Portugal perspetiva o futuro da aviação comercial transatlântica ligado aos hidroaviões e em 1929 cria uma comissão para escolher "pistas marítimas" nos Açores, tendo a Horta (ilha do Faial) sido a opção, com o acordo dos militares, que veem na Horta um porto de fácil defesa (a outra opção era a Praia da Vitória, na ilha Terceira) e um dos vértices do triângulo estratégico Lisboa-Horta-São Vicente (Cabo Verde). Ainda em 1929, um estudo do tenente-coronel Cifka Duarte vê boas condições para a construção de uma pista (terrestre) na Achada (ilha Terceira). A ideia foi acolhida pela então Junta Geral do Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo, que visionou e concretizou a construção de um campo de aviação destinado, entre outras funções, à aviação transatlântica. No final de 1930 as obras estavam concluídas, mas a infraestrutura revelou-se um fracasso por razões climatéricas (ventos e nevoeiro). O trabalho de Gomes da Silva foi retomado em 1941, dando origem ao aeroporto das Lajes[807].

Os EUA não deixam de estar atentos à disputa pelos Açores, tendo consciência que o espaço acabará por ser necessário para as suas empresas[808]. A *Pan American* estuda a rota Nova Iorque-Bermudas-Açores-Europa e conclui que a rota do Atlântico norte implica o uso das Bermudas e/ou dos Açores, o que pressupõe a colaboração inglesa para o uso das Bermudas, o que não se

[804] Cf. Telo, A. J. (1993). *Op. cit.*
[805] Cf. Mendes, J. M. S. (2007).*Op. cit.*
[806] Telo, A. J. (1993). *Op. cit.*
[807] Cf. Mendes, J. M. S. (2007). *Op. cit.*
[808] "Pan American had its eyes on the Atlantic market almost from the beginning of the airline's history. The crossing between Europe and America was one of the most heavily traveled passenger routes in the world; in 1925, about a million passengers crossed the North Atlantic. The world's largest and most prestigious ocean liners were in service on the North Atlantic, and the passage between Europe and the United States boasted more first class passengers (and potential airline customers) than any other steamship route; about 180,000 passengers crossed the Atlantic in first class in 1925. Perhaps even more importantly, a tremendous quantity of mail (the keystone of any airline's revenue in the early days of commercial aviation) as well as express packages and valuable freight carried between Europe and the United States". Pan Am Across the Atlantic (s/d). *Pan Am Clipper Flying Boats Web site*. Acedido em janeiro de 2015, disponível em http://www.clipperflyingboats.com/transatlantic-airline-service.

concretiza no processo de consultas entretanto estabelecido. A verdadeira razão do falhanço é que a Inglaterra ainda não está tecnicamente preparada para explorar a rota do Atlântico e por isso não permite apoios em rota nas suas possessões ou territórios em que tem direitos de preferência, como é o caso dos Açores, além de estar mais interessada nas rotas da Índia, Singapura e Austrália[809]. A intenção francesa de negociar um monopólio no transporte aéreo com Portugal tem a oposição expressa dos EUA. Alemanha e Espanha apoiam os EUA e a Inglaterra não se pronuncia. Em 1930 Portugal acaba por conceder um monopólio de três décadas a uma empresa francesa para todas as rotas comerciais a partir de Portugal e das colónias, o que implica a presença francesa nos Açores, até porque tal ligação faz parte das obrigações negociadas. A Alemanha protesta, porque vê degradada a sua posição nas rotas do sul, que necessitam de Cabo Verde. Por seu lado, os franceses aproveitam o monopólio para tentar negociar o uso dos Açores e de Cabo Verde com empresas americanas e alemães. Contra o monopólio francês levantam-se todos os interessados designadamente nos Açores. A Itália, alegando que as suas empresas irão necessitar dos Açores para futuras ligações com os EUA, ensaia em 1931 um protesto conjunto em Lisboa com os EUA e a Inglaterra[810].

Em 1933 o monopólio francês em Portugal cai, possivelmente por dificuldades financeiras da empresa que o detém, o que motiva Portugal a procurar outra solução monopolista. Segundo Telo, "Toda a questão parece ser encarada numa base fundamentalmente comercial, sem se estudar as implicações estratégicas do processo"[811]. A *Pan American* surge como a empresa melhor posicionada para controlar o Atlântico norte nos anos trinta, mas as dificuldades colocadas pela Inglaterra para acordos nas Bermudas e a recusa do Canadá em ceder direitos na Terra Nova, colocam dificuldades adicionais. Aproveitando o colapso do monopólio francês, a

[809] Cf. Telo, A. J. (1993). *Op. cit.* "The British insisted on reciprocity, and would not grant landing rights to an American airline until Britain's Imperial Airways was able to commence a similar service. On January 25, 1936, Juan Trippe and George Woods-Humphrey, Managing Director of Imperial Airways, signed an agreement dividing transatlantic service between Pan American and Imperial Airways; the agreement eliminated competition from other airlines, such as the Dutch, French, and Germans, who were barred from the British stepping stones across the Atlantic, but it provided that neither Pan Am nor Imperial Airways could begin service until both airlines able to do so. Since Britain was far behind America in flying boat technology, and Imperial Airways did not have any aircraft capable of transatlantic service in 1936, Pan American would have to wait more three years before its planes could fly the Atlantic". Pan Am Across the Atlantic (s/d). A posição inglesa, porém, tinha os dias contados, até porque novas tecnologias dispensavam lugares de amaragem ou aterragem: "The first crack in the wall of British resistance occurred in early 1937, under the threat of competition from airships and alternative technologies, such as the German sea-air catapult mail service, which did not require landing permits on British-controlled territory". *Ibidem*. Ao falhanço inicial da *Pan Am* nas negociações para utilizar os Açores está também associada, de acordo com Cooper (Cooper, D. (s/d). Conquering the Atlantic. *The Pan Am Historical Foundation Web site*. Acedido em janeiro de 2016, disponível em http://www.panam.org/images/Community/DixieClipperReunion/conqueringatlantic.pdf), a imposição portuguesa de a rota EUA-Bermuda-Açores-Londres ter um derivação para Lisboa, o que representava tempo e milhas que terão sido considerados excessivos.

[810] Cf. Telo, A. J. (1993). *Op. cit.*

[811] *Idem, ibidem.,* p. 224.

Pan American e a inglesa *Imperial Airways* apresentam uma proposta conjunta em Lisboa para uso dos Açores[812] sem ser em regime de exclusividade, excluindo apenas outras empresas americanas e inglesas, dando como contrapartida facilidades financeiras e o uso por aviões portugueses das infraestruturas a construir. A proposta é aceite por Portugal[813].

Os Açores estão envolvidos em várias experiências de transporte aéreo nos anos trinta, mas a inauguração da rota comercial do Atlântico norte será norte-americana. Depois de duas missões técnicas, o porto de Ponta Delgada é identificado como o melhor local – "o menos mau", dadas as condições de vento e de ondas pouco favoráveis[814]– para amarar um hidroavião, realizando-se o primeiro voo experimental em Agosto de 1937. Em 1939 estão a voar na rota dos Açores os *Boeing 314*, aparelhos que ficam ligados à inauguração das ligações transatlânticas com o sul da Europa[815]. Com as carreiras regulares nas rotas transatlânticas do norte e do centro fica operacional a "…mais importante ligação comercial do mundo"[816], desempenhando os Açores um papel central. A corrida nessas rotas foi ganha pelos EUA e pela Alemanha, os países que se mostraram tecnicamente mais preparados e que no início da II Guerra Mundial tinham a perspetiva de controlar e explorar um dos mercados com mais futuro. "A guerra vem impedir esta evolução natural, introduzindo um inesperado compasso de espera e acabando por consagrar o domínio isolado dos EUA"[817].

1.4. Valorização dos Açores pelo poder aéreo

Percebe-se pelo que fica exposto que quando os EUA estão a conceber os seus sucessivos sistemas de bases, conhecem perfeitamente a importância dos Açores para o poder aéreo, tanto no presente, à altura, como no futuro. Sendo certo que não há referências à inclusão dos Açores nas bases definidas para a defesa do hemisfério, primeira reação significativa à II Guerra

[812] Engenheiros da *Pan American* e da *Imperial Airways* estiveram nos Açores em meados de 1937 a desenvolver estudos preliminares relativos à possível utilização dos Açores por hidroaviões nas rotas transatlânticas. Foram realizados estudos em Ponta Delgada, Praia da Vitória e Horta, prevendo-se que os voos experimentais começassem em breve. Cf. Mendes, J. M. S. (2007). *Op. cit*.
[813] Cf. Telo, A. J. (1993). *Op. cit.*
[814] Cf. *Idem, ibidem.*, p. 230. A baía da Horta e não a de Ponta Delgada, será, no entanto, a "pista marítima" privilegiada para os hidroaviões.
[815] "On May 20, 1939 — only twelve years, to the day, after Charles Lindbergh crossed the Atlantic in his single-engine Spirit of St. Louis — Pan American's *B-314* Yankee Clipper departed Port Washington, New York for the first scheduled mail service across the Atlantic. The Clipper carried 112,574 pieces of mail (mostly from stamp collectors), four dozen California marigolds for Britain's Queen Mary, and 16 Pan Am employees under the command of Captain Arthur E. La Porte. The ship flew the southern route across the Atlantic, landing in Lisbon the next afternoon after flight of approximately 27 hours (which included a stop at Horta in the Azores), and then flew to its final destination in Marseilles, France the next day". Pan Am Across the Atlantic (s/d); Cooper, D. (s/d). *Op. cit.*
[816] Telo, A. J. (1993). *Op. cit.,* p. 231.
[817] *Idem, ibidem.*, p. 232.

Mundial, a verdade é que no âmbito dos planos *Rainbow* não é admitida a ocupação dos Açores por forças hostis, ocorrência que levaria à invasão das ilhas por forças norte-americanas[818]. Face ao conhecimento da capacidade aérea à altura e futura, pode-se admitir que os EUA temeriam uma exposição do seu território continental a partir dos Açores. Ailás, as previsões feitas pelos norte-americanos, em 1939, com base no raio de ação real e potencial dos bombardeiros em desenvolvimento, tanto seus como alemãs, apontam nesse sentido[819].

Já nos planos norte-americanos para o pós-guerra, definidos ainda no decurso do conflito, os Açores emergem no planeamento estratégico dos EUA como zona "essencial". Depois de definir as bases para as previsíveis funções pós-guerra, o JCS define mesmo que Islândia, Gronelânia e Açores são de "…primary importance…"[820]. Na discussão que ocorre no JCS, fica claro que a defesa dos Açores como base de primeira importância para o pós-guerra é suportada pela Força Aérea, enquanto a Marinha não apoia essa opção. A Força Aérea acaba por impor a sua visão[821].

Segundo Telo, "O progresso da aviação comercial dos anos 30 tem uma evidente inspiração militar"[822], partindo do princípio que, escalando os Açores, é possível transportar pessoas entre as duas margens do Atlântico, o que abre perspetivas para uma guerra aérea intercontinental. Esta perceção "…abre uma nova dimensão ao pensamento americano, muito especialmente porque a possibilidade teórica coincide com o despertar das ambições alemãs, o único país que se pode comparar tecnicamente com os EUA no campo da aviação comercial dos anos trinta"[823].

Nos anos quarenta, a aeronáutica sofre uma revolução no longo curso com aparelhos quadrimotores que no início são um exclusivo norte-americano. Esses aparelhos introduzem uma nova dimensão no transporte transatlântico. De entre as três rotas atlânticas, a que passa pelos Açores é, nesses tempos, a que oferece melhores condições, por estar praticável todo o ano e garantir carga útil muito significativa. A rota do norte é muito difícil no inverno, sobretudo devido a ventos contrários, enquanto a rota do sul, embora praticável todo o ano, implica um tempo de voo próximo do dobro em relação à rota do centro, a que passa pelos Açores[824].

[818]Cf. Congress of the United States (1946). Hearing Before the Joint Committee on the Investigation of the Pearl Harbour Attack. Proceedings of Navy Court of Inquiry (Pages 926-985, Exhibit 4, "Rainbow 5"). Washington: Government Printing Office.
[819] Cf. Telo, A. J. (1993). *Op. cit.*
[820] Schnabel, J. F. (1996). *Op. cit.*, p. 149.
[821] Cf. *Idem, ibidem.*
[822]Telo, A. J. (1993). *Op. cit.*, p. 297.
[823] *Idem, ibidem.,* p. 297.
[824] Cf. *Idem, ibidem.*

Secção III - Considerações finais

O planeamento estratégico norte-americana pensa o pós II Guerra Mundial ainda antes de os EUA se envolverem formalmente no conflito, assumindo como provável que após a guerra global em curso outra poderá ocorrer, colocando os EUA perante um poder moderno, industrial e totalitário. Embora o ambiente à altura fosse incerto, em termos estratégicos e tecnológicos, os norte-americanos visionavam o fim da proteção oceânica por via de armas de longo alcance. Uma das preocupações essenciais que se colocam ao planeamento tem a ver com a necessidade de evitar períodos de fraqueza militar como ocorrera entre as primeira e segunda guerras mundiais. Já envolvidos na guerra, os EUA visionam o pós-Guerra com o mundo dividido em áreas de influência, cabendo-lhes a zona americana. Visionam também a necessidade de criar condições para a prosperidade. Segurança e prosperidade surgem ligadas ao poder aéreo e a bases, daí a opção por um sistema de bases que sirva essas duas funções em simultâneo e que estaria focado no Pacífico e no Atlântico.

O planeamento estrutura, por etapas, um sistema de bases que constitua uma fronteira estratégica localizada fora do território continental norte-americano, sendo responsável por várias propostas que, embora não visando um inimigo em particular, permitiam a projeção de poder para dentro dos continentes europeu e asiático, a partir dos quais os EUA poderiam esperar ameaças. O Ártico acaba por ser incorporado nas visões elaboradas, ficando assim construído um anel se segurança à volta do continente americano. São necessárias cada vez mais bases para permitir a projeção de poder com aviões de curto raio de ação e também para agilizar a interceção em caso de ataque, por exemplo nuclear. As preocupações de defesa acabam por se sobrepor à ligação economia/defesa, evoluindo o planeamento para sistemas separados, ou seja, as bases para a defesa passam a ter essa função exclusiva, podendo algumas dessas bases ser suportadas por países amigos e não diretamente pelos EUA. Porém, problemas orçamentais foram condicionando a aquisição das bases pretendidas, tal como a incerteza em negociações que iam decorrendo com potenciais países hospedeiros, apesar das contrapartidas oferecidas pelos EUA. Os EUA acabaram por aceitar a partilha de bases, deixando cair a preferência por direitos exclusivos. Os Açores surgem no planeamento de bases desde finais de 1943 como única base desejável na Europa (até 1947), sendo a aquisição prioritária. Em boa verdade, os EUA conhecem bem a importância dos Açores para o transporte aéreo tanto nas condições tecnológicas dos anos trinta como dos anos quarenta (a *Pan American* está a voar na rota dos Açores desde 1939), não desconhecendo que a rota que passa pelos Açores é a mais praticável e mais barata entre as opções disponíveis. Também não desconhecem que o seu território

continental poderia ficar exposto a ataques a partir dos Açores, daí preverem, desde finais dos anos trinta, a ocupação das ilhas em caso de presença local de uma força hostil.

CAPÍTULO X –Perceção/construção de um inimigo concreto e capacidade de resposta

Procuramos neste capítulo acompanhar o percurso que leva os EUA até à Guerra Fria e o próprio desenvolvimento desta guerra, destacando a relação entre esse percurso até ao final do conflito e os sistemas de bases que vão dando resposta às diferentes estratégias e aos ambientes políticos e tecnológicos. A questão nuclear, que também afeta os Açores, é outro ponto abordado neste capítulo, que se desenvolde até à queda do muro de Berlim e à dissolução do Pacto de Varsóvia.

Secção I - O inimigo começa a emergir

1. Sinais preocupantes

As ações da União Soviética começam a preocupar os EUA ainda durante a II Guerra Mundial, quando são equacionados o destino da Alemanha e do Leste europeu. Logo a seguir à guerra, a permanência de tropas soviéticas no Irão gera protestos diplomáticos dos EUA. Stalin acusa o capitalismo, em 1946, de se instalar através da crise e da guerra, discurso que chega a ser visto nos EUA como uma ameaça e mesmo como uma espécie de declaração da III Guerra Mundial[825].

Instado a pronunciar-se sobre as intenções de Moscovo, o embaixador dos EUA na capital soviética, George Kennan, no que ficou conhecido por "Long Telegram", diz-se, em 1946, convencido que os soviéticos estão determinados a destruir o chamado modo de vida americano e farão tudo o que for necessário para se oporem à América:

> …we have here a political force committed fanatically to the belief that with US there can be no permanent *modus vivendi* that it is desirable and necessary that the internal harmony of our society be disrupted, our traditional way of life be destroyed, the international authority of our state be broken, if Soviet power is to be secure[826].

[825] Cf. Powaski, R. E. (1998). *Cold War.The United States and The Soviet Union, 1917-1991*. New York: Oxford University Press; Converse III, E.V. (2005). *Op. cit.*

[826] The Charge in the Soviet Union (Kennan) to the Secretary of State, 22 de fevereiro de 1946. *National Security Archive Web site*. Acedido em janeiro de 2016, disponível em

Pouco depois de Kennan enviar o seu longo telegrama, Churchill profere no Missouri (EUA) um discurso onde cunha a designação "Cortina de Ferro", deixando transparecer grandes preocupações sobre o comportamento da União Soviética:

> A shadow has fallen upon the scenes so lately lighted by the Allied victory. Nobody knows what Soviet Russia and its Communist international organization intends to do in the immediate future, or what are the limits, if any, to their expansive and proselytizing tendencies. (…). From Stettin in the Baltic to Trieste in the Adriatic, an iron curtain has descended across the Continent. Behind that line lie all the capitals of the ancient states of Central and Eastern Europe. Warsaw, Berlin, Prague, Vienna, Budapest, Belgrade, Bucharest and Sofia, all these famous cities and the populations around them lie in what I must call the Soviet sphere, and all are subject in one form or another, not only to Soviet influence but to a very high and, in many cases, increasing measure of control from Moscow[827].

Em 1946, os soviéticos tentam adquirir direitos de bases na Turquia, o que leva o Presidente Truman a mandar uma força naval para a área, decisão que, segundo Converse III[828], deixou a pairar sinais de guerra próxima. Pouco depois a Jugoslávia abate dois aviões americanos sobre o seu território, o que é encarado como uma resposta à reação dos EUA face à pressão soviética sobre a Turquia para adquirir bases no seu território. Responsáveis norte-americanos de alto nível, segundo Converse III, veem em mais este acontecimento um sinal de guerra iminente.

Começa a tornar-se evidente que os EUA e a União Soviética estavam a caminho de uma colisão ideológica, o que, aliás, já tinha sido visionado durante a guerra, em 1944, quando a *Navy*, através da sua secção F-14, elabora uma visão para depois da guerra em que prevê uma oposição global entre capitalismo e socialismo, o que implicaria o mundo dividido em dois blocos, um liderado pelo EUA e outro pela União Soviética. O documento previa que a luta ideológica global pela supremacia poderia levar à guerra[829]. Em 1946 a colisão ideológica entre os EUA e a União Soviética já era admitida ao nível das lideranças políticas e militares norte-americanas, mas também parecia evidente a esses líderes que muitas nações e o próprio povo americano ainda não estavam preparados para ver a União Soviética como um perigo, tendo presente tratar-se de um importante aliado de tempos muito recentes[830].

2. Maus tempos para o sistema de bases

http://nsarchive.gwu.edu/coldwar/documents/episode-1/kennan.htm.

[827] Churchill, W. (5 de março de 1946). Sinews of Peace. *National Churchill Museum Web site*. Acedido em maio de 2015, disponível em https://www.nationalchurchillmuseum.org/sinews-of-peace-iron-curtain-speech.html.

[828] Converse III, E. V. (2005). *Op. cit.*

[829] Cf. *Idem, ibidem.*

[830] Cf. *Idem, ibidem.;*Krepinevich, A.&Work, R. O. (2007). *Op. cit.*

Da postura dominante face à União Soviética – a visão de que não constituiria um perigo - resultou o abandono progressivo, mas rápido, da estrutura de bases utilizadas pelos EUA durante a guerra. Além de motivado pela desmobilização rápida e por cortes orçamentais, o abandono de bases foi também acelerado pela posição de muitos países que não viam com bons olhos a presença de militares norte-americanos nos seus territórios depois das hostilidades. De acordo com Baker[831], em 1947 o número de bases no exterior tinha caído para 1139, quando ultrapassava as 3000 no tempo da guerra, sendo que muitas das bases que ainda restavam localizavam-se na Alemanha e no Japão, estando também previsto o seu encerramento. Mesmo assim, restavam bases em quantidades muito superiores àquelas que estavam previstas nos estudos de previsão para as necessidades pós-guerra.

3. Uma nova realidade estratégica

3.1. A doutrina Truman

O ano de 1947 pode ser considerado como um ponto de viragem no pensamento norte-americano pós-Guerra, começando aqui uma nova realidade estratégica. Depois de a Grécia entrar em convulsão com interferência soviética na vida interna do país, a Inglaterra, que então experimenta dificuldades económicas, abandona o apoio ao país, tendo o Presidente Truman, depois de pedir ao Congresso uma ajuda substancial para a Grécia e para a Turquia (cerca de 400 milhões de dólares), anunciado uma nova política de apoio a países a braços com desestabilização armada interna por iniciativa de minorias ou por pressão externa. Este é o primeiro passo na chamada Doutrina Truman, que compromete os EUA na resistência à expansão soviética, envolvendo, em princípio, meios económicos:

> I believe that it must be the policy of the United States to support free peoples who are resisting attempted subjugation by armed minorities or by outside pressures.
>
> I believe that we must assist free peoples to work out their own destinies in their own way.
>
> I believe that our help should be primarily through economic and financial aid which is essential to economic stability and orderly political processes[832].

3.2. Plano Marshall

[831] Baker, A. P. (2004). *Op. cit.*

[832] Truman, H. S. (12 de março de 1947). The Truman Doctrine (discurso). *American Rhetoric Web site*. Acedido em maio de 2015, disponível em http://www.americanrhetoric.com/speeches/harrystrumantrumandoctrine.html.

Segue-se o Plano Marshall, enquadrado pela Doutrina Truman e desenhado para auxiliar os países da Europa ocidental, sobretudo os que podem estar mais expostos à influência soviética, na retoma da prosperidade económica[833]. Trata-se de uma injeção massiva de dólares (cerca 13 biliões, 1952[834]) que se destina à reconstrução da Europa ocidental, tendo como visão garantir estabilidade política que seja capaz de proteger os investimentos norte-americanos na zona e garantir que a influência da União Soviética não se faça sentir de forma significativa. O plano poderia estender-se à União Soviética e aos países do leste europeu, mas tal não ocorreu por, segundo Powaski[835], os soviéticos temerem que os EUA pretendessem como contrapartida a retirada do Leste europeu. A resposta soviética ao Plano Marshall é o Plano Molotov, criado em 1947. Ficam assim estabelecidas esferas de rivalidade económica - economia de mercado versus socialismo-, que reforçam a rivalidade militar já existente. A criação do *Comecon* concluiu a construção da esfera de influência soviética. E o golpe comunista da Checoslováquia, em 1948, elimina qualquer vestígio de democracia no Leste europeu[836].

3.3. O artigo de Mr. X

A publicação, em Julho de 1947, pela *Foreign Affairs*, de um artigo assinado por Mr. X e que aborda as fontes da conduta soviétiva, ajuda a influenciar a liderança e o povo americano a conceber a União Soviética como uma ameaça. Mr. X é George Kennan e "*The Sources of the Sovietic Conduct"*[837] reproduz, no essencial, o conteúdo do "*Long Telegram*" diplomático, já referido, que agora se transforma em documento e pensamento públicos.

4. O inimigo está (quase) construído

4.1. Iniciativas para condicionar a expansão soviética

[833] "In just a few months, State Department leadership under Marshall with expertise provided by George Kennan, William Clayton and others crafted the Marshall Plan concept, which George Marshall shared with the world in a speech on June 5, 1947 at Harvard. Officially known as the European Recovery Program (ERP), the Marshall Plan was intended to rebuild the economies and spirits of western Europe, primarily. Marshall was convinced the key to restoration of political stability lay in the revitalization of national economies. Further he saw political stability in Western Europe as a key to blunting the advances of communism in that region". George Marshall Foundation (s/d). History of the Marshall Plan. *George Marshall Foundation Web site*. Acedido em dezembro de 2015, disponível em http://marshallfoundation.org/marshall/the-marshall-plan/history-marshall-plan/.

[834] "European nations received nearly $13 billion in aid, which initially resulted in shipments of food, staples, fuel and machinery from the United States and later resulted in investment in industrial capacity in Europe. Marshall Plan funding ended in 1951". George Marshall Foundation (s/d). *Op. cit.*

[835] Powaski, R. E. (1998).*Op. cit.*

[836] Cf. *Idem, ibidem.*

[837] "X" (George F. Kennan) (julho de 1947). The Sources of the Sovietic Conduct*. Foreign Affairs Web site.* Acedido em maio de 2015*,* disponivel em https://www.foreignaffairs.com/articles/russian-federation/1947-07-01/sources-soviet-conduct.

Começa aqui a transição para o que virá a ser uma política de segurança caracterizada por uma forte competição ideológica e militar entre os EUA e a União Soviética. Tendo presente que o império soviético é de matriz continental, tendendo a ocupar espaço à sua volta, os EUA assumem como primeira preocupação conter a expansão no terreno, que poderia ocorrer através de ataques diretos ou ações de desestabilização. Os EUA procuram também condicionar futuros atos de expansão através da construção de uma rede de bases na periferia da União Soviética. O inimigo começa assim a ficar definido, o que representa uma evolução significativa em relação à fase anterior da estratégia norte-americana, que não identificava um adversário concreto. Para Converse III[838], terá começado aqui a Guerra Fria. É também a partir daqui que os EUA começam a repensar a sua relutância em manter guarnições significativas em território estrangeiro, abrindo-se perspetivas para o que veio a ser uma presença militar de proporções enormes em países aliados na Europa e na Ásia[839].

4.2. Uma nova predisposição

A abertura para bases norte-americanas e sobretudo para a permanência de tropas dos EUA em números impressionantes em países estrangeiros, começa a perceber-se à medida que as ações da União Soviética e a ideologia comunista vão aparecendo aos olhos de um número crescente de nações como uma ameaça à liberdade. Incapazes para encararem por si só a ameaça soviética com alguma probabilidade de êxito, devido a fraqueza económica e militar, muitas dessas nações, que no passado recente tinham recusado bases e sobretudo tropas norte-americanos nos seus territórios, acabaram por aceitar a presença dos EUA. Essa mudança foi significativa em cinco anos, entre 1945 e 1950[840]. A partir daqui está criado o clima para a construção daquele que viria a ser o maior império de bases da história da humanidade até aos nossos dias[841].

5. Planos focados na União Soviética

5.1. Antecipar a resposta aos movimentos do inimigo

Novos planos, agora tendo a União Soviética como inimigo definido, começam a ser desenvolvidos sobretudo na sequência da Doutrina Truman de 1947. O planeamento norte-americano está agora focado na identificação de prováveis ações de guerra por parte da União Soviética, tendo por objetivo antecipar a resposta norte-americana. Embora o planeamento militar dos EUA anteveja que a União Soviética não estará, no imediato, preparada para a

[838] Converse III, E. V. (2005). *Op. cit.*
[839] Cf. Harkavy, R. (1989). *Op cit.*; Baker, A. P.(2004).*Op. cit.*
[840] Cf. Krepinevich, A.&Work, R. O. (2007).*Op. cit.*
[841] Cf. Harkavy, R. (1989). *Op cit.*; Baker, A. P.(2004).*Op. cit.*

guerra, o cenário previsto aponta para ações de expansão na Europa, excetuando as ilhas inglesas, e no Médio Oriente é perspetivado que o avanço soviético será travado no Canal do Suez. Tendo presente que as forças de terra dos EUA não estariam à altura preparadas para uma atuação eficaz, a estratégica prevista passa por uma campanha aérea de longa distância com armas convencionais e atómicas, que teriam como alvos principais zonas urbanas e o complexo industrial soviético. Os EUA pretendiam assim quebrar a vontade e a capacidade do inimigo para abastecer operações de guerra nos cenários previstos da Europa e do Médio Oriente[842].

5.2. Bases desatualizadas

Os EUA contavam para a sua estratégia com o bombardeiro *B29*, com um raio útil de combate de 2000 milhas náuticas. Sendo assim, as bases previstas no JCS 570/40 não eram capazes, por deficiência de localização, de suportar operações contra a União Soviética. São necessárias novas bases na Europa, um anel de bases para suporte a ataques pela zona polar norte e uma linha de bases no flanco sul da Rússia, envolvendo o norte de África, o Médio Oriente e a Índia. A possibilidade, que é assumida, de os soviéticos terem sucesso numa eventual campanha europeia, aconselha a aquisição de bases em Inglaterra, que nos planos norte-americanos resistiria ao avanço soviético. A partir da Inglaterra, os *B29* conseguiriam entrar a fundo na Europa continental e atingir Moscovo, além de terem ao seu alcance os campos de petróleo da Roménia. A Inglaterra aceita reabrir cinco bases que tinham sido utilizadas na II Guerra Mundial e outras quatros podem ser reabertas se forem necessárias. Porém, as bases necessárias nas rotas polar e do sul revelam-se de acesso difícil, verificando-se problemas na aquisição de direitos em bases no Canadá, Gronelância, islândia e Portugal (Açores), registando-se, porém, alguns avanços nos direitos pretendidos no norte de África, no Médio Oriente e na Índia[843].

5.2.1. Um sistema demasiado dispendioso

Os EUA sentem que os custos associados à construção de novas bases são cada vez mais significativos, sendo estimado que o custo para completar as bases planeadas no JCS 570/40 não seria inferir a cinco biliões de dólares. Com um orçamento militar de entre dois a quatro biliões de dólares anuais, os recursos que poderiam ser utilizados para a construção de bases implicariam um quarto de século para completar o plano. É neste enquadramento que surge o JCS 570/83, que reduz para 53 o número de bases e elimina as bases previstas para o flanco sul da Rússia, reforçando embora a rota polar. O número de bases, por comparação com o pico

[842] Cf. Converse III, E. V. (2005). *Op. cit.*; Krepinevich, A.&Work, R. O. (2007).*Op. cit.*
[843] Cf. Krepinevich, A.&Work, R. O. (2007).*Op. cit.*

atingido na II Guerra Mundial, continua a diminuir, situando-se, em 1947, abaixo das 600, ou seja, cerca de um quinto das bases utilizadas durante a guerra[844]. Os planos para bases são revistos três vezes entre 1947 e 1949.

Quadro 4. Planos para bases no JCS 570/83 (Setembro de 1947)

Region	**Bases**

JCS 570/83 (SWN CC 38/46) (September 1947)

Western Hemisphere	**Iceland; Greenland; Labrador (Goose Bay); Panama;** GalapagosIslands; Talara, Peru; Batista Field and St. Julian-LaFe, Cuba;Surinam; Curacao-Aruba; Cayenne, French Guiana
Europe	**Azores, Portugal**
Africa	Port Lyautey, Morocco (or Canary Islands); Ascension Island;Casablanca, Morocco; Dakar; Monrovia, Liberia; Algiers; Tripoli
Middle East	Cairo, Egypt; Dhahran, Saudi Arabia
Asia-Pacific	**Ryukyus; Bonins; Volcano Islands**; Marcus Island; VituLevu; Fiji;Rangoon; Karachi; Agra; Kharagpur; Bangkok; Saigon; Noumea,New Caledonia

Quadro 5. Planos para bases na JCS Views on overall examination of U.S. requirements for military bases and base rights (agosto de 1948)

Region	**Bases**

JCS Views on overall examination of U.S. requirements for military bases and base rights (August 1948)

Western Hemisphere	**Iceland; Greenland; Panama; GooseBay, Labrador; CuracaoandAruba, Venezuela; Talara, Peru**
Europe	**Azores, Portugal;** Foggia,Italy
Africa	PortLyauteyand Casablanca, Morocco; Monrovia, Liberia; AlgiersandOran, Algeria; Tripoli; Tunis-Bizerte, Tunisia; MassawaandAsmara, Eritrea
Middle East	Cairo-Suez; Dhahran; Bahrain; Aden; Hadhramaut; Trucial, Oman;Socotra Island
Asia-Pacific	Karachi; Kunming, China; Vitu-Levu; Tontouta

[844] Cf. Pettyjohn, S. L. (2012). *Op. cit.*

Quadro 6. Planos para bases na JCS views on military rights in foreign territories (maio de 1949)

Region	**Bases**

JCS views on military rights in foreign territories (May 1949)

Western Hemisphere	**Greenland; Aruba and Curacao;** Goose Bay, Labrador, and Newfoundland, Canada; Meeks Field and Reykjavik, Iceland; Bahamas; Brazil; Venezuela; Dutch Guiana
Europe	**Brize Norton, Upper Heyford, Fairford, and one more base, UK;Lajes Field Azores, Portugal;** Amendola, Naples, and Pozzuoli,Italy; Turkey; Malta; Gibraltar
Africa	**Port Lyautey and Karouba; AsidiAmed Morocco; ThiersvilleandTafaraoui, Lartigue, Algeria, Arzeu Bay Algeria;** Asmara andMassawa, Eritrea; Casablanca, Morocco; Mers el Kebir, Oran, andAlgiers, Algeria; Bizerte Tunis, Tunisia; Wheelus Field, Libya
Middle East	**Abu Sueir Suez Canal Zone, Egypt; Khor-maksar and Aden,Yemen; Dhahran Saudi Arabia;** Alexandria Harbor-Abu Qir Bay,Egypt; Iraq; Transjordan
Asia-Pacific	**Ceylon;** Christmas Island; Canton Islands; China; India; Pakistan;Burma

Fonte: Pettyjohn, S. L. (2012).*Op. cit.*, pp. 55-56. Bases consideradas prioritárias estão assinaladas a vermelho.

Secção II - O inimigo assume uma realidade concreta

1. Momentos decisivos

A União Soviética ocupa o leste europeu em 1945 e 1946, ajuda a desestabilizar a Grécia e a Turquia em 1947 e avança para o bloqueio de Berlim em 1948, momento, este último, visto pela administração Truman como um teste à determinação do Ocidente para defender não apenas Berlim, mas toda a Europa Ocidental. As medidas tomadas, que passam por uma enorme ponte aérea de abastecimento, chegam à colocação em Inglaterra de bombardeiros estratégicos com capacidade de transporte de armas atómicas, o que transforma a retaliação nuclear, pela primeira vez - e numa altura em que o poder atómico ainda é um exclusivo norte-americano -, num assunto que deve ser levado a sério. Começa a ficar criado o clima para que o Ocidente acredite

que a expansão soviética já não é apenas uma possibilidade teórica. O tratado de Bruxelas é assinado em 1948[845], envolvendo Inglaterra, França, Holanda, Bélgica e Luxemburgo em propósitos de defesa comum. Só que os países signatários não desconhecem que só com a ajuda dos EUA serão capazes de conter a expansão soviética, perceção que origina negociações imediatas com os norte-americanos. Por seu lado, os norte-americanos ultrapassam a sua relutância história em relação a alianças do género e assinam o Pacto do Rio[846], em que se comprometem, pela primeira vez, com a defesa de outros países, abrindo, em simultâneo, novas perspetivas para a aquisição de bases[847].

Em 1949 surge a NATO, organização dedicada à defesa do Ocidente e no âmbito da qual cada um dos membros se compromete com a defesa do outro face a um ataque soviético ou de qualquer outro poder exterior à organização. Embora uma campanha aérea estratégica continue a ser a primeira prioridade para enfrentar a União Soviética, a partir de agora os EUA estão comprometidos com a presença de forças terrestres e táticas na Europa, ao mesmo tempo que os aliados no âmbito da NATO ficam comprometidos com uma postura mais favorável à cedência de direitos de bases aos EUA. Segundo Powaski[848], o acesso da União Soviética ao poder nuclear (a primeira detonação ocorre em agosto de 1949) contribui de forma evidente para a criação da NATO, que é um produto do que virá a ser considerado o consenso da Guerra Fria. A partir daqui fica claro que se os EUA recuarem para a sua posição tradicional de isolacionismo, a Europa Ocidental não será capaz de se opor a um poder agressivo, no caso a União Soviética, o que implicaria o regresso dos norte-americanos à guerra. A prevenção é, neste contexto, considerada mais barata do que o novo envolvimento numa guerra de grandes dimensões na Europa[849].

O facto de a União Soviética aceder ao poder atómico, com o desenvolvimento, em simultâneo, de um bombardeiro estratégico semelhante ao *B29* americano, deixa os EUA com a certeza de que as barreiras oceânicas já não são eficazes para a proteção do seu território. Esta perceção também pode ser apontada, segundo Powaski[850], como causa importante para a criação da NATO. O total compromisso dos EUA com a Aliança, assinala Powaski, ocorre nos meses finais de 1950, quado a administração Truman decide reforçar as tropas norte-americanas

[845] Cf. Cutileiro, J. (2008). O Tratado de Bruxelas de 1948. *Janus Web site*. Acedido em outubro de 2015, disponível em http://janusonline.pt/2008/2008_2_9.html.
[846] Cf. Inter-American Treaty of Reciprocal Assistance (Rio Pact) (1947). *Organization of American States Web site.* Acedido em maio de 2015, disponível em http://www.oas.org/juridico/english/treaties/b-29.html.
[847] Cf. Powaski, R. E. (1998).*Op. cit.*; Krepinevich, A.&Work, R. O. (2007).*Op. cit.*
[848] Powaski, R. E. (1998).*Op. cit.*
[849] Cf. *Idem, ibidem.*
[850] *Idem, ibidem.*

estacionadas na Europa desde o fim da II Guerra Mundial. "Ther arrival, in the following year, created de possibility of an effective ground resistance to a soviet attack on Western Europe"[851].

1.1. Acontecimentos em catadupa

A primeira bomba atómica soviética, como vimos, explode em agosto de 1949. A China opta pela via do comunismo também em 1949. A Coreia do Norte invade a Coreia do Sul em 1950. Todas estas situações convencem a administração Truman da impossibilidade de travar a expansão comunista apenas através de medidas de base económica. É neste enquadramento que o Presidente Truman assina (logo a seguir ao início da guerra na Coreia) o documento NSC-68[852], que virá a ter consequências decisivas no modelo da rivalidade bipolar que caraterizá a Guerra Fria[853].

2. Um enorme passo em frente

2.1. Investimento de grandes proporções

O NSC-68[854] aponta para o controlo do chamado Império Soviético através de um rearmamento significativo que requer um orçamento nunca antes atingido em tempo de paz. Os custos deixam, assim, de ser um constrangimento significativo para a construção do sistema de bases. O NSC-68 responde a uma diretiva presidencial de 31 de Janeiro de 1950 e corresponde à adoção pelo NSC (*National Security Council*) da política de contenção do Departamento de Estado que levou os EUA a apoiarem a França na Indochina. A partir de agora, não é admissível qualquer derrota do chamado mundo livre em qualquer sítio, por mais recôndito que seja, uma vez que tal passa a ser entendido como uma derrota de todo o mundo livre[855].

O ano de máximo perigo apontado no NSC-68[856] é 1954, quando é previsto que a União Soviética terá armas atómicas suficientes para tentar um ataque. As previsões norte-americanas indicam que os soviéticos deverão ter disponíveis entre 10 a 20 bombas em 1950 e cerca de 200

[851] Powaski, R. E. (1998).*Op. cit.*, p. 77.
[852] Cf. National Security Council (15 de abril de 1950). NSC 68: United States Objectives and Programs for National Security. *FAS Web site*. Acedido em fevereiro de 2015, disponível em http://fas.org/irp/offdocs/nsc-hst/nsc-68.htm.
[853] Cf. Powaski, R. E. (1998).*Op. cit.*
[854] Cf. National Security Council (15 de abril de 1950). *Op. cit.*
[855] Cf. Powaski, R. E. (1998).*Op. cit.*
[856] Cf. National Security Council (15 de abril de 1950). *Op. cit.*

em 1954[857]. A resposta norte-americana é a bomba de hidrogénio, cujo desenvolvimento é autorizado pelo Presidente no início de 1950[858]. Porém, o estudo também prevê a promoção de guerras locais pela União Soviética, que devem ser vencidas por um forte empenho convencional dos EUA e aliados. Atingir esses objetivos com sucesso implica, de acordo com o NSC-68, um enorme aumento do orçamento para a defesa e o crescimento dos impostos nos EUA. Estes objetivos não poderiam ser atingidos sem um consenso básico, que fica claro no NSC-68: combater o desafio comunista implica sacrifícios e unidade nacional.

2.2. Passar ao ataque

O NSC-68[859] constata que a postura militar dos EUA é mais defensiva do que ofensiva, estabelecendo que mesmo uma estratégia defensiva não se pode remeter à defesa de posições vitais, sendo essencial deter capacidade ofensiva para atacar o inimigo. Sendo assim, "The two fundamental requirements which must be met by forces in being or readily available are support of foreign policy and protection against disaster"[860], o que significa que tais forças devem estar preparadas para as seguintes missões fundamentais:

> a. To defend the Western Hemisphere and essential allied areas in order that their war-making capabilities can be developed;
>
> b. To provide and protect a mobilization base while the offensive forces required for victory are being built up;
>
> c. To conduct offensive operations to destroy vital elements of the Soviet war-making capacity, and to keep the enemy off balance until the full offensive strength of the United States and its allies can be brought to bear;
>
> d. To defend and maintain the lines of communication and base areas necessary to the execution of the above tasks; and
>
> e. To provide such aid to allies as is essential to the execution of their role in the above tasks[861].

[857] Cf. Friedman, N. (2007). *Fifty Year War. Conflict and Strategy in the Cold War*. Annapolis: Naval Institute Press.
[858] Cf. Atomich Heritage Foundation (2016). The Soviet Hydrogen Bomb Program. *Atomich Heritage Web site*. Acedido em fevereiro de 2016, disponível em http://www.atomicheritage.org/history/soviet-hydrogen-bomb-program. O primeiro teste bem sucedido com uma bomba de hidrogénio ocorre em agosto de 1946.
[859] National Security Council (15 de abril de 1950). *Op. cit*.
[860] *Idem, ibidem.*
[861] *Idem, ibidem.*

Para atingir estes objetivos os EUA e os seus aliados devem ser capazes de manter forças superiores às da União Soviética e respetivos aliados. A ideia não é uma análise item por item, na definição de forças superiores, mas

> …to provide an adequate defense against air attack on the United States and Canada and an adequate defense against air and surface attack on the United Kingdom and Western Europe, Alaska, the Western Pacific, Africa, and the Near and Middle East, and on the long lines of communication to these areas[862].

O documento enfatiza que a construção de forças superiors às da União Soviética requer superioridade técnica, o que implica acelerar o potencial científico dos EUA e dos seus aliados, mas requer também rapidez, porque "…unless our combined strength is rapidly increased, our allies will tend to become increasingly reluctant to support a firm foreign policy on our part and increasingly anxious to seek other solutions, even though they are aware that appeasement means defeat"[863].

Aos níveis político e económico, o documento assume que a vitória final na Guerra Fria depende de pressupostos que é necessário garantir:

> Improvement in political and economic conditions in the free world (…) is necessary as a basis for building up the will and the means to resist and for dynamically affirming the integrity and vitality of our free and democratic way of life on which our ultimate victory depends[864].

Estes objetivos, não podendo embora ser conseguidos apenas pelos EUA, dependem da capacidade que os norte-americanos tenham de construir uma economia forte e uma política externa adequada, que deverá, também, ser capaz de reduzir o poder e a influência do Kremlin dentro da própria União Soviética e de outras áreas dentro do seu controlo, visando mesmo a promoção de regimes amigos do ocidente. "In other words, it would be the current Soviet cold war technique used against the Soviet Union"[865].

2.3. O "Point Four Program" para o Terceiro Mundo

Um programa de assistência técnica ao chamado Terceiro Mundo – países menos desenvolvidos – foi desenhado pela administração Truman tendo por objetivo primário combater a influência

[862] National Security Council (15 de abril de 1950). *Op. cit*.
[863] *Idem, ibidem.*
[864] *Idem, ibidem.*
[865] *Idem, ibidem.*

comunista minorando os efeitos da pobreza[866]. Segundo Powaski[867], o programa também encorajou as empresas americanas a investirem no Terceiro Mundo, assegurando assim que essas zonas continuariam a servir como mercado para os produtos dos EUA e como fontes de fornecimento de matérias-primas. Em 1950 o programa tinha disponíveis 35,8 milhões de dólares e no ano seguinte 50,2 milhões[868], montantes que já tinham subido para 155,6 milhões três anos depois[869]. O programa desenvolveu-se em diversas atividades, incluindo agricultura, saúde, transportes, finanças, irrigação e treino vocacional[870]. O Congresso apoiou este programa, enquanto os investimentos necessários para implementar o NSC-68 continuavam à espera de uma oportunidade. Esse momento surgiu com a Guerra da Coreia[871].

3. Planos para bases estão ultrapassados

3.1. Bases a troco de proteção

A partir daqui, o sistema de bases proposto pela JCS 570/83 poderia ser considerado modesto. Bases principais e periféricas e bases de ligação são sujeitas a novos planos. Os planos para uma campanha aérea estratégica passam a prever 150 bases à volta da União Soviética, sendo também previstas bases terrestres e bases aéreas táticas na Europa e no Pacífico. Para "inteligência" e comunicações e para suporte logístico a todo o sistema de bases são previstas centenas de instalações de menor dimensão. Para suportar este sistema em crescimento são chamados os aliados dos EUA, que constroem bases a troco da proteção que as forças dos EUA podem garantir, sendo que nalguns casos a própria presença dos EUA é suportada pelos aliados[872]. Noutros casos, a presença norte-americana é paga em equipamento militar. Em qualquer caso, as economias locais beneficiam da presença de tropas norte-americanas e respetivas famílias[873]. Esta nova realidade permite uma expansão em espiral do sistema de bases dos EUA e com custos que podem ser considerados relativamente modestos para os norte-americanos, além de o aparelho militar industrial dos EUA registar ganhos significativos com a adoção de armamento norte-americano no armamento da NATO[874].

---

866 Cf. Committee on Foreign Affairs (julho de 1949). *Point Four Background Program (International Technical Cooperation Act of 1949)*. Washington: US Government Printing Office.
867 Powaski, R. E. (1998).*Op. cit.*
868 Cf. Committee on Foreign Affairs (julho de 1949). *Op. cit*.
869 Cf. Powaski, R. E. (1998).*Op. cit.*
870 Cf. Committee on Foreign Affairs (julho de 1949). *Op. cit.*
871 Cf. Work, R. O.&Krepinevich, A. (2007).*Op. cit.*
872 Cf. Baker, A. P.(2004). *Op. cit.*; Work, R. O.&Krepinevich, A. (2007).*Op. cit.*
873 Cf. Baker, A. P.(2004). *Op. cit.*
874 Cf. *Idem, ibidem.*

Na Alemanha, as bases que estavam indicadas para fechar são transformadas em bases permanentes com infraestruturas para os familiares dos militares deslocados. Em Inglaterra são abertas novas bases para bombardeiros e caças e Portugal deixa de colocar, a partir de 1951, objeções à presença permanente nos Açores[875]. A Dinamarca e a Islândia também abrem os seus territórios a bases norte-americanas, o mesmo acontecendo com a França em relação às suas possessões em Marrocos e ao seu próprio território europeu[876]. Entre 1949 e 1953, as bases norte-americanas no exterior cresceram 40 por cento, passando de 582 para 815, estando dispersas por todo o planeta, exceto no sul da Ásia[877].

4. Capacidade de resposta dos EUA

4.1. Guerra da Coreia

O assalto da Coreia do Norte à Coreia do Sul, com envolvimento soviético e chinês, começa em junho de 1950 e decorre, de início, com assinalável sucesso para as intenções do norte[878]. Os EUA colocam a Coreia do Sul no seu perímetro de defesa enquanto área importante para a segurança do Japão, que se mantinha ocupado pelos norte-americanos desde o fim da II Guerra Mundial no Pacífico[879], embora a capacidade de resposta norte-americana à crise coreana estivesse à altura condicionada pela desmobilização pós-II Guerra Mundial que estava em curso[880]. Uma das principais preocupações dos EUA com o desenrolar da Guerra na Coreia tem a ver com a perceção na Europa face à resposta norte-americana, uma vez que uma resposta fraca poderia ser vista como um elemento encorajador de futuras ofensivas soviéticas na Europa ocidental[881]. O presidente Truman mostrou-se também preocupado com as consequências de um falhanço da ONU no conflito na Coreia[882]. Tendo presentes estes pressupostos, os EUA decidem uma intervenção aérea e naval, mas pouco depois avançam com tropas no terreno. A operação foi aprovada pelo Conselho de Segurança da ONU. Segundo Powaski, "Truman´s decision to

[875] Cf. Telo, A. J. (1993). *Op cit.*
[876] Cf. Baker, A. P.(2004). *Op. cit.*
[877] Cf. Work, R. O.&Krepinevich, A. (2007).*Op. cit.*
[878] Cf. Rothman, L. (25 de junho de 2015). How the Korean War Started. *Time Web site*. Acedido em dezembro de 2015, disponível em http://time.com/3915803/korean-war-1950-history/.
[879] Cf. Powaski, R. E. (1998).*Op. cit.*; Office of the Historian (s/db). The Korean War, 1950–1953. *Office of the Historian Web site*. Acedido em dezembro de 2015, disponível em https://history.state.gov/milestones/1945-1952/korean-war-2.
[880] Cf. Pettyjohn, S. L. (2012). *Op. cit.*
[881] Cf. Leffler, M. P. (1993). *A Preponderance of Power: National Security, the Truman Administration and the Cold War*. Stanford: Stanford University Press.
[882] Cf. Schanbel, J. F.&Watson, R. J.(1998).*The Joint Chiefs of Staff and National Policy, 1950-1951, Vol. III. The Korean War (part one)*. Washington: Office of Joint Historian.

commit combat troops to Korea was the beginning of America´s crusade to contain communism in the Third World by direct US military involvement"[883].

4.2. Receio de uma expansão soviética na Europa

Com a Guerra na Coreia, a Europa sente que a União Soviética pode utilizar os seus estados-satélite para promover guerras contra o Oeste. A defesa no âmbito da NATO é tida por insuficiente, uma vez que os EUA não têm na Europa tropas suficientes para cumprir essa função e os estados europeus do Oeste estão enfraquecidos. Para fazer face à situação, é criado um comando unificado da NATO e na conferência de Lisboa de 1952 são tomadas decisões para colocar forças significativas no terreno[884]. O flanco mediterrâneo da organização é reforçado com a admissão da Turquia e da Grécia. Em simultâneo, os EUA estabelecem relações diplomáticas com a Espanha e a Jugoslávia. O rearmamento da Europa é apoiado pelos EUA. Mesmo assim, são enviadas mais tropas dos EUA para a Europa. No quadro do rearmamento da Europa, o rearmamento da Alemanha Ocidental acaba por ser aceite no final da década de cinquenta, após negociações complexas envolvendo em particular a França, funcionando os EUA como garantia de que a Alemanha não seria um vizinho agressivo[885].

5. Crescimento militar dos EUA

5.1. Confirmadas teses do NSC-68

Ficou claro com a Guerra da Coreia que os EUA necessitavam de potencial militar suficiente para fazer face a uma agressão soviética onde quer que ocorresse, confirmando-se assim as teses de rearmamento do NSC-68[886]. O *US Army* cresceu de 10 divisões incompletas para 18 divisões completas, crescendo o poder aéreo e marítimo de forma proporcional. Entre 1950 e 1954 o pessoal militar dos EUA subiu de 1,5 para 3,5 milhões[887]. Durante este período, também cresceu o número de militares dos EUA estacionados no estrangeiro, passando de 280 mil para quase um milhão[888]. Entre 1953 e 1957 os EUA adquirem direitos em mais de 100 bases na região do Atlântico, expansão ligada às necessidades da frota de bombardeiros do *US Strategic Air*

[883] Powaski, R. E. (1998).*Op. cit.,* p. 87.
[884] *Idem, ibidem.;* Marcos, D. (setembro de 2010). Portugal e a evolução do sistema defensivo europeu. A Cimeira de Lisboa de 1952. *Relações Internacionais*, n.27, pp. 65-80.
[885] Cf. Powaski, R. E. (1998).*Op. cit.*
[886] "…the outbreak of war un Korea seemed to demonstrate that nuclear deterrence was indeed quite limited, and thus that very powerful nonnuclear forces were needer. Thus NSC-68 became the plan for US rearmament". Friedman, N. (2007). *Op. cit.*, p. 143.
[887] Cf. Baker, A. P. (2004). *Op. cit.*
[888] Cf. Powaski, R. E. (1998).*Op. cit.*

Command (SAC) nos anos cinquenta. O *B47 Stratojet*, sendo embora um jato, tem um raio de combate de cerca de 2000 milhas náuticas, ou seja, o raio é idêntico ao do *B29* da II Guerra Mundial, o que implica que os planos nucleares dos EUA estão associados a um largo número de bases (o *RB47*, versão de reconhecimento do *B47*, tem um raio de 4000 milhas náuticas). Na Coreia são fechadas bases associadas à Guerra entretanto terminada, enquanto no Pacífico o sistema é consolidado[889].

5.2. Nova expansão do sistema de bases

Entre 1957 e 1967 assiste-se a uma nova expansão do sistema de bases, que está associada à maturação dos planos de defesa da NATO. A Europa é o centro do sistema de bases. No fim dos anos cinquenta há 300 mil militares norte-americanos na Europa e 100 mil no Pacífico, acompanhados por cerca de meio milhão de familiares. Nas bases norte-americanas de média ou grande dimensão vivem milhares de soldados e respetivas famílias, um conceito de "…city-like bases…"[890] que é aplicado pela primeira vez em 1946 na Alemanha e no Japão, sendo depois reproduzido por quase todo o planeta.

5.3. Mais militares e menos bases

O número de militares norte-americanos no exterior continua a crescer entre 1967 e 1988 (no ano seguinte cai o Muro de Berlim), embora o número de bases tenha tendência para decrescer. O número de militares, em meados da década de oitenta, sobe para 358 mil na Europa e para 125 mil no Este da Ásia, enquanto nove mil militares são estacionados no Médio Oriente. O maior número de bases localiza-se sempre na Europa ao longo de toda a Guerra Fria. Esta postura significa que o teatro principal de guerra no caso da passagem da Guerra Fria a guerra "quente" seria o continente europeu. "The stability of the era's overseas basing network, and its emphasis on forward bases in Europe and the Atlantic, reflected the unchanging nature of the primary US national security threat"[891].

Quadro 7. Número de bases dos EUA por regiões, 1947-1988

	1947	1949	1953	1957	1967	1975	1988

[889] Cf. Krepinevich, A.&Work, R. O. (2007).*Op. cit.*
[890] Baker, A. P. (2004). *Op. cit.*, p. 53.
[891] Krepinevich, A.&Work, R. O. (2007). *Op. cit.*, p. 105.

Atlantic (including Canada, the Atlantic Islands, and Europe)	506	258	446	566	673	633	627
Pacific	343	235	291	256	271	183	121
Latin America	113	59	61	46	55	40	39
Africa/Middle East	74	28	17	15	15	9	7
South Asia	103	2					
Totals	**1,139**	**582**	**815**	**883**	**1,014**	**865**	**794**

Fonte: Krepinevich, A.&Work, R. O. (2007).*Op. cit.*, p. 103.

6. Um enorme esforço logístico

Durante a Guerra Fria, os EUA mantiveram forças ao longo de um perímetro de defesa bem definido, sendo que tais forças são mantidas através de um considerável esforço logístico suportado por um sistema de bases[892]. Para tais funções foi desenvolvido um *Strategic Reinforcement System* (SRS) destinado a reforçar as bases localizadas na Europa central e na zona desmilitarizada entre as coreias do Norte e do Sul. A prioridade era o reforço das forças

[892] A II Guerra Mundial deixou clara para os norte-americanos a importância de conjugar um sistema de bases e um sistema de suporte estratégico à mobilidade. Tal conjugação facilitou de forma muito significativa a projeção de força para dentro dos territórios controlados pelas forças do Eixo. O sistema GEMMS (*Global Expedicionary Movementand Maneuver System*) articulou as bases com a mobilidade, coordenando os movimentos de tropas, equipamentos e abastecimentos. O transporte marítimo desempenha neste sistema um papel central, mas o transporte aéreo demonstra a sua crescente importância. "For de first time in the history, (…) the 'seabridge' to forward theaters was augmented by numerous 'airbridges´ made possible by the rapid expansion of the allied airliftfleet" (Krepinevich, A.&Work, R. O. (2007).*Op. cit.*, p. 73). No fim da guerra os EUA tinham construído cerca de 23 mil *C47 Skytrains* (outros 2000 tinham sido construídos no estrangeiro sob licença) e mais de 3000 *C46 Commandos*. Trata-se de dois equipamentos de transporte de dois motores e de raio de ação curto (1200 e 1600 milhas náuticas, respetivamente). Cerca de 1200 *DC4* civis foram transformados em *C5 Skymasters*, aviões com uma capacidade de transporte de 14 toneladas num raio de ação de 4400 milhas náuticas. De 1945 até ao final da Guerra, o ATC (*Air Transport Command*) operava mais de 3700 aviões de transporte. Ficava assim provado que o transporte estratégico por via aérea era capaz de substituir o transporte marítimo, pelo menos em situações emergência (Cf. *Idem, ibidem.*). Os EUA chegam ao fim da II Guerra Mundial como uma superpotência em termos económicos e militares e com uma postura militar de características globais. Exceto na Antártica, os EUA tinham bases em todos os continentes. Em 1945, mais de 3000 bases custavam a manter cerca de 13 biliões de dólares por ano e permitiam contrabalançar, por exemplo, o facto de os EUA não possuírem qualquer sistema de ataque global. O *B29 Superfortress* tinha um raio de combate de 2000 milhas náuticas, mas, com o apoio do sistema de bases, era capaz de executar operações contra a Alemanha e o Japão, enquanto as bases se mantinham imunes a ataques (Cf. *Idem, bidem*).

localizadas na Alemanha. O ponto de partida para esse esforço foram as frotas aéreas e marítimas herdadas da II Guerra Mundial[893].

A primeira missão significativa do transporte aéreo na Guerra Fria, levada a cabo pelo *Military Air Transport Service* (MATS), ocorreu em 1948 com o bloqueio soviético a Berlim. Utilizando aparelhos da II Guerra Mundial, o MATS realizou durante um ano 276 569 voos para Berlim, transportando 1.7 milhões de toneladas de comida e outros bens. Em Maio de 1949 os soviéticos levantaram o bloqueio. A Guerra da Coreia, a partir de 1950, pôs de novo à prova o MATS. Foi necessário criar uma nova estrutura, o *Combat Cargo Command* (CCC), ficando as tarefas divididas entre o MATS, que desenvolveu o transporte estratégico de longo curso (EUA-Japão), e o CCC, dedicado ao transporte tático, ligando o Japão à Coreia. A distinção entre transporte estratégico e tático permanece nos dias de hoje. A operação da Coreia deu origem à *Civil Reserve Airlift Fleet* (CRAF), que permite o uso de aviões civis para transporte militar. As companhias que concordarem integrar o CRAF passam a poder concorrer para o transporte do *Department of Defense* (DOD) em tempo de paz[894].

6.1. Novos aviões

Um novo impulso no transporte aéreo é dado com investimentos aprovados pelo Senado nos anos sessenta e que permitiram a construção de aviões *C130* para transporte tático e *C135* para transporte estratégico. Foi também possível desenvolver um aparelho totalmente novo, o *C141 Starlifter*, um jato de transporte estratégico com capacidade para carga paletizada, transporte de passageiros e paraquedistas, veículos e carga geral e com um raio de ação de 4000 milhas náuticas. As unidades *C141* foram entregues ao recentemente criado *Military Airlift Command* (MAC). Seguiu-se o *C5 Galaxy*, uma unidade aérea maior do que um campo de futebol e capaz de transportar 100 toneladas de carga num raio de 3000 milhas náuticas. A partir dos anos oitenta, com o aumento das necessidades de transporte estimadas para a Europa e para o Golfo Pérsico, os *C141* foram modernizados para transportar mais carga e serem capazes de receber reabastecimento aéreo, sofrendo também os *C5* melhoramentos. Foram construídos novos *KC10* (avião de carga e reabastecimento) e aviões civis *Boeing 747* foram modificados para transporte de carga. Mesmo assim, os requerimentos de transporte nunca foram atingidos[895].

[893] Cf. Krepinevich, A.&Work, R. O. (2007).*Op. cit.*
[894] Cf. Ulannoff, S. M. (1964).*MATS: The Story of the Military Air Transportation Service*. New York: Moffa Press; Krepinevich, A.&Work, R. O. (2007). *Op. cit.*
[895] Cf. Lachowski, Z. (Junho de 2007). Foreign Military Bases in Eurasia. *Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI), Policy Paper, no. 18*; Lostumbo, M. J. *et al.*(2013). *Op. cit.*

6.2. De cada um por si a… cada um por si

Os sistemas de transporte aéreo, marítimo e terrestre dos EUA não foram integrados nas primeiras décadas da Guerra Fria. Um primeiro passo para a integração foi dado em 1979 com a criação da *Joint Deployment Agency* (JDA) que, no entanto, nunca conseguiu impor um plano único de mobilidade. Um comando unificado só veio a ser implementado já no final da Guerra Fria, em 1987, através de uma ordem direta do Presidente Reagan. O *US Transport Command* (TRANSCOM), mesmo assim, não conseguiu unificar os três sistemas e nunca foi testado em tempo de guerra[896].

Secção III – A guerra nuclear que não chegou a ser

1. Retaliação massiva com armas nucleares

A primeira década e meia da Guerra Fria fica marcada pela postura nuclear dos EUA e da NATO e pela perspetiva de que uma Guerra com a União Soviética, a ocorrer, teria como teatro principal o continente europeu. O Exército e a Força Aérea são alvo de investimentos prioritários por parte dos EUA, que adotam uma estratégia de retaliação massiva com armas nucleares em caso de ofensiva soviética, quer tática quer estratégica. Nesta perspetiva, o papel principal é desempenhado pela força aérea, através dos bombardeiros do SAC. A Administração Eisenhower, através do programa *New Look*[897], dá conteúdo à estratégica de retaliação massiva através de orientações de investimento que apontam para cortes nas forças convencionais e um

[896] Krepinevich, A.&Work, R. O. (2007).*Op. cit.;* GlobalSecurity (2012a). U.S. Transportation Command. *GlobalSecuritry Web site.* Acedido em fevereiro de 2015, disponível em http://www.globalsecurity.org/military/agency/dod/transcom.htm.

[897] "…the "New Look" (…) sought to integrate political, psychological, economic, and military components in a coherent but frugal way. Continuity was the byword. The New Look was imbued with themes, ideas, features and characteristics developed when Eisenhower dealt exclusively with military strategy, but attempted to translate these into the more complex arena of grand strategy". Metz, S. (fevereiro de 1993). Eisenhower as Strategist: The Coherent Use of Military Power in War and Peace. *Strategic Studies Institute Web site*. Acedido em março de 2015, disponível em http://www.strategicstudiesinstitute.army.mil/pubs/summary.cfm?q=359. "The main elements of the New Look were: (1) maintaining the vitality of the U.S. economy while still building sufficient strength to prosecute the Cold War; (2) relying on nuclear weapons to deter Communist aggression or, if necessary, to fight a war; (3) using the Central Intelligence Agency (CIA) to carry out secret or covert actions against governments or leaders "directly or indirectly responsive to Soviet control"; and (4) strengthening allies and winning the friendship of nonaligned governments". Richardson, E. (1991). Dwight D. Eisenhower: Foreign Affairs. *Miller Center Web site*. Acedido em março de 2015, disponível em http://millercenter.org/president/biography/eisenhower-foreign-affairs.

incremento muito significativo na construção de armas nucleares. O poder aéreo estratégico é incrementado, sendo que em 1953 a Força Aérea adquire o *B52*, o primeiro bombeiro a jato intercontinental. Este aparelho é capaz de transportar bombas de hidrogénio até alvos na União Soviética. Os mísseis balísticos são, também, alvo de fortes investimentos, sobretudo a partir de 1955[898].

Uma outra geração de armas nucleares é desenvolvida no âmbito da postura *New Look*. Trata-se de pequenas armas nucleares táticas que são utilizadas pelo Exército e pela Marinha. Estas armas são consideradas da maior importância face à perceção de que a União Soviética seria muito superior ao Ocidente em forças convencionais[899]. A NATO concordou em 1954 com a integração de armas nucleares táticas no seu arsenal, incluindo canhões atómicos, mísseis e minas terrestres. As forças convencionais da NATO deixam assim de ser o principal meio de defesa da Europa Ocidental, papel que é atribuído ao arsenal nuclear[900]. Apesar desta postura, nenhuma arma nuclear foi utilizada após a II Guerra Mundial.

2. O longo raio de ação

A chegada dos bombardeiros de longo raio de ação e dos mísseis transcontinentais tem um impacto significativo na competição estratégica entre os EUA e a União Soviética. A situação anterior, como, por exemplo, a que resultava do raio de ação de apenas 2000 milhas náuticas do *B29*, obrigava a uma miríade de bases nas proximidades da União Soviética, sendo que tais bases poderiam ser interditas ou mesmo atacadas. O planeamento do SAC debatia-se, assim, com a necessidade de aumentar o raio de ação útil dos bombardeiros, situação que poderia ser resolvida através do reabastecimento aéreo, que já era conhecido desde os anos vinte. O primeiro bombardeiro estratégico do SAC, o *B50*, uma evolução do *B29*, era capaz de alcançar qualquer alvo com reabastecimento aéreo por aviões *KB29* estacionados em diversas bases. Em 1949 foi bem sucedida uma volta ao mundo de um *B50* com três reabastecimentos no ar, sendo um deles a partir da Base das Lajes[901].

Os primeiros bombeiros a jato, tendo presente o seu pequeno raio de ação, tornam o reabastecimento aéreo uma necessidade face à estratégia nuclear dos EUA. O *B45 Stratojet* tem um raio de ação de 2000 milhas náuticas, pelo que não dispensa a companhia do primeiro

[898] Cf. Krepinevich, A.&Work, R. O. (2007).*Op. cit.*
[899] Cf. Brown, D. (16 de Março de 2014). Quando as forças de elite carregavam armas nucleares às costas. *Público Web site*. Acedido em outubro de 2015, disponível em http://www.publico.pt/mundo/noticia/quando-as-forcas-de-elite-carregavam-armas-nucleares-as-costas-1628133.
[900] Cf. Powaski, R. E. (1998). *Op. cit.;* Friedman, N. (2007).*Op. cit.*
[901] Cf. Bakse, C. (1996). *Airlift Tanker: History of U.S. Airlift and Tanker Forces*. Broadway:Turner Pub Cº; Krepinevich, A.&Work, R. O. (2007).*Op. cit.*

reabastecedor especialmente adaptado a essa função, o *KC97*, transformado a partir do bombardeiro *B29*. A primeira unidade ficou operacional em 1950. Até 1956 foram construídos 816 *KC97s*. Com 1300 *B47s* e 500 *KC97s* operacionais, os EUA têm em 1955 a primeira força de ataque global do planeta, que passou a operar a partir de múltiplos corredores e de diversas bases, complicando assim a defesa aérea da União Soviética e tornando-a muito dispendiosa[902].

2.1. Longo raio de ação sem reabastecimento

A procura de bombardeiros e também de reabastecedores com um raio de ação cada vez maior sem reabastecimento é uma constante no SAC, que está ligada à procura de flexibilidade. As experiências vêm desde o início dos anos quarenta com o *B36 Peacemaker*, desenhado para bombardear a Alemanha e outros alvos no continente europeu a partir do território continental norte-americano. O raio de ação do *B36* sem reabastecimento era de 6000 milhas náuticas, tendo um raio de combate de 4000 milhas náuticas com armamento nuclear. Mas este avião tornou-se rapidamente obsoleto com o desenvolvimento dos caças a jato. Surge então o *B-52*, um bombardeiro a jato intercontinental, com um raio de ação em combate de 4400 milhas náuticas sem reabastecimento. Na mesma altura surgem os reabastecedores a jato *KC135*. Estes dois aparelhos, fruto do seu raio de ação e do sistema de bases entretanto montado, proporcionam aos EUA opções cada vez mais globais[903]

A União Soviética, em paralelo com os desenvolvimentos aeronáuticos dos EUA, desenvolve as suas próprias forças de ataque de longo raio de ação. O primeiro bombardeiro a ser desenvolvido é o *TU95 Bear*, com um raio de ação de combate sem reabastecimento de cerca de 6000 milhas náuticas, o que permite atacar, através da rota polar, o território continental dos EUA a partir de bases no interior da Rússia. Os soviéticos, tal como os EUA, também apostam nos bombardeiros de curto raio de ação que dependem de reabastecedores e de bases no exterior. No entanto, a fraca rede de bases no exterior canaliza os ataques pela rota do norte, facilitando a defesa através de uma rede de radares desenvolvida para detetar os bombardeiros e despoletar um ataque de intercetores[904]. A capacidade nuclear das duas superpotências é aumentada com o advento dos mísseis balísticos intercontinentais (ICBM) lançados a partir de terra, com capacidade nuclear e que são capazes de atingir o interior dos EUA e da Rússia. O advento destes mísseis de longo alcance levou ao desmantelamento das bases de mísseis nucleares de menor alcance (IRBM) que estavam instaladas nas proximidades da União

[902] Cf. Bakse, C. (1996). *Op. cit*.; Krepinevich, A.&Work, R. O. (2007). *Op. cit.*
[903]Cf. Bakse, C. (1996). *Op. cit.*; Krepinevich, A.&Work, R. O. (2007). *Op. cit.*
[904] Cf. Bowermaster, J. (novembro de 1993). The Last Front of the Cold War.*The Atlantic Web site*. Acedido em novembro de 2015, disponível em http://www.theatlantic.com/past/politics/foreign/front.htm.

Soviética. A última base foi desativada em 1963. Os IRBM passaram a estar instalados em submarinos, que à medida que foram ganhando autonomia transformaram-se em quebra-cabeças para a defesa anti submarinos da União Soviética[905].

A estratégia nuclear dos EUA baseou-se também em comandos permanentes no ar, primeiro em aviões *EC135*, o designado programa *Looking Glass*. O programa teve início em 1961, mantendo-se até 1990 com aviões no ar. A partir desta data e até 1998, os aviões mantiveram-se em alerta, mas no chão[906]. Nos anos oitenta foi criado o *National Emergency Airbone Command Post*, ligado ao sistema *Looking Glass* e composto por quatro aviões *B747* modificados que funcionavam como posto de comando aéreo para o presidente e altos funcionários em tempo de guerra. Qualquer um destes aviões poderia manter-se sete dias consecutivos em voo[907].

3. O perigo localizado no espaço

A União Soviética lança em 1957 o primeiro satélite artificial, o *Sputnik*, o que incrementa o medo de um ataque intercontinental com mísseis nucleares[908]. Começa aqui a corrida ao espaço. O satélite leva o SAC a colocar uma parte significativa das suas forças em alerta permanente no ar ou em terra, mas, neste último caso, com a obrigação de estar no ar em 15 minutos após lançado o alerta. O alerta começa com um terço das forças, mas passa para 50 por cento[909].

4. O tempo da resposta flexível

Kennedy, ao chegar à Casa Branca, vem marcado pelas posições que havia tomada sobre a questão nuclear, ao considerar que a estratégia da retaliação massiva era suicida. Para Kennedy,

---

[905] Cf. Guilmartin, JR., J. F. (2005). The ICBM and the Cold War: Technology in de Driver´s Seat, pp. 419-422. *In* Cowley, R. (Ed.), *The Cold War. A Military History*. New York: Random House; Krepinevich, A.&Work, R. O. (2007).*Op. cit.*

[906] Cf. GlobalSecurity (2011a). EC-135, Looking Glass. *GlobalSecurity Web site*. Acedido em março de 2015, disponível em http://www.globalsecurity.org/wmd/systems/ec-135.htm.

[907] Cf. Levi, B. G. *et al.*(Ed.) (1989).*The Future of Land-Based Strategic Missiles*. New York: AIP.

[908] Cf. NASA (2007). Sputnik and The Dawn of the Space Age. *NASA Web site*. Acedido em dezembro de 2015, disponível em http://history.nasa.gov/sputnik/.

[909] "Following the Soviet launching of its Sputnik satellite in late October 1957, SAC announced activation of formal operational alert crews. Initially, SAC placed 11 percent of its 1,528 bombers and 766 tankers on alert, thus readying approximately 170 bombers and 84 tankers. SAC reached a 20 percent readiness in 1959, attaining the 33 percent goal in 1960. SAC alerts were 24-hour, with precise requirements for ever-faster takeoffs dependent on the type of scenario in test. In March 1961 President Kennedy requested funding to increase the number of SAC aircraft on 15-minute ground alert from one-third to one-half the total force. The B-47 phase-out was accelerated to provide the aircrews needed to support the higher alert rate of B-47 and B-52 bomber forces, which was attained by July 1961". GlobalSecurity (2011b). Stategic Air Command. *Global Security Web site*. Acedido em dezembro de 2015, disponível em http://www.globalsecurity.org/wmd/agency/sac.htm).

o uso de armas nucleares num conflito convencional teria como consequências a destruição de um território que em princípio deveria ser defendido e a subida do conflito para o nível nuclear entre as duas superpotências. Os EUA de Kennedy deveriam, assim, estar preparados para lidar com uma agressão comunista sem provocar um holocausto nuclear. Esta nova estratégia implica apostar na diplomacia, em operações encobertas e antiguerrilha e em forças convencionais. Estava assim criada a chamada "resposta flexível", que deveria habilitar os EUA a responderem em qualquer lado, em qualquer momento e com as armas e forças adequadas à situação[910].

A marinha e o exército crescem de forma significativa nos seus meios convencionais. Os meios aéreos táticos sofrem um crescimento significativo, o mesmo acontecendo em relação aos meios de transporte aéreo estratégico. São criadas unidades especiais com treino contra insurrecional. No entanto, tanto a administração Kennedy com a sucessora, a administração Johnson, não descuraram o arsenal nuclear, ao ponto de no final dos anos sessenta os EUA possuírem 1059 ICBM, 700 submarinos capazes de lançaram mísseis balísticos (SLBM) e mais de 500 bombardeiros *B52* de longo alcance e com capacidade nuclear. O crescimento do poder nuclear é considerado necessário para atacar alvos militares na União Soviética (em vez de cidades, como previa a anterior estratégia), mas também para garantir poder de retaliação face a um eventual ataque soviético. Esta estratégia acabou por pressionar a União Soviética a não descurar a corrida aos armamentos nucleares. Por outro lado, o crescimento do poder convencional levou a uma escalada sem precedentes no orçamento militar norte-americano, que atingiu os 50 biliões em 1963[911].

É no tempo Kennedy-Johnson que os EUA e a União Soviética estão mais próximos do embate nuclear, durante a crise dos mísseis de Cuba, uma consequência da inabilidade dos dois lados para resolverem o problema de Berlim e da tentativa soviética de desafiar o crescimento nuclear dos EUA através da colocação de mísseis balísticos de médio alcance às portas dos EUA. Não é alheio à situação de conflito o facto de Kennedy e Khrushchev evidenciarem um significativo embate de personalidades, que ficou bem visível no quase-conflito durante a crise de Cuba[912]. Kennedy falhou a tentativa de reverter o comunismo em Cuba (falhando, inclusive, a invasão experimentada na Baía dos Porcos), enquanto Johnson falhou no Vietname. Este é também o tempo do início da "detenté", que busca a dissipação de confrontos e a redução de tensões[913]. É neste período que são assinados os primeiros tratados de controlo de armamento nuclear[914].

[910] Cf. Powaski, R. E. (1998).*Op. cit.*
[911] Cf. Powaski, R. E. (1998).*Op. cit.;* Guilmartin, JR., J. F (2005).*Op. cit.*; Friedman, N. (2007).*Op. cit.;* Krepinevich, A.&Work, R. O. (2007).*Op. cit.*
[912] Cf. Powaski, R. E. (1998).*Op. cit.*
[913] Cf. Friedman, N. (2007). *Op. cit* ; Leal, C. M. (2013). *Op. cit.*
[914] Cf. Krepinevich, A.&Work, R. O. (2007).*Op. cit.*

4.1. Diálogo com os países comunistas

Nixon inicia o seu mandato, no início de 1969, manifestando interesse em abrir um tempo de negociação com o mundo comunista, o que pode ser considerado uma política de realismo na defesa dos interesses norte-americanos desde que eles se manifestassem num país comunista. A política de diálogo de Nixon é associada à vontade de resolver o problema do Vietname, mas também ao receio de que o armamento nuclear soviético continuasse a crescer, como vinha a acontecer nos últimos anos. Daí a urgência norte-americana em concluir os acordos SALT (*Strategic Arms Limitation Talks*), que estava também associada à possibilidade de a União Soviética possuir em breve um sistema ABM (*Anti-Ballistic Missile*). Por seu lado, a União Soviético viu na iniciativa dos EUA uma boa oportunidade para ganhar tempo, evitando a instalação dos MIRV (*Multiple Independently Targetable Re-Entry Vehicle*) norte-americanos pelo menos até que os soviéticos tivessem a oportunidade de instalar os seus próprios mísseis equivalentes[915].

Também devem ser considerados fatores económicos na adesão da União Soviética à "detenté". Os soviéticos experimentavam problemas tanto na produção agrícola como no crescimento industrial e viam na "detenté" uma boa oportunidade para adquirir assistência económica e assistência técnica do ocidente. Ao nível político, os soviéticos experimentavam problemas na consolidação do domínio sobre os países-satélite e entravam numa escalada perigosa com a China, que chegou a pequenos conflitos armados. Baixar a tensão com os EUA libertava a União Soviética para lidar com estes problemas[916].

4.2. Uma opção controversa

O debate sobre a "detenté" aponta em vários sentidos. As opiniões conservadoras nos EUA entendem que a União Soviética recebeu muito e deu pouco. O principal argumento aponta para as consequências do apoio à economia soviética, que teriam reflexos na qualidade e na quantidade do aparelho militar soviético. Por seu lado, as críticas do lado liberal têm a ver com a alegada fraca reação da Administração às violações dos direitos humanos por parte da União Soviética. Por seu lado, a União Soviética nunca abandonou a chamada desestabilização no Terceiro Mundo. Sob o ponto de vista da União Soviética a "detenté" contribuía para estabelecer uma paridade nuclear, ao mesmo tempo que os soviéticos somavam vitórias no Terceiro Mundo, como são exemplos os casos da Indochina e de Angola. Em defesa da "detenté", Kissinger anota que a Administração foi sendo capaz de resistir ao "aventureirismo"

[915] Cf. Walsh, D. (2008).*The Military Balance in the Cold War: US Perceptions and Policy, 1976-85*. New York: Random House; Powaski, R. E. (1998).*Op. cit.;*
[916] Cf. Powaski, R. E. (1998).*Op. cit.*

soviético. Casos como o de Angola são atribuídos à recusa do Congresso em apoiar os esforços da Administração. Acrescenta Kissinger que com a "detenté" os EUA ganharam os acordos SALT, o Tratado de Berlim e o acesso ao mercado soviético[917]. Com a presidência de Ford, Kissinger, ideólogo da doutrina "*carrot-and-stick*", perde poder. A degradação da "detenté" é visível com Ford e consumada na Administração seguinte [918].

5. Primazia aos direitos humanos

Inexperiente em política externa, mesmo assim Carter, eleito no final de 1976, decidiu assumir a decisão nas relações com o exterior, em particular com a União Soviética. Carter definiu a promoção dos direitos humanos como princípio essencial de política externa norte-americana e procurou criar uma nova ordem mundial baseada em interesses comuns, negando assim o princípio da balança de poder. Na relação com a União Soviética, procurou estabelecer uma base de entendimento a partir de problemas globais como a proliferação nuclear, a poluição do ambiente e a pobreza. Os acordos SALT II, que não chegaram a ser ratificados, podem ser considerados como a peça central da Administração Carter para tentar reabilitar a "detenté". Apesar de todos os esforços reconhecidos para salvar a "detenté", a verdade é que Carter não conseguiu mais do que deixar a relação com a União Soviética numa posição crítica. A insistência na questão dos direitos humanos, que nunca foi bem aceite pela União Soviética, dada a sua situação interna, acabou por fechar portas a outros entendimentos. A relação com a China também não agradou aos soviéticos, enquanto a exclusão da União Soviética do processo do Médio Oriente também teve consequências negativas na relação, uma vez que os soviéticos interiorizaram que poucos benefícios teriam em manter uma relação com a Administração dos EUA. Deste entendimento soviético terá resultado a invasão do Afeganistão[919].

Da parte soviética, a "detenté" também se tornou impossível, sobretudo a partir do momento em que se tornou evidente que os benefícios da relação implicariam o abandono do conflito ideológico com os EUA. Daí o caminho seguido em Angola, Etiópia, Indochina e Afeganistão.

---

[917] Kissinger, H. A. (outubro de 2007). Soviet-American Relations: The Détente Years (1969-1972). *Henry Kissinger Web site*. Acedido em novembro de 2015, disponível em http://www.henryakissinger.com/articles/fwddetente1007.html.

[918] Cf. Powaski, R. E. (1998).*Op. cit.*

[919] Cf. Kaufman, D.& Kaufman, S. (2013). *Historical Dictionary of the Carter Era*. Maryland: Scarecrow Press; Office of the Historian (s/dd). Carter's Foreign Policy. *Office of the Historian Web site*. Acedido em janeiro de 2015, disponível em https://history.state.gov/departmenthistory/short-history/carter; Strong. R. A. (Edit.) (2016). Americam President.Jimmy Carter: Foreign Affairs. *Miller Center Web site*. Acedido em janeiro de 2015, disponível em http://millercenter.org/president/biography/carter-foreign-affairs; Skidmore, D. (1993-1994). Carter and the Failure of Foreign Policy Reform. *Political Science Quarterly*, *108*(4), pp. 699–729.

Segundo Powaski[920], com a economia soviética a colapsar, teria sido preferível aprofundar a relação com os EUA, mas a liderança soviética preferiu diabolizar as intenções norte-americanas. Esta postura deixou Carter sem argumentos para defender a "detenté". A intolerância soviética acabou por ficar patente não só nas negociações sobre armas estratégicas, mas também nas conversações LRTNF (*Long-RangeTheater Nuclear Force*)[921] e MBFR (*Mutual and Balanced Force Reductions*)[922].

6. "O império do mal"

Em Janeiro de 1981 entra na Casa Branca o Presidente Reagan, cuja experiência política anterior foi adquirida como governador da Califórnia, depois duma carreira na televisão e no cinema. A visão de Reagan sobre o comunismo é baseada na experiência pessoal. Para o novo presidente norte-americano, a União Soviética é "o império do mal"[923]. Reagan vê a "detenté" como sendo favorável à União Soviética e os acordos SALTII como instrumentos que favorecem a superioridade nuclear soviética. Para negociar o arsenal militar, Reagan pretende que antes de quaisquer conversações os soviéticos reduzam o seu arsenal, enquanto os EUA devem aumentar o seu para que o equilíbrio seja previamente atingido. O resultado desta política nos primeiros cinco anos do mandato Reagan foi uma corrida aos armamentos. Em 1987, porém, Reagan assina com a União Soviética o tratado INF (*Intermediate-Range Nuclear Forces*), que é o maior acordo de redução de armas da Guerra Fria[924]. No final da sua presidência, a atitude de Reagan muda, chegando mesmo a visitar Moscovo. Terá a pressão para uma corrida aos armamentos exaurido a União Soviética, levando ao fim da Guerra Fria? Ou terá a postura de estadista de Gorbachev levado Reagan a regressar à "detenté"? Estas duas questões continuam em debate[925].

---

[920] Powaski, R. E. (1998).*Op. cit.*

[921] Cf. Lewis, K. N. (1980). *Long-Range Theater Nuclear Forces*. Santa Monica: RAND.

[922] Cf. Encyclopædia Britannica (2016). Mutual and Balanced Force Reductions (MBFR). *Encyclopædia Britannica Web site*. Acedido em maio de 2016, disponível em http://www.britannica.com/topic/Mutual-and-Balanced-Force-Reductions.

[923] Reagan, R. (8 de março de 1983). Evil Empire Speech. *The National Center for Public Policy Research Web site*. Acedido em fevereiro de 2015, disponível em http://www.nationalcenter.org/ReaganEvilEmpire1983.html.

[924] "The INF Treaty eliminated all nuclear-armed ground-launched ballistic and cruise missiles with ranges between 500 and 5,500 kilometers (about 300 to 3400 miles) and their infrastructure. The INF Treaty is the first nuclear arms control agreement to actually reduce nuclear arms, rather than establish ceilings that could not be exceeded. Altogether it resulted in the elimination by May 1991 of 846 longer- and shorter-range U.S. INF missile systems and 1846 Soviet INF missile systems, including the modernized U.S. Pershing II and Soviet SS-20 missiles". FAS (s/da). Intermediate-Range Nuclear Forces. *FAS Web site*. Acedido em janeiro de 2015, disponível em http://fas.org/nuke/control/inf/.

[925] Cf. Powaski, R. E. (1998).*Op. cit.*

6.1. Corrida aos projetos nucleares

A Administração Reagan é condicionada pelos conselheiros que visionavam uma estratégia nuclear soviética que apontava para um primeiro ataque aos aliados dos EUA e um segundo nível, em caso de retaliação norte-americana, que passaria por um ataque direto a cidades nos EUA. Sendo assim, os EUA deveriam estar preparados para uma resposta nuclear aos níveis tático e estratégico. O orçamento militar dos EUA cresce entre 1981 e 1986 de 171 para 367 biliões de dólares. São retomados grandes projetos nucleares que estavam adormecidos, com o bombardeiro *B1*, o MX (*Missile-X*) ICBM e os submarinos *Trident*. São desenvolvidos novos mísseis balísticos (BMD) e armas anti satélite (ASAT). As forças convencionais são reforçadas com montantes muito significativos, em particular a marinha. Além de pretender fechar a chamada "window of vulnerability"[926], Reagan procura com a corrida aos armamentos realçar a superioridade tecnológica dos EUA e levar a União Soviética à banca rota. Em simultâneo, os EUA procuravam destruir a economia soviética negando-lhe recursos vitais e acesso à tecnologia do Ocidente. Para os EUA, uma das consequências desta política foi a subida da dívida pública de um trilião, em 1980, para 2,5 triliões de dólares em 1988[927].

7. Fim da Guerra Fria sem descontrolo nuclear

Em Janeiro de 1989 George Bush sucede a Reagan na Casa Branca e no que diz respeito à política externa tem pela frente um grande desafio: responder ao discurso de Gorbachev na ONU, de 1988, que desafia os EUA para o fim da Guerra Fria. Bush responde ao desafio de Gorbachev instituindo um tempo de reflexão antes de tomar decisões sobre a política a seguir pelos EUA. A prudência de Bush foi até ao ponto de recusar a euforia com a queda do muro de Berlim, momento que levou às mais variadas declarações sobre um eventual fim da Guerra Fria. Bush procurava assim manter uma janela aberta para negociações com a União Soviética, que poderia ter desaparecido com um eventual discurso de vitória[928]. A janela para a negociação concretizou-se de forma significativa em dezembro de 1989, na Cimeira de Malta, onde ocorreram importantes negociações sobre redução de armamento e em junho de 1990, na Cimeira de Washington, quando Bush e Gorbatchev assinaram acordos com implicações importantes na redução mútua dos arsenais nucleares. Um ano depois, em Julho de 1991, os dois presidentes assinaram em Moscovo o tratado STRAT (*Strategic Arms ReductionTreaty*),

[926] Cf. Hoffman, D. (22 de setembro de 2009). Missile Defense Didn't Win the Cold War. *Foreign Policy Web site*. Acedido em fevereiro de 2015, disponível em http://foreignpolicy.com/2009/09/22/missile-defense-didnt-win-the-cold-war/.

[927] Cf. Powaski, R. E. (1998).*Op. cit.;* Nuclear Files (s/d). Reagan/Gorbachev Era. *Nuclear Files Web site*. Acedido em junho de 2015, disponível em http://www.nuclearfiles.org/menu/key-issues/nuclear-weapons/history/cold-war/us-soviet-relations/reagan-gorbachev-era.htm.

[928] Knott, S. (2016). Americam President.George H. W. Bush: Foreign Affairs. *Miller Center Web site*. Disponível em http://millercenter.org/president/biography/bush-foreign-affairs.

concluindo cerca de uma década de negociações[929]. Em Janeiro de 1993 é assinado o tratado STRAT II[930]. Em 1992 o Congresso tinha autorizado uma verba de 400 milhões de dólares para ajudar a União Soviética a destruir armas nucleares, químicas e outras e a montar um sistema de segurança contra a proliferação dessas armas. Estas verbas acabaram por desempenhar um papel importante na implementação dos acordos STRAT. Os tempos finais da Guerra Fria ficam, aliás, marcados por iniciativas no âmbito da redução de armamento nuclear, como sejam o anúncio de Bush, em setembro de 1991, da remoção ou destruição de todo o arsenal nuclear tático estacionada na Europa, na Ásia e em navios de guerra. Estes e outros passos tiveram como consequência o fim da corrida aos armamentos nucleares. A União Soviética anunciou iniciativas idênticas, tomando ainda medidas para que armas nucleares não caíssem em mãos indesejáveis no contexto de um colapso do sistema soviético, situação que era temida pelos norte-americanos[931]. Por seu lado, a NATO alterou a sua doutrina, abandonando a visão de que uma invasão soviética na Europa seria o maior desafio esperado. Em paralelo, os conflitos em várias regiões do globo que estavam associados à rivalidade bipolar ou desaparecem ou foram progressivamente perdendo força por falta de apoios da União Soviética e dos EUA[932].

[929] "Reductions to equal aggregate levels in strategic offensive arms, carried out in three phases over seven years from the date the treaty enters into force. Specific, equal interim levels for agreed categories of strategic offensive arms by the end of each phase. Central limits include: 1,600 Strategic Nuclear Delivery Vehicles (SNDVs); 6,000 accountable warheads; 4,900 ballistic missile warheads; 1,540 warheads on 154 heavy intercontinental ballistic missiles (ICBMs) for the Soviet side. Belarus, Kazakhstan and Ukraine committed in the Lisbon Protocol and its associated documents to accede to the Nuclear Non-Proliferation Treaty (NPT) as non-nuclear weapon states in the shortest possible time, and to eliminate all nuclear weapons and all strategic offensive arms from their territories within the process of achieving their START reductions. In addition to the elimination of missiles, their launchers and bombers, START establishes prohibitions on locations, training, testing and modernization". FAS (s/db). Strategic Arms Reduction Treaty (START I). *FAS Web site*. Acedido em maio de 2015, disponível em http://fas.org/nuke/control/start1/.

[930] "START II, when implemented, will eliminate heavy intercontinental ballistic missiles (ICBMS) and all other multiple-warhead (MIRVed) ICBMS. It will also reduce the total number of strategic nuclear weapons deployed by both countries, by two-thirds below pre-START levels. By the end of the first phase, each side must have reduced its total deployed strategic nuclear warheads to 3,800-4,250. By the end of the second and final phase, each side reduce its total deployed strategic nuclear warheads to 3,000-3,500. Of those, none may be on MIRVed ICBMS, including heavy ICBMS; only ICBMs carrying a single-warhead will be allowed. No more than 1,700-1,750 deployed warheads may be on SLBMS, which may be MIRVed. The September 26, 1997 Protocol on Early Deactivation extends the date by which the START II limitations and reductions must be completed from January 1, 2003 to December 31, 2007. It also extends the date by which the interim limitations must be carried out from seven years after entry into force of the START Treaty (December 5, 2001) to December 31, 2004". FAS (s/dc). Strategic Arms Reduction Treaty (START II). *FAS Web site*. Acedido em maio de 2015, disponível em http://fas.org/nuke/control/start2/.

[931] Cf. Arms Control Association (agosto de 2012). The Presidential Nuclear Initiatives (PNIs) on Tactical Nuclear Weapons at a Glance. *Arms Control Association Web site*. Disponível em https://www.armscontrol.org/factsheets/pniglance.

[932] Cf. Powaski, R. E. (1998).*Op. cit.*

8. Nem vitória nem derrota

A Guerra Fria não terá acabado com uma vitória, mesmo que esta possa ser atribuída a consequências, diretas ou indiretas, de políticas norte-americanas e não a atos de guerra. Muito provavelmente, o colapso da economia soviética está na origem de uma espécie de desistência. Ao colapso económico parece, também, estar associado o facto de a população soviética ter deixado de acreditar num sistema que não dava respostas às suas aspirações mínimas. Com a abertura à democratização, mesmo que limitada, os países-satélites aproveitaram a oportunidade abrindo um processo de nacionalismos que levou à multiplicação de novos estados independentes. Da parte dos EUA, a prudência de Bush, desde logo não declarando "vitória" na "guerra" e conduzindo com moderação a posição dos EUA em casos como a reunificação alemã e os nacionalismos que eclodiram no Leste, deixou espaço de manobra suficiente às lideranças soviéticas. Em relação ao arsenal nuclear, Bush acabou por seguir a política de redução de Gorbachev, o que teve como principal consequência a transferência do antigo arsenal soviético para a nova realidade política entretanto criada e sem consequências trágicas, que eram temidas pelos EUA[933].

Secção IV - Considerações finais

Apesar de logo a seguir à II Guerra Mundial a União Soviética se apresentar como um potencial competidor e com características ameaçadoras, visionadas por militares e diplomatas, a verdade é que a recente aliança na guerra não permitia que essa visão fosse aceite em círculos políticos nos EUA e em países amigos e na própria opinião pública, resultando daí uma menor atenção ao sistema de bases, com implicações particulares no abandono de milhares de bases associadas à II Guerra Mundial, até porque muitos países não viam com bons olhos a presença militar norte-americana. Porém, as ações da União Soviética começam a assumir uma dimensão que leva os EUA a ponderar, a partir de 1947, a necessidade de contenção de futuras ações expansionistas. Uma das medidas tomadas aponta para uma rede de bases na periferia da União Soviética. Visionando agora a União Soviética como um perigo à liberdade, muitos países abandonaram as reticências até então apresentadas e concordaram na cedência de bases e na presença de forças dos EUA. Continuando a contar com bombardeiros de curto raio de ação, os EUA estão agora focados em bases na Europa (incluindo Inglaterra), na rota polar e no flanco sul da Rússia. Porém, parte dos países sinalizados para o sistema continuam a resistir em negociações,

[933] Cf. Powaski, R. E. (1998).*Op. cit.;* Friedman, N. (2007).*Op. cit*.; Axelrod, A. (2009). *The Real History of the Cold War: A New Look at the Past*. New York: Sterling.

incluindo Portugal. Os EUA, também por via dos custos associados, acabaram por abandonar o projeto de bases para o sul da Rússia, mas reforçam a rota polar. A partir de 1948 uma base nos Açores continua a ser essencial, mas os EUA também pretendem uma base em Itália, passando esse número, no cenário europeu, para 10 em 1949, mantendo-se os Açores como base essencial. Também nesse ano, com a constituição da NATO, os aliados dos EUA ficam comprometidos com uma postura mais colaborante na cedência de bases.

Com o acesso ao poder nuclear por parte da União Soviética, com a opção chinesa pelo comunismo e com a Guerra na Coreia, os EUA encontraram o inimigo e preparam-se para a guerra. Os novos planos preveem 150 bases à volta da União Soviética, bases táticas na Europa e no Pacífico, bases logísticas, bases para "inteligência". Os aliados constroem bases a troco de proteção e suportam algumas dessas bases, sendo outras pagas, sobretudo em equipamento militar. A expansão de bases é agora barata e exponencial. O sistema de bases cresce 40 por cento entre 1949 e 1953. A abertura da Europa a bases pode ser ligada a receios de uma expansão soviética, na sequência da guerra na Coreia. Entre 1953 e 1957 os EUA adquirem direitos em mais de 100 bases no Atlântico, muitas delas ligadas aos planos nucleares por via do curto raio de ação que continua a afetar os aparelhos disponíveis. Entre 1957 e 1967 o sistema de bases continua a crescer, situação associada à estratégia no âmbito da NATO. Desde 1946 as bases de grande e média dimensão são autênticas cidades, com militares e famílias a viver no interior e na periferia. Entre 1967 e o final da Guerra Fria o número de bases mantém-se estável, embora com tendência, ligeira, para decrescer, isto apesar do advento de novos aviões, bombardeiros e de transporte estratégico, com um raio de ação significativo e tendo também em conta o reforço da capacidade de reabastecimento aéreo. Mas o número de militares nas bases continua a crescer entre 1967 e 1988. A Europa e o Atlântico alojam o maior número de bases, o que significa ser esse o cenário principal esperado caso um confronto ocorra.

CAPÍTULO XI. Papéis dos Açores na Guerra Fria norte-americana

Procuramos perceber neste capítulo as funções que os Açores são chamados a desempenhar nos tempos da Guerra Fria e que resultam da utilização norte-americana particularmente da Base das Lajes, mas também de outras infraestruturas instaladas nas ilhas. Destacamos o caráter indispensável que os Açores assumem na estratégia norte-americana em diversos períodos.

Secção I - Uma panóplia de serviços

1. Ao serviço da Guerra Fria

De acordo com Deusen[934], durante a Guerra Fria os EUA têm nos Açores um importante ponto de apoio para a projeção do seu poder naval e aéreo para os países da Europa e do Mediterrâneo. Duke[935] acrescenta que os Açores são também um elo essencial para projetar poder para o Médio Oriente e sudoeste da Ásia. Apesar de os Açores não serem a única base de apoio a esse esforço, que também se apoia, por exemplo, em bases localizadas em Espanha e Itália, o arquipélago português, refere Deusen, "…was the first stop…" e "…allowed strategic flexibility"[936]. As alternativas, segundo Deusen, passam por ligações, a norte, através da Islândia e da Inglaterra ou a sul por um sistema caro e lento de bases. A preferência pelas Lajes justifica-se pela possibilidade de ligações diretas a partir de todos os pontos de partida na costa Leste do território continental norte-americano. Duke refere ter ficado provado com a ponte aérea EUA-Lajes-Israel de 1973 que "The loss of Lajes would have serious effects upon NATO´sability to reinforce by air in time of alert"[937].

Tanto Duke[938] como Deusen[939] referem que as facilidades desenvolvidas pelos EUA nos Açores durante a Guerra Fria estão, numa dimensão muito importante, ligadas a luta anti submarinos (ASW). A operação dos aviões *P3* de luta antisubmarina a partir da Base das Lajes é

[934] Deusen, K. J. (1990).*Op. cit.*
[935] Duke, S. (1989). *United States Military Forces and Installations in Europe*. Oxford: Oxford University Press .
[936] Deusen, K. J. (1990).*Op. cit.*, p. 21.
[937] *Idem, ibidem.*, p. 237
[938] Duke, S. (1989). *Op. cit.*
[939] Deusen, K. J. (1990). *Op. cit.*

considerada como, possivelmente, um dos maiores contributos dos Açores para o esforço norte-americano na Guerra Fria. Os aviões estão nas Lajes em ciclos de 179 dias, o que na prática representa uma operação permanente e operam em ligação com um sistema de SOSUS (*Sound Surveillance Under Sea*) localizado em Santa Maria, ilha onde também está instalado um sistema de *Fixed Acoustic Range* ligado a um sonar de baixa frequência (LF). Duke refere que os *P3* que operam a partir das Lajes têm por missão monitorizar os movimentos dos submarinos soviéticos no Atlântico Este e no Mediterrâneo Oeste. Referindo-se a documentos do Congresso dos EUA, Duke anota que

> Soviet submarines can be tracked within a 1000-miles radius, thus the Azores bases enable the ASW units of the United States stationed the to keep watch over de midpoint of the 400-mile sea line that links the US 6th Fleet in the Mediterranean with its major supply depots on the American eats coasts[940].

Ainda Segundo Duke[941], as facilidades nos Açores permitem vigiar o estreito de Gibraltar e recolher informação essencial aos submarinos norte-americanos para ações de busca e destruição em caso de guerra. De acordo com Harkavy, "The functions related to ASW and ocean surveillance are crucial for obvious geographical reasons, and paralleled by other islands such as Diego Garcia, Ascension and Bermuda"[942]. A substituição dos Açores nas operações ASW é considerada crítica por Duke[943], sobretudo porque em nenhuma alternativa estudada é conseguida uma cobertura significativa da zona do Atlântico onde os Açores se situam. Uma possibilidade era instalar os equipamentos em Ascensão, mas tal localização significa mais combustível gasto e menos cobertura efetiva do oceano[944].

Segundo Deusen[945], as comunicações são uma componente importante do apoio dos Açores à Guerra Fria. A função primária dos equipamentos HF é comunicar com os navios de superfície. Apesar da existência de comunicações UHF (*Ultra high frequency*) por satélite, os equipamentos HF instalados nos Açores sempre foram considerados a frequência de rádio mais fiável em tempo de guerra. Ainda de acordo com Deusen[946], as comunicações HF integram o sistema de *Global Command and Control Station*, com dois transmissores instalados na ilha Terceira (Cinco Picos e Vila Nova). O equipamento HF instalado nos Cinco Picos inclui o sistema *Giant Talk Scope Signal III*, um sistema ligado ao controlo dos bombardeiros do *Startegic Air Command* (SAC) composto por 17 estações espalhadas pelo Mundo, à exceção do

[940] Duke, S. (1989).*Op. Cit.*, p. 237.
[941] *Idem, ibidem.*
[942] Harkavy, R. (1989). *Op cit.*, p. 278
[943] Duke, S. (1989). *Op. cit*.
[944] Cf. *Idem, ibidem.*
[945] Deusen, K. J. (1990). *Op. cit.*
[946] *Idem, ibidem.*

Ártico[947]. "This globally dispersed network cleary corresponds to flexible approach routes towards the URSS by *B52* and/or their successors armed with stand-off ALCM (*Air-launched cruise missile*)"[948].

Duke[949], tal como Deusen[950], referem também funções nos Açores relacionadas com o armazenamento de combustíveis, óleos e lubrificantes (POL), além de comunicações. Harkavy[951], por seu lado, refere que as funções dos Açores na Guerra Fria estão ainda ligadas a "…míssil tracking…"[952], transmissões em alta frequência (HF), como já vimos e vigilância geral do oceano.

O arquipélago açoriano também acomodou durante a Guerra Fria depósitos de armamento relacionados com os EUA, mas também com a NATO. Os principais depósitos de armamento, para uso aéreo e marítimo, estão localizados na ilha Terceira, onde, durante a Guerra Fria, segundo Arkin e Norris[953], esteve estacionado armamento nuclear, designadamente "…32 nuclear depth bombs were stored at Lajes in the azores for wartime…"[954]. Trata-se de cargas nucleares de profundidade utilizadas pelo aviões *P3* nas operações ASW. Harkavy[955] anota que "Portugal is an anomaly in not allowing nuclear weapons to be based on its (continental) homesoil, but in allowing such basing in the Azores"[956]. É provável que armas nucleares de maior dimensão também tenham estado armazenadas nos Açores. Por exemplo, durante a Guerra da Coreia (1950-53) esteve preparada a operação *Shakedown*, que previa o lançamento de bombas atómicas sobre a Coreia do Norte, a China e a União Soviética. Bombardeiros que partiriam dos Açores deveriam lançar 15 bombas atómicas em várias zonas do Cáucaso[957]. É possível admitir que essas bombas estivessem armazenadas nos Açores.

A Base das Lajes esteve ainda ligada ao comando aéreo das forças nucleares através do estacionamento de um dos quatro aviões *B707* do Comando Europeu dos EUA que desempenhavam essas funções. A operação *Silk Purse*, assim se designava, decorreu entre 1962

[947] Harkavy, R. E. (1989). *Op. cit.*
[948] *Idem, ibidem.*, p. 164
[949] Duke, S. (1989). *Op. cit*.
[950] Deusen, K. J. (1990).*Op. cit.*
[951] Harkavy, R. E. (1989). *Op. cit.*
[952] *Idem, ibidem.*, p. 278
[953] Arkin, W. M.&Norris, R. S. (1992).Taking Stock.U.S. Nuclear Deployments at the End of the Cold War. *Natural Resources Defense Council Web site*. Acedido em junho de 2013, disponível em docs.nrdc.org/**nuclear**/files/nuc_08019201a_009.pdf.
[954] Harkavy, R. E. (2007). *Op. cit.*, p. 111.
[955] Harkavy, R. E. (1989). *Op. cit.*
[956] *Idem, ibidem.,* p. 259.
[957] Cf. Fawcett, E. (19 de junho de 1996). How to Avert Massive Nuclear War-Lessons from the Cold War. *York University Web site*. Acedido em março de 1914, disponível em http://www.math.yorku.ca/sfp/crises.html.

e 1991[958]. O apoio da Base das Lajes a essa operação decorreu entre 1984 e 1991. A operação *Silk Purse* era altamente classificada e ainda hoje pouco se sabe sobre o papel que os Açores de facto desempenharam nessa operação[959].

2. Não é possível dispensar os Açores

A "guerra" entre Portugal e os EUA relativa à questão colonial teve sérios impactos nos acordos dos Açores, que estavam num impasse nos anos sessenta. A situação não agrada aos militares norte-americanos, que não aceitam a hipótese de a presença nos Açores ser posta em causa por via do apoio à autodeterminação dos povos africanos. A importância geoestratégica dos Açores à altura pode ser compreendida através de uma comunicação de 10 de juho de 1963 do JCS, que explica ao Secretário da Defesa que o interesse estratégico dos EUA aconselha a moderar a posição face às colónias portuguesas:

> In order to protect vital US strategic military interests in the Azores and avoid further weakening of the NATO Alliance, the United States should resist the institution of strong measures against Portugal. Such a course of action would be justified by the improvement which has taken place in Portuguese policy, and progress made in Angola and Mozambique[960].

A importância dos Açores é então explicada com algum pormenor:

> The importance of Portugal lies primarily in the importance of US base rights in the Azores, and secondarily in the membership of Portugal in NATO. Loss of the Azores would seriously degrade the responsiveness, reliability, and control of major US forces. With regard to air transportation to Europe, the Middle East, and Africa, costs in tonnage and time would be raised appreciably, with a direct effect on limited war or contingency actions. [*2 lines of source text not declassified*] Loss of support for antisubmarine patrol aircraft would require the addition in wartime of increased Hunter-Killer forces. Defense Communications System radio facilities at Lajes provide an important communications route between the United States and the Europe/North Africa/Middle East areas. Logistic support facilities in the Azores are also important.

[958] Cf. Silk Purse abandoned, setembro de 1991. *Bulletin of the Atomic Scientists*, Vol. 47, nº 7.
[959] Cf. 65th Air Base Wing History Office (s/d). *Op. cit*.
[960] Memorandum From the Joint Chiefs of Staff to Secretary of Defense McNamara, 10 de julho de 1963. FRUS, 1961–1963, Volume XXI, Africa. *Office of the Historian Web site*. Acedido em novembro de 2014,disponível em https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1961-63v21/d316, (Doravante: FRUS, 1961-1963), doc. 316.

> The divisive effect on NATO of further censure of Portugal cannot be dismissed. At a time when the Alliance is already strained, the withdrawal of Portugal as a result of affronts by her Allies could dangerously weaken our efforts to revitalize NATO[961].

Os interesses norte-americanos nos Açores são também analisados num estudo dos anos setenta, o *US Security Interests in Azores*, elaborado pelo *National Security Council* (NSC) por ordem presidencial, com indicação de urgência emitida através do documento *National Security Study Memorandum – 221* (NSSM-221). A determinação presidencial é motivada pelo período conturbado que Portugal vive após a revolução de 25 de Abril de 1974, a que está associada a possibilidade de os EUA saírem dos Açores. Só o NSSM-221 é conhecido na íntegra[962], mantendo-se o estudo reservado. O NSSM-221 manda estudar os seguintes aspetos:

> -The political and military significance of U.S. base rights and facilities in the Azores in terms of their contributions to both U.S. and NATO security interests;
>
> -U.S. policy and options under the range of possible conditions including: continuation of existing base arrangements, a Portuguese request for more limited U.S. access and use, a Portuguese demand for U.S. withdrawal from the Azores, or a U.S. decision to withdraw;
>
> -Alternative arrangements, if required, for the transfer of essential Azores operations to other locations, including an examination of the military and political implications of such relocation, and the pros and cons associated with various relocation sites[963].

O estudo deve estar concluído até 14 de abril de 1975 (o pedido presidencial é de 8 de abril) para ser submetido ao *Senior Review Group*. O NCS elabora o trabalho solicitado, que toma a designação *US Security Interests in Azores* e que, por não estar a consulta, apenas é conhecido por referências e não na íntegra, sendo particularmente relevante o memorando para o Presidente Ford elaborado por Kissinger[964] (mesmo assim disponibilizado com algumas linhas não desclassificadas). O memorando baseia-se nos contributos para o estudo provenientes dos departamentos de Estado e da Defesa e da CIA, que se focaram em três pontos:

---

[961] Memorandum From the Joint Chiefs of Staff to Secretary of Defense McNamara, 10 de julho de 1963. FRUS, 1961-1963, doc. 316.

[962] National Security Council (junho de 1975). NSSM 221—U.S. Security Interests in the Azores (2). National Archives and Records Administration (NARA). Ford Library, NSC Institutional Files (H-Files), Box 35. (As mais de 100 páginas que nos foram facultadas pelo arquivo em formato digitalizado incluem apenas referências às diligências efetuadas para a elaboração do estudo e, na íntegra, o documento presidencial. Por mail, fomos informados que o estudo ainda não está disponível para consulta).

[963] National Security Council (junho de 1975).*Op. cit.*

[964] Memorandum From the President's Assistant for National Security Affairs (Kissinger) to President Ford, s/d. FRUS, 1969-1976, Volume E-15, Part 2, Documents on Western Europe, 1973-1976. *Office of the Historian Web site*. Acedido em novembro de 2014, disponível emhttps://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76ve15p2/d159 (Doravante: FRUS, 1969-1976), doc. 159.

> The political and military significance of U.S. base rights and facilities in the Azores; U.S. policy and options under the range of possible conditions extending from continuation of the status quo to complete U.S. withdrawal; alternative arrangements for transfer of essential Azores operations to other locations, including the political and military considerations involved therein[965].

Kissinger anota que o estudo considera, no que é acompanhado nos comentários e nas recomendações recolhidos, que à altura e no futuro previsível os Açores continuarão a ser um elo essencial e insubstituível na estrutura de bases no exterior para missões que envolvam luta antisubmarinos, estacionamento e apoio em rota a aviões e para uma terceira função não desclassificada, mas que no desenvolvimento do memorando se percebe ter a ver com comunicações e sistemas de localização.

Na luta antisubmarinos (ASW) os principais equipamentos utilizados são os aviões *P3* de patrulha marítima e com longo raio de ação. Os *P3*, refere o memorando, são capazes de detetar, seguir e, se necessário, atacar submarinos. Kissinger anota que

> The study states that U.S. facilities in the Azores in support of ASW operations are of critical importance to our ability to deal with the Soviet submarine threat in the central Atlantic—ballistic missile submarines in the area of the mid-Atlantic ridge as well as attack submarines along the major mid-Atlantic convoy routes between North America and Europe which are essential for the reinforcement of NATO in time of war[966].

São estudados como alternativas aos Açores, para ASW, Rota (Espanha continental), Cabo Verde e Canárias. Em todos os casos são detetados problemas políticos, além de em nenhuma dessas localizações ser resolvido o buraco no Atlântico resultante de uma eventual retirada dos Açores. No entender do Departamento de Defesa, citado por Kissinger, "…in the foreseeable future, there are no adequate technological or geographical alternatives for maritime patrol aircraft operations from Lajes Air Base"[967].

No que respeita a estacionamento de aviões e apoio em rota, o acesso aos Açores é mais uma conveniência do que uma necessidade no suporte a operações aéreas transatlânticas em várias circunstâncias, como guerra em geral, operações de contingência ou em tempo de paz. No entanto, o estudo, segundo o memorando de Kissinger, refere que embora os Açores possam ser substituídos, estarão envolvidos nessa substituição custos consideráveis, deslocalização de meios e degradação das missões. Comenta Kissinger que "Lajes is one of several forward bases which are desired to support aircraft movements to Europe, the Middle East, and North

[965] Memorandum From the President's Assistant for National Security Affairs (Kissinger) to President Ford, s/d. FRUS, 1969-1976., doc. 159.
[966] *Ibidem*.
[967] *Ibidem.*, doc. 159.

Africa"[968]. É referido que em períodos de intensa atividade são necessárias várias bases para suporte às operações planeadas. No caso de aumento da atividade na Europa, as bases que podem ser utilizadas são Goose Bay, Keflavik e Torrejon. "Diversion to Goose Bay and/or Keflavik of missions currently planned through Lajes is possible, but some augmentation of facilities would be required. The greater likelihood of adverse weather conditions on the northern route makes total reliance on those bases undesirable"[969].

A possibilidade de utilizar bases espanholas - Torrejon, Zaragoza, Moron e Rota – para substituir as Lajes também é estudada, mas, nessa circunstância, aumentaria a necessidade de aviões-cisterna. Acrescem outros problemas: "Other aircraft, however, must deploy over the northern route, due to range limitations and an inability to refuel in the air. Increased reliance on tanker aircraft would not be desirable, due to many competing demands for this scarce resource"[970]. Outras alternativas para o suporte a operações no Médio Oriente e no Norte de África seriam Portugal continental, Madeira, Canárias, Marrocos e Senegal. No entanto,

> None of these (…) could duplicate the capabilities of Lajes or the Spanish bases without extensive augmentation and/or base development. Also, use of airfields in the Canary Islands and Senegal would be valuable only if overflight of several sub-Saharan African countries were also assured"[971].

Os comentários do Departamento de Defesa referidos por Kissinger são significativos sobre as dificuldades para substituir as Lajes:

> Defense emphasizes that alternatives to the Azores exist, but the suitability and availability of such alternatives are clouded by political and technological constraints, adding that loss of the Azores bases would result in less operational flexibility and could cause a significant decrease in current capability[972].

De particular secretismo parece revestir-se a utilização dos Açores no âmbito de operações "High Frequency/Direction Finding"[973] (HF/DF) que ocorrem no âmbito do sistema HF/DF da frota do Atlântico. Neste particular, o memorando de Kissinger para o Presidente Ford apresenta várias linhas não desclassificadas que impedem, de forma significativa, a compreensão total das funções. "The value of the Azores station lies in its location, providing north/south bearings

[968] Memorandum From the President's Assistant for National Security Affairs (Kissinger) to President Ford, s/d. FRUS, 1969-1976., doc. 159.
[969] *Ibidem*., doc. 159.
[970] *Ibidem*, doc. 159.
[971] *Ibidem*, doc. 159.
[972] *Ibidem*., doc. 159.
[973] Cf. US Naval Security Group Activity, Terceira Island (20 de maio de 1994). History of the Naval Security Group in the Azores, 1952-1944. *Navy History Web site*. Acedido em junho de 2015, disponível em http://www.navycthistory.com/AzoresDecom.pdf.

which are required—in conjunction with east/west bearings from other stations—in constructing accurate positions"[974]. Escreve Kissinger que perder os Açores para estas funções "…would degrade the accuracy of the "fix" information [2 lines not declassified]"[975], sendo que facilidades HF/DF de localização marítima não conseguirão resolver o problema. Os estudos então em curso apontam para alternativas caras e menos eficazes:

> Computer studies are now under way to determine whether a fixed HF/DF facility in the Canary Islands, at Madeira, or in the Cape Verde Islands could provide the type of information now gained from the Azores. In any event, it would cost approximately $650,000 to phase out the present Azores installation, plus more than $5 million to construct new facilities elsewhere. The study—concurred in by all agencies—concludes that no suitable alternative currently exists for the performance of this function, and that loss of the station would result in severe degradation of mission capability[976].

Os Açores têm à altura um complexo de armazenamento de combustíveis, em Ponta Delgada, para apoio à frota da NATO; desempenham também funções de SSBN (*nuclear-powered ballistic missile submarine*) comando e controlo. De acordo com o memorando de Kissinger, o documento *US Security Interests in Azores* conclui que essas funções "…can be relocated elsewhere without any adverse impact on military capability"[977].

3. Ataque e contenção

Nos anos oitenta do século XX, os Açores, no âmbito de uma estratégia de base naval, mas também aérea, são considerados essenciais em caso de ataque à União Soviética ou na necessidade de fortes medidas de contenção, sobretudo para proteção aos comboios marítimos. As missões essenciais dos Açores seriam "…eliminate soviet air and sub threat south of 40 degress north…" e "…allows initial shipping to sail independently to Madeira, then convoys north…"[978], incluindo comboios provenientes de Porto Rico, do PACOM (*US Pacific Command*), que seguiriam até à Madeira, rumando depois a Norte. As explicações para a importância dos Açores parecem óbvias:

---

[974] Memorandum from the President's Assistant for National Security Affairs (Kissinger) to President Ford, s/d. FRUS, 1969-1976, doc. 159.
[975] *Ibidem*, doc. 159.
[976] *Ibidem*., doc. 159.
[977] *Ibidem.*, doc. 159.
[978] Moreau, A. (2008). Maritime Strategy Presentation (for the Secretary of the Navy) (briefing de 4 de novembro de 1982). *In* Hattendorf, P.&Swartz, P. M. (Edit.), *U.S. Naval Strategy in the 1980s,* pp. 19-43. *FAS Web site*. Acedido em agosto de 2014, disponível em https://fas.org/irp/doddir/navy/strategy1980s.pdf, p. 30.

> CINCLANT's (U.S. Atlantic Command) convoy strategy depends initially on *independent* sailing on the southern route, followed by convoy escort from Madeira north. This southern route strategy is necessary because of an escort shortage of 65 to 103 ships. (…) Defense of the Azores, as a vital base to support our sea *and* air LOCs (line of communications), and holding the Soviet air and sub threat north of 40 degrees are prerequisites to this LOC defense strategy[979].

As missões prioritárias do CINCLANT seriam apoiar a Islândia e a Noruega; apoiar as linhas de comunicação do meio-Atlântico (Açores); proteger a região das Caraíbas, e proteger o Atlântico sul. As missões definidas implicam o reforço da posição nos Açores:

> While the *U.S. Army's* central focus would be on reinforcement by airlift and sealift of the European Central Region, it is envisioned that active or reserve Army infantry brigades would reinforce the *Aleutians* and *Iceland,* and an Army military police battalion would reinforce the *Azores*. Army air defense missile batteries would reinforce Iceland and the Azores. Retaining control of these islands is vital to the success of the Maritime Strategy[980].

Está também previsto o reforço dos Açores com aviação tática, sendo que em caso de guerra a inter-relação entre as forças a utilizar obrigará ao apoio naval a forças de terra e a operações terrestres e aéreas de apoio a forças marítimas, o que também tem implicações nos Açores: "For example, the U.S. Army reinforces the Aleutian islands, Iceland and the Azores during a global crisis with the Soviet Union"[981]. Sendo assim, "Maintaining control of these strategic locations would be crucial to successful maritime operations in a global war"[982].

Secção II - Operações emblemáticas com apoio nas Lajes

1. Ponte para Berlim

A cidade de Berlim ficou dividida entre os aliados após a II Guerra Mundial. No que parece ter sido uma operação para consolidar a sua influência na zona e eventualmente para forçar os aliados a recuar ou mesmo sair da cidade, a União Soviética cortou as ligações terrestes entre a Alemanha Ocidental e Berlim, o que implicou, de imediato, que cerca de dois milhões de

[979] Moreau, A. (2008). *Op. cit.*, p. 30 e 31.
[980] The Maritime Strategy, 1984 (2008). *In* Hattendorf, P.&Swartz P. M.(Edit.), *Op. cit.,* pp. 76 e 77.
[981] The Maritime Strategy: Global Maritime Elements for U.S. National Strategy, 1985 (2008). *In* Hattendorf, P.&Swartz P. M.(Edit.). *Op. cit.*, pp. 138-202, p. 158.
[982] *Idem, ibidem*., p. 158.

berlinenses ficassem sem bens essenciais. A operação *Vittles*[983], com a qual EUA e Inglaterra (a operação inglesa tomou a designação de *Plainfare*) se comprometiam com o abastecimento da cidade, foi lançada a 26 de junho de 1948 e prolongou-se por mais de um ano, até 30 de setembro de 1949, momento em que os soviéticos reabriram as ligações terrestres. Concretizou-se assim aquela que ainda hoje é considerada a maior operação humanitária aérea da história da humanidade e o primeiro grande desafio da Guerra Fria[984].

O papel da Base das Lajes nesta operação é considerado da maior importância. Aviões *C47*, *DC4* e *C54* utilizaram a base terceirense em rota para a Alemanha. No âmbito da operação *Vittles* foram registados mais de 3000 voos com suporte nas Lajes. O pessoal militar norte-americano envolvido na operação também foi apoiado pela Base das Lajes tanto na ida como no regresso, sendo mesmo que um número significativo de militares permaneceu nas Lajes para apoiar a operação. Durante todo o período da operação, os serviços essenciais mantiveram-se em funcionamento 24 horas por dia. Um dos papéis importantes atribuídos à Base das Lajes teve a ver com a reparação de aeronaves avariadas. Durante toda a operação, foi reparado nas oficinais montadas na base um número indeterminado de aviões *C47* e *DC4*[985].

A operação *Vittles* demonstrou a importância dos Açores na projeção de poder aéreo norte-americano através do mundo[986], importância também sublinhada no período em que essa operação decorreu e no que diz respeito ao futuro do reabastecimento aéreo, através no estacionamento nas Lajes de quatro tanques *KB29* que apoiaram a primeira experiência de reabastecimento à volta do mundo, que ocorreu em março de 1949 e que envolveu o *B50 Lucky Lady II*, depois de outras aeronaves terem falhado a experiência. A partir desta operação o reabastecimento aéreo entrou em evolução rápida e muito significativa[987].

---

983 Cf. Office of the Historian (s/df). The Berlin Airlift, 1948–1949. *Office of the Historian Web site*. Acedido em dezembro de 2015, disponível em https://history.state.gov/milestones/1945-1952/berlin-airlift.

984 Cf. 65th Air Base Wing History Office (s/d). *Op. cit*.

985 Cf. *Idem, ibidem.*; Amaral, Rui F. (2014). *US-Portuguese Relations and Lajes Field Air Base.* Monterey: Naval Postgraduate School.

986 "…a importância (dos Açores) para o transporte aéreo (civil e militar) atinge o ponto máximo em 1942/1950. Depois de 1949 entra em serviço uma série de novos aparelhos que já podem fazer a rota central do Atlântico sem escala, com carga útil (…). Deve-se ter em conta que, mesmo para estes aparelhos dos anos 50, só a rota dos Açores permite ainda transportar a carga máxima para muitas das rotas do Atlântico central, seja em direção ao Mediterrâneo ou à Europa, evitando a Inglaterra". Telo, A. J. (1993). *Op. cit*., p. 464.

987 Cf. Smith, R. K. (1998). *Seventy-Five Years of Inflight Refueling. Highlights, 1923 –1998*. Air Force History and Museums Program. "At the end of 1949, SAC had six refueling squadrons, but only the 43d and 509th were fully equipped. By the close of the following year, there were twelve squadrons with 126 KB–29Ms. In the fall of 1950, the first inflight refueling of a jet bomber took place between a KB–29P and a North American RB–45C, both assigned to the 91st Strategic Reconnaissance Wing at Barksdale AFB, Louisiana. Over the next eighteen months, the 91st developed jet bomber refueling

2. Abastecimento a Israel

No conflito (guerra do *Yom Kippur*[988]) de outubro de 1973 com países árabes (Egipto e Síria), que teve início no dia seis com um ataque árabe, Israel ficou cercado e à beira do colapso, necessitando com urgência de assistência militar, no caso norte-americana. Porém, os EUA viram-se limitados na sua capacidade de abastecimento face às restrições de operação e sobrevoo que lhes foram colocadas pelos países da Europa Ocidental, incluindo os países da NATO. Na base das recusas estiveram receios de retaliações terroristas e de boicote petrolífero por parte dos países árabes. Apenas Portugal permitiu a operação norte-americana através da Base das Lajes[989]. As linhas de abastecimento ficaram assim limitadas ao ponto de, por exemplo, os voos com proveniência na ex-República Federal da Alemanha se verem obrigados a uma grande volta, deslocando-se para oeste, com destino às Lajes, donde seguiam para este, com destino a Israel. Os voos a partir do território continental norte-americano ocorreram apenas com uma paragem, nas Lajes, para reabastecimento. A operação tomou o nome de *Nickel Grass*[990].

A situação era crítica e a ponte aérea teria que se desenvolver rapidamente. A opção marítima não existia, uma vez que demoraria 30 dias a preparar, sendo necessários 12 a 14 dias adicionais de navegação entre o território continental norte-americano e Israel. Os EUA não podiam contar com as suas companhias aéreas civis, que recusaram envolver-se na operação[991]. A única opção viável para realizar a operação em tempo útil era a utilização da Base das Lajes. Portugal concordou com a utilização das Lajes para a operação *NickelGrass* a 13 de Outubro, tendo o pedido sido formulado no dia anterior[992], sendo a autorização comunicada, nesse dia 13, à embaixada dos EUA em Lisboa pelo ministro português dos Negócios Estrangeiros, Rui Patrício. Já nesta comunicação fica evidente que Portugal se prepara para utilizar a cedência para conseguir contrapartidas[993], como veremos na secção seguinte.

---

equipment, techniques, and procedures, including the first night refueling and instrumentweather refueling" (p. 30).

[988] Sobre a guerra do *Yom Kippur, cf.,* por exemplo: Liebman, C. S. (julho de 1993). The Myth of Defeat: The Memory of the Yom Kippur War in Israeli Society. *Middle Eastern Studies*, *29*(3), pp. 399–418.

[989] Cf. Monahan, D. J.(1996). *Creating Air Refueling Doctrine: Preserving Experience in Writing*. Ohio: Air University.

[990] Cf. Siegel, A. (1995*). Basing and Other Constraints on Land-Based Aviation Contributions to U.S. Contingency Operations*. Alexandria: CAN.

[991] Cf. Monahan, D. J. (1996).*Op. cit.*

[992] Lajes Flights, 13 de outubro de1973. Public Library of US Diplomacy. 1973LISBON03782_b. *Wikileaks Web site*. Acedido em fevereiro de 2015,disponível em https://search.wikileaks.org/plusd/pressrelease/ (Doravante: 1973LISBON03782_b).

[993] *Ibidem*.

A decisão portuguesa de apoiar a operação *Nickel Grass* foi precedida de uma carta do Presidente Nixon ao Primeiro-Ministro Marcelo Caetano, datada de 13 de outubro de 1973 (o dia de quase todas as decisões), expressando urgência na decisão e deixando claro que não há tempo para regatear eventuais contrapartidas. Nixon compromete-se apenas com consultas bilaterais para ações conjuntas caso Portugal se veja ameaçado por ações terroristas ou por um boicote petrolífero na sequência da passagem da ponte aérea pelas Lajes[994]. E deixa claro que uma recusa de Portugal "… forçar-nos-á a adotar medidas que não deixarão de prejudicar as nossas relações"[995], adiantando o que parecem ser mais ameaças (além da anterior) pouco veladas, dando a entender um eventual abandono de Portugal na guerra em África, em particular no caso da Guiné, caso os EUA tenham que procurar alternativas às Lajes[996].

Ao levantar a hipótese de ter alternativas àsLajes, Nixon estará a fazer *bluff*, a fazer fé, por exemplo, em Riney: "Without Lajes as a stopover and refueling point, it would have been nearly impossible to get the needed supplies to Israel in time. Without help, the airlift would have been doomed before it started"[997]. Este é também o entendimento de Monahan: "…there was no effective alternative"[998]. A falta de alternativa às Lajes poderia ser, aliás, uma das razões (talvez a razão fundamental) para levar a sério as ameaças de Nixon, que poderão ter sido precedidas de medidas militares preparatórias:

> According to a Pentagon rumor, Kissinger offered the Portuguese a choice: approve MAC transports landing at Lajes, or fight a Marine expeditionary force that would land and take over the base. Whether this threat rumor was true or not, the Portuguese changed their minds and allowed MAC to use Lajes[999].

Marcelo Caetano responde no mesmo dia autorizando a passagem dos aviões pelas Lajes, mas enfatizando que o risco associado ao pedido "…obrigaria em rigor a consultar também os países com os quais temos pactos de defesa, nomeadamente a Espanha"[1000]. O Primeiro-Ministro responde com elegância às ameaças de Nixon: "…não quero forçá-lo às medidas violentas que ele (apelo) deixa supor"[1001]. Mas deixa claro que, ao autorizar a utilização das Lajes, está a

---

994 Cf. Antunes, J. F. (2000). *Portugal na guerra do petróleo: os Açores e as vitórias de Israel: 1973*. Lisboa: Edeline.
995 Antunes, J. F. (2000).*Op. cit.*, p. 123.
996 Cf. Antunes, J. F. (2000). *Op. cit.*; Lajes Flights, 13 de outubro de1973. 1973LISBON03782_b.
996 Lajes Flights, 13 de outubro de1973. 1973LISBON03782_b.
997 Riney, T. J. (2003). *Transforming Past lessons to Mold the Future: A Case Study on Operation Nickel Grass*. Ohio: Air University, pp. 12 e 13.
998 Monahan, D. J. (1996).*Op. cit.*, p. 29.
999 Leavitt, L. R. (2010). *Following the Flag. An Air Force Officer Provides an Eyewitness View of Major Events and Policies during the Cold War*. Ohio: Air University, p. 29.
1000 Antunes, J. F. (2000).*Op. cit.*, p. 123.
1001 *Idem, ibidem.*,p. 123.

confiar na palavra de Nixon no sentido de que Portugal "…não ficará sem defesa no caso de prováveis consequências graves desta decisão"[1002].

A operação *Nickel Grass*, no que diz respeito ao envolvimento das Lajes, contou apenas com aviões militares norte-americanos. Israel terá, no entanto, manifestado interesse em utilizar aviões seus, da *El Al*, que transitariam no circuito Israel-EUA/EUA-Israel com reabastecimento nas Lajes. Porém, antes de formular o pedido junto de Portugal, o cônsul geral de Israel em Lisboa aconselhou-se junto da embaixada dos EUA na capital portuguesa, que se pronunciou desfavoravelmente. A embaixada fez notar ao cônsul israelita que Portugal se sentiria mais confortável, face a possíveis retaliações árabes, se o abastecimento envolvesse apenas equipamento norte-americano. Nessa circunstância, Portugal poderia mitigar as consequências explicando que o Acordo das Lajes permite aos EUA o trânsito de aviões militares sem conhecimento prévio do país hospedeiro[1003]. O Departamento de Estado concorda com o conselho da Embaixada dos EUA em Lisboa e avisa mesmo que o envolvimento da *El Al* no processo poderia criar problemas não só políticos, mas também de natureza operacional, além de ser suscetível de pôr em causa o compromisso português para com a operação[1004]. Em qualquer caso, de acordo com Monahan[1005], Israel não possuía à altura uma frota comercial de dimensão suficiente para montar a operação. A ideia foi abandonada.

As ordens para iniciar a ponte aérea para Israel com suporte nas Lajes foram transmitidas ao MAC (*Military Airlift Command*) a 12 de outubro de 1973 (um dia antes de a autorização para a utilização da base açoriana ter sido dada por Marcelo Caetano). A 14 de outubro, a Base das Lajes já tinha recebido 136 aviões e feito seguir 88. A operação durou até 14 de novembro de 1973 e envolveu aviões cargueiros militares *C141* e *C5*, que percorreram uma distância de 6500 milhas náuticas entre o território continental dos EUA e Israel, reabastecendo apenas nas Lajes. Ao longo da operação foram transportadas 22 395 toneladas de carga. Durante toda a operação, a Base das Lajes apoiou o movimento de 312 aviões *C5* e 845 aviões *C141*. Na "guerra" do reabastecimento militar, os EUA ganharam à União Soviética que, com os seus cargueiros *AN12* e *AN22* e numa rota de apenas 1700 milhas náuticas, ficou-se pelas 15 000 toneladas[1006].

O futuro da aviação militar norte-americana, no que diz respeito ao transporte estratégico, foi afetado de forma significativa pela ponte aérea de 1973 de apoio a Israel, tal como foi afetada a perceção norte-americana da importância da Base das Lajes. Os EUA decidiram modificar a

[1002] Antunes, J. F. (2000).*Op. cit.*, p. 123.
[1003] El Al Flights Via Lajes, 18 de outubro de 1973. Public Library of US Diplomacy. LISBON03857_b. *Wikileaks Web site*. Acedido em fevereiro de 2015, disponível em https://search.wikileaks.org/plusd/pressrelease/.
[1004] *Ibidem.*
[1005] Monahan, D. J. (1996). *Op. cit.*
[1006] Cf. 65th Air Base Wing History Office (s/d). *Op. cit*.

frota de aviões *C141*, adaptando os aparelhos ao reabastecimento em voo, tal como renovaram o interesse na capacidade de reabastecimento em voo dos aparelhos *C5*[1007]. Por outro lado,

> The second lesson confirmed the importance of the Air Force maintaining basing facilities at Lajes. In January 1974, the Department of Defense reconsidered the U.S. Navy command at Lajes Field. The 1605th Air Base Wing earned the Air Force Outstanding Unit Award for its effort during Operation NICKEL GRASS and retained control over Lajes Field[1008].

Secção III - Do pico de utilização a transformações pouco claras

1. Utilização exponencial das Lajes

Estatísticas oficiais norte-americanos referem que em 1952 partiram da Base das Lajes 4059 aeronaves. Em 1959 a utilização tinha subido 300 por cento, para 16 360 partidas. A base é utilizada no apoio a exercícios e missões nos anos 50 e 60, que fazem passar inúmeros aviões pela Terceira. Algumas operações significativas deste período incluem a operação para manter a paz no Líbano, de 1958; a operação com fins idênticos no Congo liderada pela ONU e que ocorreu em 1961. A meados dos anos 60 (1965), reabastecedores do SAC e do TAC (*KB50*) que estavam estacionados nas Lajes desde finais dos anos cinquenta abandonaram a base, mantendo, no entanto, a sua ligação à infraestrutura até 1992. O advento dos aviões *C135* (reabastecedores), *C130* e *C141*, com novas capacidades de reabastecimento em voo, provocou um declínio no uso das Lajes. Porém, em 1967 a Base das Lajes passa a suportar as missões dos aviões *P3* de luta antisubmarinos operados pela *Navy*, que passam a dominar as operações, sobrepondo-se à utilização pela *Air Force* nos anos 60 e 70. O Departamento de Defesa chega a estudar a transferência do comando das Lajes da Força Aérea para a Marinha, o que deveria ocorrer em 1974. Porém, a ponte aérea de apoio a Israel em 1973, que já vimos, manteve a Força Aérea no seu posto na base terceirense[1009].

2. Menos apoio à aviação e mais equipamentos

Nos anos oitenta a Base das Lajes sofre várias transformações que fazem a infraestrutura transitar de uma "…en route aircraft maintenance facility…" para uma "…en route support

[1007] Cf. 65th Air Base Wing History Office (s/d). *Op. cit*.
[1008] *Idem, ibidem*.
[1009] Cf. *Idem, ibidem*.

facility…"[1010], o que significa, por exemplo, que as oficinas de reparação de aviões foram desativadas. No entanto, o tráfego aéreo continua a ser significativo. A base está associada a exercícios militares e a uma operação anual de alguma dimensão que consiste na substituição das forças dos EUA estacionadas na Alemanha. Os anos oitenta são também o tempo das grandes obras nas Lajes depois das obras iniciais. São construídas novas valências e os equipamentos dos anos 50 são remodelados. Grandes investimentos são também realizados na construção de zonas habitacionais e de dormitórios para o pessoal militar e familiares[1011].

Secção IV - Considerações finais

É instalados na Base das Lajes que os EUA enfrentam a Guerra Fria. A base desempenha papéis importantes na projeção de poder para Europa, Mediterrâneo, Médio Oriente e Ásia. A luta anti submarinos na Guerra Fria, com aviões *P3* apoiados por sistemas de vigilância em terra, por exemplo em Santa Maria, e equipados com cargas nucleares de profundidade, é considerada muito significativa. Sistemas de comunicação instalados na Terceira, onde a base se localiza e em outras ilhas, são tidos como da maior importância, inclusive na estratégia nuclear dos EUA, que é apoiada por aviões estacionados nas Lajes. Os Açores estão também ligados ao controlo da trajetória de mísseis e ao armazenamento de grandes quantidades de combustíveis. O armazenamento de munições, incluindo nucleares, é também referido. Estas funções conferem aos Açores um papel indispensável na estratégia norte-americana na Guerra Fria, sublinhado em estudos dos anos sessenta e setenta. Nos anos oitenta é reconhecida grande importância aos Açores na ocorrência de um ataque à União Soviética ou sendo necessária uma estratégia de contenção face a uma expansão soviética no Atlântico. A colocação de forças de terra, ar e mar nos Açores, com ocupação, se necessário, é prevista nesse âmbito. São dos anos oitenta investimentos significativos na modernização da Base das Lajes e na construção de zonas habitacionais para uso exclusivo de militares e famílias. Mas é também nos anos oitenta que a base perde as funções de manutenção de aviões, passando a ser conhecida por "bomba de gasolina", designação que não acolhe as restantes funções já vistas, muitas delas permanecendo até ao fim da Guerra Fria, mas que estão pouco divulgadas. Algumas dessas funções, como é exemplo a ligação com a frota do Atlântico, são mesmo reservadas.

[1010] Cf. 65th Air Base Wing History Office (s/d). *Op. cit*.
[1011] *Idem, ibidem.*; Mendes, A. (2006). *Op. cit.*

CAPÍTULO XII. Impactos e benefícios de uma presença norte-americana de tempo longo

Os impactos da presença norte-americana nos Açores na Guerra Fria, particularmente na Base das Lajes, ocupam a primeira parte deste capítulo, sendo que na segunda parte procuramos fixar as principais contrapartidas negociadas entre os EUA e Portugal – abordamos também alguns momentos negociais - e que podem ser associadas aos acordos dos Açores no período em causa.

Secção I - Impactos

1. Cultura popular urbana numa sociadede rural

Os impactos da presença norte-americanos Açores, particularmente na ilha Terceira, que começam a desenhar-se no tempo da II Guerra Mundial, consolidam-se no tempo longo da Guerra Fria. Nos anos cinquenta, sessenta, setenta e oitenta do século XX a Base das Lajes continua a desempenhar um papel importante - mas a diminuir progressivamente no que diz respeito à cultura musical - na divulgação da cultura popular norte-americana na ilha Terceira. Grandes orquestras, como as de *Stan Kenton* e *Les Brown*, atuam na ilha Terceira nos anos cinquenta. Nessa década continuam a aportar à ilha nomes famosos na música e no cinema, como Jenette MacDonald, Gil Lambert, *Santa Fe Rangers*, entre outros. Nos anos sessenta a ilha Terceira acorda, através da Base das Lajes, para o *rock*, o *yé-yé* e o *country&western*, géneros musicais que, a par do *jazz*, continuam a marcar a vida dos clubes existentes na Base. A partir dos anos setenta os intérpretes continuam a deslocar-se pelas bases no âmbito de programas culturais e de animação para os militares, sendo, porém, já poucos os nomes famosos que aportam à ilha. No entanto, os grupos militares mantêm a tradição de atuarem em palcos fora da Base, o que se vem a esfumar nos anos oitenta[1012], como é notório para os residentes na Terceira.

[1012]Cf. Santos, J. M.&Rubio, A. (2008). *Op. cit*.

A divulgação da cultura norte-americana a partir da Base da Lajes também ocorre, desde os anos quarenta e até aos nossos dias, através do sistema AFN (*Defense Media Activity)*[1013], que inclui uma estação de televisão a funcionar desde 1954 (a primeira estação de televisão a transmitir em território português) e uma estação de rádio ao serviço desde 1947[1014]. A estação de televisão transmitiu para o interior da Base e para uma área considerável da ilha Terceira compreendida entre as freguesias de São Sebastião e Agualva, até Janeiro de 2013, data a partir da qual foi confinada ao interior da Base e bairros militares da periferia através de um sistema de cabo[1015]. Até 1975, com a instalação da RTP (Rádio e Televisão Portuguesa) nos Açores, através de um canal regional (RTP-Açores), a televisão apenas era captada no arquipélago na zona referida e através do canal da AFN, que sempre transmitiu em inglês. A estação de rádio continua a transmitir em sinal aberto, sendo audível em parte substancial da ilha Terceira, registando-se apenas algumas zonas de sinal fraco[1016]. Outro importante meio de divulgação da cultura norte-americana na ilha Terceira tem sido a discoteca da Base das Lajes, que ainda existe e por onde a ilha acede às principais novidades musicais, o que foi particularmente notório desde os anos quarenta e até ao final da Guerra Fria[1017].

2. Cobertura global (falhada) de ilha Terceira pela TV das Lajes

É possível identificar três momentos na história recente da Base das Lajes em que os dados recolhidos apontam para a possibilidade de os norte-americanos pretenderem conquistar as populações locais, em alturas de relacionamento difícil, através da utilização de um dos mais conhecidos recursos do *soft power*, designadamente a televisão[1018]. Nos três momentos, 1987, 1992 e 1995, foram concretizadas propostas de extensão a toda a ilha Terceira das emissões da estação de televisão dos norte-americanos instalada nas Lajes e cuja zona de cobertura se resume, historicamente, à base e uma parte significativa do concelho da Praia da Vitória, como já vimos.

É curioso notar que as propostas para abertura do sinal nunca partiram explicitamente dos norte-americanos, como se verá, que mantiveram sempre uma postura discreta, limitando-se a

[1013]Cf. 65th Air Base Wing History Office (s/d). *Op. cit*.
[1014] Cf. Mendes, J. M. (Coord.), *et al.* (junho de 2012). *Relatório Final do Grupo de Trabalho para o Estudo do Conceito de Serviço Público de Audiovisual na Região Autónoma dos Açores*. Horta: Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.
[1015] Recolha oral de informação com vista à preparação do presente trabalho.
[1016] Cf. Mendes, J. M. (Coord.), *et al.* (junho de 2012). *Op. cit.*
[1017] Cf. Santos, J. M.&Rubio, A. (2008). *Op. cit.*
[1018] Mendes, A. (2003). Soft Power e a Televisão Americana da Base das Lajes. *Revista Atlântida*, Vol. XLVIII, pp. 203-216. O tema em causa é tratado neste artigo de nossa autoria. Para o presente trabalho revisitámos as fontes, mas não encontrámos novos documentos ou bibliografia.

oferecer a cobertura total da ilha se para tal fossem solicitados. Uma das tentativas (1987) ocorre no tempo da Guerra Fria, pelo que será analisada neste capítulo, tendo as duas restantes (1992 e 1995) ocorrido já no tempo pós-Guerra Fria, pelo que serão analisadas na parte seguinte.

Em 1987, o relacionamento era difícil entre os norte-americanos estacionados nas Lajes e boa parte das entidades que do lado português mantinham interesses na base, com destaque para o próprio Governo da República. Um despedimento coletivo concretizado na base, por alegada falta de fundos, deixou os representantes laborais em pé de guerra, com os sindicatos à cabeça[1019], que chegaram mesmo a escrever ao Primeiro-Ministro de Portugal, invocando que "…o Comando Americano não respeita a lei portuguesa, viola a soberania nacional e os direitos constitucionais…"[1020]. A fricção chega ao ponto de a Comissão dos Assuntos Internacionais da Assembleia Regional (CAI) chamar a si a análise da situação laboral nas Lajes[1021].

A Assembleia Regional (AR) é protagonista de outro episódio que marca o desentendimento com a parte norte-americana, ao pretender obrigar os norte-americanos a pagar imposto profissional pelos seus funcionários portugueses, alegando que se tratava de uma imposição legal da qual os Estados Unidos não estavam isentos e que o não cumprimento dessa obrigação estava a delapidar os cofres da Região em cerca de 100 mil contos por ano[1022].

Os protestos portugueses por alegado défice de compensação norte-americana pelo uso das Lajes também se fazem ouvir nesse ano e chegam aos próprios Estados Unidos, onde o influente jornal *New York Times* dá conta do descontentamento do Governo de Lisboa[1023], que pretende receber uma "justa compensação" pela utilização norte-americana da base açoriana. Cavaco Silva, então Primeiro-Ministro de Portugal, dá razão à análise do *New York Times*. Numa visita aos Estados Unidos, manifesta-se "…zangado com o nível de assistência económica que o país recebe…", não descartando a hipótese de o Acordo ser denunciado por Portugal[1024].

Os norte-americanos acusam o *toque*, competindo ao congressista Tony Coelho, de origem açoriana, manifestar compreensão pelas posições de Portugal, ao mesmo tempo que aconselha Lisboa a criar um lóbi no Congresso dos Estados Unidos. Nos últimos dias de 1987 a imprensa anuncia uma plataforma de entendimento entre Portugal e os Estados Unidos estabelecida pelo Secretário de Estado norte-americano, Frank Carlucci, e pelo Ministro da Defesa português,

[1019] Sindicatos negam declarações do Comando Americano, 10 de abril de 1987. *Diário Insular*.
[1020] Sindicatos escrevem ao Primeiro-Ministro, 12 de junho de 1987. *Diário Insular*.
[1021] CAI vai analisar situação laboral dos trabalhadores das Lajes, 9 de maio de 1987. *Diário Insular*.
[1022] Americanos nas Lajes: 'fuga' ao fisco é objeto de negociações, 16 de abril de 1987. *O Jornal*.
[1023] New York Times fala da Base das Lajes, 23 de março de 1987. *Diário Insular*.
[1024] Cavaco Silva admite hipótese de denunciar o Acordo com os EUA, 10 de setembro de 1987. *A União*.

Eurico de Melo. Portugal aceita não insistir na renegociação do Acordo se os EUA cumprirem os termos do Acordo vigente[1025].

É no auge da discórdia entre as partes e quando os norte-americanos estão a ser acusados de não cumprirem o Acordo das Lajes em matérias como questões laborais e as próprias contrapartidas acordadas entre estados, que o Partido Socialista (PS) toma a iniciativa de propor no parlamento regional uma recomendação ao Governo Regional para que este atue junto da RTP para que sejam criadas as condições técnicas necessárias à extensão do canal de televisão norte-americano das Lajes a toda a ilha Terceira[1026].

A proposta recebe o apoio da Comissão Permanente para os Assuntos Sociais (CPAS), que considera "pertinente" a recomendação ao Governo. Entende, porém, dever deixar claro que "…por criar as condições necessárias à viabilização se entende tomar as atitudes que levem à autorização pretendida e não quaisquer encargos financeiros com o aumento da potência do emissor"[1027]. A proposta é aprovada no plenário a 10 de Abril, nos seguintes termos:

> A Assembleia Regional dos Açores (…) resolve recomendar ao Governo Regional dos Açores que este diligencie junto da RTP no sentido de serem criadas as condições necessárias à viabilização, por parte das FEUSAÇORES, do aumento de potência do seu emissor de televisão, instalado na ilha Terceira, com vista à cobertura integral de toda a ilha por essa estação televisiva[1028].

Nos considerandos à recomendação, o parlamento refere que o emissor norte-americano já abrange parte da ilha Terceira; que os cidadãos norte-americanos se encontram a residir um pouco por toda a ilha, e que "…o acesso àquela estação televisiva é, de há longa data, uma aspiração da população terceirense"[1029].

A análise da discussão em plenário permite, porém, concluir que o Governo Regional dificilmente diligenciaria para cumprir a resolução, o que, aliás, nunca aconteceu. O Presidente do Governo assumiu na discussão uma postura irónica, questionando os proponentes sobre, por exemplo,

---

[1025] EUA prometem cumprir o Acordo das Lajes, 17 de dezembro de 1987. *Diário Insular*.
[1026] Proposta de resolução – aumento de potência do emissor das FEUSAÇORES instalado na ilha Terceira, 17 de março de 1987. Assembleia Legislativa Regional dos Açores, Arquivo 508.
[1027] Parecer sobre a proposta de resolução apresentada por deputados do Partido Socialista que visa a (sic) recomendar ao Governo Regional dos Açores que diligencie, junto da RTP, o eventual aumento da potência do emissor das FEUSAÇORES instalado na Terceira, 2 de abril de 1987. Comissão Permanente para os Assuntos Sociais. Arquivo pessoal do autor, pasta "Televisão Americana".
[1028] Resolução da Assembleia Regional nº 6/87/A, 14 de maio de 1987. *Jornal Oficial* nº 110/87 – 1ª Série.
[1029] Resolução da Assembleia Regional nº 6/87/A, 14 de maio de 1987. *Jornal Oficial* nº 110/87 – 1ª Série.

> …se o Governo deve entender que nesse âmbito de contactos deve também ser incluído um programa intensivo de ensino de inglês para que as pessoas que beneficiarem dessas emissões possam acompanha-las com toda a exactidão (…) (e) se deve propor (…) um sistema de legendagem ou de dobragem, eventualmente recorrendo a cópias brasileiras, já que essa maneira de falar português do Brasil está tão na ordem do dia e já que nem todos os programas se apresentam para uma perceção imediata...[1030]

Mota Amaral, Presidente do Governo Regional à altura, não resiste a uma piada que é premonitória do destino que a recomendação iria ter: "…permita-se-me dizer em *off* que nem em todos (os programas) se trata de música ou de filmes protagonizados por Linda Love Lace[1031] e outros artistas do mesmo estilo"[1032]. No calor do debate, um dos proponentes da resolução deixa claro que a proposta tem o acordo do Comando norte-americano das Lajes:

> Segundo estamos informados, a entidade norte-americana, estacionada na Base das Lajes, está disposta a aumentar a potência do emissor da respetiva estação de televisão desde que (…) obtenha autorização das autoridades portuguesas[1033].

A resolução acabou por não ter qualquer tradução prática, o que já se adivinhava face ao comportamento assumido pelo Presidente do Governo Regional durante os debates no parlamento. Falhou, assim, o que pareceu ser uma tentativa norte-americana de utilizar na população da ilha Terceira um dos mais poderosos recursos do *soft power*, a televisão, num momento em que os interesses norte-americanos nas Lajes estavam a ser postos fortemente em causa por instituições significativos da parte portuguesa, desde os sindicatos ao próprio Primeiro-Ministro, passando pela Assembleia Regional dos Açores, como se viu.

3. Um processo de americanização

A influência da cultura popular norte-americana na ilha Terceira dispensou, porém, a cobertura televisiva global, sendo notória desde cedo através da criação local de conjuntos e bandas para atuarem nos clubes da Base das Lajes e que também atuam no exterior da Base, divulgando localmente as novidades musicais que interessavam aos militares. Ainda nos anos quarenta surge a *Olmmar Band*, que vem a desenvolver a sua atividade sobretudo na área do *jazz* e que se extingue nos anos sessenta com o advento de novos ritmos. Nos anos cinquenta surgem a Orquestra e o Quarteto *Art Carneiro* e o grupo *Aerojazz*, este ligado a uma família de músicos

[1030] Amaral, M. (10 de abril de 1987). *Diário da Sessões da Assembleia Legislativa Regional*, nº 74.
[1031] Conhecida atriz norte-americana de filmes pornográficos. Cf. Carey, M. (21 de julho de 2015). Linda Lovelace: Inside the life of the 'Deep Throat' star. *CNN Web site*. Acedido em maio de 2015, disponível em http://edition.cnn.com/2013/08/26/showbiz/linda-lovelace-larry-flynt/.
[1032] Amaral, M. (10 de abril de 1987). *Diário da Sessões da Assembleia Legislativa Regional*, nº 74.
[1033] Bettencourt, J. M. (10 de abril de 1987). *Diário da Sessões da Assembleia Legislativa Regional*, nº 74.

que migra da ilha Graciosa para a ilha Terceira, adaptando-se depressa aos ritmos norte-americanos. A atividade musical desta família continua nos Estados Unidos, dando origem a músicos de eleição, com destaque para Nuno Bettencourt, considerado um dos mais importantes guitarristas de *rock* da atualidade[1034]. Grupos locais como *Sombras* e *Flama Combo*, formados já nos anos sessenta, também se enquadram no movimento musical que irradia a partir da Base das Lajes[1035].

Todo este movimento de cultura popular norte-americana terá acabado por influenciar de forma significativa a cultura musical da ilha. Durval Pereira, músico terceirense que conviveu com a instalação da base e que integrou grupos musicais de influência anglo-saxónica, conta que nos anos quarenta apenas existiam na ilha filarmónicas que tocavam peças simples, sendo que logo com a chegada dos ingleses essa realidade mudou, sobretudo a partir do contato com o *jazz*. Com os americanos a influência parece ser muito significava, conforme deixa transparecer esta declaração de Durval Pereira: "Os americanos davam as calças, os casacos, os instrumentos e as pautas; só faltava darem os sapatos. Eles mandavam vir tudo. Nós só nos apresentávamos para tocar. E eram tudo números americanos, só americanos"[1036]. A partir dos anos oitenta o processo de influência parece estar consumado e a cultura musical norte-americana integrada na cultura local. É a partir desta década, por exemplo, que se iniciam os festivais de *jazz* por iniciativa local, mas no âmbito de encenações que visivelmente recriam a cultura norte-americana. Os clubes de *jazz* nova-iorquinos são recriados e procuram-se ambiências de *New Orleans*[1037].

A Base das Lajes expõe a ilha Terceira à novidade musical e parece ter sido atingido um grau de influência muito significativo. A cultura musical projetada a partir da base influencia os músicos locais e está na origem de grupos ou músicos de sucesso, como vimos. Porém, instrumentos de aculturação menos fáceis de identificar também foram utilizados, mas os dados pertinentes para apurar a dimensão, pelo menos quantitativa, dos resultados não são públicos. Também ocorreram fenómenos de intercâmbio desportivo entre a comunidade local e os norte-americanos, que resultaram na promoção local da prática do basquetebol, tal como a universidade que serve a Base das Lajes foi utilizada por estudantes locais, fenómenos que sabemos ocorrer por conhecimento pessoal, mas que não estão documentados. Foram-nos recusados dados solicitados ao Comando norte-americano da Base das Lajes sobre estes dois últimos fenómenos, cuja existência, no entanto, conhecemos e é pública.

[1034] Cf. Marano, S. (10 de outubro de 2013). Guitar Strength: Some Paul Gilbert-Style, Sequenced String-Skipping Arpeggios. *Guitar World Web site*. Acedido em junho de 2015, disponível em http://www.guitarworld.com/guitar-strength-some-paul-gilbert-style-sequenced-string-skipping-arpeggios; Santos, J. M.&Rubio, A. (2008). *Op. cit.*

[1035] Cf. Santos, J. M.&Rubio, A. (2008). *Op. cit.*

[1036] *Idem, ibidem.*, p. 70.

[1037] Cf. *Idem, ibidem.*

4. Promoção do independentismo/separatismo

A 22 de Janeiro de 1975, Kissinger, então Secretário de Estado, mantém um pequeno-almoço de trabalho com James Schlesinger, Secretário da Defesa, no qual se mostra preocupado com a situação em Portugal. Kissinger está pessimista, admitindo que há 50 por cento de hipóteses de Portugal ser um caso perdido para os interesses norte-americanos, sendo por isso necessário "…have a program in Portugal". A resposta de Schlesinger é esclarecedora: "We have a contingency plan to take over the Azores – that would stimulating Azores independence"[1038]. O plano não é conhecido, mas a preocupação central em relação a Portugal, conforme se depreende da resposta de Schlesinger, tem a ver com os Açores.

Os EUA estão informados desde 26 de março de 1975, pela CIA, da existência de grupos em Espanha que teriam reativado planos para infiltração nos Açores e na Madeira, sendo então declarada a independência das ilhas[1039]. A ação militar seria apoiada por manobras de diversão no norte de Portugal continental, que serviriam para ganhar tempo e consolidar a posição nas ilhas. Os norte-americanos identificam os grupos em Espanha com os interesses do General Spínola, sendo que a tomada do poder nas ilhas, particularmente nos Açores, teria por objetivo organizar a futura tomada do poder em Lisboa[1040]. O Embaixador Carlucci, então colocado em Portugal, está convencido que estes eventuais movimentos não terão sucesso e teme que acontecendo algum golpe associado à direita, os EUA possam ver degrada a sua posição na Base das Lajes: "…if the Portuguese find substance to support their already existing suspicions that the United States is backing right-wing dissidente groups, our base rights could be in danger of immediate termination"[1041]. A posição de Carlucci, relatada a Kissinger, parece ter convencido o Secretrário de Estado, que a 21 de Abril de 1975 emite orientações sobre a postura a adotar em relação aos Açores:

> That we continue to maintain a posture of neutrality towards these Azorean groups, advising them in response to any approaches that they are acting entirely on their own and that we do not

[1038] Memorandum of conversation, 22 de janeiro de 1975. Case nº 01-124. *The National Security Archive (NSA) Web site*. Acedido em janeiro de 2015, disponível em https://nsarchive.files.wordpress.com/2010/11/kissinger-schlesinger.pdf, doc. 6.
[1039] Memorandum From Denis Clift of the National Security Council Staff to Secretary of State Kissinger, 3 de abril de 1975. FRUS, 1969-1976, doc. 150.
[1040] Intelligence Alert Memorandum: Possible Coup Attempt by Azorean Separatits, 31 de maio de 1975. *Central Intelligence Agency(CIA) Web site*. Acedido em junho de 2015, disponível em http://www.foia.cia.gov/sites/default/files/document_conversions/89801/DOC_0000872170.pdf. (Doravante; CIA-0000872170.pdf).
[1041] Memorandum From Denis Clift of the National Security Council Staff to Secretary of State Kissinger, 3 de abril de 1975. FRUS, 1969-1976, doc. 150.

> intend to become involved; and that we respond to press questions about our position by saying that the status of the Azores is strictly an internal Portuguese matter[1042].

A 31 de Maio de 1975, a CIA, num memorando dirigido a Kissinger, dá como certo que um golpe separatista nos Açores pode estar por dias[1043]. Os receios da CIA estão relacionados de forma muito clara com a Base das Lajes. O memorando contabiliza as forças com que os separatistas podem contar e as forças leais a Lisboa, tal como equaciona as possibilidades de o golpe ter sucesso ou ser derrotado através de forças enviadas do continente. A preocupação central da CIA, que coincide com as preocupações já manifestadas por Carlucci, é os EUA serem de alguma forma responsabilizados pela situação no caso de o golpe ser mal sucedido, gorando-se as possibilidades de renegociação da presença nas Lajes. A CIA entende que a situação deve ser acompanhada cuidadosamente.

A ligação entre o independentismo açoriano e o anticomunismo é feita pela CIA em agosto de 1975[1044], num documento em que dá conta de recolha de informação nas ilhas. A eventual adesão da população açoriana ao movimento independentista é atribuída a receio face à possível instalação de um governo comunista em Lisboa (sendo que nessa hipótese o Comandante Militar dos Açores, Altino de Magalhães, também apoiaria a independência), que, acreditava o povo, a fazer fé no relatório da CIA, teria como consequências o fim da liberdade religiosa e limitações aos contatos entre a população residente nas ilhas e as comunidades emigradas nos EUA. O controlo local sobre a economia é apontado pela CIA como outra razão que poderia sustentar o independentismo. Em qualquer caso, informações recolhidas pela CIA apontavam para uma opção separatista mesmo em caso de uma deriva lisboeta para uma ditadura de direita. Sendo assim, a conclusão é óbvia: "It appears that only a shift moderation in Lisbon will halt the trend".

Provavelmente devido ao 25 de novembro de 1975, que terá dado corpo à tal opção moderada em Lisboa de que falava em agosto, a CIA refere em dezembro de 1975[1045] que recentes vitórias sobre os comunistas e a extrema-esquerda em Lisboa retiraram o "*momentum*" ao

---

[1042] Library of Congress, Manuscript Division, Kissinger Papers, Box CL 206, Portugal, abril-junho de 1975. *In* Memorandum From Denis Clift of the National Security Council Staff to Secretary of State Kissinger, 3 de abril de 1975. FRUS, 1969-1976, doc. 150.

[1043] Intelligence Alert Memorandum: Possible Coup Attempt by Azorean Separatits, 31 de maio de 1975. CIA-0000872170.pdf.

[1044] Portugal-Azores. Determination for Independence Increases, 8 de agosto de 1975. *CIA Web site*. Acedido em dezembro de 2015, disponível em http://www.foia.cia.gov/sites/default/files/document_conversions/5829/CIA-RDP79T00975A028000010018-1.pdf.

[1045] Portugal-Azores. A Step Closer to Autonomy, 13 de dezembro de 1975. *National Intelligence Bulletin*. *CIA Web site*. Acedido em dezembro de 2015, disponível em http://www.foia.cia.gov/sites/default/files/document_conversions/5829/CIA-RDP79T00975A028400010024-0.pdf.

independentismo açoriano, sendo a vida política nas ilhas agora marcada pela autonomia, codificada no estatuto político-administrativo provisório, que está na origem dos chamados órgãos de governo próprios instituídos em 1976. Os EUA terão acreditado que a independência dos Açores seria já descartável face à evolução dos acontecimentos a nível nacional, que apontava para um cenário em que os interesses norte-americanos, particularmente a presença na Base das Lajes, não seriam postos em causa.

4.1. Uma estranha revolta que não aconteceu

Em qualquer caso, a revolta armada para impor a independência dos Açores chegou a estar marcada para a noite de 10 de outubro de 1978 e passaria pela tomada da Base das Lajes. Nessa noite, o delegado da FLA (Frente de Libertação dos Açores) na ilha Terceira, Thiers Cunha[1046], coordenava as operações e esperava ouvir o Hino do Espírito Santo numa estação de rádio, que era o sinal para o início do assalto às Lajes. Porém, o hino não soou, gorando-se a ação que deveria envolver militares e agentes de polícia açorianos, aos quais tinham sido distribuídas previamente braçadeiras azuis e brancas[1047]. Este falhanço, que tenhamos conhecimento, nunca foi explicado publicamente.

4.2. Os interesses norte-americanos

Embora as causas imediatas do separatismo açoriano pós revolução de 25 de Abril de 1974 continuem no essencial mal compreendidas, o interesse estratégico dos EUA é comummente apontado como causa essencial, sobrepondo-se, no caso, aos problemas nacionais de ordem política, social e económica que historicamente despoletam ideias separatistas nos Açores. Álvaro Monjardino vê no fenómeno o contexto da Guerra Fria e velhas aspirações de setores açorianos a uma independência tutelada por uma potência poderosa[1048], como já acontecera, também em relação aos EUA, no âmbito da Base Naval instalada pelos norte-americanos em Ponta Delgada na I Guerra Mundial. Mais longe vai David Raby, para quem "…o elemento decisivo no separatismo não era sequer a vontade de classe da oligarquia açoriana, era o

[1046] Depois de ter estado envolvido no independentismo açoriano, Thiers Cunha envolveu-se no processo autonómico açoriano através do então PPD-Açores, hoje PSD-Açores, vindo a ser Presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória.
[1047] A independência falhou porque existiam 9 FLA´s (entrevista a Thiers Cunha), 24 de novembro de 2002. *Diário Insular*.
[1048] Monjardino, Á. (2015). Prefácio. *In*. Andrade, J., *1975. Independência? O "Verão Quente" nos Açores*. Ponta Delgada: Letras Lavadas.

interesse estratégico de Washington"[1049] relativo aos direitos de bases nos Açores[1050]. É aqui de novo evidente o peso das estratégias globais com incidência nas ilhas na relação política que Açores e Lisboa estabelecem, particularmente em momentos críticos em que o centro político dá sinais de estar enfraquecido. Mais do que a independência, o que parece estar em causa, como já ocorrera com a Base Naval de Ponta Delgada na I Guerra Mundial, é o separatismo, que aponta para uma ligação política à potência que domina o Atlântico, no caso, mais uma vez, os EUA.

Raby anota, precisamente, que o destino dos Açores, caso a opção portuguesa fosse pela esfera comunista, teria sido "…uma pseudoindependência, que não passava de anexação pelos Estados Unidos…"[1051]. Segundo Raby, a situação nos Açores não evoluiu nesse sentido devido à visão de estrategos do Departamento de Defesa e do Embaixador Carlucci, que acreditaram "…que ainda era possível recuperar Portugal como país e não só as ilhas"[1052]. Ou seja, de acordo com o raciocínio de Raby, a FLA surge na primavera de 1975 como ponta de lança dos EUA, aliados com a oligarquia açoriana, para neutralizar o MFA-Movimento das Forças Armadas, objetivo conseguido com a ajuda do PS-Partido Socialista. "…a direita acabou com o processo revolucionário e o país voltou à normalidade do parlamentarismo liberal. As forças armadas voltaram à sua posição normal e subalterna dentro da NATO e o arquipélago dos Açores voltou à sua condição habitual de porta-aviões ao serviço da hegemonia norte-americana"[1053].

Secção II – Contrapartidas

1. Integração na NATO

[1049] Raby, D. (2005). O 25 de Abril e os Açores, p. 186. In Rodrigues, L., Delgado, I.&Castano, D. (Coord.), *Portugal e o Atlântico. 60 Anos dos Acordos dos Açores*, pp 181-187. Lisboa: Centro de Estudos de História Contemporânea Portuguesa.

[1050] Pode-se admitir como hipótese, embora faltem documentos que o comprovem de forma inequívoca, que a FLA poderá ter surgido como um dos elementos das operações encobertas preparadas pelos EUA a seguir à Revolução de 1974, mas nunca divulgadas em pormenor, "…to maintain a stable government in Portugal". Não é, porém, certo que essas operações tenham sido realizadas, embora tenham sido planeadas. Cf. FRUS, 1969-1976, doc. 141. Este documento deve ser lido em conjugação com o seguinte documento: Memorandum Prepared for the 40 Committee, 27 de setembro de 1974. FRUS, 1969-1976, doc. 136.

[1051] Raby, D. (2005). *Op. cit*., p. 186.

[1052] *Idem, ibidem*., p. 187.

[1053] *Idem, ibidem.*, p. 187.

Talvez não seja descabido considerar a integração de Portugal na NATO no âmbito das contrapartidas para o país – e uma contrapartida substancial pelos seus impactos imediatos e no tempo longo – que resultam da disponibilização do espaço geoestratégico dos Açores para a potência dominante no ocidente e para os seus interesses, quer individuais, quer enquadrados em organizações de interesses comuns, no caso a própria NATO. De facto, em 1949 o valor estratégico dos Açores está na base do convite a Portugal, por iniciativa norte-americana, para integrar a NATO – sendo, aliás, Portugal o único regime autoritário a integrar a organização como membro-fundador[1054]. De acordo com Solsten,

> Portugal became a founding member of the North Atlantic Treaty Organization not for what its army could do in Central Europe but for the importance of the Azores as a site for military bases. Other than permitting the United States access to these islands, Portugal's contribution to the alliance was negligible[1055].

Esta integração, que se fica a dever aos Açores, vem a revelar-se revolucionária para o país em muitos aspetos, conforme refere Telo:

> …mudou a política de defesa portuguesa, alinhou o país no sistema ocidental, foi o mais importante momento da introdução das novas tecnologias no pós-guerra e, com isso, desencadeou um processo de bola de neve que levou Portugal para a sociedade pós-industrial e para o fim do Estado Novo, embora muitos anos depois[1056].

No que diz respeito às forças armadas, Telo concretiza que

> A NATO traz as tecnologias do segundo pós-guerra para as forças armadas, desde a eletrónica aos novos tipos de propulsão ou aos computadores, o que implica uma profunda revisão da política militar, da organização, dos métodos de formação, das formas de motivas e das táticas e estratégias[1057].

As tecnologias da NATO, tal como as novidades que dizem respeito a modelos organizacionais, são revolucionárias na sociedade portuguesa. A partir dos militares e através destes quando desmobilizados, as novidades entranham-se na sociedade, constituindo-se como motores de mudança, tal como aconteceu em outros períodos, não apenas com a NATO. Esta originalidade ajuda a explicar o papel dos militares na sociedade portuguesa, designadamente o papel liderante que eles assumem na mudança do poder político[1058].

[1054] Cf. Andrade, L. (1992*). Op. cit.;* Solsten, E. (Ed.) (1993). *Portugal: A Country Study*. Washington: US Library of Congress; Cooley, A.&Spruyt, H. (2009).*Op. cit*.
[1055] Solsten, E. (Ed.) (1993). *Op. cit.*, pp. 216 e 217.
[1056] Telo, A. J. (1996). *Op. cit.*, p. 321.
[1057] Telo, A. J. (1993). *Op. cit.*, p. 671.
[1058] *Idem, ibidem.*

2. O tempo dos apoios por dizer

O acordo de 1951 não prevê contrapartidas – o que ocorre, também, com os entendimentos anteriores, que não referem contrapartidas ou rendas, exceto no caso de Santa Maria, que prevê o regresso de Timor à soberania portuguesa, como vimos -, mas fixa a retirada de direitos de soberania aos norte-americanos que haviam sido concedidos no acordo relativo a Santa Maria (sendo que a soberania sobre Lajes e Santa Maria havia sido devolvida a Portugal por ingleses e norte-americanos em 1946). Por outro lado, numa adenda secreta, referida por Antunes[1059], os EUA comprometem-se, em caso de crise, a permitir a transferência para as colónias portuguesas em África de equipamento militar da NATO entregue a Portugal. A referência de Antunes é confirmada em documentos norte-americanos entretanto desclassificados[1060].

Na prática, porém, ocorrem apoios materiais[1061]. Os EUA transferem apoios económicos para Portugal, em 1950, antecedendo o acordo de 1951, no valor de 31,5 milhões de dólares. No ano

[1059] Antunes, J. F. (1991). *Kennedy e Salazar – o Leão e a Raposa*. Lisboa: Difusão Cultural.

[1060] Memorandum for the Record. Meeting with the President on Portuguese Africa, 18 de julho de 1963. FRUS, 1961–1963, doc. 367. O documento relata uma reunião de gabinete, com a presença do Presidente, ocorrida a 18 de Julho de 1963, para analisar a questão da África portuguesa, na qual o secretário MacNamara confirma nos seguintes termos o acordo referido por Antunes, pelo menos no que diz respeito ao material militar norte-americano: "Secretary McNamara raised the problem of the 1951 US-Portuguese letter of understand ing which committed us, on Portuguese request, to permit use of US supplied arms in Portuguese Africa".

[1061] Cf. USAID. (2016). *Op. cit*. Todos os montantes, em dólares (dólares históricos), de apoios económicos e militares dos EUA a Portugal são retirados desta fonte (quando não for referida outra fonte), uma vez que a USAID é responsável pela recolha dos montantes da ajuda externa e sua divulgação. Porém, foi-nos possível detetar discrepâncias, por exemplo, entre os montantes referidos nos documentos da USAID e nos arquivos do programa EDA-Excess Defense Articles (Excess Defense Articles (EDA) (s/d). *Defense Security Cooperation Agency Web site*. Acedido em janeiro de 2015, disponível em http://www.dsca.mil/programs/excess-defense-articles-eda). Os dados referidos devem, assim, ser entendidos com esta ressalva. Os apoios a Portugal, económicos e militares, desde o estabelecimento dos EUA nos Açores, ainda no âmbito da II Guerra Mundial, parecem, pela documentação existente, ligados aos interesses norte-americanos no arquipélago, embora tal ligação não seja feita na letra dos acordos anteriores aos anos setenta. Em qualquer caso, parece evidente, pela análise da variação anual dos montantes, que esses apoios são utilizados, por exemplo, como meio de pressão para levar Portugal a renovar a presença norte-americana nos Açores. Solsten (Solsten, E. (Ed.) (1993). *Op. cit.*, pp. 216-217) refere que "Since 1943, when the United States built the Lajes Air Base on Terceira Island in the Azores, American interests in Portugal were mainly strategic and military. In return for the use of this vitally important base, the United States gave military aid to Portugal". Furleigh (Furleigh, D. C. (2012). *More Airfields Equals More Opportunities*. Monterey: Naval Postgraduate Scholl, p. 74), ao referir-se aos montantes transferidos para Portugal entre 1962 e 2009, anota, porém, que "Deciphering exactly what percentage of this amount was intended as payment for access to Lajes Field is impossible to determine". Já o GAO atribui os apoios dos anos setenta a interesses ligados aos Açores (GAO (20 de maio de 1985). Use Of Special Presidential Authorities For Foreign Assistance. GAOINSIAD-05-79. *GAO Web site*. Acedido em maio de 2014, disponível em

do acordo, 1951, são transferidos 19,7 milhões em apoio económico e 92,6 milhões em apoio militar. No ano seguinte, 1952, Portugal recebe 101 mil euros em apoios económicos e 85 milhões em apoios militares. Em 1953 Portugal recebe 61,5 milhões em apoio militar. Em 1954 recebe 200 mil dólares em apoio económico e 10 milhões em apoio militar. Em 1955 os apoios baixam de forma significativa: 100 mil euros em apoio económico e 5,4 milhões em apoio militar[1062].

Em 1956, ano em que o acordo das Lajes é prorrogado por mais um ano, os EUA comprometem-se a fornecer equipamento militar a Portugal, começando por dois *destroyers* e depois cinco aviões *C64* (com a promessa de mais quatro em 1962, ano em que o acordo expirava), um esquadrão de caças *F86*, radares e sistemas de comunicação[1063]. Nesse ano são transferidos 8,2 milhões em apoio económico e 6,5 milhões em apoio militar. Em 1957, quando o acordo é renovado por mais cinco anos, os EUA transferem 4,4 milhões em apoio económico e 13 milhões em apoio militar. Os EUA pretendiam um acordo de tempo mais longo, mas a renovação acabou por assentar, de novo, num período de cinco anos, tal como era pretendido

---

http://www.gao.gov/products/NSIAD-85-79). Outro relatório do GAO, (GAO (2 de junho de 1995). Foreign Housing Guaranty Program: Financial Condition Is Poor and Goals Are Not Achieved. NSIAD-95-108. *GAO Web site*. Acedido em maio de 2014, disponível em http://www.gao.gov/products/NSIAD-95-108) refere que "Foreign policy considerations have also caused USAID to devote a large portion of its guarantied loans to several more developed countries. For example, a program in Portugal was mandated by the Congress in the 1980s as part of an economic support package in exchange for maintaining U.S. military base rights in the Azores". Num estudo sobre a assistência militar a 15 países, também elaborado por GAO, mas na qualidade de "Staff Study" (Fasick, J. K.(1978). Profiles of Military Assistance Advisory Groups in 15 Countries (Staff study). *ID-78-51. Gao Web site*. Acedido em maio de 2014, disponível em http://www.gao.gov/products/ID-78-51, p. 129.), fica mais uma vez clara a ligação entre as Lajes e a ajuda militar: "The U.S. security assistance program is considered a positive force toward supporting and strengthening Portugal's contribution to the North Atlantic Treaty Organization (NATO), thereby contributing to the defense of Western Europe. The program also enhances U.S. access to Lajes Air Force Base in the Azores". Em qualquer caso, como já ficou referido, a entrada de Portugal na NATO resulta diretamente da importância geoestratégica dos Açores. Pode-se argumentar, por outro lado, que entre 1949 e 1952 Portugal recebeu fundos do Plano Marshall. Porém, o montante de apoios nesse período, no âmbito do Plan Marshall, não foi além de 54 milhões de dólares (Rollo, M. F. (1994). Portugal e o Plano Marshall: história de uma adesão a contragosto (1947-1952). *Análise Social*, vol. XXIX (128), 1994 (4.°), pp. 841-869), quando no mesmo período (Portugal só começa a usufruir do Plan Marshall em 1950) o montante global de apoios foi de 229 milhões, a maior parte (117,7 milhões) em ajuda militar (USAID (2016), *Op. cit.*).

[1062] A posição portuguesa no sentido de manter contrapartidas pelo uso norte-americano dos Açores a um nível próximo do secretismo e a relutância pelo pagamento puro e simples da presença, visando outras contrapartidas – apoio ao regime e ao império colonial, etc. –, contraria, por exemplo, a opção espanhola, que desde o início apontou para um preço elevado pela presença norte-americana. Cf. Sanz, R.P. (2009). US Bases in Spain Since 1953. *in* Rodrigues, L.&Glebov, S. (Eds.), *Military Bases: Historical Perspectives, Contemporary Challenges,* pp. 56-57. Amesterdão: IOS Press.

[1063] Cf. Cooley, A.&Spruyt, H. (2009).*Op. cit.*

por Portugal[1064]. Em 1958 Portugal recebe 3,5 milhões em ajuda económica e 1,1 milhões em ajuda militar. No ano seguinte, 1959, a ajuda económica desce para 2,5 milhões, mas a ajuda militar sobe para 15,3 milhões, subindo de novo em 1960 para 23,5 milhões, enquanto a ajuda económica sobe para 3,4 milhões. No ano que antecede o fim do prazo do acordo, 1961, a ajuda económica sobe para 5,6 milhões, mas a ajuda militar desce de forma significativa em relação ao ano anterior, para 9,9 milhões, para no ano em que o acordo expira, 1962, se fixar em sete milhões, enquanto a ajuda económica sobe para 17 milhões. O acordo é renovado por um ano, sendo que em 1963 a ajuda económica a Portugal desce para 7,2 milhões e a ajuda militar para seis milhões. A partir daqui assumem relevância os desentendimentos entre os EUA e Portugal em relação às respetivas políticas africanas, ao ponto de o acordo de 1963 expirar com as negociações com vista à eventual renovação completamente emperradas[1065].

3. O trunfo dos Açores na questão colonial

Para além da questão de Timor, que vimos, desde há muito, quando se chega às negociações emperradas após o acordo de 1963, que Portugal tenta utilizar o trunfo dos Açores para resolver as suas questões coloniais. Portugal pretendia o apoio ou pelo menos o silêncio e a inação dos norte-americanos face ao problema da descolonização, particularmente em África, mas também no caso da Índia. Por exemplo, a nove de agosto de 1954[1066] o embaixador dos EUA em Lisboa relata para o Departamento de Estado uma conversa com o ministro português dos Negócios Estrangeiros na qual este dá conta do descontentamento do governo português por falta de pronunciamento público dos EUA contra o que são consideradas por Portugal "agressões" à "Índia Portuguesa". O ministro português considera que o anti-colonialismo não é o antídoto para o comunismo e lembra que Portugal "…had consistently collaborated with US politically and had never asked economic or other *quid pro quo",* no que parece ser uma alusão aos acordos dos Açores, adiantando que "…Portugal had right to expect political collaboration in return, particularly where matters of principle so clear". O ministro avisa o embaixador que "…this situation would result in changes in Portugal, both internally and in foreign policy" e introduz os casos da NATO e dos Açores: "Very pointedly said did not see how this could fail gravely affect such things as NATO and Azores". Nos seus comentários à conversa, o embaixador dos EUA anota: "Difficult assess seriousness scarcely veiled threat not to extend

[1064] Cf. Cooley, A.&Spruyt, H. (2009).*Op. cit.*
[1065] Cf. Rodrigues, L. N. (2002). *Op. cit*.
[1066] The Ambassador in Portugal (Guggenheim) to the Department of State, 9 de agosto de 1954. FRUS, 1952–1954, Volume VI, Part 2, Western Europe and Canada. Acedido em dezembro de 2015, disponível em https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1952-54v06p2/d812 (Doravante: FRUS, 1952-1954), doc. 812.

Azores agreement". Portugal joga, assim, o trunfo dos Açores para salvaguardar o império, deixando os EUA saber ou pelo menos interpretar, que a sua postura perante a descolonização teria influência na situação nos Açores.

A questão colonial acaba por ser dominante nas relações entre Portugal e os EUA nos anos sessenta[1067]. No âmbito do impasse negocial após expirar o acordo de 1963, Portugal faz saber que está descontente com a política de descolonização da Administração Kennedy, particularmente no que diz respeito a Angola e Moçambique. Mas o Departamento de Estado visiona os movimentos independentistas em África como uma boa solução para conter a expansão do comunismo nessa zona, posição que não agrada ao Departamento de Defesa. A diferença de pontos de vista é notória, por exemplo, num memorando sobre o caso de Angola preparado pelo *National Security Cou*ncil (NSC) e datado de 29 de junho de 1961[1068]. O documento sintetiza a posição do Departamento de Estado:

> State feels strongly that we must maintain our posture as a champion of self-determination in Africa as set forth in our position on the Angolan problem in the UN. They see the continuance of this policy as absolutely necessary if the U.S. is to have good relations with the Afro-Asian and many other Free World states. They feel that the U.S. and its allies must press Portugal strongly to undertake adequate reforms in its African territories now. They believe quite correctly that the time may come when, because of this policy, the Portuguese may withdraw from NATO and/or demand that the U.S. evacuate the Azores base. State's view is that if and when this situation arises, the U.S. must be prepared to abandon the base and/or see Portugal withdraw from NATO in the interest of larger and more important considerations.

Em contraponto a esta posição, o memorando refere a posição do Departamento de Defesa:

> Defense is concerned lest "precipitant and overly aggressive implementation of the policy produce reactions on the part of Portugal and, possibly, Spain which would result in an unacceptable reduction of U.S. capabilities to support required military missions to Berlin, Western Europe, and the Middle East and Africa." (…) "It is the view of the DOD that retention of U.S. military facilities in the Azores and Spain is vital to our ability to execute required military missions under wartime and emergency conditions. Accordingly, courses of action which would gravely jeopardize retention of the Azores and bases in Spain would be unacceptable from a military point of view for the foreseeable future.

Pressionado pelo Departamento de Defesa, que não via com bons olhos a perda dos Açores por conta da política africana, o Presidente Kennedy acaba por acenar com transferências generosas, sobretudo na área militar, só que as intenções esbarram no Congresso, que não apreciava as

[1067] Cf. Rodrigues, L. N. (2002). *Op. cit*.
[1068] Memorandum From Samuel H. Belk of the National Security Council Staff to the President's Special Assistant for National Security Affair, 29 de junho de 1961. FRUS, 1961–1963, doc. 351.

ações portuguesas em África, em particular as ações de força em Angola e o alegado desrespeito pelos direitos humanos, e temia que a ajuda fosse canalizada para o cenário africano[1069]. Face à postura portuguesa de retardar as negociações sobre os Açores, os EUA acabam por reter parte da ajuda militar prometida para 1963, tendo por objetivo levar os militares portugueses a influenciar a postura do poder político[1070]. Porém, esta estratégia acabou por exacerbar o anti-americanismo em Portugal, até porque as autoridades portuguesas já estavam descontentes com a postura dos EUA na ONU nos debates sobre a descolonização. Salazar chegou mesmo a falar em "traição" por parte dos EUA[1071]. A renovação do acordo dos Açores foi-se, assim, arrastando, percebendo-se que a intenção portuguesa, jogando de novo o trunfo dos Açores, era moderar o anticolonialismo norte-americano, objetivo que, aliás, aparentava começar a ser conseguido ainda em 1961. Um memorando de conversações mantidas em Washington, a 27 de novembro de 1961, entre o Presidente e o Embaixador dos EUA em Portugal deixa claro que Kennedy quer abrandar a pressão sobre Portugal, particularmente na ONU:

> The President said that it might be wise for the US to abstain on some of the votes affecting Portugal in the UN. He also felt that it might be helpful to obtain support in the base negotiations from our NATO allies, possibly negotiating with the Portuguese on a multilateral rather than a bilateral basis. Ambassador Elbrick said it could be expected that the Portuguese will demand some political compensation from the US in connection with the Azores base agreement, though it is not clear as to how this might be formulated[1072].

A situação, porém, arrasta-se e a 10 de julho de 1963 o JCS comunica ao Secretário da Defesa que o interesse estratégico dos EUA aconselha a moderar a posição face às colónias portuguesas:

> In order to protect vital US strategic military interests in the Azores and avoid further weakening of the NATO Alliance, the United States should resist the institution of strong measures against Portugal. Such a course of action would be justified by the improvement which has taken place in Portuguese policy, and progress made in Angola and Mozambique[1073].

Apesar dos esforços dos militares para moderarem a posição da Administração norte-americana em relação à política africana de Portugal, a verdade é que em 1964 os norte-americanos estavam nos Açores numa situação pouco clara e à mercê da invocação portuguesa da cláusula contratual que previa a evacuação das instalações[1074]. Os EUA acabaram, porém, por moderar a

[1069] Cf. Cooley, Al.&Spruyt, H. (2009). *Op. cit.*; Rodrigues, L. N. (2002).*Op. cit*.
[1070] Cf. Cooley, A.&Spruyt, H. (2009). *Op. cit.*
[1071] Cf. *Idem, ibidem.*
[1072] Memorandum of Conversation, 27 de novembro de 1961. FRUS, 1961-1963, doc. 330.
[1073] Memorandum From the Joint Chiefs of Staff to Secretary of Defense McNamara, 10 de julho de 1963. FRUS, 1961–1963, doc. 316.
[1074] Cf. Cooley, A.&Spruyt, H. (2009).*Op. cit.*; Rodrigues, L. N. (2002). *Op. cit*.

sua postura face à descolonização, por exemplo através do veto na ONU a propostas de apoio à independência da Guiné[1075]. Nas negociações que levaram a esta nova postura dos EUA, Portugal chegou a ameaçar com a expulsão dos Açores. Ao analisar a situação, os EUA concluíram que Portugal só iniciaria a expulsão caso as posições norte-americanos sobre África fossem particularmente veementes e contrárias às pretensões portuguesas, até porque a presença nos Açores desempenha um papel importante na economia das ilhas, além de os Açores constituírem o único contributo importante de Portugal para a NATO[1076].

Apesar do impasse, os EUA continuam a apoiar Portugal, embora a ajuda, particularmente a militar, seja substancialmente reduzida, mas a ajuda económica também é afetada. Em 1964, Portugal recebe 15,5 milhões de dólares em ajuda económica, mas apenas 4 milhões em ajuda militar. Em 1965 regista-se um decréscimo significativa: 4,1 milhões em ajuda económica e pouco mais de um milhão em ajuda militar. Em 1966 a ajuda económica desce para três milhões, mas a ajuda militar sobe para quatro milhões, para no ano seguinte, 1967, a ajuda económica cair para 1,5 milhões, enquanto a ajuda militar afunda-se: apenas 963 mil dólares. Em 1968 a ajuda militar é ainda mais precária, situando-se nos 531 mil dólares, embora a ajuda económica suba para 2,2 milhões de dólares. Em 1969, nas vésperas dos entendimentos dos anos setenta, os norte-americanos sobem a ajuda militar para 2,1 milhões, enquanto a ajuda económica desce ligeiramente, para dois milhões.

A década de setenta começa mal no que diz respeito aos apoios norte-americanos a Portugal. Em 1970 e 1971 não ocorrem ajudas económicas, sendo a ajuda militar de 1,1 milhões em 1970 e de 911 mil dólares em 1971.

4. África substituída por ajuda ao desenvolvimento

As negociações, em "banho-maria" face à questão colonial, recomeçam nos anos setenta, tendo já como protagonistas a Administração Nixon e, do lado português, um governo liderado por Marcelo Caetano. Nesta altura a economia portuguesa estava em dificuldades e os cofres públicos exauridos pelas campanhas de África[1077]. Surge então da parte portuguesa uma proposta no sentido de a renovação do acordo dos Açores ficar dependente de ajuda económica de longo prazo, em forma de empréstimos que seriam utilizados apenas no território continental português. A situação nos Açores é prorrogada por mais um ano, em 1971, iniciando os norte-americanos a preparação de um programa de ajuda ao desenvolvimento económico que previa

[1075] Cf. Rodrigues, L. N. (2002). *Op. cit*.
[1076] Cf. Cooley, A.&Spruyt, H. (2009).*Op. cit.*
[1077] Cf. *Idem, ibidem.*

empréstimos e doações, incluindo ajudas ao desenvolvimento através do programa PL 480[1078] e uma linha de crédito com um banco norte-americano (EXIM Bank)[1079]. A nova estratégia negocial portuguesa, tendo presente o trunfo dos Açores, deixa de estar centrada na sobrevivência do império colonial e passa a assumir contornos explícitos de ajuda ao desenvolvimento. Em 1972 os norte-americanos parecem responder de forma positiva à abertura portuguesa para negociações, com apoios económicos de 28,5 milhões e militares de 7,5 milhões.

Em 1973 Portugal começa a despertar para um novo trunfo negocial, designadamente o estudo comparativo das contrapartidas oferecidas pelos EUA a outros países para garantirem a utilização de bases. Os EUA são confrontados com o exemplo da Islândia e temem que Portugal utilize esse exemplo nas negociações para a renovação do acordo dos Açores. O Embaixador dos EUA em Portugal comenta que Portugal observa o caso islandês com cuidado, tendo por objetivo conseguir contrapartidas pelo uso dos Açores nas próximas negociações. A preocupação do Embaixador é conseguir argumentos no sentido de "vender" a Lisboa a ideia de que os direitos de bases na Islândia não estão sujeitos a um pacote de ajudas, integrando-se, ao contrário, no esforço comum no âmbito da NATO. Em qualquer caso, o Embaixador pede informações concretas sobre a ajuda norte-americana à Islândia e possíveis ligações entre essas ajudas e direitos de bases[1080], o que significa que parece não estar convicto de não haver ligações entre ajudas e bases.

4.1. *Yom Kippur*: um trunfo negocial inesperado

Em outubro de 1973 sai o que se poderá chamar a "sorte grande" negocial a Portugal. O valor estratégico dos Açores é sublinhado pela ponte aérea norte-americana de apoio a Israel na Guerra do *Yom Kippur*. Os EUA não conseguem convencer os aliados na NATO, que recusam a utilização de bases. Apenas Portugal permite, precisamente, o uso das Lajes[1081]. As consequências são devastadoras para a economia portuguesa, uma vez que a retaliação árabe surge em forma de embargo petrolífero. No próprio dia em que Portugal concorda com a passagem pelas Lajes da operação norte-americana de apoio a Israel fica claro que Lisboa se

[1078] O programa PL 489 (Public Law 480) data da administração de Dwight D. Eisenhower, tendo sido transformado em lei a 10 de Julho de 1954. Com a administração Kennedy, o PL 480 tomou a designação de "Food for Peace". "Food is strength, and food is peace, and food is freedom, and food is a helping hand to people around the world whose good will and friendship we want", explicou Kennedy. USFOODAID (2016). Food for Peace Programam. *USFoodaid Web site*. Acedido em novembro de 2015, disponível em http://foodaid.org/resources/the-history-of-food-aid/.

[1079] Cf. Cooley, A.&Spruyt, H. (2009). *Op. cit.*

[1080] US Aid to Icelan, 22 de junho de 1973. *The National Archives Web site*. Acedido em maio de 2015, disponível em https://aad.archives.gov/aad/createpdf?rid=70499&dt=2472&dl=1345.

[1081] Cf. Lostumbo ,M. J., *et. al*. (2013).*Op. cit.*

prepara para conseguir contrapartidas. Depois de o Ministro Português dos Negócios Estrangeiros, Rui Patrício, acompanhar a autorização do comentário "This solve your problem, but not ours"[1082], a embaixada dos EUA em Lisboa, na comunicação que endereça ao Departamento de Estado, retira conclusões da atitude portuguesa, pondo à cabeça a perceção que Portugal irá tentar vantagens máximas da anuência ao pedido norte-americano, particularmente nas negociações para a renovação dos direitos de acesso à Base das Lajes.

A embaixada dos EUA em Lisboa está consciente que, com a operação *Nickel Grass*, fica comprometida a capacidade de "vender" a Portugal a ideia de que a Base das Lajes deve ser vista à luz dos interesses da NATO e menos enquadrada nos interesses norte-americanos. A proposta negocial que segue para o Departamento de Estado e que visa retirar espaço de manobra a Portugal, passa por uma ação rápida. Tendo presente que nas negociações anteriores os EUA recusaram incluir no acordo equipamento militar, a Embaixada propõe que as negociações formais tenham início de imediato, sendo comunicado a Portugal que, face ao acordo para a operação de socorro a Israel, os EUA estão disponíveis para incluir equipamento militar num novo acordo das Lajes, sendo dado o exemplo de aviões *P3*. A ideia é compensar de imediato Portugal pelo apoio à operação *Nickel Grass*, com o objetivo de no desenvolvimento das negociações se esbaterem os interesses específicos norte-americanos, sendo (re)promovido o enquadramento em objetivos que possam ser associados à NATO[1083].

A decisão portuguesa de apoiar a operação *Nickel Grass* foi precedida de uma carta do Presidente Nixon ao Primeiro-Ministro Marcelo Caetano, datada de 13 de outubro de 1973, expressando urgência na decisão e deixando claro que não há tempo para regatear eventuais contrapartidas face à autorização, chegando ao ponto de negar expressamente o fornecimento de material militar que tinha sido solicitado por Portugal. Nixon compromete-se apenas com consultas bilaterais para ações conjuntas caso Portugal se veja ameaçado por ações terroristas ou por um boicote petrolífero na sequência da passagem da ponte aérea pelas Lajes[1084]. Marcelo Caetano, na resposta, refere apenas que, ao autorizar a utilização das Lajes, está a confiar na palavra de Nixon no sentido de que Portugal "…não ficará sem defesa no caso de prováveis consequências graves desta decisão"[1085]. Antes de Nixon escrever a Marcelo Caetano, Portugal tinha entregue no Departamento de Estado dos EUA um memorando condicionando a cedência da Base das Lajes para a operação *Nickel Grass* à satisfação de uma série de reivindicações relacionadas com os interesses portugueses em África e a execução do Acordo dos Açores. Portugal pretendia, ao nível militar, "…meios defensivos para neutralizar a superioridade de

[1082] Lajes Flights, 13 de outubro de 1973. 1973LISBON03782_b.
[1083] *Ibidem.*
[1084] Cf. Antunes, J. F. (2000).*Op. cit.*
[1085] *Idem, ibidem.*, p. 123.

armamento dos (…) adversários", designadamente "…mísseis terra-terra para a hipótese de enfrentarmos ataques blindados e mísseis terra-ar para eventual defesa contra aviões"[1086]. Esta reivindicação parece já ser do conhecimento do Presidente Nixon quando redige a carta do dia 13 de Outubro de 1973 a Marcelo Caetano que despoleta a imediata autorização de uso das Lajes. Nessa carta, como vimos, Nixon nega o material militar que tinha sido solicitado.

Além de pretender garantias concretas sobre apoio dos Estados Unidos face a riscos associados à utilização das Lajes na operação *Nickel Grass*, designadamente ataques terroristas, embargo petrolífero e intervenção árabe sobretudo na Guiné, Portugal pretende um compromisso dos EUA no sentido de que "…a legislação antiportuguesa não será aprovada pelo Congresso americano" e uma postura de bloqueio face a eventuais desenvolvimentos "…da chamada proclamação de independência da Guiné", designadamente em caso de pedido de admissão na ONU e convocação do Conselho de Segurança para condenação da designada "…agressão portuguesa contra a Guiné-Bissau". No apoio político geral, Portugal, reconhecendo embora aos EUA o direito de defenderem o "…princípio do direito dos povos à autodeterminação…", reivindica "…uma posição mais favorável aos interesses portugueses". Finalmente, o memorando reivindica a "…execução escrupulosa do Acordo dos Açores…" e a garantia de que nas negociações já solicitadas pelos EUA para renovação do acordo haverá "…maior vontade em encontrar compensação material adequada pela utilização da Base dos Açores"[1087]. Estas reivindicações ficaram sem resposta até ao fim da ponte aérea para Israel.

No período entre a autorização para a utilização das Lajes na operação *Nickel Grass* e o memorando do Governo dos EUA ao Governo de Portugal, que terá sido enviado pouco tempo após o fim da ponte área, a diplomacia portuguesa não desistiu de tentar capitalizar a autorização para obter contrapartidas, como é exemplo uma conversa entre o Secretário de Estado norte-americano e o Embaixador de Portugal nos EUA, que ocorreu a 15 de Outubro e que serviu para os EUA expressarem agradecimento pela cedência da Base das Lajes[1088]. Referindo embora que o momento não é fácil para compromissos, o Secretário de Estado deixou claro que a ação de Portugal não será esquecida. O Embaixador enfatizou que Portugal sente orgulho com o seu papel em África e que esperava dos EUA apoio a muitos aspetos da política portuguesa para os territórios africanos, anotando que a política dos EUA nesse particular tem sido "…unfriendly", não esquecendo de referir, como aparente contraponto às posições dos EUA sobre os territórios portugueses em África, que Portugal correu sérios riscos na cedência das Lajes. O Secretário de Estado prometeu que o memorando português (entregue a 13 de

[1086] Antunes, J. F. (2000).*Op. cit.,* p. 120.
[1087] *Idem, ibidem.* p. 119.
[1088] Resuply Flights Through Lajes to Israel, 17 de outubro de 1973. *Wikileaks Web site*. Disponível emhttps://wikileaks.org/plusd/cables/1973STATE205620_b.html.

Outubro) seria examinado com cuidado e que seguiria de perto os progressos das negociações do Acordo dos Açores[1089].

Concluída a operação *Nickel Grass* e em forma de memorando[1090], o governo norte-americano comunica ao governo português os seus compromissos face aos receios e às reivindicações de Portugal expressos no âmbito do diálogo com vista à autorização portuguesa de utilização das Lajes. O memorando refere-se expressamente ao memorando português de 13 de outubro de 1973, sintetizando, no que diz respeito aos receios:

> (1) that there might be an embargo of oil supplies to Portugal, (2) that the Arab states might intervene in support of the insurgent movements in Portuguese Africa, and (3) that Arab terrorist activities might be directed against Portuguese aircraft and Portuguese nationals. The Portuguese memorandum asked what guarantees the United States Government could give in the event these risks should materialize[1091].

No que diz respeito às reivindicações, o governo norte-americano anota:

> It also made certain requests on matters not related to the use of Lajes for the resupply of equipment to Israel, i.e. legislation pending in the Congress relating to the arms embargo, the "proclamation of independence of Portuguese Guinea", general political support, and the Azores Base Agreement[1092].

As reivindicações e os receios portugueses são comentados ponto por ponto. No que diz respeito a eventuais ações terroristas contra cidadãos e aviões portugueses, os norte-americanos garantem que estarão atentos, integrando as preocupações portuguesas nas suas ações de espionagem, referindo que já ocorrem colaborações nessa área entre os dois países. Quanto a um possível embargo de combustíveis a Portugal, os EUA manifestam-se dispostos a exercerem influência junto de empresas norte-americanas para que o petróleo necessário seja fornecido. Em relação aos receios portugueses de intervenções árabes nas colónias de África, os EUA garantem que tais ações, como retaliação ao apoio das Lajes à ponte aérea para Israel, seriam vistas com profunda preocupação, acrescentando que ataques aéreos baseados em outros países teriam que ser considerados agressão por parte desses países. No caso de tais desenvolvimentos ocorrerem ou parecerem iminentes, os EUA manifestam-se preparados para discutir, com

[1089] Resuply Flights Through Lajes to Israel, 17 de outubro de 1973. *Wikileaks Web site*. Disponível emhttps://wikileaks.org/plusd/cables/1973STATE205620_b.html.
[1090]Memorandum From the Government of the United States to the Government of Portugal, s/d. FRUS, 1969–1976, Volume E–15, Part 2, Documents on Western Europe, 1973–1976. *Office of the Historian Web site*. Acedido em dezembro de 2015, disponível em https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76ve15p2/d128 (Doravante: FRUS, 1969-1976), doc. 218.
[1091] *Ibidem*, doc. 128.
[1092] *Ibidem*, doc. 128.

urgência, com o governo de Portugal os passos que devem ser dados para anular essas ações de retaliação.

Quanto à declaração de independência da Guiné-Bissau, os EUA entendem que não estão garantidas as condições para o reconhecimento de um novo estado e informam que estão reunidas na NATO condições para haver solidariedade sobre o assunto. Os EUA garantem que se oporão à integração da Guiné autoproclamada independente como membro da ONU e que também se oporão a qualquer debate nesse espaço sobre a alegada agressão portuguesa contra a Guiné. Os EUA opor-se-ão a que membros do PAIGC falem na Assembleia Geral da ONU e à retirada da Guiné portuguesa da lista dos territórios sem governo próprio.

Emendas ao *Foreign Assistance Act* relacionadas com o embargo de armas para serem utilizadas na África portuguesa tinham passado no poder legislativo norte-americano e estavam no *Conference Committee*. O memorando refere que a Administração norte-americana não concorda com as emendas, mas está condicionada pelo facto de as emendas terem passado no Congresso e no Senado e não terem sido discutidas nos comités de relações externas. Mesmo assim, o governo dos EUA garante que está a fazer tudo para que as emendas não passem, indo de encontro aos desejos do Governo de Portugal. Em qualquer caso, o memorando lembra que a política seguida pelos EUA desencoraja a utilização de armas dos EUA na África portuguesa e contrariar essa política seria inconsistente com garantias dadas a governos africanos e ao Congresso. No entanto, os EUA estão disponíveis para estudar outras formas de ajudar a defesa de Portugal.

Os EUA, na resposta às questões de Portugal sobre apoio geral às suas políticas, consideram que dificilmente outro país terá intervindo tanto a favor das políticas portuguesas, enfrentando por isso a crítica internacional. Os EUA lembram que enquanto mantêm a sua posição sobre a autodeterminação, ao mesmo tempo têm-se oposto a todas as resoluções contra Portugal na ONU e nas suas agências especializadas, além de se esforçarem para controlar atitudes críticas dentro da NATO contra a política africana de Portugal. Refere, porém, o memorando que os EUA não estão em posição de influenciar as relações entre Portugal e os estados africanos, sendo esse um objetivo que Portugal terá que assumir. Em qualquer caso, os EUA aconselham que Portugal siga em relação aos seus territórios africanos uma política de progresso e estabilidade não baseada em conflitos armados, mas sim na construção de relações mutuamente aceitáveis com esses territórios e os estados independentes de África.

Quanto à implementação do Acordo dos Açores, os EUA rejeitam a acusação portuguesa de que os seus termos não estejam a ser respeitados. Lembram que foi entregue a Portugal um barco oceanográfico e que estão a ser respeitados todos os compromissos no âmbito do programa PL-480. Referem que estão a ser feitos progressos no programa de cooperação educacional e que

foram oferecidos a Portugal vários dos artigos em excesso acordados, sendo que desse pacote foram rejeitados vários artigos, situação que os EUA não compreendem, uma vez que a maior parte dos artigos rejeitados foi aceite por outros países. "The United States cannot be blamed for Portugal's lack of interest in the property which has become available"[1093].

Sobre as compensações materiais que Portugal pretende pelo uso dos Açores no enquadramento de futuras negociações, os EUA defendem que o assunto deverá ser discutido durante as negociações, mas afirmam que Portugal é o único país da NATO que pretende compensações para permitir o uso de instalações militares pelos EUA. O memorando pretende ligar o uso dos Açores com a NATO, realçando que a manutenção de forças norte-americanas nos países da aliança para defesa comum tem sido uma responsabilidade que os EUA vão assumindo sozinhos, adiantando que cada país aliado deveria assumir uma fatia justa da defesa comum. "We hope the Portuguese Government will view our presence in the Azores in this spirit"[1094].

5. Os efeitos da Revolução

Ainda com as negociações sobre os Açores por resolver, ocorre a Revolução de Abril de 1974, abrindo um novo período de incertezas na relação de Portugal com o exterior, particularmente com os EUA e no que diz respeito aos Açores. Em 1973 e 1974 Portugal não recebe ajuda económica dos EUA, recebendo ajuda militar diminuta: um milhão em 1973 e 753 mil euros em 1974. Entre 1974 e 1983 Lisboa utilizou o trunfo dos Açores para exigir aos EUA apoios em forma de compensações. Outra pretensão portuguesa foi no sentido de retirar dos acordos, progressivamente, clausulados que pudessem ser associados à perda dos chamados direitos de soberania. Da parte norte-americana, adensava-se o receio de que Portugal acabasse por experimentar uma qualquer forma de associação ao comunismo. Da parte de Lisboa, eram evidentes suspeitas que apontavam para o apoio norte-americano ao independentismo açoriano. As suspeitas estavam ligadas com a relação que estava estabelecida entre as ilhas e as comunidades residentes nos EUA, tidas como profundamente anticomunistas. Nos Açores, os líderes autonomistas não apenas sonhavam com níveis elevados de autogoverno, como viam com bons olhos a transferência direta para as ilhas das ajudas económicas dos EUA a Portugal como contrapartida pela utilização dos Açores. Este enquadramento, que dá corpo a um cenário de instabilidade, acabou por convencer o Congresso dos EUA a abrir os cordões à bolsa[1095]. Em 1975 a ajuda económica é de 15 mlhões de dólares, mas a ajuda militar não passa dos 456 mil

[1093] Memorandum from the Government of the United States to the Government of Portugal, s/d. FRUS, 1969–1976, doc. 128.
[1094] Memorandum from the Government of the United States to the Government of Portugal, s/d. FRUS, 1969–1976, doc. 128.
[1095] Cf. Cooley, A.&Spruyt, H. (2009).*Op. cit.*

dólares. Em 1976 a ajuda económica sobe para 78,9 milhões e a ajuda militar para 2,8 milhões. Em 1977 a ajuda económica salta para 131,5 milhões e a ajuda militar para 31,6 milhões. Em 1978, ano que antecede uma nova extensão do acordo, a ajuda económica volta a dar um enorme salto, situando-se nos 338 milhões, descendo a ajuda militar para 25,1 milhões. Em 1979 a ajuda económica cai para 38 milhões, subindo a ajuda militar para 30,8 milhões. Em 1980 a ajuda económica volta a crescer, para 78 milhões, enquanto a ajuda militar sobe para 33 milhões. É neste ano de 1980 que Portugal recebe os primeiros de 20 aviões de caça *A7 Corsair* adquiridos como apoio militar relativo aos acordos dos Açores. "The planes were acquired with the $60 million of US military aid granted under the 1979 Lajes agreement"[1096]. Em 1981 a ajuda militar sobe para 53 milhões e a ajuda económica desce para 25 milhões. Em 1982 a ajuda económica desce para 20 milhões, subindo a ajuda militar para 27,3 milhões. No ano da renovação do acordo, 1983, a ajuda militar pula para 80 milhões, mantendo-se a ajuda económica nos 20 milhões. Além de negociar pacotes de ajuda, Lisboa negociou também restrições nos direitos de uso e de atividades. Por exemplo, Portugal fez saber em 1975 que os Açores não voltariam a ser utilizados para apoiar Israel e que todas as operações não enquadradas na NATO teriam que ser aprovadas caso a caso por Portugal[1097].

No enquadramento do que virá a ser o acordo por troca de notas de 1983, Portugal utiliza uma nova arma, que já havia, no entanto, ensaiado com o caso islandês, como se viu. Argumentado com as compensações relativas a bases obtidas por outros países da NATO, como Espanha, Grécia e Turquia, Lisboa pretende uma revisão total do acordo de 1951 e o acesso a importantes pacotes de ajuda por parte dos EUA. As negociações entram, entretanto, em impasse quando os EUA abordam a possibilidade de construção de instalações no território continental português. Depois da assinatura do acordo de 1983, Portugal pretende iniciar negociações separadas para a utilização pelos norte-americanos do aeroporto de Beja e para a instalação de um radar no Algarve[1098].

5.1. Programas especiais

A partir de 1975, quando os norte-americanos perceberam que o comunismo não seria o destino da revolução portuguesa, é despoletado um pacote especial de assistência económica a Portugal, aprovado pelo Congresso no final de 1974 e que contempla ajudas com uma dotação inicial de

1096 Timsar, R. (18 de janeiro de 1982). US-lisbon Ties Improve as Airbase Talks Near. *Christian Science Monitor Web site*. Acedido em maio de 2015, disponível em http://www.csmonitor.com/1982/0118/011840.html.

1097 Cf. Cooley, A.&Spruyt, H. (2009).*Op. cit.*

1098 Cf. *Idem, ibidem.*

25 milhões de dólares em empréstimos e doações tendo por finalidade intervir em duas áreas fundamentais: défice de balança de pagamentos e deficiências nos serviços sociais. A intervenção ocorreu através da USAID, que manteve serviços em Portugal entre 1975 e 1984 (a fase de desmobilização, porém, só ficou completa em 1985), acabando por envolver 800 milhões de dólares nas suas iniciativas relacionadas com assistência técnica e donativos para diversas finalidades. O pacote de ajuda estava "…associated with U.S. base rights in the Azores"[1099] e prosseguiu após o encerramento dos serviços da USAID em Portugal: "Afterward, the United States maintained funding for specific projects along with a diminishing stream of payments to the Portuguese government in return for continuing U.S. rights to the Azores military base"[1100].

Segundo Runde,

> Two projects were promised in February 1975: a grant for technical assistance and training, and a feasibility studies loan; in addition, a low-cost housing loan was committed in June 1975. The development loan assistance was directed toward supporting the new government's provision of social services, with roughly $133 million for construction of basic infrastructure. The technical assistance grant had two components: $10.8 million for a training and technical advisory project, and $10 million for an agricultural production project. A total of $215 million in agricultural commodities were committed under the Food for Peace Act. The largest single program under the USAID mission was a $300 million balance-of-payments loan in 1978, which made up 37.4 percent of the total foreign assistance program.123 The United States, in conjunction with Japan and European donors, oversaw the creation of a multilateral package totaling $750 million under the framework of an International Monetary Fund stabilization agreement. As a result of this loan, the Portuguese government was able to stave off what could have been a disastrous economic crisis. Roughly $80 million in grants were committed to further development in the Azores, to be used over the course of four years starting in 1980. This last component of U.S. assistance, along with the emergency aid following the earthquake in the Azores in January 1980, did not stem from the same political and economic considerations underpinning the rest of the U.S. assistance program. But payments made to Portugal on the basis of continuing U.S. use of the Azores base proved important in funding continuing initiatives to foster United States–Portugal relations[1101].

É ainda no âmbito da presença da USAID em Portugal que esta organização, já a pensar no tempo após a sua saída do país, trabalha com os ministérios das Finanças e dos Negócios Estrangeiros de Portugal e com o Departamento de Estado dos EUA na criação da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (FLAD) "…as a way to continue the relationship

[1099] Runde, D. F. (2012). *Strategic Foreign Assistance Transitions*. Washington: Center for Strategic and International Studies, p. 29.
[1100] *Idem, ibidem*., p. 32.
[1101] *Idem, ibidem.*, p. 31.

between the United States and Portugal"[1102]. A FLAD foi criada "…using a portion of the payments made to the Portuguese government for use of the Azores military base"[1103]. Entre 1985 e 1991 "…money went into building up the newly formed FLAD's endowment, which reached $112 million (in 1991 dollars) by 1992"[1104]. O dinheiro foi investido no mercado financeiro, sendo o retorno de capital utilizado nos progamas da FLAD que, segundo os propósitos da instituição, têm a ver com educação, tecnologia, cultura, ciência e comércio. Segundo Runde, "…FLAD is an example of an agency that allowed for U.S. influence to continue following an end to assistance, and diminish thereafter as needed"[1105]. Outros programas, além da criação da FLAD, "…have facilitated a continuing relationship between Portugal and the United States"[1106]. Nos anos setenta e oitenta, destacaram-se programas no âmbito da formação nos EUA de quadros superiores portugueses através de mecanismos como as bolsas Fulbright e outros. Estas iniciativas "…have therefore become important components of continuing U.S.Portuguese relations"[1107].

6. O peso dos "melhores esforços"

O acordo de 1983 e o acordo técnico assinado no ano seguinte atualizam o acordo de 1951 enquanto instrumento que regulamenta o acesso norte-americano à Base das Lajes, a instalações de comunicações em São Miguel e aos aeroportos de Santa Maria e Ponta Delgada. A questão da soberania fica formalmente resolvida no Artigo II, que estipula a soberania total de Portugal sobre os Açores, sendo também reconhecido a Portugal o direito de defesa das ilhas, ficando o aeroporto das Lajes formalmente sob comando português. Aos EUA, tendo presentes missões NATO, são garantidos direitos de movimentação livre entre as facilidades concedidas nos Açores, tendo em conta necessidades relativas ao apoio em rota a aviões e navios; controlo marítimo; defesa aérea de longo raio; comando, controlo e comunicações; busca e salvamento e investigação meteorológica. São também reconhecidos direitos de armazenamento de munições convencionais e explosivo em locais previamente destinados a essa finalidade. Os direitos de uso e de propriedade ficam bem definidos no acordo, tal como a dimensão da força militar norte-americana e os seus tempos de rotação[1108]. No entanto, os norte-americanos

[1102] Runde, D. F. (2012). *Op. cit*., p. 31.
[1103] *Idem, ibidem*., p. 31.
[1104] *Idem, ibidem*., p. 31.
[1105] *Idem, ibidem*., p. 33.
[1106] *Idem, ibidem*., p. 33.
[1107] *Idem, ibidem*., p. 33.
[1108] Aviso do MNE, 22 de outubro de 1979. *Diário da República* nº 193/79, 1ª Série. Torna públicos os textos das notas trocadas entre Portugal e os Estados Unidos da América relativas à extensão até 3 de Fevereiro de 1983 do uso de facilidades concedidas entre os dois países; Acordo Técnico para Execução do Acordo de Defesa entre Portugal e os Estados Unidos da América de 6 de Outubro de 1951.

comprometem-se apenas a desenvolver os seus "melhores esforços" para garantir contrapartidas, que ficam sujeitas a aprovação do Congresso[1109].

6.1. "Melhores esforços" e piores ajudas

A sujeição das contrapartidas aos "melhores esforços" vem a revelar-se problemática. Em 1984 Portugal recebe 40 milhões em ajuda económica e 58 milhões em ajuda militar. No ano seguinte, 1985, a ajuda económica sobe para o dobro, 80 milhões, e a ajuda militar dá um salto para 128 milhões. Em 1986 a ajuda militar cai para 45,3 milhões, enquanto a ajuda económica decresce ligeiramente, para 76,5 milhões. Em 1987 a ajuda militar afunda-se, situando-se nos 2,5 milhões, decrescendo a ajuda económica para 64,8 milhões. A degradação da ajuda, sobretudo militar, resulta de decisões do Congresso, que contrariam propostas da Administração[1110].

Os decréscimos nas ajudas não agradaram a Portugal. Cavaco Silva, enquanto Primeiro-Ministro de Portugal, deslocou-se aos EUA, pela primeira vez, em 1986, tendo nessa altura discutido com o então Presidente Ronald Reagan "…o não cumprimento por parte dos EUA das contrapartidas pela utilização da Base Militar das Lajes, nos Açores…"[1111]. Em 1988, Cavaco Silva volta aos EUA e o alegado não cumprimento norte-americano "…das expetativas portugueses de auxílio económico e militar pela utilização da Base das Lajes"[1112] é o principal tema das conversações de novo com o Presidente Reagan. Estava então em causa o fim da ajuda económica aos Açores, Região que se via privada de receitas significativas[1113], mas o problema era mais vasto e tinha a ver com todo o quadro das contrapartidas:

> Como a questão se arrastava há dois anos, provocando uma certa fricção com os EUA e desgaste para as diplomacias e era assunto recorrente na imprensa portuguesa, que a oposição agarrava para atacar o Governo, decidi, depois da análise a que procedi com o ministro João de Deus Pinheiro, solicitar consultas à administração norte-americana sobre o cumprimento do acordo entre os dois países[1114].

Cavaco Silva transmitiu ao Presidente Ronald Reagan que Portugal pretendia rever o acordo no sentido de criar "…um novo quadro de relacionamento entre os dois países, que contemplasse

---

Resolução da Assembleia da República nº 25/85, de 22 de Outubro. *Diário da República* nº 243/85 – 1ª Série.

[1109] Cf. Cooley, A.&Spruyt, H. (2009).*Op. cit.*

[1110] Cf. *Idem, ibidem.*

[1111] Silva, A. C. (2004). *Op. cit.*, p. 375.

[1112] *Idem, ibidem*.p. 375.

[1113] Os Açores receberam 40 milhões de dólares anuais entre 1983 e 1991. Cf. Magalhães, J. C. *et al.* (1993). *Op. cit*.

[1114] Silva, A. C. (2004). *Op. cit*., 375.

novas fórmulas de cooperação militar, económica e tecnológica" e fê-lo em forma de "…pedido…", tendo presente, segundo refere nas suas memórias, a necessidade de preservar uma "…relação privilegiada…"[1115] com os EUA.

Antes de se encontrar com o Presidente Reagan para apresentar o seu "pedido", o Primeiro-Ministro de Portugal tinha reunido com os então congressistas Tony Coelho (de origem açoriana) e Edward Kennedy, a quem explicou a posição portuguesa e de quem obteve "…promessa de apoio no Congresso para a assistência a Portugal"[1116]. Ainda antes de se encontrar com o Presidente Reagan, Cavaco Silva teve outras duas reuniões, uma com o então Secretário da Defesa, Frank Carlucci, que tinha sido embaixador em Lisboa a seguir à Revolução de 25 de Abril de 1974, e outra com o então Secretário de Estado, George Schultz. Aos dois, o então Primeiro-Ministro de Portugal deu a conhecer a sua intenção de abrir um processo de consultas relativo ao Acordo das Lajes. Schultz "…reconheceu a conveniência de substituir os acordos existentes, em parte desatualizados, por um acordo de cooperação mais vasto, que evitasse os problemas anuais à volta dos montantes de ajuda financeira"[1117], mas Carlucci optou por outra estratégia: "Carlucci ainda tentou demover-me, aliciando-me com uma lista de equipamentos militares que podia entregar às nossas forças armadas, e a venda de aviões *F16* a preços reduzidos"[1118]. Esta é a primeira vez, na documentação ou na bibliografia a que tivemos acesso, que é colocada a hipótese de Portugal vir a ter aviões de combate *F16* ao seu serviço.

O "pedido" de Cavaco Silva ao Presidente Ronald Reagan acabou por ser atendido, tendo as consultas entre Portugal e os EUA começado em Abril de 1988, ano em que Portugal vê a ajuda militar saltar para 85 milhões e a ajuda económica derrapar para 32 milhões. O entendimento ficou concluído em Janeiro de 1989 através de um acordo por troca de notas. Nesse ano a ajuda militar sobe para 102,3 milhões e a ajuda económica para 50 milhões. Segundo Cavaco Silva, "Os resultados foram considerados positivos pelo governo português: ficaram acertados os equipamentos militares a fornecer pelos EUA para modernização das nossas forças armadas e clarificada a assistência económica a Portugal"[1119], sendo que a assistência económica aos Açores foi suprimida.

Em 1990 a ajuda militar desce para 87 milhões e a ajuda económica para 39,4 milhões, situação que talvez possa estar na origem de nova insatisfação do Primeiro-Ministro Cavaco Silva, que em 1990 volta aos EUA para se encontrar com o Presidente George Bush, levando na agenda

[1115] Silva, A. C. (2004). *Op. cit.*, p. 375
[1116] *Idem, ibidem.*, p. 375.
[1117] *Idem, ibidem.*, p. 376.
[1118] *Idem, ibidem.*, p. 376.
[1119] *Idem, ibidem.*, p. 377.

"…preparar o caminho para a negociação de um novo acordo de cooperação e defesa que substituísse o acordo de 1951…"[1120], cuja revalidação expirava em 1991, ano em que os EUA voltam a subir a ajuda militar, para 100,8 milhões e a ajuda económica, para 42,6 milhões. O novo acordo acabou por ser negociado até 1995, ano em que foi assinado, já no enquadramento dos tempos pós Guerra Fria.

Secção III – Considerações finais

A ilha Terceira é exposta por via da Base das Lajes à cultura popular anglo-saxónica, fenómeno particularmente visível na cultura musical, com atuações em clubes dentro da base, mas também fora da base. O cinema, a rádio e a televisão são outros instrumentos de aculturação. Equipamentos de cultura e lazer construídos na base são polos de atração para a população local. A música norte-americana espalha-se pela ilha em programas de promoção que abrangem toda a população e também através da televisão e da rádio, cujas emissões cobrem uma parte significativa da ilha. Os norte-americanos tentam estender o sinal da sua televisão a todo o arquipélago – um esforço falhado que coincide com períodos de relações perturbadas entre Portugal e os EUA. Em resumo, talvez seja possível afirmar que a base americanizou a Terceira, particularmente através da cultura musical, cujo impacto parece ter sido crítico numa sociedade que, antes da instalação dos norte-americanos (e ainda antes dos ingleses, mas durante pouco tempo), conhecia pouco mais do que bandas filarmónicas amadoras. A promoção do independentismo açoriano, depois da Revolução de abril de 1974, é outro fenómeno que pode ser referido como impacto das Lajes, embora a implicação dos norte-americanos na situação seja muito difusa, sabendo-se ao certo apenas da existência de planos para tomar as ilhas e promover a independência no caso de uma deriva comunista em Portugal continental, que não ocorreu. Alguns autores colocam, porém, a questão do separatismo, apontando a uma estratégia de ligação política com os EUA, caso Lisboa experimentasse uma deriva comunista. Outros impactos que ocorrem neste período só se tornam visíveis no sistema seguinte (pós-Guerra Fria), como veremos.

Com a presença norte-americana nos Açores no período em causa Portugal contabilizou contrapartidas de ordem material e imaterial, no âmbito de um jogo do gato e do rato em que cada parte foi esticando a corda até pressentir que ela poderia partir. Por via da importância do espaço geoestratégico dos Açores, Portugal integrou a NATO como membro fundador e

[1120] Silva, A. C. (2004). *Op. cit.*, p. 379.

integrou, a partir dessa organização, tecnologias e modelos organizacionais revolucionários, que abrem as portas da pós-industrialização e também induzem o fim do Estado Novo. Os apoios norte-americanos são, ao longo do período, modulados com o aparente objetivo de forçar Portugal em momentos decisivos, por exemplo quando estão em causa renegociações ou a prorrogação de prazos relativos à presença norte-americana nos Açores. Portugal utiliza o mesmo trunfo e tenta forçar apoios quando os EUA mais precisam dos Açores (o caso da ponte aérea de apoio a Israel em 1973 é emblemático), além de utilizar o trunfo da comparação com outros países hospedeiros de bases. Até aos anos setenta os apoios integram-se numa política do não dito, na ligação com a Base das Lajes, embora os documentos disponíveis deixem poucas dúvidas sobre essa ligação. A partir dos anos setenta os apoios económicos e militares são explícitos. A questão colonial intromete-se, entretanto, ainda nos anos sessenta, na relação Portugal-EUA, acabando a importância dos Açores para os EUA por desbloquear a rigidez norte-americana em relação a uma política africana que penaliza Portugal. Após a Revolução de 1974, com o acordo das Lajes em suspenso, Portugal pressiona os EUA para conseguir contrapartidas, que passam a ser muito significativas provavelmente como meio de evitar uma deriva comunista. Porém, sobretudo a partir do acordo de 1983 os apoios norte-americanos são remetidos para "melhores esforços", que não são acompanhados pelo Congresso. O período em causa acaba com Portugal a exigir um novo acordo, por alegada insuficiência de apoios/contrapartidas. Ao longo de todo o período é notório um esforço português para garantir o regresso de direitos de soberania perdidos nos tempos iniciais da presença norte-americana nos Açores, esforço mais notório a partir da Revolução e com êxito significativo, pelo menos nos textos dos acordos.

SEXTA PARTE. O tempo da confusão estratégica

CAPÍTULO XIII. Os tempos confusos pós Guerra-Fria

O confuso ambiente estratégico que se segue à Guerra Fria e que caracteriza o período pós-Guerra Fria é analisado neste capítulo seguindo a evolução do pensamento estratégico norte-americano até ao ataque terrorista de 11 de setembro de 2001.

Secção I – Adaptação a um novo mundo

1. Ambiente profundamente alterado

O Muro de Berlim cai em novembro de 1989, podendo este momento ser identificado, dado o simbolismo de que se reveste, como o acontecimento que marca o fim da Guerra Fria. As mudanças na União Soviética iniciadas com Mikhail Gorbachev entram numa sequência imparável a partir da queda do Muro de Berlim e sobretudo a partir da reunificação alemã, em outubro de 1990. Em Abril de 1991 é dissolvida a estrutura militar do Pacto de Varsóvia. Se a destruição do Muro de Berlim é um momento simbólico a partir do qual o mundo percebe que o regime soviético colapsou em termos ideológicos, o fim do Pacto de Varsóvia equivale à rendição militar, de facto, da União Soviética, que a partir daí deixa de fazer sentido enquanto potência global e capaz de manter uma guerra, fria ou quente, com os EUA, o outro polo da rivalidade bipolar[1121].

1.1. Indefinição com reflexos no pensamento estratégico

O ambiente internacional muda radicalmente, uma vez que a geopolítica ganha novos contornos, ainda indefinidos no início da década de noventa do século XX, situação que no essencial permanece até ao fim do tempo que nos ocupa. Os EUA são agora a única potência global e sentem, por isso, necessidade de rever a sua estrutura militar, identificando novos desafios e preparando-se para dar-lhes resposta. Os desafios do novo mundo unipolar têm implicações nos perigos a considerar, na segurança nacional norte-americana e na estratégia

[1121] Cf. Mendes, A. (2006). *Op. cit.* Esta "Sexta Parte" retoma, em parte, o nosso trabalho citado, revisita as fontes e junta outras, além de novos itens. No geral, a perspetiva anterior é alterada, sendo construída uma perspetiva integrada nos propósitos do presente trabalho.

militar[1122]. Porém, o fim da Guerra Fria é inesperado, mesmo para o planeamento estratégico norte-americano, que é apanhado de surpresa. Imbuídos da mesma ideologia de prevenção dos responsáveis pela estratégia que tinham ganho a II Guerra Mundial, os homólogos que ajudaram a ganhar a Guerra Fria assumem como prioridade evitar a desmobilização que seria previsível. Por outro lado, tal como os seus predecessores que no período 1942-1947 ainda não tinham presente o perigo da União Soviética, os responsáveis norte-americanos que lidam com a necessidade de prever o pós-Guerra Fria deparam-se com um espetro de desafios muito amplo, sem que um desafio se sobreponha a outros. A tendência natural foi olhar para o passado em vez de olhar para o futuro[1123].

2. Reconstrução da estratégia

2.1. *Base Force*: planear para a imprevisibilidade

A *Base Force* (BF) constitui a primeira grande revisão do poder militar norte-americano na era pós-Guerra Fria. Começa a ser preparada no Verão de 1989, sendo aprovada no fim de 1990 e apresentada na Primavera de 1991 (ano em que têm início as negociações entre Portugal e os EUA com vista ao Acordo de Cooperação e Defesa que acaba por ser assinado em 1995). A BF emerge, assim, como já se anotou, num período conturbado, marcado pelo fim da rivalidade bipolar e pela incerteza estratégica e geopolítica subsequente[1124]. Os cenários tradicionais de conflito potencial desaparecem, mas outros surgem fora do teatro europeu. Durante a elaboração da BF, os EUA intervêm militarmente no Panamá, no Iraque (que havia invadido o Kuwait) e envolvem-se no problema dos refugiados no Haiti. Envolvem-se, também, em operações de evacuação na Libéria, na Somália, nas Filipinas e em operações humanitárias no Norte do Iraque e na Somália[1125].

As operações militares norte-americanas nos primeiros anos da década de noventa exigem a projeção de um número crescente de aviões. Com a I Guerra do Golfo é projetado e empregue em combate um número substancial de aeronaves, cerca de 1400. Os números baixam depois da guerra, mas mantêm-se substancialmente altos, se comparados com os números de antes da guerra[1126]. A I Guerra do Golfo (1990-1991) terá condicionado de forma significativa a elaboração da BF. O planeamento militar norte-americano viu-se confrontado com uma guerra que no essencial projeta para outro cenário o planeamento e o equipamento da Guerra Fria pensados para confrontar uma invasão soviética na Europa (grande parte do

[1122] Cf. Larson, E. *et al.* (2001). *Defense Planning in a Decade of Change: Lessons from the Base Force, Bottom-Up Review, and Quadrennial Defense Review*. Santa Monica: RAND.
[1123] Cf. Kreponevich, A.&Work, O R. (2007).*Op. cit.*
[1124] Cf. Larson, E. *et al.* (2001). *Op. Cit.*
[1125] Cf. Larson, E. *et al.* (2001). *Op. cit.*; 65th Air Base Wing History Office (s/d). *Op. cit*.
[1126] Cf. Larson, E. *et al.* (2001). *Op. cit.*

equipamento, sobretudo carros blindados, utilizado na I Guerra do Golfo é deslocado da Europa para a Arábia Saudita). Quer isto dizer que a I Guerra do Golfo terá ajudado o planeamento norte-americano a ver o futuro com lentes do passado[1127].

A conceção da BF é também condicionada pelo abrandamento económico e pelo crescimento do défice federal, o que leva a pressões, logo após a queda do Pacto de Varsóvia, com vista à redução substancial do orçamento da defesa. O Congresso aprova legislação, em 1990, destinada a reduzir o défice que implicava cortes de 184 biliões de dólares. Nos primeiros três anos de aplicação da lei os cortes na defesa totalizam 67,2 biliões de dólares[1128].

A BF é desenvolvida em paralelo com a revisão da estratégia de segurança e defesa elaborada pela Administração Bush (pai) e tem por objetivos desenvolver uma nova estratégia militar e uma estrutura de força para a era pós-Guerra Fria, estabelecendo as bases para uma redução de forças, mas atendendo à necessidade de fazer face ao risco de uma ressurgimento da URSS ou apenas da Rússia. A BF e a *National Secutity Stategy* (NSS)[1129] preveem ambas uma redução de 25 por cento na estrutura das forças e entre 10 e 25 por cento nos recursos da defesa.

A nova estratégia de defesa da Administração Bush é anunciada pelo presidente a dois de agosto de 1990, o dia em que o Iraque invadiu o Kuwait. Bush anuncia a substituição da estratégia da Guerra Fria – dissuasão duma agressão soviética em larga escala contra a América e contra os seus aliados – por uma nova estratégia baseada em conflitos regionais. Detalha as implicações dessa mudança nas forças militares norte-americanas: uma redução de 25 por cento nas forças no ativo e a necessidade de reformular as forças para a era pós-Guerra fria[1130]. Embora a BFtenha sido apresentada ao Congresso durante o ano de 1991, só a *National Military Strategy* (NMS) de 1992 é que estabelece com detalhe os complexos elos entre a estratégia de segurança nacional, a estratégia militar nacional e a BF.

O documento NMS identifica quatro bases para a nova estratégia militar norte-americana: **Prevenção e defesa estratégica**, sendo que este conceito está nitidamente influenciado pela Guerra Fria. Estabelece que os EUA devem possuir forças estratégicas capazes de precaverem uma ofensiva levada a cabo por forças significativas. **Presença externa**. Este conceito assume ênfase especial na BF e substitui o conceito de defesa avançada que vinha da

[1127] Cf. Kreponevich, A.&Work, O R. (2007).*Op. cit.*
[1128] Cf. Larson, E. *et al.* (2001). *Op. cit.*
[1129] Cf. The White House (3 de março de 1989). National Security Review 12. *George Bush Presidential Library and Museum Web site*. Acedido em janeiro de 2016, disponível em https://bush41library.tamu.edu/files/nsr/nsr12.pdf; The White House (março de 1990). National Security Strategy. *National Security Strategy Archive Web site*. Acedido em janeiro de 2016,disponível em http://nssarchive.us/NSSR/1990.pdf.
[1130] Cf. Larson, E. *et al.* (2001). *Op. cit.*

Guerra Fria. É apontada a presença de pequenos contingentes permanentes em zonas onde seja necessário os EUA demonstrarem empenho na proteção dos seus interesses. **Resposta a crises**. A redução nas forças colocadas fora dos EUA implica a capacidade de as forças baseadas nos EUA responderem a crises. A NMS também introduz a necessidade de forças suficientes para responder a um segundo conflito além de um conflito regional de grande envergadura. **Reconstituição**. Trata-se da capacidade de reconstruir as forças quando necessário e de manter a capacidade de desmotivar qualquer adversário de competir militarmente com os EUA[1131].

A BF é definida no pressuposto de que os EUA não estariam envolvidos de forma significativa com uma forte presença externa de força durante muito tempo. Este pressuposto colhe a experiência da Guerra Fria, durante a qual, com exceção dos casos da Coreia, do Vietname e do envolvimento dos EUA na guerra civil chinesa (1945-49), a presença externa é de curta duração. É assumido que as forças dos EUA devem estar preparadas para operações humanitárias e de manutenção de paz, pequenos conflitos regionais, mas também para grandes conflitos regionais. As forças necessárias para responder a uma crise são sobretudo projetadas a partir dos Estados Unidos. No caso de uma guerra global serão empregues todas as forças disponíveis no âmbito da BF, como também outras forças serão reconstituídas para garantir capacidade adicional.

A BF compõe-se de quatro forças principais, uma estratégica e três convencionais, e quatro estruturas de suporte. A força estratégica é composta por um arsenal nuclear de dissuasão e ofensivo. O principal objetivo das forças convencionais é garantir a dissuasão convencional, promover a estabilidade e prevenir vazios de poder que possam promover a instabilidade e a militarização de países hostis. As forças convencionais seriam construídas com base em interesses regionais e tendo em conta a capacidade de autodefesa dos aliados dos EUA[1132].

Divisão das forças convencionais: **Atlântico** – As forças do Atlântico destinam-se a responder a conflitos e assegurar os interesses norte-americanos ao longo do Atlântico, principalmente em áreas de interesse vital: Europa, Sudoeste da Ásia e Médio Oriente. Essas forças devem ser pesadas, orientadas para a projeção e para o reforço. As forças do Atlântico consistem em forças estacionadas e em forças de contingência baseadas nos Estados Unidos e preparadas para projeção. **Pacífico** – O objetivo das forças no Pacífico é proteger e promover os interesses dos EUA no Este da Ásia e no Pacífico. Serão forças sobretudo leves e predominantemente marítimas e devem incluir forças estacionadas da Marinha e da Força

[1131] Cf. Joint Chiefs of Staff (janeiro de 1992). National Military Strategy of the United States. *Historical Office Web site*. Acedido em janeiro de 2016, disponível em http://history.defense.gov/Portals/70/Documents/nms/nms1992.pdf; Larson, E. *et al.*(2001). *Op. cit.*

[1132] Cf. Larson, E. *et al.* (2001). *Op. cit.*

Aérea, estando previsto o reforço a partir dos EUA em caso de necessidade. As forças de reserva são menos significativas do que as destinadas ao cenário do Atlântico. **Forças de contingência** – As forças de contingência são constituídas por forças leves e móveis baseadas nos EUA e "*ready to go on a moment´snotice*". Essas forças altamente móveis e letais destinam-se a contingências regionais de maior dimensão[1133].

Os meios de transporte e os elementos pré posicionados são desenhados para uma projeção rápida; no espaço, pretende-se garantir o domínio total; a reconstituição da força é baseada na industrialização e na mobilização, que podem ser rapidamente ativadas; a pesquisa e o desenvolvimento devem garantir o progresso tecnológico para assegurar a manutenção da superioridade tecnológica por parte dos EUA.

2.1.1. Uma força… fraca

Esta força é criticada sob a alegação de não estar preparada para responder a múltiplos teatros de guerra[1134]. Em 1992, Colin Powell[1135] admite que em 1997 a força prevista estaria preparada para lidar com grande dificuldade com um *Major Regional Conflict* (MRC), mas que uma operação *Desert Storm*[1136] e uma campanha na Coreia, em simultâneo, levariam a *Base Force* ao ponto de rutura[1137]. Os dois MRC em simultâneo só são assumidos com a *Bottom-Up Review* (BUR) de 1993 e mais tarde com a *Quadrennial Defense Review* (QDR) de 1997, impondo-se como determinantes nos planos de defesa.

A BF deveria ser implementada até ao ano fiscal de 1997, mas com as eleições de 1992 é implementada, de facto, apenas durante dois anos – os anos fiscais de 1992 e 1993 – e no último ano já sob a Administração Clinton. O primeiro teste da nova estratégia regional é a invasão do Kuwait pelo Iraque, uma operação regional de larga escala e mecanizada, tal como a nova estratégia pretendia defrontar e resolver. Uma das primeiras lições essenciais da I Guerra do Golfo é que uma força de grande dimensão, aliada a alta tecnologia, pode ser rápida e decisiva e minimizar as baixas norte-americanas[1138]. No pós I Guerra do Golfo fica também provado que as forças norte-americanas podem ver-se obrigadas a estarem

[1133] Cf. Larson, E. *et al.* (2001). *Op. cit.*
[1134] Cf. GAO (janeiro de 1993). Force Structure: Issues Involving the Base Force. NSIAD-93-65. *GAO Web site*. Acedido em abril de 2015, disponível em http://www.gao.gov/assets/160/152925.pdf.
[1135] Colin Powell, General, foi Secretário de Estado durante o governo do presidente George W. Bush, entre 20 de janeiro de 2001 e 26 de janeiro de 2005.
[1136] Uma das operações da I Guerra do Golfo.
[1137] Powell, C. (6 de fevereiro de 1992).Testimony Before de House Armed Service Commitee. *NC State University Web site*. Acedido em maio de 2015, disponível em http://www.lib.ncsu.edu:8888/stacks/senatebibs/DD-results.jsp?page=17&from=brief. Além de Powell, na qualidade de Chairman do Joint Chiefs of Staff, foi ouvido, em simultâneo, Dick Cheney, Secretário do Departamento de Defesa.
[1138] Cf. Larson, E. *et al.*(2001). *Op. cit.*

deslocadas durante muito tempo em pequenas operações militares. Em paralelo decorrem operações no Sudoeste da Ásia, na Bósnia e na Somália que envolvem ações humanitárias, mas, também, meios de combate.

Apesar da discussão que eclode nos anos seguintes à Guerra Fria sobre a necessidade de reduzir o orçamento da defesa, o Departamento de Defesa continua a promover a BF até ao fim da Administração Bush (pai), havendo poucas indicações de que terão sido encaradas a sério quaisquer outras alternativas. No entanto, ao longo dos anos 1992-93 é possível detetar discussões que tomam em consideração mudanças nos teatros regionais, o balanço de forças e os problemas orçamentais, e referem que, nesse contexto, a BF poderia sofrer alterações. Powell resume a discussão ao referir que a BF é dinâmica, nada havendo nela de sacrossanto acerca do número de tanques, barcos ou mísseis, a estrutura ou o número de efectivos[1139].

O *Joint Military Net Assessment* (JMNA) de Agosto de 1992 emite a sua opinião sobre as possibilidades da força para responder aos seus objetivos: **Dissuasão estratégica e defesa** – A força estratégica ofensiva é suficiente para garantir uma dissuasão capaz, mas as forças de defesa estratégica têm apenas capacidade marginal. **Presença no estrangeiro** – Reduções nas bases e nos direitos de acesso são vistos com preocupação na perspetiva de que a presença externa e a capacidade de projetar força rapidamente assumem uma enorme importância. **Resposta a crises** – A capacidade de resposta a crises é considerada adequada, sendo suscetível de melhorar desde que sejam melhoradas deficiências na mobilidade e na capacidade das forças. **Reconstituição** – A capacidade de reconstituição é vista como requerendo uma monitorização que assegure que a base industrial e outras capacidades, aos níveis técnico e científico, mas também em relação a recursos orçamentais, não são perdidas. **Prontidão e modernização -** A prontidão no âmbito da BF é condicionada pela complexidade dos teatros e das operações previsíveis. O tempo de treino limitado para as forças de reserva é apontado como um problema significativo para a prontidão. A modernização é particularmente afetada pelas indicações de redução de custos, que atingiam, como objetivo, cinco biliões de dólares por ano até ao ano 2000[1140].

2.1.2. O que fica para o futuro

Muitas das opções estratégicas que estão na base da BF mantêm-se de forma significativa nas reformas posteriores da estratégia. As mais importantes são a necessidade de forças

[1139] Cf. Larson, E. *et al.*(2001). *Op. cit.*. Uma análise da discussão sobre a Base Force pode ser lida em: GAO (janeiro de 1993). *Op. cit.*

[1140] Cf. Rothmann, H. E. (1992). *Forging a New National Military Strategy in a Post-Cold War World: A Perspective from the Joint Staff*. Carlisle Barracks: Strategic Studies Institute; Larson, E. *et al.* (2001). *Op. cit.*

apropriadas ao mundo pós-Guerra Fria e a ênfase numa estratégia de base regional que valoriza a dissuasão, a presença no estrangeiro, a projeção a partir do território continental norte-americano e a capacidade de resposta a crises. Uma das premissas-chave da BF assenta no pressuposto de que no mundo pós-Guerra Fria estão afastadas operações de larga escala e de longa duração. Essa premissa é posta em dúvida no pós-I Guerra do Golfo, com o estacionamento de aviões táticos e outros no Sudoeste da Ásia. A redução das forças e a necessidade de projetar poder a partir do território continental dos EUA enfatizaram, face à realidade dos conflitos e das missões em que os norte-americanos se envolvem nos primeiros anos pós-Guerra Fria, a importância de deter direitos de utilização em bases capazes de assegurarem a projeção de força para os cenários previsíveis de conflito, muitos deles acessíveis através de linhas de projeção que contam com a Base das Lajes como "base de rota"[1141].

2.2. Novo presidente, nova estratégia

2.2.1. *Bottom-up Review*

O *Report on the Bottom-up Review* (BUR)[1142] de 1993 sintetiza a segunda maior revisão da estrutura das forças norte-americanas na década de noventa. Vistas que estão, com algum pormenor, no âmbito da BF, as opções estratégicas que marcam o fim da Guerra Fria e que hão de ser assumidas como essenciais ao longo de toda a década de noventa do século passado, importa agora retirar da BUR os elementos novos e os dados essenciais que possam relacionar-se com o papel dos Açores no âmbito da estratégia norte-americana. Se a BF é aprovada quando começam as negociações entre os EUA e Portugal com vista ao Acordo que acaba por ser assinado em 1995, a verdade é que a revisão em causa só é aplicada até 1993, uma vez que a Administração Clinton – as eleições presidenciais realizam-se em 1992 – opta pela revisão da estratégia, construindo a BUR, que estará em vigor no último período das negociações e no momento da assinatura do Acordo, sendo destronada apenas *pela Quadrennial Defense Review* (QDR) de 1997.

A BUR procura cortar em definitivo com o passado, coisa que a BF não fazia, como se viu (ao admitir o ressurgimento da União Soviética ou apenas da Rússia), ao estabelecer:

> The Cold War is behind us. The Soviet Union is no longer the threat that drove our defense decision-making for four and a half decades--that determined our strategy and

[1141] Cf. GAO (abril de 1944). Strategic Airlift, Further Air Base Reductions in Europe Could Jeopardize Capability. *NSIAD-94-138. Gao Web site.* Acedido em junho de 2014, disponível em http://www.gao.gov/products/NSIAD-94-138.
[1142] Aspin, L. (Secretário da Defesa) (outubro de 1993). *Op. cit*.

> tactics, our doctrine, the size and shape of our forces, the design of our weapons, and the size of our defense budgets - is gone[1143].

Ao definir a segurança nacional no âmbito da BUR, os norte-americanos identificam novos perigos aos quais a única potência global deve dar resposta. São eles a possível proliferação, em boa parte por via da desintegração da União Soviética, de armas nucleares e de outras armas de destruição em massa (armas biológica e químicas); os perigos regionais resultantes de agressões em larga escala por parte de potências hostis aos EUA (mas também resultantes de conflitos internos baseados em diferendos étnicos ou religiosos; a existência de estados que apoiam o terrorismo, e a possibilidade de subversões contra governos amigos); a pouca solidez da democracia nos países da antiga União Soviética e em outras zonas do planeta, e a eventualidade de os EUA não conseguirem garantir uma economia nacional forte, ao ponto de a segurança nacional ficar em risco por essa via. No que mais interessa para o presente trabalho, os EUA consideram que as forças armadas são essenciais para combater os primeiros dois perigos, e podem desenvolver um papel significativo na prevenção dos dois últimos[1144].

Os EUA estipulam que os seus grandes interesses no novo mundo são proteger as vidas e a segurança dos norte-americanos no território nacional e em todo o mundo; manter a independência nacional com os seus valores e instituições, e promover o bem-estar da nação e do povo. Entre outros interesses adicionais, os norte-americanos enfatizam a necessidade de manter um sistema económico internacional aberto, por entenderem ser essa a opção que melhor serve ao seu próprio bem-estar económico, e a conveniência de um mundo com instituições pluralistas e democráticas, ambiente em que os EUA se sentem mais seguros. Estes objetivos devem ser conseguidos com uma redução substancial do investimento na segurança, para que outras áreas vitais à prosperidade dos próprios EUA sejam mais abastecidas financeiramente do que foram durante a Guerra Fria[1145].

Os conflitos regionais antevistos pelos EUA são o que mais interessa para perceber a integração da Base das Lajes na nova estratégia. Os norte-americanos identificam os seguintes seis maiores perigos regionais: a continuada preparação militar da Coreia do Norte, incluindo o desenvolvimento de armas nucleares e de mísseis de longo alcance; a ambição de domínio regional do Iraque e do Irão; a guerra civil na Croácia e na Bósnia; a instabilidade potencial nos países da Europa Central e do Leste que começam a construir os seus sistemas de democracia e de mercado livre; os estados que suportam o terrorismo e que podem promover ataques contra

[1143] Aspin, L. (Secretário da Defesa) (outubro de 1993). *Op. cit*., p. 1.
[1144] Cf. *Idem, ibidem*.
[1145] Cf. *Idem ibidem.*

interesses norte-americanos, e o tráfico de droga na América Latina e um pouco por todo o mundo, que pode afetar os cidadãos americanos[1146].

A nova estratégia dos EUA tem, assim, em atenção a necessidade de defrontar agressores em conflitos regionais, sendo mantida a presença de forças militares fora do território norte-americano para desincentivar conflitos e acorrer a situações de emergência quando estiverem em causa os interesses norte-americanos. No entanto, os EUA temem que o seu envolvimento num conflito regional possa incentivar outro estado a iniciar uma agressão regional, estando convencido que os norte-americanos não têm capacidade para responder a mais do que um conflito em simultâneo. Assim, optam por construir poder militar suficiente para serem capazes de ganhar dois conflitos regionais que ocorram simultaneamente. Tal capacidade é entendida como importante para conferir confiança aos EUA e aos seus aliados e para que os inimigos potenciais saibam que um conflito regional não esgota a capacidade militar dos norte-americanos. As forças armadas são estruturadas nessa perspetiva, devendo estar preparadas para responder com rapidez e com alta probabilidade de sucesso[1147].

Para os EUA, estacionar forças fora do território nacional em tempo de paz é essencial para lidar com os novos perigos regionais, uma vez que tal presença desincentiva aventureirismos e confere aos norte-americanos uma influência forte nos assuntos de regiões chave, quer em termos militares e políticos, quer mesmo em termos económicos. Os norte-americanos ficam também habilitados a responder a uma agressão no momento em que ela ocorre, e, finalmente, a presença militar ajuda a assegurar o acesso a facilidades e bases que serão necessárias durante um conflito ou uma qualquer contingência, momentos em que será necessário projetar forças a partir dos Estados Unidos para regiões distantes. A presença de forças fora dos EUA contempla três modalidades: presença permanente de forças terrestres, aéreas e marítimas; desdobramento temporário de forças em resposta a crises, e pré-posicionamento de equipamento militar e abastecimentos. O objetivo central destes planos é garantir que a conjugação das forças localizadas nas proximidades do teatro dos acontecimentos com forças projetadas a partir dos Estados Unidos possa controlar qualquer crise regional na qual os interesses norte-americanos sejam postos em causa[1148].

Fica, assim, concretizada nos planos estratégicos norte-americanos uma mudança fundamental em relação ao período anterior. Durante a Guerra Fria, os planos militares norte-americanos eram dominados pela necessidade de confrontar forças soviéticas numericamente superiores na Europa e na Ásia, sendo que esse cenário não é totalmente afastado na BF. Agora, a preocupação central tem a ver com a necessidade de projetar poder para regiões importantes

[1146] Cf. Aspin, L. (Secretário da Defesa) (outubro de 1993).Op. cit.
[1147] Cf. *Idem, ibidem*.
[1148]Cf. *Idem, ibidem*.

para os interesses dos EUA, devendo essa força ser suficiente para deter poderes regionais potencialmente hostis. Os dois poderes que mais preocupam os EUA são a Coreia do Norte e Iraque[1149]. As análises feitas para estes dois cenários apontam para a necessidade de os EUA projetarem força rapidamente a partir do seu território em caso de conflito, sendo que o transporte aéreo desempenha um papel fundamental. O documento que vimos seguindo anota que a capacidade de transporte aéreo é crucial para projetar forças e abastecimentos necessários para as primeiras semanas de um conflito. Posteriormente chegarão por via marítima equipamentos de combate e abastecimentos[1150].

O reabastecimento aéreo, com o recurso a um número considerável de reabastecedores, é também entendido como crucial às operações de projeção de força. Os aviões de caça que partirão dos Estados Unidos terão de ser reabastecidos em voo; os cargueiros terão mais capacidade útil de carga se forem reabastecidos, e os aviões de vigilância e as plataformas de controlo, como AWACS e JSTARS, terão necessidade de reabastecimento aéreo para maximizarem a eficiência das suas missões[1151].

Fica assim claro que a estratégia norte-americana para os tempos pós-Guerra Fria privilegia a projeção de força a partir dos EUA para cenários previsíveis de conflito regional, com destaque para o caso do Médio Oriente – sendo a Coreia o outro cenário previsível –, o que coloca a Base das Lajes entre as estruturas chave ao nível do reabastecimento, quer em terra, quer aéreo, como se verá quando analisarmos realidades técnico-militares estudadas pelos EUA nos primeiros anos da década de noventa do século passado e que destacam o papel da infraestrutura açoriana no esforço de projeção de força para um dos dois cenários, o do Médio Oriente, onde os EUA admitem poderem ser confrontados com um conflito regional de larga escala.

2.2.1.1. Alto risco

Muitos dos objetivos ao nível da força considerados essenciais para que a estratégia prevista na BUR pudesse funcionar acabaram por nunca ser atingidos, quer nas forças de reserva, quer na Marinha ou mesmo na Força Aérea. Uma das principais consequências desta situação tem a ver com um alto risco na execução da estratégia visionada. Entre as críticas à BUR destacam-se uma má previsão sobre os meios a empregar nas chamadas operações de paz, que entretanto se multiplicaram. Os meios envolvidos nessas operações, muitas deles envolvendo meios no terreno por períodos longos, acabaram por tornar pouco credível o objetivo de vencer dois conflitos regionais em simultâneo, uma vez que as forças necessárias para um segundo conflito estavam comprometidas em outras operações. “In the end, the history of the BUR suggests the

[1149]Cf. Aspin, L. (Secretário da Defesa) (outubro de 1993).Op. cit..
[1150]Cf. *Idem, ibidem.*
[1151]Cf. *Idem, ibidem*.

importance of reevaluating key assumptions of prior strategies and, when necessary, revising these assumptions and making changes to strategy, forces, or resources"[1152].

2.3. Novidades pouco novas

2.3.1. *Quadrennial Defense Review* 97

Em 1997, a segunda Administração Clinton produz a *Quadrennial Defense Review* 97[1153] (QDR97), que no essencial reafirma a BUR[1154], de 1993, com algumas alterações, mantendo mesmo a necessidade de os EUA terem capacidade para lidar com dois conflitos regionais em simultâneo, só que agora as forças e as capacidades para lidar com os dois conflitos serão diferentes do previsto na BUR. Designadamente "…the accelerating incorporation of new technologies and operational concepts into the force calls for a reexamination of the forces and capabilities required for fighting and winning major theater wars", isto porque "As U.S. and enemy forces change in effectiveness, these force requirements will change"[1155]. No final das contas, porém, a principal alteração percetível na QDR97 em relação à BUR tem a ver com a introdução de forças específicas para lidar com múltiplos conflitos de pequena escala que podem ocorrer em simultâneo. "…the U.S. military must be prepared to conduct successfully multiple concurrent smaller-scalec ontingency operations worldwide, and it must be able to do so in any environment, including one in which an adversary uses asymmetric means"[1156]. Esta alteração parece responder a uma das críticas essenciais à BUR, que aponta para um comprometimento significativo de forças em pequenos conflitos, ao ponto de ficar em causa o objetivo de vencer dois conflitos regionais em simultâneo.

A QDR97 identifica três caminhos para determinar a estrutura da força. "Path 1: Focus on Near-Term Demands; Path 2: Preparing for a More Distant Threat; and Path 3: Balance Current Demands and an Uncertain Future"[1157]. O terceiro caminho é uma espécie de solução de compromisso que integra a participação contínua em operações de pequena escala e a preparação para dois conflitos de grande envergadura, em paralelo com o investimento em modernização para que os EUA não possam ser ultrapassados no futuro por um competidor.

[1152] Larson, E. *et al.*(2001). *Op. cit.*, p. 124.
[1153] Cohen, W. S. (Secretário da Defesa) (maio de 1997). *Report of the Quadrennial Defense Review*. Washington: Department of Defense.
[1154] Cf. Association of the United States Army (2016). Quadrennial Defense Review: From 1997 to 2001. *Association of the US Army Web site*. Acedido em maio de 2016,disponível em http://www.ausa.org/SiteCollectionDocuments/ILW%20Web-ExclusivePubs/Defense%20Reports/DR00-1.pdf.
[1155] Cohen, W. S. (Secretário da Defesa) (maio de 1997). *Op. cit*.
[1156] *Idem, ibidem.*
[1157] Association of the United States Army(2016). *Op. cit.*

Porém, a QDR97 deve ser construída no âmbito de apertos financeiros, o que implica cortes significativos na estrutura das forças, sob pena de a estratégia ser fiscalmente inexequível:

> - Total active duty endstrength was cut by 60,000 to 1,360,000; reserves were cut by 55,000 to 835,000; and the civilian workforce was cut by 80,000 to 640,000.
>
> - The Army saw active duty endstrength cuts of 15,000; reserve cuts of 45,000 (though 25,000 have since been rescinded); and civilian workforce cuts of 34,000. The Army retained all 10 of its active, combat-ready divisions.
>
> - The Navy saw endstrength cuts totaling 22,100 from active and reserve components, and it lost 12 surface combatants, 23 submarines, and 452 of its proposed procurement of F/A-18E/F fighters. It retained all 12 of its carrier battle groups.
>
> - The Air Force's active duty endstrength dropped by 27,000, and it lost 16 bombers and one of four proposed F-22 wings.
>
> - The Marine Corps' active duty endstrength dropped by 1,800, and its reserve endstrength dropped by 4,200. Itsplannedpurchaseof V-22s was cut by 65[1158].

São, ainda, visionadas na QDR97 poupanças orçamentais através da continuação do processo de realinhamento e encerramento de bases (BRAC) e também por via da criação de um grupo de trabalho específico para identificar ineficiências.

2.3.2. Ainda o espectro do passado

A QDR97 foi tudo menos pacífica, tendo mesmo sofrido pesadas críticas relacionadas com a alegada incapacidade do planeamento estratégico para encontrar um novo paradigma para um novo tempo, optando por, no essencial, manter o *statu quo*, ou seja, mais corte menos corte, no essencial o documento continuava a ter como referência a Guerra Fria, evitando escolhas e cenários que pudessem ser considerados ousados[1159]. As principais críticas foram elaboradas no âmbito do Congresso, através do *National Defense Panel* (NDP)[1160], um grupo independente criado especificamente para analisar as propostas do Departamento de Defesa e, sendo caso disso, propor alternativas.

O NDP identifica uma discrepância entre a estratégia, por um lado, e a estrutura da força e os conceitos operacionais, por outro lado, situação considerada crítica, uma vez que a QDR97

[1158] Association of the United States Army (2016). *Op. cit.*
[1159] *Idem, ibidem.*
[1160] Cf. Conetta, C. (6 de dezembro de 1997). The National Defense Panel. Assessment of the May 1997 Quadrennial Defense Review. *Commonwealth Institute Web site*. Acedido em maio de 2015, disponível em http://www.comw.org/qdr/ndppda1.htm; The National Defense Panel (maio de 1997). Future Tense - An Assessment of the Report of the National Defense. *FAS Web site*. Acedido em maio de 2015, disponível em http://fas.org/man/docs/ndp/ndp_assess.html.

alarga o número de desafios, mas restringe os recursos disponíveis. Por outro lado, a visão de que os grandes teatros de guerra serão "…a traditional *force-on-force* challenge…" é vista como capaz de inibir uma transformação que potencie as vantagens e explore as vulnerabilidades dos potenciais inimigos. Além de considerar que é dispensada pouca atenção à diplomacia, o NDP entende também que a QDR97 não dá atenção suficiente aos desafios transnacionais, incluindo os atores não estatais, "…to include the commerce in proscribed weapon technologies, the ilegal drugtrade, and disruption of information systems". Estes desafios "…pose challenges to us and our allies in new and unanticipated ways". O crime organizado que opera sem conhecer fronteiras é outro desafio sem atenção suficiente. Este tipo de crime "…is challenging security and stability in key states where the U.S. has vital interests, including Russia". Sendo assim, "Devising new instruments to counter these risks is an urgent priority which warrants far more attention"[1161].

Entre as diversas perspetivas que entende deverem ser consideradas, o NDP destaca:

> - In the short run, steps to augment the most highly stressed elements of the force structure should be considered (e.g., Military Police (MP), Airborne Warning and Control System (AWACS), PATRIOT, Special Operations Forces (SOF), etc.). Such increases may necessarily be at the expense of other elements of the force structure.
>
> - As new technologies mature, very different operational concepts will be feasible and they will lead to demands for quite different forces and equipment. As a result, the fairly conventional approaches used in the QDR's MTW assessments may not generate an optimal force structure.
>
> - Though relevant today, in the future it will be even more critical to address threats by exploiting our strengths to maximum advantage - advanced technology and operational concepts, high quality and well-trained personnel, and flexible leadership. This may permit us to be successful with smaller but far more lethal and effective forces.
>
> - Major changes in active forces also should affect the Reserve Components and lead to significant changes in their structures and operations and likely increase their value to national security[1162].

2.3.3. Projeção de força e bases

A projeção de forças, que interessa aos Açores, é uma área a que o NDP dedica particular atenção, uma vez que acredita tratar-se de um elemento vital no futuro no que diz respeito às estratégias de segurança e defesa, constituindo um desafio no que se refere à cooperação com os aliados. Porém – e esta é uma questão considerada essencial –, "…U.S. forces' long-term access

[1161] The National Defense Panel (maio de 1997). *Op. cit.*
[1162] *Idem, ibidem*.

to forward bases, to include air bases, ports, and logistics facilities cannot be assumed. Access may be granted or denied for any number of political or military reasons"[1163].

Na versão final da visão do NDP é acrescentado que:

> Even if we retain the necessary bases and port infrastructure to support forward deployed forces, they will be vulnerable to strikes that could reduce or neutralize their utility. Precision strikes, weapons of mass destruction, and cruise and ballistic missiles all present threats to our forward presence, particularly as stand-off ranges increase. So, too, do they threaten access to strategic geographic areas. Widely available national and commercial space-based systems providing imagery, communication, and position location will greatly multiply the vulnerability of fixed and, perhaps, mobile forces as well"[1164].

Além do mais, os desafios do futuro podem obrigar os EUA a intervir em zonas sem estruturas de bases. Também muito importante, a difusão da tecnologia dos mísseis de cruzeiro e balísticos e de outras armas de longo alcance, das armas de destruição em massa e de meios de acesso ao espaço, irão constituir um perigo adicional, uma vez que mesmo estados párias poderão garantir esses meios. "The QDR, in our view, accorded insufficient attention to our ability to project power under these circumstances"[1165].

As questões relativas à projeção de forças são uma das preocupações que transitam para a *U.S. Commissionon National Security/21st Century*[1166] (CNS), criada, em 1998, no âmbito do Congresso e cujo trabalho parte do princípio segundo o qual as políticas norte-americanas de segurança necessitam de ser adaptadas não só ao presente, mas ao mundo que é possível perspetivar. Nesse mundo, os desafios que os EUA terão que enfrentar nada têm a ver com os desafios do passado, diferindo também nos seus efeitos sob os pontos de vista físico e psicológico. Sem descartar a possibilidade de conflitos convencionais poderem ocorrer, a CNS destaca desafios como ataques inesperados às cidades por grupos subnacionais, que poderão, mesmo, utilizar armas químicas. Ciberataques às redes de circulação de aeronaves civis e à própria economia mundial, bem como a destruição de grandes estados por perda de identidade, são outros perigos visionados. O documento anota que:

> Taken together, the evidence suggests that threats to American security will be more diffuse, harder to anticipate, and more difficult to neutralize than ever before. Deterrence will not work as it once did; in many cases it may not work at all. There will be a blurring of boundaries:

[1163] *Idem, ibidem.*

[1164] The National Defense Panel (dezembro de 1997). Transforming Defense National Security in the 21st Century. *Defense Technical Information Center Web site*. Acedido em maio de 2015, disponível em http://www.dtic.mil/dtic/tr/fulltext/u2/a402688.pdf, p. 13.

[1165] The National Defense Panel (maio de 1997). *Op. cit.*

[1166] U.S. Commission on National Security/21st Century (s/d). *Air University Web site*. Acedido em maio de 2015, disponível em http://www.au.af.mil/au/awc/awcgate/nssg/.

> between homeland defense and foreign policy; between sovereign states and a plethora of protectorates and autonomous zones; between the pull of national loyalties on individual citizens and the pull of loyalties both more local and more global in nature[1167].

Nestas circunstâncias, o sistema de bases, que suporta a projeção de força dos EUA para todo o mundo, pode ser posto em causa de forma dramática por razões relacionais com alterações políticas, questões económicas e vulnerabilidade crescente das próprias bases. É visionado que nestas circunstâncias serão grandes as pressões dentro dos EUA para reduzir a presença em bases na Europa e na Ásia. A este cenário estarão associadas dificuldades para encontrar aliados fiáveis. Postas assim as coisas, torna-se evidente para a CNS que embora a projeção de forças seja fundamental, ela terá que ser feita sobretudo com forças estacionadas nos EUA, conjugadas com forças preposicionadas em terra e em meios navais, isto porque "Owing to the proliferation of new defense technologies in the hands of other states, effective power projection will become more difficult for the U.S. armed forces in the 21st century". Esta assunção implica que

> U.S. forces must therefore possess greater flexibility to operate in a range of environments, including those in which the enemy has the capability to employ weapons of mass destruction. U.S. forces must be characterized by stealth, speed, range, accuracy, lethality, agility, sustainability, reliability—and be supported by superior intelligence—in order to deal effectively with the spectrum of symmetrical and asymmetrical threats we anticipate over the next quarter century[1168].

O que de tudo isto resulta é óbvio. Os EUA necessitam de uma força "…able to deploy rapidly, be employed immediately, and prevail decisively in expeditionary roles, prolonged stability operations, and major theater wars..", ou seja, "… a force to deter wars, to preclude crises from evolving into major conflicts, and to win wars rapidly and decisively should it become necessary"[1169].Como se verá na secção seguinte, forças estruturadas para cumprir estes requerimentos acabam por gerar o que parece ser um novo contrasenso ou seja, a ligação projeção/acção acabará por necessitar de forma incontornável do tal sistema de bases, sobretudo as bases de rota, como as Lajes, que as críticas à QDR97 temem estar em causa[1170].

[1167] *Ibidem.* New World Coming: American Security in de 21st Century, setembro de 1999. *Air University Web site*. Acedido em agosto de 2015, disponível emhttp://www.au.af.mil/au/awc/awcgate/nssg/nwc.pdf, p. 8.

[1168] U.S. Commission on National Security/21st Century (s/d). Seeking a National Strategy: a Concert for Preserving Security and Promoting Freedom, abril de 2000. *Air University Web site*. Acedido em setembro de 2015, disponívelem http://www.au.af.mil/au/awc/awcgate/nssg/phaseII.pdf, p. 14.

[1169] *ibidem*., p. 15.

[1170] Cf. Vick A. *et al.*(2002). *The Stryker Brigade Combat Team: Rethinking Strategic Responsiveness and Assessing Deployment Options*. Santa Monica: RAND.

Secção II - Pré-guerra global contra o terrorismo

1. Tanques contra terroristas

O coração financeiro e do planeamento militar dos EUA é atacado a 11 de setembro de 2001 por um ato terrorista sem precedentes. Os norte-americanos respondem a esta nova realidade ainda com as forças e as doutrinas da época pós-Guerra Fria. A realidade estratégica que integra a chamada guerra global contra o terrorismo só será fixada pelos EUA na *Quadrennial Defense Review*de 2006 (QDR06)[1171], documento que tenta realizar uma síntese compreensível da forma como os EUA irão agir daí para a frente. Este documento, porém, está para além do horizonte temporal do nosso trabalho.

2. *Quadrennial Defense Review* 2001

2.1. Constatação de que é preciso fazer… alguma coisa

A *Quadrennial Defense Review* de 2001 (QDR01)[1172] está datada de 30 de setembro, 19 dias após os ataques de 11 de setembro. Reage aos ataques a quente e sobretudo na nota introdutória assinada pelo Secretário da Defesa, Donald Rumsfeld, para quem

> …these attacks confirm the strategic direction and planning principles that resulted from this review, particularly its emphasis on homeland defense, on surprise, on preparing for asymmetric threats, on the need to develop new concepts of deterrence, on the need for a capabilities-based strategy, and on the need to balance deliberately the different dimensions of risk. However, the attack on the United States on September 11, 2001 will require us to move forward more rapidly in these directions, even while we are engaged in the war against terrorism.[1173]

Esta revisão estratégica não colhe, como é óbvio, a experiência da luta global contra o terrorismo entretanto encetada, que permite apurar conceitos e delinear estratégias[1174], e como o próprio Rumsfeld reconhece, a esse respeito limita-se a evidenciar a necessidade de desenvolver novos conceitos de dissuasão. A compreensível falta de experiência no novo mundo aberto pelo

[1171] Department of Defense (fevereiro de 2006). Quadrennial Defense Review Report. *Commonwealth Institute Web site*. Acedido em janeiro de 2015, disponível em http://www.comw.org/qdr/qdr2006.pdf.
[1172] Department of Defense (setembro de 2001). Quadrennial Defense Review Report. *US Department of Defense Web site*. Acedido em janeiro de 2015, disponível em http://www.defense.gov/Portals/1/features/defenseReviews/QDR/qdr2001.pdf.
[1173] *Idem, ibidem.,* p. V.
[1174] Cf. Schrader, J. Y. *et al.*(2003). *Quadrennial Defense Review 2001: Lessons on Managing Change in the Department of Defense*. Santa Monica: RAND.

11 de setembro – aos ataques seguiu-se uma confusão evidente no pensamento estratégico - levou a que a QDR01 se filiasse ainda na realidade estratégica que poderemos designar por pós-Guerra Fria, estabelecida a partir da *Base Force* e que parece refletir, de várias formas, a mentalidade e a realidade da Guerra Fria, durante a qual as forças norte-americanas estacionadas no estrangeiro eram defensivas, com unidades localizadas que se esperava lutassem perto dos locais onde estavam estacionadas[1175]. A construção do novo pensamento estratégico norte-americano, com base nas designadas "realidades estratégicas do Século XXI"[1176], é um processo que aparenta estar por concluir ainda hoje, mas que está fora do âmbito do nosso trabalho.

Secção III. Considerações finais

Terminada a Guerra Fria o ambiente geopolítico ganha contornos imprecisos. Não é possível identificar um inimigo concreto em relação ao qual o planeamento norte-americano se posicione. Evitar uma desmobilização significativa como a que ocorrera no passado logo a seguir a guerras que exigiram uma larga mobilização, seguindo-se períodos de fraqueza militar, é, talvez, a principal preocupação concreta dos tempos iniciais pós-Guerra Fria. O planeamento estratégico dos EUA está preso ao passado e parece confirmar as teses do passado ao enfrentar e ganhar a I Guerra do Golfe com equipamentos e modelos de ação da Guerra Fria. O orçamento começa a escassear, pelo que a redução das forças é inevitável. À falta de inimigo, o foco inicial é a possibilidade de ressurgimento da União Soviética ou apenas da Rússia. Em paralelo a força deve ser estruturada para enfrentar conflitos regionais, de pequena ou grande dimensão, operações humanitárias e de manutenção da paz, sendo previsto um tempo curto de presença externa das forças. Para o que mais nos interessa, é assumido que a projeção de força deverá ser rápida e sobretudo a partir do território continental dos EUA. As críticas à primeira tentativa de planeamento pós-Guerra Fria (*Base Force*, 1991) são, porém, demolidoras. A força é considerada incapaz de responder aos desafios que ela própria identifica, podendo entrar em rutura com um conflito regional de grande dimensão e outra operação significativa. A previsão de pouco tempo de permanência no exterior é posta em causa no imediato pós-I Guerra do

[1175] Cf. Feith, D. J., (Subsecretário da Defesa para a Política) (3 de dezembro de 2003). Transforming the US Global Defense (discurso). *Center for Strategic and International Studies Web site*. Acedido em junho de 2014, disponível em http://csis.org/files/attachments/031203_feith.pdf.

[1176] Jones, J. L. (Comandante do Comando Europeu dos EUA) (23 de setembro de 2004). Statement before the Senate Armed Service Committee. *US Department of Defense Web site*. Acedido em maio de 2014, disponível em http://www.dod.mil/dodgc/olc/docs/test04-09-23Jones.pdf. De entre as realidades estratégicas identificadas pelo general destacam-se um novo ambiente geopolítico, o alargamento da NATO, a guerra contra o terrorismo, a crescente instabilidade no Leste e no Sul e a construção de estruturas de poder por parte da União Europeia.

Golfo, com o estacionamento de forças no Sudoeste Asiático. A projeção de força enfatiza a necessidade de bases de rota, entre elas a Base das Lajes.

Com a *Bottom-up Review* (1993) procura-se deixar a Guerra Fria para trás, sendo identificados desafios como a proliferação de armas nucleares e biológicas, perigos regionais significativos, apoio estatal ao terrorismo, falhanço da democracia em diversos estados recentes e prováveis problemas económicos que afetem os próprios EUA. Os EUA voltam aos conflitos regionais e desta vez querem construir uma força suficiente para enfrentar e vencer dois grandes conflitos regionais em simultâneo (Coreia do Norte e Iraque estão nas previsões), sucedendo esta estratégia à que procurava confrontar com êxito a União Soviética. O conceito de força estacionada fora do território continental norte-americano volta a ser assumido, sendo enfatizada a projeção de poder, com forte empenho aéreo, o que envolve bases e reabastecedores. Porém, são apontados erros graves a esta visão, desde logo porque a proliferação de operações de paz esgota as forças, ficando em causa a possibilidade de enfrentar dois grandes conflitos regionais em simultâneo.

O caminho da incerteza prossegue, desta vez com a *Quadrennial Defense Review* de 1997, que de novo introduz forças para lidar especificamente com conflitos de pequena escala que podem ocorrer em simultâneo, tentando assim preservar a capacidade para enfrentar e vencer dois grandes conflitos regionais em simultâneo. O espectro dos apertos orçamentais, porém, condiciona mais uma vez a estrutura da força, que alarga os desafios esperados, mas restringe os recursos disponíveis. Pouca ousadia nos cenários traçados é uma das críticas essenciais a esta revisão da postura, que é vista como pouco afastada ainda da Guerra Fria. As críticas apontam para ausência de cenários como atores não estatais e outros desafios transnacionais, como a proliferação do comércio ilegal de drogas e o crime organizado, em geral, que já então não conhece fronteiras. A importância da diplomacia no novo mundo é também vista como um aspeto negligenciado. As lacunas são vistas como limitando a transformação e a exploração das vulnerabilidades de potenciais inimigos. É importante fixar que entre as críticas mais qualificadas (Congresso) anota-se a pouca atenção à projeção de força, que obriga a deter direitos de bases e acesso a outras facilidades, até porque os EUA terão que projetar forças em cenários difíceis onde qualquer ator pode deter armas eficazes contra a mobilidade estratégica. Além desta vulnerabilidade, a rede de projeção pode também ser posta em causa por razões políticas e económicas internas aos estados hospedeiros. Sendo assim, os EUA devem deter forças no seu território preparadas para projeção rápida. Só que essa projeção necessita de bases, o que constitui uma equação difícil de resolver. Segue-se a *Quadrennial Defense Review de* 2001, no final do período que nos propomos estudar, que se filia nos pressupostos da revisão anterior, reagindo porém aos atentados de 11 de setembro desse ano a quente e evidenciando de novo, na nota prévia, que é necessário desenvolver novos conceitos de dissuasão, à altura

remetidos em boa medida para a segurança interna. O período posterior está em construção e foge ao âmbito deste trabalho.

CAPÍTULO XIV. Os Açores nos cenários pós Guerra-Fria

Procuramos neste capítulo identificar os principais papéis dos Açores – Base das Lajes – nos tempos pós-Guerra Fria, perscrutando também sinais contraditórios que parecem ser dados entre desmobilização de serviços, renovação de valências e obras de crescimento da infraestrutura, particularmente ao nível dos equipamentos destinados a militares e famílias.

Secção I - Uma localização que não pode ser dispensada

1. Lajes entre as bases essenciais

O papel da Base das Lajes na estratégia norte-americana pós Guerra Fria é definido claramente em 1994. Um estudo do *General Accounting Office* (GAO)[1177] preocupa-se em apurar se as seis bases de rota restantes após o encerramento de várias bases na Europa[1178] são suficientes para suportar a projeção de força para o Médio Oriente, a partir do território continental norte-americano, e até que ponto a redução da operação numa dessas bases pode afetar a capacidade de movimento aéreo em tempo útil a uma operação de contingência. As questões colocadas são de grande pertinência, uma vez que a nova estratégia de segurança dos EUA, definida já no período pós-Guerra Fria, privilegia a capacidade de colocação de força com rapidez em cenários de guerra ou de crise humanitária fora do território norte-americano, sendo que as aeronaves estratégicas de longo curso (sobretudo os aviões *C-5* e *C-141*[1179]) são os principais meios disponíveis para garantir uma resposta rápida. A projeção de força para o cenário do Médio

[1177] GAO (abril de 1994). Strategic Airlift, Further Air Base Reductions in Europe Could Jeopardize Capability. GAO/NSIAD-94-138. *GAO Web site*. Acedido em janeiro de 2015, disponível em http://www.gao.gov/assets/220/219645.pdf. O estudo decorreu entre julho de 1993 e fevereiro de 1994 e contou com informações das seguintes estruturas: Secretary of Defense, Joint Chiefs of Staff, Air Force Headquarters, Navy, Transcom, Air Mobility Command, 15th Air Force, e 60th Airlift Wing.

[1178] Foram fechadas 450 facilidades militares norte-americanas em todo o mundo entre 1991 e 1993. Cf. Magalhães, J. C. *et al.* (1993).*Op. cit.*

[1179] O *C5* tem uma autonomia de 2150 milhas náuticas, não indo o C141 além das 2174. As duas aeronaves podem ser reabastecidas, ganhando assim autonomia quase ilimitada. Porém, os aviões de reabastecimento utilizados à altura não vão além das 3800 milhas náuticas, no caso do *KC10*, ficando-se o *KC13*5 pelas 1500. Cf. US Air Force (s/d). Air Force Fact Sheets. *US Air Force Web site*. Acedido em abril de 2014, disponível em http://www.af.mil/. A autonomia das aeronaves coloca, assim, os Açores no centro das operações de apoio à projeção de força para uma vasta área que vai do Norte de África aos Balcãs, uma vez que as ilhas estão posicionadas a 2500 milhas náuticas da Costa Leste dos EUA e a menos de 1000 milhas náuticas da costa europeia.

Oriente, zona de grande instabilidade e onde os EUA têm fortes interesses a defender[1180], é considerada crítica, dada a distância a percorrer, que obriga os aviões a aterrarem "…somewhere in Europe…"[1181].

As seis bases em causa estão integradas numa rede de 14 bases fora do território dos EUA[1182] que apoiam a movimentação estratégica, tendo em atenção que os aviões têm que aterrar, para reabastecimento, manutenção, troca de tripulações e movimento de carga, após percorrerem cerca de 3500 milhas náuticas[1183]. Estas bases interessam sobretudo ao Comando de Transporte (*Transcom*), que é responsável pelas missões de transporte aéreo em tempo de paz e de guerra, o que, conforme enfatiza o GAO, transcende a otimização de forças no terreno, matéria que constitui a principal responsabilidade do Comando Europeu, que se envolve em propostas para fechar bases[1184].

1.1. A justa medida

As conclusões a que o GAO chega indicam claramente que a capacidade operacional das seis bases chave localizadas na Europa que podem suportar o transporte aéreo para o Médio Oriente é apenas suficiente para garantir as especificações de mobilidade indicadas no *Mobility Requeriments Study* (MRS)[1185], que estipula dever a Força Aérea ser capaz de transportar cerca de 4750 toneladas de carga por dia dos Estados Unidos para o Médio Oriente durante 39 dias consecutivos. Ora, a análise do GAO indica que as seis bases na Europa que suportam o transporte aéreo têm apenas a capacidade necessária para apoiar os aviões *C5* e *C141* no transporte das 4750 toneladas de carga por dia indicadas no MRS (90 voos de *C5* e 198 voos de

[1180] Cf., sobre os interesses norte-americanos na zona, como exemplo: Bilgin, P. (outono 2001). O Significado da Segurança no Médio Oriente. *Nação e Defesa*, nº 99, pp. 149-170. "A abordagem dos EUA à segurança no Médio Oriente continuou a ser descendente, militarizada e orientada para a estabilidade na época pós Guerra-fria", mantendo-se interesses na zona que já vinham da Guerra Fria, como sejam "(…)fluxo não perturbado de petróleo a preços razoáveis, (…)cessação do conflito israelo-árabe, (…) prevenção da emergência de uma hegemonia regional e (…)manutenção de regimes 'amigáveis' (…)sensíveis a estas preocupações", pp. 154 e 155; Pollack, K. (julho/agosto de 2003). Securing the Gug. *Foreign Affairs*, pp. 2 a 16.

[1181] GAO (abril de 1994).*Op. cit.*, p. 1.

[1182] Sete bases na Europa e na Ásia (Incirlik, Turquia), seis no Pacífico e uma na América Latina. Cf. GAO (abril de 1994). *Op. cit.*, p. 2.

[1183] GAO (abril de 1994). *Op. cit.*

[1184] Cf. GAO (abril de 1991). Overseas Basing. Air Force and Army Processes for Selecting Bases to Close in Europe. GAO/NSIATD-9 1-l 95. *GAO Web site*. Acedido em janeiro de 2016, acessível em http://www.gao.gov/assets/220/214059.pdf.; GAO (abril de 1994). *Op. cit.*

[1185] O MRS em causa foi elaborado pelo Departamento de Defesa em 1992. Cf. GAO (abril de 1994). *Op. cit.*

C141 por dia, sendo que a Base das Lajes tem capacidade para 10 aviões *C5* e 21 aviões *C141* por dia)[1186].

1.2. Bases que não podem ser dispensadas

Estudos do Comando de Transporte de 1992 já demonstravam que o fim das operações aéreas em qualquer uma das seis bases europeias em discussão deteriorava seriamente a capacidade de transporte com destino ao Médio Oriente. Foi então encarada a possibilidade de os EUA deixarem de ter acesso às bases de Rhein-Main (Alemanha), Torrejon (Espanha) e Lajes (Portugal). Tal situação significaria que o transporte indispensável, conforme se viu, de 4750 toneladas de carga por dia com destino ao Médio Oriente cairia para 1375 toneladas, e que a resposta em tempo de crise no transporte de todo o material necessário passaria dos 39 dias (tempo útil limite) para 55 dias. Os estudos demonstraram também que se a base de Mindenhall (Inglaterra) tivesse que absorver o reabastecimento aéreo feito a partir das Lajes, a capacidade de transporte aéreo seria significativamente reduzida[1187]. Face ao cenário assim traçado, o GAO manifestou-se, no seu estudo de 1994, preocupado com o andamento das negociações com Portugal para a renovação do Acordo das Lajes, que rolavam desde 1991, tendo obtido junto do Departamento de Defesa a certeza de que o acordo seria renovado[1188].

1.2.1. Confirmação da dependência de bases de rota

Os comentários do Departramento de Defesa ao relatório do GAO são significativos sobre a indispensabilidade das seis bases chave europeias para a projeção de força dos EUA para o Médio Oriente. O Departamento de Defesa concorda que os EUA devem garantir o acesso às "bases chave" que permitem a projeção de força a partir dos EUA, reconhecendo que as seis bases europeias garantem uma infraestrutura madura e com a localização ideal e com os equipamentos necessários para otimizar o transporte de meios sob a responsabilidade do Comando Central, acrescentando mesmo que perder essas infraestruturas ou reduzir capacidade em qualquer uma dessas bases poderia reduzir significativamente a capacidade de projeção de força, além de as operações militares aliadas poderem competir nas infraestruturas que em qualquer caso seriam necessárias para as operações aéreas[1189].

[1186] GAO (abril de 1994). *Op. cit.*
[1187] *Idem, ibidem.*
[1188] *Idem, ibidem.* A Acta Final do Acordo das Lajes acabou por ser assinada em Lisboa a 28 de Março de 1995.
[1189] *Idem, ibidem.*

O Departamento de Defesa anota mesmo que os estudos de previsão conhecidos e as operações Escudo do Deserto e Tempestade do Deserto[1190] demonstram a importância de todas as seis bases europeias para suportar operações de contingência, concluindo que o acesso a essas bases é essencial para manter a capacidade da Força Aérea para conduzir operações de mobilidade conforme os níveis planeados para o tempo de guerra. Nos casos das bases de RheinMain, Torrejon e Lajes, cujo possível encerramento é analisado em particular no estudo do GAO, o Departamento de Defesa refere que espera utilizar essas bases para exercícios e operações de contingência e considera que elas devem permanecer com altos níveis de prontidão em tempo de paz, sob pena de ser reduzido o fluxo inicial numa operação de projeção de força, aumentando assim o tempo necessário para colocar as forças no terreno em tempo de guerra.

2. Valorização das bases de rota

As novas conceções de forças eficazes e de projeção de força traçadas para vigorar pelo menos nas primeiras décadas do Século XXI e que começam a ser desenvolvidas ainda nos anos noventa do século XX, valorizam as bases de rota como as Lajes[1191]. O documento *Joint Vision 2020*, tornado público em 2000, deixa claro que os interesses globais e as responsabilidades dos EUA permanecerão no horizonte largo que o estudo prospetivo abrange e que os teatros para intervenções nesse âmbito não irão desaparecer. Telo concretiza os prováveis interesses norte-americanos no futuro referindo que as áreas de intervenção irão desde os Balcãs e prolongar-se-ão ao longo de todo o Médio Oriente, até à Ásia Central[1192], coincidindo na sua análise com as orientações estratégicas para o Século XXI que começam a ser desenvolvidas e fixadas nos EUA. Para fazer face a esses desafios do futuro, os norte-americanos continuam a cultivar o aperfeiçoamento dos conceitos de força decisiva, projeção de força, presença fora das fronteiras e agilidade estratégia[1193].

2.1. Projeção rápida e bases

A "força objectivo" norte-americana desenhada para estar totalmente operacional em 2015, mas que tem as suas primeiras duas unidades operacionais na primeira década do século XXI, é o

[1190] As duas operações da I Guerra do Golfo.
[1191] Cf., como exemplo: US Army (dezembro de 2002). The Objective Force. *US Army Web site*. Acedido em janeiro de 2014, disponível em https://www.army.mil/aps/2003/realizing/transformation/operational/objective/; Telo, A. J. (outono-inverno de 2002). Reflexões sobre a Revolução Militar em Curso. *Nação e Defesa,* ,nº 103, 2ª Série, pp. 111-249.
[1192] Telo, A. J. (Entrevista) (9 de fevereiro de 2003). Base das Lajes não interessa à Europa. *Diário Insular*.
[1193] Cf. JCS (verão de 2000). *Joint Vision 2020. America's Military - Preparing for Tomorrow*. Washington, DC: National Defense University.

instrumento por excelência para ser utilizado na projeção de força no futuro[1194], sendo que é projetada sobretudo a partir de santuários nos EUA. Uma brigada de combate deve ser colocada em 92 horas em qualquer local do planeta, uma divisão em 120 horas e cinco divisões em 30 dias, através da utilização de um misto de meios aéreos, navais e terrestres e equipamento pré posicionado[1195], sendo que as forças *Stryker Brigade Combat Teams* (SBCT), uma das principais componentes da "força objectivo", estarão estruturadas para serem transportadas em aviões *C130*, embora possam utilizar outros aviões, como, por exemplo, o *C17*. Porém, o *C130* é o avião indicado para esta força, uma vez que as suas características permitem que opere em pistas curtas e mesmo em pistas improvisadas (autoestradas, por exemplo), podendo levar as SBCT e outras componentes da "força objetivo" até ao teatro das operações, sendo também capaz de as trazer de volta[1196].

2.1.1. De base em base

Este modelo de projeção de força favorece a utilização de bases de rota, como as Lajes, para reabastecimento em terra ou no ar. Aliás, as bases de reabastecimento passam, mesmo, a ser decisivas, uma vez que a nova doutrina tende a minimizar a utilização de bases de concentração de forças perto do teatro de operações, sendo as forças colocadas diretamente em combate[1197]. Os estudos conhecidos de projeção das *Stryker Brigade Combat Teams* a partir do território continental norte-americano envolvem as Lajes como base de rota e preveem a partida de Basrkdale AFB, LA, tendo como destinos a Arábia Saudita (Golfo Pérsico), o Afeganistão (Ásia), a Macedónia (Europa de Leste) e o Ruanda (África). Na projeção para a Arábia Saudita, uma distância de 7003 milhas náuticas, as bases de rota são Lajes e Moron (Espanha); para o Afeganistão, a 7643 milhas náuticas, os apoios são nas Lajes e em Aviano (Itália); para percorrer as 5473 milhas náuticas que separam os EUA da Macedónia, a única base de rota

[1194] Trata-se de uma força com capacidades híbridas e baseada nas potencialidades da idade da informação para atingir quatro objectivos: ver primeiro, entender primeiro, agir primeiro e agir de forma definitiva, conforme descrito em: JCS (verão de 2000).*Op. cit.* Para o nosso trabalho interessa-nos sobretudo o modelo de projecção desta força e não tanto a sua organização. Para perceber as forças armadas do futuro, nas quais se integram, como expoente, a "força objectivo" norte-americana, ler, por exemplo: Telo, A. J. (outono-inverno de 2002). *Op cit*.

[1195] US Army (dezembro de 2001). *Op. cit.* A rapidez de projeção, no âmbito dos tempos pré-definidos, começou a ser posta em causa desde que foram divulgados os primeiros documentos de prervisão. Cf., para uma análise aprofundada dos tempos de projeção: Vick, A. *et al*.(2002). *Op. cit*.

[1196] US Army (dezembro de 2002).*Op. cit.* O transporte dos veículos *Stryker*, que integram as SBCT, em aviões *C130*, conforme planeado, está à altura a ser reavaliado, uma vez que o peso dos veículos, 38000 libras (cerca de 19 toneladas), limita o alcance do avião e reduz o tamanho da força a projetar. Cf. GAO (agosto de 2004). Military transformation: Fielding of Army's Stryker Vehicles Is Well Under Way, but Expectations for Their Transportability by C-130 Aircraft Need to Be Clarified. GAO-04-925. *GAO Web site*. Acedido em maio de 2015, disponível em http://www.gao.gov/products/GAO-04-925.

[1197] US Army (dezembro de 2002). *Op. cit.*

necessária é as Lajes; para o Ruanda a distância é de 8047 milhas náuticas, sendo utilizadas como bases de rota Lajes e Cairo (Egipto)[1198].

2.1.2. Modelo de projeção favorece as Lajes

Os meios aéreos a empregar nada de novo acrescentam aos meios já conhecidos em termos de distâncias percorridas sem reabastecimento em voo, o que significa que a importância da Base das Lajes como base de rota (com destaque para o estacionamento de reabastecedores) mantém-se praticamente inalterada desde, pelo menos, as primeira (1991) e segunda (2003) guerras do Golfo, quando a base foi utilizada de forma intensa. O avião de transporte estratégico por excelência é o *C17*, que, com 72,5 toneladas de carga, tem de ser reabastecido após percorrer 2400 milhas náuticas, nada acrescentando, em capacidade de voo sem reabastecimento, aos seus antecessores, o *C5* e o *C141*. O *C130*, que, em princípio, deverá transportar as *Stryker Brigade Combat Teams*, deverá atingir uma *perfomance* inferior a mil milhas náuticas de autonomia sem reabastecimento, podendo mesmo cair para as 500 milhas devido a alterações em introdução, no tempo a que se refere este trabalho, nos veículos *Stryker* e ao provável redimensionamento das SBCT [1199]. De entre os aviões de combate destacam-se o *A10*, com uma autonomia de 950 milhas náuticas; o *F15*, que pode atingir as 3000 milhas náuticas com o apoio de três tanques extra, e o *F16*, que se fica pelas 1740 milhas náuticas. O reabastecedor utilizado pelos EUA é o *KC135*, com uma autonomia de voo, com 68 toneladas de combustível para reabastecimento, de 1500 milhas náuticas[1200]. Neste período perspetiva-se já a entrada ao serviço de dois novos caças: o *F35*, cujas primeiras unidades serão entregues em 2011 e cuja autonomia de voo sem reabastecimento se fica por 1620 milhas náuticas[1201], e o F-22, a entrar ao serviço em 2005 e cuja autonomia de voo sem reabastecimento atinge as 1738 milhas náuticas[1202]. A Força Aérea dos EUA está, nesta altura, a negociar a possibilidade de substituir, num horizonte de duas décadas, os seus 520 *KC135* por reabastecedores *KC767*, uma reconversão do avião comercial *B767* que, segundo os estudos conhecidos, garante mais 20 por cento de capacidade de transporte de combustível e pode reabastecer-se em voo. Ainda não se conhece, no tempo que

[1198] Vick, A. *et al*. (2002).*Op. cit*.
[1199] GAO (agosto de 2004). *Op. cit.*
[1200] US Air Force (setembro de 2004). KC-135 Stratotanker. *US Air Force Web site*. Acedido em janeiro de 2015, disponível em http://www.af.mil/AboutUs/FactSheets/Display/tabid/224/Article/104524/kc-135-stratotanker.aspx.
[1201] US Air Force (abril de 2014). F-35A Lightning II Conventional Takeoff and Landing Variant. *US Air Force Web site*. Acedido em janeiro de 2015, disponível em http://www.af.mil/AboutUs/FactSheets/Display/tabid/224/Article/478441/f-35a-lightning-ii-conventional-takeoff-and-landing-variant.aspx.
[1202] US Air Force (setembro de 2015). F-22 Raptor. *US Air Force Web site*. Acedido em janeiro de 2016, disponível em http://www.af.mil/AboutUs/FactSheets/Display/tabid/224/Article/104506/f-22-raptor.aspx.

analisamos, a autonomia de voo com carga máxima e sem reabastecimento. Os dados conhecidos dizem respeito a "ferry range" e não favorecem o futuro reabastecedor, que se fica por 9250 km[1203], contra a *perfomance* de 14806 km[1204] do *KC135*.

Entretanto, a Base das Lajes continua geograficamente imutável, a 2208 milhas náuticas do território continental norte-americano (distância percorrida de avião entre os aeroportos de Filadélfia e Lajes) e 845 milhas náuticas da Europa continental (distância percorrida de avião entre os aeroportos de Lajes e Lisboa). Em 1991, na I Guerra do Golfo, a conjugação das bases de Lajes, Torrejon (base espanhola entretanto desativada e cujas atividades foram concentrada na base naval de Rota, também em Espanha) e Rhein-Main (Alemanha) permitiu aos EUA o estabelecimento de uma ponte aérea (EUA-Golfo Pérsico) que sem o apoio conjugado das três infraestruturas teria visto a sua capacidade reduzida em 46 por cento, correspondendo a um aumento de 48 por cento no tempo necessário para reunir as forças empregues em combate[1205]. As condições técnicas no período em causa e previsíveis num horizonte razoável, como vimos, não apontam para evoluções significativas que possam indiciar uma diminuição do grau de dependência dos EUA em relação às bases de rota, o que significa que a Base das Lajes, também por via dos equipamentos utilizadas e a utilizar nas operações de projeção de força, tenderá, pelo que se conhece neste período, a manter a sua importância enquanto base de rota.

3. Utilização intensa

A utilização da Base das Lajes pelos norte-americanos durante toda a década de noventa do século passado e nos primeiros anos do século XXI confirma as conclusões óbvias que é possível retirar dos documentos norte-americanos de estratégia e de análise técnico-militar que conhecemos. Durante a I Guerra do Golfo, em 1991, a Base das Lajes apoiou 12 mil operações de aeronaves, tendo as operações de reabastecimento envolvido mais de 40 milhões de galões de combustível. Só no primeiro dia da operação passaram pelas Lajes mais de noventa aeronaves. No ponto alto da operação operaram com base nas Lajes 33 aviões reabastecedores, apoiados por 600 especialistas deslocados do território norte-americano. Durante a guerra passaram pelas Lajes 75 mil militares norte-americanos envolvidos nas operações[1206].

[1203] US Air Force (maio de 2003). DOD announces details of tanker lease program. *US Air Force Web site*. Acedido em janeiro de 2015, disponível em http://www.af.mil/News/ArticleDisplay/tabid/223/Article/139154/dod-announces-details-of-tanker-lease-program.aspx.

[1204] US Air Force (setembro de 2004). KC-135 Stratotanker. *US Air Force Web site*. Acedido em janeiro de 2015, disponívelem http://www.af.mil/AboutUs/FactSheets/Display/tabid/224/Article/104524/kc-135-stratotanker.aspx.

[1205] The High-Risk Military Stategy (novembro de 1993). *Air Force Magazine*, Vol. 76, nº 11.

[1206] 65th Air Base Wing History Office (s/d). *Op. cit*.

Ainda em 1991 a base apoiou a operação humanitária a favor dos curdos do Iraque; em 1992-93 deu apoio em reabastecimento aéreo, com 12 reabastecedores estacionados, à operação na Somália; ainda em 1993, apoiou as operações na Bósnia com uma força de oito reabastecedores e com suporte em terra à operação dos aviões *P3* de vigilância e luta antisubmarina; em 1994 reabasteceu as patrulhas realizadas no sul do Iraque e os cargueiros que operaram no Ruanda, tendo ainda apoiado o trânsito de caças para operações na Ásia; em 1995 apoiou a ponte aérea para a Bósnia[1207]; em 1996, durante a evacuação de cidadãos americanos da Libéria, uma força de oito reabastecedores operou a partir das Lajes. O cargueiro *C5* que retirou da Libéria o equipamento e o pessoal da embaixada norte-americana aterrou mesmo nas Lajes antes de seguir para os EUA. Em 1998, durante a operação Raposa do Deserto, a Base das Lajes deu apoio a aviões *C17* que transportaram equipamento militar para o cenário do conflito[1208].

Ao longo da década de noventa a base garantiu ainda suporte a operações como *Joint Guard*, *Deny Flight*, *Provide Comfort* e *Southern Watch*. Bombardeiros *B52* e *B1* em rota para diversas operações passam pelas Lajes[1209]. Já em 2001, na intervenção no Afeganistão, a Base das Lajes desempenhou um papel considerado *pivot* no apoio à operação[1210]. E em 2003, antes e durante a II Guerra do Golfo, operaram a partir das Lajes cerca de trinta reabastecedores, apoiados por cerca de 600 especialistas deslocados dos EUA[1211]. É curioso notar como estes últimos números se assemelham aos da projeção de força aquando da I Guerra do Golfo. Nessa altura a Base das Lajes recebeu 33 reabastecedores e, precisamente, 600 especialistas, como já se viu[1212]. O papel das Lajes é mesmo considerado decisivo na II Guerra do Golfo[1213].

Como, em nosso entender, fica provado, a Base das Lajes, no período em causa e mesmo para além dele, é utilizada em boa parte dos conflitos em que a única potência global se envolve desde o fim da Guerra Fria. Note-se, conforme, aliás, refere Telo, que a frequência dos conflitos é uma característica importante dos tempos pós-Guerra Fria[1214].

[1207] 65th Air Base Wing History Office (s/d). *Op. cit*.
[1208] *Idem, ibidem*.
[1209] *Idem, ibidem.*
[1210] Baillie, F. N. (março de 2002). Statement Before de Military Constrution Subcommittee of the United States Senate. *US Department of Defense Web site*. Acedido em maio de 2015, disponívelem www.defenselink.mil/dodgc/lrs/docs/test02-03-05Baillie.rtf.
[1211] Reabastecedores andam frenéticos, 1 de março de 2003. *Diário Insular*.
[1212] 65th Air Base Wing History Office (s/d).*Op. cit*.
[1213] O Gen. Charles Wald, segundo-comandante do Comando Europeu dos Estados Unidos, disse nas Lajes a 07 de Maio de 2003: "Os Açores têm desempenhado um papel tremendamente significativo no sucesso dos Estados Unidos e da coligação no Iraque. Nunca poderíamos tê-lo feito sem o apoio dos Açores e a capacidade ilimitada que temos tido para projectar poder aéreo através desta região. Nunca esqueceremos isso". Cf. Monjardino, M. (15 de julho de 2003). A tranformação militar dos EUA e as Lajes. *Diário de Notícias*.
[1214] Telo, A. J. (outono-inverno de 2002). *Op. cit.*

Secção II - Sinais contraditórios

1. Funções perdidas

A Base das Lajes perde neste período as funções de luta antisubmarinos que desempenhou na Guerra Fria através do recurso a aviões *P3* que tinham capacidade para deteção e ataque mesmo com cargas nucleares. O serviço é desmobilizado em 2004[1215]. As funções que estavam instaladas fora da ilha Terceira, que vimos no capítulo anterior, são desativadas. Porém, a Base das Lajes, além de continuar a desempenhar as suas funções de base de rota, não perde, segundo resulta dos inventários conhecidos, funções que vêm do período anterior e que estão relacionadas com depósito de combustíveis e de armamentos e comunicações globais. Inclusive, não são desativadas funções, com destaque para comunicações, que estão ligadas à frota do Atlântico[1216].

2. Investimentos constantes

Com o fim da Guerra Fria o mundo assiste ao "…maior desinvestimento militar dos Estados Unidos desde o último conflito mundial…"[1217], sendo mesmo encerradas 450 infraestruturas militares um pouco por todo o mundo e particularmente na Europa[1218]. Porém, o investimento norte-americano na Base das Lajes é significativo logo nos primeiros anos da década de noventa, prosseguindo com números importantes até 2004.

Nos anos fiscais de 1990 e 1991 os norte-americanos investem dez milhões de dólares nas Lajes em infraestruturas de apoio, principalmente construção de novas habitações[1219], sendo aprovada, em 1992 e 1993, para fins idênticos, uma verba de 14,315 milhões de dólares[1220]. A verba destes

[1215] Cooley, A.&Spruyt, H. (2009).*Op. cit.*
[1216] Cf. Department os Defense (FY 2004). Base Structure Report. *UNT Digital Library Web site*. Acedido em junho de 2015, disponívelem http://digital.library.unt.edu/ark:/67531/metadc22337/m2/1/high_res_d/BRAC-2005_10365.pdf.
[1217] Brito, N. F. (primavera/verão de 1995). Para a acta: o Acordo de Cooperação e Defesa entre Portugal e os Estados Unidos da América. *Política Internacional*, nº 11, Volume 1.
[1218] Magalhães, J. C. *et al.*(1993). *Op. cit.*, pp. 74 e 75.
[1219] Congress of the United States (1991). *Act for Fiscal Year 1990/91 –AuthorizedAir Force Construtionand Land Acquisition Projects*. Washington: Library of the Congress.
[1220]Congress of the United States (1992/1993). *Act for Fiscal Year 1992/93, Authorized Air Force Construtionand Land Acquisition Projects*. Washington: Library of the Congress. Congress of the United States (1993). *Act for Fiscal Year 1993, Authorized Air Force Construtionand, Repair of Real Property and Land Acquisiton Projects*. Washington: Library of the Congress.

anos é reforçada em 1996[1221] com 2,165 milhões de dólares e em 1997[1222] com 950 mil dólares. Em 1995, de novo para construção de habitações, é aprovada uma verba de 2,850 milhões de dólares[1223]. O investimento, sempre para construções, prossegue em 1998[1224] com 4,8 milhões de dólares; em 1999[1225] com 7,7 milhões de dólares; em 2000[1226] com 14,764 milhões de dólares; em 2002[1227] com 16,980 milhões de dólares, neste ano para construir 64 novas casas e para substituir a clínica dentária da base; em 2003[1228] com 1,192 milhões de dólares destinados à construção de uma nova escola pré-primária, e em 2004[1229] com 13,4 milhões de dólares para construir 42 novas habitações e com 4,086 milhões de dólares para construções não especificadas.

Todos estes investimentos, realizados numa altura em que os EUA abrandam ou, pelo menos, reformulam, a sua presença militar em todo o mundo, são significativos da importância da Base das Lajes na estratégia norte-americana pós-Guerra Fria. Porém, o investimento mais significativo nesse âmbito é a orçamentação, em 2003, de um novo sistema de reabastecimento de aeronaves com o custo estimado de 19 milhões de dólares[1230] e projetado para garantir às Lajes, em conjugação com o sistema já existente, 27 bocas de reabastecimento de alto débito (152 litros por segundo). A situação anterior, com 18 bocas em funcionamento, é considerada insuficiente para garantir o desempenho no reabastecimento que as especificações norte-americanas exigem da Base das Lajes num cenário de guerra[1231].

Secção III - Considerações finais

[1221] Congress of the United States (1996). *Act for Fiscal Year 1996 - Extension of 1993 Project Authorizations*. Washington: Library of the Congress.
[1222] Congress of the United States (1997).*Act for Fiscal Year 1997, Extension of Certains Fiscal Year 1993 Projects*. Washington: Library of the Congress.
[1223] Congress of the United States (1995). *Act for Fiscal Year 1995, Family Housing*. Washington: Library of the Congress.
[1224] Congress of the United States (1998).*Act for Fiscal Year 1998, Authorized Air Force Construtions and Land Acquisition Projects*. Washington: Library of the Congress.
[1225]Congress of the United States (1999).*Act for Fiscal Year 1999, Authorized Defense Agencies Construtions and Land Acquisition Projects*. Washington: Library of the Congress.
[1226] Congress of the United States (2000).*Act for Fiscal Year 2000, Authorized Air Force Construtions and Land Acquisition Projects*. Washington: Library of the Congress.
[1227] Congress of the United States (2002).*Act for Fiscal Year 2002, Air Force Family Housing*. Washington: Library of the Congress.
[1228] Congress of the United States (2003).*Act for Fiscal Year 2003, Deparment of Defense Dependents Schools*. Washington: Library of the Congress.
[1229] Congress of the United States (2004).*Act for Fiscal Year 2004, Military Construction*. Washington: Library of the Congress.
[1230] Defense Logistics Agency (s/d). Military Construntion, Fiscal Year 2003. *Under Secretary of Defense Web site*. Acedido em janeiro de 2014, disponível em http://comptroller.defense.gov/Portals/45/Documents/defbudget/fy2003/budget_justification/pdfs/07_Military_Constuction/DLA.pdf.
[1231] *Idem, ibidem.*

A Base das Lajes situa-se neste período entre as bases consideradas essenciais à projeção de força, não podendo ser dispensada. A desmobilização de bases transformou mesmo a projeção numa atividade crítica, que poderia pôr em causa as assunções definidas no planeamento estratégico, tendo presentes os cenários previsíveis e as tecnologias em uso. Cenários como os Balcãs, o Médio Oriente e a Ásia Central, entre outros, são acedidos com a utilização das Lajes. As novas forças em construção necessitam mesmo de uma rede significativa de bases para serem projetadas até aos cenários previsíveis de ação, até porque as bases próximas desses cenários tenderão a ser cada vez mais perigosas, devendo ser evitada a concentração de meios nessas infraestruturas. A Base das Lajes é utilizada em larga escala nas guerras do Golfo e numa miríade de operações humanitárias, de segurança e outras que marcam este período fértil em conflitos de natureza variada. Porém, é também neste período que a Base das Lajes perde funções como a operação dos aviões *P3* de luta antisubmarinos. Sistemas de deteção de submarinos e de comunicações, situados fora das Lajes, também são desativados. Mantêm-se na Terceira o depósito de combustíveis e de armamentos e funções de comunicação global, incluindo a importante ligação à frota do Atlântico. A Base é beneficiada com importantes investimentos neste período que têm a ver com alojamento de militares e famílias, mas também com sistemas de reabastecimento em terra, que são modernizados.

CAPÍTULO XV. Uma espécie de balanço final entre impactos e benefícios

Os impactos da Base das Lajes, alguns deles de tempo longo, mas só identificado no tempo em causa, são abordados neste capítulo, tal como as complexas teias das contrapartidas, que no caso estão muito ligadas à evolução das negociações e ao próprio acordo de 1995, o último assinado até hoje.

Secção I - Impactos

1. A televisão como meio de *soft power*

Nos tempos pós-Guerra Fria os EUA parecem continuar a valorizar a capacidade de influenciar a população local, nos Açores e principalmente na ilha Terceira, através da televisão, como já haviam tentado, sem sucesso, nos anos finais do período anterior, como se viu. O processo continua a ser o mesmo, a saber, a extensão do canal de televisão da Base das Lajes no espaço geográfico das ilhas. O método também já vem da primeira tentativa e consiste na iniciativa por parte de partidos políticos ou mesmo do Governo açoriano, no parlamento regional. A televisão, como se sabe, é um dos mais poderoso meios associados ao *soft power*, que, no caso, teria por função, ao que tudo indica, tentar amenizar reações da população face a situações envolvendo a Base das Lajes e que estavam a revelar-se críticas.

1.1. Tentativa falhada através do CDS

No final de 1991 são despedidos 91 trabalhadores portugueses das Lajes. O ato norte-americano provoca uma forte reação da parte portuguesa, que envolve, num coro de protestos, o Governo Regional, o Ministro da República, o Bispo de Angra, vários sindicatos e o próprio Governo da República, que toma a iniciativa da chamar a S. Bento o embaixador dos Estados Unidos, ao qual é transmitido que Portugal considera estar a ser violado um tratado internacional. O caso ocupa lugar central nas mensagens de Natal do Ministro da República, do Bispo de Angra e do Presidente do Governo Regional[1232]. Os sindicatos açorianos ligados historicamente às Lajes alegam ter descoberto um plano norte-americano para despedir cerca de 1000 trabalhadores

[1232] Crise laboral na Base das Lajes, 8 de janeiro de 1992. *Diário Insular*.

portugueses[1233]. A CGTP-Intersindical acrescenta que o plano visa substituir os trabalhadores portugueses por norte-americanos[1234]. O Comandante norte-americanos das Lajes, general Thomas Pilch, sente necessidade de pôr água na fervura e decide enviar uma carta a líderes de opinião nos Açores, alegando "…aumentos constantes dos custos salariais…"[1235] como principal causa para os despedimentos.

Sob fogo cruzado, os norte-americanos deixam escapar para a Comunicação Social, nos primeiros dias de 1992, que, caso as autoridades portuguesas não ponham obstáculos, não rejeitariam a extensão das emissões da sua estação de televisão a toda a ilha Terceira. Fazem esta oferta no mesmo dia em que anunciam informalmente que solicitaram autorização ao Comando Aéreo dos Açores para instalarem um segundo canal de TV na base, com emissão 24H00 por dia e transmissão, em direto, de programas de informação e recreativos das cadeias de televisão CNN, CBS, ABC e NBC[1236].

A disponibilidade norte-americana é transformada em proposta de resolução à Assembleia Regional apresentada pelo Centro Democrático Social (CDS) em março. É proposto ao parlamento que

> …recomende ao Governo Regional que junto das entidades nacionais competentes garanta que aquando da autorização para que as Feusaçores instalem um segundo canal de TV na Base das Lajes seja salvaguardada a cobertura da emissão dos dois canais pelo menos a toda a ilha Terceira[1237].

A proposta reconhece que a solicitação norte-americana para instalar um segundo canal pode ter que aguardar por melhor oportunidade, dadas as "… relações menos fáceis entre os comandos militares português e norte-americano…", mas adianta que a autorização "…espera-se para breve…", até porque se trata de matéria "…do interesse da população açoriana, nomeadamente de todos os terceirenses e eventualmente das ilhas mais próximas daquela base, como S. Jorge e Graciosa". O texto procura integrar a proposta de extensão do canal norte-americano nos benefícios para os Açores resultantes da existência da Base das Lajes:

> …possibilitar que parte dos açorianos beneficie dum investimento dos norte-americanos nas Lajes em matéria televisiva não é nada de extraordinário na atual era dos satélites e das

[1233] Crise laboral na Base das Lajes, 8 de janeiro de 1992. *Diário Insular*..
[1234] CGTP acusa Comando Americano de despedir portugueses para os substituir por civis norte-americanos, 3 de janeiro de 1992. *A União*.
[1235] Crise laboral na Base das Lajes, 8 de janeiro de 1992. *Diário Insular*.
[1236] Feusaçores pretendem criar 2º canal de TV nas Lajes, 3 de janeiro de 1992. *Diário Insular*.
[1237] Proposta de resolução (24 de janeiro de 1992). Assembleia Legislativa Regional, Entrada 0177, Processo nº 108.

comunicações sem fronteiras de que a população continental já beneficia em larga escala e que, infelizmente, ainda está vedadoaosaçorianos[1238].

A proposta foi apreciada pela Comissão Permanente dos Assuntos Sociais (CPAS) da Assembleia Legislativa Regional, que negou, por unanimidade, parecer favorável, alegando, entre outras razões, que "…não houve qualquer requerimento das *Feusaçores* a pedir autorização ao Governo português para a instalação de um segundo canal de TV na Base das Lajes"[1239]. Esta informação foi comunicada à comissão parlamentar pela Presidência do Governo Regional, que a obteve junto do Subsecretário de Estado Adjunto do Ministro-Adjunto[1240]. Trata-se de uma informação estranha, que atribuímos ao mau ambiente existente na altura entre as partes portuguesa e norte-americana, sobretudo devido aos despedimentos de finais de 1991. Referimos isto porque a notícia já citada, do início de 1992, sobre a proposta de abertura de um segundo canal de televisão nas Lajes nunca foi desmentida. A CPAS alega também, para justificar a sua decisão, as "…relações menos fáceis existentes entre os comandos militares Português e Norte-americano motivadas pelo despedimento de trabalhadores portugueses ao serviço das *Feusaçores*"[1241], podendo-se admitir ser esta a razão real que motiva tanto as reticências do parlamento açoriano, como a informação do Governo da República sobre a não existência de qualquer pedido norte-americano para a criação de um segundo canal de televisão nas Lajes.

1.2. Iniciativa sem sucesso do Governo Regional

O Acordo de Cooperação e Defesa entre Portugal e os Estados Unidos da América assinado em 1995, após cinco anos de negociações, acaba por não contemplar quaisquer contrapartidas para os Açores, prevendo apenas a possibilidade de cooperação entre a Região e os EUA[1242]. O Acordo anterior tinha rendido, em dinheiro líquido, cerca de 370 milhões de dólares à Região

[1238] Proposta de resolução (24 de janeiro de 1992). Assembleia Legislativa Regional, Entrada 0177, Processo nº 108.
[1239] Parecer sobre a proposta de resolução – Recomenda ao Governo que junto das entidades nacionais competentes garanta a cobertura da emissão de dois canais de TV da Base das Lajes pelo menos a toda a ilha Terceira (2 de setembro de 1992). Comissão Permanente de Assuntos Sociais. Arquivo pessoal do autor, pasta "Televisão Americana".
[1240] Carta da Presidência do Governo Regional dirigida ao Presidente da Assembleia Legislativa Regional e respondendo a uma consulta deste (s/d). Arquivo da Assembleia Legislativa Regional, entrada 1371, processo nº 108.
[1241] Parecer sobre a proposta de resolução – Recomenda ao Governo que junto das entidades nacionais competentes garanta a cobertura da emissão de dois canais de TV da Base das Lajes pelo menos a toda a ilha Terceira (2 de setembro de 1992). Comissão Permanente de Assuntos Sociais. Arquivo pessoal do autor, pasta "Televisão Americana".
[1242] Acordo de Cooperação e Defesa entre Portugal e os Estados Unidos da América, Artigo VI (11 de outubro de 1995). *Diário da República*, nº 325 – 1ª Série-A.

entre 1983 e 1991[1243], pelo que a nova modalidade escolhida para compensar os Açores é de imediato repudiada nas ilhas. A Comissão Parlamentar de Política Geral e Assuntos Internacionais da Assembleia Legislativa Regional entendeu, no parecer pedido pela Assembleia da República antes da ratificação do Acordo, que o modelo de cooperação acordado tinha poucas hipóteses de funcionar, sendo essa uma das razões por que propôs ao plenário que fizesse depender um parecer favorável da resolução de 14 questões levantadas e que também incluíam divergências relativas ao Acordo Laboral e ao Acordo Técnico[1244]. O plenário regional concordou, mas o Acordo acabou por ser ratificado na Assembleia da República sem atender às questões suscitadas no parecer açoriano.

O parecer parlamentar açoriano anota, no que diz respeito à cooperação com os Açores, que "Não está, de forma imperativa, consignado o apoio ao desenvolvimento económico e social da Região…" e que "A cooperação estabelecida no Acordo coloca a Região (…) em plano de inferioridade no quadro nacional, dada a falta de infraestruturas locais, penalizando as expectativas da Região no acesso às áreas de cooperação referenciadas"[1245]. O parecer foi *profético* ao lançar as bases da análise que os açorianos iriam fazer alguns anos mais tarde dos resultados da cooperação com os Estados Unidos ao abrigo do Acordo de 1995. Foi posteriormente aceite unanimemente nas ilhas que a cooperação definida no Acordo de 1995 nunca teve consequências positivas para a Região, devendo ser substituída por benefícios negociados com Lisboa e não com Washington[1246].

1.2.1. Breve história de um cabo… sem cabo

Os norte-americanos enfrentam no segundo semestre de 1995, após a assinatura do Acordo, um coro de protestos nos Açores, não propriamente contra a presença das forças dos EUA nas Lajes, mas contra as contrapartidas negociadas para beneficiar os Açores. Ainda em 1995, em outubro, oficializam um pedido a Portugal para modificar o sistema de distribuição do sinal da estação de televisão das Lajes[1247] que dará origem, dois anos mais tarde, a um documento do

[1243] Magalhães, J. C. *et al.* (1993). *Op. cit.*
[1244] Parecer da Comissão Parlamentar de Política Geral e Assuntos Internacionais sobre o Acordo de Cooperação e Defesa entre a República Portuguesa e os Estados Unidos da América (5 de setembro de 1995). *Diário da Assembleia Legislativa Regional*, nº 64.
[1245] *Ibidem.*, p. 76.
[1246] Cf, como exemplo: PSD quer repensar processo negocial, 25 de janeiro de 2002. *Diário Insular*; Aquilo que queremos das Lajes deve ser negociado em Lisboa, 17 de abril de 2003. *Diário Insular*; Revisão do Acordo das Lajes, 17 de junho de 2003. *Diário Insular*; Vítor Cruz exige 'qualquer coisa' como contrapartida pelas Lajes, 17 de junho de 2003. *Diário Insular*.
[1247] Carta do Comandante das Feusaçores ao Comandante da Zona Aérea dos Açores (19 de outubro de 1995). Arquivo pessoal do autor, pasta "Televisão Americana".

Governo Regional dos Açores a incentivar a autorização para a cobertura de toda a ilha Terceira pela televisão norte-americana[1248].

O pedido norte-americano anota que serão necessários novos meios de distribuição para fazer face à disponibilização, em breve, de múltiplos canais por parte do *Armed Forces Rádio andTelevision Service Brodcast*, indicando que está a ser considerado o MMDS (cabo sem fios, em inglês "wireless cable")[1249]. A resposta definitiva portuguesa demora, prolongando-se até 1998. Até lá os norte-americanos insistem no pedido, subindo o tom. Em junho de 1997 lembram ao Comando Aéreo dos Açores que o MMDS é importante para apoiar o sistema de Comando e Controlo, colocando o assento tónico já não no entretenimento, mas na eficácia militar:

> MMDS é a tecnologia mais capaz alternativa a um sistema de cabo clássico e capacitará as Feusaçores com um sistema de multicanal para apoiar o Comando e Controlo (C2). A instalação deste sistema garante ao Comando das Feusaçores acesso imediato às últimas notícias à volta do mundo…[1250].

Uma última insistência é feita, em julho de 1997, pela Embaixada dos Estados Unidos em Lisboa junto do Ministério da Defesa. A Embaixada esclarece que o sistema MMDS "…pode também ser destinado apenas à população da base[1251]". Esta alusão denuncia diligências para que o MMDS cobrisse áreas fora da base.

1.2.1.1. O falhanço regional

O Ministério dos Negócios Estrangeiros recusa em 1997 pronunciar-se sobre a solicitação norte-americana sem que fosse ouvida a Região Autónoma dos Açores[1252]. Consultado pelo Ministro da República, o Governo Regional pronuncia-se nos seguintes termos:

> O Governo Regional dos Açores nada tem a opor ao projeto em referência, entendendo, inclusive, que ele deve cobrir áreas para além da dos utentes da Base Aérea 4. O Governo

[1248] Ofício da Presidência do Governo Regional dos Açores ao Ministro da República (16 de outubro de 1997). Arquivo pessoal do autor, pasta "Televisão Americana".
[1249] Carta do Comandante das Feusaçores ao Comandante da Zona Aérea dos Açores (19 de outubro de 1995). Arquivo pessoal do autor, pasta "Televisão Americana".
[1250] Carta do Comandante das Feusaçores ao Comandante da Zona Aérea dos Açores (20 de Junho de 1997). Arquivo pessoal do autor, pasta "Televisão Americana".
[1251] Carta da Embaixada dos Estados Unidos em Lisboa ao Director-Geral de Política de Defesa Nacional do Ministério da Defesa de Portugal (21 de Julho de 1997). Arquivo pessoal do autor, pasta "Televisão Americana".
[1252] Ofício do Ministério dos Negócios Estrangeiros ao Gabinete do Ministro da República para os Açores (01 de setembro de 1997). Arquivo pessoal do autor, pasta "Televisão Americana".

> Regional dos Açores não descortina nenhuma razão válida, ou, sequer, percetível, para que o sistema "wirelles cable" se limite a cobrir exclusivamente a população da Base Aérea 4"[1253].

O parecer do Governo Regional está em total oposição ao parecer do Ministro da República, que antecedeu o do executivo regional e que aconselha Lisboa a avaliar a pretensão americana com sérias reservas:

> …a posição do governo português deve ponderar cautelosamente os efeitos culturais de uma difusão hertziana de uma canal americano numa área em que a população não tem acesso fácil, por via hertziana, a canais de televisão nacionais durante o período de 24 horas[1254].

Alguns meses mais tarde, o Ministro da República oficia de novo ao Ministério da Defesa Nacional argumentado que "Na condição estrita de o sistema '*wirelles cable'* se limitar a cobrir exclusivamente a população da Base Aérea 4, nada a opor"[1255]. O Instituto das Comunicações de Portugal (ICP) acaba por conceder a autorização para o uso de frequência a 15 de outubro de 1998, na condição de a área de cobertura não ultrapassar os limites da Base Aérea 4, "…garantindo uma utilização exclusivamente privativa dentro destes limites"[1256]. A notícia é recebida com desagrado na Região. Uma nota interna trocada entre representantes dos Açores nas comissões do Acordo de Cooperação e Defesa refere que o sistema de distribuição de televisão autorizada "…era uma pretensão das *Feusaçores* que em nada vem contribuir para a cooperação com a Região ou beneficiar qualquer empresa portuguesa"[1257].

Apesar de o sistema de distribuição de sinal sem cabo ter sido aceite, após quatro anos de negociações, deve notar-se que, contrariando a pretensão do Governo Regional dos Açores, os documentos que concedem a autorização são muito claros na exigência de que o "*wirelles cable*" deve restringir o sinal para que não vá além do perímetro da base, sendo assim limitados os possíveis efeitos de *soft power* sobre a população local. No entanto, a documentação consultada indicia que as partes portuguesas não terão agido com consciência de que a televisão é um recurso do *soft power*, sendo possível detetar outras motivações que estão para além das intenções deste trabalho.

2. A surpresa tardia do impacto económico

[1253] Ofício da Presidência do Governo Regional ao Gabinete do Ministro da República (16 de setembro de 1997). Arquivo pessoal do autor, pasta "Televisão Americana".
[1254] Ofício do Ministro da República ao Ministro da Defesa Nacional (15 de Abril de 1997). Arquivo pessoal do autor, pasta "Televisão Americana".
[1255] Ofício do Ministro da República ao Ministério da Defesa Nacional (13 de Agosto de 1997. Arquivo pessoal do autor, pasta "Televisão Americana".
[1256] Ofício do Ministério da Defesa Nacional ao Gabinete do Ministro da República para os Açores (19 de Outubro de 1998.Arquivo pessoal do autor, pasta "Televisão Americana".
[1257] Ofício de João Maria Mendes a Luís Andrade (21 de Outubro de 1998). Arquivo pessoal do autor, capa "Televisão Americana".

2.1. Aparente inconsciência coletiva

Durante todo o período da Guerra Fria, que tenhamos conhecimento, o impacto económico da Base das Lajes na economia local apenas ocorreu, não tendo sido alvo de qualquer estudo, do lado português (incluindo nos Açores), que seja público, isto apesar de os impactos económicos das bases norte-americanos dispersas pelo mundo serem considerados muito significativos e com consequências graves nos casos de redução da presença ou de extinção de bases, como já vimos.

No caso específico das Lajes, para além das obras, serviços e aquisições, que influenciam a dinâmica do mercado local, o impacto dos próprios vencimentos pagos a norte-americanos (militares e civis) e aos trabalhadores civis portugueses, é muito significativo. Segundo dados norte-americanos, o impacto na economia local dos salários pagos aos militares que vivem dentro da base é de 30 por cento, sendo que para os que vivem fora da base o impacto é de 50 por cento. Em relação aos civis norte-americanos, quer vivam dentro ou fora da base, o impacto é de 55 por cento, enquanto no caso dos trabalhadores portugueses o impacto é de 100 por cento. Por outro lado, as estimativas de empregos indiretos criados por cada militar e civil norte-americano e civil português que presta serviço na base apontam para um peso importante na ocupação de mão-de-obra. Os multiplicadores são de 29 por cento para militares e civis norte-americanos e de 43 por cento para os civis portugueses[1258].

2.2. A primeira tomada de consciência

Esta realidade foi passando despercebida ou pelo menos nunca foi valorizada localmente, até aos primeiros despedimentos pós-Guerra Fria, em 1991[1259], quando o impacto do emprego nas Lajes começou a ser pensado. Em 1992, quando é conhecido um plano para despedir metade da força laboral portuguesa nas Lajes[1260], o impacto económico da infraestrutura entra no debate público, mas permanece por estudar. Os números reais do impacto só são estudados quando um plano para a redução de militares e civis nas Lajes é anunciado pelos EUA como um dado irreversível, já em 2012[1261]. Dados do Governo Regional dos Açores apresentados como

[1258] US Air Forces in Europe (2009). Lajes Fiel FY09. Economic Impact Analysis. *Lajes field Web site*. Acedido em dezembro de 2015, disponível em http://www.lajes.af.mil/shared/media/document/AFD-100714-012.pdf.

[1259] Trabalhadores da Base das Lajes usados como "moeda de troca", 7 de dezembro de 2003. *A União*.

[1260] Oliveira, F. (29 de março de 1995). V Legislatura, III Sessão Legislativa, Diário da Sessão, nº 59. *ALRA Web site*. Acedido em dezembro de 2015, disponível em http://base.alra.pt:82/Diario/V59.pdf, p. 53.

[1261] Responsabilidade dos impactos da redução da presença na base é dos EUA , 7 de dezembro de 2012. *Diário de Notícias Web site*. Acedido em dezembro de 2015, disponível em http://www.dn.pt/politica/interior/responsabilidade-dos-impactos-da-reducao-da-presenca-na-base-e-dos-eua-2934268.html.

"conservadores" indicam que a redução degradará o PIB (Produto Interno Bruto) da ilha Terceira em 6,1 por cento e dos Açores em 1,4 por cento. O impacto esperado na taxa de dedesemprego é de 55 por cento na ilha Terceira e de 15,4 por cento nos Açores[1262]. O trabalho do Governo Regional não é, porém, consensual. Estudos de universidades (Açores e Madeira, com colaborações externas, designadamente da Universidade Livre de Bruxelas)[1263] apontam para uma possível emigração de 5500 a 10 mil terceirenses (uma redução significativa na população da ilha, de 56 437[1264] pessoas, que pode chegar aos 20 por cento) devido ao impacto direto e indireto da redução nas Lajes. Estes estudos apontam para quebras no PIB da ilha Terceira de entre 8,8 e 12 por cento, considerando apenas o emprego formal. As quebras podem subir para o dobro quando são aduzidas previsões relativas ao emprego informal[1265]. O cenário assim traçado acaba por sustentar um discurso de "catástrofe social"[1266]. Os dados agora disponíveis, apesar de não serem coincidentes, provam, pelo menos, um impacto muito significativa da Base das Lajes na economia local, o que está, aliás, em linha com os estudos conhecidos em relação a outras bases.

2.2.1. Reflexos de um caso antigo

A situação económica da ilha Terceira vinha sendo degradada pela existência na Base das Lajes de lojas francas (*BX-Base Exchange*) destinadas ao consumo por parte dos militares norte-americanos e respetivas famílias, mas que, na prática, acabavam por funcionar como centros comerciais de acesso generalizado à população local. Ao longo dos anos, porém, a drenagem de recursos foi sendo compensada e mascarada pela prosperidade que resultava do funcionamento da base, embora os órgãos representativos dos empresários locais viessem a alertar para o problema pelo menos desde o início dos anos noventa do século XX. Num comunicado de síntese datado de 2007[1267], a Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo lembra que tem "…manifestado a sua preocupação perante a concessão de passes para compras a pessoas sem nenhuma ligação laboral à Base das Lajes (…) nomeadamente em épocas essenciais para o

[1262] Governo dos Açores (fevereiro de 2015). *Op. cit.*

[1263] Cf. Fortuna, M. *et al.* (2006).*Op. cit.*; Lajes: Estudos estimam emigração de até 10 mil habitantes da Terceira, 18 de janeiro de 2015. *Jornal de Negócios Web site*. Acedido em março de 2015, disponível em http://www.jornaldenegocios.pt/economia/detalhe/lajes_estudos_estimam_emigracao_de_ate_10_mil_habitantes_da_terceira.html.

[1264] Censos 2011.

[1265] Redução nas Lajes pode provocar vaga de cinco a dez mil emigrantes, 18 de janeiro de 2015. *Agência LUSA Web site*.

[1266]Açores: Bispo prevê "catástrofe social" com menor presença norte-americana na base das Lajes, 21 de janeiro de 2015. *Agência Ecclesia Web site*. Acedido em março de 2015, disponível em http://www.agencia.ecclesia.pt/noticias/nacional/acores-bispo-preve-situacao-de-catastrofe-social-pela-reducao-da-presenca-norteamericana-na-base-das-lajes/.

[1267] CCAH (18 de dezembro de 2007). Compras na Base das Lajes: uma situação intolerável! (Documento disponível no Arquivo Geral da Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo, sem outras referências).

nosso comércio tradicional, como o Natal". Depois de lembrarem que "… os produtos vendidos na Base das Lajes não estão sujeitos a taxas alfandegárias, nem a qualquer contribuição fiscal ao Estado", os representantes dos empresários referem que "… a evolução do fluxo de compras nas cantinas do BX, nos últimos anos, levou a sociedade açoriana e em particular os comerciantes a entender estas cantinas como um ponto comercial estrangeiro, sem encargos e um concorrente desleal". Dados publicados em 2006 pela comunicação social e citados pelos representantes dos empresários, indicam que o volume de negócios das lojas francas da Base das Lajes varia entre 15 e 17 milhões de euros por ano (médias dos últimos três anos – 2003/2005), sendo que desse total entre 81 a 84 por cento é dinheiro proveniente de clientes portugueses. Face à situação, a CCAH quer acabar com uma prática que denuncia estar generalizada, sendo mesmo incentivada ao mais alto nível do poder regional:

> Não podemos aceitar que quer a nível do Governo Regional, quer a nível das Câmaras Municipais, estes continuem a solicitar passes, incentivando os seus colaboradores a efetuarem compras nas cantinas da Base das Lajes, e simultaneamente, os mesmos solicitem os empresários locais a desenvolverem investimentos nos seus concelhos ou Região. Não podemos continuar a aceitar que um representante da tutela e representante açoriano na Comissão Bilateral de acompanhamento do Acordo de Cooperação e Defesa entre Portugal e os Estados Unidos, afirme que esta prática, 'mais do que legal, é uma tradição'. Trata-se sim de uma questão ilegal e de descriminação perante os nossos empresários[1268].

Estão na altura a ser ponderadas queixas junto do Conselho da Autoridade da Concorrência ou outro organismo competente para análise deste problema, estando, mesmo, os empresários dispostos "…caso seja necessário, a iniciar um processo judicial." Em qualquer caso, estão dispostos a aceitar a concorrência, caso ela possa ser considerada leal: "A CCAH não se opõe a que seja possível qualquer açoriano ter autorização para comprar nas cantinas da Base das Lajes, desde que os nossos empresários usufruam das mesmas condições na comercialização desses produtos, só assim esta situação poderia ser amenizada". As lojas francas da Base das Lajes estão, entretanto, a ser desmanteladas no âmbito do processo de redução iniciado pelos norte-americanos.

3. Ambiente degradado

3.1. Denúncia norte-americana

É neste período pós-Guerra Fria que os impactos ambientais resultantes da presença norte-americana na ilha Terceira começam a ser equacionados, desde logo pelas próprias forças

[1268] CCAH (18 de dezembro de 2007). Compras na Base das Lajes: uma situação intolerável! (Documento disponível no Arquivo Geral da Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo, sem outras referências).

armadas dos EUA, através dos seus departamentos de ambiente e saúde pública[1269], seguindo-se a tomada de consciência do problema por parte da população e das autoridades regionais e nacionais portuguesas[1270]. Um dos primeiros documentos norte-americanos que abordam o problema, datado de 1991, está relacionado com um derrame de materiais potencialmente poluentes, a partir do *South Tank Farm*[1271], que afetou a baía da Praia da Vitória[1272]. As recomendações incertas no documento são significativas, porque remetem para lacunas na proteção ambiental que até então, ao que tudo indica, nunca teriam sido equacionadas:

> **A.** Lajes should provide treatment for its combined sewage. Biological treatment could provide a disposal option for both WSP wastewater and sludge and improve marine water quality. Hazardous materials which are present with any industrial operations should not be allowed to enter the food chain, when in all probability can be removed by treatment. There is no question that the Azores needs to act responsibly and provide regional sewage treatment for Praia, the base, and the airport complex.
>
> **B.** Oily waste sludge from tank cleaning should be dried under covered structures in the Azores because of the wet climate. Sludge drying in greenhouse structures used for drying domestic sewage sludge seems to be the most economical and practical method of volume reduction. Ventilation should be provided to prevent the build-up of possibly noxious or explosive gas. The dried sludge should be tested to determine if characteristic hazardous waste limits (e.g., TCLP) are exceeded. If the dried sludge is not a characteristic hazardous waste, then it can be tilled into rich soil, using soil microbial populations to further degrade the remaining organic material.
>
> **C.** If the dried sludge fails the TCLP test, then the dried waste should be containerized and sent back to the States for disposal by a licensed hazardous waste treatment and disposal facility[1273].

3.2. Uma "quinta" (*Farm*) de problemas

[1269] O Departamento de Defesa (DOD) começa a preocupar-se com a situação ambiental nas bases norte-americanas fora do território continental dos EUA em finais de 1989. Os primeiros estudos que abordam a situação ambiental nas Lajes seguem-se a essa nova atitude. Cf. Weiner, S. K. (1992). Environmental Concerns at US Overseas Military Installations. Working Paper. *Massachusetts Institute of Technology Web site*. Acedido em novembro de 2014, disponível em http://web.mit.edu/ssp/publications/working_papers/WP-92-2.pdf.

[1270] CF. US Military Presence in the Azores, 30 de janeiro de 2009. *Wikileaks Web site*. Acedido em março de 2015, disponível em https://wikileaks.org/plusd/cables/09PONTADELGADA5_a.html. (Telegrama do Consulado dos EUA em Ponta Delgada para a CIA e outras entidades norte-americanas).

[1271] O *South Tank Farm*, localizado entre a cidade da Praia da Vitória e a Base das Lajes, é a segunda maior concentração de tanques de armazenamento de combustíveis que os norte-americanos possuem fora do seu território continental.

[1272] Binovi, R. D**.** (1991). *Oily Waste Disposal Survey: South Tank Farm, Lajes Field, Azores*. Brooks: Armstrong Laboratory

[1273] Binovi, R. D**.** (1991). *Op. cit,* p. 11.

O *South Tank Farm* constitui-se como um dos maiores problemas ambientais relacionados com a Base das Lajes, vindo a ser alvo de estudos sucessivos que progressivamente vão sendo alargados a outras zonas de armazenamento e canalização de combustíveis[1274]. O conhecimento acumulado a partir do estudo referido de 1991 é recolhido e aprofundado num trabalho que decorre entre 2003 e 2005, que, através de amostras de solo e água dos aquíferos basal e suspensos, vem a provar a existência de zonas contaminadas e de outras provavelmente contaminadas, abrangendo uma parte significativa da ilha Terceira, quer no solo, quer no subsolo, quer na água[1275]. Estudos posteriores do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), vocacionados para despistar a qualidade da água de consumo público na Praia da Vitória e não abrangendo, por isso, todo o espectro de contaminação confirmada e possível contaminação identificado pelos norte-americanos, concluíram pela existência de vários focos de contaminação, afetando sobretudo os aquíferos basal e suspensos[1276]. Sob pressão portuguesa, particularmente nos Açores, os norte-americanos acabaram por iniciar em setembro de 2012 trabalhos de descontaminação, que, no entanto, têm sido considerados pouco satisfatórios[1277].

4. Lançamentos de DDT

4.1. População aspergida

Os norte-americanos, logo após se instalarem na Base das Lajes, identificam o que julgam ser um potencial problema de saúde pública proveniente de um paul localizado entre a então vila da Praia da Vitória e a Base e que servia de zona de depósito de resíduos, incluindo orgânicos. Moscas e mosquitos enxameavam o paul e arredores. Os mosquitos eram o principal problema, por estarem associados a uma doença temida: a malária. A solução encontrada, já experimentada, aliás, sobretudo em zonas do chamada Terceiro Mundo, foi pulverizar sistematicamente o paul e a Vila da Praia da Vitória com um poderoso insecticida – o DDT

[1274] Cf. EA Engineering (dezembro de 1998a). Environmental Compliance Assessment Report (ECAS Report), South Tank Farm -TSAX; EA Engineering (dezembro de 1998b). Environmental Compliance Assessment Report (ECAS Report), Cova Das Cinzas Storage Tanks, Cinder Pit 1 (EPXA), Cinder Pit 2 (EPXA), Cinder Pit 3 (EPXA); IT Corporation (outubro de 1995). Site Investigation Report Main Gate Area, Lajes Field, Azores Archipelago, Portugal.

[1275] Cf. Fritz, C.& Joerg, S. (2005). *Op. cit.*

[1276] Ferreira, J. P. L. *et. al.*(2014). *Environmental Situation in the Surrounding of Lajes Field, Azores*. Lisboa: LNEC.

[1277] Parlamento açoriano exige mais informação sobre descontaminação na Terceira, 17 de abril de 2015. *Diário de Notícias Web site*. Acedido em maio de 2015, disponível em http://www.dnoticias.pt/actualidade/pais/511383-parlamento-acoriano-exige-mais-informacao-sobre-descontaminacao-na-terceira; Governo dos Açores diz que EUA não cumprem no combate à poluição nas Lajes, 14 de março de 2016. *Açores9 Web site*. Acedido em abril de 2016, disponível em http://www.jornalacores9.net/regional/governo-dos-acores-diz-eua-nao-cumprem-no-combate-poluicao-nas-lajes/.

(*Dichloro-diphenyl-trichloroethane*) – diluído em derivados de petróleo. Pelo menos nas décadas de cinquenta, sessenta e setenta do século XX, os norte-americanos higienizaram a Vila, o paul e as zonas limítrofes, incluindo a própria Base das Lajes, com quantidades significativas de DDT lançadas pelo menos uma vez por semana por via aérea e terrestre. Nos dias de lançamento de DDT a população movia-se por entre uma nuvem tóxica. As pulverizações terrestres, mesmo sendo semanais, não eram consideradas suficientes. Por isso os norte-americanos completavam a desinfestação com lançamentos aéreos de DDT[1278]. A memória destes lançamentos só foi reavivada e o tema abordado de forma crítica, após serem conhecidos os primeiros relatórios, já referidos nesta secção, sobre contaminação de solos e aquíferos por hidrocarbonetos.

4.2. Desconhecimento científico local

Tudo isto acontecia sem o mais pequeno sinal de contestação. Nenhuma crítica às pulverizações com DDT está registada nos jornais da ilha Terceira e não há registo de qualquer outro meio de contestação. A ignorância científica é o argumento mais plausível para explicar a forma benévola como os lançamentos de DDT foram acolhidos na ilha Terceira. À população agradava a morte dos insetos e as autoridades locais agradeciam a higienização americana. A Câmara Municipal da Praia da Vitória encorajava mesmo os lançamentos e agradecia o favor aos norte-americanos. Face a um pedido do Chefe do Estado-Maior do Comando da Zona Aérea dos Açores para que os norte-americanos fossem autorizados a realizar mais uma pulverização, a autarquia praiense incentiva a operação "…por considerar de grande vantagem o lançamento de inseticidas neste Vila e áreas adjacentes"[1279]. Muito dificilmente os problemas causados pelo DDT ao ambiente e aos seres humanos poderiam ser conhecidos na ilha Terceira ao tempo das pulverizações. Havia na ilha um único estabelecimento de ensino superior, o Seminário Maior, que se dedicava ao ensino religioso e, portanto, não refletia sobre pesticidas[1280].

4.2.1. EUA conheciam efeitos do DDT

O mesmo desconhecimento científico já não poderia ser alegado pelos norte-americanos, uma vez que os malefícios do DDT eram evidentes desde os anos quarenta do século XX e os principais estudos sobre o tema estavam mesmo registados nos EUA. A proibição de uso de DDT começou nos EUA na década de cinquenta, primeiro em sistemas aquáticos, como era o

[1278] Mendes, A. (5 de julho 2005). Veneno sobre a Praia. *Diário Insular/Domingo*.
[1279] *Idem, ibidem*.
[1280] Félix Rodrigues, professor da Universidade dos Açores e especialista Física, Química e Poluição, concorda que, à altura, não havia capacidade científica na ilha Terceira para perceber as consequências do lançamento de DDT. Cf. Mendes, A. (5 de julho de 2005). *Op. cit.*

caso da Praia da Vitória, onde as pulverizações afetaram zonas húmidas em terra e a própria orla marítima. Depois, sistematicamente, todos os usos foram sendo restritos, até à proibição absoluta, em 1972, confirmada pelo Supremo Tribunal norte-americano em 1973[1281]. Antes dos Estados Unidos, alguns países europeus já tinham proibido o DDT. O primeiro país a proibir o uso foi a Suécia, em 1970. Hoje em dia, o DDT é de uso legal muito restrito. É utilizado apenas para resolver problemas muito graves relacionados com insetos que transmitem a malária e a febre tifoide em zonas do antigo Terceiro Mundo. No entanto, suspeita-se da utilização ilegal, em larga escala, em herdades agrícolas de multinacionais localizadas em países pobres[1282].

4.3. Um produto perigoso

Os estudos até hoje realizados sobre os malefícios do DDT detetam problemas graves para a saúde humana e dos mamíferos em geral e também para o meio ambiente. O DDT pode ser causa de problemas na função da tiroide, nas enzimas e na química celular. O sistema nervoso central também é afetado. Os estudos em mamíferos relatam problemas no sistema imunológico e na produção de adrenalina. A produção de tumores aumenta, mesmo na segunda geração. A leucemia é outra doença grave que o DDT pode induzir. Quando concentrado no meio ambiente, o DDT entra na cadeia alimentar, causando desequilíbrios de gravidade variável na fauna, na flora e no próprio solo ou na água. O DDT chega ao corpo humano por várias vias. A ingestão é a via mais perigosa. O produto aloja-se no corpo humano e faz aí o seu trabalho, passando mesmo de geração em geração através da mãe. Significa isto que os efeitos do DDT podem revelar-se como uma bomba-relógio, ou seja, a médio e a longo prazo e nos momentos mais imprevisíveis[1283].

4.4. Desconhecimento persistente

Não é possível ter certezas sobre as consequências concretas de três décadas de aplicação de DDT sobre terrenos, meio aquático e populações da Praia da Vitória. Desde logo porque não existem registos de doenças que possam ser trabalhados, mas também porque o problema

---

[1281] United States Environmental Protection Agency (julho de 1975). DDT Regulatory History: A Brief Survey (to 1975). *US Environmental Protection Agency Web site*. Acedido em maio de 2014, disponívelem https://www.epa.gov/aboutepa/ddt-regulatory-history-brief-survey-1975; Carson, R. (2000). *Silent Spring*. London: Penguin Books.

[1282] D'Amato, C. *et al*. (2002). DDT (diclorodifeniltricloroetano): toxicidade e contaminação ambiental - uma revisão. *Química Nova*, *25*(6a), 995-1002.

[1283] Cf. Mendes, A. (5 de julho de 2005). *Op. cit.* Informações de Félix Rodrigues, já identificado e de Carlos Lima, médico e Delegado de Saúde na Praia da Vitória; cf. D'Amato, C. *et al.* (2002). *Op. cit.*; Nunes, M. V.&Tajara, E. H. (1998). Efeitos tardios dos praguicidas organoclorados no homem. *Revista de Saúde Pública*, *32*(4), 372-382.

concreto do lançamento de DDT na Praia da Vitória nunca foi estudado. O médico Carlos Lima[1284] reconhece todas estas deficiências, mas tem algumas certezas. Uma delas é que as populações locais consumiram produtos contaminados com DDT, sendo também certo que a literatura científica refere as consequências dessa ingestão. Não havendo estudos específicos locais que permitam estabelecer uma causa/efeito entre o aumento de doenças e o DDT, há, no entanto, situações que levantam aos médicos fortes suspeitas. Carlos Lima anota que não é fácil encontrar uma explicação para a alta taxa de doenças da tiroide na Praia da Vitória, até porque esta alta contraria a tendência universal numa zona marítima, que aponta sempre para níveis muito baixos. O DDT pode ser a causa. O cientista Félix Rodrigues[1285] refere, também, que a inexistência de registos de doenças e de estudos científicos localizados introduz a dúvida, mas adianta que é possível conhecer a situação através de um estudo sistemático da evolução das doenças ao qual terá de ser associado o estudo dos níveis atuais de DDT na zona. Uma das consequências benéficas do apuramento do nível atual de DDT, de acordo com Félix Rodrigues, seria a possibilidade de despistar problemas para a saúde pública que ainda hoje estejam a acontecer devido à bioacumulação. É possível também apurar, através de um complexo processo matemático de regressão, as cargas de DDT a que os cidadãos da Praia da Vitória estiveram sujeitos durante três décadas, explica o cientista.

4.5. Valeu a pena?

É possível questionar a relação custo/benefício, ou seja, pode-se tentar perceber se nos anos cinquenta, sessenta e setenta do século XX, na Praia da Vitória, se justificaria aplicar DDT para atalhar eventuais consequências para a saúde pública resultantes das moscas e dos mosquitos e que fossem mais graves do que as consequências do DDT conhecidas à altura. O DDT era aplicado para prevenir a malária e a febre tifoide, doenças transmitidas pelos insetos. O médico Carlos Lima[1286], que viveu os tempos dos lançamentos, uma vez que é natural da Praia da Vitória, entende que, em qualquer caso, nunca se justificaria a fumigação direta das populações, incluindo as crianças. Quando muito, admite, o mal deveria ter sido atacado na origem, ou seja, no paul. Com a formação científica que adquiriu, Lima entende, porém, que a aplicação de DDT nunca se justificaria nos Açores, por não existirem as doenças que se pretendia precaver com o produto.

[1284] Mendes, A. (5 de julho de 2005). *Op. cit*.
[1285] *Idem, ibidem.*
[1286] Mendes, A. (5 de julho de 2005). *Op. cit*.

Secção II - Contrapartidas

1. Primazia para os apoios militares

Em 1992 (já vimos, no capítulo anterior, os apoios militares e económicos até 1991), com as negociações do que virá a ser o Acordo de Cooperação e Defesa de 1995 a decorrer, Portugal recebe 102,1 milhões de dólares em apoios militares e quarenta milhões em apoios económicos. Os apoios económicos cessam, entretanto, por uma década, até 2002. Em 1993 o apoio militar é de 91,5 milhões; em 1994 de 81,6 milhões e em 1995, ano da assinatura do acordo, fica-se por 3,4 milhões de dólares. No entanto, das negociações para o novo acordo resultaram benefícios para Portugal, destacando-se o acesso a material militar considerado excedentário pelos norte-americanos. A Acta Final que antecedeu a assinatura do Acordo de 1995 prevê transferências de material militar para Portugal, por tempo não especificado, no valor de 173 milhões de dólares e destinadas a acertar contas decorrentes das consultas mútuas realizadas em 1989. Tratou-se de acertos entendidos por Portugal como condição prévia à negociação de um novo acordo. As transferências serão realizadas no âmbito do programa EDA (*Excess Defense Articles*)[1287]. Aplica-se a Portugal a secção 516 do *Foreign Assistance Act* de 1961, que prevê a transferência de material excedentário sem custos de aquisição para o destinatário[1288].

1.1. Arma negocial norte-americana

O acesso a artigos EDA parece ter sido um dos principais elementos de pressão utilizados pelos EUA durante as negociações com Portugal que redundaram no Acordo de 1995. Com as negociações do Acordo de Cooperação e Defesa a decorrer desde 1991, o Congresso decidiu, com efeitos no ano fiscal de 1993, excluir Portugal das ofertas de armamento, mantendo, porém, o privilégio da concessão de empréstimos com taxas reduzidas para aquisição de armamento[1289]. Em 1994 as taxas reduzidas foram suprimidas, aplicando-se a Portugal as taxas em vigor no mercado[1290]. Com a assinatura do Acordo de Cooperação e Defesa, Portugal volta a ter acesso a ofertas de armamento ao abrigo do programa EDA[1291]. O caminho já estava, até, meio

[1287] Acta Final (28 de Março de 1995). Arquivo pessoal do autor, pasta "Base das Lajes-Acordos". (A Acta Final não foi pubicada).
[1288] Defense Security Cooperation Agency (s/d). Database. *Defense Cooperation Security Agency Web site*. Acedido em janeiro de 2016, disponível em http://www.dsca.mil/programs/excess-defense-articles-eda.
[1289] Cf. GAO (8 fevereiro de 1994). *Op. cit*.
[1290] *Idem, ibidem*.
[1291] Acta Final (28 de Março de 1995). O regresso de Portugal ao privilégio de adquirir armamento norte-americano sem custo é recordado pelo então presidente norte-americano Bill Clinton quando visita

percorrido, uma vez que a delegação norte-americana tinha aceite, a 25 de Junho de 1993, uma "Lista Consolidada de Equipamento para a Modernização das Forças Armadas Portuguesas", que, no entanto, só teria aplicação com a assinatura efetiva do Acordo[1292].

Percebe-se, aliás, que o acesso ao armamento EDA em regime de oferta foi, da parte portuguesa, uma questão central nas negociações do Acordo de 1995. Essa preocupação, que vinha desde as consultas mútuas de 1989 e que certamente se terá adensado com a supressão pelo Congresso das ofertas de material militar, fica bem clara na Acta Final, quando as partes escrevem que "…o Governo dos Estados Unidos concordou em oferecer ao Governo Português armas e equipamento militar num valor total de 173 milhões de dólares"[1293].

1.2. Tentativa portuguesa de reequipar as forças armadas

Entre 1995 e 2000, inclusive, Portugal recebeu material militar excedentário norte-americano no valor de 353,8 milhõesde dólares. O valor foi dividido da seguinte forma pelos seis anos: 1995, 14,2 milhões de dólares; 1996, 77,3 milhões dólares; 1997, 12,6 milhões dólares; 1998, 222,4 milhões de dólares; 1999, 26,9 milhões dólares, e 2000, 321,1 mil dólares. O maior peso em dólares das transferências regista-se em 1998, quando Portugal recebeu 25 aviões *F16* (4 *F16B* e 21 *F16A*). Em 1996, outro ano significativo, tinha recebido o navio *USS Audacious*, e em 1999, também um ano significativo, recebeu o navio *USS Assurance*[1294]. Estes montantes não coincidem com os valores divulgados pela USAID no que diz respeito a ajuda militar para os anos em causa. Já vimos os valores referidos para 1995 (3,4 milhões de dólares). Para 1996 a USAID indica 22,4 milhões; 1997, 3,1 milhões; 1998, 48,7 milhões; para 1999, 11,1 milhões, e para 2000, 694 mil dólares.

Os Estados Unidos entendem que os artigos EDA devem servir para garantir a prontidão das Forças Armadas e capacitar Portugal para participar em operações internacionais de manutenção de paz. Lamentam, porém, compreendendo-se nesse lamento alguma ironia, que nos primeiros anos do século XXI tenha sido difícil encontrar artigos no EDA que satisfaçam os requisitos portugueses[1295]. Por seu lado, Portugal parece empenhado em obter prioridade na seleção de material EDA e em negociar com os EUA outras formas, não especificadas, de transferência de

---

Portugal em 2000 e acorda com Lisboa a prorrogação do Acordo, que terminava nesse ano, por tempo indeterminado. Cf. The White House (30 de maio de 2000). US-Portugal Bilateral Issues. *The White House Web site.* Acedido em janeiro de 2014, disponível em https://clinton4.nara.gov/WH/New/Europe-0005/factsheets/us-portugal-bilateral-issues.html.

[1292] Cf. Ministério da Defesa Nacional (fevereiro de 2003). *Relações Bilaterais*, nº2.

[1293] Acta Final (28 de Março de 1995), p. 2

[1294] Defense Security Cooperation Agency (s/d). *Op. cit*.

[1295] US Department of Defense (s/d). Europe and Eurasia. *US Department of Defense Web site*. Acedido em janeiro de 2016, disponível em http://www.state.gov/documents/organization/17787.pdf.

material militar. O Ministério da Defesa Nacional (MDN) manifesta-se, por isso, empenhado em atualizar a "Lista Consolidada de Equipamento para a Modernização das Forças Armadas Portuguesas" acordada em 25 de Junho de 1993, quando as negociações com vista ao Acordo que seria assinado em 1995 ainda iam a meio. A lista foi atualizada em 2000 e o MDN preparava-se em 2003 para uma nova actualização[1296]. Nesse ano Portugal poderá ter negociado o rearmamento das forças armadas portuguesas como contrapartida pelo apoio concedido aos EUA na crise do Iraque e que teve expressão, em termos operacionais, com a cedência da Base das Lajes[1297]. A possibilidade é levantada pelo jornal Expresso, que cita fontes militares portuguesas:

> O auxílio financeiro norte-americano ao rearmamento e modernização das Forças Armadas poderá ser a contrapartida negociada pelo Governo pelo alinhamento de Portugal às posições políticas dos Estados Unidos na crise do Iraque. É essa pelo menos a convicção – e em larga escala o desejo – das fontes militares contactadas pelo Expresso, ainda que algumas olhem com tristeza o 'estender da mão à esmola'. 'A ajuda dos EUA é mais do que provável', arrisca ao Expresso um oficial de alta patente, lembrando que a oferta de meios militares a Portugal interessa à indústria de defesa norte-americana, que recuperará o investimento. A circunstância de as Forças Armadas Portuguesas, tal como estão, correrem o risco 'do descrédito' torna o tema (quase) consensual[1298].

O empenho dos EUA no rearmamento das Forças Armadas portuguesas, que abrandou nos primeiros anos do século XXI, recomeça, de facto, a ser notório com a aprovação no Senado, com efeitos no ano fiscal de 2005, da entrega a Portugal de duas fragatas da classe *Oliver Hazard Perry*, a *USS George Philip* (FFG 12) e a *USS Sides* (FFG 14)[1299], equipadas com lançadores de mísseis teleguiados e com um helicóptero em cada unidade[1300]. Portugal acabou por não aceitar estas fragatas. A opção portuguesa, que já vinha dos finais dos anos oitenta, tenha sido pelas fragatas MEKO, de fabrico alemão. Curiosamente, os três grandes financiadores destas fragatas foram Alemanha, França e EUA, o primeiro país com uma base em Beja (desativada em 1993), e os dois últimos com bases nos Açores, sendo que a França saiu das Flores em 1993, permanecendo os EUA na Terceira (Lajes)[1301].

[1296] Ministério da Defesa Nacional (fevereiro de 2003). *Relações Bilaterais*, nº2.
[1297] Cf. Portugal -- Granted U.S. permission to use Lajes Field air base in the Azores Islands, a traditional eastern Atlantic refuelling stop, 19 de março de 2003. *ExpandNATO.*
[1298] Euro-2004 pode ser alvo terrorista (8 de fevereiro de 2003). *Expresso*.
[1299] Congress of the United States (2005). *Act for Fiscal Year 2005.*Washington: Library of the Congress.
[1300] FAS (14 de fevereiro de 2000). FFG-7 Oliver Hazard Perry –class. *FAS Web site*. Acedido em maio de 2014, disponível em http://www.fas.org/man/dod-101/sys/ship/ffg-7.htm.
[1301] Deusen, Karl J. (1990). *Op. cit*.

1.3. O caso F-16

A Força Aérea Portuguesa (FAP) acedeu aos aviões de caça *F16* com a assinatura, em Agosto de 1990, de uma *Letter of Acceptance* que integra Portugal no programa *Peace Atlantis*. O acordo era um pagamento pelo uso da Base das Lajes pelos norte-americanos. Os primeiros quatro aparelhos chegaram a Portugal em julho de 1994. Em novembro de 1997 o Pentágono assinou a transferência para Portugal, ao abrigo do programa EDA, de 25 aparelhos[1302]. A história, porém, começa ainda na década de oitenta, quando, em 1989, como vimos no capítulo anterior, responsáveis norte-americanos ofereceram a Portugal o acesso aos aviões *F16* para garantir a presença dos EUA nas Lajes[1303]. Foi a partir daí que se desenvolveram as negociações que levaram à entrada de Portugal na era *F16*.

A aquisição de caças de tecnologia avançada implicou para Portugal o acesso a transferência de tecnologia que, até então, não era dominada no nosso país. Por exemplo, a *Pratt&Whitney*, fabricante dos motores que equipam os *F16*, forneceu às Oficinas Gerais de Material Aeronáutico (OGMA) ferramentas para modificação do banco de ensaios a fim de poderem ser testados os reatores equipados com a tecnologia de *afterburner*. As OGMA adquiriram ainda os meios necessários para o ensaio de aviónicos. Na Base de Monte Real foi montada uma célula de ensaios de avião designada de *Hush House*[1304].

Em junho de 2000 Portugal aderiu ao *F16 Multinational Fighter Program* juntando-se a países como EUA, Bélgica, Dinamarca, Noruega e Holanda que têm uma base de competências mais avançada. Portugal pretende assim estimular a cooperação industrial no setor aeroespacial por via de acesso ao conhecimento em países noutra fase de desenvolvimento das suas competências.

> O conjunto de operações então previsto irá permitir às empresas portuguesas estabelecer e reforçar instituições com entidades a trabalhar em áreas de elevada intensidade tecnológica. Constitui por isso uma importante oportunidade para o país em termos de desenvolvimento da capacidade absortiva das organizações envolvidas e para a concretização no futuro de ideias inovadoras do ponto de vista tecnológico[1305].

[1302] Portugal - Força Aérea Portuguesa, 2015. *F-16. Net Web site*. Acedido em maio de 2015, disponível em http://www.f-16.net/f-16_users_article16.html.

[1303] Stijger, E. (abril de 1998). Peace in the Atlantic. *CodeOne*, Vol. 13, nº 2. *Code One Magazine Web site*. Acedido em maio de 2014, disponível em http://www.codeonemagazine.com/images/C1_V13N2_SM_1271449318_8485.pdf. O Acordo expirava em Fevereiro de 1991.

[1304] Silva, J. P. T. (2001). *Utilização de contrapartidas associadas a grandes compras na dinamização de inovação tecnológica: uma metodologia de estruturação de casos*. Lisboa: Instituto Superior Técnico. (Tese de Mestrado).

[1305] *Idem, ibidem*., p. 100.

Portugal obtém, assim, por via do Acordo das Lajes, o acesso a um avião de caça de alto desempenho e em adaptação constante, além de absorver conhecimento em tecnologias de ponta na área da aeronáutica que pode ser potenciado em termos económicos, por exemplo, para o relançamento das OGMA, como aconteceu com o programa MLU (*Midle-Life Upgrade*), que envolve 40 *F16* portugueses[1306]. O MLU é hoje um dos serviços de prestígio da OGMA[1307].

1.4. Treino de militares

Portugal usufrui ainda de benefícios da cooperação com os EUA codificada no Acordo das Lajes através da formação de quadros militares no âmbito do programa norte-americano IMET (*International Military Educationand Training*) e de outros de menor expressão financeira. Em 1995, oitenta por centro dos "líderes seniores" militares em Portugal tinham recebido treino do IMET[1308]. No século XXI, os norte-americanos entendem que Portugal dá importância particular ao treino IMET e vê-o como uma parte valiosa da cooperação especificada no Acordo de Cooperação e Defesa. Nos documentos em que dão conta das razões que justificam o apoio a Portugal no âmbito do IMET, os EUA enfatizam que o treino e a educação militar ajudam ao entendimento entre os militares e dão aos soldados portugueses o conhecimento necessário para operarem e manterem equipamentos originários dos Estados Unidos[1309].

Noutro documento, os norte-americanos são muito claros nas intenções que presidem ao IMET ao referirem que os esforços dos EUA são dirigidos para promover o atlantismo português, construindo laços com os futuros líderes militares e reforçando a preferência existente por equipamento de defesa norte-americano. Os norte-americanos esclarecem que o programa IMET prossegue esta estratégia estabelecendo uma relação bilateral forte entre militares dos EUA e de Portugal e também fornecendo treino para a manobra de sistemas norte-americanos de defesa[1310].

[1306] Força Aérea terá 40 modernos caças F16 até 2010, 24 de junho de 2003. *Agência Lusa*.

[1307] "A OGMA possui simultaneamente experiência na modificação de aeronaves *Falcon Up* e *Falcon Star* e em *MidLife Upgrade* (MLU)". OGMA (2014). Serviços MRO. *OGMA Web site*. Acedido em dezembro de 2015, disponível em http://www.ogma.pt/index.php?page=f16_pt. A OGMA, fundada em 1918 e de capital 100 por cento público, tomou a designação de Indústria Aeronáutica de Portugal sendo detida, desde 2005, a 65 por cento pela Airholding SGPS (capital ligado sobretudo à brasileira Embraer) e a 35 por cento pela Empordef (Estado Português).

[1308] Joulwan, G. A. (1995). European Theater Remains One of Conflict and Transition. *Defense Issues.10,* no. 40, pp. 1-11.

[1309] Department of State (janeiro de 2001). Foreign Military Training and DoD Engagement Activities of Interest, Joint Report to Congress. *Department of State Web site*. Acedido em junho de 2015, disponívelem http://www.state.gov/t/pm/rls/rpt/fmtrpt/2001/2579.htm.

[1310] Department os State (2003). Europe and Eurasia. *Department of State Web site*. Acedido em maio de 2015, disponível em http://www.state.gov/documents/organization/28977.pdf.

Os norte-americanos têm a certeza que o IMET continua a ser uma componente essencial do programa português de modernização das forças armadas[1311]. Esta certeza é confirmada pelo Ministério da Defesa Nacional (Portugal), que num documento do início de 2003 exorta os militares a utilizarem o IMET:

> …o programa de formação e treino disponível para as Forças Armadas Portuguesas (IMET) irá ser objeto de um reforço de verba, que no presente ano fiscal atingirá os 850 mil dólares. Atendendo às restrições financeiras que atingem todos os ramos da Defesa e Militar, julga-se prioritário retirar as maiores vantagens auferidas pelo programa IMET, pelo que se sugere aos ramos das Forças Armadas uma elevada consideração na sua utilização, para que a continuação deste programa possa ser uma realidade, sem dúvida, importante também na modernização das nossas Forças Armadas[1312].

Nos primeiros anos do século XXI o IMET garantiu às Forças Armadas Portuguesas formação com valores significativos: 2000, 656 mil dólares, no âmbito de um pacote de formação de cerca de 800 mil dólares; 2001, 750 mil dólares, no âmbito de um pacote de formação de cerca de 950 mil dólares; 2002, 720 mil dólares; 2003, 850 mil dólares e 2004, 850 mil dólares[1313].

2. Benefícios imateriais

Ao nível imaterial, Portugal vive, neste período, um exemplo concreto das potencialidades da Base das Lajes na manutenção da disfunção nacional no sistema internacional. Através da participação das Lajes na II Guerra do Golfo, Portugal ganha visibilidade no sistema internacional, quer através da cimeira das Lajes[1314], quer através da possibilidade de responsáveis portugueses manterem um canal de diálogo aberto com a única potência global[1315], quer ainda através da colocação de assessores portugueses na administração do Iraque[1316].

A estes benefícios imateriais resultantes da utilização das Lajes pelos EUA podem somar-se importantes benefícios materiais, uma vez que os Estados Unidos comprometeram-se a trabalhar com Portugal para que empresas nacionais tenham acesso à reconstrução do Iraque[1317], uma

[1311] Department os State (2003). *Op. cit.*
[1312] Ministério da Defesa Nacional (fevereiro de 2003). *Relações Bilaterais*, nº2.
[1313] Department of State (janeiro de 2001). *Op. cit.*; Department of State (2003).*Op. cit*.
[1314] A Cimeira teve lugar em Março de 2003, reuniu Bush, Blair, Aznar e Barroso e serviu para afinar a estratégia política com vista à invasão do Iraque em 2003.
[1315] Por exemplo, Durão Barroso teve, no início de junho de 2003, em Washington, uma "reunião de trabalho" e um almoço com o Presidente Bush, com quem falou sobre a situação no Iraque e no Médio Oriente, o combate ao terrorismo e a cooperação internacional. Cf. Lajes pode pôr Portugal no governo do Iraque, 6 de junho de 2003. *Diário Insular*.
[1316] Cf. Lajes pode pôr Portugal no governo do Iraque, 6 de junho de 2003. *Diário Insular*.
[1317] Robert Shipley, adido comercial da Embaixada dos EUA em Lisboa, disse que a embaixada está "(…)a trabalhar com os ministérios dos Negócios Estrangeiros e da Economia para identificar algumas empresas portuguesas interessadas em obter contratos (na reconstrução do Iraque), talvez em parceria

tarefa avaliada em 250 biliões de dólares[1318].Os benefícios que Portugal aufere do Acordo de Cooperação de Defesa de 1995 parecem satisfazer Lisboa, que em 2003 ainda não tinha entendido ter chegado o momento de encetar com os EUA negociações com vista à renegociação[1319], situação que permanece.

3. Açores sem contrapartidas

O primeiro e até agora único Acordo nos tempos pós-Guerra Fria e posteriores, acaba por não contemplar quaisquer contrapartidas para os Açores, prevendo apenas a possibilidade de cooperação entre a Região e os EUA[1320]. A Acta Final é o instrumento que melhor pormenoriza a "…cooperação com a Região Autónoma dos Açores", que é remetida para "…o espírito empreendedor das entidades sociais, económicas e culturais açorianas…". Quanto ao Governo dos Estados Unidos, compromete-se a agir "…num espírito de boa vontade…"[1321] em áreas como o fornecimento de bens e serviços aos norte-americanos estacionados nas Lajes; a supressão da praga do escaravelho japonês introduzida nos Açores pelos norte-americanos; a exportação de produtos açorianos para os EUA; programas de cooperação em agricultura, ensino superior, meio ambiente, turismo, proteção civil, segurança social e saúde, e colaboração na drenagem de portos e no fornecimento de rebocadores.

Os Açores acabam por apresentar propostas de cooperação com os EUA que, no entanto, parecem não passar de uma tentativa de substituir as contrapartidas financeiras do período anterior por contrapartidas em géneros e serviços, como sejam o equipamento do Porto da Praia da Vitória com gruas e rebocadores, a venda de produtos locais à base, a abertura de quotas de exportação para os Estados Unidos, entre outras iniciativas entendidas como viáveis face às possibilidades abertas pela Acta Final[1322]. Os resultados são, no essencial, negativos.O descontentamento açoriano é sintetizado numa declaração proferida em 2000 pelo presidente do Governo Regional: "…este acordo não trouxe as contrapartidas que estavam nas nossas expectativas e deixa um grau de insatisfação que tem sido público e comunicado às autoridades adequadas"[1323]. Esta declaração é proferida em maio de 2000, poucos dias antes de, em junho, o Ministro dos Negócios Estrangeiros anunciar, durante uma visita a Portugal do então presidente

com empresas norte-americanas". Cf. Base das Lajes leva empresas ao Iraque, 16 de abril de 2003. *Diário Insular*.

[1318] Monjardino, M. (entrevista) (17 de abril de 2003). Aquilo que queremos das Lajes deve ser negociado em Lisboa. *Diário Insular*.

[1319] Região quer mais contrapartidas, 16 de julho de 2003. *Diário Insular*. O Ministro da Defesa à altura, Paulo Portas, é citado como tendo-se pronunciado contra a revisão do Acordo.

[1320] Acordo de Cooperação e Defesa entre Portugal e os Estados Unidos da América, Artigo VI (11 de outubro de 1995). *Diário da República*, nº 325 - Iª Série-A.

[1321] Acta Final (28 de Março de 1995), p. 4.

[1322] Base equipa Porto da Praia, 20 de fevereiro de 1996. *Diário Insular*.

[1323] César quer frutos do Acordo, 21 de maio de 2000. *Diário Insular*.

norte-americano Bill Clinton, que as duas partes prescindem da revisão do Acordo, que entra em renovação anual automática[1324].

4. Duas visões das Lajes e do mundo

As negociações entre Portugal e os EUA que redundaram no Acordo de 1995[1325] decorreram na transição de um sistema mundial – o bipolar, que acabou com o colapso da União Soviética – para outro – o unipolar, no qual os Estados Unidos são a única potência global. Começam quando a *Base Force* é aprovada (1991) e são concluídas já na vigência da *Bottom-up Review* (1995).

Competia à parte portuguesa perceber se a Base das Lajes, objeto central da relação com os EUA no sistema anterior e que tinha conferido ao país a possibilidade de usufruir de um papel disfuncional importante nesse sistema[1326], continuava a conferir essa vantagem ou se, pelo contrário, a importância estratégica dos Açores estava esbatida no novo sistema, sendo então necessário, se possível, construir em outras bases a relação com a potência vencedora da Guerra Fria[1327].

4.1. Para além das Lajes

Os negociadores portugueses, ao que tudo indica, pretenderam criar um documento que não fosse um "Acordo das Lajes", mas sim um instrumento regulador das relações entre os dois estados e que não tivesse as Lajes por objeto central. Durão Barroso, então Ministro dos Negócios Estrangeiros, ao apresentar na Assembleia da República o Acordo para ratificação, deixou bem claro o entendimento do Governo português ao afirmar que o documento

> …coloca as relações entre os dois países num patamar politicamente superior, abrindo as portas ao aprofundamento da cooperação em várias áreas que até aqui se encontravam vedadas em função do modelo tradicional em que assentava o relacionamento bilateral nos domínios político e militar[1328].

[1324] Equipamento militar é prioritário para Portugal, 2 de junho de 2000. *Diário Insular*.
[1325] O Acordo é publicado no *Diário da República*, nº 325, ISérie-A, de 11 de Outubro de 1995. A Acta Final tinha sido assinada em Lisboa a 28 de Março de 1995. O jornal das *Feusaçores* (forças dos EUA estacionadas nas Lajes) refere que as negociações começaram em 1991. Cf. Portugal, US reach new agreement, 31 de março de 1995. *Crossroads*. O acordo de 1983 expirara em Fevereiro de 1991.
[1326] Cf. Telo, A. J. (1993). *Op. cit.*
[1327] A análise do pensamento português só ficará completa depois da libertação do arquivo sobre as negociações do Acordo de 1995, que está sob reserva legal durante trinta anos, pelo que só ficará acessível para consulta pública em 2025.
[1328] Barroso, D. (21 de junho de 1995). *Diário das Sessões da Assembleia da República*, p. 3002.

Antes de ser um acordo de defesa, pretendia-se que fosse um acordo de cooperação, conforme a precedência das palavras no título do documento (…"Cooperação e Defesa"…). "Tal supõe, desde logo, a nossa firme intenção de agirmos como parceiros em plena igualdade de direitos e deveres e não, de certa forma, como peticionários em relação à outra parte…"[1329] Esta nova postura explicava a ausência de contrapartidas financeiras para Portugal, sobretudo para os Açores[1330], onde a Base das Lajes se situa, que tinham vigorado em períodos anteriores:

> Na verdade, a adesão à União Europeia e o nível de desenvolvimento económico que atingimos tornaram insustentável a continuação dos programas norte-americanos de assistência ao desenvolvimento económico do nosso país (…) esgotou-se naturalmente o modelo de concessão de acesso a instalações militares a troco de contrapartidas financeiras, o qual se havia transformado (…) numa fonte de irritação anual para as diplomacias dos dois países, dada a crescente impossibilidade – e a visível relutância – da Administração dos Estados Unidos em defender, perante o Congresso, programas de auxílio económico e militar destinados a Portugal, país da União Europeia[1331].

Estava assim criado um "…acordo bilateral de uma nova geração…" que refletia "…o tipo de relacionamento que desejamos manter com a única potência global que sobreviveu à Guerra Fria – uma relação pragmática, despida de preconceitos e, na medida do possível, privilegiada", além de expurgada do "…estafado modelo assente na concessão de facilidades versus contrapartidas financeiras"[1332]. O modelo de relacionamento resultante do Acordo, tal como foi apresentado por Durão Barroso na Assembleia da República, assenta no estabelecimento de consultas políticas a nível de responsáveis pelos Negócios Estrangeiros e de consultas político-militares anuais a nível de altos funcionários. Conjugado com a Acta Final que lhe foi anexa, o Acordo identifica áreas temáticas de cooperação relativas à defesa, à indústria, à ciência e tecnologia e às relações económicas e comerciais, além de contemplar domínios como a cooperação político-diplomática, a cooperação trilateral em África, a cooperação na luta contra o terrorismo internacional e o tráfico de drogas ou entre os serviços de informações dos dois países[1333].

4.2. A visão do outro lado

[1329] *Idem, ibidem.,* p. 3002.
[1330] No período 1983-91 os Açores receberam 40 milhões de dólares anuais. Em 1986 as contrapartidas açorianas pelas Lajes representaram 21,6 por cento dos recursos orçamentais da Região. Cf. Magalhães, J. C. *el al.* (1993).*Op. cit.*, p. 76.
[1331] Barroso, D. (21 de junho de 1995). *Diário das Sessões da Assembleia da República*, p. 3003.
[1332] Barroso, D. (21 de junho de 1995). *Diário das Sessões da Assembleia da República*, p. 3002.
[1333] Barroso, D. (21 de junho de 1995). *Diário das Sessões da Assembleia da República*, p. 3003.

Os interesses dos EUA, porém, parecem não coincidir com os interesses portugueses. O novo papel da Base das Lajes, resultante da conjugação das novas opções estratégicas com uma rigorosa análise técnico-militar, incluindo o estudo minucioso das capacidades e das limitações dos meios disponíveis, estava bem definido pelo menos desde 1994. A Base das Lajes é então considerada uma "base-chave" para a projeção de força dos EUA para um esperado conflito regional no cenário instável do Médio Oriente, como vimos.

A Base das Lajes tem agora funções que passam por um elevado nível de prontidão para receber aviões-cisterna, cargueiros, caças e bombardeiros durante as missões de guerra ou outras, em vez de estacionar permanentemente esses aviões e respetivas tripulações. Esta nova estratégia "…dá à Força Aérea mais mobilidade e agilidade e é mais rentável do que estacionar esses aviões permanentemente"[1334]. Os interesses norte-americanos ficam bem claros quando o próprio Secretário de Estado norte-americano Warren Christopher designa o Acordo de "*Lajes Agreement*" na cerimónia de assinatura, em Lisboa, da Acta Final, e deixa claro que o Acordo assegura "…a legal basis for continued United States presence in the Azores…"[1335]. Para reforçar o interesse dos EUA em manterem o acesso à Base das Lajes, explicou que

> In this post-cold war world, and with all of its turbulence, the projection of conventional forces at great distance remains a vital aspect of our security and certainly the base that is reflected in this agreement is a very important link in that security [1336].

Nos documentos e nos discursos norte-americanos ao longo dos anos, a Base das Lajes surge sempre como o elemento essencial que justifica o Acordo de Cooperação e Defesa e em boa medida o próprio interesse dos EUA em manterem uma relação com Portugal. Em 2000, quando o então presidente Bill Clinton visitou Portugal, o Gabinete de Imprensa da Casa Branca divulgou um documento sobre a relação bilateral no qual refere que "The current bilateral relationship is codified in the 1995 'Agreement on Cooperation and Defense'.This agreement provides for access to Lajes Air Base in the Azores"[1337].

O Departamento de Estado norte-americano anota em 2002, num relatório para o Congresso, que o grande interesse norte-americano nas relações com Portugal é

[1334]Jacobi, B. (entrevista) (17 de agosto de 2003). Lajes, o lugar perfeito. *Diário Insular*. A Coronel Barbara Jacobi era, à altura da entrevista, Comandante das Feusaçores (forças dos Estados Unidos estacionadas nos Açores).

[1335] Department of State (1 de junho de 1995). Statements on US-Portuguese Cooperations and Defense. *Electronic Research Collection Web site*. Acedido em janeiro de 2014, disponívelem http://dosfan.lib.uic.edu/ERC/briefing/dossec/1995/9506/950601dossec.html.

[1336]*Idem, ibidem*.

[1337] The White House (20 de maio de 2000). The President´s Trip to Europe: Portugal, Germany, Russia, Ukraine. *The White House Web site*. Acedido em maio de 2015,disponível em http://clinton4.nara.gov/textonly/WH/New/Europe-0005/factsheets/us-portugal-bilateral-issues.html.

> … to continued U.S. access to Lajes Air Base in the Azores, which is a key component of U.S. force projection capabilities, particularly to the Balkans, the Middle East and, most recently, in South Asia, particularly Afghanistan[1338].

No relatório do ano anterior, o Departamento de Estado anotava que

> Portugal particularly values IMET training. The Portuguese see it as a valuable part of the cooperation specified in the Agreement on Cooperation and Defense, the agreement which assures continued U.S. military access to Lajes[1339].

Na proposta de verbas para o IMET para os anos fiscais de 2003 e 2004, o Departamento de Estado volta a referir-se à Base das Lajes como a peça central do Acordo de Cooperação e Defesa:

> The 1995 Agreement on Cooperation and Defense provides U.S. forces continued access to the Lajes Air Base, which served as a staging point for the U.S. during NATO's military operations in Kosovo and Operations Desert Storm and Desert Fox.
>
> Lajes supports ongoing U.S. operations in Afghanistan and Iraq[1340].

A leitura destes documentos, conjugada com os dados que se aduzem nas secções um e dois deste capítulo, permite concluir que os Estados Unidos interpretaram o Acordo de 1995 como uma base legal para continuarem a utilizar a Base das Lajes, entendendo eventuais programas de cooperação com Portugal como uma contrapartida por essas facilidades. Esta postura norte-americana é particularmente evidente quando Warren Christopher refere no seu discurso na assinatura da Acta Final: "…now that the Lajes Agreement has been signed we can pursue initiatives that were identified by the negotiators which can further our bilateral cooperation…"[1341].

Secção III – Considerações finais

Parece possível defender que os norte-americanos procuraram manter a sua influência local, num espaço alargado à volta da Base das Lajes, no tempo pós-Guerra Fria recorrendo à televisão. Esta pode ser uma explicação para duas tentativas de expandir a televisão norte-

[1338]Department of State (março de 2002). Foreign Military Training and DoD Engagement Activities of Interest, Joint Report to Congress. *Department of State Web site*. Acedido em junho de 2014, disponívelem http://www.state.gov/t/pm/rls/rpt/fmtrpt/2002/10722.htm.
[1339] Department of State (janeiro de 2001).*Op. cit.*
[1340]Department os State (2003).*Op. cit*., p. 388.
[1341]Department of State (1 de junho de 1995).*Op. cit*.

americana das Lajes pelo menos para toda a ilha Terceira, que estão registadas no período, mas que acabam por falhar. Os dois casos, como um caso registado no período anterior e que vimos, estão associados a momentos de conflito que poderiam degradar a imagem local, regional e até nacional dos próprios EUA e pôr em risco a sua presença nas Lajes. Este é um dos impactos da presença norte-americana na Terceira no período em causa. Talvez mais graves sejam os impactos económico e ambiental. Os Açores descobriram tardiamente, já no período que abordamos neste capítulo, uma dependência económica muito significativa da Base das Lajes, ao ponto de a redução agora em concretização poder significar uma perda de até 12 por cento do PIB da Terceira, com reflexos de até 55 por cento na taxa de desemprego e uma emigração potencial de cerca de 20 por cento da população da ilha. Hoje teme-se um impacto já qualificado como catástrofe social. Quanto à contaminação ambiental, também evidenciada no período em causa – através de estudos norte-americanos e não portugueses -, embora seja de longo curso, ela está relacionada com hidrocarbonetos e metais pesados presentes nos solos e na água e com o lançamento de DDT sobre as populações e o meio ambiente. Os reais impactos destas situações permanecem por estudar.

Os benefícios para Portugal da utilização norte-americana da Base das Lajes nos tempos pós-Guerra Fria estão muito associados às negociações do próprio acordo assinado em 1995, que contempla um novo modelo de relação entre os estados, deixando cair contrapartidas financeiras e apostando na cooperação. Não estão registados apoios económicos a Portugal entre 1992 e 2002, mas sim apoios militares, nalguns anos com muito significado, particularmente em anos de negociação do acordo. Portugal reconquista com o acordo o acesso, sem custos, a material militar excedentários dos EUA (material EDA) e acerta contas, também relacionadas com equipamento militar, relativas ao anterior acordo. Aliás, o acesso a artigos EDA é cortado no âmbito das negociações e aparentemente é utilizado pelos EUA como arma negocial para apressar o acordo de 1995. É na sequência da assinatura do acordo que Portugal acede a material militar em volume e qualidade muitos significativos, como é o caso dos caças *F16*, que permitem a Portugal o acesso a novas tecnologias, além de tentar o reequipamento em larga escala das forças armadas, podendo para isso ter, por exemplo, utilizado o papel das Lajes na II Guerra do Golfo.O treino de militares é outra vertente significativa dos apoios a Portugal neste período inseridos no objetivo norte-americano de manter a presença nos Açores. Benefícios imateriais que podem ser associados às Lajes têm a ver com visibilidade internacional, abertura de corredores para Washington e participação, por exemplo, na administração do Iraque, abrindo-se também portas materiais para a participação de empresas portugueses na reconstrução desse país. Os Açores ficam neste período sem contrapartidas financeiras, sendo eventuais benefícios remetidos para programas de cooperação a construir, mas que, no essencial, têm constituído uma impossibilidade prática, ainda hoje. O relacionamento entre

Portugal e os EUA, conforme codificado no acordo assinado neste período, fica marcado por duas visões diferentes das funções das Lajes e do mundo. Enquanto Portugal constrói uma ideia de cooperação e defesa desligada das Lajes, os EUA parecem considerar a Base das Lajes como o seu principal interesse que justifica a assinatura de um acordo entre os dois países.

CONCLUSÕES

Procurámos estruturar o nosso trabalho para responder a uma questão essencial, a saber:

- Em que medida a presença militar norte-americana nos Açores, no âmbito de estratégias globais que envolvem as ilhas, acabou por condicionar o enquadramento dos Açores no todo nacional?

Parece claro que as bases norte-americanas nos Açores podem, de forma evidente em alguns momentos, ser associadas ao independentismo e sobretudo ao separatismo com ideias de ligação política aos EUA, sendo que os benefícios das bases para Portugal suportam um quadro de reivindicações que está claramente associado à autonomia de 1976 e a conquistas autonómicas em áreas que tradicionalmente são competências exclusivas do Estado. Estas parecem ser consequências políticas fundamentais da existência das bases, com impactos da maior importância na relação entre os Açores e Lisboa.

As bases parecem assumir-se como polos que alimentam, de forma direta ou indireta, fenómenos geralmente designados por independentismo, mas que tomam sobretudo a forma de separatismo e com formulações que apontam, por vezes claramente, para uma ligação política aos EUA. Ou seja, o que parece estar em causa é a separação política de Portugal, mas com ligação a outra potência, no caso a potência que domina o Atlântico. A documentação consultada não permite estabelecer claramente o nível de compromisso dos EUA com o separatismo, pelo menos no que diz respeito a ações concretas, embora a motivação norte-americana seja por vezes clara, com destaque para o tempo pós-Revolução de 1974, quando os EUA querem garantir o uso das Lajes e Portugal ameaça resvalar para a esfera comunista (até ao 25 de novembro de 1975). (Não se deve excluir, porém – embora a relação causa-efeito não esteja estabelecida –, que o independentismo/separatismo açoriano pós-Revolução de 1974 esteja ligado a ações de desestabilização em Portugal aprovadas pelos EUA para inverter os rumos que a política levava no país nos tempos a seguir à Revolução). As movimentações separatistas eclodem em geral a partir das comunidades açorianas nos EUA (por vezes apoiadas claramente na esfera política norte-americana), vindo a replicar-se sobretudo em S. Miguel (a ilha maior), mas também na Terceira (a segunda ilha em população), parecendo não desagradar à população, que na sua generalidade aparenta apreciar o modo de vida norte-americano, quer por contato com as bases – e com os seus benefícios nas comunidades envolventes -, quer por ligação familiar ou outra aos açorianos emigrados. É significativo o pró-americanismo popular e mesmo das elites locais, manifestado no âmbito da Base Naval de Ponta Delgada, inclusive como reação à fraca proteção militar garantida às ilhas por Lisboa no contexto da I Guerra

Mundial e contrabalançada pela ação norte-americana. Parece ser claro que o desaparecimento de uma base (como é o caso da Base Naval de Ponta Delgada) ou o (re)alinhamento de Portugal com os valores que os norte-americanos valorizam (como aconteceu após o 25 de novembro de 1975), desmobilizam as ideias independentistas/separatistas, às quais passam a sobrepor-se as formulações autonomistas, sempre latentes nos Açores, no âmbito da nação portuguesa. Pode isto significar que a âncora da presença militar nas ilhas da potência que domina o Atlântico será decisiva como sustentação, nem que seja psicológica, a uma narrativa de separação dos Açores de Portugal, procurando a inserção política em outra potência.

Da maior importância no tempo histórico açoriano é o problema dos benefícios (e dos beneficiários) pela utilização dos Açores no âmbito de estratégias e de interesses externos. Deve ser compreendido nesse âmbito vasto o facto de as contrapartidas para Portugal, sobretudo pelo uso das Lajes, estarem associadas, pós-Revolução de 1974, primeiro a ideias de independência ou separatismo com ligação política aos EUA e depois, com o desenvolvimento da questão açoriana no âmbito da assembleia constituinte, à construção de uma solução autonómica com uma forte componente de poderes tradicionalmente reservados ao Estado, como sejam a participação nas negociações de acordos internacionais que digam respeito ao território regional, mesmo de caráter militar, e nos respetivos benefícios. Também aqui se assume duma forma muito clara o condicionamento da inserção dos Açores no todo nacional a partir da presença militar norte-americana nas ilhas, no caso na Base das Lajes – presença que é alvo de contrapartidas para Lisboa que os Açores conhecem mal, mas que interpretam como sendo suficientes para viabilizar uma solução política separada de Portugal.

Duas questões derivadas aparecem como gémeas da questão central, estando uma delas relacionada com a relação política geral Açores-Lisboa estabelecida à volta das bases e outra com o papel que as comunidades açorianas emigradas nos EUA desempenham nessa relação.

A relação política entre os Açores e Lisboa que se estabelece à volta das bases é sobretudo de conflito, não só porque as bases são estruturas que induzem ou criam espaço, pelo menos psicológico, para o nascimento ou o recrudescimento de ideias políticas ligadas ao independentismo ou ao separatismo com ligação política ao inquilino das bases, mas também porque a questão das contrapartidas abre espaço para ideias de autossuficiência que apontam ou para a hipótese de negociação própria dos ativos geoestratégicos utilizados por potências estrangeiras – quando os rumos de Portugal desagradam às elites açorianas e como reação ao chamado centralismo de Lisboa - ou para reivindicações autonomistas que apontam, com sucesso (nos textos legais, menos na prática e particularmente no que diz respeito à divisão das contrapartidas) na autonomia constitucional de 1976 e até ao presente, para partilha de contrapartidas e presença nas negociações quando está em causa a utilização do território

açoriano por potências estrangeiras. Mais recentemente, a autonomia regional quantifica e atribui responsabilidades a Lisboa face aos impactos da redução da presença norte-americana numa base (Base das Lajes) e exige de Lisboa – ou que esta exija a Washington – verbas significativas para limpeza ambiental tendo em conta os danos nesse âmbito provocados pelo inquilino. Este nível da relação poderá ter consequências políticas e outras ainda imprevisíveis, uma vez que o processo de *downsizing* na Base das Lajes continua a decorrer.

A relação entre os Açores e Lisboa é também condicionada pela ação das comunidades emigradas nos EUA, onde fervilham historicamente ideias independentistas/separatistas, quase sempre com formulações que apontam claramente para uma ligação política ao Estado norte-americano. A ação destas comunidades parece por vezes articulada com políticos norte-americanos que atuam no Congresso. A ação das comunidades, que aproveita a presença militar dos EUA nos Açores, é particularmente veemente quando a censura amordaça a comunicação social nos Açores, sendo significativo o que ocorreu à volta da Base Naval de Ponta Delgada. Os jornais das comunidades parecem, nessas ocasiões, atuar como substitutos da comunicação social local, publicando despachos datados dos Açores (a par dos seus próprios textos sobre o tema), que depois são replicados localmente, procurando iludir a censura. Noutros casos, como ocorreu após a Revolução de 1974, as comunidades parecem interpretar os interesses norte-americanos nos Açores, repudiando o comunismo e procurando, através da promoção do separatismo, abrir espaço à permanência militar dos EUA nas ilhas. A desmobilização do discurso independentista/separatista nas comunidades parece, no tempo estudado, associada ao aparente desinteresse norte-americano pela aplicação dessas soluções nos Açores.

Da busca de respostas para a questão central que colocamos surgiram outras questões secundárias, além das referidas, que se foram assumindo como naturais e mesmo imperativas à medida que fomos analisando a documentação e as publicações disponíveis. De entre os principais impactos que se foram evidenciando, assumem particular relevo aqueles que têm a ver com economia, ambiente, sociedade e cultura.

Os impactos económicos são ambivalentes e com um resultado final profundamente negativo para a comunidade hospedeira. Num primeiro momento, o funcionamento das bases – sendo particularmente evidente o caso do tempo longo de existência da Base das Lajes – gera à sua volta uma pujança económica muito significativa, relacionada com empregos, obras, aquisições nos mercados locais, arrendamentos, etc. Porém, este modelo, aplicado em pequenas comunidades/ilhas, tende a concentrar a vitalidade da vida económica, provando-se com a redução da presença ou o encerramento que a economia gerada pelas bases é tão efémera como podem ser as estruturas que a suportam. Em casos de encerramento ou redução da presença, fica a descoberto uma situação económica de "terra queimada" com impactos negativos da maior

importância no PIB-Produto Interno Bruto das zonas/ilhas que albergam as bases, sendo particularmente graves a redução de empregos e da entrada de capital por via de militares, famílias e funcionários, não sendo também despicienda a redução da atividade económica pelo fim ou pela redução de obras de construção civil nas bases. A recuperação do tecido económico após o encerramento ou redução de uma base revela-se de enorme dificuldade. A Base de Santa Maria viu a sua pujança económica prolongada no apoio às escalas técnicas que se seguiram à transição da infraestrutura militar para as Lajes, mas com a redução das escalas técnicas a ilha entrou em declínio económico, sublinhado por uma queda demográfica abrupta e consistente. A redução em curso na Base das Lajes – ainda não consolidada - está já associada a sintomas de depressão económica que apontam para uma quebra no PIB da ilha Terceira que pode atingir os 12 por cento, embora os estudos conhecidos não sejam unânimes na dimensão do impacto.

Ao nível do ambiente, as bases têm impactos muito significativos, que, no caso dos Açores, só recentemente vieram a ser conhecidos e sobretudo através de relatórios e estudos norte-americanos. O Base das Lajes, pelo tempo longo da sua existência, é o melhor exemplo. Está associada a contaminação ambiental sobretudo por derrame de hidrocarbonetos nos solos e nos aquíferos, mas também devido ao lançamento de químicos nos solos, nos ambientes aquáticos e mesmo sobre as populações, como é o caso do DDT (*dichlorodiphenyltrichloroethane*). No caso dos Açores, os reais impactos deste espetro de contaminação permanecem por estudar. De menor importância, mas também significativos, são os impactos ao nível da arquitetura, uma vez que as construções associadas às bases, mesmo aquelas que estão ligadas a necessidades habitacionais e administrativas, tendem a não respeitar a traça tradicional, assumindo-se como corpos estranhos na paisagem. É muito significativo o impacto destas estruturas em Santa Maria, ilha de muito pequena dimensão, tendo como contraponto a arquitetura do casco histórico de Vila do Porto, capital da ilha.

Os impactos sociais das bases norte-americanas nos Açores são de largo espetro. Desde logo, as bases em causa estão associadas a modelos de sociedade diametralmente opostos à sociedade rural que caracteriza os Açores. A abundância associada às bases transforma-as em polos de atração à volta dos quais a comunidade hospedeira tende a gravitar, fenómeno que induz processos de aculturação, particularmente visíveis no tempo longo de existência da Base das Lajes. Enquanto centros que concentram necessidades de mão-de-obra, geralmente bem paga em relação aos padrões locais, as bases induzem processos de abandono das atividades tradicionais e, associando a mão-de-obra ocupada ao alto consumo de produtos adquiridos nas zonas de implantação, as bases originam também fenómenos de carestia de bens essenciais, situação agravada com tendências para o crescimento da inflação. A concentração de mão-de-obra está associada ao fenómeno dos chamados "bairros de lata", que não eram conhecidos nos Açores antes da instalação dos norte-americanos nas ilhas Santa Maria e Terceira (Base das

Lajes), sendo nesta última que esses bairros ocorreram em dimensão mais significativa, estando ligados a fluxos migratórios de outras ilhas. A ocupação de terrenos necessários às bases implica outro fenómeno, que está ligado à proletarização de antigos proprietários rurais e ao seu realojamento em aldeamentos construídos de raiz. Um dos fenómenos mais negros das bases dos EUA nos Açores, ao nível social, tem a ver com prostituição, que, além de dinamizar o mercado das hoje chamadas trabalhadoras do sexo, está também associada à prostituição de menores. É curioso o facto de os militares portugueses assumirem a responsabilidade de organizar o mercado da prostituição, como ocorreu na ilha Terceira no tempo em que portugueses, ingleses e norte-americanos estavam na Base das Lajes e competiam, nem sempre pacificamente, pelo acesso aos bordéis.

Ao nível cultural, a medição qualitativa dos impactos pode ser feita sobretudo em relação à Base das Lajes – a explicação continua a ser o tempo longo da sua existência - e particularmente no que diz respeito à cultura musical e aos padrões de vida, mesmo no que diz respeito às mentalidades, que ela induz. A sociedade envolvente conhecia pouco mais do que música de filarmónicas amadoras, sendo repentinamente mergulhada, por decisão dos próprios responsáveis militares norte-americanos, em géneros musicais que lhe eram desconhecidos, com particular destaque para o *jazz* e o *rock&roll*. Além de a Base das Lajes funcionar como sala de espetáculos aberta à comunidade, com uma oferta de topo a nível mundial – sobretudo nas primeiras décadas da sua existência -, atuações de grupos norte-americanos foram ocorrendo por toda a ilha, mas em especial nos centros urbanos. O acesso a uma discoteca instalada nas Lajes permitiu, em paralelo, o acesso à discografia editada nos EUA. A cultura musical da comunidade transformou-se em pouco tempo, o que é visível através da constituição de grupos locais que atuam para os militares e em toda a ilha Terceira. Os festivais musicais hoje organizados na Terceira procuram replicar os ambientes norte-americanas, particularmente na área do *jazz*, mas também no que respeito ao *rock&roll*, sendo esta uma prova irrefutável de aculturação. O impacto cultural é também visível através do cinema, da promoção de desportos como o basquetebol e através da televisão (desde a década de cinquenta) e da rádio (desde a década de quarenta) com emissões em inglês. O ensino superior também foi disponibilizado a cidadãos locais, no caso em universidades com contratos de serviço com os militares, mas os dados que seriam relevantes para percecionar a dimensão do fenómeno não são públicos. O real impacto de todos estes produtos culturais só será, porém, conhecido através de estudos de psicologia social, particularmente na área das perceções sociais, que não estão realizados e que escapam ao nosso trabalho.

Há ainda que notar um impacto específico que está associado à Base Naval de Ponta Delgada e que ocorre pelo facto de Portugal estar em guerra com a Alemanha, sem, no entanto, acautelar a defesa dos Açores, isto apesar dos repetidos avisos dos comandantes militares portugueses nas

ilhas, que, aliás, remontam a 1914. Sem que Lisboa resolva o problema da defesa das ilhas, essa responsabilidade é em boa parte assumida pelas forças dos EUA estacionadas em São Miguel, quer quanto à instalação de uma força com aparência de credível, mas mesmo no que diz respeito a ações concretas de guerra, como ocorreu com o ataque de um submarino ao porto de Ponta Delgada, ao qual deu luta um navio norte-americano. O principal impacto desta situação tem a ver com um pró-americanismo popular que deixa os responsáveis militares portugueses incomodados, mobiliza o povo contra Lisboa e a favor de Washington e parece alimentar o independentismo/separatismo com ideias de ligação política aos EUA.

De entre as questões derivadas a que nos propusemos responder avultam ainda aquelas que estão relacionadas com a natureza dos contratos estabelecidos entre Portugal e os EUA e as consequências induzidas por esses instrumentos – ou então pela ausência de qualquer contrato.

Desde logo, a importância dos contratos pode ser medida através da ausência de qualquer contrato, o que é particularmente visível no caso da Base Naval de Ponta Delgada. Sendo a instalação tratada entre norte-americanos e ingleses (desde logo entre as respetivas marinhas), a ação das forças norte-americanas em Ponta Delgada não está enquadrada em qualquer documento que regule as relações entre hospedeiro e inquilino. As consequências são óbvias e particularmente visíveis numa confusão de papéis entre forças portugueses e norte-americanas que chegam a episódios entre o caricato e o confrangedor, incluindo inversão clara de competências. Por exemplo, os norte-americanos acham-se no direito de abordar embarcações portuguesas, incluindo navios de guerra, questionando os respetivos comandantes. A própria Alfândega portuguesa sente-se tentada a tratar os navios de guerra como se fossem navios civis e a taxar os abastecimentos para a base como se fossem vulgares mercadorias. Cedências atrás de cedências por parte de Lisboa impedem consequências mais graves desta situação. A convivência só é regulada já tardiamente, quando EUA e Portugal finalmente assinam um acordo que regula a vida na base. Por aqui se prova a importância da existência de um contrato ou acordo para ao menos estabelecer os papéis respetivos de cada parte na gestão do dia-a-dia de uma base.

Por outro lado, os contratos entre inquilino e hospedeiro e a respetiva natureza, revelam-se da maior importância para a obtenção de contrapartidas por parte do hospedeiro. No tempo da presença militar norte-americana nos Açores, os contratos, inicialmente inexistentes ou então favoráveis ou mesmo leoninos para o inquilino, inclusive em questões de soberania, depressa evoluíram para contratos de cinco anos e de natureza incompleta. Este é o tipo de contrato que mais favorece o hospedeiro. Portugal foi capaz, sobretudo no tempo de existência da Base das Lajes, de capitalizar a favor de processos negociais sucessivos o tempo curto dos acordos, o que não conseguiria, como parece óbvio, se tivesse assinado acordos completos e de tempo longo

(como outros de 99 e mesmo 100 anos ou até sem fim estabelecido, que ocorreram), uma vez que as portas da renegociação estariam fechadas. Parece evidente que a multiplicação de processos negociais favorece Portugal na obtenção de contrapartidas materiais e imateriais, quer através do conhecimento da variação da importância dos bens em causa, quer por mimetismo em relação a estratégias que outras potências hospedeiras de bases vão desenvolvendo na (re)negociação dos seus ativos geoestratégicos. Este cenário é verdade quando Portugal está alinhado com os valores que os EUA privilegiam, mas também é verdade quando o hospedeiro está em contraciclo com esses valores. Tudo depende do valor (absoluto e relativo) do bem em causa em determinado momento e da perceção portuguesa do valor desse bem.

Ao longo da presença militar norte-americana nos Açores Portugal foi capaz, no geral, de obter contrapartidas significativas, o que é particularmente evidente no tempo da Base das Lajes.

Com a Base Naval de Ponta Delgada Portugal procura satisfazer, antes de mais, os desejos manifestados por Inglaterra, prosseguindo objetivos de política interna, o que falha, porque o regime que assiste à instalação da base e procurava o apoio inglês para subsistir, cai ainda na vigência da infraestrutura. Ou seja, a instalação norte-americana em Ponta Delgada não é vista por Portugal como um entendimento direto com os EUA. Já com a base instalada, Portugal ainda tenta obter contrapartidas económicas e militares, mas sem sucesso. De substancial, consegue apenas apoio à instalação de uma base aeronaval na Horta. Por outro lado, a relação estabelecida com os EUA durante a permanência em Ponta Delgada não é potenciada na Conferência de Paris, onde Portugal falha alguns dos seus objetivos essenciais, sem os negociar previamente com os norte-americanos, com destaque para um lugar executivo na Sociedade das Nações, que acaba por ser atribuído à Espanha neutral, quando Portugal foi beligerante. Pode-se admitir que Portugal tenha sido incapaz de perceber tanto o papel assumido pelos EUA na Conferência, como o significado da presença nos Açores durante o conflito, que parece já indiciar uma futura nova realidade geopolítica liderada pelos EUA.

A instalação em Santa Maria insere-se já na realidade das bases adquiridas por negociação, embora Portugal só tenha verdadeiramente despertado para a importância de se relacionar com os EUA após perceber - o que ocorre no âmbito do processo de negociação para a instalação da base de Santa Maria - que a Inglaterra começava a deixar espaço vazio, que seria ocupado pelos norte-americanos. Embora os EUA tenham rejeitado um pacote de contrapartidas económicas e militares significativas proposto por Portugal, a verdade é que o retorno de Timor à soberania portuguesa, contrapartida assumida e concretizada, não pode ser desvalorizado, uma vez que o território era disputado por outras potências, no caso a Austrália, beligerante ao lado dos aliados e que via Timor como um ativo geoestratégico importante para a sua própria segurança. Parece evidente que o acesso norte-americano a Santa Maria está associado ao regresso de Timor à

soberania portuguesa. Não deixa também de ser importante o facto de Portugal ceder a soberania nacional em Santa Maria, situação que acaba por assumir fraca relevância face ao período curto de existência da base.

É com a Base das Lajes e o tempo longo da sua existência que o jogo contrapartidas/negociações assume uma dimensão muito significativa. Desde logo, os sucessivos acordos de tempo curto (a norma são cinco anos) induzem só por si, pelas suas características de contratos incompletos, processos negociais quase permanentes no decurso dos quais fica claro que Portugal é, quase sempre, capaz de perceber não só o valor absoluto e relativo do bem em causa para a potência inquilina, mas também os limites da estratégia negocial. Note-se que demonstrando embora uma tolerância à negociação que parece ser significativa, os EUA não descuram em vários momentos a possibilidade de invasão pura e simples dos Açores ou a mera utilização com o recurso à força, caso Portugal não ceda aos seus objetivos. As contrapartidas económicas, militares e imateriais, primeiro não ditas, mas explícitas (em parte) a partir dos anos setenta, são constantes ao longo do período estudado e parecem moduladas da parte norte-americana face a objetivos relacionados com a renovação da presença nos Açores e o comportamento português no contexto das normas de comportamento internacional consideradas adequadas pelos EUA, destacando-se nesse âmbito a questão colonial e a transição para a democracia pós-Revolução de 1974. Da parte portuguesa, a compreensão/perceção da importância do bem para o inquilino motiva surtos negociais que acabam por ter sucesso mesmo em circunstâncias adversas, como é o caso da moderação da posição norte-americana na questão colonial, visivelmente conseguida face à urgência norte-americana em regularizar a presença nos Açores. Os períodos de menor sucesso português parecem corresponder a escassez de compreensão do papel dos Açores nas estratégias norte-americanas motivada por análises geopolíticas e geoestratégicas divergentes em relação à visão dos EUA. Os acordos relativos ao uso das Lajes evidenciam, também, uma preocupação portuguesa de recuperação de aspetos da soberania cedidos nos tempos iniciais e que vão sendo readquiridos de forma explícita sobretudo a partir da Revolução de 1974.

Ao nível das transferências económicas e militares, Portugal consegue mesmo ser um beneficiário importante, em termos *per capita* e no que diz respeito à Base das Lajes, como comprova o quadro comparativo seguinte:

Quadro 8. Valores *per capita* das transferências dos EUA para quatro países

	Portugal (1950-2014)	**Espanha** (1951-2014)	**Turquia** (1946-2016)	**Brasil** (1946-2016)
Transferências (Económicas e militares)	3 045 466 775.00 (dólares históricos)	4 645 576 919.00 (dólares históricos)	18 756 899 797.00 (dólares históricos)	3 821 350 806.00 (dólares históricos)
População (2015)	10 349 803	47 121 699	78 665 830	207 528 847

Valores (*per capita)*	**294,25 dólares**	95,6 dólares	238,44 dólares	18,39 dólares

Fontes: Transferências: USAID (2016). *Op. cit*. População: United Nations (2015). World Populations Prospects, the 2015 Revision. *United Nation Web site*. Acedido em junho de 2016, disponível em https://esa.un.org/unpd/wpp/Download/Standard/Population/. Ao longo de todo o período de transferências registado pela USAID, Portugal, nos quatro casos estudados, é o país que, no cômputo global e tendo em conta a população residente (estimada) em 2015, mais transferências *per capita* recebe dos EUA em apoios económicos e militares. A comparação justifica-se por Portugal ter utilizado os casos da Turquia e de Espanha para pressionar os EUA em momentos de negociação de acordos relativos a bases nos Açores, sendo que o Brasil é introduzido por se tratar de uma país localizado noutra zona geográfica (Hemisfério Ocidental/América Latina) e fora do contexto da NATO.

Pode também ser pertinente incluir nas contrapartidas a própria integração de Portugal na NATO (organização liderada pelos EUA, que são responsáveis pela adesão de Portugal), como membro-fundador, uma vez que a utilização de bases nos Açores parece ser o único interesse relevante que determinou tal integração. A NATO, além de ser uma fonte importante para o rearmamento das forças armadas, abriu a Portugal as portas para um novo mundo caracterizado por novas tecnologias, novas ideias organizacionais e novas realidades políticas. Por fim, refira-se que a a constituição da FLAD – Fundação Luso-Americana para o Deenvolvimento, surge associada à presença norte-americana nos Açores, sendo este o canal para o seu financiamento.

No que diz respeito às contrapartidas específicas para a zona geográfica onde as bases se situam (Açores), podem ser arrolados os chamados impactos das bases, particularmente os impactos económicos, que aliás levam a crises profundas em processos de *downsizing* ou encerramento, como já concluímos. Porém, não é pacífico que esses impactos possam ser considerados contrapartidas, uma vez que o que está em causa é a prestação de serviços às próprias bases e não empréstimos, transferências e doações, como geralmente acontece nas contrapartidas, isto para além das contrapartidas imateriais. Sendo assim, de substancial deverão ser considerados como contrapartidas para os Açores apenas 40 milhões de dólares anuais no período entre 1983 e 1991.

Uma outra ordem de questões secundárias, que também resultam da análise que realizamos, está relacionada com a visão portuguesa sobre as motivações norte-americanas em relação aos Açores e o papel ativo que Lisboa pode desempenhar na elaboração de estratégias para o Atlântico, isto quando está em causa a instalação de bases norte-americanas nas ilhas açorianas.

Parece evidente que Lisboa viu com desconfiança a instalação dos EUA nos Açores, não só porque Portugal privilegiou sempre, nos tempos de instalação das três bases em causa, a aliança com Inglaterra, não percebendo, aliás, as transições de domínio em curso no Atlântico – tanto o processo embrionário na I Guerra Mundial como a transição de facto ocorrida no âmbito e após a II Guerra Mundial -, mas também porque Lisboa temeu que as reais intenções dos EUA

passassem por instalação definitiva nos Açores, mesmo através de concessões territoriais. As desconfianças portuguesas em relação às motivações dos EUA estendem-se aos processos de independência/separatismo, nos quais os políticos nacionais tendem a ver o dedo norte-americano, tendendo também a associar as bases a essas dinâmicas. Quanto à elaboração das estratégias para o Atlântico com impactos na criação de bases norte-americanas nos Açores, Portugal nunca teve um papel ativo, limitando-se a procurar ser parte nos processos enquanto beneficiário precisamente das bases que nos Açores se integram nessas estratégias. Aliás, Portugal sujeita-se em vários momentos a ver as ilhas invadidas precisamente porque além de não ser parte ativa nas estratégias para o Atlântico, também não percebe as dinâmicas a que é associado por razões geoestratégicas imperativas.

Finalmente, uma outra ordem de questões secundárias, também resultantes dos caminhos que a nossa análise prosseguiu, tem a ver com as motivações dos EUA para o estabelecimento de bases nos Açores, os modelos utilizados na instalação, e as razões para encerramento e a permanência.

Parece claro que os EUA criaram bases militares nos Açores, no período estudado, agindo de acordo com a perceção própria das suas necessidades.

No caso da instalação da Base Naval de Ponta Delgada, na I Guerra Mundial, os norte-americanos agem de acordo com a sua perceção da ameaça submarina, particularmente no que diz respeito à possibilidade de os submarinos da Alemanha encontrarem nos Açores santuários para reabastecimento e posterior projeção sobre o continente americano. A perceção era irrealista, porque não era essa a estratégia da Alemanha. A base também não se justifica para apoio aos comboios marítimos, que passam muito a norte dos Açores e a estratégia adotada nem sequer contempla os Açores como zona de deriva em caso de ataque. A base em causa acabará, assim, por ter, no essencial, funções ligadas à negação de acesso, embora possa ser considerada uma base falhada – ou espúria, no sentido em que não segue a norma da necessidade objetiva - face ao objetivo central que justificou a sua criação e que é determinado por um erro de análise. Porém, não se pode excluir que a Base Naval de Ponta Delgada tenha sido criada no âmbito de uma estratégia expansionista que à altura fazia sentido para a *US Navy* e para o próprio presidente dos EUA, mas que foi abandonada após a I Guerra Mundial.

Os casos de Santa Maria e Lajes, ocorrendo embora no decurso da II Guerra Mundial, só poderiam ser ligados a necessidades operacionais específicas da guerra na zona dos Açores se tivessem desempenhado qualquer papel na Batalha do Atlântico, que acabou com a derrota dos submarinos da Alemanha. Porém, o "buraco no Atlântico", que permitia a operação impune dos submarinos na zona dos Açores, acabou por ser fechado pelos porta-aviões norte-americanos sem apoios em terra, sendo as bases instaladas depois desse esforço. Assim, a instalação dos

norte-americanos em Santa Maria e nas Lajes terá que ser compreendida à luz da projeção de poder sobretudo a pensar no pós-guerra (objetivo, de início, dissimulado pelos norte-americanos, mas pouco depois assumido), embora com ocorrências ainda no decurso e sobretudo no fim da guerra. O que parece determinar a instalação dos EUA nessas bases e a permanência nas Lajes (a base de Santa Maria foi devolvida a Portugal em 1946) é a expansão norte-americana enquanto potência global em ascensão meteórica. Ou seja, são as necessidades de projeção de poder que justificam a criação de Santa Maria e a instalação nas Lajes. Essa função permanece nas Lajes depois do abandono de Santa Maria (embora a construção de Santa Maria tenha induzido uma função civil pujante e ligada à aviação transatlântica - as chamadas "escalas técnicas" -, que permaneceu até ao início dos anos oitenta do século XX, quando a crescente autonomia dos aviões comerciais torna dispensável as escalas nos Açores).

O modelo de instalação de bases nos Açores está associado a passagem de mão de ativos geoestratégicos entre a Inglaterra e os EUA, mas contempla também contrapartidas negociadas e remoção de habitantes.

A instalação dos EUA em Ponta Delgada evidencia já, em forma talvez embrionária, um princípio de passagem de mão de um ativo geoestratégico entre duas potências, no caso estrangeiras, em relação ao bem em causa. A Inglaterra abre pela primeira vez mão da negação dos Açores, direito que havia conquistado em acordos estabelecidos com Portugal desde finais do século XIX, permitindo a instalação dos EUA por evidente necessidade de ceder aos interesses norte-americanos numa altura em que sem o peso militar dos EUA a Alemanha pode vergar a Inglaterra. Com um governo fraco e dependente de entendimentos com a Inglaterra para tentar a sua própria sobrevivência, Portugal limita-se a assistir, se tanto, à negociação do seu ativo entre potências estrangeiras, não pugnando por pagamentos/contrapartidas pelo serviço, nem por reservas de soberania, que, aliás, não eram norma à época, o mesmo acontecendo em relação a acordos relativos à utilização do ativo. Quer isto dizer que o modelo de instalação da Base Naval de Ponta Delgada, no essencial, indicia uma alteração no controlo do Atlântico, que só vem a concretizar-se de forma clara a seguir à II Guerra Mundial.

Tanto a criação da Base de Santa Maria como a instalação nas Lajes integram-se já na mudança efetiva de mão entre potências no uso dos Açores e numa alteração de facto do controlo do Atlântico, que deixa de ser um mar inglês, para ser um mar (e um espaço aéreo) norte-americano. A construção do aeroporto de Santa Maria ocorre no âmbito de um processo negocial já entre os EUA e Portugal, embora a última palavra, no caso de desistência, pertença a Inglaterra. A instalação nas Lajes, embora autorizada por Portugal, é precedida de um acordo de utilização entre Inglaterra e EUA, o que mais uma vez sublinha o modelo de instalação por passagem de mão. A instalação norte-americana nestas duas bases, para além de se integrar no

modelo de passagem de mão de ativos geoestratégicos, também se integra no modelo de negociação/contrapartidas (no caso das Lajes tal modelo é evidente só após os EUA manifestarem o desejo de permanência, uma vez que no período de instalação a base estava cedida a Inglaterra) que é inaugurado com os sistemas de bases pensados pelos EUA para depois da II Guerra Mundial, contemplando ainda, sobretudo no caso das Lajes, uma componente de remoção de habitantes, que começara com a construção portuguesa do aeroporto das Lajes, mas que assume proporções muito significativas com a expansão da infraestrutura face às necessidades norte-americanas.

O encerramento de bases norte-americanas nos Açores segue a norma da extinção das funções para as quais as infraestruturas foram criadas. Esta conclusão aplica-se à Base Naval de Ponta Delgada, porque em relação a Santa Maria parece-nos que não se pode falar no encerramento de uma base, mas em transferência de funções dentro de um mesmo espaço geoestratégico.

A Base Naval de Ponta Delgada é desativada por cessarem as supostas, não reais, necessidades que estavam associadas à sua criação. O encerramento também ocorre no âmbito de uma retração/isolacionismo que varre a sociedade norte-americana logo a seguir à guerra e que acaba por ter consequências no planeamento estratégico, por exemplo através de cortes orçamentais. No entanto, será possível questionar se a presença norte-americana nos Açores teria cessado caso a aviação dos EUA não tivesse completado a travessia do Atlântico ainda com apoio em Ponta Delgada (o tempo da base foi prolongado até esse feito ser realizado) e se a Inglaterra tivesse ocupado espaço nas ilhas para apoio à navegação aérea, hipótese que foi colocada por militares norte-americanos, mas que não se concretizou. Face ao que na realidade ocorreu, apenas se poderá concluir que os EUA encerram a Base Naval de Ponta Delgada quando os serviços aí prestados deixaram de ter justificação, cumprindo, assim, a promessa inicial e reiterada, de que abandonariam os Açores após a guerra.

A retirada norte-americana de Santa Maria poucos meses após o fim das hostilidades tem contornos especiais, embora não constitua uma surpresa, uma vez que Portugal deixou claro nas negociações que permitiram a construção da base mariense que a infraestrutura da ilha Terceira (Lajes) era a única onde a presença norte-americana poderia ser admitida após o conflito. De facto, não estamos perante o fim da presença numa determinada zona geográfica por qualquer razão que possa ser associada ao que é normalmente aceite como um quadro que pode levar ao encerramento de bases. Pelo contrário, as razões que determinaram a construção de Santa Maria permanecem e até aumentam de pertinência no momento do abandono e nos tempos que se seguem. Os norte-americanos limitam-se a transferir as funções de Santa Maria para as Lajes, onde, aliás, como se viu, já estavam instalados. Em boa verdade, no caso da saída norte-americana de Santa Maria talvez nem se possa falar no encerramento de uma base.

Concentração de funções talvez seja a expressão mais adequada para qualificar este caso, uma vez que as funções de Santa Maria passam a ser desempenhadas nas Lajes, sendo os Açores e não uma base, o ativo geoestratégico em causa. Ou seja, a desmobilização da presença norte-americana nos Açores não ocorre.

A permanência dos EUA na Base das Lajes deve-se à necessidade que os norte-americanos sentem de utilizar os Açores ao longo do tempo estudado e à falta de alternativas que possam oferecer resposta idêntica ou no mínimo aceitável.

A Base das Lajes é a infraestrutura militar norte-americana que permanece nos Açores até ao presente e deve ser entendida num conceito lato, uma vez que a ela estão ligadas, com variações ao longo do tempo, valências e funções dispersas pela Terceira e outras ilhas. A permanência da base, no tempo por nós estudado, está ligada à plasticidade do espaço geoestratégico dos Açores, que é capaz de corresponder às alterações na estratégia introduzidas pelo planeamento norte-americano, que procura responder às novas realidades, quer no que diz respeito à perceção/construção da resposta necessária face às ameaças identificadas, quer no que concerne a alterações tecnológicas com implicações na definição da estratégia e nos meios a utilizar. São os próprios norte-americanos que em vários períodos submetem a estudos técnicos a pertinência da sua permanência nas Lajes, concluindo pela indispensabilidade da base face às alternativas possíveis – em muitos casos impossíveis… Significa isto que a longevidade da Base das Lajes está ligada ao facto de ser indispensável para os norte-americanos em termos comparativos e absolutos, sobrepondo-se esta realidade, no que diz respeito à permanência da infraestrutura, a quaisquer outras considerações que possam ser aduzidas.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Os arquivos individualizados (portugueses e norte-americanos) são, de entre os que foram consultados, aqueles em que encontrámos documentação que nos pareceu mais relevante. O mesmo se aplica às coletâneas de documentos.

1. Fontes

1.1. Arquivos consultados (principais)

1.1.1. Arquivos portugueses

Arquivo da Assembleia da República (*online*)

http://www.parlamento.pt/ArquivoDocumentacao/Paginas/default.aspx.

Assembleia Nacional Constituinte – debates

1911

Correia, P. (8 de agosto de 1911). Assembleia Nacional Constituinte, I Legislatura, Sessão Legislativa 01, nº 040.

Senado da República – debates

1916

Cabral, A. (20 de dezembro de 1916). Senado da República, II Legislatura, Sessão legislativa 02, nº 008.

Simas, M. (20 de dezembro de 1916). Senado da República, II Legislatura, Sessão legislativa 02, nº 008.

Matos, N. (Ministro da Guerra) (20 de dezembro de 1916). Senado da República, II Legislatura, Sessão legislativa 02, nº 008.

Coutinho, A. (Ministro da Marinha) (20 de dezembro de 1916). Senado da República, II Legislatura, Sessão legislativa 02, nº 008.

Câmara dos Deputados – debates

1917

Pedroso, A. (Ministro da Marinha) (4 de julho de 1917). Câmara dos Deputados, II Legislatura, Sessão Legislativa 02, nº 095..

Camacho, B. (17 de agosto de 1917). Câmara dos Deputados, II Legislatura, Sessão Legislativa 02, nº 122.

Diário das Sessões da Assembleia da República – debates

1995

Barroso, D. (21 de junho de 1995). *Diário das Sessões da Assembleia da República*, pp. 3002 e 3003

Arquivo da Assembleia Legislativa Regional dos Açores (*online*)

http://base.alra.pt

1987

Amaral, M. (10 de abril de 1987). *Diário da Sessões da Assembleia Legislativa Regional*, nº 74.

Bettencourt, J. M. (10 de abril de 1987). *Diário da Sessões da Assembleia Legislativa Regional*, nº 74.

Proposta de resolução – aumento de potência do emissor das FEUSAÇORES instalado na ilha Terceira, 17 de março de 1987. Assembleia Legislativa Regional dos Açores, Arquivo 508.

1992

Proposta de resolução (24 de janeiro de 1992). Assembleia Legislativa Regional, Entrada 0177, Processo nº 108.

1995

Oliveira, F. (29 de março de 1995). V Legislatura, III Sessão Legislativa, Diário da Sessão, nº 59, p. 53.

Sem data

Carta da Presidência do Governo Regional dirigida ao Presidente da Assembleia Legislativa Regional e respondendo a uma consulta deste (s/d). Arquivo da Assembleia Legislativa Regional, entrada 1371, processo nº 108.

Arquivo Histórico Militar

Pasta Base Naval de Ponta Delgada

(Recolha elaborada pelo arquivo – que lhe atribuiu a denominação - a nosso pedido)

1914

Carta do Comandante Militar dos Açores ao Ministro da Guerra, 26 de novembro de 1914, doc. 1.

Comunicação da Secretaria da Guerra à Direção Geral, 27 de novembro de 1914, doc. 3.

Comunicação da Secretaria da Guerra ao Comandante Militar dos Açores, 27 de novembro de 1914, doc. 2.

1915

Relatório do Comandante Militar dos Açores para o Ministro da Guerra, 29 de novembro de 1915, doc. 95.

1916

Comunicação do Ministro da Guerra aos Comandantes Militares das Ilhas Adjacentes, 9 de março de 1916, doc. 10.

1917

Comunicação do Comandante Militar dos Açores ao Ministro da Guerra, 28 de junho de 1917, doc. 87.

Comunicação do Comando Militar de Ponta Delgada ao Comando Militar dos Açores, 2 de Agosto de 1917, doc. 141.

Comunicação do Comando Militar de Ponta Delgada ao Comando Militar dos Açores, 3 de Agosto de 1917, doc. 139.

Comunicação do Comando Militar de Ponta Delgada ao Ministério da Guerra, 2 de outubro de 1917, doc. 123

Comunicação do Comando Militar dos Açores ao Ministro da Guerra, 26 de novembro de 1917, doc. 134.

Comunicação do Major General da Armada ao Ministério da Guerra, 14 de Agosto de 1917 , doc. 93.

Telegrama da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo ao Ministro da Guerra, 26 de novembro de 1917, doc. 156.

Telegrama da Capitania do Porto de Ponta Delgada à Majoria General da Armada, 27 de setembro de 1917, doc. 4.

1918

Carta do Alto-Comissário ao Secretário de Estado das Colónias, 23 de maio de 1918, doc. 162.

Carta do Governador Civil do Distrito de Ponta Delgada ao Ministro do Interior, 28 de janeiro de 1918, doc. 25.

Comunicação do Comando Militar dos Açores ao Ministério da Guerra, 4 de janeiro de 1918 , doc. 24.

Comunicação do Governo Civil da Horta ao Ministro do Interior,23 de janeiro de 1918, doc. 160.

Telegrama do Alto-Comissário ao Secretário de Estado da Guerra. 23 de maio de 1918, doc. 164.

Telegrama do Comando Militar dos Açores ao Comandante Militar de Ponta Delgada, 30 de setembro de 1917., doc. 3.

Telegrama do Governador Civil da Horta ao Ministro das Colónias, 21 de maio de 1918, doc. 163.

Sem data

Comunicação do Ministério da Guerra ao Presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, sem data, doc. 155.

Informação do Comando Militar dos Açores, sem informação de destinatário e sem data, doc. 153.

Ministério da Guerra. Sumário Sobre a Defesa dos Açores, sem data, doc. 103.

Arquivo pessoal do autor

Pasta Televisão Americana

1987

Parecer sobre a proposta de resolução apresentada por deputados do Partido Socialista que visa a (sic) recomendar ao Governo Regional dos Açores que diligencie, junto da RTP, o eventual aumento da potência do emissor das FEUSAÇORES instalado na Terceira, 2 de abril de 1987. Comissão Permanente para os Assuntos Sociais.

1992

Parecer sobre a proposta de resolução – Recomenda ao Governo que junto das entidades nacionais competentes garanta a cobertura da emissão de dois canais de TV da Base das Lajes pelo menos a toda a ilha Terceira (2 de setembro de 1992). Comissão Permanente de Assuntos Sociais.

Parecer sobre a proposta de resolução – Recomenda ao Governo que junto das entidades nacionais competentes garanta a cobertura da emissão de dois canais de TV da Base das Lajes pelo menos a toda a ilha Terceira (2 de setembro de 1992). Comissão Permanente de Assuntos Sociais.

1995

Carta do Comandante das Feusaçores ao Comandante da Zona Aérea dos Açores (19 de outubro de 1995). Arquivo pessoal do autor, pasta "Televisão Americana".

Carta do Comandante das Feusaçores ao Comandante da Zona Aérea dos Açores (19 de outubro de 1995).

1997

Ofício da Presidência do Governo Regional dos Açores ao Ministro da República (16 de outubro de 1997).

Carta do Comandante das Feusaçores ao Comandante da Zona Aérea dos Açores (20 de Junho de 1997).

Carta da Embaixada dos Estados Unidos em Lisboa ao Director-Geral de Política de Defesa Nacional do Ministério da Defesa de Portugal (21 de Julho de 1997).

Ofício do Ministério dos Negócios Estrangeiros ao Gabinete do Ministro da República para os Açores (01 de setembro de 1997).

Ofício da Presidência do Governo Regional ao Gabinete do Ministro da República (16 de setembro de 1997).

Ofício do Ministro da República ao Ministro da Defesa Nacional (15 de Abril de 1997).

Ofício do Ministro da República ao Ministério da Defesa Nacional (13 de Agosto de 1997.

Ofício do Ministro da República ao Ministério da Defesa Nacional (13 de Agosto de 1997).

1998

Ofício do Ministério da Defesa Nacional ao Gabinete do Ministro da República para os Açores (19 de Outubro de 1998.

Ofício de João Maria Mendes a Luís Andrade (21 de Outubro de 1998).

Ofício do Ministério da Defesa Nacional ao Gabinete do Ministro da República para os Açores (19 de Outubro de 1998).

Ofício de João Maria Mendes a Luís Andrade (21 de Outubro de 1998).

Pasta Base das Lajes-Acordos

1995

Acta Final (28 de Março de 1995). (A Acta Final nunca foi publicada).

Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo

Pasta de Confidências, ofício nº 1259, secção 1ª, p. 80, Pasta A, CP/FM

1945

Comunicação do Governador Civil do Distrito Autónoma de Angra do Heroísmo ao Presidente do Conselho de Ministros, 4 de dezembro de 1945. Biblioteca Pública e Arquivo de Angra do Heroísmo.

Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo Histórico Diplomático

Pasta Base Naval nos Açores

(Recolha elaborada pelo arquivo – que lhe atribuiu a denominação - a nosso pedido)

1917

Comunicação da Legação de Portugal em Washington para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, 14 de agosto de 1917.

Comunicação da Legação de Portugal em Washington para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, 18 de outubro de 1917.

Comunicação da Legação dos EUA em Portugal ao Ministro Português dos Negócios Estrangeiros, 30 de outubro de 1917.

Comunicação do Comando Militar de Ponta Delgada ao Ministério da Guerra, 16 de agosto de 1917.

Comunicação do Governo Português ao Ministro dos EUA em Lisboa, 8 de outubro de 1917.

Comunicação do Ministro dos EUA em Lisboa a Sidónio Paes, 7 de agosto de 1917.

Comunicação do Ministro dos EUA em Lisboa ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, 19 de setembro de 1917.

Telegrama do Ministro de Portugal em Washington para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, 15 de abril de 1917.

1918

Acordo entre os governos dos Estados Unidos e Português para o Estabelecimento de Centro de Aviação Marítima em Ponta Delgada e Horta, 14 de Junho de 1918.

Acordo entre os Governos dos Estados Unidos e Português para o Estabelecimento de Centro de Aviação Marítima em Ponta Delgada e Horta, 14 de Junho de 1918.

Comunicação de Sidónio Paes ao Ministro da Marinha, 10 de abril de 1918.

Comunicação de Sidónio Paes ao Ministro dos EUA em Lisboa, 18 de maio de 1918.

Comunicação de Sidónio Paes ao Ministro dos EUA em Lisboa, 29 de janeiro de 1918.

Comunicação do Alto-Comissário para os Açores ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, 30 de agosto de 1918.

Comunicação do Alto-Comissário para os Açores ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, 30 de agosto de 1918.

Comunicação do Comandante do Vasco da Gama ao Major General da Armada, 14 de junho de 1918.

Comunicação do Comandante do Vasco da Gama ao Major General da Armada, 27 de abril de 1918.

Comunicação do Comandante do Vasco da Gama ao Ministro da Marinha, 23 de março de 1918.

Comunicação do Ministro da Marinha ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, 1 de abril de 1918.

Comunicação do Ministro da Marinha ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, 14 de janeiro de 1918.

Comunicação do Ministro dos EUA em Lisboa a Sidónio Paes, 2 de fevereiro de 1918.

Comunicação do Ministro dos EUA em Lisboa a Sidónio Paes, 6 de maio de 1918.

Comunicação do Ministro dos EUA em Lisboa ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, 27 de maio de 1918.

Comunicação do Ministro dos EUA em Lisboa ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, 20 de maio de 1918.

Comunicação do Ministro dos EUA em Lisboa ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, 16 de janeiro de 1918.

1919

Comunicação da Legação de Portugal na Suíça ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, 11 de abril de 1919.

Comunicação do Comando da Defesa Marítima dos Açores ao Ministério da Marinha, 3 de novembro de 1919.

Telegrama da Legação de Portugal em Paris ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, 14 de janeiro de 1919.

Telegrama da Legação de Portugal em Paris ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, 26 de janeiro de 1919.

Telegrama da Legação de Portugal em Washington ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, 8 de janeiro de 1919.

Telegrama da Legação de Portugal em Washington ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, 18 de janeiro de 1919.

Telegrama do Alto-Comissário para os Açores ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, 8 de janeiro de 1919.

1920

Comunicação do Ministério da Guerra ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, 25 de outubro de 1920.

Caixa 1, armário 63, maço 24 (1948)

1948

Notas trocadas em 2 de Fevereiro de 1948, que constituem o Acordo concluído entre os Governos Português e Norte-Americano relativo à continuação das facilidades de trânsito concedidas aos aviões norte-americanos nos Açores pelo Acordo de 30 de Maio de 1946. Acordo técnico, secreto, anexo ao Acordo de 2 de Fevereiro de 1948

1.1.2. Arquivos norte-americanos (principais)

National Security Strategy Archive (*online*)

http://nssarchive.us/

1990

The White House (março de 1990). National Security Strategy.

The National Archives (*online*)

https://aad.archives.gov/aad/

1973
US Aid to Icelan, 22 de junho de 1973.

1975

National Security Council (junho de 1975). NSSM 221—U.S. Security Interests in the Azores (2).Ford Library, NSC Institutional Files (H-Files), Box 35. (Solicitado e enviado por mail).

The National Security Archive (online)

http://nsarchive.gwu.edu/

1946

The Charge in the Soviet Union (Kennan) to the Secretary of State, 22 de fevereiro de 1946.

1975

Memorandum of conversation, 22 de janeiro de 1975. Case nº 01-124, doc. 6.

The Public's Library and Digital Archive (*online*)

http://www.ibiblio.org/

1941-42

United States-British Staff Conversations Report, 27 de março de 1941.

American-British Joint Chiefs of Staff Conferences (Arcadia Conference), 24 de Dezembro de 1941-14 de Janeiro de 1942.

1943

Office of the Combined Chiefs of Staff (Edit.) (1943). Trident Conference, maio de 1943.

The World War I Document Archive (*online*)

https://wwi.lib.byu.edu/index.php/Main_Page

1918

Plan of Action to be Taken in the Event of a Battle Cruiser Raid in the Atlantic (Plan BCR) (1918).

1.2. Coletâneas de Documentos (Impressas e *online*)

Central Intelligence Agency (CIA) - FOIA *(online)*

https://www.cia.gov/search?q=FOIA&site=CIA&output=xml_no_dtd&client=CIA&myAction=%2Fsearch&proxystylesheet=CIA&submitMethod=get

1975

Intelligence Alert Memorandum: Possible Coup Attempt by Azorean Separatits, 31 de maio de 1975.

Portugal-Azores. Determination for Independence Increases, 8 de agosto de 1975.

Foreign Relations of the United States (FRUS) (*online*)

University of Wisconsin Digital Collections Center
https://uwdc.library.wisc.edu/

FRUS diplomatic papers, 1943. Europe

1943

The Minister in Portugal (Norweb) to the Secretary of State, 31 de dezembro de 1943. FRUS, 1943, p. 579.

The Secretary of State to the Minister in Portugal (Fish), 21 de maio de 1943. FRUS, 1943, p. 529.

The Secretary of State to the Minister in Portugal (Norweb), 29 de dezembro de 1943. FRUS, 1943, p. 579.

FRUS diplomatic papers, 1944 .Europe

1944

President Roosevelt to the Portuguese Prime Minister (Salazar), 18 de Julho de 1944, pp. 51-52.

The Acting Secretary of State to the Minister in Portugal (Norweb), 21 de Fevereiro de 1944, p. 12.

The Afinister in Portugal (Norweb) to the Secretary of State, 23 de Maio de 1944, p. 27.

The Ambassador in Portugal (Norweb) to the Secretary of State (dando conta da carta escrita por Salazar à *Pan American*), 26 de julho de 1944, p. 63.

The Ambassador in Portugal (Norweb) to the Secretary of State (dando conta de uma carta enviada por Salazar ao Embaixador), 2 de outubro de 1944, p. 73.

The Ambassador in Portugal (Norweb) to the Secretary of State, 11 de setembro de 1944, p. 65.

The Ambassador in Portugal (Norweb) to the Secretary of State, 12 de outubro, pp. 82-83.

The Ambassador in Portugal (Norweb) to the Secretary of State, 14 de setembro de 1944, pp. 65-67.

The Ambassador in Portugal (Norweb) to the Secretary of State, 19 de Julho de 1944, p. 52.

The Ambassador in Portugal (Norweb) to the Secretary of State, 25 de julho de 1944, p. 60.

The Ambassador in Portugal (Norweb) to the Secretary of State, 7 de julho de 1944, pp. 44-45.

The Ambassador in Portugal (Norweb) to the Secretary of State, 8 de julho de 1944, pp. 45-46.

The Ambassador in Portugal (Nwoweb) to the Secretary of State, 6 de julho de 1944, pp. 41-42.

The British Embassy to the Department of State (AIDE-MEMOIRE), 28 de Janeiro de 1944, pp. 10-11.
The Minister in Portugal (Norweb) to the Secretary of State [Extract], 26 de Fevereiro de 1944, p. 14.

The Minister in Portugal (Norweb) to the Secretary of State, 24 de Maio de 1944, pp. 28-29.

The Portuguese Prime Minister (Salazar) to President Roosevelt [Translation], 27 de julho de 1944, p. 64.

The Secretary of State to the Ambassador in Portugal (Norweb), 14 de julho de 1944, pp. 48-49.

The Secretary of State to the Ambassador in Portugal (Norweb), 3 de Julho de 1944, p.41.

The Secretary of State to the Ambassador in Portugal (Norweb), 30 de junho de 1944, pp. 39-40.

The Secretary of State to the Ambassador in Portugal (Norweb), 5 de Outubro de 1944, p. 76.

The Secretary of State to the Ambassador in Portugal (Norweb), 6 de Outubro de 1944, pp. 77-78.

The Secretary of State to the Minister in Portugal (Norweb), 21 de Maio de 1944, pp. 26-27.

Office of the Historian
https://history.state.gov/

FRUS, 1952–1954, Volume VI, Part 2, Western Europe and Canada.

1954

The Ambassador in Portugal (Guggenheim) to the Department of State, 9 de agosto de 1954, doc. 812.

FRUS, 1961–1963, Volume XXI, Africa.

1961

Memorandum From Samuel H. Belk of the National Security Council Staff to the President's Special Assistant for National Security Affair, 29 de junho de 1961, doc. 351.

Memorandum of Conversation, 27 de novembro de 1961, doc. 330.

1963

Memorandum for the Record. Meeting with the President on Portuguese Africa, 18 de julho de 1963, doc. 367.

Memorandum From the Joint Chiefs of Staff to Secretary of Defense McNamara, 10 de julho de 1963, doc. 316.

FRUS, 1969-1976, Volume E-15, Part 2, Documents on Western Europe, 1973-1976.

1974

Memorandum Prepared for the 40 Committee, 27 de setembro de 1974, doc. 136.

1975

Memorandum From Denis Clift of the National Security Council Staff to Secretary of State Kissinger, 3 de abril de 1975, doc. 150.

Sem data

Memorandum From the Government of the United States to the Government of Portugal, s/d. FRUS, 1969–1976, doc. 218.

Memorandum from the Government of the United States to the Government of Portugal, s/d. FRUS, 1969–1976, doc. 128.

Memorandum From the President's Assistant for National Security Affairs (Kissinger) to President Ford, s/d. FRUS, 1969-1976, , doc. 159.

Franklin D. Roosevelt Library&Museum (*online*)

https://fdrlibrary.org/

Folder 1.MR 300 Spain, Portugal, Azores (2) Sec. 1-0ccupatlon of the Azores, 18 de maio de 1943-17 de novembro de 1944.

1943

A predisposição de Salazar é notada num telegrama enviado por Churchill a Roosevelt a 11 de Junho de 1943, p. 196.

Comunicação do Departamento de Estado ao Embaixador dos EUA no Rio de Janeiro dando conta de uma comunicação do Presidente Roosevelt para o Presidente Vargas, 19 de maio de 1943, pp. 200 e 201

Informação de Roosevelt a Kennan transmitida através do Secretário de Estado, 21 de outubro de 1943, p. 106.

Informação do Secretário de Estado ao Presidente, 23 de novembro de 1943, p. 96.

Mensagem do COMINCH Headquarters para COMINCH, 26 de novembro de 1943, p. 95.

Mensagem naval de ALUSNA LISBON (&HUFF) para CAPT MOON CNO, 1 de dezembro de 1943, pp. 89-91.

Mensagem naval de ALUSNA LISBON (&HUFF) para CAPT MOON CNO, 1 de dezembro de 1943, pp. 89-91.

Telegrama da Embaixada dos EUA em Lisboa para o Secretário de Estado, 20 de outubro de 1943, pp. 116-118.

Telegrama de George Kennan para o Secretário de Estado, 18 de outubro de 1943, pp. 125 e 126.

Telegrama de George Kennan para o Secretário de Estado, 20 de outubro de 1943. FDRL&M, p. 116-118.

Telegrama de Roosevelt a Churchill, 14 de outubro de 1943. FDRL&M, p. 132.

Telegrama de Roosevelt a Churchill, 6 de outubro de 1943. FDRL&M, pp. 138 e 139.

Telegrama do Departamento de Estado à Embaixada dos EUA em Lisboa, 16 de Outubro de 1943, pp. 126-128.

Telegrama do Departamento de Estado à Embaixada dos EUA em Lisboa, 19 de outubro de 1943, p. 123.

Telegrama do Departamento de Estado a Kennan, 21 de outubro de 1943, p. 108.

1944

Mensagem naval de ALUSNA LISBON para CAPT MOON CNO, 3 de Janeiro de 1944, pp. 80-83.

Telegrama do Adido Militar dos EUA em Portugal para o Departamento de Guerra, 15 de Setembro de 1944, p. 14.

1943

JCS, (16 de maio de 1943). Seizure or Paceaful Occupation of the Azores. Report by Joint War Plans Committee.

George Bush Presidential Library and Museum (*online*)

https://www.georgewbushlibrary.smu.edu/

1989
The White House (3 de março de 1989). National Security Review 12.

Wikileaks (online)

https://wikileaks.org/

1973

Lajes Flights, 13 de outubro de1973.

El Al Flights Via Lajes, 18 de outubro de 1973.

Resuply Flights ThroughLajes to Israel, 17 de outubro de 1973.

2009

US Military Presence in the Azores, 30 de janeiro de 2009.

1.3. Outras fontes (impressas e *online*)

65th Air Base Wing History Office (s/d). A short History of Lajes Field. *History Office, Lajes Field.*

Arkin, W. M.&Norris, R. S. (1992).Taking Stock.U.S. Nuclear Deployments at the End of the Cold War. *Natural Resources Defense Council Web site*. Acedido em junho de 2013, disponível em docs.nrdc.org/**nuclear**/files/nuc_08019201a_009.pdf.

Arms Control Association (agosto de 2012).The Presidential Nuclear Initiatives (PNIs) on Tactical Nuclear Weapons at a Glance. *Arms Control Association Web site*. Disponível em https://www.armscontrol.org/factsheets/pniglance.

Aspin, L. (outubro de 1993). *Report on the Bottom-up Review*. Washington: US Department of Defense.

Association of the United States Army (2016). Quadrennial Defense Review: From 1997 to 2001. *Association of the US Army Web site*. Acedido em maio de 2016,disponível em http://www.ausa.org/SiteCollectionDocuments/ILW%20Web-ExclusivePubs/Defense%20Reports/DR00-1.pdf.

Atomich Heritage Foundation (2016).The Soviet Hydrogen Bomb Program. *Atomich Heritage Web site*. Acedido em fevereiro de 2016, disponível em http://www.atomicheritage.org/history/soviet-hydrogen-bomb-program.

Baillie, F. N. (março de 2002). Statement Before de Military Constrution Subcommittee of the United States Senate. *US Departmentof Defense Web site*. Acedido em maio de 2015, disponível em www.defenselink.mil/dodgc/lrs/docs/test02-03-05Baillie.rtf.

Baruffi, R. (Primavera de 2002). Environmental Conflict and Cultural Solidarity: The Case of Vieques. Seminar on Environmental Conflict Resolution.Watson Institute for International Studies, Brown University, Providence, RI, USA. *University of Vermont Web site*. Acedido em março de 2015, disponível em http://www.uvm.edu/~shali/vieques.pdf.

Bento, C. M. (1995). José Bruno Carreiro. Autonomista e Escritor. *Carlos Melo Bento Web site*. Acedido em dezembro de 2015, disponível em http://carlosmelobento.blogspot.pt/2008/02/jos-bruno-carreiro.html.

Binovi, R. D**.** (1991). *Oily Waste Disposal Survey: South Tank Farm, Lajes Field, Azores*. Brooks: Armstrong Laboratory.

Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo (CCAH) (5 de abril de 2010). Açores terão três Estações do Sistema Internacional de Monitorização do Tratado de Proibição de Ensaios Nucleares. *CCAH Web site.*Acedido em novembro de 2015, disponível em http://www.ccah.eu/economia/noticias/ver.php?id=5583.

CCAH (18 de dezembro de 2007). Compras na Base das Lajes: uma situação intolerável! (Documento disponível no Arquivo Geral da Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo, sem outras referências).

Censos 2011 (2011). *Serviço Regional de Estatística dos Açores Web site*. Acedido em dezembro de 2015, disponível em http://estatistica.azores.gov.pt/upl/%7Bb6051d72-fdd2-4442-9a84-21f34f6f190f%7D.pdf.

Cohen, W. S. (Secretário da Defesa) (maio de 1997). *Report of the Quadrennial Defense Review*. Washington: Department of Defense.

Committee on Foreign Affairs (julho de 1949). *Point Four Background Program (International Technical Cooperation Act of 1949)*. Washington: US Government Printing Office.

Conetta, C. (6 de dezembro de 1997). The National Defense Panel.Assessment of the May 1997 Quadrennial Defense Review.*Commonwealth Institute Web site*. Acedido em maio de 2015, disponível em http://www.comw.org/qdr/ndppda1.htm.

Congress of the United States (1946). Hearing Before the Joint Committee on the Investigation of the Pearl Harbour Attack. Proceedings of Navy Court of Inquiry (Pages 926-985, Exhibit 4, "Rainbow 5"). Washington: Government Printing Office.

Congress of the United States (1991).*Act for Fiscal Year 1990/91 – Authorized Air Force Constrution and Land Acquisition Projects*. Washington: Library of the Congress.

Congress of the United States (1992/1993).*Act for Fiscal Year 1992/93, Authorized Air Force Constrution and Land Acquisition Projects*. Washington: Library of the Congress.

Congress of the United States (1993).*Act for Fiscal Year 1993, Authorized Air Force Constrution, Repair of Real Property and Land Acquisiton Projects*. Washington: Library of the Congress.

Congress of the United States (1995).*Act for Fiscal Year 1995, Family Housing*. Washington: Library of the Congress.

Congress of the United States (1996).*Act for Fiscal Year 1996 - Extension of 1993 Project Authorizations*. Washington: Library of the Congress.

Congress of the United States (1997).*Act for Fiscal Year 1997, Extension of Certains Fiscal Year 1993 Projects*. Washington: Library of the Congress.

Congress of the United States (1998).*Act for Fiscal Year 1998, Authorized Air Force Constrution and Land Acquisition Projects*. Washington: Library of the Congress.

Congress of the United States (1999).*Act for Fiscal Year 1999, Authorized Defense Agencies Constrution and Land Acquisition Projects*. Washington: Library of the Congress.

Congress of the United States (2000).*Act for Fiscal Year 2000, Authorized Air Force Constrution and Land Acquisition Projects*. Washington: Library of the Congress.

Congress of the United States (2002).*Act for Fiscal Year 2002, Air Force Family Housing*. Washington: Library of the Congress.

Congress of the United States (2003).*Act for Fiscal Year 2003, Deparment of Defense Dependents Schools*. Washington: Library of the Congress.

Congress of the United States (2004).*Act for Fiscal Year 2004, Military Construction*. Washington: Library of the Congress.

Congress of the United States (2005).*Act for Fiscal Year 2005*.Washington: Library of the Congress.

Consulate of the USA, Ponta Delgada (s/d). History of Air Base 4.*Consulate of the USA, Ponta Delgada Web site*. Acedido em julho de 2015, disponível em http://azores.usconsulate.gov/lajes-field_page2.html.

Cooper, D. (s/d). Conquering the Atlantic. *The Pan Am Historical Foundation Web site*. Acedido em janeiro de 2016, disponível em http://www.panam.org/images/Community/DixieClipperReunion/conqueringatlantic.pdf.

Cowan, T. (7 de fevereiro de 2012). *Military Base Closures: Socioeconomic Impacts*. Washington: Congressional Research Service.

Defense Logistics Agency (s/d). Military Construntion, Fiscal Year 2003. *Under Secretary of DefenseWeb site*. Acedido em janeiro de 2014, disponível em

http://comptroller.defense.gov/Portals/45/Documents/defbudget/fy2003/budget_justification/pdfs/07_Military_Constuction/DLA.pdf.

Defense Security Cooperation Agency (s/d).Database. *Defense Cooperation Security Agency Web site*.Acedido em janeiro de 2016, disponível em http://www.dsca.mil/programs/excess-defense-articles-eda.

Department of Defense (fevereiro de 2006).Quadrennial Defense Review Report. *Commonwealth Institute Web site*.Acedido em janeiro de 2015, disponível em http://www.comw.org/qdr/qdr2006.pdf.

Department of Defense (setembro de 2001). Quadrennial Defense Review Report. *US Department of Defense Web site*. Acedido em janeiro de 2015, disponível em http://www.defense.gov/Portals/1/features/defenseReviews/QDR/qdr2001.pdf.

Department of State (1 de junho de 1995).Statements on US-Portuguese Cooperations and Defense.*Electronic Research Collection Web site*. Acedido em janeiro de 2014, disponível em http://dosfan.lib.uic.edu/ERC/briefing/dossec/1995/9506/950601dossec.html.

Department of State (janeiro de 2001).Foreign Military Training and DoD Engagement Activities of Interest, Joint Report to Congress. *Department of State Web site*. Acedido em junho de 2015, disponível em http://www.state.gov/t/pm/rls/rpt/fmtrpt/2001/2579.htm.

Department of State (março de 2002).Foreign Military Training and DoD Engagement Activities of Interest, Joint Report to Congress. *Department of State Web site*. Acedido em junho de 2014, disponívelemhttp://www.state.gov/t/pm/rls/rpt/fmtrpt/2002/10722.htm.

Department os Defense (FY 2004).Base Structure Report. *UNT Digital Library Web site*. Acedido em junho de 2015, disponível em http://digital.library.unt.edu/ark:/67531/metadc22337/m2/1/high_res_d/BRAC-2005_10365.pdf.

Department os State (2003).Europe and Eurasia. *Department of State Web site*.Acedido em maio de 2015, disponível em http://www.state.gov/documents/organization/28977.pdf.

EA Engineering (dezembro de 1998a). Environmental Compliance Assessment Report (ECAS Report), South Tank Farm –TSAX.

EA Engineering (dezembro de 1998b). Environmental Compliance Assessment Report (ECAS Report), Cova Das Cinzas StorageTanks, CinderPit 1 (EPXA), CinderPit 2 (EPXA), CinderPit 3 (EPXA).

Encyclopædia Britannica (2016). Mutual and Balanced Force Reductions (MBFR).*Encyclopædia Britannica Web site*. Acedido em maio de 2016, disponível em http://www.britannica.com/topic/Mutual-and-Balanced-Force-Reductions.

Excess Defense Articles (EDA) (s/d). *Defense Security Cooperation Agency Web site*.Acedido em janeiro de 2015, disponível em http://www.dsca.mil/programs/excess-defense-articles-eda.

FAS (14 de fevereiro de 2000). FFG-7 Oliver Hazard Perry –class. *FAS Web site*. Acedido em maio de 2014, disponível em http://www.fas.org/man/dod-101/sys/ship/ffg-7.htm.

FAS (s/da). Intermediate-Range Nuclear Forces.*FAS Web site*. Acedido em janeiro de 2015, disponível em http://fas.org/nuke/control/inf/.

FAS (s/db).Strategic Arms Reduction Treaty (START I). *FAS Web site*. Acedido em maio de 2015, disponível em http://fas.org/nuke/control/start1/.

FAS (s/dc).Strategic Arms Reduction Treaty (START II). *FAS Web site*. Acedido em maio de 2015, disponível em http://fas.org/nuke/control/start2/.

Fasick, J. K.(1978). Profiles of Military Assistance Advisory Groups in 15 Countries (Staff study).*ID-78-51. Gao Web site*. Acedido em maio de 2014, disponível em http://www.gao.gov/products/ID-78-51.

Fawcett, E. (19 de junho de 1996). How to Avert Massive Nuclear War-Lessons from the Cold War.*York University Web site*. Acedido em março de 1914, disponível em http://www.math.yorku.ca/sfp/crises.html.

Federation of American Scientists (FAS) (1999). *B36* Peacemaker.*FAS Web site*. Acedido em dezembro de 2015, disponível em http://fas.org/nuke/guide/usa/bomber/b-36.htm.

Feith, D. J. (Subsecretário da Defesa para a Política) (3 de dezembro de 2003). Transforming the US Global Defense (discurso).*Center for Strategic and International Studies Web site*.Acedido em junho de 2014, disponível em http://csis.org/files/attachments/031203_feith.pdf.

Ferreira, J. P. L. *et. al*.(2014). *Environmental Situation in the Surrounding of Lajes Field, Azores*.Lisboa: LNEC.

Fritz, C.& Joerg, S. (2005). *Hydrogeological Study Report, Lajes Field, Azores, Portugal*.Kaiserslautern: CH2M HILL.

GAO (2 de junho de 1995). Foreign Housing Guaranty Program: Financial Condition Is Poor and Goals Are Not Achieved. NSIAD-95-108. *GAO Web site*. Acedido em maio de 2014, disponível em http://www.gao.gov/products/NSIAD-95-108.

GAO (20 de maio de 1985). Use Of Special Presidential Authorities For Foreign Assistance. GAOINSIAD-05-79. *GAO Web site*. Acedido em maio de 2014, disponível em http://www.gao.gov/products/NSIAD-85-79.

GAO (abril de 1944). Strategic Airlift, Further Air Base Reductions in Europe Could Jeopardize Capability. *NSIAD-94-138. Gao Web site.* Acedido em junho de 2014, disponível em http://www.gao.gov/products/NSIAD-94-138.

GAO (abril de 1991). Overseas Basing. Air Force and Army Processes for Selecting Bases to Close in Europe.GAO/NSIATD-9 1-l 95. *GAO Web site*. Acedido em janeiro de 2016, acessível em http://www.gao.gov/assets/220/214059.pdf.

GAO (abril de 1994). Strategic Airlift, Further Air Base Reductions in Europe Could Jeopardize Capability. GAO/NSlAD-94-138. *GAO Web site*. Acedido em janeiro de 2015, disponível em http://www.gao.gov/assets/220/219645.pdf.

GAO (agosto de 2004). Military transformation: Fielding of Army's Stryker Vehicles Is Well Under Way, but Expectations for Their Transportability by C-130 Aircraft Need to Be Clarified. GAO-04-925. *GAO Web site*. Acedido em maio de 2015, disponível em http://www.gao.gov/products/GAO-04-925.

GAO (janeiro de 1993).Force Structure: Issues Involving the Base Force. NSIAD-93-65. *GAO Web site*. Acedido em abril de 2015, disponível em http://www.gao.gov/assets/160/152925.pdf.

George Marshall Foundation (s/d). History of the Marshall Plan.*George Marshall Foundation Web site*. Acedido em dezembro de 2015, disponível em http://marshallfoundation.org/marshall/the-marshall-plan/history-marshall-plan/.

GlobalSecurity (2011a).EC-135, Looking Glass.*GlobalSecurity Web site*. Acedido em março de 2015, disponível em http://www.globalsecurity.org/wmd/systems/ec-135.htm.

GlobalSecurity (2011b).Stategic Air Command.*Global Security Web site*. Acedido em dezembro de 2015, disponível em http://www.globalsecurity.org/wmd/agency/sac.htm.

GlobalSecurity (2012a).U.S. Transportation Command.*GlobalSecuritry Web site.* Acedido em fevereiro de 2015, disponível em http://www.globalsecurity.org/military/agency/dod/transcom.htm.

GlobalSecurity (2012b).War Plan Rainbow. *Global Security Web site*. Acedido em fevereiro de 2015, disponível em http://www.globalsecurity.org/military/ops/war-plan-rainbow.htm.

Governo dos Açores (fevereiro de 2015). Plano de Revitalização Económica da Ilha Terceira.

Grave, J.A.G. (2000). *Os Açores na Segundo Guerra Mundial: Visão Interna*. Dissertação de mestrado. Universidade dos Açores.

Gunn, G. C. (1988). *Wartime Portuguese Timor: The Azores Connection.* (WorkingPaper nº 50). Victoria: Monash University.

Hattendorf, P.&Swartz, P. M. (Edit.) (2008). U.S. Naval Strategy in the 1980.*FAS Web site*. Acedido em agosto de 2014, disponível em https://fas.org/irp/doddir/navy/strategy1980s.pdf.

History (2015). Battle of the Atlantic. *History Web site*. Acedido em maio de 2015, disponível em http://www.history.co.uk/study-topics/history-of-ww2/battle-of-the-atlantic.

Inter-American Treaty of Reciprocal Assistance (Rio Pact) (1947). *Organization of American States Web site.* Acedido em maio de 2015, disponível em http://www.oas.org/juridico/english/treaties/b-29.html.

IT Corporation (outubro de 1995). Site Investigation Report Main Gate Area, Lajes Field, Azores Archipelago, Portugal.

JCS (janeiro de 1992).National Military Strategy of the United States. *Historical Office Web site*. Acedido em janeiro de 2016, disponível em http://history.defense.gov/Portals/70/Documents/nms/nms1992.pdf.

Joint Chiefs of Staff (JCS) (verão de 2000).*Joint Vision 2020. America's Military - Preparing for Tomorrow*. Washington, DC: National Defense University.

Joint History Office (2003). *Quadrant Conference*. Washington: Joint History Office.

Jones, J. L. (Comandante do Comando Europeu dos EUA) (23 de setembro de 2004). Statement before the Senate Armed Service Committee. *US Department of Defense Web site*.Acedido em maio de 2014, disponível em http://www.dod.mil/dodgc/olc/docs/test04-09-23Jones.pdf.

Jones, J. W. (1995). *U.S. Battleship Operations in World War I. 1917-1918*. University of North Texas. (Dissertação de doutoramento).

Kissinger, H. A. (outubro de 2007). Soviet-American Relations: The Détente Years (1969-1972). *Henry Kissinger Web site*. Acedido em novembro de 2015, disponível em http://www.henryakissinger.com/articles/fwddetente1007.html.

Knott, S. (2016). Americam President. George H. W. Bush: Foreign Affairs. *Miller Center Web site*. Disponível em http://millercenter.org/president/biography/bush-foreign-affairs.

Ludlam, S. (2 de maio de 2012).The Impact of Military Bases.*Scott Ludlam Web site*.Acedido em outubro de 2015, disponível em http://scott-ludlam.greensmps.org.au/content/news-stories/fact-sheet-impact-military-bases.

Mendes, J. M. (Coord.), *et al.* (junho de 2012). *Relatório Final do Grupo de Trabalho para o Estudo do Conceito de Serviço Público de Audiovisual na Região Autónoma dos Açores*. Horta: Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Metz, S. (fevereiro de 1993). Eisenhower as Strategist: The Coherent Use of Military Power in War and Peace. *Strategic Studies Institute Web site*. Acedido em março de 2015, disponível em http://www.strategicstudiesinstitute.army.mil/pubs/summary.cfm?q=359.

Monteiro, A.S. (2016). *As ilhas nas relações internacionais: Santa Maria no século XX*. Dissertação de mestrado. Universidade dos Açores.

MyAFN (s/d).American Forces Radio and Television Service.*My AFN Web site*. Acedido em novembro de 2014, disponível em http://afrts.dodmedia.osd.mil/.

NASA (2007). Sputnik and The Dawn of the Space Age. *NASA Web site*. Acedido em dezembro de 2015, disponível em http://history.nasa.gov/sputnik/.

National Security Council (15 de abril de 1950).NSC 68: United States Objectives and Programs for National Security. *FAS Web site*. Acedido em fevereiro de 2015, disponível em http://fas.org/irp/offdocs/nsc-hst/nsc-68.htm.

Nuclear Files (s/d).Reagan/Gorbachev Era. *Nuclear Files Web site*. Acedido em junho de 2015, disponível em http://www.nuclearfiles.org/menu/key-issues/nuclear-weapons/history/cold-war/us-soviet-relations/reagan-gorbachev-era.htm.

Office of the Historian (s/da).The Spanish-American War, 1898.*Office of the Historian Web site*. Acedido em janeiro de 2015, disponível emhttps://history.state.gov/milestones/1866-1898/spanish-american-war.

Office of the Historian (s/db).The Korean War, 1950–1953.*Office of the Historian Web site*.Acedido em dezembro de 2015, disponível em https://history.state.gov/milestones/1945-1952/korean-war-2.

Office of the Historian (s/dd).Carter's Foreign Policy.*Office of the Historian Web site*.Acedido em janeiro de 2015, disponível em https://history.state.gov/departmenthistory/short-history/carter.

Office of the Historian (s/de).The Atlantic Conference & Charter, 1941. *Office of the Historian Web site*.Acedido em maio de 2015, disponível em https://history.state.gov/milestones/1937-1945/atlantic-conf.

Office of the Historian (s/df). The Berlin Airlift, 1948–1949. *Office of the Historian Web site*.Acedido em dezembro de 2015, disponível em https://history.state.gov/milestones/1945-1952/berlin-airlift.

OGMA (2014). Serviços MRO. *OGMA Web site*. Acedido em dezembro de 2015, disponível em http://www.ogma.pt/index.php?page=f16_pt.

Pan Am Across the Atlantic (s/d). *Pan Am Clipper Flying Boats Web site*.Acedido em janeiro de 2015, disponível em http://www.clipperflyingboats.com/transatlantic-airline-service.

Powell, C. (6 de fevereiro de 1992).Testimony Before de House Armed Service Commitee. *NC State University Web site*.Acedido em maio de 2015, disponível em http://www.lib.ncsu.edu:8888/stacks/senatebibs/DD-results.jsp?page=17&from=brief.

Programa do I Governo Constitucional, s/d. Acedido em setembro de 216, disponível em http://www.portugal.gov.pt/media/464012/GC01.pdf.

Reagan, R. (8 de março de 1983). Evil Empire Speech.*The National Center for Public Policy Research Web site*. Acedido em fevereiro de 2015, disponível em http://www.nationalcenter.org/ReaganEvilEmpire1983.html.

Republican Caucus (17 de abril de 2015). Briefing Report: The Proposed Downsizing of the U.S. Armed Forces - How Might It Affect California? *Republican Caucus Web site*. Acedido em março de 2016, disponível em http://www.cssrc.us/content/briefing-report-proposed-downsizing-us-armed-forces-how-might-it-affect-california.

Rezendes, S.A.F. (2008). *A Grande Guerra nos Açores: memória histórica e Património Militar*. Dissertação de mestrado. Universidade dos Açores.

Richardson, E. (1991). Dwight D. Eisenhower: Foreign Affairs. *Miller Center Web site*. Acedido em março de 2015, disponível em http://millercenter.org/president/biography/eisenhower-foreign-affairs.

Secretaria Regional da Cultura dos Açores (2016). Alto Comissário da República para os Açores. *Secretaria Regional da Cultura dos Açores Web site*. Acedido em janeiro de 2016, disponível em http://www.arquivos.azores.gov.pt/details?id=1216665).

Silva, J. P. T. (2001). *Utilização de contrapartidas associadas a grandes compras na dinamização de inovação tecnológica: uma metodologia de estruturação de casos*. Lisboa: Instituto Superior Técnico. (Tese de Mestrado).

Skidmore, D. (1993-1994). Carter and the Failure of Foreign Policy Reform.*Political Science Quarterly, 108*(4), pp. 699–729.

Strong.R. A. (Edit.) (2016). Americam President.Jimmy Carter: Foreign Affairs. *Miller Center Web site*. Acedido em janeiro de 2015, disponível em http://millercenter.org/president/biography/carter-foreign-affairs.

Tavares, B. (2013). *A diplomacia Norte-Americana e as movimentações independentistas nos Açores em 1975: uma neutralidade atenta*. Dissertação de mestrado. Universidade dos Açores.

The National Defense Panel (dezembro de 1997). Transforming Defense National Security in the 21st Century. *Defense Technical Information Center Web site*. Acedido em maio de 2015, disponível em http://www.dtic.mil/dtic/tr/fulltext/u2/a402688.pdf.

The National Defense Panel (maio de 1997). Future Tense - An Assessment of the Report of the National Defense.*FAS Web site*. Acedido em maio de 2015, disponível em http://fas.org/man/docs/ndp/ndp_assess.html.

The White House (20 de maio de 2000). The President´s Trip to Europe: Portugal, Germany, Russia, Ukraine. *The White House Web site*. Acedido em maio de 2015,disponível em http://clinton4.nara.gov/textonly/WH/New/Europe-0005/factsheets/us-portugal-bilateral-issues.html.

The White House (30 de maio de 2000).US-Portugal Bilateral Issues.*The White House Web site.*Acedido em janeiro de 2014, disponível em https://clinton4.nara.gov/WH/New/Europe-0005/factsheets/us-portugal-bilateral-issues.html.

TNI (2015). *TNI Web site*. Acedido em maio de 2015, disponível em https://www.tni.org/en/search?search=Military+bases+close.

Truman, H. S. (12 de março de 1947). The Truman Doctrine (discurso). *American Rhetoric Web site*. Acedido em maio de 2015, disponível em http://www.americanrhetoric.com/speeches/harrystrumantrumandoctrine.html.

U.S. Commission on National Security/21st Century (s/d). *Air University Web site*. Acedido em maio de 2015, disponível em http://www.au.af.mil/au/awc/awcgate/nssg/.

U.S. Government Accountability Office (GAO) (abril de 1997). Military Airlift. Savings Achievable by Eliminating Support Operations at Torrejon Air Base, Spain.GAO/NSIAD-97-96. *GAO Web site*. Acedido em maio de 2015, disponível em http://www.gao.gov/assets/230/223953.pdf.

United Nations (2015). World Populations Prospects, the 2015 Revision. *United Nation Web site*. Acedido em junho de 2016, disponível em https://esa.un.org/unpd/wpp/Download/Standard/Population/.

United States Agency for International Development (USAID) (2016). Foreign Aid Explorer Data Query: Obligations. *USAID Web site*. Acedido em maio de 2016, disponível em https://explorer.usaid.gov/query.

United States Environmental Protection Agency (julho de 1975). DDT Regulatory History: A Brief Survey (to 1975). *US Environmental Protection Agency Web site*. Acedido em maio de 2014, disponívelem https://www.epa.gov/aboutepa/ddt-regulatory-history-brief-survey-1975.

US Air Force (abril de 2014). F-35A Lightning II Conventional Takeoff and Landing Variant.*US Air Force Web site*. Acedido em janeiro de 2015, disponível em http://www.af.mil/AboutUs/FactSheets/Display/tabid/224/Article/478441/f-35a-lightning-ii-conventional-takeoff-and-landing-variant.aspx.

US Air Force (maio de 2003).DOD announces details of tanker lease program. *US Air Force Web site*. Acedido em janeiro de 2015, disponível em http://www.af.mil/News/ArticleDisplay/tabid/223/Article/139154/dod-announces-details-of-tanker-lease-program.aspx.

US Air Force (s/d).Air Force Fact Sheets.*US Air Force Web site*.Acedido em abril de 2014, disponível em http://www.af.mil/.

US Air Force (setembro de 2004).KC-135 Stratotanker.*US Air Force Web site*.Acedido em janeiro de 2015, disponível em http://www.af.mil/AboutUs/FactSheets/Display/tabid/224/Article/104524/kc-135-stratotanker.aspx.

US Air Force (setembro de 2004).KC-135 Stratotanker.*US Air Force Web site*.Acedido em janeiro de 2015, disponívelemhttp://www.af.mil/AboutUs/FactSheets/Display/tabid/224/Article/104524/kc-135-stratotanker.aspx.

US Air Force (setembro de 2015).F-22 Raptor.*US Air Force Web site*.Acedido em janeiro de 2016, disponível em http://www.af.mil/AboutUs/FactSheets/Display/tabid/224/Article/104506/f-22-raptor.aspx.

US Air Forces in Europe (2009). Lajes Fiel FY09. Economic Impact Analysis. *Lajes field Web site*. Acedido em dezembro de 2015, disponível em http://www.lajes.af.mil/shared/media/document/AFD-100714-012.pdf.

US Army (dezembro de 2002).The Objective Force.*US Army Web site*.Acedido em janeiro de 2014, disponível em https://www.army.mil/aps/2003/realizing/transformation/operational/objective/.

US Department of Defense (s/d).Europe and Eurasia.*US Department of Defense Web site*.Acedido em janeiro de 2016, disponível em http://www.state.gov/documents/organization/17787.pdf.

US Naval Security Group Activity, Terceira Island (20 de maio de 1994).History of the Naval Security Group in the Azores, 1952-1944.*Navy History Web site*. Acedido em junho de 2015, disponível em http://www.navycthistory.com/AzoresDecom.pdf.

USFOODAID (2016).Food for Peace Programam.*USFoodaid Web site*. Acedido em novembro de 2015, disponível em http://foodaid.org/resources/the-history-of-food-aid/.

Warnock, A. T. (1999). Air Power versus U-boats. Confronting Hitler's Submarine Menace in the European Theater.(Air Force History and Museum Program). *Air Force Historical Support Division Web site*. Acedido em maio de 2015, disponível em http://www.afhso.af.mil/shared/media/document/AFD-100525-066.pdf.

Weiner, S. K. (1992). Environmental Concerns at US Overseas Military Installations. Working Paper. *Massachusetts Institute of Technology Web site*. Acedido em novembro de 2014, disponívelemhttp://web.mit.edu/ssp/publications/working_papers/WP-92-2.pdf.

Zeijden, W. (2009).Foreign Military Bases and the Global Campaign to close them.*Transnational Institute Web site*. Acedido em dezembro de 2015, disponível em http://www.tni.org/primer/ foreign-military-bases-and-global-campaign-close-them.

1.4. Revistas e outras publicações especializadas (*impressas e online*)

"X" (George F. Kennan) (julho de 1947). The Sources of the Sovietic Conduct. *Foreign Affairs Web site*. Acedido em maio de 2015, disponivel em https://www.foreignaffairs.com/articles/russian-federation/1947-07-01/sources-soviet-conduct.

Andrade, L. (2002). O Realismo Político e as Relações Internacionais. *Estratégia*, XIII, pp. 199-210.

Bilgin, P. (outono 2001). O Significado da Segurança no Médio Oriente. *Nação e Defesa*, nº 99, pp. 149-170.

Bonnichon, P. (1998). L´íntérêt des Européens pour le Mers (Atlantique Proche, Méditerranée, Atlantique Lointain), Légendes et Réalites ao XV Siécle. In *O Mundo do Infante D. Henrique* (Actas do Congresso realizado em Angra do Heroísmo de 5 a 9 de junho de 1995), pp. 47-82. Angra do Heroísmo: Instituto Histórico da Ilha Terceira.

Brasil, A. (2007). Açores: a pátria que não foi. *Atlântida*, vol. LIII, pp. 119-135.

Brito, N. F. (primavera/verão de 1995). Para a acta: o Acordo de Cooperação e Defesa entre Portugal e os Estados Unidos da América. *Política Internacional*, nº 11, Volume 1.

Carita, R. (2008). O descobrimento dos Açores. *In História dos Açores: do descobrimento ao século XX*, vol. I, pp. 49-62. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura.

Corsépius, Y. (2010). O Depósito de Concentrados Alemães no Castelo de S. João Batista, Angra do Heroísmo (1916-1918 – I Grande Guerra). *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, LXVII e LXVIII, pp. 225 a 251.

Costa, A. R. (janeiro/fevereiro de 1996). A Marinha na Primeira Grande Guerra. *Revista da Armada*, edições 283/janeiro e 284/fevereiro.

Costa, L., *et al.* (11 de abril de 2016). Portugal's bailout and the crisis of the European Union from a capability perspective.*Cambridge Journal of Economics*, pp 1-18. Acedido em junho de 2016, disponível em http://cje.oxfordjournals.org/content/early/2016/04/11/cje.bew007.full.pdf?keytype=ref&ijkey=qrqsNImu17XsTsv. (O link é de acesso exclusivo ao artigo e não à edição da revista, daí a falta de elementos como o número da publicação, etc.).

Costa, R.M.M. (1991-1992). Algumas notas sobre o 1.º cônsul geral dos EUA nos Açores e um contributo para uma bibliografia sobre os Dabney. *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, Vol. X, pp. 89-140.

Cruz, M.A.L. (1984). O Trigo Açoriano em Marrocos (século XVI). *In Os Açores e o Atlântico (séculos XIV-XVII)*, pp. 625-650. Angra do Heroísmo: Instituto Histórico da ilha Terceira.

Cutileiro, J. (2008). O Tratado de Bruxelas de 1948. *Janus Web site*. Acedido em outubro de 2015, disponível em http://janusonline.pt/2008/2008_2_9.html.

D'Amato, C. *et al*. (2002). DDT (diclorodifeniltricloroetano): toxicidade e contaminação ambiental - uma revisão. *Química Nova, 25*(6a), 995-1002.

Declaração de Guerra da Alemanha a Portugal, 9 de março de 1916. *Exército Web site*. Acedido em fevereiro de 2016, disponível em http://www.exercito.pt/sites/BiblEx/Noticias/Documents/Dec_guerra_Alemanha_Portugal.pdf.

Ferreira, A.M.F. (1984). Os Açores e o Corso Francês na Primeira Metade do Séc. XVI: a Importância Estratégica do Arquipélago (1521-1537). *In Os Açores e o Atlântico (séculos XIV-XVII)*, pp. 280-297. Angra do Heroísmo: Instituto Histórico da ilha Terceira.

Fontenoy, P. E. (2005). Convoy System. *The Encyclopedia of World War I: A Political, Social and Military History*, Vol. 1, pp. 312–314.

Fortuna, M. *et al*.(2006). Impacts of Closure of a Military Base on a Small Island Open Economy.WorkingPaper n.º 10/2006. Universidade dos Açores/Universidade da Madeira.

Friedman, J. (18 de outubro de 2011). Nuclear vs. Diesel Submarines.*Center for Strategic and International Studies Web site*.Acedido em novembro de 2013, disponível em http://csis.org/blog/nuclear-vs-diesel-submarines.

Gaspar, C. (2007). Portugal, os Pequenos Estados e a União Europeia. *Nação e Defesa*, nº 118, pp. 107-145.

Gil, M.O.R. (1984). Os Açores e a Rede de Negócios no Atlântico Seiscentista. *In Os Açores e o Atlântico (séculos XIV-XVII)*, pp. 555-575. Angra do Heroísmo: Instituto Histórico da ilha Terceira

Goette, R. (outubro de 2005). Britain and the Delay in Closing the Mid-Atlantic "Air Gap" During the Battle of the Atlantic.*The Northern Mariner/Le marin du nord*, XV, No 4, pp. 19-41, pp. 19 e 20.

Grave, J. A. G. (2001). Uma Base Estrangeira nas Lajes. O Alvor. *Arquipélago-História*, 2ª Séie, V, pp. 403-420.

Grossman, S. J.& Hart, O. D. (1986). The costs and benefits of ownership: A theory of vertical and lateral integration. *Journal of Political Economy,* 94(4), pp. 691-719.

Guzzini, S. (junho de 2000). A Reconstruction of Constructivism in International Relations**.** *European Journal of International Relations*, Vol. 6, nº 2, pp. 147-182.

Hoffman, D. (22 de setembro de 2009). Missile Defense Didn't Win the Cold War. *Foreign Policy Web site*. Acedido em fevereiro de 2015, disponível em http://foreignpolicy.com/2009/09/22/missile-defense-didnt-win-the-cold-war/.

Joulwan, G. A. (1995). European Theater Remains One of Conflict and Transition.*Defense Issues.10*,no. 40, pp. 1-11.

Lachowski, Z. (Junho de 2007). Foreign Military Bases in Eurasia. *Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI), Policy Paper, no. 18*.

Leffler, M. P. (abril de 1984). The American Conception of National Security and the Beginnings of the Cold War, 1945-48.*The American Historical Review*, Vol. 89, no. 2, pp. 346-381.

Leite, J. G. R. (1995). Para uma Leitura da Corografia Açórica de João Soares d´Albergaria e Sousa. *Universidade dos Açores Web site*. Acedido em maio de 2014, disponível em https://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/658/1/JoseGuilermeReisLeite_p279-317.pdf.

Liebman, C. S. (julho de 1993). The Myth of Defeat: The Memory of the Yom Kippur War in Israeli Society. *Middle Eastern Studies*, *29*(3), pp. 399–418.

Lindsay-Poland, J. (5 de outubro de 2005). U.S. Military Bases in Latin America and the Caribbean. *Foreign Policy in Focus Web site*. Acedido em novembro de 2015, disponível em http://fpif.org/us_military_bases_in_latin_america_and_the_caribbean/.

Livermore, S. W. (setembro de 1948). The Azores in American Strategy-Diplomacy, 1017-1918.*The Journal of Modern History*, Vol. XX, Number 3.

Marcos, D. (setembro de 2010). Portugal e a evolução do sistema defensivo europeu. A Cimeira de Lisboa de 1952. *Relações Internacionais*, n.27, pp. 65-80.

Martins, J. M. S. (2007). O Património Fortificado da Ilha Terceira: o Passado e o Presente. *Atlântida*, vol. LII, pp. 9-56.

Martins, N. (2015). A Historiografia e os Achados da Ilha Terceira. *Boletim do Instituto Histórico da ilha Terceira*, vol. LXXIII, pp. 189-204.

Mendes, A. (2003). Soft Power e a Televisão Americana da Base das Lajes. *Revista Atlântida*, Vol. XLVIII, pp. 203-216.

Meneses, A.F. (1984). Insegurança e Revolta na Relação Entre Açorianos e Soldados Estrangeiros (1580-1590). *Revista de História das Ideias*, vol. 5, pp. 193-222.

Meneses, M. S. (1987). A Defesa dos Açores no Período da II Guerra Mundial (1939-1945). *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, Vol. XLV, Tomo II, pp 1399-1516.

Menezes, F. R. (2008). O Tratado de Versalhes. *Janus Web site*. Acedido em abril de 2015, disponível em http://janusonline.pt/2008/2008_2_7.html.

Ministério da Defesa Nacional (fevereiro de 2003). *Relações Bilaterais*, nº2.

Modelski, G. (1978). The Long Cycle of Global Politics and de Nation-State.*Comparative Studies in Society and History*, Vol. 20, nº 2, pp. 214-235.

Momentos de História (2013). Açores na Grande Guerra. *Momentos de História Web site*. Acedido em maio de 2015, disponível em http://www.momentosdehistoria.com/MH_02_09_Marinha.htm.

Monjardino, A (1982). A Região Autónoma dos Açores nas suas Implicações Internacionais. *Boletim do Instituto Histórico da ilha Terceira*, Vol. XL.

Monjardino, A. (1988). Os Açores nas Relações Externas de Portugal. *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. XLV, separata.

Mota, V. (1984). Algumas Notícias Sobre uma Erva Tintureira – o Pastel no Povoamento dos Açores. *In Os Açores e o Atlântico (séculos XIV-XVII)*, pp. 280-297. Angra do Heroísmo: Instituto Histórico da ilha Terceira.

Niheu, K. *et al*.(2006). The Impact of the Military Presence in Hawai 'i on the Health of Na Kanaka Maoli.*Pacific Public Health 3*, Vol. 13, no 2., pp. 172-179.

Nunes, M. V.&Tajara, E. H. (1998). Efeitos tardios dos praguicidas organoclorados no homem. *Revista de Saúde Pública, 32*(4), 372-382.

Pajon, C. (junho de 2010). Understanding the Issue of U.S. Military Bases in Okinawa.*Asie.Visions 29.*

Pamplona, M. B. S. C. R. (1986). Apontamentos da Entrevista com o Dr. Osvaldo Aranha, Antigo Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Antigo Embaixador do Brasil nos EU da América. *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, Vol. XLIV, pp. 505-507.

Pollack, K. (julho/agosto de 2003). Securing the Gug. *Foreign Affairs*, pp. 2 a 16.

Portugal - Força Aérea Portuguesa, 2015. *F-16. Net Web site*. Acedido em maio de 2015, disponível em http://www.f-16.net/f-16_users_article16.html.

Portugal -- Granted U.S. permission to use Lajes Field air base in the Azores Islands, a traditional eastern Atlantic refuelling stop, 19 de março de 2003. *ExpandNATO.*

Portugal-Azores. A Step Closer to Autonomy, 13 de dezembro de 1975. *National Intelligence Bulletin*. *CIA Web site*. Acedido em dezembro de 2015, disponível em http://www.foia.cia.gov/sites/default/files/document_conversions/5829/CIA-RDP79T00975A028400010024-0.pdf.

Rezendes, J.A.F. (abril de 2010). A fortificação da Idade Moderna nos Açores: o caso específico das Ilhas de São Miguel, Terceira e São Jorge. Conferência proferida no *VI Seminário Regional de Cidades Fortificadas e Primeiro Encontro Técnico de Gestores de Fortificações*, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil.

Rodrigues, F. (2015). Uma viagem através dos petróglifos de barcos da ilha Terceira, Açores, Portugal. *Boletim do Instituto Histórico da ilha Terceira*, vol. LXXIII, pp. 173-188.

Rodrigues, L. N. (outubro de 2003). *O Acordo Luso-Americano dos Açores de 1944*. (Comunicação apresentada à Conferência Internacional Portugal e o Atlântico: 60 anos do Acordo dos Açores). *Instituto Português de Relações Internacionais Web site*. Acedido em janeiro de 2016, disponível em http://www.ipri.pt/investigadores/artigo.php?idi=8&ida=138#_ftnref5.

Rodrigues, L.N. (março de 2005). As bases militares norte-americanas: uma nova postura global. *Política Internacional*, pp. 69-83.

Rollo, M. F. (1994). Portugal e o Plano Marshall: história de uma adesão a contragosto (1947-1952). *Análise Social*, vol. XXIX (128), 1994 (4.°), pp. 841-869.

Santos, V. M. (julho de 2005). Portugal, a CPLP e a Lusofonia. Reflexões sobre a Dimensão Cultural da Política Externa. *Negócios Estrangeiros*, n.º8.

Silk Purse abandoned, setembro de 1991. *Bulletin of the Atomic Scientists*, Vol. 47, nº 7.
Stijger, E. (abril de 1998). Peace in the Atlantic. *CodeOne*, Vol. 13, nº 2. *Code One Magazine Web site*. Acedido em maio de 2014, disponível em http://www.codeonemagazine.com/images/C1_V13N2_SM_1271449318_8485.pdf.

Takafumi, O. (março de 2012). Understanding U.S. Overseas Military Presence after World War II.*Journal of International and Advanced Japanese Studies*, Vol. 4, pp. 17-29.

Telo, A. J. (1997). Treze Teses sobre a Disfunção Nacional – Portugal no Sistema Internacional. *Análise Social. Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa*, n.º 142, 4.ª Série, Vol. XXXII, pp. 649-683.

Telo, A. J. (outono-inverno de 2002). Reflexões sobre a Revolução Militar em Curso. *Nação e Defesa*, ,nº 103, 2ª Série, pp. 111-249.

The High-Risk Military Stategy (novembro de 1993). *Air Force Magazine*, Vol. 76, nº 11.

U.S. Submarines in World War I (Primavera de 2004). *Underseawarfare Web site*. Acedido em novembro de 2015, disponível em http://www.public.navy.mil/subfor/underseawarfaremagazine/Issues/Archives/issue_22/ww1.htm.

Vieira, A. (1987). Da poliorcética à fortificação nos Açores: introdução ao estudo do sistema defensivo nos Açores nos séculos XVI-XIX. *in Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. XLV, tomo II.

Williamson, O. (1979). Transaction-Cost Economics: The Governance of Contractual Relations. *Journal of Law and Economics*, Vol. 22, no. 2, pp. 233-261.

Wilt, A. F. (1991). The Significance of the Casablanca Decisions, janeiro de 1943. *The Journal of Military History*, *55*(4), pp. 517–529.

1.5. Jornais, revistas e outras publicações (impressas e *online*)

A Autonomia dos Açores, 24 de abril de 1919. *Diário dos Açores*.

A Independência dos Açores, 16 de abril de 1919. *A União*.

A independência falhou porque existiam 9 FLA´s (entrevista a Thiers Cunha), 24 de novembro de 2002. *Diário Insular*.

Açores: Bispo prevê "catástrofe social" com menor presença norte-americana na base das Lajes, 21 de janeiro de 2015. *Agência Ecclesia Web site*. Acedido em março de 2015, disponível em http://www.agencia.ecclesia.pt/noticias/nacional/acores-bispo-preve-situacao-de-catastrofe-social-pela-reducao-da-presenca-norteamericana-na-base-das-lajes/.

Americanos nas Lajes: 'fuga' ao fisco é objeto de negociações, 16 de abril de 1987. *O Jornal*.

Aquilo que queremos das Lajes deve ser negociado em Lisboa, 17 de abril de 2003. *Diário Insular*.

Base das Lajes leva empresas ao Iraque, 16 de abril de 2003. *Diário Insular*.

Base equipa Porto da Praia, 20 de fevereiro de 1996. *Diário Insular*.

Bowermaster, J. (novembro de 1993). The Last Front of the Cold War.*The Atlantic Web site*. Acedido em novembro de 2015, disponível em http://www.theatlantic.com/past/politics/foreign/front.htm.

Brown, D. (16 de Março de 2014). Quando as forças de elite carregavam armas nucleares às costas. *Público Web site*. Acedido em outubro de 2015, disponível em http://www.publico.pt/mundo/noticia/quando-as-forcas-de-elite-carregavam-armas-nucleares-as-costas-1628133.

CAI vai analisar situação laboral dos trabalhadores das Lajes, 9 de maio de 1987. *Diário Insular*.

Carey, M. (21 de julho de 2015). Linda Lovelace: Inside the life of the 'Deep Throat' star. *CNN Web site*. Acedido em maio de 2015, disponível em http://edition.cnn.com/2013/08/26/showbiz/linda-lovelace-larry-flynt/.

Cavaco Silva admite hipótese de denunciar o Acordo com os EUA, 10 de setembro de 1987. *A União*.

César quer frutos do Acordo, 21 de maio de 2000. *Diário Insular*.

CGTP acusa Comando Americano de despedir portugueses para os substituir por civis norte-americanos, 3 de janeiro de 1992. *A União*.

Cora, F. (novembro de 2008).Bases of Empire: The Global Spread of US Military and Intelligence Bases. *Converge Web site*. Acedido em junho de 2015, disponível em http://www.converge.org.nz/abc/pr37-1721.html.

Costa, F. S., *et al.* (18 de março de 2016). Portugal no mundo: um debate inadiável. *Público Web site*. Acedido em maio de 2016, disponível em https://www.publico.pt/portugal/noticia/uniao-europeia-um-debate-inadiavel-1726445?page=-1.

Crise laboral na Base das Lajes, 8 de janeiro de 1992. *Diário Insular*.

Equipamento militar é prioritário para Portugal, 2 de junho de 2000. *Diário Insular*.

EUA prometem cumprir o Acordo das Lajes, 17 de dezembro de 1987. *Diário Insular*.

Euro-2004 pode ser alvo terrorista (8 de fevereiro de 2003). *Expresso*.

Feusaçores pretendem criar 2º canal de TV nas Lajes, 3 de janeiro de 1992. *Diário Insular*.

Força Aérea terá 40 modernos caças F16 até 2010, 24 de junho de 2003. *Agência Lusa*.

Governo dos Açores diz que EUA não cumprem no combate à poluição nas Lajes, 14 de março de 2016. *Açores9 Web site*. Acedido em abril de 2016, disponível em http://www.jornalacores9.net/regional/governo-dos-acores-diz-eua-nao-cumprem-no-combate-poluicao-nas-lajes/.

Hernandez, V. C.&Whaleyjan, F. (12 de janeiro de 2016). Philippine Supreme Court Approves Return of U.S. Troops. *The New York Times Web site*. Acedido em maio de 2016, disponível em http://www.nytimes.com/2016/01/13/world/asia/philippines-us-military.html?_r=0.

Jacobi, B. (entrevista) (17 de agosto de 2003). Lajes, o lugar perfeito. *Diário Insular*.

Kinzer, S. (31 de janeiro de 1999). Azerbaijan Asks the U.S. To Establish Military Base. *The New York Times Web site*. Acedido em janeiro de 2015, disponível em http://www.nytimes.com/1999/01/31/world/azerbaijan-asks-the-us-to-establish-military-base.html.

Lajes pode pôr Portugal no governo do Iraque, 6 de junho de 2003. *Diário Insular*.

Lajes: Estudos estimam emigração de até 10 mil habitantes da Terceira, 18 de janeiro de 2015. *Jornal de Negócios Web site*. Acedido em março de 2015, disponível em http://www.jornaldenegocios.pt/economia/detalhe/lajes_estudos_estimam_emigracao_de_ate_10_mil_habitantes_da_terceira.html.

Marano, S. (10 de outubro de 2013). Guitar Strength: Some Paul Gilbert-Style, Sequenced String-Skipping Arpeggios. *Guitar World Web site*. Acedido em junho de 2015, disponível em http://www.guitarworld.com/guitar-strength-some-paul-gilbert-style-sequenced-string-skipping-arpeggios.

Mendes, A. (5 de julho 2005). Veneno sobre a Praia. *Diário Insular/Domingo*.

Military Base Closures and the Towns They Leave Behind, 17 de agosto de 2010. *Huff Post Web site*. Acedido em novembro de 2014, disponível em http://www.dailyfinance.com/2010/08/17/military-base-closures-and-the-towns-they-leave-behind/.

Monjardino, M. (15 de julho de 2003). A tranformação militar dos EUA e as Lajes. *Diário de Notícias*.

Monjardino, M. (entrevista) (17 de abril de 2003). Aquilo que queremos das Lajes deve ser negociado em Lisboa. *Diário Insular*.

New York Times fala da Base das Lajes, 23 de março de 1987. *Diário Insular*.

Parlamento açoriano exige mais informação sobre descontaminação na Terceira, 17 de abril de 2015. *Diário de Notícias Web site*. Acedido em maio de 2015, disponível emhttp://www.dnoticias.pt/actualidade/pais/511383-parlamento-acoriano-exige-mais-informacao-sobre-descontaminacao-na-terceira.

Por Portugal e pelos Açores, 1 de fevereiro de 1919. *Açoriano Oriental*.

Portugal, US reach new agreement, 31 de março de 1995. *Crossroads*.

Protesto contra ampliação de base americana em Vicenza, 5 de julho de 2009. *Jornal de Notícias Web site*. Acedido em julho de 2015, disponível em http://www.jn.pt/mundo/interior/protesto-contra-ampliacao-de-base-americana-em-vicenza-1295189.html#ixzz474dBkxxc .

PSD quer repensar processo negocial, 25 de janeiro de 2002. *Diário Insular*.

Reabastecedores andam frenéticos, 1 de março de 2003. *Diário Insular*.

Redução nas Lajes pode provocar vaga de cinco a dez mil emigrantes, 18 de janeiro de 2015. *Agência LUSA Web site*.

Região quer mais contrapartidas, 16 de julho de 2003. *Diário Insular*.

Responsabilidade dos impactos da redução da presença na base é dos EUA , 7 de dezembro de 2012. *Diário de Notícias Web site*. Acedido em dezembro de 2015, disponível em http://www.dn.pt/politica/interior/responsabilidade-dos-impactos-da-reducao-da-presenca-na-base-e-dos-eua-2934268.html.

Revisão do Acordo das Lajes, 17 de junho de 2003. *Diário Insular*.

Ross, S. (28 de outubro de 2009). Diego Garcia Military Base: Islanders Forcibly Deported. *Global Research Web site.* Acedido em março de 2015, disponível em http://www.globalresearch.ca/diego-garcia-military-base-islanders-forcibly-deported/15840.

Rothman, L. (22 de janeiro de 2015). Whythe United States Controls Guantanamo. *Times Web site*. Acedido em maio de 2015, disponível em http://time.com/3672066/guantanamo-bay-history/.

Rothman, L. (25 de junho de 2015). How the Korean WarStarted. *Time Web site*. Acedido em dezembro de 2015, disponível em http://time.com/3915803/korean-war-1950-history/.

Sanger, D. E. (28 de dezembro de 1991). Philippines Orders U.S. to Leave Strategic Navy Base at Subic Bay. *The New York Times Web site*. Acedido em maio de 2015, disponível emhttp://www.nytimes.com/1991/12/28/world/philippines-orders-us-to-leave-strategic-navy-base-at-subic-bay.html.

Sarmento, C. (2 de março de 2014). Abusos sexuais põem Okinawa contra permanência de tropas dos EUA. *O Globo Web site*. Acedido em março de 2015, disponível em http://oglobo.globo.com/mundo/abusos-sexuais-poem-okinawa-contra-permanencia-de-tropas-dos-eua-11768380.

Schill, N. (7 de julho de 2011). Puerto Ricans force United States Navy out of Vieques Island, 1999-2003. *Global Nonviolence Action Databese Web site*. Acedido em abril de 2014, disponível em https://nvdatabase.swarthmore.edu/content/puerto-ricans-force-united-states-navy-out-vieques-island-1999-2003.

Sem comentários! O apresamento do iate Laura, 10 de Julho de 1915. *Açoriano Oriental.*

Sindicatos escrevem ao Primeiro-Ministro, 12 de junho de 1987. *Diário Insular*.

Sindicatos negam declarações do Comando Americano, 10 de abril de 1987. *Diário Insular*.

Straehley, S. (20 de junho de 2015). U.S. Will Close 15 Military Bases in Europe, but Keep Troop Levels the Same. *AllGov Web site*. Acedido em março de 2016, disponível em http://www.allgov.com/news/top-stories/us-will-close-15-military-bases-in-europe-but-keep-troop-levels-the-same-150111?news=855338.

Telo, A. J. (Entrevista) (9 de fevereiro de 2003). Base das Lajes não interessa à Europa. *Diário Insular*.

Timsar, R. (18 de janeiro de 1982). US-lisbon Ties Improve as Airbase Talks Near. *Christian Science Monitor Web site*. Acedido em maio de 2015, disponível em http://www.csmonitor.com/1982/0118/011840.html.

Trabalhadores da Base das Lajes usados como "moeda de troca", 7 de dezembro de 2003. *A União*.

Vaknin, S. (16 de maio de 2002). Analysis: The economics of foreign bases. *United Press International Web site*. Acedido em fevereiro de 2013, disponível em http://www.upi.com/Business_News/2002/05/16/Analysis-The-economics-of-foreign-bases/47161021563966/.

Vasco Cordeiro lidera comitiva dos Açores na reunião bilateral Portugal/EUA de hoje, 11 de fevereiro de 2015. *Diário dos Açores*.

Vasco Cordeiro voltou a Washington para negociar redução militar nos Açores, 17 de junho de 2013. *Público*.

Vítor Cruz exige 'qualquer coisa' como contrapartida pelas Lajes, 17 de junho de 2003. *Diário Insular*.

1.6. Documentos (portugueses) referentes aos Acordos dos Açores

Acordo de Auxílio Mútuo para a Defesa entre Portugal e os Estados Unidos da América, assinado em Lisboa a 5 de Janeiro de 1951. Decreto-Lei nº 38530/51, de 24 de novembro. *Diário do Governo* nº 246/51 – 1ª Série. Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Acordo de Cooperação e Defesa entre Portugal e os Estados Unidos da América, Artigo VI (11 de outubro de 1995). *Diário da República*, nº 325 – 1ª Série-A.

Acordo de Cooperação e Defesa entre Portugal e os Estados Unidos da América, Artigo VI (11 de outubro de 1995). *Diário da República*, nº 325 - Iª Série-A.

Acordo de Defesa entre Portugal e os Estados Unidos da América, assinado em Lisboa a 6 de Setembro de 1951. Avisos do Ministério dos Negócios Estrangeiros. *Diário do Governo* nº 136/52 –1ª Série. Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Acordo por troca de notas assinado em Lisboa a 13 de Dezembro de 1983. Aviso do Ministério dos Negócios Estrangeiros. *Diário da República* nº 103/84 - 1ª Série.

Acordo Técnico para Execução do Acordo de Defesa entre Portugal e os Estados Unidos da América de 6 de Outubro de 1951. Resolução da Assembleia da República nº 25/85, de 22 de Outubro. *Diário da República* nº 243/85 – 1ª Série.

Acordo Técnico para Execução do Acordo de Defesa entre Portugal e os Estados Unidos da América de 6 de Outubro de 1951.Resolução da Assembleia da República nº 25/85, de 22 de Outubro. *Diário da República*, nº 243/85 – 1ª Série.

Aviso do MNE, 22 de outubro de 1979. *Diário da República* nº 193/79, 1ª Série. Torna públicos os textos das notas trocadas entre Portugal e os Estados Unidos da América relativas à extensão até 3 de Fevereiro de 1983 do uso de facilidades concedidas entre os dois países; Acordo Técnico para Execução do Acordo de Defesa entre Portugal e os Estados Unidos da América de 6 de Outubro de 1951.

Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) (1946). *Documentos Relativos aos Acordos entre Portugal, Inglaterra e Estados Unidos da América para a Concessão de Facilidades nos Açores Durante a Guerra de 1939-1945*. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa.

Notas trocadas em 2 de Fevereiro de 1948, que constituem o Acordo concluído entre os Governos Português e Norte-Americano relativo à continuação das facilidades de trânsito concedidas aos aviões norte-americanos nos Açores pelo Acordo de 30 de Maio de 1946. Acordo técnico, secreto, anexo ao Acordo de 2 de Fevereiro de 1948. MNE-AHD, caixa 1, armário 63, maço 24.

Parecer da Comissão Parlamentar de Política Geral e Assuntos Internacionais sobre o Acordo de Cooperação e Defesa entre a República Portuguesa e os Estados Unidos da América (5 de setembro de 1995). *Diário da Assembleia Legislativa Regional*, nº 64.

Resolução da Assembleia da República nº 25/85, de 22 de Outubro. *Diário da República* nº 243/85 – 1ª Série.

1.7. Resoluções e propostas de resolução do parlamento dos Açores

Resolução da Assembleia Regional nº 6/87/A, 14 de maio de 1987. *Jornal Oficial* nº 110/87 – 1ª Série.

Resolução da Assembleia Regional nº 6/87/A, 14 de maio de 1987. *Jornal Oficial* nº 110/87 – 1ª Série.

Resolução nº 198/79 do Conselho da Revolução. *Diário da República* nº 158/79 – 1ª Série.

Resolução nº 3/76 da Assembleia Regional dos Açores. *Diário da República* nº 303/76, 6º suplemento – 1ª Série.

1.8. Leis fundamentais e de hierarquia reforçada

Constituição da República Portuguesa, aprovada a 2 de abril de 1976. Acedido em setembro de 2016, disponível em http://www.parlamento.pt/parlamento/documents/crp1976.pdf.

Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores. Lei n.º 39/80, de 5 de agosto, revista pelos seguintes diplomas: Lei n.º 9/87, de 26 de março – 1ª revisão Lei n.º 61/98

de 27 de agosto – 2ª revisão Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro – 3ª revisão. Acedido em setembro de 2016, disponível em http://www.alra.pt/index.php/estatuto-politico-administrativo.

Lei das Finanças das Regiões Autónomas. *Diário da República*, n.º 168, 2 de setembro de 2013 – 1ª série.

2. Bibliografia

Adler, E. (1991). Cognitive Evolution: A Dynamic Approach for the Study of International Relations and their Progress. *In* Adler, E.&Crawford, B. (Eds.), *Progress in Postwar International Relations*, pp.43-88. New York: Columbia University Press.

Albuquerque, L. (1983). *Ciência e Experiência nos Descobrimentos Portugueses*. Lisboa: Ministério da Educação.

Almeida, P. F. A. V. (1990). *Do Poder do Pequeno Estado. Enquadramento Geopolítico da Hierarquia das Potências*. Lisboa: Instituto de Relações Internacionais.

Almeida, P. F. A. V. (1994). *Ensaios de Geopolítica*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Alvah, D. (2007). *Unofficial Ambassadors: American Military Families Overseas and the Cold War, 1946-1965*. New York: New York University Press.

Amaral, C. P. (1998). *Do Estado soberano ao Estado das autonomias: Regionalismo, subsidiariedade e autonomia para uma nova ideia de Estado***.** Lisboa: Edições Afrontamento.

Amaral, R. F. (2014). *US-Portuguese Relations and Lajes Field Air Base.* Monterey: Naval Postgraduate School.

Andrade, L. (1992). *Neutralidade Colaborante*. Ponta Delgada: Coingra.

Andrade, L. (2002). *Os Açores e os Desafios da Política Internacional*. Ponta Delgada: Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

Andrade, L. (2013). *Os Açores, a Política Externa Portuguesa e o Atlântico*. Ponta Delgada: Terras Lavadas.

Antunes, J. F. (1991). *Kennedy e Salazar – o Leão e a Raposa*. Lisboa: Difusão Cultural.

Antunes, J. F. (2000). *Portugal na guerra do petróleo: os Açores e as vitórias de Israel: 1973*. Lisboa: Edeline.

Ashe, T. (1813). *History of the Azores or Western Islands*. London: Sherwood, Neely and Jones.

Axelrod, A. (2009). *The Real History of the Cold War: A New Look at the Past*. New York: Sterling.

Baker, A. P. (2004). *American Soldiers Overseas: The Global Military Presence*. Wetsport: Praeger.

Bakse, C. (1996). *Airlift Tanker: History of U.S. Airlift and Tanker Forces*. Broadway: Turner Pub Cº.

Barrow, C. W. (Ed.), (2002). *Portuguese-Americans and Contemporary Civic Culture in Massachusetts.* UMass Dartmouth: Tagus Press e FLAD.

Bragaglia, P. (1994). *Lucas e os Canecas: Mercadores e Navegadores de Génova na Terceira (sécs. XV e XVI).* Angra do Heroísmo: Direção Regional dos Assuntos Culturais.

Breemer, J. S. (2010). *Defeating the U-boat.Inventing Antisubmarine Warfare*. Newport: Naval War College Press.

Carson, R. (2000). *Silent Spring*. London: Penguin Books.

Conn, S.&Fairchild, B. (1989). *The Framework of Hemisphere Defense*.Washington: Center of Military History.

Converse III, E. V. (2005). *Circling the Earth.United States Plans for a Postwar Overseas Military Base System, 1942-1948.* Alabama: Air University Press.

Cooley, A. (2008). *Bases Politics: Democratic Change and the US Military Overseas*. Ithaca: Cornell University Press.

Cooley, A.&Spruyt, H. (2009). *Contracting States.Sovereign Transfers in International Relations*. Princeton: Princeton University Press.

Cordeiro, A. (1981). *História Insulana das Ilhas a Portugal Sujeytas no Oceano Occidental*. Ilha Terceira: Secretaria Regional de Educação e Cultura.

Deusen, K. J. (1990). *US-Portuguese Relations and Foreign Base Rights in Portugal*. Monterey: Naval Postgraduate School.

Dias, F.S. (1999). *Uma estratégia de Sucesso numa Economia Periférica. A Casa Bensaúde e os Açores (1800-1870).* Ponta Delgada: Ribeiro e Caravana.

Dougherty, J. E.&Pfaltzgraff Jr., R. (2003). *Relações Internacionais. As Teorias em Confronto*. Lisboa: Gradiva.

Duke, S. (1989). *United States Military Forces and Installations in Europe*. Oxford: Oxford University Press.

Duke, S. (2012). *United States Military Forces and Installations in Europe*. Oxford: Oxford University Press.

Fernandes, J. M. (2005). *Vila do Porto, Santa Maria. Inventário do Património Imóvel dos Açores.* Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura.

Ferreira, J. M. (1992). *Portugal na Conferência de Paz. Paris, 1919*. Lisboa: Quetzal Editores.

Ferreira, J. M. (2008). José Bruno Carreiro, o Almirante Dunn e o Presidente Wilson: o Triângulo que Nunca Existiu?.*In* Rodrigues, L. N. (Coord./Ed.) (2008), *Franklin Roosevelt e os Açores nas Duas Guerras Mundiais,* pp. 61-80. Lisboa: FLAD.

Ferreira, J.M. (2011). *Os Açores na Política Internacional*. Lisboa: Tinta da China.

Fraga, L. A. (2013). Portugal. Nem Neutralidade, nem Beligerância. *In* Afonso, A.&Gomes, C. M., *Portugal e a Grande Guerra. 1914.1918*, pp. 103-104. Vila do Conde: Autores e Verso da História.

Friedman, N. (2007). *Fifty Year War. Conflict and Strategy in the Cold War*. Annapolis: Naval Institute Press.

Furleigh, D. C. (2012).*More Airfields Equals More Opportunities*. Monterey: Naval Postgraduate Scholl.

Garrett, A. (2005). *Portugal na Balança da Europa*. Lisboa: Livros Horizonte.
Gil, M. O (1979). *O arquipélago dos Açores no século XVII: aspectos sócio-económicos (1575-1675)*. Castelo Branco: Gráfica de São José.

Gomes, B&Sá, T.M. (2008). *Carlucci vs. Kissinger: os EUA e a Revolução Portuguesa*. Lisboa: D. Quixote.

Guill, J. H. (1993). *Azores Islands.A History*. Vol. V. Tulare: Golden Shield Publications.

Guilmartin, JR., J. F. (2005). The ICBM and the Cold War: Technology in de Driver´s Seat, pp. 419-422. *In* Cowley, R. (Ed.), *The Cold War. A Military History*. New York: Random House.

Harkavy, R. E. (1989). *Bases Abroad.The Global Foreign Military Presence*. Oxford: Oxford University Press.

Harkavy, R. E. (2007). *Strategic Basing and the Great Power, 1200-2000.* London: Routledge.

Herculano, A. (1933). *Cenas de um ano da minha vida e apontamentos de viagem*. Lisboa: Livraria Bertrand.

Herz, N. (2004). *Operation Alacrity.The Azores and the War in the Atlantic*. Annapolis: Naval Institute Press.

Inoue, M. S. (2007). *Okinawa and the US Military – Identity Making in the Age of Globalization*.New York: Columbia University Press.

João, M.I. (1991). *Os Açores no Século XIX. Economia, Sociedade e Movimentos Autonomistas*. Lisboa: Cosmos.

Kaufman, D.& Kaufman, S. (2013). *Historical Dictionary of the Carter Era*. Maryland: Scarecrow Press.

Keegan, J. (2014). *A Primeira Guerra Mundial*. Porto: Porto Editora.

Kennedy, P. M. (1987). *The Rise and Fall of the Great Powers: Economic Change and Military Conflict from 1500 to 2000*. New York: Random House.

Khun,T. S. (1962). *A Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo: Editora Perspetiva.

Krepinevich, A.&Work, R. O. (2007). *A New Global Defense Posture for the Second Transoceanic Era*. Washington, DC: Center for Strategic and Budgetary Assessments.

Larson, E. *et al.* (2001). *Defense Planning in a Decade of Change: Lessons from the Base Force, Bottom-Up Review, and Quadrennial Defense Review*. Santa Monica: RAND.

Leal, C. M. (2013). *A Política Externa Norte-Americana. Principais Marcos, Principais Doutrinas*. Lisboa: Tribuna.

Leavitt, L. R. (2010). *Following the Flag. An Air Force Officer Provides an Eyewitness View of Major Events and Policies during the Cold War*. Ohio: Air University.

Leffler, M. P. (1993). *A Preponderance of Power: National Security, the Truman Administration and the Cold War*. Stanford: Stanford University Press.

Leite, J.G.R. (2012). *7 Ensaios Sobre o Povoamento dos Açores*. Angra do Heroísmo: BLUE Edições.

Levi, B. G. *et al*.(Ed.) (1989).*The Future of Land-Based Strategic Missiles*. New York: AIP.

Lewis, K. N. (1980). *Long-Range Theater Nuclear Forces*. Santa Monica: RAND.

Lostumbo, M. J.,*et al.* (2013). *Overseas Basing of U.S. Military Forces*. Santa Monica: RAND.

Louçã, F.&Amaral, J. F. (2014). *A Solução Novo Escudo. O que fazer no dia seguinte à saída de Portugal do Euro*. Lisboa: Lua de Papel.

Macedo, J. B. (1987). *História Diplomática Portuguesa – Constantes e Linhas de Força*. Lisboa: Instituto de Defesa Nacional.

Magalhães, J. C. *et al.* (1993). *Portugal. Paradoxo Atlântico. Diagnóstico das Relações Luso-Americanas*. Lisboa: Fim de Século.

Marder, A. J. (1965). *From the Dreadnought to Scapa Flow: The Royal Navy in the Fisher Era, 1904-1919* (5 volumes). London: Oxford University Press.

Martelo, D. (2013). Estados Unidos. Da Neutralidade à Intervenção. *In* Afonso, A.&Gomes, C. M. (Coords.) (2013), *Portugal e a Grande Guerra. 1914.198*, pp. 294 e 295. Vila do Conde: Aveleda e Autores.

Mateus, A. (Coord.) (2013). 25 *Anos de Portugal Europeu*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Matloif, M.&Snell, E. M. (1999). *Stategic Planning for Coalition Warfare, 1941-1942*. Washington: Center of Military History.

McClellan, E. N. (1968). *The United States Marine Corps in the World War*. Washington: U. S. Marine Corps.

Melo. J. (2016). *Açores, o Segredo das Ilhas*. Lisboa: D. Quixote.

Mendes, A. (2006). *Os Açores e a Projeção de Força nos Cenários Pós-Guerra Fria*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores.

Mendes, J. M. S. (2007). *A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e as Relações Externas de Portugal*. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura.

Mendonça, L.&Ávila, F. (2002). *Emigração açoriana (sécs. XVIII a XX).* Lisboa: Autores.

Meneses, A. (1987). *Os Açores e o Domínio Filipino (1580-1590)* (2 vols.). Angra do Heroísmo: Instituto Histórico da Ilha Terceira.

Meneses, A. (2001). *As Lajes da Ilha Terceira: Aspectos da sua história*. Angra do Heroísmo: BLU Edições.

Meneses, A. F. (2012). O Governo dos Açores: das autonomias à autonomia do presente. *In* Meneses, A. F. (Coord.), *Das Autonomias à Autonomia e à Independência. O Atlântico Político entre os Séculos XV e XXI*, pp. 16-31. Ponta Delgada: Letras Lavadas.

Meneses, A. F. (Coord.) (2012). *Das Autonomias à Autonomia e à Independência. O Atlântico Político entre os Séculos XV e XXI*. Ponta Delgada: Letras Lavadas.

Monahan, D. J.(1996). *Creating Air Refueling Doctrine: Preserving Experience in Writing*. Ohio: Air University.

Monjardino, A. (2008). A Polémica Sobre o Destino dos Açores no Período 1918-19. *In* Rodrigues, L. N. (Coord./Edit.), *Franklin Roosevelt e os Açores nas Duas Guerras Mundiais*, pp.81-106. Lisboa: FLAD.

Monjardino, Á. (2015). Prefácio. *In*. Andrade, J., *1975. Independência? O "Verão Quente" nos Açores*. Ponta Delgada: Letras Lavadas.

Monteleone, C. (2009). Impact and Perspectives of American Bases in Italy. *In* Rodrigues, L.&Glebov, S. (Eds.), *Military Bases: Historical Perspectives, Contemporary Challenges*, pp. 127-145. Amesterdão: IOS Press.

Moreira, A. (1983). *O papel das pequenas potências*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Moreira, A. (2002). *Teoria das Relações Internacionais*. Coimbra: Almedina.

Nemésio, V. (1950). *Festa Redonda*. Lisboa: Livraria Bertrand.

Nye Jr, J. S. (2004).*Soft Power. The Means to Success in World Politics*. New York: Public Affairs.

Oliveira, J. E. F. (Coord.) (s/d). *Aeroporto de Santa Maria. 1946-1996*. Lisboa: ANA-Aeroportos e Navegação Aérea.

Pereira, B. F. (2012). *A Diplomacia de Salazar (1932-1949)*. Lisboa: D. Quixote.

Pettyjohn, S. L. (2012). *US Global Defende Posture, 1783-2011*. Santa Monica: RAND.

Pinto, J.F. (2012). *Lisboa, os Açores e a América*. Lisboa: Coimbra.

Powaski, R. E. (1998). *Cold War.The United States and The Soviet Union, 1917-1991*. New York: Oxford University Press.

Queirós, E. (1877). Crónicas de Londres. *Domínio Público Web site*. Acedido em maio de 2015, disponível em http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/eq000002.pdf.

Quétel, C. (2010). *História da II Guerra Mundial*. Lisboa: Edições Texto&Grafia, Ldª.

Raby, D. (2005). O 25 de Abril e os Açores. *In* Rodrigues, L. *et al.* (Coord.), *Portugal e o Atlântico. 60 Anos dos Acordos dos Açores*, pp 181-187. Lisboa: Centro de Estudos de História Contemporânea Portuguesa.

Ramos, R. (1994). As Guerras da República (1911-1917). *In* Mattoso, J. (Direc.), *História de Portugal*, Volume VI, todo o volume. Lisboa: Editorial Estampa.

Ribeiro, L. S. (1919). *Os Açores de Portugal*. Angra do Heroísmo: Livraria Editora Andrade.

Riney, T. J. (2003). *Transforming Past lessons to Mold the Future: A Case Study on Operation Nickel Grass*. Ohio: Air University.

Rodrigues, L. N. (2002). *Salazar-Kennedy: a crise de uma aliança*. Lisboa: Editorial Notícias.

Rodrigues, L. N. (2005). *No Coração dos Açores. Os Estados Unidos e os Açores (1939-1948)*. Lisboa: Prefácio.

Rodrigues, L.&Glebov, S. (Eds.). *Military Bases: Historical Perspectives, Contemporary Challenges*. Amesterdão: IOS Press.

Rogers, F.M. (1983). *A Horta dos Cabos Submarinos*. Horta: Delegação do Turismo.

Rothmann, H. E. (1992). *Forging a New National Military Strategy in a Post-Cold War World: A Perspective from the Joint Staff*. Carlisle Barracks: Strategic Studies Institute.

Runde, D. F. (2012).*Strategic Foreign Assistance Transitions*. Washington: Center for Strategic and International Studies.

Sá, T. M. (2004). *Os Americanos na Revolução Portuguesa (1974-1976)*. Lisboa: Editorial Notícias.

Sá, T.M. (2016). *História das Relações Portugal-EUA (1976-2015).* Lisboa: Dom Quixote.

Santos, J. M.&Rubio, A. (2008). *Jazz na Terceira. 80 Anos de História*. Angra do Heroísmo: Edições BLUE.

Schanbel, J. F.&Watson, R. J.(1998).*The Joint Chiefs of Staff and National Policy, 1950-1951, Vol. III. The Korean War (part one)*. Washington: Office of Joint Historian.

Schnabel, J. F. (1996). *History of the Joint Chiefs of Staff.The Joint Chiefs of Staff and National Policy, 1945-1947*. Washington: Office of Joint History.

Schrader, J. Y. *et al.*(2003). *Quadrennial Defense Review 2001: Lessons on Managing Change in the Department of Defense*. Santa Monica: RAND.

Serpa, C.V. (1978). *A Gente dos Açores*. Lisboa: Prelo.

Siegel, A. (1995*). Basing and Other Constraints on Land-Based Aviation Contributions to U.S. Contingency Operations*. Alexandria: CAN.

Silva, A. C. (2004). *Antobiografia Política II*. Lisboa: Temas e Debates.

Simas, N. (2008). *Portugal Classificado – documentos secretos norte-americanos, 1974-1975*. Lisboa: Aletheia.

Smith, R. K. (1998). *Seventy-Five Years of Inflight Refueling. Highlights, 1923 –1998*. Air Force History and Museums Program.

Solsten, E. (Ed.) (1993). *Portugal: A Country Study*. Washington: US Library of Congress.

Stephan, A. (2008). Cold War Alliances and the Emergence of Transatlantic Competition: An Introdution. *In* Stephan, A. (Ed.), *The Americanization of Europe*, pp. 1-22. New York: Berghahn Books.
Stephan, A. (Ed.) (2008). *The Americanization of Europe*. New York: Berghahn Books.
Teixeira, N. S. (1996). *O poder e a Guerra, 1914-1918. Objetivos Nacionais e Estratégias Políticas na Entrada de Portugal na Grande Guerra*. Lisboa: Editorial Estampa.

Telo, A. J. (1991). *Portugal na II Guerra (1941-1945)* (2 vols.). Lisboa: Vega e Autor.

Telo, A. J. (1993). *Os Açores e o Controlo do Atlântico (1898/1948)*. Lisboa: Edições ASA.

Telo, A. J. (1996). *Portugal e a NATO. O Reencontro da Tradição Atlântica*. Lisboa: Edições Cosmos.

Telo, A. J.&Gómez, H. T. (2000*). Portugal e Espanha nos Sistemas Internacionais*. Lisboa: Edições Cosmos.

Ulannoff, S. M. (1964).*MATS: The Story of the Military Air Transportation Service*. New York: Moffa Press.

Vick, A. *et al.*(2002). *The Stryker Brigade Combat Team: Rethinking Strategic Responsiveness and Assessing Deployment Options*. Santa Monica: RAND.

Vine, D. (2011).*Island of Shame.The Secret History of the U.S. Military Base on Diego Garcia*. Princeton: Princeton University Press.

Walsh, D. (2008).*The Military Balance in the Cold War: US Perceptions and Policy, 1976-85*. New York: Random House.

Waltz, K. N. (2002).*Teoria das Relações Internacionais*. Lisboa: Gradiva.

Warner, G. (2008). *Sob as Asas do Açor. A História da Aviação nos Açores*. Lisboa: ANA-Aeroportos de Portugal.

Weiss. K.G. (1980). *The Azores in Diplomacy and Strategy, 1940-1945*. Alexandria: Institute of Naval Studies.